REVISTA DO SERVIÇO PVBLICO

ANO XVI
Volume II — N.º 1
Abril de 1953

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO
BIBLIOTECA
RIO

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

EDIFÍCIO DA FAZENDA — 6.º e 7.º andares
Rio de Janeiro
Brasil
ENDERÊÇO TELEGRÁFICO: DASP

DIRETOR-GERAL
Arízio de Viana

DIRETOR DA DIVISÃO DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO
Augusto de Rezende Rocha

DIRETOR DA DIVISÃO DE EDIFÍCIOS PÚBLICOS
Carlos Mário Faveret

DIRETOR DA DIVISÃO DE PESSOAL
José de Nazaré Teixeira Dias

DIRETOR DA DIVISÃO DE SELEÇÃO E APERFEIÇOAMENTO
Tomás de Vilanova Monteiro Lopes

DIRETOR DO SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO
Fernando Cysneiros

DIRETOR DO SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO
Oscar Victorino Moreira

DIRETOR DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO
José Maria Albuquerque Arantes

CONSULTOR JURÍDICO
Caio Tácito de Sá
Viana Pereira de Vasconcelos

DIRETOR DO ESCRITÓRIO TÉCNICO DA CIDADE UNIVERSITÁRIA DO BRASIL
Luiz Hildebrando de Horta Barbosa

DIRETOR DA REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO
Espírito Santo Mesquita

DASP - BIBLIOTECA
BRASILIA

NÃO PODE SAIR DA BIBLIOTECA

REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO

ÓRGÃO DE INTERÊSSE DA ADMINISTRAÇÃO
EDITADO PELO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PUBLICO
(Decreto-lei n. 1.870, de 14 de dezembro de 1939)

ANO XVI — ABRIL DE 1953 — Vol. II - Nº. 1

SUMÁRIO

Págs.

EDITORIAL

Estatística Administrativa 3

COLABORAÇÃO

O Pessoal de Obras — Oscar Saraiva 5
O Extranumerário e a Perda da Estabilidade — Caio Tácito 7
Organização e Métodos no Serviço Público — Francisco Burkinski 10
Critério para a Seleção de Fiscais da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil — José Rubens de Faria Cidade 17
Reflexos do Código de Contabilidade Pública sôbre a Administração Federal — Oscar Victorino Moreira 30
A Emissão de Cheque sem Fundos — Arnold Wald 35
A Planificação Municipal — Antônio Delorenzo Neto 42

INSTITUTO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

O Ensino do Direito Administrativo — J. Gascon y Marin (Trad. de Gerda Mathilde Schwätzer) 60
O Ensino do Direito Administrativo e das Ciências Administrativas na Suiça — E. Steiner (Trad. de Gerda Mathilde Schwätzer) 63
Organização de Serviços Centrais e Métodos de Coordenação Necessários à Execução de Programas de Desenvolvimento Econômico e de Assistência Técnica — Arízio de Viana 65

ADMINISTRAÇÃO LOCAL

A Carta Municipalista de São Vicente 74
Banco dos Municípios — Mário Eugênio e Nelson Omegna 84
Convênios e Acôrdos Interadministrativos — João Monteiro 87
Redução do Custo da Vida — Mecanização Agrícola 88
Serviço Social Rural — Rubens Assunção Miranda 90
Problemas do Ensino Primário Municipal — Nicolau Balázs Barros 94
Da Reforma da Lei Orgânica dos Municípios — Bruno Martins 97
Aspectos Sanitários e de Assistência Médica Itinerante aos Municípios Amazônicos — Oder Poggi de Figueiredo 98
Uma Arma contra o Êxodo Rural 103

ADMINISTRAÇÃO GERAL

PESSOAL

O Problema da Movimentação do Pessoal no Serviço Público — Aluísio Moreira 105
Apreciações sôbre Classificação de Cargos, Plano de Remuneração e Administração de Salários — George C. Stevens 109

APERFEIÇOAMENTO

Curso de Administração de Pessoal — Bem-Estar do Pessoal e Higiene do Trabalho — Aluísio Moreira 115
Curso de Português — Formação de Escriturários para Ministérios Militares — Sintaxe de Concordância — João Luiz Ney 121

DOCUMENTÁRIO

Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos — Reportagem de José Alípio Goulart 124
Princípios e Problemas de Govêrno — Charles G. Haines e Berta M. Haines — (Trad. de Espírito Santo Mesquita) 133

DIREITO E JURISPRUDÊNCIA

DOUTRINA

O Juiz, a Lei e a Jurisprudência — Oliveira e Silva 137
Parecer sôbre Concurso para Livre-Docente — Antônio Delorenzo Neto 139

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Recurso Extraordinário n.º 20.517 140
Recurso Extraordinário n.º 15.530 143

PÁGINAS CLÁSSICAS DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Natureza Jurídica das Relações entre o Estado e seus Empregados 145

CONSULTORIA JURÍDICA DO D.A.S.P. — Pareceres 150

CONSULTORIA-GERAL DA REPÚBLICA — Parecer 156

NOTAS

Resenha Parlamentar 158

REVISTA
DO
SERVIÇO PÚBLICO

ÓRGÃO DE INTERÊSSE DA ADMINISTRAÇÃO
Editado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público
(Decreto-lei n.º 1.870, de 14 de dezembro de 1939)

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Edifício da Fazenda — 6.º andar — Sala 619

Rio de Janeiro — Brasil

TELEFONES: Redação ..... 22-9961 Ramal 529
Administração ..... 22-9961 Ramal 527
Expedição ..... 22-9961 Ramal 555

Endereço telegráfico: REVISDASP

Diretor — ESPÍRITO SANTO MESQUITA

Secretário — Wanda Silva Wolter

Expediente

Assinatura anual ..... Cr$ 50,00
Assinatura anual para o exterior .... Cr$ 100,00
Número avulso .... Cr$ 5,00

A remessa de qualquer importância — em vale postal ou cheque bancário — deverá ser feita à "Revista do Serviço Público".

A administração da Revista pede aos srs. assinantes que ainda não reformaram suas assinaturas vencidas, a gentileza de o fazerem com a maior brevidade.

Os conceitos emitidos em trabalhos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores. A publicação de tais trabalhos nesta Revista é feita ùnicamente com o objetivo de focalizar assuntos relacionados com a administração pública e provocar, assim, o estudo e debate dos mesmos.

Só serão pagos os trabalhos inéditos escritos especialmente para esta Revista.

Permite-se a transcrição de qualquer matéria publicada, desde que seja indicada a procedência.

S 604 27.9.1954

Estatística Administrativa

NO desempenho de suas atribuições normais e especiais, é de suma importância para o D.A.S.P. o trabalho estatístico. A coleta, a apuração, a apresentação e a análise de dados numéricos, referentes à estrutura e ao funcionamento das repartições federais, bem como os relativos às despesas orçamentárias, ao pessoal, ao material e às relações públicas no serviço civil da União assumem proporções significativas e levam a conclusões que são fundamentais na fixação de diretrizes e na formulação de práticas administrativas.

Focalizado um fenômeno administrativo, uma simples observação nada nos dirá a respeito de sua causalidade, de sua constância, de sua variabilidade, de sua dependência ou ligação com outros fenômenos. Assim, os de natureza administrativa apenas são estudados com inteireza e só se tornam conhecidos por completo depois de observados um sem-número de vêzes, após serem quantitativamente descritos e analisados pelo Método Estatístico.

A Administração Pública não pode dispensar a Estatística. Sòmente quando baseados em estatísticas, científicos planejamentos são feitos e programas de trabalho são executados seguramente.

Os diversos aspectos, iniciativas e realizações da administração-geral exigem pesquisas e tratamentos estatísticos especiais. A documentação administrativa é sobremaneira útil a obtenção de dados numéricos fidedignos e atualizados.

Boas estatísticas administrativas constituem instrumentos indispensáveis para o conhecimento exato dos contingentes humanos a serviço do Estado.

Quantos são os servidores federais? Quantos no Distrito Federal? Quantos nos Estados ou no Exterior? Quanto ao sexo, quais os respectivos totais? Quanto aos graus de instrução, como se distribuem? Medidas adotadas relativamente a êles, que alcance social têm?

Os orçamentos públicos traduzem, é sabido, os programas governamentais. Ora, para exame de massa de dados quantitativos da relevância e significação dos orçamentários, ùnicamente os processos estatísticos são eficientes.

A Administração de Material, em tôdas as suas fases, solicita, sob certos ângulos, a contribuição do Método Estatístico.

Em síntese não se poderá, jamais, compreender estados e tendências, *quer da administração-meio, quer da administração-fim, sem os recursos proporcionados pela Estatística.*

E' impositivo que se dê, entre nós, maior impulso à Estatística Administrativa.

Os órgãos ministeriais e o D.A.S.P. não têm podido, até agora, sistemàticamente, levantar dados estatísticos em extensão suficiente. Vale dizer, não têm feito, com a amplitude que é de desejar-se, estatística administrativa.

Infelizmente, por motivos assaz ponderáveis, o Decreto-lei n.º 3.854, de 21 de novembro de 1941, não vem sendo cumprido. Empenha-se, por isso, o Serviço de Documentação, através de sua Seção de Estatística Administrativa, em realizar algo, algo de informativo-numérico, referente à administração-geral no Serviço Civil Federal Brasileiro.

A execução de um programa mínimo de aperfeiçoamento das estatísticas administrativas será grandemente facilitada pela colaboração do I.B.G.E. e de outros órgãos do sistema estatístico brasileiro. Uma íntima articulação do S.D. do D.A.S.P. com os Departamentos de Administração dos Ministérios é vital à implantação e ao funcionamento de um sistema de coleta de estatística administrativa.

Para 1953, os Cursos de Administração incluem, nos itens de seu programa de trabalho, o de instituição de treinamento em serviço, dedicando-se depois, parcial ou integralmente, à estatística administrativa.

Êsse será o passo decisivo para início da formação de "uma mentalidade estatística" e para a constituição de hábitos de fazer estatísticas administrativas.

O Pessoal de Obras

Evolução das Normas de Amparo a êsse Grupo de Trabalhadores do Estado

OSCAR SARAIVA

O REGIME jurídico dos servidores públicos, no Brasil, encerra grave anomalia no que se refere à condição de numeroso grupo de trabalhadores que a legislação qualifica genèricamente de *pessoal de obras*. E' verdade que a doutrina predominante diferencia nìtidamente os funcionários públicos e aquêles que, executando funções de natureza braçal, se podem qualificar como operários. Nesse sentido é a lição clara de P. STAINOF:

"Le principe capital pour la distinction entre le fonctionnaire et l'ouvrier, ou l'employé privé, repose avant tout sur deux idées qui sont en même temps à la base de deux éléments fondamentaux de la notion de fonctionnaire: l'idée de l'incorporation dans les grades de la hiérarchie et l'idée de service public. Ainsi donc, le fonctionnaire serait incorporé dans les grades permanents de la hiérarchie d'un service public, tandis que l'ouvrier est embauché dans une entreprise privée, ou s'il est embauché par l'Etat, il n'est pas incorporé dans les grades permanents de la hiérarchie administrative, mais il est tout simplement engagé comme un auxiliaire salarié qui n'est qu'un ouvrier privé de l'Etat." (*"Le Fonctionnaire"*, pág. 88.)

Também entre nós já o douto VIVEIROS DE CASTRO assim se referia ao pessoal operário:

"Quando, porém, êstes agentes são destinados a serviço meramente mecânico, ou braçal, ajustados, pagos ou despedidos em virtude de contrato meramente particular com o chefe administrativo a quem estão subordinados, não lhes cabe a denominação de empregados públicos no sentido restrito, e sim a de meros serventes, operários ou jornaleiros." (*Direito Administrativo*, pág. 559, 3.ª edição).

Contudo, forçoso é advertir que as atribuições estatais cada vez ultrapassam mais o exercício das funções que se podem qualificar como de *império*. As atividades de natureza industrial se expandem dia a dia, mercê do crescente intervencionismo a que se vê obrigado o Estado moderno, e ante as necessidades da vida coletiva, nem sempre atendidas pelas iniciativas privadas.

Dêsse modo, a observação do Estado, como empregador, mostra que de par com os seus funcionários, admitidos como tais, e que recebem tratamento em legislação especial amplamente assecuratória de situação jurídica vantajosa, existem numerosos trabalhadores que se vêm encaixando paulatinamente entre as categorias de servidores que a lei classifica como extranumerários.

Além dos extranumerários, porém, que vêm sendo amparados pela progressiva extensão da legislação expedida para os funcionários pròpriamente ditos, e em cujo meio se encontram servidores no exercício de atividades em tudo semelhantes às dêsses funcionários, a ponto que difícil se torna diferenciá-los, se nos ativermos ao critério puro e simples de suas funções, além dêsses extranumerários, dizíamos, encontramos entretanto muitos trabalhadores sem qualificação específica, a que a lei genèricamente denomina de *pessoal de obras*.

A êsse grupo, a legislação de pessoal seguindo as diretrizes do Decreto-lei n.º 240, de 4 de fevereiro de 1938, deixou à margem de qualquer disciplina ou proteção jurídica, segundo o que nesse diploma estabelecera e que os textos subseqüentes mantiveram, quando estatuiu que —

— "O pessoal de obras não tem direito a nenhuma vantagem ou regalia, além do respectivo salário pago na base do dia de trabalho efetivamente realizado."

Sempre nos pareceu que semelhante tratamento não encontrava justificativa jurídica, e nem sequer administrativa, para que fôssem postos à margem da lei, trabalhadores incumbidos de serviços do Estado, ainda mesmo que transitórios. Essa própria transitoriedade, que ainda serve de justificativa para o tratamento discriminatório contra o pessoal de obras, é mais aparente do que real, de vez que se as obras, isoladamente consideradas, terminam com sua conclusão, outras se tornam necessárias, de sorte que, dentro das suas verbas de obras, está sempre o Estado realizando serviços, pràticamente com o mesmo pessoal. Daí dizermos que é apenas aparente a transitoriedade que se quer atribuir a essa relação de trabalho. A prevalecer o argumento da transitoriedade das obras, lógico seria que todos os empreiteiros particulares se liberassem também dos encargos da legislação do trabalho, conclusão que por si só evidencia o desacêrto do fundamento.

Contra semelhante estado de coisas manifestamo-nos, por diversas vêzes, sustentando ser paradoxal que o Estado brasileiro, que incluíra em suas Constituições, — na de 1934, na Carta de 1937 e finalmente na de 1946, — os postulados

básicos de proteção ao trabalho, tais como recomendados às Nações civilizadas, pelo Tratado de Versailles, repudiasse a aplicação dêsses princípios, em se tratando de trabalhadores a seu próprio serviço.

Assim também entendeu o autorizado THEMISTOCLES CAVALCANTI, em trecho, breve mas incisivo, de sua conhecida obra "O Funcionário Público e seu Estatuto", ao mostrar que —

"Embora a lei procure criar uma situação muito peculiar para estas categorias de servidores do Estado, colocados entre os funcionários públicos e os que gozam das vantagens da legislação trabalhista, o certo é que, cada vez mais se justifica a outorga das vantagens da legislação social.

O tempo de serviço deve acarretar a estabilidade, o direito à aposentadoria e à pensão, às férias, à licença enfim tudo quanto disser respeito às necessidades decorrentes da relação de trabalho entre êles e o Estado." (Pág. 109.)

E' verdade que nem tôda legislação do trabalho se poderia aplicar a êsse grupo. Mas os princípios básicos dessa legislação de nenhum modo deveriam ser afastados, e não seria de admitir permanecessem êsses trabalhadores reduzidos apenas, como o declarou o Decreto-lei n.º 240, ao direito à percepção do salário pelo dia de trabalho realizado, e sem quaisquer das outras garantias sociais, a todos os demais trabalhadores reconhecidas.

A Lei de Acidentes do Trabalho, expedida pelo Decreto-lei n.º 7.036, de 10 de novembro de 1944, veio alterar essa situação, ao determinar a extensão de suas normas ao pessoal de obras da União, Estados, Territórios e Municípios, iniciando, com êsse preceito, a tendência da legislação em favor da inclusão dessa categoria de trabalhadores nos limites de um melhor amparo jurídico.

Posteriormente, a Circular da Presidência da República, n.º 10, de 1948, estatuiu de modo geral sôbre a inclusão do pessoal de obras no regime de seguros sociais, sufragando a tese defendida pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, de que o regime de previdência do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários se lhes aplicava, tese essa que não vinha encontrando reconhecimento por parte de órgãos federais incumbidos de sua aplicação.

E completando essa providência, a Lei número 1.110 "B", de 24 de maio de 1950, em seus artigos 2.º e 3.º dispôs —

"Art. 2.º Aos trabalhadores de obras da União, que contarem mais de trinta e cinco anos de serviço e não estiverem inscritos, por proibição legal ou regulamentar, como associados de instituição de previdência social, será concedida, desde que tenham mais de sessenta e cinco anos de idade, pensão especial correspondente à metade do salário mensal que hajam percebido no último ano de trabalho.

.....

Art. 3.º As pensões estabelecidas no art. 2.º serão concedidas por decreto do Presidente da República mediante processo encaminhado ao Ministro da Fazenda pelo Ministério em que o beneficiário servir."

Quando da expedição da lei reguladora da remuneração do repouso semanal, foi também afirmada a aplicabilidade dessa lei aos trabalhadores do Estado, não encontrando, porém, acolhida o ponto de vista que nesse sentido manifestamos em parecer. Veio, porém, a Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952, ratificar a concessão dêsse benefício aos trabalhadores de obras, outorgando-lhes ainda o direito a férias anuais, nos têrmos de seu art. 13, *verbis*:

"O pessoal de obras ficará sujeito ao regime previsto na Consolidação das Leis do Trabalho para efeito de férias e repouso semanal remunerado.

Parágrafo único. O pessoal de obras, nomeado ou admitido em qualquer das categorias de servidor público da União, contará, para efeito de aposentadoria, o tempo de serviço efetivamente prestado em obras realizadas por administração direta do Estado."

Conforme se pode verificar, dêsse texto citado afinal, foi bem acentuado o progresso da nossa legislação, desde a exclusão do pessoal de obras de qualquer favor, determinada pelo Decreto-lei n.º 240, até o reconhecimento, atual, de várias das garantias previstas na legislação do trabalho, além do enquadramento dêsses trabalhadores no campo da previdência social, evidenciando-se nesse progresso a crescente influência do Direito do Trabalho sôbre o Direito Administrativo. Resta esperar, contudo, que desapareça o tratamento discriminatório que êste dava aos trabalhadores de obras, e que aos mesmos se estendam todos os preceitos do Direito do Trabalho que não sejam incompatíveis com a disciplina jurídica do Estado e da relação que êste mantém com os respectivos servidores.

Por fim, convirá atender aos aspectos práticos que os textos que invocamos suscitam, e para a execução dos quais nem sempre costumam providenciar as repartições aos mesmos obrigadas. E o melhor meio de obter-se essa fiel aplicação será, a nosso ver, a expedição de regulamento que, conjugando as normas legislativas vigentes, e esparsas que enumeramos, estabeleça, no âmbito administrativo, as formas práticas necessárias à efetiva observância de cada uma delas. Com essa providência serão evitados os males fàcilmente compreensíveis da inexecução, pelo Estado, de obrigações que lhe incumbem perante seus próprios trabalhadores.

O Extranumerário e a Perda da Estabilidade

CAIO TÁCITO

O ARTIGO 23 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias conferiu estabilidade aos extranumerários que exercessem função permanente há mais de cinco anos.

Interpretando o preceito constitucional, sustentou o D.A.S.P., não sòmente em Exposições de Motivos nºs. 891, de 27 de setembro de 1948, e 1.086, de 9 de dezembro do mesmo ano, como em sucessivos pareceres do seu Consultor Jurídico efetivo, Dr. Carlos Medeiros Silva, que a aceitação de outra função instável importava a renúncia da estabilidade adquirida por via constitucional.

Contudo, a partir da Exposição de Motivos n.º 287, de 11 de abril de 1950, começou a variar o entendimento uniforme da matéria, até que se instaurou, com o endôsso do então Consultor-Geral da República, a tese contrária que, tendo merecido a aprovação do Senhor Presidente da República, veio a se traduzir na Circular D.P.-1, de 27 de janeiro de 1951, segundo a qual, tanto o extranumerário amparado pelo artigo 23 do A.D.C.T., como o funcionário estável, na forma do art. 188 da Constituição, que viessem a aceitar admissão em função de extranumerário, conservariam a estabilidade ("Revista de Direito Administrativo", vol. 24, pág. 279).

A atual administração do D.A.S.P. logo reagiu, porém, contra essa deturpação dos princípios jurídicos que, tradicionalmente, orientavam a jurisprudência administrativa, firmando, em Exposição de Motivos n.º 296, de 10 de abril de 1951, o seu repúdio ao critério que, singularmente, se alterara na fase final do anterior govêrno da República.

Nesse documento, em seguida ao histórico do assunto, assim se exprimiu o Sr. Diretor-Geral do Departamento:

"Como acaba de ser exposto, todavia, o ponto de vista constante e uniforme dêste Departamento, sustentado em várias oportunidades, é de que não pode ser reconhecida a estabilidade do servidor estável que aceita função *não efetiva*."

E, mais além, invocando o princípio estatutário do art. 192, § 2.º, de que a estabilidade se refere ao serviço público, e não ao cargo, acrescenta:

"Daí não se pode concluir que possa o funcionário conservar a estabilidade quando provido em função precária. A aceitação importa na renúncia da estabilidade desfrutada.

Êsse é o ponto de vista dêste Departamento, a despeito do pronunciamento ora contestado, que não se harmoniza com a nossa melhor jurisprudência e que não pode ser ratificado" (*Revista de Direito Administrativo* — vol. 25, pág. 286).

Ouvido a respeito, o atual Consultor-Geral da República, em substancioso parecer, consolidou as razões expostas pelo D.A.S.P. e reforçou a necessidade de revigorar a legítima doutrina, de que, eventualmente, se afastara a administração.

Relembrando seus pronunciamentos quando em exercício na Consultoria Jurídica daquele Departamento, evidenciou o equívoco em que se louvara o seu ilustre antecessor e terminou enunciando a sua conclusão:

"é meu parecer que o reexame da matéria solicitado pelo Diretor-Geral do D.A.S.P., se impõe, para restabelecimento da tese de que haverá perda de estabilidade adquirida sempre que a nova função, por sua caracterização legal, seja incompatível com a estabilidade, ressalvados os casos estritos de melhoria de salário, acesso, transformação e transferência *ex-officio*, quando se tratar de extranumerários estáveis; em se tratando de funcionário, em todos os casos, porque perdendo o cargo, por incompatibilidade de acumulação, perde também a estabilidade que não pode sobreviver se o novo exercício é por natureza precário e êle não conserva o anterior, por vedação constitucional e legal (Parecer 12-T, de 23 de maio de 1951 — "Pareceres do Consultor-Geral da República" — CARLOS MEDEIROS SILVA — vol. I, pág. 45; *Revista de Direito Administrativo* — vol. 25, págs. 286/5).

Tendo sido aprovado pelo Senhor Presidente da República, em despacho de 9 de junho de 1951, publicado no "Diário Oficial" de 5 de julho do mesmo ano, o critério condensado na conclusão do parecer, tornou-se norma vinculadora que, por fôrça do ato decisório, deve, obrigatòriamente, ser respeitada, salvo se revogada em nova decisão presidencial.

O parecer do eminente Consultor-Geral da República não se limita a impugnar a tese então dominante por sua inconveniência ou inoportunidade. Partindo de pressupostos constitucionais, fulminou-a por incompatível com os requisitos legais que são elementares à existência do ato administrativo. Não foram razões de mérito, mas condições de legalidade que inspiraram a nova manifestação administrativa. O ato administrativo precedente não foi, em suma, revogado, mas anulado.

Ensina, a propósito, com sua habitual lucidez, o emérito SEABRA FAGUNDES:

"A revogação opera da data em diante (*ex-nunc*). Os efeitos que a precederam, êsses permanecem de pé. O ato revogado, havendo revestido todos os requisitos legais, nada justificaria negar-lhe efeitos operados ao tempo da sua vigência.

Em se tratando de anulamento, a situação se oferece diferente. E' que êste, tendo origem em vícios na formação do ato, ou seja, na sua inconformidade com a lei, importa em afirmá-lo ilegal, e, por isto mesmo, sem vida jurídica.

Ora, sendo assim, há de concluir-se pela impossibilidade de gerar efeitos, pois o que é nulo é juridicamente inoperante. A pronunciação da nulidade opera *ex-tunc*. Se o ato, desde a origem, carece de validez, não pode haver gerado direito para ninguém."

(*Revista de Direito Administrativo* — vol. III, página 7).

Desajustado à lei, o ato ilegal não deixa, após o seu desfazimento, qualquer resquício jurídico. O vício intrínseco que o contamina faculta à administração revê-lo *ex-officio*, expungindo-lhe tôdas as conseqüências materiais.

Consulte-se, nesse sentido, o excelente parecer de CARLOS MEDEIROS SILVA ("Pareceres do Consultor-Geral da República" — vol. I — pág. 190 e seg.), calcado em larga cópia de opiniões nacionais e estrangeiras, às quais se poderão acrescer outras de igual autoridade.

Mesmo no direito francês, em que a jurisprudência do Conselho de Estado admite, em certos casos, a convalescença do ato irregular pela caducidade do prazo de recurso por excesso de poder, consagra-se, pacìficamente, o efeito retroativo do ato anulatório.

Eis a lição recente de ANDRÉ DE LAUBADÈRE:

"Lorsque l'acte administratif est irrégulier c'est le principe inverse du précédent qui prevaut: l'acte irrégulier peut être rapporté pour l'avenir et même retiré rétroactivement par son auteur" (*Traité élémentaire de Droit Administratif* — 1953, pág. 186).

Também assinalam PAUL DUEZ e GUY DEBEYRE:

"Cette proposition est évidente: si la situation juridique particulière n'a pas été crée régulièrement, elle n'est pas l'expression concrète du droit. Il n'y a pas devoir juridique de la respecter; les gouvernants et les agents pourront juridiquement la méconnaitre" (*Traité de Droit Administratif* — 1952, pág. 214).

Reforça SANTI ROMANO a inteligência de que, pela anulação, desaparecem os efeitos tanto futuros, como pretéritos, do ato administrativo ilícito:

"Infine, per quanto riguarda gli effetti dell'annullamento, è da ricordarsi che questo spiega la sua efficacia non *ex-nunc*, cioè dal momento in cui è pronunciato, ma *ex-tunc*, cioè *distrugge* l'esistenza dell'atto amministrativo sin dal momento in cui è sorta la sua invalidità" (*Scritti Minori* — vol. I — Diritto Ammnistrativo — 1950, página 333).

SANDULLI, depois de conceituar a revogação e a reforma do ato administrativo, distingue-as, quanto aos seus efeitos, da anulação:

"Gli atti fin qui considerati fanno venir meno *ex-nunc* l'efficacia di quello sul quale operano. Agisce invece *ex-tunc* l'annullamento, il quale quindi puó operare non soltanto sugli atti a efficacia prolungata, ma anche su quelli a efficacia istantanea" ("Manuale di Diritto Amministrativo" — 1952, pág. 248).

Não vale alegar, no caso, o precedente firmado com o Parecer n.º 4-T, do Sr. Consultor-Geral da República, sustentando que a modificação da jurisprudência, tanto administrativa, como judicial, não obriga à revisão dos atos administrativos já consumados ("Pareceres do Consultor-Geral da República" — CARLOS MEDEIROS SILVA — vol. I — p. 14).

A manifestação do eminente jurista envolvia hipótese diversa em que, tendo variado a apreciação do mérito do ato, operou-se a revogação da norma de conduta da administração. Salientou o ilustre opinante, com apoio em Seabra Fagundes e em acórdão do Supremo Tribunal Federal:

"E' sabido que os atos administrativos não se anulam quando, *sem mácula de ilegalidade*, criam *situações jurídicas*."

A ressalva explícita evidencia, com exatidão, que não poderá vigorar aquêle entendimento quando o ato criticado violou as fronteiras da legalidade. Os princípios da estabilidade e segurança do comércio jurídico tornam imperativo que as decisões administrativas não se modifiquem, ao sabor de novos critérios e pontos de vista. O interêsse da permanência e equilíbrio das situações constituídas não se sobrepõe, no entanto, às exigências do requisito da legalidade da ação do Poder Público, que é um dos fundamentos do Estado de Direito. O ato ilegal é írrito e nenhum, não sendo possível consolidar resultados feridos dêsse vício insanável.

A decisão anulatória de 9 de junho de 1951, publicada a 5 de julho do mesmo ano, não deve ser observada sòmente *ad futurum*, mas abranger, por igual, os casos em que, anteriormente, se verificou a passagem de um cargo efetivo para uma função de extranumerário. A declaração de nulidade do despacho que havia acolhido a exegese espúria pulveriza-o em tôdas as suas conseqüências e obriga à revisão das situações constituídas, irregularmente, à sombra de critério divorciado dos princípios legais e constitucionais.

Carece, também, de fundamento a conclusão, que tem sido formulada, no sentido de que o extranumerário deve conservar a estabilidade conferida pelo art. 23 do A.D.C.T. sempre que ocorra sua movimentação, dentro da própria categoria de extranumerário.

A norma constitucional transitória autoriza a *equiparação* do extranumerário ao funcionário, ou seja, a igualdade de direitos entre um e outro, nos aspectos a que expressamente se referiu. Não cabe, portanto, atribuir ao extranumerário estável

maiores direitos do que são outorgados ao funcionário. Se, para êste, a aceitação de função precária gera a perda da estabilidade, a mesma conseqüência deve, necessàriamente, acompanhar igual transfiguração no tocante àquele.

Não procede a analogia segundo a qual ambos os tipos de servidores públicos poderiam movimentar-se, sem perda da estabilidade, dentro das respectivas categorias: o funcionário podendo variar de cargo, e o extranumerário, de função. O paralelo é ilusório, porque as duas hipóteses se diferenciam, em um elemento essencial.

A pedra de toque da subsistência da estabilidade reside na sua compatibilidade com a nova situação funcional: conserva-a o funcionário que passa a novo cargo efetivo, porque êste se harmoniza com aquela condição, que é, porém, inconciliável com a precariedade orgânica da função de extranumerário.

Ressalvados aquêles casos de movimentação compulsória a que se referiu o parecer do Sr. Consultor-Geral da República, a aceitação de nova função precária provoca, de plano, a renúncia à estabilidade adquirida, tanto para o funcionário, como para o extranumerário.

Resta, ùnicamente, considerar a situação tanto de funcionários, como de extranumerários que, durante a vigência do ato declarado ilegal, aceitaram funções precárias, na persuasão de que poderiam conservar a estabilidade de que eram titulares.

A solução naturalmente indicada é a de lhes dar oportunidade de opção, dentro em determinado prazo a ser administrativamente estipulado, pelo regresso aos antigos cargos e funções com a garantia de estabilidade, ou pela manutenção nas novas funções, com a conseqüente perda dessa segurança. O silêncio do servidor, dentro no prazo fixado, importará a renúncia tácita à estabilidade anterior.

Organização e Métodos no Serviço Público

FRANCISCO BURKINSKI

Sumário: 1. *Introdução* — 2. *Origem e precursores* — 3. *As atividades de organização na administração* — 4. *Limites no emprêgo dos processos* — 5. *Fases da organização* — 6. *Modalidades da organização* — 7. *Tipos de organização* — 8. *Processos de organização* — 9. *Organização e Técnica de Direção* — 10. *Métodos de avaliação da eficiência administrativa* — 11. *Instrumentos de administração.*

SEM maiores preâmbulos pode-se dizer que o Direito Administrativo estuda a doutrina, a legislação e a jurisprudência dos serviços públicos e a Ciência da Administração estuda a sua técnica.

Todavia, há uma orientação errônea, — produto principalmente da influência da bibliografia norte-americana e em parte francesa, cujos textos estão eivados das idéias de TAYLOR e FAYOL, — que se inclina no sentido de elaborar uma espécie de "nova ciência de administração", completamente afastada dos cânones preconizados pela Ciência da Administração pròpriamente dita, conforme vimos, a técnica do Direito Administrativo.

Em face disso, como é natural, reina grande confusão.

A chamada "nova ciência da administração" preconiza princípios, métodos e sistemas, aplicáveis tanto à administração privada como à administração pública.

Ora, se a Ciência da Administração Pública já constitui por si mesma uma técnica ou arte, como é possível haver uma "nova ciência da administração"?

Quando muito se poderia dizer que a denominada "nova ciência da administração" constitui uma técnica especial, oriunda do desenvolvimento considerável da Ciência da Administração, no setor referente à administração-geral, sobretudo nos países que atingiram elevado grau de desenvolvimento econômico e social.

E, uma vez que a Organização Racional dos Serviços Públicos é um ramo da Ciência da Administração, como tal ela deve ser encarada, pelo menos no que se refere à sua aplicação à administração pública.

Basta um exemplo para elucidar tôdas as considerações que expendemos acima.

A organização administrativa federal está submetida a leis. O estudo do conjunto dessas leis é objeto do Direito Administrativo Positivo.

A técnica administrativa, isto é, os processos e os meios empregados na organização administrativa interna e externa da União constitui objeto da Ciência da Administração Pública.

A organização administrativa interna do govêrno da União obedeceu a processos racionais? Quais os processos a serem observados na organização racional da organização administrativa interna da União?

Ambas essas questões nô-las responde a Técnica ou a Arte da Organização.

* * *

Cumpre agora delimitar o raio de ação da Técnica de Organização no campo de administração pública.

Assim dizemos porquanto o estudo da Técnica da Organização tem sido feito de tal forma desordenada, que o estudioso acaba de tomar conhecimento de um acervo de princípios, métodos e normas, sem saber como e quando devam ser aplicados na administração pública ou na administração privada.

Por isso, não é raro uma pessoa interessada em ingressar no Serviço Público e, mesmo o funcionário, serem obrigados a decorar uma série de regras e sistemas, sem nenhuma aplicação na administração pública, chegando ao ponto de nem sequer atinarem com a sua importância ou eficácia.

O certo, pois, seria divulgar para os que se destinam à função pública e aos servidores, apenas os processos, normas e métodos de organização aplicáveis à administração pública.

* * *

O objetivo primordial da aplicação do método científico na administração pública é a ob-

tenção de economia e eficiência na prestação dos serviços. E a *organização é o instrumento ou a técnica através do qual se alcança essa economia e eficiência.*

Constituem finalidades específicas da Técnica de Organização:

1) Eliminar duplicidade ou concorrência e oposição de funções;

2) Eliminar conflitos de competência;

3) Eliminar serviços obsoletos;

4) Simplificação de normas e métodos de trabalho.

2. ORIGEM E PRECURSORES

A ampla repercussão nos negócios públicos das idéias de Taylor e seus discípulos deve-se ao entusiasmo que haviam suscitado nas emprêsas privadas.

Não foi por outro motivo que em 1907 se organizou nos Estados Unidos o Bureau of Municipal Research, primeiro centro de estudos de racionalização administrativa aplicada à administração pública, a qual estudou as várias formas de govêrno municipal existentes nos Estados Unidos.

Em 1909 a People Power League propôs um plano de reorganização dos serviços do Estado de Oregon. E, um ano mais tarde, surge na esfera federal a President's Commission on Economy and Efficiency.

Em 1911 surge o plano do Conselho Administrativo, proposto pela Junta Comercial de Lockport, em New York, posteriormente aclamado pela National Municipal League dos Estados Unidos.

A peça central dêsse plano de govêrno municipal é o "city manager".

O Bureau of Municipal Research, no que se refere à organização, preconizava, entre outros diversos pontos, a adoção de um sistema administrativo integrado, convenientemente departamentalizado e coordenado sob a direção da chefia executiva; a adoção de um sistema de compras centralizadas e a criação de um sistema de estado maior e a seleção dos funcionários.

Criava-se por fim o Bureau of Budget em 1921 e a Procurement Division em 1933, e em leis de 1939 e 1940, solicitadas pelo Congresso pelo então Presidente Roosevelt, notava-se sensìvelmente a tendência racionalizadora no domínio dos serviços públicos.

Na França, HENRI FAYOL, em fins do século XIX e primórdios do século XX, embora tivesse difundido princípios de preferência aplicáveis à administração de emprêsas privadas, foi o primeiro autor que mostrou a importância da sua aplicabilidade na esfera da administração pública.

Na Alemanha, em 1921, como conseqüência das idéias apregoadas por WALTER RATHENAU, foi criado o Conselho do Reich para a Produtividade, organismo paraestatal destinado a estudar e a investigar sôbre a racionalização, tendo como um de seus setores, o Comité para a administração econômica.

As teorias de TAYLOR e FAYOL constituem, ainda hoje, as colunas mestras das correntes atuais preconizadoras de técnicas para a organização racional da máquina administrativa do Estado.

3. AS ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO

Distinguem-se na administração pública as funções internas ou de administração-geral e as funções externas ou de administração específica. Aquelas se referem aos *meios* de que o Estado se vale para atingir os seus objetivos, como sejam organização, planejamento, recursos orçamentários, etc., e as últimas dizem respeito aos serviços diretamente prestados pelo Estado, tais como educação, assistência social, transportes, obras públicas, etc.

Com o desenvolvimento crescente das atividades governamentais, conseqüente ao rápido progresso tecnológico dos derradeiros anos, o Estado sentiu a necessidade de contrôle, por parte da direção central administrativa, das atividades de administração-geral.

Embora resida no Chefe Executivo a autoridade máxima, com jurisdição sôbre tôda a máquina administrativa, êle, por si só, dadas as limitações de conhecimento, tempo e energia, não pode desincumbir-se das ingentes tarefas que o Estado Moderno lhe impõe.

Daí a criação de órgãos próprios, com suas atividades controlísticas centralizadas, destinadas a pesquisas e estudos cuja solução compete ao Chefe Executivo. E' o fenômeno a que comumente se denomina da institucionalização das atividades de administração-geral, dentre as quais as atividades de organização ocupam lugar de destaque.

4. LIMITES NO EMPRÊGO DOS PROCESSOS

Os processos utilizados na organização das grandes emprêsas privadas sofrem restrições ao serem aplicados no âmbito da administração pú-

blica. Constituem exceção a essa regra quando se trata da organização ou reorganização de serviços que se assemelham aos prestados por entidades particulares, como é o caso dos serviços industriais do Estado, hospitais, etc.

Há duas espécies de limitações no emprêgo de processos organizativos no domínio da administração do Estado:

1) De ordem política;
2) De ordem administrativa.

Como as atividades administrativas do Estado são uma decorrência da forma de govêrno, é lógico que todos os órgãos são organizados e os agentes são designados, tendo-se em vista as diretrizes da política geral.

Onde se nota visìvelmente limitações de ordem política é no caso da seleção de pessoal.

Conquanto se tenha reconhecido ser o sistema do mérito o mais científico na seleção dos servidores públicos, uma vez que o exercício da função pública por pessoal qualificado redunda, em última análise, em maior economia e eficiência no funcionamento da máquina administrativa, o certo é que tal critério, como se sabe, não pôde até agora ser adotado na sua inteireza, em virtude de injunções políticas.

As limitações de ordem administrativa no que concerne à organização da administração pública defluem naturalmente dos fins visados pelas emprêsas privadas e pelo Estado. Enquanto aquelas têm por objetivo precípuo o aumento crescente do lucro, através do incremento da produtividade, o último visa a proporcionar o máximo de bem-estar às populações, o que de forma geral não se pode ponderar em têrmos de rendimento do trabalho dos órgãos e agentes componentes dos poderes do Estado.

5. FASES DA ORGANIZAÇÃO

Tanto na organização como na reorganização dos serviços públicos, há observância de três fases essenciais:

1) Levantamento ou análise;
2) Planejamento;
3) Implantação.

No caso de organização de novas agências governamentais, em que se torna necessário colhêr abundância de informações, o trabalho de levantamento exerce uma extraordinária importância.

O organizador, no exercício dessa árdua função deve fazer uma análise de tôdas as peculiaridades locais ou regionais, tais como ambiente físico, recursos naturais, economia, vida social, etc., para na base dêsses elementos formular o plano que melhor a elas se ajusta.

Isso feito, dá-se início à fase de implantação, quando a organização encontra a sua expressão prática.

Na eventualidade de reorganização de serviços o trabalho do organizador é menor, porquanto já encontra uma situação real que não pode ser radicalmente modificada, bastando adaptá-la aos processos científicos da técnica de organização administrativa.

Caso típico de reorganização de serviços é a reforma administrativa anunciada pelo govêrno federal, atualmente em discussão na Câmara dos Deputados, consistente na organização sob moldes racionais da organização administrativa federal.

O levantamento, planejamento e implantação da organização ou reorganização de serviços públicos requer por parte do organizador, não só sólidas noções de Direito Administrativo, Ciência da Administração Pública e Técnica de Organização, mas também aprofundados conhecimentos de Sociologia e Lógica.

6. MODALIDADES DA ORGANIZAÇÃO

A organização compreende dois aspectos:

1) Estático ou de organização pròpriamente dita;
2) Dinâmico ou de funcionamento.

E' comum reduzir-se o segundo aspecto a métodos e normas de trabalho.

Na parte relativa à estrutura da organização (estática administrativa), examinam-se os seguintes pontos:

a) Classificação dos serviços existentes;
b) Grupamento racional dos serviços;
c) Acréscimo dos serviços não existentes;
d) Eliminação dos serviços em duplicidade.

Na parte referente ao funcionamento da organização (dinâmica administrativa), estudam-se os seguintes itens:

a) Localização adequada de edifícios públicos e determinadas agências governamentais, como sejam estações experimentais, institutos de pesquisas, laboratórios, hospitais, etc., tendo-se em vista a obtenção de eficiência e de direção racionalizada;

b) Normas de trabalho e relações entre os departamentos e as seções — Regime de responsabilidade;

c) Análise do mercado de trabalho, visando ao recrutamento e à seleção de pessoal;

d) Propaganda organizada e sistematizada;

e) Análise dos custos unitários, baseada nos serviços de estatística, de contabilidade pública e de investigação técnica;

f) Coordenação e contrôle do trabalho.

Há autores que consideram o estudo dos fatôres materiais, tais como especificações padronizadas para aquisição de materiais e de equipamentos e para as respectivas provas e ensaios de laboratório, bem como o exame do processo de conservação dos estoques, como pertencendo ao campo da Técnica de Organização.

Outros há que acham que a parte da dinâmica administrativa já envolve a consideração dos próprios indivíduos (fator humano); do material de que se utilizam (fator material); das condições locais e de ambiente em que o trabalho se processa (fatôres físicos) e dos recursos financeiros disponíveis (fatôres orçamentários).

7. TIPOS DE ORGANIZAÇÃO

Os tipos de organização mais empregados para o correto arranjo da estrutura administrativa, consistente na linha que vai do último subordinado ao Chefe do Executivo, podem assim classificar-se, tendo-se em vista as suas funções:

1) organização linear, militar, escalar, hierárquica ou piramidal;

2) organização de estado-maior ("staff");

3) organização mista: linear e de estado-maior.

Levando-se em conta a parte interna da organização administrativa, pode-se distinguir dois tipos de organização:

1) Departamental;

2) Divisional.

A organização linear desempenha o seu trabalho por meio de ação direta através de órgãos de execução; a organização de estado-maior executa seu trabalho por meios indiretos, através de órgãos que informam e aconselham os órgãos hierárquicos superiores e inferiores.

Os serviços públicos são diretamente executados pelos órgãos hierárquicos, ao passo que os serviços de estado-maior administrativo são de caráter essencialmente auxiliar.

De um modo geral os órgãos administrativos são divididos em Departamentos. Todavia, casos especiais há em que se fracionam em Divisões. Haja vista o caso das Administrações Territoriais no Brasil. O Território Federal do Rio Branco, por exemplo, está organizado da seguinte forma:

Governador.

Divisão de Assistência à Maternidade e à Infância.

Divisão de Educação.
Divisão de Obras.
Divisão de Produção, Terras e Colonização.
Divisão de Saúde.
Divisão de Segurança e Guarda.
Secretaria-Geral.
Serviço de Administração-Geral.
Serviço de Geografia e Estatística.

Outros processos mais específicos são usados para agrupamento racional dos fatos administrativos.

Assim é que se pode proceder ainda ao agrupamento de atividades:

1) Conforme o *propósito* (Ministério da Educação);

2) Conforme o *processo* ou *técnica* (Serviço de Estatística);

3) Conforme o *lugar* ou *área* (Regiões Militares);

4) Conforme a *clientela* (Serviço de Proteção aos Índios);

5) Conforme o *conhecimento disponível* ou "conveniência rotineira" (Postos Indígenas).

6) Por *tempo* (Corpo de Bombeiros).

8. PROCESSOS DE ORGANIZAÇÃO

Princípios em abundância são consignados em obras de Técnica de Administração e Organização Científica dos Serviços Públicos, não havendo uniformidade da nomenclatura entre os autores.

Como não consideramos a Organização uma Ciência, mas uma técnica, achamos que ela não aplica princípios previstos pelo Direito Administrativo, mas se utiliza, conforme as circunstâncias, de processos, em número ilimitado.

A utilização dêsses processos se destina à consecução de uma organização interna na medida do possível simétrica e equilibrada, em que as ordens se transmitem suavemente dos órgãos superiores aos órgãos inferiores.

Para tanto é preciso que a organização administrativa interna seja:

1) *simples* (quanto à organização da escala hierárquica);

2) *definida* (quanto à divisão das funções);

3) *unificada* (quanto à coordenação das funções).

As três condições acima se conseguem através da observância dos seguintes "princípios" proclamados por H. FAYOL:

1) Divisão funcional do trabalho;

2) Unidade de comando;

3) Unidade de direção;

4) Centralização.

Embora a técnica administrativa preconize a adoção de múltiplos "princípios", no caso específico da Técnica de Organização achamos que a aplicabilidade dos quatro processos mencionados resolve qualquer problema atinente à estrutura da organização.

A divisão funcional do trabalho é um processo de ordem natural, que tem por fim fazer com que a máquina administrativa produza mais e melhor com o mesmo esfôrço.

Êsse processo é de tamanha importância que LUTHER GULICK chegou a considerá-lo como o alicerce, como a razão de ser da própria organização.

A unidade de comando cifra-se no seguinte: Para a execução de um ato qualquer um só agente deve receber ordens de um chefe. E' através do comando que a organização entra em funcionamento.

A unidade de direção prevê a existência de um só chefe e um só programa para um conjunto de operações que tendem para o mesmo fim. A coordenação, em última análise, é obtida através da unidade de direção.

A unidade de comando não pode existir sem a unidade de direção, mas não deriva desta.

A centralização constitui um fato de ordem natural. A adoção do processo de centralização ou descentralização é uma questão de medida. Assim é que, ordinàriamente, as atividades de direção são centralizadas, ao passo que as de execução são descentralizadas.

9. ORGANIZAÇÃO E TÉCNICA DE DIREÇÃO

Dado que dirigir pressupõe, como instrumentos, o comando, a coordenação e o contrôle, é fácil de notar como a organização se entrosa com a técnica de direção.

Os atos administrativos (regulamentos, circulares, portarias, ordens de serviço) emanações dos planos governamentais em atividade, são os mais elementares instrumentos de comando, competindo o seu exame ou preparação às agências de organização. Além disso, como vimos, é através do comando que a organização se põe em funcionamento.

Vimos, outrossim, que é através de uma organização unificada que se obtém coordenação das funções.

O contrôle cifra-se em apresentar relatórios e fazer inspeções e, conforme veremos no último item do Sumário, a elaboração dos relatórios, instrumentos de administração, deve competir à agência organizadora.

Compete ainda à técnica de direção o estudo do complexo problema das relações estabelecidas entre o chefe da administração e seus subordinados, e já vimos quanto a solução dêsse problema é facilitada quando há simplicidade na organização da escala hierárquica.

10. MÉTODOS DE AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA

Talvez a avaliação da eficiência administrativa através do contrôle dos resultados obtidos e seu confronto com os esforços empregados, constitua, dada a sua sutileza, uma das partes mais importantes da Técnica de Organização.

Não compete às agências organizadoras medir e avaliar a produção dos órgãos da administração e seus servidores, mas assisti-los na preparação e instalação de planos de contrôle e avaliação.

Para avaliação da eficiência são utilizados padrões adequados, estabelecidos em função de *quantidade, qualidade, custo unitário, tempo.*

Os trabalhos de rotina são suscetíveis de avaliação quantitativa e qualitativa, e, por isso, além de serem medidos, são executados segundo padrões preestabelecidos.

Os trabalhos não rotinizados são insuscetíveis de avaliação quantitativa. Quando muito podem ser considerados em função de sua qualidade.

O custo da unidade de trabalho é avaliado através da contabilidade de custo. Êsse processo, ainda não difundido entre nós, tem sido usado com proficiência como base para o planejamento, o orçamento e o contrôle de despesas na administração financeira do Estado Moderno.

Dentre os principais objetivos da contabilidade de custo se alinha o da proteção contra perdas, desperdício e insuficiência.

O estudo dos tempos e movimentos constitui a pedra angular do taylorismo, verificando-se sua aplicação com mais freqüência no domínio dos serviços industriais do Estado.

11. INSTRUMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO

À agência organizadora compete a elaboração dos seguintes principais instrumentos de administração:

1) Indicador-Geral da Organização Administrativa;

2) Monografias;

3) Manuais de Serviços;

4) Organogramas;

5) Resumos;

6) Mapas de Organização;

7) Relatórios.

Êsses instrumentos de administração são úteis aos legisladores, aos administradores e ao público em geral, mostrando duplicidade de serviços, paralelismo de funções e conflitos de jurisdição, constituindo, assim, precioso subsídio para a racionalização dos serviços públicos.

QUADRO SINÓTICO

Direito Administrativo (Doutrina, Lei e Jurisprudência)

- Ciência da Administração Pública (organização administrativa interna e externa).
  - Técnica de Organização (organização Administrativa interna).
  - Técnica de Orçamento.
  - Técnica de Planejamento.
  - Técnica de Pessoal.
  - Técnica de Material, etc.
- Administração-Geral .....
  - Organização.
  - Orçamento.
  - Planejamento.
  - Pessoal.
  - Material, etc.
- Administração Específica.
  - Educação.
  - Assistência Social.
  - Transportes.
  - Obras Públicas, etc.
- Limitações .....
  - De ordem política.
  - De ordem administrativa.
- Fases da Organização .....
  - Levantamento ou Análise.
  - Planejamento.
  - Implantação.
- Modalidades da Organização .....
  - Aspecto estático ou de organização pròpriamente dito.
  - Aspecto dinâmico ou de funcionamento.
- Tipos de Organização (Gerais) .....
  - Linear, militar. escalar, hierárquica ou piramidal.
  - De Estado-Maior ("Staff").
  - Mista.
  - Departamental.
  - Divisional.
- Tipos de Organização (Específicos) .....
  - Conforme o propósito (Ministério da Educação).
  - Conforme o processo (Serviços de Estatística).
  - Conforme o lugar (Regiões militares).
  - Conforme a Clientela (Serviço de Proteção aos Índios).
  - Conforme "conhecimento disponível".
  - Conforme "conveniência rotineira" (Postos indígenas).
  - Por tempo (Corpo de Bombeiros).
- "Princípios" de Organização (H. FAYOL) .....
  - Divisão do Trabalho.
  - Unidade de Comando.
  - Unidade de Direção.
  - Centralização.

BIBLIOGRAFIA

1. ÁLVARO PÔRTO MOITINHO — *Ciência da Administração* — 1.º e 2.º Volumes — *Introdução ao Estudo da Administração* — 2.ª Edição, Editôra Paulo de Azevedo Ltda. — Rio de Janeiro, 1950.

2. ARAÚJO CAVALCANTI — *Da Organização Empírica à Organização Científica* — A Noite Editôra, 1945.

3. CÉSAR CANTANHEDE — *Curso de Organização de Trabalho* — 2.ª Edição — Distribuição da Livraria Francisco Alves — Rio, s/data.

4. COMSTOCK GLASER — *Administrative Procedure* — American Council on Public Affairs — Washington — 1941.

4A. E. MEUCCI — *Instituzioni Di Diritto Amministrativo* — Torino, 1909.

5. FREDERICO HERRMANN JR. — *Funções Específicas dos Municípios* — Editôra Atlas S. A. — 1945.

6. GUERREIRO RAMOS — *Uma Introdução ao Histórico da Organização Racional do Trabalho* — Departamento de Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1950.

7. HENRI FAYOL — *Administration Industrielle et Générale* — Paris, Dunod, 1937.

8. IBANY DA CUNHA RIBEIRO — *Doutrina e Técnica de Organização* — Livraria Odeon Editôra — Rio de Janeiro, 1942.

9. ISNARD GARCIA DE FREITAS — *Das Atividades de Organização na Administração Pública* — Departamento de Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1952.

10. JAMES D. MOONEY e ALAN C. REILEY — *The Principles of Organization* — Harper H. Brothers Publishers — New York and London, 1939.

11. JOAQUIM BERTINO DE MORAIS CARVALHO — *Localização — Fator de Organização* — D.A.S.P. — Imprensa Nacional, 1944.

12. LUTHER GULICK AND OTHERS — *Papers on the Science of Administration* — New York, Institute of Public Administration, 1937.

13. RAFAEL BIELSA — *Derecho Administrativo y Ciência de la Administración* — Buenos Aires, 1929.

14. IDORT — *Órgão do "Instituto de Organização Racional do Trabalho"*, de São Paulo — N.º 85, São Paulo, Janeiro de 1939.

15. *The Institute for Training in Municipal Administration* — The Technique of Municipal Administration, Chicago, Illinois — 1940.

16. W. F. WILLOUGHBY — *Principles of Public Administration* — Washington, The Brookings Institution, 1927.

17. WAGNER ESTELLITA CAMPOS — Chefia e Administração — Rio de Janeiro, 1950.

Critério para a Seleção de Fiscais da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil

José Rubens de Faria Cidade

INTRODUÇÃO

RAZÃO DA ESCOLHA DO TRABALHO

NÃO resta dúvida que o estudioso da moderna administração de pessoal encontra, no Brasil, bom campo para sadia aplicação de seus ensinamentos. O curso que, a propósito, realizamos, na Fundação Getúlio Vargas, sob a orientação do prof. Reining, da Universidade da Califórnia do Sul, permitiu-nos identificar e sentir melhor os problemas ligados a pessoal, incontestàvelmente a mola mestra de qualquer organização e de maior realce quanto mais importante ela fôr.

Assim, em o estabelecimento oficial de crédito do país, o Banco do Brasil, ao qual temos a honra de pertencer, encontramos algumas manifestas deficiências no tocante à sistematização de sua estrutura funcional, não obstante contar com excelente corpo de funcionários, disciplinados, dedicados e que possuem boa cultura geral, além de supervisores e "staffs" eficientes, a maioria dos quais com longo trato nos seus negócios e dotados de verdadeira afeição à Casa.

Pinto Pessoa e Teixeira Dias, acertadamente, em livro seu, dizem:

> "apenas nos últimos anos os problemas ligados à boa organização da administração pública mereceram maior atenção... não sendo, pois, de se admirar que a administração de pessoal ainda não encontre no nosso meio terreno estável sôbre que assente suas bases, nem mesmo uma certa unidade de pensamento e orientação". (1)

Essa sua asserção, pensamos, explica a razão de nossa afirmação inicial, isto é, da existência de múltiplas imperfeições quanto à organização funcional, no país, em geral, e, como não podia deixar de ser, em um de seus mais importantes órgãos, o Banco do Brasil, que executa a política de crédito governamental e que, no dizer de Loureiro da Silva, "é uma das quatro fôrças que avultam entre as instituições brasileiras". (2)

Isto pôsto, é visível que não nos apresentaria maiores dificuldades encontrar assunto para escrever a monografia que viesse satisfazer o desejo de nosso mestre, dentro da disciplina que ministra e com sentido prático e de interêsse à instituição em que labutamos.

Todavia, além da necessidade de conciliarmos a limitação do prazo de entrega do nosso trabalho, sem perdermos de vista a atenção devida à "classe" de Administração de Pessoal e demais matérias, deveríamos identificar problema que nos permitisse apreciá-lo um tanto ou quanto especìficamente, uma vez que os diversos estágios daquela ciência se encontram ìntimamente ligados entre si.

Após nos deter em considerar múltiplas questões de pessoal em nossa Casa, decidimo-nos por problema ligado à Carteira de Crédito Agrícola e Industrial. Explicamos porque. Nela encontramos algo que vai mais ao encontro do nosso sentimento e temperamento. Nela possuímos mais contato com a terra, da qual sempre fomos afeiçoados; com sua gente humilde, seus problemas, trabalhos e múltiplas dificuldades, principalmente em país como o nosso, extenso, mal conhecido, e cuja "cultura" agropastoril muito necessita de amparo e de renovação.

Por outro lado, sabíamos que se encontrava, naquele setor, em fase de adiantados estudos, o estatuto do fiscal da referida Carteira, em obediência a instruções de seu diretor, Dr. José Loureiro da Silva, que, em discurso, já por ocasião de sua posse, em princípios de 1951, reconhecia e bem situava a importância da questão:

> "o ingresso de novos fiscais seria regulado mediante concurso, sòmente permitido a engenheiros agrônomos e capatazes rurais diplomados por escolas oficiais". (3)

Eis, pois, algo sôbre que poderíamos particularizar. Algo sôbre os elementos em que, em última análise, repousa uma das bases da segurança e eficiência dos financiamentos concedidos pela Carteira. Decidimo-nos, portanto, a falar sôbre SELEÇÃO, ou melhor, *"Critério para a seleção de fiscais da Carteira de Crédito Agrícola e Indus-*

---

(1) Eduardo Pinto Pessoa Sobrinho e José de Nazaré Teixeira Dias — *Princípios de Administração de Pessoal* — Rio — Departamento de Imprensa Nacional — 1949 — pág. 6.

(2) Loureiro da Silva, José — *Discursos* — Rio — "Jornal do Comércio" (editôres) — 1952 — pág. 18.

(3) José Loureiro da Silva — *Discurso de posse* — Rio, 1951 — Documento interno do Banco do Brasil.

trial", não movidos pela presunção de resolver o problema, mas com o propósito de contribuir, embora modestamente, para uma apreciação mais consentânea com a época, e, dessa forma, com a moderna técnica de Administração de Pessoal, de acôrdo com os ensinamentos auferidos no Curso do Professor Reining Jr., na Fundação Getúlio Vargas e convictos do relêvo das normas que devem nortear o ingresso daqueles servidores, cuja admissão até agora não obedecia ao princípio do mérito, com inconvenientes que pretendemos evidenciar no tópico competente.

COMO SERÁ APRECIADO O ASSUNTO

No item anterior, tecemos alguns comentários sôbre os motivos que nos levaram a escolher o presente trabalho. Pensamos que agora nos compete apresentar rápidas considerações sôbre como pretendemos apreciá-lo.

Como ponto de partida tomaremos os ensinamentos ora auferidos, o que de mais atual existe sôbre a matéria e, ademais, se encontram alicerçados na extensa e proficiente prática de nosso mestre Henry Reining Jr. em vários e adiantados centros dos Estados Unidos da América do Norte.

Além disso, tornar-se-á necessário valermo-nos da pesquisa bibliográfica — nossa primeira experiência nesse sentido — a qual, a fim de ser convenientemente utilizada, precisará do apoio do raciocínio, da observação de certos fatôres e conhecimento prático do assunto. Êstes implicarão, assim, em certas deduções a delinear-se durante o seguimento da explanação, as quais, por sua vez, irão requerer certa coordenação para proporcionar certa unidade ao trabalho.

No desenrolar desta monografia, pretendemos dedicar especial atenção a peculiaridades do nosso meio ambiente e às circunstâncias em que o fiscal atua, pois, em nossa opinião, de muito pouco adiantaria estudar o problema sob o critério de Administração de Pessoal, sem atender àqueles aspectos.

Tentaremos, portanto, sugerir algo concreto, viável, ao invés de acadêmico ou de fachada, com contornos talvez apreciáveis, mas destituído de qualquer senso objetivo.

Para melhor compreensão do papel do fiscal julgamos de bom alvitre apresentar resumo do que é a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial e, após, caracterizaremos o trabalho que êle efetua, a forma como ingressa no Banco e sòmente então nos sentiremos aptos a apresentar as conclusões e as indispensáveis sugestões.

Se conseguirmos nosso alvo muito que bem. Se não, que se leve à nossa incompetência a falta de sucesso.

A CARTEIRA DE CRÉDITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL

LIGEIRO HISTÓRICO

Conforme assinala Camilo Nogueira da Gama, várias tentativas se registraram no Brasil "nos últimos anos do Império e no período republicano em prol do crédito agrícola" (4).

Contudo, apenas com a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, em 1937, que ficou em condições de operar após a promulgação das Leis nºs. 454 e 492, de 9-7-37 e 30-8-37, a primeira, autorizando o Banco a emitir bônus, a fim de atender aos financiamentos e com a segunda, que regulou o penhor rural e a cédula pignoratícia, podemos dizer que teve início, em nossa Pátria, o financiamento especializado à agricultura, pecuária e indústria de que há muito necessitavam e cuja primeira regulamentação foi aprovada, em despacho de 24-4-39, do Ministro da Fazenda (5).

Após diversas leis, decretos, etc., que trataram da matéria sob vários ângulos, surgiu substancial reforma, verdadeiramente revolucionária, não faz muitos meses, e que, podemos dizer, inaugurou nova fase para a Carteira. Referimo-nos à aprovação, por ato de 6-2-52, do Ministro da Fazenda, ao seu novo regulamento, preparado sob a inspiração do Dr. José Loureiro da Silva.

Nesse documento se consubstanciam alterações ditadas pela laboriosa e proficiente experiência de 15 anos de atividade do setor em tela, além de outras diversas modalidades que o progresso e a realidade nacional exigiam.

A respeito, muito poderíamos comentar, mas, se assim procedêssemos, iríamos afastar-nos do tema, o que não desejamos. Apenas não nos furtamos de citar, pelo seu relêvo, um de seus novos dispositivos, ou seja aquêle de fomentar a efetiva assistência ao pequeno produtor rural, com o mínimo de formalidades e exigências, que no dizer do Dr. Martins Napoleão, ao saudar, em certa cerimônia, o Dr. Loureiro da Silva, veio trazer "a salvação dêsse inestimável patrimônio humano, pela sua vinculação ao solo" (6), já que êsses produtores, se não se encontravam, até então, desamparados — pois a Carteira sempre os auxiliou — pelo menos se viam impedidos de maiores contatos, face aos empecilhos, quer de ordem burocrática ou legal que cercavam suas transações com o Banco.

A história da Carteira é cheia de lutas e sacrifícios, em virtude das condições adversas em que lutou: organismo novo, sem tradição e atuando em país extenso, sem transportes, ausência de educação agrária, parco de recursos materiais, meio circulante deficiente, carência de equipes humanas treinadas", etc. (7) e com medidas que, não poucas vêzes, geraram a crítica infundada de muitos que,

---

(4) NOGUEIRA DA GAMA, CAMILO — *Penhor Rural* — Rio — Editôra Borsoi — 1948, pág. XV (prefácio).

(5) *Diário Oficial Federal* — Rio — Imprensa Nacional — 26-4-39, pág. 125.

(6) LOUREIRO DA SILVA, JOSÉ — op. cit., pág. 10.

(7) Idem, idem, pág. 19.

ou não conheciam a magnitude de seus problemas — ou, o pior —, faziam que desconheciam a realidade da situação.

Felizmente, hoje em dia, muito embora todos os percalços, trata-se de órgão plenamente vitorioso, cheio de viço, e que cumpre satisfatòriamente sua missão.

A fim de completar o comentário que iniciamos sôbre o setor em destaque, passaremos a dizer algumas palavras sôbre: "seu papel preponderante na economia nacional", "objetivos, amplitude e âmbito de suas operações".

SEU PAPEL PREPONDERANTE NA ECONOMIA NACIONAL

O papel que desempenha a Carteira, em nosso país, é inestimável.

Trata-se do único Instituto de Crédito, no Brasil, em que o criador, agricultor ou industrial encontra o necessário amparo financeiro, através de juros módicos e prazo longo — condições indispensáveis ao crédito especializado —, de acôrdo com os tipos das operações, além de condições outras sobremodo favoráveis.

Afora isso — e de muito poderíamos falar —, registramos a expansão, pelo Banco do Brasil, de sua rêde de Agências, por todo o território nacional (8), a grande maioria delas em função do crédito especializado, que se apresenta com alto sentido social, dado que essa difusão penetrou a nossa hinterlândia em muitos locais mesmo onde os departamentos do Banco dificilmente poderão apresentar resultados favoráveis, como muito bem assinalou o Dr. Francisco Vieira de Alencar:

"o crédito já não é só o dinheiro pelo dinheiro, mas, sobretudo, o seu efeito no conjunto dos fatôres que asseguram o bem-estar geral". (9)

OBJETIVOS, AMPLITUDE E ÂMBITO DE SUAS OPERAÇÕES

Não obstante se encontrarem suas finalidades mais ou menos esboçadas, nas linhas que precedem, julgo interessante, para maior precisão, transcrever o artigo 1.º, de seu atual estatuto:

"a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, instituída com o objetivo de fomentar a riqueza nacional, prestará assistência financeira às pessoas físicas ou jurídicas que se dediquem às atividades agrícolas, pecuárias, industriais e correlatas". (10)

Para avaliarmos quão vastas são suas transações, basta assinalar, com base no último relatório da Casa (11), que num montante de 20 bilhões de cruzeiros, em números redondos, aplicados pelo Banco do Brasil em 1951, através de seus vários setores, tocou à Carteira Agrícola cêrca da metade, isto é, 10 bilhões de cruzeiros, concernentes a 27.000 financiamentos rurais e industriais concedidos naquele exercício, em contraposição ao seu primeiro ano de trabalho, em 1938, em que efetuou 1.000 contratos, no importe de 100 milhões de cruzeiros (12). Ademais, apresentam-se francamente otimistas os prognósticos quanto ao crescente aumento de seus negócios.

Caberia, aqui, cremos, discriminar os tipos de empréstimos agrícolas, pecuários, industriais, fundiários e para investimentos que proporciona, todavia, efetuaremos a especificação devida, quando analisarmos o trabalho do fiscal, em o capítulo correspondente, por julgarmos mais indicado com a sistematização de nosso trabalho.

Traçado, em rápidas pinceladas, modesto retrato da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, deter-nos-emos, a seguir, na apreciação do FISCAL.

O FISCAL

CONCEITO

Trata-se de funcionário, de um quadro especial, existente no Banco do Brasil, encarregado de verificar a correta aplicação pelos mutuários, nas propriedades contratuais e na conformidade dos orçamentos, dos financiamentos concedidos pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial.

ATRIBUTOS

Coletando certos dados no anteprojeto que regulamenta, em todos os seus aspectos, o quadro de fiscais, selecionamos os seguintes têrmos que, em nossa opinião, bem definem os atributos de que devem ser dotados os elementos em destaque:

"boa saúde e capacidade física, competência e senso de responsabilidade, exação no cumprimento de seus deveres, caráter, inteligência, *aptidão técnica*, resistência ao desconfôrto, autoridade moral, e, não raro, bravura". (13)

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

Compõe-se, presentemente, de 430 elementos o quadro de fiscalização da Carteira. Em estudos, a pedido de várias dependências, há solicitações para a criação de cargos de fiscais, devido ao incremento dos serviços, assim que, em breve, calcula-se que alcançarão a casa dos 500.

Uma vez que já escrevemos sôbre a Carteira e como se situa na mesma o fiscal, tentaremos, adiante, proceder, após algumas considerações, à

---

(8) *Banco do Brasil S. A.* — Relatório de 1951 — Rio (Em 1939 cêrca de 90 filiais; em 31-12-51 — 286; atualmente, perto de 350) pág. 143.

(9) VIEIRA DE ALENCAR, FRANCISCO — *Discurso* — Rio — Impresso mimeografado, 1-8-52, pág. 9.

(10) *Banco do Brasil S. A.* — Regulamento da Carteira C.A.I. — 1952, pág. 3.

(11) Idem — Relatório de 1951 — Rio, pág. 104.

(12) Idem, idem, de 1938 — idem, págs. 32/36.

(13) *Banco do Brasil S. A.* — Anteprojeto do regulamento do fiscal da CREAI — documento interno.

sua análise do trabalho, que é *"o passo fundamental da seleção"* (14) e, portanto, ficarmos mais habilitados a atacar, com algumas probabilidades de êxito, o tema pròpriamente dito desta monografia.

A ANÁLISE DO TRABALHO

PRELIMINARES

Para tudo que se pretenda realizar com êxito é necessário haver conhecimento prévio e adequado do assunto. E' claro que a administração de pessoal não pode fugir a êsse princípio, — e "sem um conhecimento preciso e objetivo do trabalho não é possível administrar convenientemente" (15). Surge-nos, então, a pergunta. Como chegaremos às indispensáveis conclusões? A resposta sòmente pode ser uma — analisando êsse trabalho cuidadosamente.

CONCEITUAÇÃO

A literatura a respeito, se não é muito ampla, em português, pelo menos há bom número de tratadistas que a abordam com sucesso. Pareceu-nos completo o conceito de Arlindo Ramos, razão por que não nos furtamos a transcrevê-lo:

"é o exame e o registro de todos os característicos de ordem técnica e psicológica, inerentes ao trabalhador e ao trabalho". (16)

IMPORTÂNCIA

O papel preponderante que a análise de trabalho desempenha nos vários estágios de qualquer organização funcional de relêvo é ponto pacífico de doutrina. Podemos dizer que sem sua utilização é impraticável estabelecer uma eficiente administração científica de pessoal.

E' ela, a análise de trabalho, que nos permite obter, pelos seus resultados, uma classificação de cargos adequada, o critério eficiente para uma SELEÇÃO proveitosa e o roteiro exato para um treinamento seguro, afora outros aspectos em que atua de forma marcante.

Pelo destaque de nossa instituição, pela posição de responsabilidade em que se situa na mesma o fiscal da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, conforme evidenciamos no capítulo anterior, impõe-se, como medida preliminar, para ficarmos credenciados a chegar às conclusões requeridas, no processo de uma seleção válida (inclusive um recrutamento dirigido, etc.), efetuar o levantamento de sua competente análise de trabalho, e para tal fim vamos utilizar o método de prática de trabalho, já que êsse sistema, no dizer de Arlindo Ramos permite "identificar bem a tarefa e julgar do esfôrço e das qualidades ou das aptidões envolvidas na execução" (17), portanto, os principais pontos necessários para alcançar nosso alvo.

LEVANTAMENTO DA ANÁLISE DE TRABALHO DO FISCAL

Para tanto nos basearemos no modêlo indicado por Watkins and Dodd (18) e nas disposições internas que regulamentam a função do fiscal, introduzindo as alterações que julgamos adaptáveis ao caso em apreciação.

I — DADOS PRELIMINARES

1. *Nome e locação do departamento onde o trabalho é realizado*

Banco do Brasil S. A. — Carteira de Crédito Agrícola e Industrial — Em tôdas as Agências espalhadas pelo território nacional.

2. *Título ou designação do trabalho*

Fiscal da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial.

3. *Linha de responsabilidade ou contrôle*

Subordinado diretamente à gerência da filial onde trabalha; caso seja Agência de grande porte, seu primeiro supervisor, na linha, é o chefe de serviço da CREAI.

II — NATUREZA DO TRABALHO

1. CARACTERIZAÇÃO GERAL

A) *De escritório* — normalmente, 1/3 dos dias mensais a saber:

a) quando recebe instruções do chefe da Creai, ou do Gerente, conforme o caso;

b) quando extrai dos contratos os dados necessários às vistorias que lhe são indicadas para efetuar no decurso do mês;

c) quando confecciona os relatórios concernentes às vistorias que realizou durante o mês;

d) idem, na elaboração da prestação de contas das despesas efetuadas a serviço.

B) *Misto — excepcionalmente*, à solicitação de seus supervisores:

a) para colhêr e fornecer, com rapidez e solicitude, os dados e informações necessários a levantamentos estatísticos, preenchimento de mapas, questionários, etc., relacionados com as atividades produtoras das respectivas zonas.

C) *De campo* — 2/3 dos dias mensais de trabalho, quando em atividades de vistoria, nos imóveis contratuais, a fim de verificar a correta aplicação pelos mutuários dos financiamentos concedidos pela Carteira, que podem ser:

a) *empréstimos agrícolas* — Custeio da extração, colheita e preparo dos produtos espontâneos da flora nacional; conservação, transporte e armazenagem de produtos rurais em fase de escoamento e à espera de venda; custeio dos trabalhos de lavoura, inclusive a respectiva formação, colheita, preparo e transporte dos produtos para os mer-

---

(14) MORAES, RAUL DE — *Análise do Trabalho, métodos e objetivos* — São Paulo — Public. da Fac. Ciências Econ. Adm. de São Paulo — Out. 1949, pág. 12.

(15) RAMOS, ARLINDO — *Analistas do trabalho e sua preparação* — Rio — "Revista do Serviço Público" — D.A.S.P. — 1946, vol. 3, n.º 1, págs. 24/30.

(16) Idem — *Psicologia aplicada ao trabalho* — Rio — Cia. Brasileira de Artes Gráficas — 1948, pág. 14.

(17) RAMOS, ARLINDO — *Analistas do trabalho e sua preparação*, idem, pág. 28.

(18) WATKINS AND DODD — *Management of Labor Relations* — New York — Mac Graw Hill — 1940 — págs. 130/133 — citado por Ramos, Arlindo — Psicol. Apl. Trabalho — op. cit. — págs. 28/30.

cados locais; compra de adubos, sementes, inseticidas, fungicidas, utensílios e ferramentas; aquisição de veículos e máquinas agrícolas ou animais de serviço para os trabalhos rurais (inclusive para o beneficiamento dos produtos agrícolas); construção, aquisição e ampliação de instalações fixas ou de benfeitorias úteis, inclusive edificação de escolas rurais e compra do respectivo material em propriedades agrícolas; melhoria das condições de rendimento da exploração de propriedades rurais; formação de lavouras permanentes, etc.;

b) *empréstimos pecuários* — aquisição de gado adulto pronto para engorda; custeio da engorda; inclusive aquisição de forragem; aquisição de animais para recriação e seu custeio; aquisição de aparelhagem, veículos de transporte e animais de serviço para a atividade pastoril; aquisição ou custeio de gado destinado à criação, inclusive para povoamento de campo; aquisição de reprodutores selecionados que se destinem à melhoria de rebanho próprio; aquisição de vacas para exploração leiteira; organização de granjas avícolas; aparelhamento e melhoria das condições de rendimento das explorações pecuárias;

c) *empréstimos industriais* — aquisição de matéria-prima para beneficiamento ou transformação industrial, combustíveis e lubrificantes necessários a essas operações e de material de embalagem para os produtos obtidos; aparelhagem para a indústria da pesca; aquisição de matéria-prima e aparelhagem necessárias à pequena indústria rural de características domésticas; aquisição e montagem de veículos ou embarcações para transporte de produtos rurais aos centros de escoamento ou consumo; reforma ou ampliação de maquinaria; reforma ou ampliação de maquinaria industrial;

d) *empréstimos fundiários* — aquisição de pequenas áreas ou de minifúndios antieconômicos; aquisição de pequena propriedade rural e custeio da respectiva medição, demarcação, tapumes, benfeitorias, etc.;

e) *empréstimos para investimento* — aquisição e montagem de indústrias básicas ou essenciais à defesa nacional; construção, instalação ou ampliação, de usinas produtoras de energia elétrica; construção de frigoríficos, câmaras de expurgo, armazéns gerais e de depósitos, reservatórios, silos portuários ou de embarcadouros; construção de açudes, barragens e obras de exploração de mananciais, para irrigação e outros fins de interêsse coletivo; florestamento e reflorestamento de imóveis rurais, obras de defesa e recuperação do solo; construção de mercados ou de feiras comerciais, destinados à venda de produtos agrícolas.

2. TIPO DE TRABALHO

A) Devido ao tipo especial de seu trabalho, o fiscal é obrigado a desempenhar suas funções tanto *sentado*, principalmente nas tarefas de escritório, como andando *a pé, a cavalo, ou em viaturas as mais diversas*, conforme exigirem a natureza da atividade financiada e as condições do meio físico.

B) *Leve*: nos serviços de escritório já apontados; *árduos*, na maior parte das vêzes, devido às condições em que se vê forçado a realizar os trabalhos de campo.

C) *Variado*: basta verificar a diversidade de operações que a Carteira proporciona (II — L — A — a, b, c).

D) *Interior*: dentro da Agência, na parte enumerada em II — I — A — a, b, c e parte de II — I — B.

E) *Exterior*: nos trabalhos de campo e parte de II — I — B.

3. ESTABELECIMENTO DE DEVERES E RESPONSABILIDADES.

A) *De caráter geral*:

a) avaliar os bens oferecidos em garantia;

b) estimar os rendimentos da exploração;

c) observar a marcha da atividade financiada;

d) transmitir ou reiterar instruções ao mutuário.

B) *Nos empréstimos agrícolas*:

a) verificar se o crédito foi aplicado de acôrdo com o orçamento;

b) verificar se as aquisições feitas valem o que fôr pago; se as obras e serviços executados correspondem aos gastos efetuados;

c) apurar se os trabalhadores ou operários estão com o pagamento em dia;

d) verificar os elementos fornecidos para a realização do seguro devido;

e) verificar se o mutuário está quite com os impostos;

f) verificar se as culturas são beneficiadas pelo aproveitamento de curvas de nível, adubação, irrigação artificial e defesa sanitária;

g) nas lavouras periódicas verificar a área do plantio, sua natureza e prestabilidade das terras às culturas a formar, estado em que se encontram e processo adotado em sua preparação;

h) se a garantia não fôr penhor de safras agrícolas, verificar as características e o estado de conservação dos bens;

i) apurar a época do início da colheita; possibilidade de escoamento da produção; mercado consumidor; preços correntes no mercado local;

j) montante do custeio da lavoura financiada;

k) valor dos bens constantes da garantia subsidiária e o estado em que se encontram;

l) observar a existência de outras lavouras não financiadas;

m) apurar o sistema de trabalho e a exploração das lavouras.

C) *Nos empréstimos pecuários*:

a) verificar se os animais adquiridos valem o preço que foi pago;

b) solicitar a apresentação dos comprovantes relativos à aquisição;

c) especificar os característicos dos animais adquiridos;

d) verificar as condições de saúde do rebanho;

e) verificar os resultados práticos advindos com a aplicação das verbas de custeio, melhoramentos, etc.;

f) no caso de desvios de animais obter as provas necessárias para as devidas providências.

D) *Nos empréstimos industriais*:

a) verificar a existência de matéria-prima;

b) os artigos manufaturados;

c) produtos em processo de industrialização;

d) conferência nos armazéns das mercadorias oferecidas em penhor.

Observação — Em nossa opinião, cabe, também, ao fiscal, *importante missão educativa*, pois, na sua qualidade de técnico, deveria orientar, com muita habilidade, é claro, os ruralistas, em seus problemas diários, principalmente os que mais lutam com tôda a sorte de dificuldades — os pequenos produtores —, sôbre os modernos métodos agropastoris, já que, com a melhoria da exploração, além de beneficiar o mutuário pelos resultados mais compensadores, traria maior garantia ao Banco.

Conforme já aludimos em citação anterior, o Banco também possui função eminentemente social *"e o crédito não é só o dinheiro pelo dinheiro"*. (19)

---

(19) Referência à citação n.º 9.

III — EQUIPAMENTO

1. *Máquina de escrever* — e, eventualmente, de calcular em suas tarefas de escritório.

2. *Móveis e material de expediente* — como: escrivaninha, cadeiras, fichário, impressos, etc.

IV — MEIOS DE TRANSPORTE UTILIZADOS

1. Os *veículos* utilizados em seu trabalho de campo são muito variados. De acôrdo com as necessidades das vistorias pode utilizar jeps, trens, ônibus, cavalos, charretes, etc. Em alguns locais, como por exemplo na região amazônica, utiliza, seguidamente, lanchas, canoas, etc. Em caráter excepcional, emprega também o avião.

V — CONDIÇÕES DE TRABALHO

1. QUANTO AO HORÁRIO, DESCANSO, FÉRIAS, ETC.

A) *O horário* — A não ser no serviço de *escritório*, em que deve obedecer ao horário normal dos estabelecimentos bancários, isto é, de 6 *horas diárias corridas*, com *intervalo* para lanche de 15 minutos, no mais, em seu trabalho *de campo*, não é possível determinar horário certo, devido às condições peculiares às suas tarefas. Às vêzes trabalha de sol a sol; em outros casos, retido, no interior, devido a fatôres climatéricos ou defeitos mecânicos, etc., nos veículos que utiliza, não pode avançar em seu trabalho, mas é intuitivo que se encontra a serviço.

B) *Férias* — Tem o direito de gozar 25 dias corridos (no mínimo 20 úteis) em cada ano de serviço. A partir do 15.º ano de trabalho ganha mais cinco dias de férias e assim sucessivamente no 20.º, 25.º e 30.º ano de serviço.

C) *Licença-prêmio* — Seis meses ao 25.º e 30.º ano de atividade.

D) *Prorrogação de trabalho* — De um modo geral não se encontra sujeito, a não ser em casos excepcionais.

2. CONDIÇÕES FÍSICAS NO EMPRÊGO.

Por realizar no campo a maior parte de suas tarefas, deve arrostar as mais diversas variações de temperatura. Ainda, segundo a parte do país onde servir, o fiscal enfrentará os fatôres climatéricos e as diferenças topográficas peculiares às zonas geográficas que atravessam o Brasil. Devemos, por oportuno, ressaltar a diversidade das condições físicas inerentes às atividades financiadas, que tanto podem ser em terras sêcas, como o cultivo do trigo; em solo irrigado, como o do arroz; quer seja em terreno montanhoso, como a viticultura ou em região pantanosa, como a pecuária em certas zonas de Mato-Grosso, etc.

As condições *sanitárias* variam muito, apresentando-se, às vêzes, bem precárias, como podemos fàcilmente concluir, presente o que dissemos anteriormente.

VI — REMUNERAÇÃO

1. *Forma de pagamento* — Mensal.

2. *Importância do pagamento* — Cr$ 5.400,00, inicialmente.

3. *Época de pagamento* — Nos dias 27/31 de cada mês.

4. *Contribuição fundo aposentadoria, assistência médica e hospitalar e seguros.*

Contribuinte do IAPB com 8 % s/Cr$ 2.000,00 compulsòriamente. Poderá inscrever-se como associado de planos de seguro em grupos e organizações de funcionários que proporcionam auxílios e assistências as mais diversas, com o apoio do Banco.

5. *Despesas de transporte, alimentação e estadia* — Quando a serviço de campo as despesas correm por conta do Banco.

VII — POSSIBILIDADES DE TREINAMENTO

Atualmente não existe espécie alguma de treinamento. E' nosso pensamento sugerir, no capítulo final, o treinamento em serviço dos novos fiscais, em seus primeiros passos, a fim de capacitá-los a trabalhar com maior eficiência, tão logo quanto possível.

VIII — OPORTUNIDADES DE PROMOÇÃO

O Fiscal da Carteira ocupa cargo isolado e faz parte de um quadro especial do Banco do Brasil.

A concepção de promoções, segundo a Administração de Pessoal, implica num aumento de deveres e responsabilidades, o que não é costume em nosso país. Assim o caso dos fiscais, não foge à regra geral, ocorrendo elevações de vencimentos em cada 5 anos de serviço.

O anteprojeto regulamentando o serviço de fiscalização da Carteira prevê uma escala progressiva de elevação de salários — promoção horizontal —, sob o critério do merecimento, mas dentro da mesma classe, com os interstícios mínimos de 2 — 3 — 3 — 4 e 4 anos.

IX — QUALIFICAÇÕES REQUERIDAS

1. *Sexo* — masculino.

2. *Idade mínima e máxima para ingresso* — Em nossa opinião deveria situar-se entre 21 e 29 anos.

3. *Nacionalidade* — Brasileira.

4. *Estado físico* — Boa saúde e grande resistência às intempéries, que garantam ao fiscal aptidão para locomover-se em quaisquer condições de tempo e de transporte.

5. *Requisitos educacionais* — Diploma de técnico rural ou de agrônomo, veterinário ou de engenheiro civil, fornecidos por escolas reconhecidas.

6. *Qualidades pessoais requeridas* — Em um campo de ação vasto como o da CREAI, impõe-se que o seu representante, o fiscal, possua bom número de requisitos, como sejam:

a) iniciativa;
b) exatidão;
c) boa memória;
d) habilidade para descobrir detalhes;
e) presteza;
f) diligência;
g) honestidade e integridade;
h) senso de responsabilidade;
i) lealdade e cooperação;
j) adaptabilidade;
k) entusiasmo pelas suas tarefas;
l) contrôle próprio e habilidade para tratar com outras pessoas;
m) bom julgamento, senso comum e tato.

PROCESSO ATUAL DE SELEÇÃO

O INGRESSO DO FISCAL NA CARTEIRA E SEUS INCONVENIENTES

De um modo geral, salvo algumas exceções, até princípios de 1951, o ingresso no quadro de fiscais da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial obedecia, mais ou menos, ao sistema conhecido como de "despojos", isto porque o aproveitamento obedecia simplesmente ao maior ou menor lastro político dos padrinhos dos candidatos.

Na atualidade, enquanto se ultimam os estudos para uma solução mais consentânea, pois "se

reconhece que não é possível basear a administração de pessoal em relações pessoais e favoritismo" (20), aproveitam-se funcionários do quadro de contabilidade, de preferência com certa prática nas operações da Carteira, a fim de suprir os eventuais claros.

Justifica-se como medida de emergência, já que impõe o preenchimento dêsses cargos, pelo seu carater técnico, por elementos com as qualificações necessárias e mediante adequada técnica seletiva.

Os inconvenientes que o processo anterior ocasionava se nos afiguram assaz evidentes dispensando maiores comentários. Assim, apenas apontamos, pela sua magnitude, os transtornos que causavam à boa marcha dos serviços — às vêzes mesmo prejuízos ao Banco — quase sempre devido à precariedade de conhecimento dos fiscais admitidos, afora o ingresso de cidadãos inidôneos ou absolutamente incapazes que pelo seu procedimento doloso ou falho ao extremo forçaram nossa organização a expurgá-los. Ademais, como fàcilmente concluímos, seguidamente êsses elementos se apoiavam em seus padrinhos para atenuar as penalidades ou mesmo suspender suas demissões, com danosos reflexos à disciplina.

O Dr. José Loureiro da Silva, em seu já citado discurso, após se referir à necessidade de os fiscais ingressarem mediante seleção, muito acertadamente disse:

"assim evitar-se-ia a intromissão política, sempre perniciosa às organizações de caráter econômico, financeiro e técnico, como a nossa". (21)

OBSERVAÇÃO DO TRABALHO DO FISCAL NOS PRIMEIROS MESES DE ATIVIDADE

Um sistema de pessoal para funcionar em condições necessita que seus diversos elos se encontrem perfeitamente ligados entre si. Ora, se não existia um recrutamento e muito menos seleção, concluímos que faltavam as bases indispensáveis, a fim de apreciar, com eficiência e justiça, a atuação do novo funcionário em seus primeiros meses de atividade.

Se não se requeria, na admissão, provas de conhecimentos técnicos — para só falarmos nelas — é intuitivo que não se podia ou melhor poderia exigi-las durante o "estágio probatório", de forma que a observação dos serviços do novel fiscal quase sempre se concretizava um tanto empìricamente e mais com relação a seus esforços, dedicação e assimilação ao tipo das tarefas a seu cargo.

DEFINIÇÃO DAS NECESSIDADES

SELEÇÃO COM OBSERVÂNCIA DO SISTEMA DO MÉRITO E PRESENTE O CARÁTER TÉCNICO DA FUNÇÃO

Tentamos apontar, no capítulo anterior, os múltiplos estorvos, sem dúvida dignos de tôda atenção, pelos seus reflexos malignos, que o aproveitamento de elementos, sem competição e sem maiores credenciais do que as políticas, ocasionava para os serviços da Carteira, além de que o preenchimento, por funcionários do quadro de contabilidade, não condiz com as qualificações profissionais que o trabalho do fiscal requer.

Assim, recomenda-se à nossa Casa — como muito acertadamente procede para o ingresso de escriturários, aliás de acôrdo com pensamento da Direção da Carteira, já consubstanciado em providências práticas — tomar medidas que eliminem os inconvenientes em tela de uma vez por tôdas, e se apresentem adequadas com o relêvo de nossa Instituição.

Por seu turno, o levantamento da análise do trabalho concernente ao fiscal da CREAI destacou, cremos, suficientemente, a importância básica de que se reveste aquela função para a segurança das operações da Carteira, além de ressaltar, à saciedade, a necessidade de os candidatos possuírem conhecimentos técnicos consentâneos ao eficiente desempenho de suas funções e "qualidades pessoais menos comuns e mesmo raramente encontradas, no seu todo, em um mesmo indíviduo", (22) de acôrdo com um porta-voz do Banco, sendo que os mais indicados por sua habilitação técnica adequada ou melhor comprovada em curso são os técnicos rurais, agrônomos, veterinários e engenheiros civis.

Como vamos encontrar ditos elementos? Sòmente após realizarmos um recrutamento dirigido e uma seleção em condições, isto é, conforme acentuam Pinto Pessoa e Teixeira Dias,

"mediante processos adequados, apurar dentre os candidatos os que melhor possam atender às exigências do trabalho que se tem em mira". (23)

Uma vez que vamos imprimir ao nosso trabalho cunho eminentemente prático, deixaremos de lado considerações possíveis quanto à teorização de métodos seletivos e passaremos de imediato a comentar os meios que, opinamos, deverão ser empregados para alcançar os fins em vista, ou seja uma seleção para todos os efeitos válida e que forneça ao Banco o material humano hábil e capaz de desempenhar satisfatòriamente as funções de fiscal da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial.

Apoiando-nos, uma vez mais, em Pinto Pessoa e Teixeira Dias, relacionamos, a seguir, com as adaptações que o caso requer, os meios a serem utilizados: (24)

1. *Avaliação da educação e da experiência* — As fichas de inscrição e os dados suplementares, como diplomas, trabalhos feitos, experiência, cursos, etc.

---

(20) JOHNSON, ROBERT LIVINGSTONE — *Porque devemos ter um pessoal competente* — Rio — "Revista do Serviço Público", D.A.S.P., 1942 — vol. I — n.º 3, pág. 88.

(21) LOUREIRO DA SILVA, JOSÉ — op. cit. — página 18.

(22) *Banco do Brasil S. A.* — Anteprojeto do regulamento... — op. cit.

(23/24) EDUARDO PINTO PESSOA SOBRINHO e JOSÉ DE NAZARÉ TEIXEIRA DIAS — op. cit. — págs. 112, 123 e 124.

2. *Investigação social* — De grande valia, principalmente para o cargo de fiscal, em que sua *integridade moral* está quase sempre em jôgo pelos atributos próprios ao cargo.

3. *Entrevista* — Visa a verificação da personalidade dos candidatos, de grande importância face ao contínuo contato que os fiscais têm com o público.

4. *Exame ou provas*:

A) *De sanidade e capacidade física* — Que requerem especial atenção, tendo em vista as condições árduas em que os funcionários em apreciação devem empregar sua atividade.

B) *Testes e dissertação* — Servirão para documentar, por escrito, a solução dada pelo candidato a questões que lhe são apresentadas.

ESTÁGIO PROBATÓRIO ADEQUADO

Não obstante os meios que utilizamos para efetuar a seleção, considerados os mais eficientes e indicados para os fins que temos em mira, por vêzes as pessoas selecionadas não se adaptam às condições em que o trabalho é realizado e, portanto, não interessam ao Banco. Às vêzes são as tarefas exigidas, mais árduas do que esperavam; outras vêzes não se adaptam ao ambiente; há casos em que são ineficientes e, na prática não possuem as qualidades que, teòricamente, aparentaram ter; também pode falhar a ética profissional ou o caráter, etc., de forma que êsses e outros fatôres, considerados importantíssimos ao trabalho do fiscal, estão a requerer um período, prèviamente indicado, logo após o ingresso do novo funcionário, em que é observada, com atenção especial, sua atuação, ou seja, o que denominamos em Administração de pessoal ESTÁGIO PROBATÓRIO.

Assim, uma vez explicado o que entendemos por estágio probatório, sentimo-nos à vontade para indicá-lo como outra necessidade para o estabelecimento de uma política de pessoal, satisfatória com o relêvo do cargo de Fiscal da CREAI. Sòmente deverá ser efetivado, pois, caso passe com sucesso pelo crivo do período em destaque e, assim, consulte, efetivamente, sua manutenção ao Banco.

Três aspectos se apresentam primordiais e indispensáveis em um estágio probatório:

1. como se deve apreciar o trabalho do fiscal no início de suas atividades;
2. quem deve apreciar;
3. o prazo de duração.

No capítulo final pretendemos sugerir as necessárias indicações ao assunto em foco que, em nossa opinião, se revestem de particular relêvo.

Por oportuno e, a fim de identificar melhor o estágio em apreciação, diremos que podemos considerá-lo como a etapa final da seleção, isto é, a confirmação prática ou não da mesma, conforme os resultados, mas devemos aduzir, como acertadamente assinala o Prof. Reining,

"que é a etapa inicial da carreira do funcionário, já que a orientação, a preparação, o TREINAMENTO NO TRABALHO, geralmente tem lugar no estágio probatório". (25)

Vislumbramos nessa citação o *treinamento no trabalho,* o qual muito embora, a rigor, se afaste do assunto de nosso trabalho, apresentaremos como a terceira necessidade, por encontrar-se intimamente ligado ao estágio probatório, além de alicerçar, com segurança, e na ocasião mais indicada, isto é, nos seus primeiros passos, a vida funcional do fiscal da Carteira.

NECESSIDADES CORRELATAS À SELEÇÃO

Treinamento em serviço

Por mais bem selecionada que uma pessoa seja, por maior capacidade de trabalho, aptidões e conhecimentos técnicos que possua, é intuitivo que ela muito pouco ou nada conhece sôbre os regulamentos internos, atitudes para com o público, características e trâmites inerentes ao serviço, etc.

Quase sempre, à exceção de organizações mais progressistas, o funcionário que recém-ingressa não recebe as informações indispensáveis, na forma desejável. Costuma-se colocá-lo mais ou menos por alto a par de suas tarefas, de forma acentuadamente empírica... êle que faça fôrça... Trata-se de fato assaz conhecido e que dispensa maiores comentários.

No que tange ao fiscal, pela diversidade de suas tarefas, devemos encarar com realismo e com atualidade seus primeiros passos na Carteira. Cumpre-nos auxiliá-lo com habilidade e perfeito discernimento e isto sòmente pode ser concretizado por meio de um treinamento racional e adequado, de modo

"a facilitar sua ambientação às condições em que o trabalho será realizado". (26)

Os resultados se apresentam iniludíveis. Os serviços ganharão em qualidade e rapidez, COM MAIOR BREVIDADE.

O Banco lucrará duplamente, na parte que se refere ao rendimento de trabalho do novo fiscal: o tempo economizado com a maior eficiência adquirida pelo treinamento será ocupado executando novas vistorias e o neofiscal adquirirá autoconfiança, satisfeito com os êxitos obtidos por intermédio dêsse mesmo treinamento.

Já que falamos em treinamento, não nos podemos esquecer dos atuais componentes do quadro de fiscalização. Mesmo não havendo obedecido seu ingresso à devida técnica seletiva, bom número dêles, pelas suas qualidades pessoais, possui, hoje

---

(25) REINING JR., HENRY — *Administração de Pessoal* (apostila n.º 3.12 — pág. 2) — Cursos Especiais 01/52, Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas — Rio.

(26) EDUARDO PINTO PESSOA SOBRINHO e JOSÉ NAZARÉ TEIXEIRA DIAS — op. cit. — pág. 195.

em dia, bons conhecimentos práticos que não podem ser subestimados e prestam, aliás, excelentes serviços à Carteira.

A êsses é preciso um segundo tipo de treinamento, ou seja, uma readaptação, que os dote dos conhecimentos técnicos necessários à função, a fim de juntarem à sua experiência empírica a cultura científica capaz de fazê-los ocupar o mesmo nível dos novos.

Recrutamento dirigido

Finalmente, para não apresentarmos um arcabouço incompleto, devemos assinalar a etapa inicial de qualquer programa funcional — o *recrutamento* — que, como afirmam os tratadistas Pinto Pessoa e Teixeira Dias,

> *"procura atrair candidatos para a seleção"* (27), assim que nos competiria, dentro da ordem em que tramitam os diversos estágios concernentes a pessoal, examiná-lo inicialmente.

Contudo, assim não procedemos, por isso que relatamos a série de necessidades tomando como ponto de partida o tema dêste trabalho — a seleção —, e, após, uma a uma, referimos certas necessidades que, conforme dissemos, se acham intimamente ligadas ao aspecto seletivo e, em sua escala natural, estágio probatório e treinamento.

A propósito, ocorre-nos explicar o que entendemos por *recrutamento dirigido*. Nosso estabelecimento não o utiliza. Vale-se do recrutamento passivo. Cabe muito bem, aqui, certo provérbio com que o Prof. Reining ilustra uma de suas aulas.

> "Antes de cozinhar a caça é necessário pegá-la. O recrutamento vai mais além, antes de pegá-la, necessita *encontrá-la*. E' necessário que quando desejamos pegar um determinado tipo de caça, não vamos a um lugar qualquer, *vamos onde sabemos estar a caça que desejamos."* (28)

Devemos, pois, ir aos locais onde poderemos encontrar os elementos qualificados a exercer o cargo de fiscais da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, isto é, junto às Universidades, Escolas de Agronomia, Veterinária, de Engenharia, etc., face às condições técnicas específicas que devem preencher com base no levantamento de sua análise de trabalho. Eis, pois, delineada a quarta e última necessidade que julgamos conveniente apontar, muito embora outras existam, mas que se encontram mais distanciadas da seleção pròpriamente dita ou que muito viriam alongar a explanação.

O que nos deve interessar, ademais, não será, portanto, a quantidade de candidatos, haja vista o último concurso do Banco para escriturário, em que de mais de 22.000 inscritos, apenas passou menos de meia centena. O que nos compete primar é pela *qualidade* dos inscritos. O melhor que se encontre na praça, empregando certa expressão comercial. Cremos mesmo que as despesas — sem falar nas vantagens, que seriam amplas — não atingiriam ao montante de um recrutamento passivo, sem a devida orientação.

Registradas, pois, em linhas gerais, as principais necessidades, a nosso entender, vamos apresentar as soluções que indicamos para saná-las.

SUGESTÕES — CRITÉRIO PARA UMA SOLUÇÃO RACIONAL

CONSIDERAÇÕES

Já expusemos, em capítulos anteriores, a forma pela qual se processava o ingresso dos fiscais da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, maneira essa que, segundo nosso entender, fere os princípios de uma científica Administração de Pessoal, cujo objetivo principal, de acôrdo com o prof. Reining,

> "é o aproveitamento mais eficiente da capacidade humana". (29)

Se, por um lado, apontamos os defeitos, por outro compete-nos indicar os meios para corrigi-los, não sem antes deixarmos bem patentes as dificuldades que se apresentam, tendo em vista as condições intrínsecas ao fiscal.

Da mesma forma como procedemos ao definir as necessidades, vamos apresentar, também, sugestões concernentes ao recrutamento e treinamento, além do estágio probatório que consideramos apêndice da seleção e pensamos incluir algumas referências ao processo de *lotação*.

Ao contrário, porém, do capítulo anterior, no presente vamos seguir a ordem natural em que se processam os diversos estágios iniciais de um programa atualizado de pessoal e apenas indicaremos as providências que o Banco poderá tomar, independente das que já toma ou costuma utilizar para recrutar e selecionar o seu pessoal, pertinente a outros quadros.

Em nossa despretensiosa opinião, com as medidas que apresentaremos adiante, aliadas a outras que não deverão escapar à nossa Superior Administração, dois aspectos primaciais se destacam:

A) o Banco e, conseqüentemente, a Carteira, ficaria com um quadro de fiscalização homogêneo, recrutado entre os melhores elementos, devidamente selecionados e treinados suficientemente, à altura de suas reais necessidades e apto a desempenhar, também, o papel que reputamos imprescindível: *o de cooperar em elevar a educação técnica de nosso meio rural*, assegurando, por conseguinte, melhores métodos de produção, maior quantidade e, portanto, maior garantia à Carteira, sem falarmos na elevada importância com que tal aspecto se revestirá para o país.

B) Nossa organização contribuirá de forma objetiva e inteligente para despertar maior inte-

(27) *Op. cit.* — pág. 112.

(28) *Op. cit.* — pág. 2 da apostila 3.09.

(29) *Op. cit.* — pág. 1 da apostila 3.02.

rêsse entre a mocidade para ingressar nas carreiras ligadas à pecuária e agricultura, hoje em dia, bastante afastadas das reais necessidades nacionais, muito principalmente em razão das escassas possibilidades que tais técnicos encontram em sua vida profissional.

QUANTO AO RECRUTAMENTO

Sôbre a atração do pessoal desejado (mais qualificado)

1. A fim de conseguir o pessoal de que carece, o Banco entraria em contato com os estabelecimentos de ensino que formam técnicos rurais, engenheiros agrônomos, médicos veterinários e engenheiros civis; associações profissionais que agrupam aquêles técnicos; com especial atenção para os dos três primeiros, devido à escassez daqueles profissionais e maior necessidade por parte da Carteira.

2. Nas proximidades das formaturas, no exercício em que se tornasse necessário preencher certas vagas, enviar a cada um dos formandos (sòmente aos de registro escolar satisfatório), um convite para se inscreverem no concurso para fiscal da CREAI.

3. Como conseqüência, aconselhar-se-ia a realização das provas sòmente após o término do ano letivo, com um intervalo aproximado de 90 dias.

4. A divulgação do edital ou artigo sôbre o assunto em revistas técnicas seria outra disposição que julgamos interessante.

Com as providências preconizadas, afora outras complementares, certos estamos de que se atrairia a nata do pessoal requerido, qualidade indispensável a um recrutamento positivo.

Observe-se, porém, para dirimir dúvidas, que o concurso se encontraria aberto para qualquer pessoa que satisfizesse as qualificações requeridas.

Sôbre o edital de concurso

Recomendamos, entre outros dados, incluir os seguintes, com o intuito de melhor esclarecer e atrair os interessados:

1 — enunciar, com algumas minúcias, os deveres e responsabilidades do cargo;

2 — especificar vencimentos e possibilidades da carreira;

3 — explicar o que é o estágio probatório e seu caráter eliminatório, tendo em vista o aproveitamento em forma definitiva;

4 — indicar o número de vagas existentes;

5 — enumerar as qualificações mínimas exigidas;

6 — discriminar o programa de provas, que deverá ser o mais elucidativo possível.

Sôbre a ficha de inscrição

Sugere-se conter grande número de elementos, que facilitem ao Banco melhor apreciação do candidato (entrevista e investigação social) e evitará delongas suplementares, caso o candidato seja aprovado no processo seletivo, além de propiciar dados para efetuar uma lotação mais indicada. Como sejam:

1. Sua experiência anterior;

2. trabalhos realizados;

3. os três últimos empregos que ocupou ou, se nunca se empregou, relacionar pessoas idôneas que possam prestar informações a seu respeito;

4. grau de cultura, com nome e local dos estabelecimentos que cursou ou cursa;

5. locais em que preferiria trabalhar;

6. conhecimentos especializados.

QUANTO AO PROCESSO SELETIVO

Em princípio, como solução ideal dentro de uma verdadeira orientação técnica de pessoal, nos manifestaremos pela classificação dos fiscais em três categorias, sendo que, conforme sua especialização profissional, corresponderia vistoriar determinado tipo de financiamentos. Todavia, consideramos, pelo menos de momento, impraticável, pois que não se tornaria possível localizar, em grande parte das Agências, um fiscal para cada modalidade de empréstimo (agrícola, pecuário, industrial, de investimento, etc.).

Predominam em certos departamentos operações agrícolas; noutros pecuárias; etc. e não nos parece aconselhável utilizar então fiscal sediado em congênere próxima para os necessários exames, a não ser para os financiamentos industriais (em certos casos) ou de investimentos, pois em muito ficaria prejudicada a celeridade — condição primária do crédito especializado —, afora outros inconvenientes óbvios. Ademais, não poucas vêzes, os mesmos mutuários possuem contratos de diferentes tipos, o que implicaria em vistorias distintas, com seu conseqüente aumento de despesas e trâmites burocráticos.

Face ao exposto e presente a circunstância de os agrônomos, veterinários e técnicos rurais receberem conhecimentos ligados aos assuntos rurais em geral, além dos ensinamentos específicos aos seus respectivos cursos, sem nos esquecermos da possibilidade de efetuar uma lotação proveitosa, indicamos a classificação dos fiscais em duas categorias, acarretando, concomitantemente, dois tipos de provas:

A) Uma para os diplomados em escolas oficiais de agronomia, veterinária e técnicos rurais que iriam vistoriar os empréstimos agrícolas, pecuários, fundiários e, excepcionalmente, os industriais, como por exemplo, quando se referissem à verificação de mercadorias, produtos elaborados, etc., oferecidos em penhor mercantil.

B) Outra para os que possuam o título de engenheiro civil, a cargo dos quais ficaria a fiscalização das transações industriais e de investimentos. Seriam lotados em determinadas *"Agências Chaves"*, com a incumbência de atender certa região, de acôrdo com a sua amplitude de negócios.

Como decorrência dêsse sistema seletivo e ainda do treinamento que mais adiante comentaremos, impõe-se a nosso Órgão Central de Pessoal aparelhar-se, convenientemente e, como providência inicial, recrutar pessoal especializado.

Estendidas algumas considerações que julgamos convenientes, passamos a apresentar as que, mais de perto, dizem respeito sôbre a forma como se deve proceder ao critério seletivo, em nosso entender.

Prova de títulos e documentos ou de habilitação

1. Apresentação do diploma respectivo, devidamente registrado no órgão competente do Ministério da Educação, tolerando-se êsse registro para os que ultimaram seus estudos em data próxima à da inscrição.

2. Idem, dos trabalhos, monografias, etc. que o candidato realizou.

Poderia o Banco estabelecer um ponto para o diploma de veterinário ou agrônomo e 1/2 para o de técnico rural, presente a presumível diferença de grau de cultura. Quanto aos trabalhos poderiam servir, não só para identificar mais satisfatòriamente o candidato, como para decidir casos de empate entre os concorrentes.

Exames ou provas — Preliminares

1. Realizar-se as primeiras eliminatórias em tôdas as Agências que lograssem inscrições. Reputamos êsse procedimento de interêsse para o Banco, pois existem, no interior do país, elementos de primeira ordem que poderiam ser aproveitados, com a vantagem de já se encontrarem a par dos problemas da zona.

2. Os que, então, passassem, submeter-se-iam às provas de sanidade e capacidade física, de entrevista, em locais a serem determinados pelo Banco, o mais próximo possível da Agência onde se submeteu ao concurso, a fim de evitar-lhe transtornos e gastos.

Provas escritas de conhecimentos e aptidões

1. *Dissertações* — em nossa opinião deverão restringir-se ao mínimo, a fim de se evitar pronunciamentos subjetivos dos examinadores.

2. *Testes* — dos quais, pela sua objetividade, facilidade de correção, etc., nos manifestamos adeptos. Podem ser, segundo Pinto Pessoa e Teixeira Dias, de três tipos:

"A) de *inteligência*, também chamados psicológicos e provas de nível mental;

B) de *aptidão*, de objetivo mais específico, visando medir a extensão em que o candidato se adapta à função;

C) de *conhecimentos* que visam medir o preparo do candidato em determinado setor do conhecimento humano." (30)

Observação — Por se tratar de cargos eminentemente técnicos, não nos sentimentos à vontade de especificar as matérias, exceção de português e dactilografia, que julgamos indispensáveis, sendo a primeira eliminatória.

Por oportuno, sugerimos que o Banco entre em entendimentos, por ocasião do contato para efeito de recrutamento, por exemplo com a Universidade Rural do Brasil, e com o Instituto Brasileiro de Orientação Profissional da Fundação Getúlio Vargas, êste último principalmente no tocante a testes. Não devemos esquecer do D.A.S.P. que realiza concursos para veterinários, agrônomos, etc., no qual poderíamos, talvez, conseguir excelente orientação. Julgamos recomendável, nesse sentido, destacar-se funcionários para efetuar estágio no ISOP, de preferência com certo preparo psicológico.

Exame de sanidade e de capacidade física

1. O serviço médico, com base no levantamento da análise do trabalho do fiscal, deverá fixar os índices mínimos.

2. De caráter eliminatório, frente às condições em que os serviços deverão ser realizados.

3. Recomendável efetuar-se nas localidades onde o Banco possui departamento médico.

Investigação social

1. Averiguar o procedimento do candidato em seu emprêgo anterior ou anteriores, na escola, etc.

2. Idem, se possível, em sua vida particular.

3. Poder-se-iam encarregar de tais pesquisas os investigadores de cadastro do Banco, ou os gerentes ou chefes de serviço, conforme a classe da Agência, uma vez que já possuem certa prática em misteres semelhantes; apenas haveria necessidade de serem sistematizadas instruções de caráter geral.

4. Caso se apresentem restrições inibitórias, eliminar o candidato.

Entrevistas

Esta prática é muito pouco utilizada entre nós. Todavia, no caso em aprêço, pensamos tornar-se indispensável, tendo em vista que os fiscais entrarão amiúde em contato com o público (os mutuários) "em que muito influem a aparência física, modo de se expressar e suas atitudes" (31), conforme salienta o Prof. Reining. A propósito, ocorre-nos dizer o seguinte:

1. A ser realizada por pessoas técnicas em entrevistas.

---

(30) *Op. cit.* — pág. 127.

(31) *Op. cit.* — pág. 6 da apostila 3.11.

2. Poderiam ser os próprios funcionários estagiários no ISOP, os quais, por extensão, estudariam a técnica adequada.

3. Apenas para os pretendentes que obtiveram aprovação nas provas escritas de conhecimentos e aptidões, no exame de sanidade e capacidade física e na investigação social.

4. A serem realizadas apenas nas "cidades chaves", onde se reuniriam os candidatos aprovados nas demais provas eliminatórias.

QUANTO AO PROCESSO DE COLOCAÇÃO E LOTAÇÃO

Quanto ao processo de colocação e de lotação, cabe-nos lembrar de passagem:

1. Obedecer, em princípio, à ordem de colocação dos aprovados.

2. Presente, porém, a diversidade das regiões em que a Carteira atua, cada uma, às vêzes, com problemas e alterações aliás situações completamente diversas, dar preferência, na ordem de nomeação, aos candidatos que vierem das zonas onde há vagas, pois, é evidente, se encontram mais senhores das respectivas situações regionais e, conseqüentemente, favorecem uma lotação adequada, ou seja, a colocação do indivíduo no local mais de acôrdo com seus pendores e conhecimentos (Vantagem da ficha de inscrição o mais completa possível).

QUANTO AO ESTÁGIO PROBATÓRIO

A forma de apreciar o trabalho do fiscal

Opinamos pelo estabelecimento de:

1 — boletins de informações de três em três meses;

2 — diferentes dos que o Banco utiliza até agora, os quais julgamos deficientes;

3 — deverão conter quesitos cujas respostas permitam avaliar, com objetividade, o procedimento do fiscal, como sejam:

quanto à sua produtividade;
disciplina;
iniciativa;
presteza e diligência;
integridade;
espírito de cooperação;
assiduidade;
adaptabilidade;
habilidade para tratar com os mutuários;
apresentação das tarefas;
observação das instruções regulamentares.

4. A informação final deverá dizer, categòricamente, se sua permanência vai ao encontro dos interêsses do Banco.

5. Enquadrar o fiscal nas seguintes categorias, de acôrdo com sua atuação: SATISFATÓRIA — INTEIRAMENTE SATISFATÓRIA — DESTACADA ATUAÇÃO ou no reverso — DEFICIENTE — MUITO DEFICIENTE.

A respeito de quem deve apreciar a atuação do fiscal

Sem dúvida alguma, seu supervisor direto, por se encontrar mais habilitado, pelos seus contínuos contatos, a emitir opinião mais precisa.

A respeito do prazo de duração

Por se tratar com base aliás de cargo técnico e com base na diversidade dos seus encargos, manifestamo-nos pela duração mínima de 12 meses, a não ser que o estagiário comprove mais cedo a sua inadaptação às funções de fiscal, e justificar sua dispensa.

QUANTO AO TREINAMENTO

Nosso órgão central de pessoal deveria seguir a sua política geral ditando normas e, ao mesmo tempo, orientando, devidamente, os supervisores que irão desincumbir-se do treinamento dos fiscais e sistematizando o programa que abaixo, à guisa de sugestão, especificamos.

Para os novos fiscais

1. Preliminarmente, os supervisores darão orientação sôbre as características do Banco; como se situa a Carteira no mesmo; seus objetivos; instruções gerais de serviço; vantagens, deveres e responsabilidades do fiscal; manuseio do Código de Instruções Codificadas (na parte que possa interessar ao funcionário). Orientando-o devidamente em sua consulta. Preenchimento dos modelos necessários e muito principalmente da norma que deve pautar suas relações com os clientes. Linha de subordinação.

2. Fazer o novo fiscal percorrer, em companhia de um colega da região em que fôr lotado, o maior número possível de propriedades contratuais. Recomenda-se vistoriar os financiamentos mais diversos para uma visão de conjunto mais ampla.

Para os fiscais antigos

1. Aos fiscais cuja atuação em serviço é considerada satisfatória, recomendamos fazer seguir uma espécie de curso de aperfeiçoamento, de preferência em serviço ou intensivo fora da repartição, ministrado por técnicos. Contudo, face a dificuldades notórias, sugerimos a instituição de curso por correspondência sôbre assuntos ligados às atividades agropastoris, além de princípios de orientação adequada quanto às suas relações com os mutuários. O escopo de nossa sugestão é procurar aproximá-los ao nível técnico de seus novos colegas.

2. Para se avaliar o aproveitamento, serão instituídos exames, a se realizarem em época e prazo marcado, na Agência em que se encontram jurisdicionados.

QUANTO À REESTRUTURAÇÃO DO ATUAL QUADRO

1. Será estudada a inclusão dos elementos com qualificações profissionais, como advogados, etc., no correspondente quadro do Banco.

2. Verificar a possibilidade de incluir os fiscais de produção deficiente, por fatôres diversos, como idade, incapacidade física, inadaptabilidade às suas funções, etc., mas de idoneidade a tôda prova, no quadro da tesouraria, que não necessita de conhecimentos maiores, após treinamento em serviço nas tesourarias situadas nas Agências de maior porte. Sugerimos isto, não só com vistas à maior eficiência do serviço de fiscalização da Carteira, como porque o Banco luta com certa dificuldade para completar os claros que se apresentam nas caixas e, diga-se de passagem, essa medida já se efetuou em caráter excepcional.

BIBLIOGRAFIA

Livros :

BRAGA, MURILO — *Seleção de pessoal, seus objetivos e seus problemas* — Rio — "Imprensa Nacional", 1945.

CAMPOS, WAGNER ESTELITA — *Problemas de Chefia e Administração* — Rio — "Imprensa Nacional", 1950.

NOGUEIRA DA GAMA, CAMILO — *Penhor rural* — Rio — "Editôra Borsoi", 1948 (2.ª ed.).

PESSOA SOBRINHO, EDUARDO PINTO e JOSÉ NAZARÉ TEIXEIRA DIAS — *Princípios de Administração de Pessoal* — Rio — "Imprensa Nacional", 1949.

RAMOS, ARLINDO — *Psicologia aplicada ao Trabalho* — Rio — Cia. Brasileira de Artes Gráficas — 1948.

Monografias

ARAGÃO, J. GUILHERME — *Administração e Cultura* — Rio — D.A.S.P., 1951.

BULHÕES, AUGUSTO — *Elementos para um programa de administração de pessoal* — Rio — D.A.S.P., 1945.

MORAES, RAUL DE — *Análise do Trabalho, métodos e objetivos* — São Paulo — Publicação da Faculdade de Ciências Econ. Adm. de São Paulo, Out. 1949.

RAMOS, ARLINDO — *Seleção e orientação profissional como base de aumento de produção* — Rio — D.A.S.P., 1950.

Periódicos — Revista do Serviço Público:

ALMEIDA, JORGE XAVIER DE — *O concurso, válvula de segurança social* — Rio — D.A.S.P., 1944, vol. 1, n.º 1, páginas 5/7.

ALMEIDA, RÔMULO BARRETO DE — *Aperfeiçoamento do pessoal para a expansão econômica do país* — Id., id. — 1946, vl. 2, n.º 5, págs. 33/42.

BELSLEY, LYLE (tradução de Aníbal Maya) — *A administração de pessoal no Estado Moderno* — Id., id. 1944 — v. I — n.º 1 — págs. 67/71.

BRITO, MÁRIO PAULO DE — *Seleção e aperfeiçoamento do pessoal do serviço público* — Id., id., 1938 — vl. 3, n.º 2, págs. 11/12.

FREITAS, BYRON TORRES — *A seleção pelo "testing process"* — Id., id., 1942, vl. 3, n.º 3, págs. 23/27.

JOHNSON, ROBERT LIVINGSTONE — *Porque devemos ter um pessoal competente* — I., id., 1942, vl. I, n.º 1, págs. 86/88.

LOPES, TOMÁS DE VILANOVA MONTEIRO — *Da seleção inicial dos servidores do Estado* — Id., id., 1942, vl. I, n.º 1, págs. 5/20.

MAGALHÃES, LÚCIA — *Educação e função pública* — Id., id., 1943, vl. 2, n.º 1, págs. 128/134.

RAMOS, ARLINDO — *Analistas do trabalho e sua preparação* — Id., id., 1946, vl. 3, n.º 1, págs. 24/30.

RAMOS, ARLINDO — *Seleção de pessoal e exame médico antes do ingresso no emprêgo* — Id., id., 1948, v. 2, n.º 2, págs. 31/34.

RAMOS, ARLINDO — *Seleção e ensino* — Id., id., 1946, vl. 1, n.º 2, págs. 34/43.

SIQUEIRA, BELMIRO — *A Divisão de Seleção e Aperçoamento — sua importância* — Id., id., 1949, vl. 2, n.º 3, págs. 121/122.

SIQUEIRA, BELMIRO — *Treinamento e seleção* — Id., id., 1947, vl. 1, n.º 1, págs. 139/142.

Diversos

BANCO DO BRASIL S. A. — *Circulares e Instruções Codificadas* — Carteira de Crédito Agrícola e Industrial.

— *Regulamento da CREAI* — Fev. 1952.

— *Anteprojeto do regulamento do fiscal da CREAI* (Documento interno).

— *Relatório de* 1938.

— *Relatório de* 1951.

LOUREIRO DA SILVA, JOSÉ — *Discurso de posse* — Documento interno.

— *Discursos* — Rio — "Jornal do Comércio" (editôres), 1952.

REINING JR., HENRY — *Administração de Pessoal* — Cursos especiais 01/52 (apostilas) — Escola Brasileira de Adm. Pública — Fundação Getúlio Vargas — Rio.

VIEIRA, FRANCISCO DE ALENCAR — *Discursos* — Rio — Impresso mimeografado — 1952.

WALKER, HARVEY — *Introdução à Administração Pública* — Cursos especiais 02/52 (apostilas) — Escola Brasileira de Adm. Pública — Fundação Getúlio Vargas —

Reflexos do Código de Contabilidade Pública sôbre a Administração Federal (*)

OSCAR VICTORINO MOREIRA

SENTIMO-NOS grandemente honrados com o convite que recebemos para realizar a presente palestra da ilustre tribuna dessa Escola Superior de Guerra, pela qual têm passado os mais insignes professôres, e que se caracteriza pelo alto nível cultural. Grande é a responsabilidade que temos sôbre nossos ombros, mas não será ela que nos atemorizará para enfrentar o tema que nos foi proposto.

E' com o elevado desejo de bem servir que aqui estamos para expor as observàções que vimos fazendo há mais de cinco lustros.

I — HISTÓRICO

Data o Código de Contabilidade de 1922, durante a plena vigência da Constituição de 91.

O trabalho então realizado deve ser encarado como um grande esfôrço, como um desejo de impor métodos e normas administrativas regulares, principalmente em face da evolução que se operava. Emergia o mundo da maior guerra que a história registrava; os princípios de moral e de direito experimentavam transformações radicais; a concepção da vida se transmudava; os meios materiais se ampliavam e a indústria reformava inteiramente os antigos processos; do artesanato à indústria, do empirismo à ciência, da dispersão de esforços à sua reunião, enfim, o momento era de profundas transformações surgindo, então, a necessidade imperiosa da metodização das atividades públicas, do que resultou a elaboração do Código de Contabilidade.

Que idéias prevaleceram na organização dêsse trabalho? A pergunta é necessária para a compreensão do tema. O legislador tem o dever de observar o momento, as condições reinantes, o motivo inspirador, as possibilidades, os reflexos e resultados que, no futuro, serão obtidos. A lei deve conduzir, apontar o caminho, prestar auxílio construtivo, elevar o moral. Jamais a lei deverá ser um elemento negativo, como não poderá concorrer desfavoràvelmente em relação ao moral.

Despontavam nos horizontes da humanidade novos rumos, fôrças diferentes começavam a atuar, formavam-se correntes de opinião que congregavam prosélitos em diferentes regiões, havia os que instigavam as lutas de classes, e o Estado que não podia ficar indiferente achava-se na obrigação de tomar medidas de maior vulto, entrando com sua fôrça em diversos campos de atividade, até chegar à sua condição polimorfa atual.

O Código refletiu um pouco do momento, mas traduziu eminentemente um tradicionalismo negativista da evolução em processo. Essa condição tradicional é peculiar à arte da contabilidade, pois a ela não cabe e não deve caber a previsão, constituindo seu dever o registro do passado.

Essa Lei, procurando delimitar as áreas administrativas e lhes traçar as linhas a seguir, invadiu setores administrativos que se achavam em início de evolução, prejudicando-os. O Código legislou sôbre a administração geral, em particular sôbre as administrações de pessoal, de materiaí e orçamentária, já para não citarmos que ponto atingiu, quando alcançou matéria de direito constitucional.

Para têrmos idéia exata sôbre peculiaridades dêsse Código, basta que citemos o fato de êle conter matéria inconstitucional. A Constituição de 1891 dizia em seu art. 34 :

"Compete *privativamente* ao Congresso Nacional:

1.º Orçar a receita, fixar a despesa federal anualmente e tomar as contas da receita e da despesa de cada exercício financeiro;"

O Regulamento do Código dispõe em seu art. 45·

"A proposta do orçamento será pelo Ministro da Fazenda enviada à Câmara dos Deputados até 31 de maio de cada ano, acompanhada dos seguintes documentos:"

Essa "proposta" determinada pelo Código constituía uma colaboração do Executivo ao Legislativo, mas, dentro das idéias que prevaleceram na Constituinte e que se corporificaram na Constituição, não poderia ser admitida, já que qualquer ato dessa natureza era considerado como intromissão de um Poder na esfera — privativa — de outro. Silva Jardim foi o maior defensor dêsse princípio e Agenor de Roure disso nos dá conta em suas belas obras. O ponto de vista da Constituinte prevaleceu e aquêle advérbio de modo, *privativamente*, encontrado na redação do art. 34, só tem essa explicação.

O Código, elaborado ao tempo daquela Carta Política, contrariou o princípio, de face. Não desejamos apreciar o mérito, se seria mais conve-

(*) Conferência pronunciada na Escola Superior de Guerra, em 12 de setembro de 1952.

niente a forma da Constituição ou a do Código, apenas é nosso desejo mostrar a infringência ocorrida.

Vamos, agora, tecer alguns comentários sôbre artigos do Código, mostrando os pontos atingidos.

Essa lei teve por paradigma sua congênere italiana e os defeitos de uma apareceram noutra. Como fato histórico é necessário observar que, na época, nossos olhos estavam sempre voltados para o estrangeiro; só o que fôsse importado seria considerado bom, e se desprezavam as nossas condições, as nossas necessidades de momento e futuras.

Não podemos afirmar se o mal era nosso ou importado, o fato, entretanto, merecedor de registro é o do regime criado pelo Código quanto ao moral. Chega a nos parecer que essa lei considera a todos como desonestos, até prova em contrário! Tais são as medidas restritivas, tais os cerceamentos, que a impressão dominante é a da precaução geral contra os indivíduos que têm sôbre si as responsabilidades administrativas. Será que seus elaboradores assim pensavam ou foi mero acidente de tradução?...

II — REFLEXOS NA ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

Administrar pessoal não significa apenas pagar seus estipêndios; inclui outros aspectos e mais importantes.

Regula o Código o vencimento, distingue o pessoal pelas diversas categorias, dispõe sôbre a percepção de ajuda de custo e de diárias, trata de penalidades a servidores por faltas, enfim, imiscuise nas peculiaridades da administração de pessoal, sempre prendendo à sua linha geral.

Visou o Código o estabelecimento de quadros em repartições, o que hoje não é mais possível compreender.

Para exemplificar, bastaria que tomássemos o caso de corpos de tropa isoladamente. A carreira militar ficaria adstrita aos postos existentes nesses corpos. Uma unidade que contasse com um general de brigada, três coronéis, 20 majores, só veria a promoção de seus oficiais quando nesse corpo fôsse reformado o general, e assim uma promoção em cada patente. Devemos ainda lembrar que existem unidades menores, onde a patente superior não irá além de major. Que possibilidades teriam os oficiais aí? Felizmente isso não ocorre porque os corpos são integrados por elementos que pertencem aos quadros gerais.

A ser seguido o princípio indicado no Código, no funcionalismo civil só em pouquíssimas repartições um oficial administrativo poderia fazer carreira.

O que a técnica mais rigorosa nos recomenda hoje é a formação do quadro único, pois todos somos servidores da Pátria, militando em setores diferentes.

As responsabilidades relacionadas com o desenvolvimento econômico, com o bem-estar social, com a segurança, são distribuídas por todos, não devendo ser encontrados setores estanques, pequenas autarquias fugindo a uma sistemática geral.

E' de ver que o Código apareceu numa época em que o espírito descentralizador ainda encontrava apoio, fato observado entre nós, desde a Constituição de 91, embora negando nossa tradição.

Vinha o Brasil de colônia unida, passara a Império unido e na República, por inspiração externa, apareceu o sentido descentralizador, refletindo-se na legislação. Bem sabemos quantos se opõem à centralização, mas isto não nos cabe debater.

O surto de progresso, as sucessivas transformações mundiais, a maior aproximação dos povos pelo desenvolvimento das vias de comunicação, teriam de determinar novos procedimentos e novos métodos de trabalho. O Estado deixava de ser apenas a figura tutelar, apreciando o desenvolvimento só por um prisma superior, mantendo-se afastado da ação direta na economia; avizinhava-se a época do fortalecimento estatal indispensável à sobrevivência nacional. Os movimentos de grupos, as novas idéias, a luta pela vida criavam um clima diferente do observado no começo do século. O avião e o rádio, por um lado, e a produção industrial acelerada e sistematizada introduziam fatôres novos na vida. A máquina e o homem entravam em conflito, e como conseqüência se formavam massas obreiras urbanas, gerando novos problemas sociais e econômicos; a economia passava a ser dirigida e tôdas as conseqüências da transformação teriam de aparecer no momento. O Estado achava-se armado com uma legislação condizente com a época anterior, já não se coadunando com a nova.

Passamos pela transformação política de 30 e diversas modificações foram introduzidas na legislação; a seguir, tivemos a Carta de 34 e mais tarde a de 37. Seguiu-se a esta última um período de radicais alterações, dentre as quais o movimento no sentido histórico da centralização do poder.

Sobreveio a II Guerra Mundial, e com ela novos problemas, novas necessidades, novas condições econômicas. A lei ordinária deve acompanhar o ritmo de progresso, terá de constituir auxílio, de conter dispositivos adequados às condições de momento.

A 23 de setembro de 1949 era sancionada a Lei n.º 830 que determina em seu último artigo a manutenção das disposições dêste Código de Contabilidade de 1922 e de seu Regulamento Geral no que não contrariam a Constituição de 46 ou a própria Lei n.º 830!

Desejou o legislador voltar à estaca zero, terá querido transportar as nossas condições atuais às de 1922? Neste ponto o que nos cabe lastimar é que o desejo do legislador não tenha sido satisfeito, e de modo completo, retirando a neve que caiu sôbre nossas cabeças...

III — REFLEXOS NA ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL

O Código estipula como uma das condições para a aquisição de material a concorrência, o que consiste na aplicação de princípio democrático — igualdade de oportunidade a todos que se encontrem em condições de competir.

Embora seja combatida a concorrência por muitos, alegando-se a morosidade e o fato de não oferecer resultados compensadores, ainda é o processo que melhor atende aos deveres da administração pública.

As maiores acusações recaem sôbre a morosidade, ou seja, sôbre o prazo que obrigatòriamente deverá preceder às concorrências. Êsse prazo não poderá, em absoluto, ser suprimido, pois é êle justamente o que torna efetiva a aplicação do princípio democrático. Senão vejamos: — Inexistindo o prazo, a concorrência poderia realizar-se um ou dois dias depois de publicado seu edital convocatório. Quem concorreria? Só o "iniciado", só amigo íntimo, o que privasse com as autoridades, ficando a suposta concorrência nas mãos dos donos do dinheiro público. Seria isso democrático e moral? O prazo permite a habilitação de vários, e a divulgação, outro imperativo, alarga o círculo dos competidores.

O Código, todavia, só conheceu dos processos das concorrências públicas e administrativas, assim como da dispensa de concorrência. A investigação, a procura, e outros processos usados pelas grandes emprêsas ficaram à margem, e êles proporcionam bons resultados.

Olvidou essa lei um fato de maior responsabilidade e de transcendente repercussão: — a *obrigação* de pagamento. O Estado deve proceder com a máxima lisura, deve observar os processos empregados pelas grandes emprêsas, já que é a maior. A emprêsa que compre, tem de pagar; caso contrário, o credor terá a lei a seu favor e cobrará seu crédito. Que acontece no caso de o Tribunal de Contas denegar o registro de uma despesa, digamos, por impropriedade de classificação? A conta não será paga. Será justo e moral êsse procedimento? O fornecedor que cumpriu seu compromisso, que confiou no Estado, que inverteu seu patrimônio poderá ver negado o pagamento de sua conta por qualquer irregularidade ou suposta irregularidade no processamento? Que tem êle a ver com as interpretações domésticas da classificação? Êsse ponto não foi inscrito no Código, gerando um regime de insegurança que determina a formação da "casta" de fornecedores do govêrno, daqueles que conhecem os "canais competentes" e têm valiosas amizades nos pontos estratégicos.

Se há ponto fraco na legislação vigente que comentamos é justamente êsse. Entendemos que uma ordem emanada de autoridade pública jamais deveria ser passível de dúvida ou contestação, mas o que vemos é o fornecedor com o direito de se negar a cumprir a ordem por verificar que a classificação poderá ser impugnada e assim deixar de receber a importância de seu fornecimento. Êste ponto merece estudo, reflexão e modificação da lei vigente.

O art. 228 do R.G.C.P., diz, enfàticamente, que o "empenho" é o ato emanado da autoridade pública que cria para o Estado a obrigação de pagamento. Se *criasse*, de fato, como poderia ser denegado o registro e conseqüentemente o pagamento de uma conta empenhada prèviamente? Não *cria*, pois o empenho pode ser unilateralmente anulado, e se houvesse "criado" a obrigação, necessário seria o assentimento ou outra ação relacionada com ambas as partes, tal não ocorrendo. O empenho nada mais é que uma reserva de crédito.

Apreciemos o aspecto moral do empenho. Se qualquer de nós efetuar uma compra a crédito, quando muito, assinará um título em favor do credor, mas não terá de dar um certificado de garantia, no qual esteja mencionado que fôra reservada a importância para ocorrer ao seu pagamento! O empenho, como determina o Código, equivale a um atestado que o Estado oferece ao credor de sua desorganização ou insegurança. Sabemos que é forte a afirmativa, mas necessita ser dita. Para que o fornecedor tenha confiança, para que acredite no Estado, deverá receber um papel em que apareça o saldo anterior, a importância do empenho deduzida e o saldo restante. O Código instiga a desconfiança. O que deveria ser impôsto era a obrigação de pagar, e no caso de irregularidade, a punição imediata do responsável, mas os elaboradores do Código ou preferiram fugir dêsse caminho, ou julgaram que os ônus só deveriam caber ao credor, o que em síntese é amoral.

IV — REFLEXOS NA ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Já mencionamos a disposição contida na Lei n.º 830, de 23 de setembro de 1949, a qual mantém os dispositivos do Código. A redação dêsse artigo permitiu a manutenção das leis vigentes que não contrariavam aquela, do que resultou coexistirem pràticamente tôdas. Se houve o intuito do retrocesso, não foi alcançado; se o desejo era o de suprimir a legislação posterior ao Código, a fim de reenquadrar a administração pública nos preceitos de 1922, isso também não foi conseguido. Se aquêle artigo tivesse dito, como de hábito — revogam-se as disposições em contrário — teria conseguido o mesmo resultado. O que essa lei conseguiu foi aumentar a confusão, é mais um diploma a ser consultado. O administrador honesto fica em dificuldades para saber qual a lei a aplicar, e, não raro, depois de uma decisão criteriosa, vê seu ato impugnado pelo Tribunal de Contas.

A fiscalização da execução orçamentária é do Tribunal de Contas que, por sua vez, é o fiel guardião do Código. O Tribunal julga e é justamente êsse o ponto que mais merece atenção.

Como o julgamento é colegial, as decisões variam, permanecendo a administração à mercê da orientação ou variação de correntes de opinião. O julgamento do ato administrativo não deve ser passível de interpretações ou arbítrios, pois isso atribui insegurança às práticas. O ato administrativo deve sofrer verificação, se está correto ou não, se guardou conformidade com a lei. O contrôle que se exerce sôbre a administração não deve ter o caráter policial e sim — conselheiro. Entretanto, o Tribunal não é o órgão consultivo, senão dos Ministros, e isto mesmo não em casos concretos. Entende aquela Côrte que, manifestando-se em caso concreto, isso constituiria prejulgamento. Pois que seja prejulgamento, e disto necessita a administração. O administrador diante do volume das leis, regulamentos, portarias, circulares, avisos e outras determinações, nem sempre estará habilitado a praticar o ato mais perfeito. O contrôle que a administração necessita é o administrativo, acompanhando passo a passo sua evolução, e não o legal à distância, através de papéis.

As côrtes de contas apareceram em países de regimes políticos diferentes do nosso, onde impera o parlamentarismo, de condições bem diversas das que temos. O postulado positivista de viver às claras prevaleceu na Constituinte e por isso foi criado o nosso Tribunal. Acontece, porém, que se processou radical modificação na vida nacional e hoje o Estado atravessa uma fase em que lhe pesam as maiores responsabilidades. Por isso vemos a fuga de diversos serviços públicos à legislação ordinária, ao Código de Contabilidade e ao Tribunal.

As autarquias, as sociedades de economia mista, as autonomias administrativas são conseqüências de uma situação imperfeita criada pela legislação vigente e é de lastimar que neste momento esteja uma comissão planejando alterar, para pior, o Código e adaptar o Orçamento aos moldes dos que têm os Estados e os Municípios, ou seja a União em moldes municipais!

Não será necessário recorrer aos arquivos, fazer pesquisas, entrar em indagações, para que obtenhamos comprovações dos males trazidos pelo Código, pois são sabejamente conhecidos. O réu que não se encontra presente, julgado à revelia, tem por corpo defensor o Colendo Tribunal de Contas, o que lhe basta.

Nota-se a falta de uma mentalidade uniforme sôbre a administração pública; enquanto de um lado se encontram os órgãos executores, de outro está o julgamento, quase em pontos antagônicos. E' preciso unir-se os campos de atividades, pois a administração é uma só, e a falta de entrosamento só pode ser perniciosa. Temos a impressão de que o administrador levado à barra do Tribunal se encontra na posição de réu, esperando ser impronunciado do "crime" de ter praticado os atos normais de sua atribuição.

As leis que regem a administração devem ser de modo a auxiliá-la, e quem tiver o encargo de acompanhar sua aplicação, não deverá acastelar-se e, de plano diferente, julgar; estará no dever de secundar, de indicar o caminho, de aconselhar.

A Constituição dispõe de modo imperativo sôbre a recusa de registro à despesa — por impropriedade de classificação. Que desejou o legislador constituinte impor, parece-nos, não foi plenamente investigado. O resultado é que o arbítrio encontrou largo campo e os atos administrativos sofrem contestações disparatadas. A título de curiosidade, e sòmente a êsse título, apresentamos um exemplo: — A posição relativa em que vá ser utilizado um material poderá influir na sua classificação orçamentária, embora seja o mesmíssimo material. Uma chapa de vidro será considerada como material permanente ou de consumo, e isso poderá determinar a recusa irrecorrível, segundo o preceito constitucional! Se a chapa fôr aplicada horizontalmente (tampo de mesa), será considerada como material permanente; se o fôr verticalmente (vidraça de janela ou de vitrina), passará à condição de material de consumo! E no caso de ser aplicada a 45° em relação ao horizonte, será semipermanente?... Fatos como êsse é que levam ao descrédito a legislação e o órgão julgador.

Não se nos afigura necessário ajuntar mais argumentos para concluir pela necessidade da renovação do atual Código de Contabilidade Pública e de seu Regulamento Geral, elaborando-se leis reguladoras das diferentes matérias, harmônicas entre si, mas independentes. Não temos um código orçamentário, onde se estabeleça a forma de elaboração da proposta e a própria lei de meios; as autarquias e outras entidades de direito público estão regidas de acôrdo com leis especiais para atender a conveniências e fugindo a um regime geral; a emprêsa-Estado não dispõe de uma auditoria contábil que lhe apresente o panorama econômico e financeiro de que necessita para realizar eficientemente seus fins; falta-nos a instituição do contrôle administrativo, matéria que o Código desconheceu, por completo.

O contrôle administrativo, em nossa opinião, seria bastante para o sucesso da administração pública, prescindiria dos demais. Julgamos, todavia, que não haja a coragem cívica para o criar. Êsse tipo de contrôle que investiga a oportunidade, a conveniência, a razão de ser, o modo de execução, o executar, seria malsinado desde sua implantação, pois tornaria impossível a permanência de certos indivíduos à testa da administração, como desaconselharia certas práticas nocivas e em muitos casos impediria o início de várias atividades.

Nesta Escola, onde se encontram as figuras mais brilhantes de nossas fôrças armadas, figuras que as dignificam, com seus espíritos voltados para o engrandecimento de nossa terra, é o lugar onde deve ser apresentada a idéia da criação do contrôle administrativo, o que fazemos com grande júbilo.

BIBLIOTECA

Façamos obra renovadora, condizente com as nossas necessidades e características, olhemos para o nosso Brasil com maior interêsse e nos afastemos das traduções, embora não desprezando a experiência alheia, que só deverá ser aproveitada no que nos convier. Exterminemos o que nos possa prejudicar ou retardar a marcha do progresso, tenhamos coragem cívica bastante para enfrentarmos as matérias e abolirmos o que resiste pela inoperância de uns, inércia de outros e apatia de muitos.

Meus Senhores: Não foi nosso desejo fazer obra destruidora, o que tivemos em mira foi apenas alertar, no sentido de serem grupados esforços para remediar as imperfeições e encorajar a reforma da legislação que impede o desenvolvimento natural da administração pública.

O Código deve ser revogado e substituído por uma legislação que reagrupe as atividades públicas, evitando os regimes privilegiados, dê elementos para um bom contrôle, acima de tudo conselheiro, a fim de que a administração se desenvolva de modo proveitoso.

Precisamos de uma consolidação das leis sôbre contabilidade, de um código orçamentário e de legislação específica para as administrações de material e de pessoal, na parte que se refere ao orçamento, de conformidade com as técnicas preconizadas na administração racional, que hoje se acha implantada entre nós.

Agradecemos a honra com que nos distinguistes, ouvindo-nos, e aqui nos encontramos para tomar parte nos debates sôbre esta matéria, o que constitui motivo de júbilo para quem há mais de vinte anos se dedica à função pública.

A Emissão de Cheque sem Fundos

ARNOLD WALD

I — A importância do cheque no mundo moderno. II — A legislação brasileira nesta matéria. III — O direito penal comparado. IV — Conclusões.

I

O CHEQUE é uma ordem de pagamento à vista visando fundos disponíveis em poder do sacado. (1)

A sua função é tríplice :

a) Facilita a circulação monetária pela compensação dos créditos feita nas *clearing houses;*

b) Favorece o espírito de poupança e a economia por intermédio dos depósitos bancários;

c) Permite a expansão do crédito com o aproveitamento dos capitais parados ou dormentes em emprêsas úteis.

O cheque é um meio de circulação fácil e produtivo. Concilia a segurança do depósito com a mobilidade da circulação. Impulsor do crédito, desenvolve a produção. Concorre ainda, segundo Inglez de Souza, para a moralização das classes operárias, facilitando-lhes a frutificação das pequenas reservas e o bem-estar que uma abastança relativa proporciona. (2)

No mundo hodierno, em que tanta importância tem a velocidade das transações, compreende-se o interêsse especial que há no uso do cheque. (3)

Já em 1934, o movimento das transações bancárias nos Estados Unidos atingia o sêxtuplo do total da moeda em circulação, explicando-se assim a grande velocidade monetária dêste país pelo hábito fortemente arraigado do uso do cheque mesmo para o pagamento de pequenas quantias. (4) Imaginemos pois qual deve ser hoje a relação existente entre a soma das transações bancárias e o total da moeda circulante. Basta dizer que um Banco em Nova Iorque tem em depósitos uma quantia superior ao dôbro de todo o numerário emitido pelo Brasil e ora em circulação.

Em nosso país, a velocidade monetária está aumentando nestes últimos anos. No comércio, o cheque viu-se equiparado à moeda corrente. Mas, um obstáculo perturba profundamente esta facilidade da circulação monetária. E' a insegurança, a incerteza devida ao número progressivamente crescente dos cheques sem fundos cujos emitentes escapam daquele "arquipélago de ilicitudes" que é o direito penal. Os casos relatados pela crônica judiciária já assaz numerosos são apenas ecos relativamente raros proporcionalmente às dezenas, quiçá as centenas de cheques que diàriamente deixam de ser pagos pelos bancos por falta de provisão.

Ora, o aumento da nossa velocidade monetária é uma necessidade imperiosa da nossa economia. Ao mesmo tempo que sofremos da inflação, da depreciação da nossa moeda, assistimos à falta de numerário, patenteando-se assim a lentidão desesperadora da circulação da nossa moeda. E um dos fatôres proeminentes, talvez o fator essencial, que impede a rapidez das transações é a ausência da confiança nos cheques, que não podem ter fé pública, diante da interpretação que lhes é dada pela lei e pela jurisprudência. Não somos aliás os primeiros a apontar êste fato e a lamentá-lo. Já Carvalho de Mendonça, ao escrever o seu *Tratado de Direito Comercial*, no momento em que surgia o capitalismo no Brasil, indicava a falta de segurança jurídica produzida pela proteção insuficiente do cheque. Escrevia então o ilustre comercialista que: "Há em grande parte receio na solvência dos comerciantes e banqueiros, e, conquanto os cheques se entendem passados *pro solvendo*, temem-se questões com o emissor, voltando o credor muitas vêzes a pior situação que a anteriormente mantida, não obstante poder empregar a ação executiva.

---

(1) "A check is a bill of exchange drawn on a banker payable on demand" é a definição formulada pela lei inglêsa. No mesmo sentido, a lei francesa, os códigos comerciais da Espanha, da Argentina, etc.

(2) Inglez de Souza, *Títulos ao portador*, 1898, págs. 69 e 70.

(3) A importância do cheque é atestada pela ampla bibliografia existente sôbre o assunto. No Brasil, citemos os livros de Inglez de Souza, de Rodrigo Otavio, de J. A. Saraiva, de Thiers Vellozo e de Paulo de Lacerda, entre os mais antigos. Recentemente tivemos os trabalhos de Fortunato Azulay e de Carlos F. da Cunha. Na Inglaterra, tratou da matéria Daniel em seu livro sôbre *Negotiable Instruments;* na Itália, Ramella no *Trattato dei titoli all'ordine* e Marghieri no seu livro intitulado *Titoli e operazioni di credito;* na França, Bédarride no *Commentaire de la loi du 14 juin 1865 sur les cheques*. Também se referem ao assunto os grandes tratados de direito comercial de Lyon Caen et Renault, Vivante, Bonelli, Pipia, Navarrini, Supino e outros.

(4) HERBERT LEVY — *Problemas atuais da economia brasileira*, 1934, p. 64 e seguintes.

A penalidade tão branda e sempre inaplicável para quem emite cheque sem fundos concorre muito para aquêle receio". (5)

Sente-se pois uma necessidade imperiosa de reformar a nossa legislação no que se refere à emissão do cheque sem provisão para atender ao interêsse que tem o Estado, no desenvolvimento, em bases sólidas, da economia nacional, e os particulares, na segurança que deve caracterizar as transações realizadas.

II

Dois textos legislativos em nosso direito positivo vigente referem-se à emissão de cheques sem fundos: a lei do cheque (Lei n.º 2.591, de 7 de agôsto de 1912) no seu artigo 7.º e o Código Penal de 1940 no seu artigo 171, n.º VI do § 2.º.

1. *O Código Penal de* 1890

Antigamente as legislações preferiam não aludir ao crime de emissão de cheque sem provisão, receando entravar dêste modo o desenvolvimento do instituto. Assim foi na Inglaterra, na Alemanha e na Áustria. Resumindo esta orientação, podia o Sr. Asser, ao encerrar os trabalhos da conferência de Haia de 1912, da qual fôra presidente, aplicar ao cheque aquela frase de Carmen acêrca do amor:

"Le chèque est enfant de Bohême:
Il n'a jamais connu de loi."

O nosso Código Penal de 1890 não se referiu especialmente ao cheque embora já datasse a nossa legislação sôbre esta matéria de 1860.

Punia-se tão-sòmente a emissão de cheque sem fundos quando chegasse a constituir meio de cometer o estelionato. Aplicavam-se no caso os §§ 5.º e 7.º do artigo 338 do antigo Código Penal que se referiam aos crimes de "usar de artifícios para surpreender a boa fé de outrem ou ganhar-lhe a confiança, induzindo-o a erros ou enganos por êsses e outros meios astuciosos, procurando para si lucro ou proveito" e de "usar de falsa qualidade, falso título ou de qualquer ardil para persuadir a existência de bens e créditos e por êsses meios induzir alguém a entrar em negócios ou especulações, tirando para si qualquer proveito ou locupletando-se com a jactura alheia".

Só se punia pois a emissão de cheque sem fundos quando dela decorresse prejuízo para a vítima e quando tivesse sido cometido o crime por meio de artifício, ardil ou outro meio fraudulento. Não constituía pois crime a emissão de cheque sem provisão quando, por exemplo, o portador soubesse que o cheque recebido era sem fundos, ou quando deixasse de se concretizar o prejuízo. Considerava-se a emissão de cheque um crime contra o patrimônio, um crime material.

(5) CARVALHO DE MENDONÇA — *Tratado de direito comercial brasileiro*, vol. V, livro III, parte II, 1922, p. 536.

2. *A Lei do Cheque de* 1912

A lei do cheque no seu artigo 7.º estabeleceu que: "Aquêle que emitir cheques, sem ter suficiente provisão de fundos em poder do sacado ficará sujeito à multa de 10% sôbre o respectivo montante além de outras penas em que possa incorrer".

Esta multa independe do caráter culposo ou doloso da infração. Não interessa, no caso, o elemento subjetivo. Discutiu-se em favor de quem revertia esta multa. De acôrdo com os têrmos da lei, parece ser ela cobrada em benefício da União, embora fôsse mais lógico e mais prático que revertesse em favor do beneficiário do cheque, conforme a emenda rejeitada do deputado Alberto Sarmento e a solução da lei suíça. Esta multa, na realidade, nunca ou muito poucas vêzes foi aplicada. Não passou de uma medida abstrata e teórica. Para que se tornasse eficaz, necessário seria que os bancos comunicassem às autoridades fiscais os cheques sem provisão que lhes eram apresentados para o devido pagamento. Sòmente assim a multa alcançaria o fim intimidativo e repressivo que almeja. A emissão de cheque sem fundos como contravenção fiscal é uma figura que, até agora, não chegou a vir à luz. Só existiu nos compêndios e na lei.

De acôrdo com o artigo 8.º da lei de 1912, o beneficiário adquire direito a ser pago pela provisão de fundos, existente em poder do sacado, desde a data do cheque. Se o emitente retira, antes de pago o cheque, a provisão destinada ao pagamento dêste, comete o crime de alhear a coisa própria já alheada.

Se a tendência legislativa do comêço do século era avêssa à punição específica da emissão do cheque sem fundos, considerada esta figura como contravenção fiscal ou como elemento do crime de estelionato, assim não continuou sendo. O cheque deixou de ser filho da Boêmia desconhecedor da lei e por ela desconhecido. Difundiu-se, em todos os países, o uso do cheque, passando êste a ser usado inclusive nas transações internacionais. Aumentou a sua circulação. A verificação da existência de fundos tornava-se cada vez mais difícil. Os bancos se multiplicaram por tôda parte. Interessante seria para mera ilustração comparar o número de bancos existentes no Brasil em 1912, com o que existe hoje. O Estado passou a intervir na vida comercial. Quis que ela tivesse maior solidez e que se evitassem as grandes crises. Regulamentou a concordata e a falência, que deixaram de ser meros contratos para dependerem da homologação judicial, e regulamentou o cheque. Equiparou-o à moeda, fazendo com que fôsse recebido nas repartições públicas e concedeu-lhe a proteção estatal concretizada em norma de direito penal. O Estado passou a defender a fé pública, a credulidade dos cidadãos e as legislações incriminaram especificadamente a emissão de cheque sem fundos. Algumas mais tradicionais conservaram-na entre os crimes contra o patri-

mônio, equiparando-a ao estelionato, outras, mais modernas, sentindo mais profundamente a significação do cheque no mundo atual, incluíram êste crime entre aquêles cometidos contra a fé pública, por analogia com o crime de moeda falsa. Não dissera aliás Pouyer-Quertier que o cheque sem provisão era moeda falsa?

3. *A Consolidação das Leis Penais*

A Consolidação de Vicente Piragipe no seu artigo 338, § 2.º, definiu e puniu o crime de emissão de cheque sem fundos, destacando-o do estelionato. A norma penal referente à matéria ficou sendo assim redigida: "Incorrerá nas penas de prisão celular por um a quatro anos aquêle que fraudulentamente emitir cheque sem provisão de fundos em poder do sacado, além da multa de 10% sôbre o respectivo montante."

O Desembargador Vicente Piragipe caracterizou assim como crime autônomo a emissão de cheque sem fundos, dêle fazendo uma figura *sui-generis* do estelionato, "que com êste não se confunde, como se não equipara com a falsidade, muito embora a alma dos três crimes, o substrato que lhes é comum, seja o ludíbrio da vítima. Talvez que o delito de emitir cheque sem fundos ainda mais se aproxima da falsidade por ferir a fé pública, circunstância que não ocorre no estelionato." (6) Todavia a Consolidação manteve o crime de emissão de cheque sem fundos entre aquêles que atentam contra o patrimônio alheio, considerando-o pois como crime material, para cuja configuração há de se exigir a existência de prejuízo.

4. *O Código Penal de* 1940

Assim também fêz o nosso legislador de 1940 que se filiou à corrente tradicionalista.

Depois de definir, no artigo 171, o estelionato, fêz, no § 2.º do mesmo artigo, incorrer em penas iguais (quem:

"....

VI — emite cheque sem suficiente provisão de fundos ou lhe frustra o pagamento."

Do ponto de vista técnico, duas falhas lamentáveis podem ser apontadas. A primeira é a inclusão dêste crime no título dois do Código ou seja entre os crimes cometidos contra o patrimônio alheio, quando na realidade se trata de crime contra a fé pública, pois de fato não há diferença entre o cheque falso e o cheque sem fundos. Quem emite um cheque sem fundos fere a fé pública tanto quanto aquêle que assina um cheque em nome de outrem. Com a atual equiparação de fato do cheque à moeda e com a aceitação generalizada que o cheque vem tendo, a emissão de cheque sem fundos só difere do crime de moeda falsa, pela menor periculosidade do agente e pela maior facilidade que há em verificar a ausência de provisão.

Outro êrro técnico do nosso legislador foi a inclusão do crime de emissão de cheque sem fundos como parágrafo do artigo que trata do estelionato. Tal falha criou uma jurisprudência discrepante e absurda que exigiu para a conceituação do crime de emissão de cheque sem fundos os requisitos característicos do estelionato ou seja: vantagem ilícita, prejuízo alheio, indução em êrro, mediante artifício, ardil ou outro meio fraudulento. Transformou-se assim injustificadamente o crime de emissão de cheque sem provisão de crime formal, que deveria ser, em crime material. O êrro do legislador poderia ter sido corrigido por uma interpretação doutrinária que atendesse à *ratio legis* e se inspirasse no direito comparado. Todavia divergem a nossa jurisprudência e a nossa doutrina quanto ao aspecto formal ou material dêste crime. Haverá necessidade de prejuízo alheio e de uso de ardil ou fraude para que se conceitue o crime de emissão de cheque sem fundos? E se o portador souber que o cheque que recebeu é sem provisão, ainda assim haverá crime? Se subordinarmos o § 2.º do artigo 171 ao *caput* do mesmo artigo parece que no caso figurado não há crime. Em sentido contrário, manifestou-se todavia o legislador argentino. (7) Outras dúvidas surgiram acêrca dos cheques antedatados emitidos sem provisão e dos cheques oriundos do pagamento de obrigações naturais como dívidas de jôgo.

A *Exposição de Motivos* do Código Penal, no seu n.º 61, parece aliás condicionar o crime de emissão de cheque sem fundos aos requisitos essenciais para a configuração do estelionato. Efetivamente, diz o Ministro Francisco Campos que "Com a fórmula do projeto, já não haverá dúvida que o próprio silêncio, quando malicioso ou intencional, acêrca do preexistente êrro da vítima, constitui meio fraudulento característico do estelionato".

Entre tais crimes, são incluídos alguns não contemplados na lei em vigor, como, *exempli gratia*, a fraude relativa a seguro contra acidentes (art. 171, § 2.º, n. V) e a "frustração de pagamento de cheques" (art. 171, § 2.º, n. VI)".

A *Exposição de Motivos* parece corroborar a subordinação da figura do crime de emissão de cheque sem fundos aos requisitos necessários para a existência do estelionato.

Em discussão pública, realizada na Faculdade Nacional de Direito, o Ministro Nelson Hungria inclinou-se a defender a materialidade do crime de emissão de cheque sem provisão. Em sentido contrário, manifestou-se o Professor Demóstenes Madureira do Pinho. Para êste eminente jurista pátrio, o crime de estelionato é material, exigindo um dano para a sua integração, mas o

(6) Parecer do Procurador do Estado de São Paulo, Vicente de Azevedo, in *Revista Forense*, LXVII, p. 48.

(7) S. SOLER, *Derecho Penal Argentino*, 1946, V Vol. p. 424 e seg.

mesmo já não acontece com as formas equiparadas ao estelionato, nas quais o delito está perfeito independentemente de quaisquer eventos materiais. São êstes últimos crimes de natureza formal, bastando simples dano potencial para informá-los. No caso da emissão de cheque sem provisão, não é necessário para a existência do crime que o portador venha realmente a sofrer qualquer prejuízo: o simples fato de emitir cheque sem fundos constitui crime e crime perfeito. (8) Tal é a lição do Professor Madureira do Pinho, já precedida aliás por brilhante parecer do Procurador Vicente de Azevedo que se manifestara no mesmo sentido. O fato é suficiente. Não há outros requisitos para a configuração do crime. Não há aliás formas equiparadas ao estelionato. Há crimes diversos cujas penas são equiparadas à pena do estelionato, o que é muito diverso. E' o que acontece com a emissão do cheque sem fundos. E' um crime essencialmente formal, independe de prejuízo.

Pouco importa que o portador soubesse da inexistência dos fundos. O crime não é lesão do patrimônio alheio, mas atentado contra a fé pública. Assim, se alguém compra uma mercadoria que deverá receber uma semana depois e paga-a com um cheque sem provisão e, se, antes de mandar a mercadoria, o vendedor verifica que o cheque é sem fundos, não entregando pois a mercadoria encomendada, não há, no caso, nem prejuízo, nem enriquecimento ilícito. Não houve o dano material característico do crime de estelionato. Não se configurou o estelionato, mas houve o crime de emissão de cheque sem fundos. Isto porque não se pode exigir que quem receba um cheque deva verificar se tem ou não tem provisão, como não se pode exigir que quem receba uma nota, uma moeda averigúe se é ou não autêntica, se é ou não falsa. Há, no caso, uma presunção *juris tantum* de verdade, de autenticidade. E quem emite um cheque sem fundos, destruindo esta presunção, que corresponde à vital necessidade da circulação, comete um crime contra a fé pública.

5. *A Jurisprudência*

Outras questões relativas à emissão do cheque sem fundos têm sido debatidas tanto pela doutrina quanto pela jurisprudência. Alguns julgados chegaram até a adotar a tese aberrante de que não havia crime quando o emitente não fôsse correntista do banco contra o qual sacara o cheque pois a lei se refere à provisão insuficiente e não à ausência de provisão. Felizmente, tal interpretação discrepante e que contraria o bom senso tem sido geralmente repelida. Também se discutiu se os fundos deviam existir no momento da emissão ou quando da apresentação do cheque pelo portador ao sacado. A maioria dos autores consideram que é suficiente a existência dos fundos no momento do pagamento do cheque.

Para a configuração do crime de emissão de cheque sem provisão, a jurisprudência tem exigido que ficasse provado não só o fato material — a emissão do cheque sem fundos — mas também o ânimo doloso, o *animus nocendi*, do emitente, quando êste ao contrário devia ser presumido até prova do contrário já que há uma presunção *juris tantum* de que quem é correntista de um banco sabe ou deve saber o montante dos seus depósitos neste banco. (9) A nossa atual jurisprudência continua com a mesma orientação, exigindo que, para a configuração do crime, "se prove o dolo, expresso na vontade de lesar a pessoa em favor de quem foi o mesmo emitido". (10) Em sentido idêntico, manifesta-se o promotor Plínio Cavalheiro que se recusa a reconhecer o crime de emissão de cheque sem fundos quando o portador sabia da inexistência da provisão. (11) Parece-nos mais justo que se estabeleça uma presunção *juris tantum* de que o correntista tinha conhecimento do quantum de que dispunha em banco. Tal é ao menos o *quod plerumque axit*. Provado o fato, ao réu cabe alegar e provar a descriminante. Condenar-se-á pois o acusado desde que não tenha produzido "qualquer prova de que ao tempo da emissão do cheque possuía fundos no estabelecimento sacado, se limitando a alegar irresponsabilidade, sem base em qualquer prova dos autos" (12) a menos que se verifique que tinha êle boas razões para desconhecer o seu saldo real no banco e pensar ser êste superior ao existente de fato. Tal já é a orientação seguida, em alguns casos de recursos de habeas-corpus, pelo nosso Supremo Tribunal Federal e que deve generalizar-se. Uma vez provado o fato e desde que o réu não consiga provar ter sido fortuita ou culposa a emissão, configura-se o crime. A presunção não é de ter sido dolosa a emissão, o que representaria uma aberração em nosso sistema processual penal; é no sentido do conhecimento do seu saldo bancário pelo emitente. Se o emitente sabia quanto tinha em depósito e emitiu um cheque de quantia maior está provado que agiu dolosamente.

Outrossim, a nossa jurisprudência se acostumou a deixar de reconhecer a existência de crime no caso dos cheques sem provisão pós-datados. (13) O crime sendo formal existe independentemente da alteração da data e os julgamentos que no caso absolveram os criminosos não têm fundamentos lógicos.

---

(8) D. MADUREIRA DO PINHO, Apostilhas de 1950-1951, Direito Penal, págs. 28 e 29.

(9) Vide as decisões da 2.ª Câmara da Côrte de Apelação in *Revista Forense*, vol. LXVI, 1936, p. 361 e da 1.ª Câmara da mesma em *Revista Forense*, vol. LXVIII, 1936, p. 185 que exigem a prova do dolo.

(10) Acórdão da 1.ª Câmara Criminal, in *Revista Forense*, 1952, n.º 144, p. 461.

(11) Parecer do Promotor Plínio Cavalheiro in *Revista Forense*, 1946, n.º CVII, p. 400.

(12) Acórdão do Supremo Tribunal Federal de que foi relator o Ministro Nelson Hungria, publicado in *Revista Forense*, vol. 142, 1952, p. 339.

(13) Cf. *Revista Forense*, 1946, CVII, p. 400.

Vemos pois, pela própria discrepância da nossa jurisprudência, quão premente é a necessidade de nova regulamentação legal da matéria que enquadre a emissão de cheque sem fundos entre os crimes formais, entre os crimes contra a fé pública.

III

O direito comparado é o eterno manancial de novas técnicas jurídicas. Permite a cada povo de aproveitar experiências legislativas e jurisprudenciais de outras nações, ampliando assim os conhecimentos do jurista. Mas, as soluções do direito comparado não podem ser transplantadas sem que se atenda ao estado econômico e social do país em que se quer aplicar a lei. Inúteis e abstratas são as soluções gerais e universais. A razão neste ponto está com a Escola Histórica de Burke e de Savigny que condicionou o direito aos fatôres geográficos, econômicos e culturais, ao *Volksgeist*.

No campo da regulamentação legal do cheque, o direito comparado assinala uma evolução em que podemos distinguir três fases principais: a primeira de liberdade completa; a segunda de liberdade atenuada e a terceira de regulamentação severa, correspondendo estas transformações ao declínio do liberalismo e ao intervencionismo estatal crescente. De início, num regime capitalista nascente, opuseram-se os comerciantes à regulamentação legal dêste instrumento tão cômodo e de fácil circulação que era o cheque. Assim as legislações até o fim do século passado deixaram de regulamentar o cheque, limitando-se em geral a estabelecer disposições tendentes a evitar fraudes contra o fisco. Posteriormente, com a transformação econômica e a concentração progressiva dos capitais, aumentou a velocidade da circulação monetária e surgiram, em quase todos os países, leis referentes ao cheque, considerando-se então a emissão de cheque sem fundos como crime contra a propriedade equiparado ao estelionato. Numa derradeira fase, já caracterizada pela intervenção profunda do Estado na vida econômica, a emissão de cheque sem fundos passou a ser punida severamente já como crime contra a fé pública.

Deixando de lado a Holanda, cuja regulamentação legal do cheque data de 1776, podemos dizer que as primeiras leis reguladoras dêste instituto jurídico foram : a lei francesa de 14 de junho de 1865, posteriormente modificada, a lei inglêsa de 18 de agôsto de 1882, a lei austríaca de 1906 e a lei alemã de 1908.

As normas legais sôbre esta matéria foram geralmente reunidas numa lei especial, tendo, em outros casos, sido a sua regulamentação incluída no Código Comercial, ou, no que se refere à emissão de cheques sem fundos, no Código Penal.

Leis especiais sôbre o cheque tivemos na França, na Alemanha, na Áustria, no Brasil (lei de 1912). Disiposições incluídas no Código Comercial regulamentaram o cheque na Espanha, na Itália, na Suíça, na Argentina. Quanto às normas penais aplicáveis ao emitente de cheque sem fundos integram-se geralmente ou na lei especial sôbre a matéria ou no Código Comercial. Algumas legislações todavia configuram o crime de emissão de cheque sem fundos no Código Penal. As discussões sôbre a localização da norma penal são análogas àquelas existentes em tôrno dos crimes falimentares que alguns reivindicam para a lei comercial e outros para a lei penal.

Algumas legislações incriminaram especialmente, taxativamente, a emissão de cheque sem fundos enquanto outras apenas punem êste crime quando configurando o estelionato. Entre as legislações que se referem em particular à emissão de cheque sem fundos, citemos as leis francesas de 1917 e 1926, o decreto português de 1927, a lei belga de 1929, o decreto italiano de 1933, o decreto polonês de 1924, a lei grega de 1918. Entre as legislações que incluíram a matéria no Código Penal, lembremos a Argentina (art. 302), o México (art. 193), Cuba (art. 550), Costa Rica (art. 280) e o Brasil (art. 171, § 2.º, n.º VI). (14)

Na Argentina, o crime de emissão de cheque sem fundos foi considerado inicialmente como crime contra a propriedade, só posteriormente passando para o capítulo dos crimes contra a fé pública. E' o que nos explica o eminente jurista da nação irmã, Sebastian Soler, no seu *Derecho Penal Argentino*. Efetivamente, de acôrdo com o projeto de 1912, apresentado pelo deputado Del Valle, a emissão de cheque sem provisão configurava o crime de estelionato como em tôdas as outras legislações tradicionais. Mas, em novo projeto do mesmo deputado, datado de 1917, e elaborado em vista de certas dificuldades encontradas pela jurisprudência, a emissão do cheque sem provisão foi incluída no capítulo das falsidades, no capítulo dos crimes contra a fé pública. Sentiu o legislador argentino que o bem jurídico protegido pela norma penal era, no caso, menos o patrimônio alheio do que a confiança pública que devem ter os instrumentos circulantes que representam valor pecuniário.

O Código Penal Argentino, no seu artigo 302, definiu da seguinte maneira o crime de emissão de cheque sem provisão:

"Será reprimido com prison de uno a seis meses el que dé en pago ou entregue por cualquier concepto a un tercero e siempre que no concurran las circunstancias del art. 172, un cheque ou giro sin tener provisión de fundos ou autorización expresa para girar em descubierto y no abonare el mismo en moneda nacional de curso legal dentro de las 24 horas de haber sido protestado. (15)

---

(14) E. CUELLO CALON, *Derecho Penal*, 7.ª edição, Bosch Casa Editorial, Barcelona, 1949, II vol. p. 860.

(15) SEBASTIAN SOLER, *Derecho Penal Argentino*, Editorial La Ley, Buenos Aires, 1946, V Vol., p. 424 e seg.

O crime de emissão de cheque sem fundos é pois, na legislação argentina, um crime formal porque o Código Penal visa uma proteção genérica do valor dos instrumentos e títulos que só pode ser alcançada quando êstes são defendidos pela sua fôrça intrínseca, independentemente de danos concretamente causados num determinado caso.

A diferença entre o estelionato e a emissão de cheque sem fundos, na legislação argentina, consiste na necessidade de haver fraude para que se configure o estelionato ou seja o recebedor do cheque não pode saber que êste não tem provisão. Diante do texto do art. 302 todavia pode haver crime de emissão de cheque sem fundos mesmo quando quem recebe o cheque sabe que êste não tem fundos. (16) Poderá neste caso o portador do cheque cometer o crime de extorsão indireta mas isto já é outro problema (artigo 160 do nosso Código Penal).

O legislador argentino fêz todavia uma concessão razoável à teoria clássica ao extinguir a punibilidade quando dentro de 24 horas após o protesto o emitente paga o cheque. Esta medida que visa encorajar o pagamento do cheque emitido sem provisão explica-se pelo desejo de evitar a ação penal quando possa haver imediata reparação do dano causado. Diversas legislações incluíram dispositivos análogos em suas leis, fazendo assim do crime de emissão de cheque sem fundos um crime cuja configuração é condicional, dependendo do decurso do prazo de 24 horas sem pagamento do débito.

No mesmo sentido se orientou o projeto do novo Código Penal para a Argentina elaborado pelos professôres Jorge E. Coll e Eusebio Gómez, apresentado em 8 de julho de 1937, que incluiu no título XIV — "Delitos contra o comércio, a indústria e a agricultura" — o crime de emissão de cheque sem fundos. Reza o artigo 387 dêste projeto: "Impor-se-á prisão de seis meses a dois anos a quem der em pagamento ou entregar a qualquer título a um terceiro, e sempre que não concorram as circunstâncias do artigo 226, um cheque ou letra de câmbio sem ter suficiente provisão de fundos ou autorização expressa para sacar a descoberto e não abonar o mesmo em moeda nacional, dentro de 24 horas depois do protesto." (17)

O *Direito Francês* teve uma evolução legislativa no sentido da severidade progressiva da pena nos casos de emissão de cheque sem fundos. De acôrdo com a lei de 1865, admitia-se uma sanção penal no caso de emissão de cheque sem fundos sem que a lei especial mencionasse qual fôsse esta pena. Aplicando-se no caso o Código Penal, punir-se-ia a emissão de cheque sem fundos como estelionato (*escroquerie*) quando contivesse os elementos dêste último crime. Mas o estelionato só se configura no caso de manobras fraudulentas que, numerosas vêzes, inexistem ou não podem ser provadas na emissão de cheque sem provisão. Assim, diante das oscilações da jurisprudência e da ineficácia da lei, decidiu o legislador francês, em 12 de agôsto de 1917, criar o delito específico de emissão de cheque sem fundos cujas penas foram sucessivamente agravadas pela lei de 12 de agôsto de 1926, pelos decretos-leis de 30 de outubro de 1935 e de 24 de maio de 1938, e pelas leis de 22 de outubro de 1940, de 1 de fevereiro de 1943, de 31 de janeiro de 1944 e de 28 de maio de 1947.

Considera a legislação francesa vigente que constituem o crime de emissão de cheque sem fundos os seguintes fatos:

a) emitir cheque sem provisão disponível ou com provisão insuficiente;

b) retirar parcial ou integralmente a provisão destinada ao pagamento do cheque;

c) proibir o sacado de pagar o cheque.

Em todos êstes casos, só há crime havendo dolo do emitente, o que se explica aliás pelo princípio geral de direito penal de que os fatos culposos só são punidos havendo especial determinação da lei neste sentido. (18) O dolo inclui aliás o dolo eventual ou de perigo que consiste não em querer o fato mas em assumir o risco de produzi-lo. Não se exige a intenção de projudicar, o *animus nocendi*, sendo suficiente, para a configuração do crime, que o emitente deva ou possa saber que não há provisão para o pagamento do cheque. (19)

O dolo se caracteriza quando o emitente sabe que não tem a provisão necessária para o pagamento do cheque em poder do sacado, conforme interpretação da Côrte de Cassação. A prova da má fé ficou a cargo do Ministério Público sendo normalmente fácil fazê-lo já que não se concebe que o emitente ignorasse o estado da sua conta. Uma lei de 1940, posteriormente revogada, estabeleceu a presunção *juris et de jure* de má fé quando o emitente, intimado por carta do beneficiário ou do sacado, não constituísse a provisão no prazo de cinco dias. Vemos aqui mais uma vez a tentativa feita pela lei de dar um certo prazo ao emitente para efetuar o pagamento. Sòmente se não o fizer durante o prazo estipulado é que se configura o crime. Tal solução, embora não tivesse sido bem sucedida no direito francês, parece-nos acertada, não obstante o crime deva ser punido independentemente do prejuízo causado. Em vez da presunção *juris et de jure* nós teríamos preferido que a presunção estabelecida no caso fôsse apenas *juris tantum*, o que mais se coadunaria com o espírito de justiça, facilitando a prova sem inverter a verdade.

A jurisprudência francesa, em sua evolução, abandonou o critério clássico e deixou de exigir como requisito indispensável para a existência do crime o prejuízo causado a outrem. Neste ponto,

(16) SEBASTIAN SOLER, ibid.

(17) ROBERTO LYRA, *Crimes contra a economia popular*, 1940, págs. 110 e 111.

(18) Ver artigo 15, § único do nosso Código Penal.

(19) RIPERT, *Traité Élémentaire de droit commercial*, 2.ª ed., 1951, págs. 760-761.

adiantou-se o direito francês em relação à interpretação dada por alguns dos nossos tribunais. A jurisprudência francesa considerou suficiente para a configuração do crime a possibilidade, ou seja, a eventualidade de um prejuízo, o perigo de causar prejuízo e esta eventualidade resulta da própria emissão do cheque sem fundo, do próprio fato de ser o cheque um instrumento de pagamento circulante.

Assim, podemos dizer que, embora classificando o delito como crime contra a propriedade alheia, o direito francês, por uma técnica diferente, fêz da emissão do cheque sem fundos um delito formal pois deixou de exigir a concretização do prejuízo alheio para a configuração do crime.

Delineando o conceito do crime, a jurisprudência francesa nêle incluiu a emissão de cheque sem provisão ante ou pós-datados e não indagou da razão do débito, da causa do pagamento, da sua liceidade, considerando a existência do crime mesmo quando, por exemplo, o cheque foi dado em pagamento de dívida, oriunda de jôgo. (20)

Na Itália, o Código Comercial continha no seu artigo 344 disposição idêntica àquela existente em nossa lei de 1912, artigo 7.º. Por outro lado, punia-se a emissão de cheque sem fundos quando constituísse estelionato de acôrdo com as normas do Código Penal. (21)

Posteriormente a legislação italiana protegeu o cheque (assegno bancario) considerando-o acertadamente como um ato particular equiparado aos atos públicos (*scritture private equiparate per la pena agli atti publici*) a que se refere o art. 491 do Código Penal Italiano. Assim, tratou esta legislação do cheque falso no capítulo dos crimes contra a fé pública. (22)

A lei italiana de 28 de agôsto de 1933, no seu artigo 116, n.º 2.º, puniu "aquêle que emitir chequé bancário sem que possua com o sacado a soma suficiente, ou que após a emissão e antes da data fixada para a apresentação dispuser diversamente do total ou de parte daquela soma" frisando todavia que "se o imputado fornecer a soma ao titular do cheque antes da sua apresentação, a pena será reduzida à metade; se a emissão se verificar por uma circunstância escusável, isto é, de boa fé, será isento de pena." (23)

Poderíamos prolongar a nossa viagem através da "geografia do direito" que é o direito comparado. Mas, desde já, algumas conclusões se impõem aos nossos olhos.

Embora diversos fôssem os têrmos e as aparências, diversas as terminologias e as técnicas empregadas, sentimos uma orientação comum nítida e vitoriosa a dominar todos os países nesta matéria. Inclinam-se as leis para considerarem a emissão do cheque sem fundos como um crime contra a fé pública, como um crime essencialmente formal, não cabendo ao juiz fazer indagações acêrca da origem do cheque, da causa da sua emissão etc... Pouco importa se o cheque foi pós ou antedatado, se o portador sabia ou não da falta de provisão. O cheque é um título formal; o seu valor está totalmente compreendido na declaração de vontade do emitente. O cheque circula, prejudica terceiros que não podem conhecer as circunstâncias originárias da emissão. Assim, não há como exigir a efetivação, a concretização do prejuízo para que se possa configurar o crime.

As legislações argentina e italiana já vêm na emissão do cheque sem fundos um crime cometido contra a fé pública. A França, embora não adotando terminologia idêntica, tem uma jurisprudência que de fato classifica êste crime entre aquêles cometidos contra o interêsse público, contra a fé pública. O crime existe pela simples emissão que cria para os futuros portadores o perigo, a eventualidade do prejuízo. E' um crime essencialmente formal. (24)

Tal é a boa orientação que nos dá o direito comparado apoiado na doutrina e já acatada, numa interpretação criadora, por parte da nossa jurisprudência. Sendo formal o crime, não há de se exigir o *animus nocendi*. Sendo ato de vontade de quem normalmente conhece o estado das suas finanças, presume-se que emitiu sabendo que não tinha suficiente provisão. Se conhecia o seu saldo, agiu dolosamente. Tendo havido dolo, aplica-se a sanção penal. Se tinha razões para ignorar o quantum depositado em banco, o emitente agiu culposa ou fortuitamente. Culposa ou dolosa a emissão, aplique-se em todo caso a pena pecuniária do artigo 7.º da lei de 1912. Assim pensamos poder esmagar o flagelo do cheque sem fundos que está arruinando pela base a nossa circulação monetária e a economia nacional.

Dizia JEAN CRUET com certo realismo que "vemos sempre a sociedade transformar a lei; jamais vimos a lei transformar a sociedade." Acreditamos todavia que uma reforma legislativa neste campo auxiliado por uma boa interpretação jurisprudencial conseguirá metamorfosear o cheque, de simples prova de confissão de dívida em instrumento circulante sólido e seguro, fazendo-o sair do estado de marasmo, em que se encontra, aumentando a velocidade da nossa circulação monetária e suprindo assim a falta de numerário.

---

(20) Quanto ao direito francês, consulte-se: RIPERT, *Traité de Droit Commercial*, págs. 760-761; Maurice Patin et Paul Caujolle, *Législation pénale en matière commerciale*. 2.ª edição, Presses Universitaires, 1949, págs. 116-120.

(21) Cf. *Codice di Commercio Commentato* de BOLAFFIO-VIVANTE, vol. 5, 1931, p. 522 e seguintes e *Enciclopedia de Diritto Penale Italiano* de Pessina, 1913, vol. 14, p. 920 e seguintes.

(22) MANZINI, *Tratatto di diritto penale italiano*, VI, vol., Torino, 1935, p. 652 e seguintes.

(23) Para a legislação belga, consulte-se Nypels, *Le Code Pénal Belge Interpreté*, 1899, 4.º vol., págs. 197-202. Para outras legislações, vide CUELLO CALÓN, *La protección penal del cheque*, 2.ª ed., 1949, p. 11 a 23.

(24) Veja-se neste sentido GEORGES TIXELER, *Le délit d'emission de chèque sans provision*, Paris, 1934, passim.

A Planificação Municipal

Instrumentos Legais para o Estudo e Execução dos Planos

ANTÔNIO DELORENZO NETO

A ausência de planejamento bem elaborado reduz a capacidade econômica dos Municípios e compromete o êxito de providências destinadas a assegurar aos munícipes estabilidade social, ao mesmo tempo que agrava, consideràvelmente, a situação em que se encontra a maioria dos povoados, vilas, cidades e municípios brasileiros.

(in "Carta de Princípios, Direitos e Reivindicações Municipais" — Petrópolis — 1950, item XV).

Aucun espace ne peut se traiter comme un autre espace; chaque complèxe territorial est à traiter pour lui — même, en tenant compte toutefois de l'expérience acquise dans les autres espaces, et particulièrement dans les espaces du même type.

(in "Economie et Humanisme", *Espace en Aménagement*, n.º 75, pág. 3 — — Paris, Septembre, 1952).

Administração territorial exige, indiscutìvelmente, planejamento, hierarquia e solução gradual dos problemas básicos.

Não basta porém organizar planos; êles devem ser elásticos por causa da imprevisibilidade de determinados fatôres e — o que é tudo — devem ser, realmente, postos em prática.

(in ARAÚJO CAVALCANTI — *Planejamento Regional do Rio Brancó*, página 52 — Rio de Janeiro, 1949).

SUMÁRIO

I — Introdução — Conjugação do planejamento municipal com o regional e o nacional.

II — O problema dos recursos financeiros na planificação municipal. Instrumentos legais necessários. A experiência de alguns municípios brasileiros.

III — A planificação como método administrativo. A solução dos problemas municipais pela melhor utilização da técnica tributária e do orçamento.

APÊNDICE

A — Esquemas de Codificação Municipal.

B — Plano de Urbanismo de Guaranésia (Estado de Minas Gerais).

I — INTRODUÇÃO

CONJUGAÇÃO DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL COM O REGIONAL E O NACIONAL

OS estudos de planejamento até agora realizados, abrangem, em geral, os problemas nacionais, sendo muito escassos os referentes à planificação local pròpriamente dita. (1) Em verdade, o planejamento municipal implica no exame e solução de delicadas questões de natureza jurídica e política. Êsses dois aspectos devem dominar o equacionamento do importante problema da administração moderna.

O "jurídico" e o "político" são os dados essenciais de que depende tôda a metodologia do planejamento. Nestas condições, o problema da conjugação do planejamento municipal com o regional e o nacional, está na estrita dependência das limitações constitucionais, ou seja, do tipo de Estado. A nosso ver, devido à existência dessas dificuldades de ordem estrutural com profundas repercussões na autonomia local, parece de pouco interêsse o relacionamento dos diversos graus de planejamento visando benefícios às comunidades urbanas e rurais. Por isso, do ponto de vista prático, nem mesmo o regime de convênios satisfaz plenamente.

A orientação da técnica do planejamento que parece mais consentânea com a realidade da vida local, é a de proceder-se, de forma direta e adequada, à sua elaboração e execução através da iniciativa do próprio govêrno municipal.

Analisemos o problema em face das condições peculiares de determinada organização estatal. Podemos estabelecer, mais por necessidade de exposição que por precisão de doutrina — quatro gradações: países de centralização total; países unitários; países de organização federal e países de organização intermediária entre unitária e federal (tipo regional).

1. PAÍSES DE CENTRALIZAÇÃO TOTAL — Citemos aqui a Rússia Soviética. Ali se operou, por fôrça de radical transformação jurídica, o planejamento integral. Apesar de declarar-se federal, a U.R.S.S. é, do ponto de vista prático, um Estado fortemente centralizado. (2) No artigo 15 da Constituição Soviética lê-se:

"A soberania das repúblicas federadas não tem outros limites senão aquêles indicados no artigo 14 da Constituição da U.R.S.S. Fora dêsses limites, cada República federada exerce o poder de Estado de uma maneira independente. A U.R.S.S. protege os direitos de soberania das repúblicas federadas."

Porém, o citado artigo 14, ao estabelecer longa discriminação das matérias da competência da U.R.S.S., promove uma restrição severa aos poderes de cada república, cuja Constituição — pelo que dispõe o art. 16 — deve ser *"elaborada em plena conformidade com a Constituição da U. R. S. S."*

(1) cf. "Economie et Humanisme", *Aménagement du territoire*, n.º 75, septembre, 1952 — págs. 1-3.

(2) cf. ORLANDO M. CARVALHO — *U.R.S.S. — Um Estado socialista de operários e camponeses* — Agir, Rio, 1947, págs. 130-131. La Constitution de L'U.R.S.S. (Editions Sociales) Paris, 1945.

Os órgãos legislativos das repúblicas federadas possuem uma competência mínima (artigo 60). Nessas condições nesse importante país, teatro das mais avançadas experiências, quase nada fica à iniciativa dos poderes locais. Não há pròpriamente conjugação de planejamento municipal com o regional e o nacional, porque há uma planificação total abrangendo tôda a U. R. S. S. sujeita, depois de elaborada, a uma conveniente adequação às unidades territoriais. Segundo disposição expressa da Constituição, artigos 11, 14, letra "j" e 97, é relevante na U.R.S.S. o equacionamento do problema econômico. Vejamos em rápida síntese o mecanismo da planificação soviética (3) para melhor aquilatarmos da posição que nela ocupam os interêsses locais. O trabalho de planificação é realizado por um conjunto de organismos no ápice dos quais se encontra a Comissão Central de Plano do Estado ou *Gosplan*. Para compreender êsse complexo esquema, é útil distinguir a hierarquia territorial e a hierarquia administrativa dêsses organismos, e começando pelos de base para depois atingir o *Gosplan*. *A — As células de planificação*. Em cada emprêsa existe, em princípio, um órgão encarregado de elaborar o plano de trabalho da emprêsa, isto é, ao mesmo tempo de concretizar o plano recebido das autoridades superiores, e deduzir dêle os elementos necessários, e preparar os projetos de plano da emprêsa baseados nas diretivas centrais. *B — Os Gosplan, Raiplan e Oblplan*. Do ponto de vista territorial, acima das células de planificação, há organismos de planificação subordinados à administração das cidades de mais de 20.000 habitantes (Gosplan), dos distritos (Raiplan) e das regiões (Oblplan). Dêstes órgãos são encarregadas as unidades interessadas. Assim, em relação aos *Oblplan*, essas unidades dependem das autoridades locais ou do govêrno central. Neste último caso, o órgão da planificação territorial deve colocar-se de acôrdo com o órgão de planejamento econômico de que dependem, diretamente, as unidades interessadas. Neste sentido os *Oblplans*, para fixarem o plano econômico de sua região, devem relacionar-se com os *trusts* de que dependem as emprêsas de seu território. Graças às ligações assim realizadas, o plano econômico de cada circunscrição territorial pode ser estabelecido para tôdas as emprêsas da circunscrição, independentemente de sua subordinação. Ao lado do plano puramente econômico, êstes organismos devem elaborar um plano social e cultural que deve ser integrado no primeiro. *C — As Seções de Planificação*. Junto de cada "trust", "combinat", "direção principal" e "comissariado do povo", existe uma SEÇÃO DE PLANIFICAÇÃO à qual incumbe concretizar o plano recebido dos poderes superiores, e preparar o projeto de plano de organismo junto do qual é colocado. Trata-se essencialmente de um trabalho de coordenação técnica e econômica. Uma importância particularmente notável é atribuída às seções de planificação colocadas junto de cada Comissariado. Assim, junto do Comissariado da Agricultura se encontra o ZEMPLAN, junto do Comissário de Transportes, o *Transplan*, etc... *D — Os Gosplan*. Em cada República se encontra uma Comissão de Estado do Plano, ou Gosplan. O Gosplan está à frente da hierarquia dos órgãos territoriais de planificação da República, e, êle mesmo, é subordinado ao Gosplan central, o Gosplan da U.R.S.S. Êle ainda está à frente da hierarquia dos órgãos da planificação econômica — Narkmats, Glavki, Trusts, etc. A êle incumbe fazer a síntese final entre os diferentes planos econômicos, sociais e culturais. O Gosplan, de acôrdo com o seu Estatuto (Decreto de fevereiro de 1938) possui uma Comissão Permanente, encarregada coletivamente do trabalho da Planificação. Ela dispõe para seus trabalhos, não sòmente de sua autoridade hierárquica sôbre o conjunto dos órgãos de planejamento, mas ainda de sua Administração Central, que compreende quatro Departamentos centrais, 21 Seções e diversos Serviços administrativos. O Gosplan submete os planos já elaborados ao Conselho Econômico e ao Conselho dos Comissários do Povo; êste é quem os ratifica ou modifica. Uma vez adotado o Plano, a sua execução incumbe aos diversos Comissariados. A organização interna do Gosplan conta ainda com 4 Departamentos centrais: Departamento do Plano Geral da Economia Nacional; Departamento de Investimentos; Departamento de Finanças e Departamento da Repartição das Emprêsas e Planificação por Regiões. O Gosplan é assistido em seus trabalhos pela Direção Central de Estatística que lhe é subordinada. Êle responde não só pela elaboração dos Planos, também fiscaliza a sua execução. Para tanto possui representantes nas Repúblicas, Territórios e Regiões, gozando, em matéria de comunicações, de tôdas as franquias necessárias. Os planos não são absolutamente rígidos; os planos qüinqüenais, por exemplo, admitem variações dentro do próprio período. Para ter-se uma idéia, do conteúdo de um plano soviético, eis os principais tópicos do Planejamento de 1937: 1.º Renda nacional; 2.º Investimentos; 3.º Indústria; 4.º Agricultura; 5.º Transportes; 6.º Trabalho e quadros; 7.º Comércio; 8.º Construções e Habitações; 9.º Saúde; 10.º Instrução; 11.º Educação pré-escolar; 12.º Instrução pública; 13.º Artes; 14.º Imprensa. Tem-se dado na U.R.S.S. grande incentivo aos Planos Regionais fundados em critério geográfico. Graças a Plano dêste tipo é que foi possível a industrialização do Este Soviético.

Pelo que se pode observar a participação dos interêsses locais na planificação soviética opera-se não por via da autonomia municipal, que pràticamente inexiste, e sim através dos órgãos centrais. Dadas as peculiaridades da estrutura da U.R.S.S., a execução, em tôdas as suas dimensões, do complexo esquema da planificação, tem proporcionado um extraordinário desenvolvimento das unidades territoriais, senão no sentido do *município* pròpria-

(3) in BETTELHEIM, Ch. — *Les Problémes Théoriques et pratiques de la Planification* — Presses Universitaires de France, Paris, 1946, págs. 54-56. A. Denissov — *Les Organes centraux et locaux en U.R.S.S.* — Editions Sociales, Paris, 1947, págs. 89-95.

mente dito, indiscutìvelmente no sentido da *região*. Em conclusão : a continuidade e a homogeneidade da orientação administrativa permitem na U.R.S.S. a conjugação do planejamento nacional, com o regional e o local, e precisamente nessa ordem hierárquica.

2.º PAÍSES UNITÁRIOS — Nos países unitários, de tipo clássico, como, por exemplo, a França, a Bélgica e o Uruguai, de pequena extensão territorial, onde as tarefas administrativas são exercidas tendo em vista uma única fonte de poder — o govêrno central — a condição dos municípios está na estrita dependência dêle. Tudo se opera por via indireta, restrito o poder de iniciativa das comunas, em face das limitações constitucionais. Podemos examinar os textos, escassos de disposições.

A) Constituição da República Oriental do Uruguai (4) — A competência municipal depende da lei ordinária, podendo as atribuições das Juntas Locais ser ampliadas por maioria de votos das duas Câmaras do Parlamento, nas cidades que possuam mais de 10.000 habitantes, ou que ofereçam interêsse para o desenvolvimento do turismo. E' o que dispõe o art. 244. E' tão centralizado o Uruguai que pertence às Juntas Departamentais o poder de legislar em matéria municipal, inclusive o de sancionar o orçamento (artigo 239). Para que se realize o real desenvolvimento das comunas é necessário que a política geral do país esteja impregnada de espírito municipalista. Do contrário a hesitação dos textos poderá inspirar a indiferença na ação administrativa. O planejamento, nesses têrmos, depende da pura iniciativa do Govêrno Departamental.

B) Constituição da França (5) — A nova Constituição Francesa consagrou o princípio da autonomia local; sendo porém um país unitário não há grande expectativa de sua efetivação, tudo dependendo da iniciativa do Ministério do Interior e do Ministério da Reconstrução e Urbanismo. Contudo, vale a pena refletir sôbre os têrmos explícitos de seu título X que se intitula "Das Coletividades Territoriais:"

"Art. 85. La République française, une et indivisible, reconnait l'existence des collectivités territoriales.

"Ces collectiviés sont les communes et départements, les territoires d'outre-mer."

"Art. 86. Le cadre, l'etendue, le regroupement éventuel et l'organisation des communes et départements, territoires d'outre-mer sont fixés par la loi.

Art. 87. Les collectivités territoriales s'administrent librement par des Conseils élus au sufrage universel.

L'éxécution des décisions de ces Conseils est assurée par leur Maire ou leur Président.

Art. 88. La coordination de l'activité des fonctionnaires de l'État, la répresentation des interêts nationaux et le contrôle administratif des collectivités territoriales sont assurés, dans le cadre départemental, par des delegués du Gouvernement désignés ou Conseil de Ministres.

Art. 89. Des lois organiques étendront les libertés départementales et municipales; elles pourront prévoir, pour certaines grandes villes, des régles de fonctionnement et des structures differentes de celles des petites communes et comporter des dispositions spéciales pour certains départements; elles détermineront les conditions d'aplication des articles 85 á 88 cidessus.

Des lois détermineront également les conditions dans lesquelles fonctionneront les services locaux des administrations centrales, de maniére á rapprocher l'administration des administrés."

Parece que o artigo 88 está em contradição com o artigo 89. Contudo é de se aguardarem as novas leis ordinárias de acôrdo com o espírito da Constituição. (6) Apesar disso, tem sido bem orientada a política do Ministério da Reconstrução e Urbanismo, que nos planejamentos regionais inclui o planejamento em função das aglomerações urbanas. Dêsse tipo é o planejamento de Reims (7) — cidade e comunas da região — dirigido por René Bride, seu prefeito e Presidente da Comissão de Urbanismo do Conselho Geral de Marne. Na elaboração e execução do planejamento conta-se com o auxílio financeiro do Ministério da Reconstrução e Urbanismo. Também aqui não se pode falar pròpriamente de conjugação do planejamento municipal com o regional e o nacional, porque predomina o critério de estudos parciais.

C) *Constituição da Bélgica* — Pelo seu artigo 108 — a organização comunal foi considerada objeto de lei ordinária. (8) Realmente, ficou sob a tutela do Govêrno central. E' importante considerar a prosperidade dos municípios belgas, porquanto dentro das peculiaridades do país há absoluta eqüidade na repartição dos recursos financeiros e na utilização do crédito. O Ministério do Interior promove a distribuição dos recursos através de uma instituição denominada "Fond des Communes." A instituição de crédito especializado é o "Crédit Communal" (Societé cooperative inter-communale), que funciona há 60 anos, produzindo os melhores resultados.

3.º PAÍSES DE ORGANIZAÇÃO FEDERAL — Êste é o tipo de organização política clássica em que melhor florescem as instituições locais. Basta considerar como exemplo histórico os Estados Unidos da América do Norte, que cresceram sob a

---

(4) ARECHAGA, Eduardo Jimenez — *Constitucion de la Republica Oriental del Uruguay concordada y anotada con los anteriores textos constitucionales*, Montevidéu, 1942.

(5) *Mirkine — Guetzévitch — Les Constitutions Européennes*, Presses Universitaires de France, tome second, Paris, 1951.

(6) Comenta o ilustre urbanista *Robert AUZELLE*: "La legislation en vigueur ne facilite donc pas la coordination des travaux communaux. Si l'on s'en tient strictement aux textes, cette coordination parait possible. Mais dès que l'on envisage leur application, on s'aperçoit qu'il n'en est pas ainsi. C'est une des raisons du malaise actuel, in *Urbanisme*, Paris, n.º 1/2 de 1952 — (*Pour l'évolution des méthodes d'Aménagement des agglomerations*).

(7) in Urbanisme — revue française — Paris, n.º 1/2 de 1951, págs. 13-42. (Reims et le Nord-Est).

(8) cf. WILKIN, Robert — *Commentaire de la loi communale*, 3 vols. Bruxelles, 1947.

base da vida municipal. (9) Os Municípios norte-americanos gozam de ampla autonomia num sistema de discriminação de competência flexível, sobretudo no campo tributário, deixando larga margem à competência concorrente.

No sistema administrativo norte-americano predomina a descentralização, cuja idéia primária é a de que os assuntos locais incumbem às autoridades locais, e os centrais à administração central. Graças a essa liberdade os Estados Unidos constituem um prodigioso campo de experimentação dos sistemas de Govêrno local, dando-se precedência aos seus aspectos técnicos. Basta considerar que numa estatística de 1941 (10) se assinalavam mais de 500 cidades com Comissões de Planificação e Zoneamento. Tal incremento tiveram os estudos dessa natureza que se organizou um Comité Federal (11) para dirigir tôdas as atividades relativas ao planejamento urbano. Embora não haja uma preocupação direta de conjugarem-se os diversos planejamentos — municipal, regional e federal — ela ocorre indiretamente por meio dos estudos de conjuntura, e dos grandes planejamentos regionais (Tennessee Valley).

Há países, como o Brasil, em que a atividade municipal é prejudicada nas etapas do seu desenvolvimento, devido a incoerência da própria estrutura federal, e principalmente pela grave situação financeira que decorre da discriminação rígida de competência. (12) Quanto às possibilidades em relação ao planejamento, nos municípios brasileiros, pensamos, conforme se demonstra em capítulos subseqüentes, que deve a própria administração municipal promover a adequação de seu sistema legal incorporando-lhe com a maior extensão possível — o regime de planificação. E' improvável — dadas as dificuldades de ordem administrativa e política, isto é, inexistência de uma perfeita descentralização e de planos especìficamente municipais — a conjugação do planejamento nos três graus. O grande Plano SALTE (13) do govêrno federal, que apresenta um notável esquema teórico, em que colaboraram eminentes técnicos, não apresenta um sentido de base, percebendo-se nêle a ausência do lastro das pesquisas municipais, sem o que não se poderá propiciar a ascensão das coletividades territoriais mais diferenciadas ao bem comum.

4.º PAÍSES DE ORGANIZAÇÃO INTERMEDIÁRIA ENTRE UNITÁRIA E FEDERAL. — Neste esquema de organização política se enquadra o Estado Regional, tal qual se realiza no direito público contemporâneo, na nova Constituição da Itália. Tudo faz entrever um grande futuro para os municípios italianos, isto é, depois de elaborada tôda a legislação ordinária especial prevista nas disposições constitucionais. O que importa considerar nas questões de planejamento local são as possibilidades de descentralização e autonomia, ao lado de amplos e profundos levantamentos das condições regionais. A Constituição Italiana admite êstes postulados necessários, e se submete ao imperativo das realidades regionais e sociais. Do seu importante esquema, citemos o teor dos principais artigos: (14)

"Art. 5.º A república, una e indivisível, reconhece e promove a autonomia local; imprime aos serviços que dependem do Estado, a mais ampla descentralização administrativa; submete os princípios e métodos da sua legislação às exigências da autonomia e da descentralização.

Art. 114. A República se divide em Regiões, Províncias e Municípios.

Art. 115. As Regiões são constituídas de entes autônomos com funções e poderes próprios segundo os princípios fixados na Constituição.

Art. 117. A Região institui para as seguintes matérias normas legislativas nos limites dos princípios fundamentais estabelecidos nas leis do Estado, desde que essas Normas não fiquem em contraste com o interêsse nacional e o de outras regiões:

— circunscrições comunais;
— polícia local, urbana e rural;
— feiras e mercados;
— beneficência pública e assistência sanitária e hospitalar;
— artesanato, instrução profissional e assistência educacional;
— museus e bibliotecas dos entes locais;
— urbanística;
— turismo e indústria hoteleira;
— vias férreas e estradas de rodagem de interêsse regional;
— viação, aquedutos e trabalhos públicos de interêsse regional;
— navegação e portos;
— águas minerais e termais;
— caça;
— pesca nas águas internas;
— agricultura e florestas;
— outras matérias indicadas em leis constitucionais.

Art. 118. As matérias de interêsse exclusivamente local podem ser atribuídas pelas leis da República às Províncias, Comunas ou a outros entes locais. O Estado pode por meio de leis delegar à Região o exercício de outras funções administrativas além das enumeradas no art. 117. A Região exerce normalmente as suas funções administrativas delegando-as às Províncias, aos Municípios ou a outros entes locais, valendo-se dos seus serviços.

Art. 119. As Regiões possuem autonomia financeira pela forma e dentro dos limites estabelecidos nas leis da República que a coordenam com as finanças do Estado, das Províncias e das Comunas.

Às Regiões são atribuídos tributos próprios e cotas de "tributos do erário" a fim de poderem realizar as suas funções normais.

Para prover a fins determinados, e especialmente para o planejamento do "Mezzogiorno" e "Isole", o Estado estabelece contribuições especiais às respectivas Regiões.

A Região possui um patrimônio e domínio próprios, de acôrdo com as leis da República."

---

(9) cf. TOCQUEVILLE, Alexis de — *De la Démocratie en Amérique*, 2 vols., Paris, 1951.

(10) in *Municipal Year Book*, Chicago, 1941 — p. 272.

(11) in GRECA, ALCIDES — *Derecho y Ciencia de la Administracion Municipal*, Santa Fé, 1943, Tomo I, págs. 136-137.

(12) cf. DELORENZO NETO, A. — *A Importância da Técnica Tributária e do Orçamento na Planificação Municipal*, São Paulo, 1952, págs. 85-89.

(13) D.A.S.P. — *O Plano SALTE*, Rio, 1950.

(14) in *Costituzione della Repubblica Italiana*, Roma, La Libreria dello Stato, 1948 e Virga, P. — *La Regione*, Milano, 1949, p. 20.

Tudo indica que nos países, como o Brasil, dominados por vasta extensão territorial, a política do planejamento só poderá chegar a resultados práticos, se adotada uma estrutura regional, (15) a partir da Constituição, fundada na mais absoluta descentralização administrativa. Do contrário, as soluções serão sempre parciais, divorciadas da realidade, jamais atingindo a complexidade dos problemas.

* * *

Tendo em vista as diferenças de estrutura política e a variação das áreas territoriais, evidentemente não se pode declarar, com precisão, que êste ou aquêle seja o regime preferível ao progresso dos Municípios.

Como vimos, há países unitários, de diminuta extensão de território, tal a Bélgica, em que florescem as comunas; outros, de vasta superfície, como a Rússia Soviética, onde se repete a mesma observação; assim nos Estados Unidos, assim na Suíça, assim na Inglaterra. O que importa considerar, portanto, é que seja imprescindível na vida dos Estados, a permanência do espírito municipalista, o único capaz de impor nos programas político-administrativos, o sentido de reforma e de aperfeiçoamento de que tanto carecem o bem-estar e o reerguimento das comunidades urbanas e rurais de todo o mundo.

II — O PROBLEMA DOS RECURSOS FINANCEIROS NA PLANIFICAÇÃO MUNICIPAL. INSTRUMENTOS LEGAIS NECESSÁRIOS. A EXPERIÊNCIA DE ALGUNS MUNICÍPIOS BRASILEIROS.

O fator financeiro precede os demais na planificação municipal. Sem a prévia determinação dos recursos de financiamento, qualquer plano não atingirá a sua realização integral. Ao concebermos a planificação para os problemas administrativos do Município de Guaranésia (Estado de Minas Gerais), nos decidimos por um recurso que seria fixado anualmente em percentagem sôbre a receita geral orçamentária. Porém, cada município ao estabelecer êsse "quantum" terá de atender às suas peculiaridades, e à soma de serviços a serem executados num dado período. Um município, por exemplo, cuja sede possua menos de 15.000 habitantes e renda inferior a Cr$ ... Cr$ 3.000.000,00 poderá utilizar-se, nos interêsses da planificação, de quantia igual a 10% do total do orçamento. Assim regulamentamos a planificação de Guaranésia, pelo Decreto n.º 50, de 6 de outubro de 1950:

"O Prefeito Municipal de Guaranésia, no uso de suas atribuições, de acôrdo com o art. 19, n.º XIII da Lei número 28, de 22 de novembro de 1947, combinado com o n.º XV da Carta de Princípios, Direitos e Reivindicações Municipais, de 9 de abril de 1950, decreta:

Art. 1.º Fica aprovada a planificação municipal de Guaranésia, que deverá ser realizada num período de cinco anos, abrangendo:

a) serviços de abastecimento de água, esgotos e calçamento;

b) ampliação do estudo da planta cadastral e serviços de urbanismo;

c) plano complementar.

Art. 2.º A Prefeitura Municipal fica obrigada a promover, fielmente, a execução do plano de que trata o art. 1.º.

Parágrafo único. Na execução do plano se empregarão como recursos financeiros, além dos constantes do Decreto n.º 48, de 6 de outubro de 1950, 10% do total do orçamento anual sem prejuízo da Contribuição de Melhoria.

Art. 3.º Ficam fazendo parte integrante dêste decreto os memoriais, instruções, anexos e plantas que elucidam o desenvolvimento da Planificação Municipal.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário."

O Decreto n.º 48, a que alude o Decreto número 50, refere-se a crédito oriundo de empréstimo com a Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, na importância de Cr$ 1.200.000,00 e destinado à execução do serviço de Água e Esgotos.

Pois bem, ao ser votado o orçamento de 1952 devia ser incluída a dotação correspondente à etapa do exercício (construção de jardins públicos), conforme o disposto no art. 2.º, parágrafo único, do Decreto n.º 50. Isto não ocorreu. Os dignos Vereadores de Guaranésia entenderam votar os dez por cento para a planificação independentemente da lei orçamentária, à medida em que a Prefeitura necessitasse do recurso, através de créditos especiais. Essa orientação a nosso ver é desaconselhável, porque, via de regra, porá em risco a continuidade do planejamento municipal. No caso concreto de Guaranésia não se perturbou o ritmo da planificação, porquanto ali Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores superam divergências interessados numa boa administração. O critério nem sempre é êsse: a política, pela exacerbação de espírito partidário, lamentàvelmente deforma tantas vêzes o comportamento dos administradores locais. A divergência na votação de um crédito, numa hora inoportuna de desentendimento político, é suficiente para fazer destruir um planejamento destinado a transformações profundas. De sorte que a experiência da planificação de Guaranésia nos levou a reexaminar o seu aspecto financeiro.

---

(15) cf. XAVIER, Rafael — *O Município e a Realidade nacional*, Rio, 1952;

ARAÚJO CAVALCANTI — *Recuperação e Desenvolvimento do Vale do Rio Branco* (Planejamento Regional), Rio, 1949;

YVES DE OLIVEIRA — *Doutrinação Municipalista*, Bahia, 1947;

TAVARES BASTOS — *A Província*, col. "Brasiliana", vol. 105, S. Paulo, 1938;

Revista Brasileira dos Municípios, ns. 10, 11, 12 e 13, Rio, 1950. Também devem ser lidas como contribuições magníficas à política do planejamento, na parte de legislação, doutrina e diretrizes, as seguintes obras:

Institut International des Sciences Administratives — *Les Projets d'Aménagement des villes et des régions*, (problèmes juridiques, administratifs et financiers) publiés sons la direction de M. Henry Puget, Melun-Paris, 1937;

TEISEDRE, Jean — *Les limites de la planification*, Hermann & Cie., ed., Paris, 1946.

Além dessa imperfeição de técnica, o texto do Decreto n.º 50 é demasiado sintético, prestando-se a alguma confusão no que toca à seriação das etapas de execução dos diversos serviços, permitindo excessiva liberdade ao executivo municipal.

Os planejamentos de Ponta Grossa (Estado do Paraná) e de Pôrto Feliz (Estado de São Paulo) representam um progresso sôbre o Decreto n.º 50: tiveram uma estrutura legal mais perfeita em redação mais precisa. Assim dispõem os anteprojetos que redigimos, e já transformados em lei:

PROJETO DE LEI N.º .....

Dispõe sôbre a planificação municipal (16)

A Câmara Municipal de Ponta Grossa, Estado do Paraná, decretou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1.º A Planificação Municipal de Ponta Grossa, abrangendo um período de quatro anos, em harmonia com o disposto no n.º XV, da Carta de Princípios, Direitos e Reivindicações Municipais, de 9 de abril de 1950, terá por objeto:

I — serviços de abastecimento de água, esgotos e calçamento;

II — ampliação do estudo da planta cadastral e topográfica, e serviços de urbanismo;

III — plano complementar.

Art. 2.º Para os estudos preparatórios da planificação e medidas de execução de caráter geral essencial, a Prefeitura empregará como recurso financeiro 10% (dez por cento) do total do orçamento anual.

Parágrafo único. Para o fiel cumprimento do disposto neste artigo, o chefe do Departamento da Fazenda fará consignar, por ocasião do preparo da lei orçamentária, a respectiva dotação.

Art. 3.º Ficam fazendo parte integrante desta lei os memoriais, instruções, anexos e plantas que elucidam o desenvolvimento da Planificação Municipal.

Art. 4.º O Gabinete do Prefeito fiscalizará a coordenação dos serviços da Planificação.

Art. 5.º A Planificação do Município de Ponta Grossa será iniciada pela reforma de sua legislação específica, num único sistema — o Código Municipal.

Art. 6.º O desenvolvimento da Planificação, tendo em vista as razões de ordem técnica, obedecerá às seguintes fases:

A — 1952

I — elaboração do Código Municipal (sistematização das relações jurídicas do Município num texto único);

II — restituição e revisão da antiga planta cadastral e topográfica da cidade;

III — elaboração da nova planta cadastral e topográfica;

IV — contrato dos estudos e pesquisas do Serviço de Abastecimento de água e rêde de esgotos;

V — ampliação dos recursos técnicos do Departamento de Obras e Viação, da Prefeitura.

B — 1953

I — contrato para execução dos serviços de abastecimento de água e rêde de esgotos;

II — conclusão dos estudos topográficos das áreas urbana e suburbana da cidade;

III — organização do fomento à viticultura no município.

C — 1954

I — prosseguimento das obras enumeradas na parte B;

II — elaboração do plano de urbanismo.

D — 1955

I — conclusão das obras enumeradas na parte B;

II — início da execução do Plano de Urbanismo.

Art. 7.º O Plano Complementar será regulamentado pelo Prefeito tendo por objetivo:

I — assistência à saúde;

II — instrução pública;

III — manutenção de estradas;

IV — fomento às atividades industriais;

V — exploração dos recursos de energia elétrica em regime intermunicipal de cooperação administrativa;

VI — ampliação das pistas do Aeroporto.

Art. 8.º O serviço de calçamento, a partir de 1953, será executado, na forma legal, tendo em vista um mínimo anual de 10.000 metros quadrados.

Parágrafo único. O plano das vias públicas a serem pavimentadas obedecerá, exclusivamente, a razões de ordem técnica.

Art. 9.º O Mercado Municipal será construído no exercício de 1954.

Art. 10. O Prefeito Municipal fica autorizado a pleitear empréstimo junto a estabelecimento de crédito, onde melhor convier, para a execução dos serviços de Água e Esgotos, até o máximo de Cr$ 50.000.000,00 (cinqüenta milhões de cruzeiros).

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Paulo, 5 de maio de 1952. — *Antônio Delorenzo Neto.*

Mais explícito que o texto de Ponta Grossa é o de Pôrto Feliz, apresentando um desenvolvimento mais adequado do esquema da planificação. Há nêle mais ordem, mais método.

MUNICÍPIO DE PÔRTO FELIZ

Proposição de Lei n.º .....

Dispõe sôbre a Planificação Municipal (17)

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º A Prefeitura de Pôrto Feliz adotará, nos têrmos do Código Municipal, o regime de Planificação, a fim de realizar os serviços públicos.

Art. 2.º A despesa, para ocorrer aos encargos decorrentes da planificação municipal, será consignada obrigatòriamente no orçamento anual, de acôrdo com o disposto nesta lei.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 3.º O zoneamento atualmente em vigor no Município, será alterado por ocasião da elaboração do Plano Diretor definitivo de Pôrto Feliz.

Art. 4.º Tôda construção obedecerá ao alinhamento e às cotas de nível fornecidos pela Prefeitura.

(16) Administração do Prefeito Petrônio Fernal.

(17) Administração do Prefeito Antônio Pires de Almeida.

Parágrafo único. O alinhamento e as cotas de nível, referidos neste artigo, serão expressos no Alvará de Construção e terão como referência pontos fixos do local, tais como meio-fio, ou soleiras de prédios vizinhos ou fronteiros.

Art. 5.º Juntamente ao Alvará de construção, será entregue ao interessado um croqui de alinhamento e nivelamento, feito pela Prefeitura em seguida ao deferimento do requerimento de licença.

§ 1.º O croqui de nivelamento e alinhamento será extraído em duas vias, das quais uma ficará arquivada na Prefeitura.

§ 2.º A via entregue ao interessado permanecerá no local da obra durante a construção.

Art. 6.º O alinhamento obedecrá ao estabelecido pelo Plano de Urbanismo, e o nivelamento ao "grade" projetado para o logradouro público para o qual tiver testada o lote que receberá a edificação.

Parágrafo único. Enquanto não se elaborar o Plano de Urbanismo da cidade, servirão de referência para o alinhamento e nivelamento os edifícios existentes nas proximidades, no mesmo logradouro público.

Art. 7.º O croqui de alinhamento e nivelamento conterá tôdas as indicações relativas aos pontos marcados no terreno, por meio de piquêtes, pelo funcionário encarregado do serviço, devendo figurar pelo menos um R. N. (referência de nível).

Parágrafo único. Serão conservados em seus lugares os piquêtes colocados pela Prefeitura.

Art. 8.º Para efeito de início de construção, o croqui de alinhamento e nivelamento vigorará por seis meses.

Parágrafo único. Para início de construção depois do prazo previsto neste artigo a Prefeitura informará, a requerimento do interessado, se houver modificações, ou projeto de modificações, no alinhamento ou "grade" do logradouro público que justifiquem a feitura de novo alinhamento e nivelamento. No caso afirmativo, a Prefeitura os fará, paga a taxa respectiva.

Art. 9.º Não dependem de alinhamento e nivelamento:

I — a construção cujo afastamento do alinhamento do logradouro público fôr superior a seis (6) metros;

II — a construção em lote que já recebeu edificação, e situado em logradouro público que não haja sofrido modificações de alinhamento ou de "grade" aprovadas pela Prefeitura;

III — a reconstrução de muros no alinhamento das vias públicas em que o alinhamento e o "grade" não hajam sofrido modificações aprovadas pela Prefeitura.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

SEÇÃO I

Das Condições da Planificação

Art. 10. A Planificação Municipal de Pôrto Feliz abrangerá um período de cinco anos, obedecendo à seguinte seqüência:

I — codificação;
II — levantamento topográfico da cidade;
III — planta cadastral;
IV — abastecimento de água;
V — rêde de esgotos;
VI — rêde de águas pluviais;
VII — calçamento;
VIII — plano de urbanismo, que será o plano diretor das obras complementares a serem executadas, inclusive a construção de edifícios públicos.
IX — plano complementar.

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal, pela repartição competente, poderá determinar a execução simultânea dos serviços referidos nos itens IV, V, VI e VII, dêste artigo.

Art. 11. O plano complementar, que consta do item IX, do art. 10, terá o seguinte desdobramento:

I — assistência social na cidade e na zona rural;
II — fomento às atividades agrícolas e industriais;
III — aperfeiçoamento e difusão da instrução pública;
IV — manutenção de estradas.

Art. 12. A execução dos serviços da Planificação Municipal, nos têrmos do art. 10, obedecerá à seguinte ordem:

I — 1952:

a) Codificação Municipal;

b) levantamento topográfico da cidade;

c) reexame das condições existentes dos serviços de abastecimento de água, rêde de esgotos e águas pluviais.

II — 1953:

a) elaboração da planta cadastral e topográfica;

b) conclusão das obras do serviço de Abastecimento de Água, rêdes de esgotos e águas pluviais;

c) reinício das obras de calçamento, observada a execução da área mínima de 6.000 m2 (seis mil metros quadrados), anualmente.

III — 1954: Elaboração do Plano de Urbanismo, tendo por limite mínimo uma cidade de 30.000 (trinta mil) habitantes.

IV — 1955: Início da execução dos edifícios públicos, previstos no Plano de Urbanismo.

V — 1956: Execução do Plano complementar.

Parágrafo único. Para a execução da letra "c", do n.º II, dêste artigo, anualmente o Serviço de Obras da Prefeitura apresentará ao Prefeito um esquema preferencial das vias a serem pavimentadas.

Art. 13. O Plano de Urbanismo deverá prever:

I — a avenida marginal ao rio Tietê, e o bosque recreativo;
II — o paço municipal;
III — a praça de esportes;
IV — o matadouro;
V — o cemitério;
VI — o campo de pouso;
VII — o parque infantil;
VIII — duas praças ajardinadas;
IX — o zoneamento;
X — o bloco hospitalar e bloco escolar.

SEÇÃO II

Dos Recursos Financeiros

Art. 14. A Prefeitura Municipal, para ocorrer às despesas previstas nos itens I e II do art. 10, poderá abrir, no exercício de 1952, crédito especial até o limite de 5% (cinco por cento) do orçamento vigente.

Art. 15. Para custear o desenvolvimento da Planificação Municipal, nos têrmos do art. 10, o Prefeito Municipal fará consignar, anualmente, na proposta orçamentária importância não inferior a 10% (dez por cento) da receita global.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. Ficam fazendo parte integrante desta lei os memoriais, instruções, anexos e plantas que elucidam a Planificação Municipal.

Art. 17. A altura e outras condições dos edifícios nas diversas zonas serão regulamentadas por ocasião da elaboração do Plano de Urbanismo, tendo em vista as disposições constantes dos arts. 276 a 295 da Lei estadual n.º 1.561-A, de 29 de dezembro de 1951 (Codificação das Normas Sanitárias para Obras e Serviços).

Art. 18. Para a elaboração do Plano de Urbanismo e estudos referentes aos itens I e II do art. 11, fica o Prefeito Municipal autorizado a contratar os serviços do Escritório Técnico especializado de "Economia e Humanismo", Paris e São Paulo.

Art. 19. As matérias que são objeto desta lei poderão — quando fôr necessário — ser regulamentadas pelo Prefeito Municipal.

Art. 20. Esta lei não poderá ser alterada senão pelo voto de dois terços dos Vereadores à Câmara Municipal.

Art. 21. Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

São Paulo, 13 de junho de 1952. — *Antônio Delorenzo Neto.*

Ainda de acôrdo com a metodologia do projeto de Pôrto Feliz, é a de Nova Granada (Estado de São Paulo), cujo texto segue:

MUNICÍPIO DE NOVA GRANADA

Proposição de Lei n.º ....

Dispõe sôbre a Planificação Municipal (18).

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º A Prefeitura de Nova Granada adotará, nos têrmos desta lei, o regime de Planificação, a fim de realizar os serviços públicos.

Art. 2.º A despesa para ocorrer aos encargos decorrentes da planificação municipal será consignada obrigatòriamente no orçamento anual, de acôrdo com o disposto nesta lei.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 3.º O zoneamento atualmente em vigor no Município, será alterado por ocasião da elaboração do Plano Diretor definitivo de Nova Granada.

Art. 4.º Tôda construção obedecerá ao alinhamento e às cotas de nível fornecidos pela Prefeitura.

Parágrafo único. O alinhamento e as cotas de nível, referidos neste artigo, serão expressos no Alvará de Construção e terão como referência pontos fixos do local, tais como meio-fio, ou soleiras de prédios vizinhos ou fronteiros.

Art. 5.º Juntamente ao Alvará de construção, será entregue ao interessado um croqui de alinhamento e nivelamento, feito pela Prefeitura em seguida ao deferimento do requerimento de licença.

§ 1.º O croqui de nivelamento e alinhamento será extraído em duas vias, das quais uma ficará arquivada na Prefeitura.

§ 2.º A via entregue ao interessado permanecerá no local da obra durante a construção.

Art. 6.º O alinhamento obedecerá ao estabelecido pelo Plano de Urbanismo, e o nivelamento ao "grade" projetado para o logradouro público para o qual tiver testada o lote que receberá a edificação.

Parágrafo único. Enquanto não se elaborar o Plano de Urbanismo da cidade, servirão de referência para o alinhamento e nivelamento os edifícios existentes nas proximidades, no mesmo logradouro público.

Art. 7.º O croqui de alinhamento e nivelamento conterá tôdas as indicações relativas aos pontos marcados no terreno, por meio de piquêtes, pelo funcionário encarregado do serviço, devendo figurar pelo menos um R. N. (referência de nível).

Parágrafo único. Serão conservados em seus lugares os piquêtes colocados pela Prefeitura.

Art. 8.º Para efeito de início de construção, o croqui de alinhamento e nivelamento vigorará por seis meses.

Parágrafo único. Para início de construção depois do prazo previsto neste artigo a Prefeitura informará, a requerimento do interessado, se houver modificações, ou projeto de modificações, no alinhamento ou "grade" do logradouro público que justifiquem a feitura de novo alinhamento e nivelamento. No caso afirmativo, a Prefeitura os fará, paga a taxa respectiva.

Art. 9.º Não dependem de alinhamento e nivelamento:

I — a construção cujo afastamento do alinhamento do logradouro público fôr superior a seis (6) metros;

II — a construção em lote que já recebeu edificação, e situado em logradouro público que não haja sofrido modificações de alinhamento ou de "grade" aprovadas pela Prefeitura;

III — a reconstrução de muros no alinhamento das vias públicas em que o alinhamento e o "grade" não hajam sofrido modificações aprovadas pela Prefeitura.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

SEÇÃO I

Das Condições da Planificação

Art. 10. A Planificação municipal de Nova Granada abrangerá um período de sete anos, obedecendo à seguinte seqüência:

I — Codificação;
II — Levantamento topográfico da cidade;
III — Planta Cadastral;
IV — Abastecimento de água;
V — Rêde de esgotos;
VI — Rêde de águas pluviais;
VII — Calçamento;
VIII — Plano de urbanismo, que será o plano diretor das obras complementares a serem executadas, abrangendo a construção de edifícios públicos, inclusive para os Distritos;
IX — Plano complementar.

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal, pela repartição competente, poderá determinar a execução simultânea dos serviços referidos nos itens IV, V, VI e VII, dêste artigo.

Art. 11. O plano complementar, que consta do item IX, do art. 10, terá o seguinte desdobramento:

I — Assistência social na cidade e na zona rural;
II — Fomento às atividades agrícolas e industriais;
III — Aperfeiçoamento e difusão da instrução pública;
IV — Manutenção de estradas.

Art. 12. A execução dos serviços da Planificação Municipal, nos têrmos do art. 10, obedecerá à seguinte ordem:

I — 1952:

a) Codificação Municipal;
b) levantamento topográfico da cidade;

(18) Administração do Prefeito Nélson Lôbo. O projeto foi aprovado sem emendas pela Câmara Municipal, e convertido na Lei n.º 42, de 30 de novembro de 1952.

c) reexame das condições existentes dos Serviços de Abastecimento de água.

II — 1953:

a) elaboração da Planta cadastral e topográfica;

b) conclusão das obras do serviço de Abastecimento de Água;

c) elaboração da Planta da rêde de esgotos e águas pluviais;

d) reinício das obras de calçamento, observada a execução de área mínima de 6.000 m2 (seis mil metros quadrados), anualmente, de acôrdo com a taxa própria prevista no Código Municipal.

III — 1954:

a) início da execução da rêde de esgotos e águas pluviais, mediante empréstimo com o govêrno estadual;

b) elaboração do Plano de Urbanismo, tendo por limite mínimo uma cidade de 40.000 (quarenta mil) habitantes;

IV — 1955:

a) conclusão dos serviços de rêde de esgotos e águas pluviais;

b) início da execução dos edifícios públicos, previstos no Plano de Urbanismo.

V — 1956: Execução do Plano complementar.

Parágrafo único. Para a execução da letra "c", do n.º II dêste artigo, anualmente o Serviço de Obras da Prefeitura apresentará ao prefeito um esquema preferencial das vias a serem pavimentadas.

Art. 13. O Plano de Urbanismo deverá prever, especialmente:

I — o Paço Municipal;

II — a praça de esportes;

III — o matadouro;

IV — o campo de pouso;

V — o parque infantil, e uma praça ajardinada;

VI — o zoneamento;

VII — o bloco hospitalar e bloco escolar.

Art. 14. Nos anos de 1956, 1957, 1958 e 1959 a Prefeitura Municipal providenciará a execução proporcional do Plano complementar e do Plano de urbanismo nos Distritos de Onda Verde, Mangaratu, Ingás, e Onda Branca, aplicando para êsse fim os recursos referidos no artigo 16.

SEÇÃO II

Dos Recursos Financeiros

Art. 15. A Prefeitura Municipal, para ocorrer às despesas previstas nos itens I e II do art. 10, poderá abrir, no exercício de 1952, crédito especial até o limite de 5% (cinco por cento) do Orçamento vigente.

Art. 16. Para custear o desenvolvimento da Planificação Municipal, nos têrmos do art. 10, o Prefeito Municipal fará consignar, anualmente na proposta orçamentária, importância não inferior a 10% (dez por cento) da receita global.

Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto no art. 14, a Prefeitura Municipal poderá utilizar-se, além dos recursos previstos neste artigo, 30% (trinta por cento) da cota do Impôsto de Renda.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. Ficam fazendo parte integrante desta lei, os memoriais, instruções, anexos e Plantas que elucidam a Planificação Municipal.

Art. 18. A altura e outras condições dos edifícios nas diversas zonas, serão regulamentadas por acasião da elaboração do Plano de Urbanismo, tendo em vista as disposições constantes dos arts. 276 a 295 da Lei Estadual n.º 1.561-A, de 29 de dezembro de 1951 (Codificação das Normas Sanitárias para Obras e Serviços).

Art. 19. Para a elaboração do Plano de Urbanismo e estudos referentes aos itens I e II do art. 11, e relativos aos Distritos de acôrdo com o art. 14, fica o Prefeito Municipal autorizado a contratar os serviços do Escritório Técnico especializado de Economia e Humanismo, Paris e São Paulo.

Art. 20. Em cada exercício, o Prefeito Municipal providenciará as medidas legislativas necessárias ao bom desenvolvimento da Planificação.

Art. 21. Esta lei não poderá ser alterada senão pelo voto de dois terços dos Vereadores à Câmara Municipal.

Art. 22. Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

São Paulo, 15 de setembro de 1952. *Antônio Delorenzo Neto.*

A fixação das condições legais mínimas para o planejamento é uma necessidade imperiosa. Sobretudo em relação ao urbanismo, na Inglaterra, na França e na Argentina a legislação tem contribuído largamente para o seu desenvolvimento. Nesses países tôda população de certa importância, ou que acuse um certo crescimento anual, deve ter, obrigatòriamente, o seu plano diretor. Na Inglaterra, qualquer cidade de mais de 25.000 habitantes deve projetar êsse plano. E o "Town Planning Act", de 1925, (19) manda interditar a construção de casas para habitação em terrenos não compreendidos no plano de extensão. No Brasil, algumas de nossas Leis Orgânicas municipais já percebem o alcance dessa orientação. A mais explícita é a lei de Organização Municipal do Estado de Minas Gerais (Lei n.º 28, de 22 de novembro de 1947), que dispõe em seu art. 19, item XIII:

"Ao município compete prover a tudo que respeite a seu peculiar interêsse e especialmente:

. . . . . .

XIII — adotar, com a assistência técnica do Estado, se solicitada, um plano diretor das cidades e vilas, tendo em vista, de modo geral, a sistematização, embelezamento e extensão das sedes do município e dos distritos."

No art. 138, insiste o legislador:

"Os municípios deverão satisfazer o disposto no artigo 19, item XIII, dentro do prazo de cinco anos, devendo, para isto, consignar as respectivas dotações nos orçamentos anuais."

Porém, faltou a essa lei uma certa objetividade porque deixou de estabelecer qual a sanção ao município que a não observar. E' o que comprova qualquer verificação estatística: decorreram os cinco anos do prazo estabelecido e apenas uma dezena de municípios (num total de 388!?) cumpriu a lei. As leis inglêsas sôbre a matéria abrangem tôdas as suas dimensões desde a rigorosa regulamentação técnica até os pormenores da desa-

(19) Consultar sôbre a matéria o excelente trabalho do eminente professor da Universidade de Recife — ANTÔNIO BEZERRA BALTAR: *"Diretrizes de um Plano Regional para o Recife"*, Recife, 1951.

propriação. (20) Para que seja eficiente, o regime de planificação, — seja integral, seja parcial (plano de urbanização), — deve incorporar-se ao regime legal do município. Outra não é lição de Greca, (21) ao declarar:

> "Ningun plan regulador puede llegar a convertirse en una realidad sine se sanciona la correspondiente ley que lo haga obligatorio para las diversas autoridades que en el futuro se sucederán en el gobierno de la comuna. En una palabra, el plan regulador debe quedar incorporado al régimen legal del municipio.
>
> Un plan regulador importa, además, el establecimiento de servidumbres públicas, restricciones al dominio y expropiaciones que sólo por ley pueden haceres effectivas. Su ejecución necesita, también, recursos financieros, tales como empréstimos y la creación de gravámenes y tasas especiales, entre las que pueden mencionarse impuesto a la plus valía, la contribución de mejoras, el impuesto, a los baldíos, etc., que deben ser establecidos, necesariamente, por sanción legislativa."

Necessitamos de uma legislação mais precisa sôbre o planejamento das cidades; os nossos textos são absolutamente lacunosos e retrógrados. À míngua dêles, resta à própria legislação municipal resolver o problema, dentro dos princípios de autonomia que lhe faculta a Constituição Federal. Na Argentina, são numerosos os novos Planos Diretores elaborados sob a influência de sua legislação moderna e progressista.

Entre nós, podemos notar alguns esforços dignos de imitação, como por exemplo o do Prefeito de Londrina (Paraná), Dr. Milton Menezes, que tudo faz para ter a expansão inopinada de sua cidade, através da recente Lei n.º 133, de 7 de dezembro de 1951, que dispõe sôbre loteamento, arruamento e zoneamento, elaborada com o concurso do professor Prestes Maia, da Universidade de S. Paulo e antigo Prefeito da Capital.

A experiência que pudemos realizar em Guaranésia oferece um subsídio de importância para a prática da planificação local. Melhoramos a sua técnica nos projetos de lei que orientarão as Prefeituras de Pôrto Feliz (S. Paulo), Ponta Grossa (Paraná) e Nova Granada (S. Paulo).

Mais recentemente ao empreendermos estudos relativos ao município de Ourinhos (S. Paulo), é que conseguimos superar as desvantagens de ordem financeira, verificadas nos trabalhos anteriores.

III — A PLANIFICAÇÃO COMO MÉTODO ADMINISTRATIVO. A SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS MUNICIPAIS PELA MELHOR UTILIZAÇÃO DA TÉCNICA TRIBUTÁRIA E DO ORÇAMENTO

As despesas públicas alcançaram hoje um volume tal que implica a mais elevada responsabilidade do Estado. Num Estado democrático, em que predomina o sistema da distribuição local das despesas, cada unidade administrativa deve arrecadar o dinheiro que se propõe despender. Sendo assim o equacionamento dos problemas administrativos está, fundamentalmente, na estrita dependência do orçamento. O exame dos orçamentos municipais demonstra que não são utilizados como instrumentos de eficiência, na administração. A distribuição das despesas públicas não obedece ao critério da aplicação ao bem comum. No Brasil, a cidade que oferece melhor aproveitamento na aplicação da receita municipal, é Belo Horizonte. Em relação aos serviços de Eletricidade, Água e Esgotos, os estudos comparativos do professor Yves de Oliveira, do Instituto Técnico de Administração Municipal, da Bahia, abrangendo quatro cidades — Recife, Salvador, Pôrto Alegre e Belo Horizonte — concluem pela preponderância desta última na adoção de uma boa política orçamentária. Transcrevemos êste trecho expressivo do citado publicista: (22)

> "Da análise comparativa das finanças e dos serviços públicos das 4 cidades brasileiras, verificamos, indiscutìvelmente, a preponderância de Belo Horizonte, no campo de iluminação pública, com 13,3 kwh por 1.000 habitantes, e na iluminação particular com 148,5 kwh por 1.000 habitantes, enquanto Salvador tem 8,3 kwh por 1.000 habitantes quanto à iluminação pública e Recife tem 43,1 kwh por 1.000 habitantes, respectivamente."
>
> "Nos aspectos da energia elétrica, do abastecimento de água e esgotos, a capital de Minas Gerais assume uma liderança civilizadora. A nossa querida cidade natal, Salvador, velha e quadricentenária, fica na retaguarda, com índices estatísticos abaixo das citadas cidades! A cidade do Salvador tem 5.216 prédios esgotados dos seus 88.323, enquanto Recife tem 17.652; Belo Horizonte, 20.333 e Pôrto Alegre, 20.599. A extensão da rêde de esgotos de Salvador é de 27.000, enquanto Recife, 201.542; Belo Horizonte, 314.701; Pôrto Alegre, 153.775. Ademais é digno de nota que Belo Horizonte, como já vimos, tem uma população de 360.313 habitantes, o menor índice demográfico das 4 cidades, objeto desta comparação.
>
> .....
>
> O exemplo comparativo dessas 4 cidades equivalentes em condições econômicas e sociais demonstram a desproporção de cultura administrativa, de um melhor ou pior emprêgo de métodos de trabalho, conduzindo a uma mais eficiente ou menos eficaz civilização."

Se um estudo como êsse alcançasse o conjunto das cidades brasileiras, teríamos por certo um quadro tenebroso. Ainda, nem tudo está perdido. Urge aparelhar o govêrno municipal de meios técnicos capazes de auxiliá-lo nas tarefas de recuperação. E' necessário reconhecer, sôbre todos, a precedência do orçamento. Adotando-se a

---

(20) Cf. BASSET, Edward, — *Model laws for planning cities, countries and states, in* Harvard City Planning Studies, v. 6, 1935.

(21) GRECA, Alcides — *Derecho y Ciencia de la Administración Municipal*, Santa Fé, t. 1, p. 197, 1943.

(22) OLIVEIRA, Yves, — *Estudo de adequação das rendas municipais em relação aos serviços públicos, referente às cidades brasileiras do Salvador, Recife, Belo Horizonte e Pôrto Alegre* (in "Rev. de Finanças Públicas", n.º 141, p. 10).

planificação municipal como método administrativo, fôrça era relacioná-lo com uma melhor técnica tributária e a lei de meios.

Pondo-se o orçamento a serviço da planificação êle deixa de ser "neutro" para se converter em elemento assegurador de uma sadia política social. E' o que preconiza nestas sábias palavras o eminente prof. LAUFENBURGER, da Faculdade de Direito de Paris: (23)

"Les finances publiques ont perdu leur caractére de neutralité, elles ont été mises partout au service de la politique économique et sociale."

E adiante:

"Partout, à des degrés variés, le budget de l'Etat a été mis au service du plan. En Russie soviétique, le plan économique quinquennal s'appuie sur le budget financier; les pays anglo-saxons ont conçu des budgets nationaux qui dominent ou qui déterminent les comptes de la collectivité; la France a prétendu établir une liaison étroite entre le plan Monnet et l'état annuel de prévision des dépenses et des recettes publiques."

Portanto, a prática e a doutrina são unânimes em reconhecer a incontrastável tendência moderna de ampliar os quadros clássicos do orçamento. O que se observa nos orçamentos nacionais dos países adiantados, é preciso levar aos orçamentos locais. Na oportunidade do estudo da administração municipal de Ourinhos, Estado de São Paulo, conseguimos aperfeiçoar a técnica empregada nas experiências anteriores de Guaranésia, Ponta Grossa, Pôrto Feliz e Nova Granada, isto é, relacionamos a lei tributária com a lei de meios. Para preservar a continuidade administrativa estabelecemos no Código Municipal de Ourinhos uma disposição institucional de caráter dogmático, a que corresponde, imediatamente, no orçamento, uma dotação própria. Introduzimos o novo tributo na legislação municipal tendo em vista o disposto no art. 29 da Constituição Federal, que, entre os impostos que pertencem aos Municípios, enumera o *Impôsto sôbre atos de sua economia ou assuntos de sua competência*. Damos a seguir o desenvolvimento proposto para Ourinhos: (24)

CAPÍTULO VI

(Código Municipal de Ourinhos)

DO IMPÔSTO SÔBRE ATOS DA ECONOMIA DO MUNICÍPIO OU ASSUNTOS DE SUA COMPETÊNCIA

SEÇÃO ÚNICA

Da Incidência e da Arrecadação

Art. 856. O impôsto sôbre atos da economia do Município, será cobrado em relação a todos os papéis que transitem pela Prefeitura, sujeitos a despacho de qualquer autoridade municipal, desde que relativos a serviços do Município e regulados por lei municipal.

Art. 857. O impôsto sôbre atos da economia do Município, ou assuntos de sua competência será arrecadado como sêlo, ou por conhecimento, na ocasião em que os papéis a êle sujeios forem protocolados, visados, anexados a processo, desentranhados ou entregues ao contribuinte de conformidade com a seguinte discriminação:

	Cr$
I — Alvará de licença de qualquer natureza, concedido ou transferido	30,00
II — Aprovação de plantas de prédios, por mil cruzeiros do valor do prédio, (com o mínimo de Cr$ 30,00 e o máximo de Cr$ 1.000,00)	3,00
III — Aprovação de plantas de terrenos para venda em lotes, além das despesas ocasionadas por trabalhos técnicos indispensáveis de funcionários municipais, por mil cruzeiros de valor do terreno (com o mínimo de Cr$ 200,00 e o máximo de Cr$ ... Cr$ 5.000,00)	1,00
IV — Atos do Prefeito concedendo favores em virtude de leis municipais ..	
a) até o valor de Cr$ 1.000,00 ...	50,00
b) sôbre o valor excedente	3%
V — Busca em papéis, livros, etc., do arquivo municipal:	
a) havendo indicação do ano:	
1 — até cinco anos, por ano	3,00
2 — até dez anos, por ano, além de cinco anos	2,50
3 — até vinte anos, além de dez anos, por ano	2,00
4 — até trinta anos, por ano, além de vinte	1,50
5 — pelo que ultrapassar de trinta anos, por ano	1,00
b) não havendo indicação de ano:	
1 — até cinco anos, por ano	5,00
2 — até dez anos, por ano, além de cinco	4,00
3 — até vinte anos, por ano, além de dez	3,00
4 — até trinta anos, por ano, além de vinte	2,00
5 — pelo que ultrapassar de trinta anos, por ano	1,50
VI — Certidão de Tributos municipais, dispensados acréscimos de busca e rasa:	
a) requerida por um só interessado e referindo-se a um só tributo	30,00
b) requerida por um só interessado, por tributo que acrescer	10,00
c) requerida por vários interessados, referindo-se a um só tributo — por interessado, além do primeiro, mais	10,00
d) requerida por vários interessados referindo-se a vários tributos cobrar-se-á o "quantum" que resultar da combinação das previstas nas letras *b* e *c*	
e) requerida por condômino no interêsse dêle, com relação a imóveis possuídos em comum, aplicar-se-á o "quantum" previsto na letra *a* ainda que referente a vários tributos	
VII — Certidão de outra natureza, além de busca e rasa	20,00
VIII — Concessão de privilégios, individuais ou a emprêsa, pelo Município	10 %
IX — Contrato — com o Município — sôbre o valor respectivo	3 %

(23) LAUFENBURGER, Henry, *Finances Comparées*, Recueil Sirey, Paris, 1951, pág. 325.

(24) Administração do Prefeito Domingos Camerlingo Caló; estão em pleno vigor nesse Município as leis de Planificação e da codificação, integralmente aprovadas pela Câmara Municipal.

X — *Contribuição para a Planificação Municipal* — sôbre a soma total dos tributos pagos, anualmente, exceto a taxa de calçamento	10 %
XI — Cópia de planta arquivada — pela cópia:	
a) de exemplar não excedente de 0,5m x 0,50m	100,00
b) por centímetro quadrado excedente — mais	1,00
XII — Desentranhamento de papéis — além de busca e rasa	20,00
XIII — Inscrição de contribuinte do impôsto de Indústrias e Profissões	10,00
XIV — Petição ou requerimento à Câmara Municipal, tratando de interêsses particulares, e inclusive com relação a recursos de atos do Poder Executivo	20,00
XV — Petição ou requerimento — tratando de interêsses particulares	5,00
XVI — Prorrogações de prazos de contratos com o Município, sôbre o valor do contrato de prorrogação	2 %
XVII — Rasa de linha manuscrita	0,10
XVIII — Rasa de linha datilografada	0,20
XIX — Têrmos de qualquer natureza lavrados em livros municipais por fôlha de livro	5,00
XX — Transferência de contratos municipais de qualquer natureza, sôbre o valor arbitrado	10 %
XXI — Transferência de privilégios — idem	7 %
XXII — Títulos e documentos juntados a requerimentos ou a memorial dirigidos a qualquer autoridade municipal, por fôlha	2,00
XXIII — Título de legitimação de posse de terrenos municipais, concedidos por lei :	
a) até 600 m2 — anualmente	20,00
b) por mais de 600 m2 — ou fração	20,00
XXIV — Vistoria em circo	25,00
XXV — Vistoria, a pedido das partes, no perímetro urbano e fora dêle — a critério do Prefeito.	

Art. 858. Tôda vez que se requerer ligação de pena de água ou esgôto, o interessado pagará o seguinte impôsto:

I — pela ligação de pena de água — Cr$ 60,00

II — pela ligação de ramal de esgôto — Cr$ 40,00

Art. 859. A venda de terrenos municipais mediante hasta pública será feita na forma do art. 606 da Parte Especial.

Parágrafo único. Os preços para aluguel e arrendamento serão estipulados pelo Prefeito, de acôrdo com as circunstâncias.

Art. 860. Na ocasião do preparo da proposta orçamentária, será obrigatòriamente consignada uma dotação correspondente ao n.º X, do artigo 857, para a elaboração da Planificação Municipal."

Por sua vez, a lei de Planificação Municipal, ao traçar as normas definitivas para a administração, fundada nos dispositivos citados determina expressamente:

"Art. 1.º A Prefeitura de Ourinhos adotará, de acôrdo com o art. 916 do Código Municipal, o regime de planificação a fim de realizar os serviços públicos.

Art. 2.º A elaboração da planificação municipal de Ourinhos contará com recursos próprios, estabelecidos no item X do art. 857, do cap. VI, da Parte Especial do Código Municipal.

Parágrafo único. A despesa para ocorrer aos encargos referidos neste artigo será obrigatòriamente consignada no Orçamento, nos têrmos do art. 860 do Código Municipal.

Art. 34. Para a elaboração do Plano de Urbanismo e estudos referentes aos itens I e II do art. 26, fica o Prefeito Municipal autorizado a contratar os serviços do Escritório Técnico de "Economia e Humanismo" — Paris e São Paulo.

As medidas que se consubstanciam no artigo 857, item X, e no art. 860 do Código Municipal, e ainda as dos arts. 1.º, 2.º e 34 da lei de planificação — fielmente observadas — permitirão aos Prefeitos atenderem satisfatòriamente aos estudos indispensáveis e ao ordenamento da planificação, ou seja, a sua incorporação ao regime legal do município. Traduzem a utilização coordenada da técnica tributária e do orçamento, a serviço da renovação administrativa.

CONCLUSÕES

Recomenda-se aos Municípios:

I — Reformar os serviços administrativos das Prefeituras, tornando-os de acôrdo com os princípios da racionalização e da técnica moderna e especialmente introduzir nêles um órgão encarregado de pesquisas estatísticas e conjuntura local.

II — Reformar a sua legislação sistematizando-a em Código e dando-lhe a amplitude e profundidade que exigem a autonomia e a descentralização, observadas as peculiaridades das respectivas organizações políticas.

III — Determinar rigorosos levantamentos estatísticos e pesquisas sociais (crescimento e comportamento dos grupos de população) a fim de ser descoberta a *"vocação urbana"*.

Nota — Podem ler-se como subsídios:

DELORENZO NETO, A. — *A Planificação Municipal de Guaranésia*, Rio, 1951; *Código Municipal de Guaranésia*, Rio, 1950, e ainda *A Importância da Técnica Tributária e do Orçamento na Planificação municipal*, São Paulo, 1952, em relação aos itens I, IV e V.

L. — J. LEBRET O. P. — *Manuel de l'Enqueteur*, 3 vol. Presses Universitaires de France, Paris, 1952-1953, em relação aos itens II e III. Neste notável trabalho expõem-se a técnica e a doutrina das pesquisas de "Economia Humana", hoje utilizadas em importantes centros dos principais países do mundo. No Brasil, em S. Paulo funciona o Centro de Pesquisas sob a direção do economista Frei Benevenuto de Santa Cruz.

Ainda será subsídio inestimável o exame das conclusões aprovadas pelo Seminário Internacional de Administração Regional, promovido pelo Centro Sociológico de "Economie et Humanisme" em Eveux (França), sôbre o *Planejamento do Território* — ed. mimeografada, La Tourette, 1952.

IV — Adotar decididamente a planificação como método administrativo, ampliando-a para além das preocupações meramente de traçado e de urbanismo, a fim de delinear-se um quadro de evolução integral, que possa abranger mesmo agrupamentos de municípios.

V — Ampliar os recursos financeiros, reexaminando-se o problema da aplicação das rendas; e introduzir na legislação tributária municipal o *tributo especial para a planificação*, na oportunidade da reforma referida no item II, ou em lei especial.

APÊNDICE

A — A CODIFICAÇÃO MUNICIPAL

(*Esquemas dos Municípios de Guaranésia e Ourinhos*)

Em 1950 elaboramos, depois de demorado exame da legislação local, o Código Municipal de Guaranésia. Tínhamos em vista regulamentar num texto único tôdas as relações jurídicas do município; contudo, apesar de nossos esforços, êsse código não disciplinava as relações jurídicas de natureza especial, que, por dificuldade de método, seriam objeto de leis especiais.

Se é verdade, por um lado, que o Código Municipal de Guaranésia deixa de ser um simples Código de Posturas, para se tornar a disciplina de relações jurídicas numa esfera de ação mais vasta da competência do município — por outro, podemos afirmar que o prosseguimento dêsses estudos e a reforma da legislação em outros municípios, nos proporcionou um aperfeiçoamento na técnica, o que permitiu, sem dúvida, a unificação completa da matéria de que é exemplo o Código Municipal de Ourinhos, de 1952, superior, neste sentido, aos trabalhos anteriores. A fim de possibilitar a comparação aos interessados, damos aqui o esquema respectivo de ambas as codificações:

CÓDIGO MUNICIPAL DE GUARANÉSIA (MINAS GERAIS)

Parte Geral

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

LIVRO I

DA APLICAÇÃO DO DIREITO MUNICIPAL

TÍTULO ÚNICO

Das Posturas em Geral

Capítulo I — Da competência.
Capítulo II — Das infrações e das penas.
Capítulo III — Dos autos de infração.
Capítulo IV — Do processo de execução.

LIVRO II

DO PODER DE POLÍCIA

TÍTULO I

Da Polícia Sanitária

Capítulo I — Da higiene das vias públicas.
Capítulo II — Da higiene das habitações.
Capítulo III — Da higiene da alimentação.
Capítulo IV — Disposições gerais.

TÍTULO II

Da Polícia de Ordem Pública

Capítulo I — Dos costumes, da tranqüilidade dos habitantes e dos divertimentos públicos.
Capítulo II — Do trânsito público, das medidas referentes aos animais e à extinção dos insetos nocivos.
Capítulo III — Do funcionamento do comércio e da indústria.

Parte Especial

LIVRO I

DO PODER REGULAMENTAR

TÍTULO I

Das medidas de urbanismo, obras e segurança pública

Capítulo I — Do perímetro urbano.
Capítulo II — Das vias e logradouros públicos.
Capítulo III — Das construções em geral.
Capítulo IV — Dos tapumes e fechos divisórios.
Capítulo V — Do empachamento.
Capítulo VI — Da numeração dos prédios.
Capítulo VII — Das estradas e caminhos públicos.
Capítulo VIII — Dos cemitérios públicos.
Seção I — Definições.
Seção II — Disposições gerais.
Seção III — Das inumações.
Seção IV — Das construções.
Capítulo IX — Dos inflamáveis e explosivos.
Capítulo X — Das queimadas.

TÍTULO II

Do Serviço de abastecimento de água

Capítulo I — Da obrigatoriedade.
Capítulo II — Dos hidrômetros.
Capítulo III — Do fornecimento por penas.

TÍTULO III

Do Serviço de esgotos sanitários e de águas pluviais

Capítulo I — Concessão de ligações.
Capítulo II — Do esgotamento e rêdes domiciliárias.
Seção I — Das águas residuais.
Seção II — Dos ramais domiciliários.
Seção III — Das instalações internas.
Capítulo III — Do projeto, execução e fiscalização dos serviços domiciliários.
Capítulo IV — Do esgotamento das águas pluviais internas.
Capítulo V — Disposições gerais.

TÍTULO IV

Do Serviço de abastecimento de carne verde

Capítulo I — Da localização, instalação e funcionamento dos matadouros.
Capítulo II — Da matança e inspeção sanitária.

Capítulo III — Dos açougues e do abastecimento de carne verde.
Capítulo IV — Das infrações e das penas.

LIVRO II

DOS BENS

TÍTULO ÚNICO

Das classes de bens

Capítulo I — Dos bens móveis e imóveis.
Capítulo II — Da venda de terrenos do Patrimônio Municipal.
Seção I — Da venda em geral.
Seção II — Da hasta pública para a venda.
Seção III — Dos lotes edificados.

LIVRO III

DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

TÍTULO I

Da organização dos serviços

Capítulo I — Das normas gerais.
Capítulo II — Das atribuições.
Seção I — Do Prefeito.
Seção II — Da Secretaria.
Seção III — Do Serviço da Fazenda.
Seção IV — Do Serviço de Contabilidade.
Seção V — Do Serviço de Obras.
Seção VI — Do Serviço do Patrimônio.
Seção VII — Do Serviço de Saúde Pública.
Seção VIII — Da Biblioteca Pública Municipal "Alberto Alves".

TÍTULO II

Dos Serviços Municipais sob o regime de convênios

LIVRO IV

DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS

DISPOSIÇÕES PRÉVIAS

TÍTULO I

Do provimento e vacância dos cargos públicos municipais

Capítulo I — Do provimento.
Capítulo II — Das nomeações.
Capítulo III — Da posse.
Capítulo IV — Da fiança.
Capítulo V — Do exercício.
Capítulo VI — Da transferência.
Capítulo VII — Da readaptação, remoção e permuta.
Capítulo VIII — Da reintegração.
Capítulo IX — Da readmissão.
Capítulo X — Da reversão.
Capítulo XI — Do aproveitamento.
Capítulo XII — Da função gratificada.
Capítulo XIII — Das substituições.
Capítulo XIV — Da vacância.
Capítulo XV — Do tempo de serviço.

TÍTULO II

Dos direitos e vantagens

Capítulo I — Disposições gerais.
Capítulo II — Do vencimento e da remuneração.
Capítulo III — Das gratificações.
Capítulo IV — Das diárias.
Capítulo V — Das ajudas de custo.
Capítulo VI — Das férias.
Capítulo VII — Das licenças.
Seção I — Disposições gerais.
Seção II — Licença para tratamento de saúde.
Seção III — Licença ao funcionário atacado de moléstias infecto-contagiosas, repugnantes e lesionais.
Seção IV — Licença a funcionária gestante.
Seção V — Licença por motivo de doença em pessoa da família.
Seção VI — Licença para o Serviço Militar.
Seção VII — Licença para tratar de interêsses particulares.
Seção VIII — Licença a funcionária casada com funcionário ou militar.
Capítulo VIII — Das concessões.
Capítulo IX — Da estabilidade.
Capítulo X — Da disponibilidade.
Capítulo XI — Da aposentadoria.
Capítulo XII — Da acumulação.
Capítulo XIII — Da assistência ao funcionário.
Capítulo XIV — Do direito de petição.

TÍTULO III

Dos deveres e da ação disciplinar

Capítulo I — Dos deveres.
Capítulo II — Das responsabilidades.
Capítulo III — Das penalidades.
Capítulo IV — Do processo administrativo.
Capítulo V — Da prisão e da suspensão preventiva.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

DISPOSIÇÕES FINAIS

CÓDIGO MUNICIPAL DE OURINHOS (S. PAULO)

Parte Geral

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

LIVRO I

DA APLICAÇÃO DO DIREITO MUNICIPAL

TÍTULO ÚNICO

Das Posturas em Geral

Capítulo I — Da competência.
Capítulo II — Das infrações e das penas.
Capítulo III — Dos autos de infração.
Capítulo IV — Do processo de execução.

LIVRO II

DO PODER DE POLÍCIA

TÍTULO I

Da Polícia Sanitária

Capítulo I — Da higiene das vias públicas.
Capítulo II — Da higiene das habitações.
Capítulo III — Da higiene da alimentação.
Capítulo IV — Disposições gerais.

TÍTULO II

Da Polícia de Ordem Pública

Capítulo I — Dos costumes, da tranqüilidade dos habitantes e dos divertimentos públicos.
Capítulo II — Do trânsito público, das medidas referentes aos animais e à extinção de isentos nocivos.
Capítulo III — Do funcionamento do comércio e da indústria.

Parte Especial

LIVRO I

DO PODER REGULAMENTAR

TÍTULO I

Das medidas de urbanismo e obras

Capítulo I — Condições gerais.
Capítulo II — Dos pavimentos.
Capítulo III — Das condições dos compartimentos.
Seção I — Das escadas e elevadores.
Seção II — Dos corredores.
Seção III — Das salas e dormitórios.
Seção IV — Da copa, cozinha e despensa.
Seção V — Das instalações sanitárias.
Seção VI — Das garagens e depósitos domiciliários.
Capítulo IV — Das habitações coletivas.
Capítulo V — Das casas de madeira e outros materiais.
Capítulo VI — Da insolação, iluminação e ventilação.
Capítulo VII — Das construções especiais.
Seção I — Dos estabelecimentos de trabalho em geral.
Seção II — Da indústria química e farmacêutica, farmácias e drogarias.
Seção III — Dos laboratórios de análises e pesquisas.
Seção IV — Das garagens, oficinas, postos de serviço e abastecimento de automóveis.
Seção V — Das lojas, armazéns, depósitos e estabelecimentos congêneres.
Seção VI — Dos estabelecimentos industriais e comerciais de gêneros alimentícios.
A — Das usinas e refinarias de açúcar.
B — Das destilarias, fábricas de bebidas, cervejas e estabelecimentos congêneres.
C — Dos frigoríficos e das fábricas de gêlo.
D — Dos estabelecimentos industriais e comerciais de leite e laticínios.
E — Dos estabelecimentos industriais e comerciais de carnes, pescados e derivados.
F — Das padarias, fábricas de massas e dos estabelecimentos congêneres.
G — Das fábricas de doces, conservas e dos estabelecimentos congêneres.
H — Dos empórios, mercearias, armazéns e depósitos de gêneros alimentícios e estabelecimentos congêneres.
I — Dos mercados.
J — Das torrefações de café.
K — Dos hotéis e casas de pensão.
L — Dos cafés, restaurantes, bares e dos estabelecimentos congêneres.
M — Das pastelarias e salsicharias.
N — Das quitandas, casas e depósitos de frutas.
Seção VII — Das piscinas e locais de banho e natação.
Seção VIII — Dos cinematógrafos, teatros, casas de reuniões, circos e parques de diversões.
Seção IX — Dos estábulos e estrebarias.
Seção X — Dos necrotérios e necrocômios.
Seção XI — Das casas de apartamentos.
Seção XII — Das casas operárias de tipo econômico.
Seção XIII — Dos galpões.
Capítulo VIII — Do traçado sanitário da cidade.
Capítulo IX — Do saneamento rural.
Capítulo X — Das penalidades.

TÍTULO II

Das medidas de segurança pública

Capítulo I — Dos inflamáveis e explosivos.
Capítulo II — Das queimadas.
Capítulo III — Das estradas e caminhos públicos.
Capítulo IV — Dos cemitérios públicos.
Seção I — Definições.
Seção II — Disposições gerais.
Seção III — Das inumações.
Seção IV — Das construções.

TÍTULO III

Do serviço de abastecimento de água

Capítulo I — Da obrigatoriedade.
Capítulo II — Dos hidrômetros.
Capítulo III — Do fornecimento por penas.

TÍTULO IV

Do serviço de esgotamento sanitário e águas pluviais

Capítulo I — Da concessão de ligações.
Capítulo II — Do esgotamento e rêdes domiciliárias.
Seção I — Das águas residuais.

Seção II — Dos ramais domiciliários.
Seção III — Das instalações internas.
Capítulo III — Do projeto, execução e fiscalização dos serviços domiciliários.
Capítulo IV — Do esgotamento das águas pluviais internas.
Capítulo V — Disposições gerais.

TÍTULO V

Do serviço de abastecimento de carne verde

Capítulo I — Da localização, instalação e funcionamento dos matadouros.
Capítulo II — Da matança e inspeção sanitária.
Capítulo III — Disposições gerais.
Capítulo IV — Dos açougues e do abastecimento de carne verde.
Capítulo V — Das infrações e das penas.

LIVRO II

DOS BENS

TÍTULO ÚNICO

Das classes de bens

Capítulo I — Dos bens móveis e imóveis.
Capítulo II — Da venda de terrenos do patrimônio municipal.
Seção I — Da venda em geral.
Seção II — Da hasta pública para a venda.
Seção III — Dos lotes edificados.

LIVRO III

DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

TÍTULO I

Da organização dos serviços

Capítulo I — Das normas gerais.
Capítulo II — Das atribuições.
Seção I — Do Prefeito.
Seção II — Da Secretaria.
Seção III — Do Serviço de Fazenda.
Seção IV — Do Serviço de Contabilidade.
Seção V — Do Serviço de Obras e Planejamento.
Seção VI — Do Serviço do Patrimônio.
Seção VII — Do Serviço de Educação Pública.
Seção VIII — Da Biblioteca Municipal.

TÍTULO II

Dos funcionários municipais

Capítulo I — Disposições prévias.
Capítulo II — Disposições especiais.
Seção I — Da licença-prêmio.
Seção II — Do abono de família.
Seção III — Da inscrição dos funcionários municipais no Instituto de Previdência do Estado de São Paulo.

LIVRO IV

DO REGIME TRIBUTÁRIO

TÍTULO I

Das tributações municipais do ponto de vista jurídico

Capítulo I — Disposições preliminares.
Capítulo II — Das isenções.
Capítulo III — Das restituições.
Capítulo IV — Do arbitramento.
Capítulo V — Das penas.
Capítulo VI — Dos autos de infração.
Capítulo VII — Dos inquéritos administrativos.
Capítulo VIII — Dos recursos.

TÍTULO II

Das tributações municipais do ponto de vista administrativo

Capítulo I — Das autoridades fiscais e sua competência.
Capítulo II — Do lançamento e da arrecadação.
Capítulo III — Das normas gerais da revisão dos tributos.

TÍTULO III

Dos impostos

Capítulo I — Do impôsto predial urbano.
Seção I — Da incidência.
Seção II — Do lançamento.
Seção III — Da arrecadação.
Capítulo II — Do impôsto territorial urbano.
Seção I — Da incidência.
Seção II — Do lançamento.
Seção III — Da arrecadação.
Capítulo III — Do impôsto de licença.
Seção I — Da incidência.
Seção II — Do lançamento.
Seção III — Da arrecadação.
Capítulo IV — Do impôsto sôbre indústrias e profissões.
Seção I — Da incidência.
Seção II — Do lançamento.
Seção III — Da arrecadação.
Seção IV — Disposições especiais.
Capítulo V — Do impôsto sôbre diversões públicas.
Seção I — Da incidência.
Seção II — Da arrecadação.
Seção III — Disposições especiais.
Capítulo VI — Do impôsto sôbre atos da economia do município ou assuntos de sua competência.
Seção única — Da incidência e da arrecadação.

TÍTULO IV

Da contribuição de melhoria

Capítulo único — Das normas gerais.
Seção I — Da incidência.
Seção II — Do lançamento e da arrecadação.

TÍTULO V

Das taxas

Capítulo I — Das taxas de serviços urbanos.
Seção I — Da taxa de água.
Seção II — Da taxa de esgotos.
Seção III — Da taxa de remoção de lixo domiciliário.

Seção IV — Da taxa sôbre o serviço do matadouro.
Seção V — Da taxa sôbre o serviço de cemitérios.
Seção VI — Da taxa de extinção de formigueiros e insetos nocivos.
Seção VII — Da taxa de nivelamento e alinhamento para construção.
Seção VIII — Da taxa de numeração de prédios.
Seção IX — Da taxa sôbre localização de negociantes no mercado, feiras, e logradouros públicos em geral.
Capítulo II — Das taxas de fiscalização.
Seção I — Da taxa de fiscalização de obras durante o período da construção.
Seção II — Da taxa de arrecadação de bens móveis ou semoventes ao depósito da municipalidade.
Seção III — Da taxa de cadastro.
Seção IV — Da taxa de matrícula de cães.
Capítulo III — Das taxas de melhoramentos.
Seção I — Da taxa de calçamento e sua conservação.
Seção II — Da taxa de conservação de estradas de rodagem.
Seção III — Da taxa de passeios.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

A — Disposições gerais.
B — Disposições especiais.
Capítulo I — Da cooperação financeira com as entidades privadas.
Capítulo II — Dos terrenos destinados à construção do Lar Familiar.

DISPOSIÇÕES FINAIS

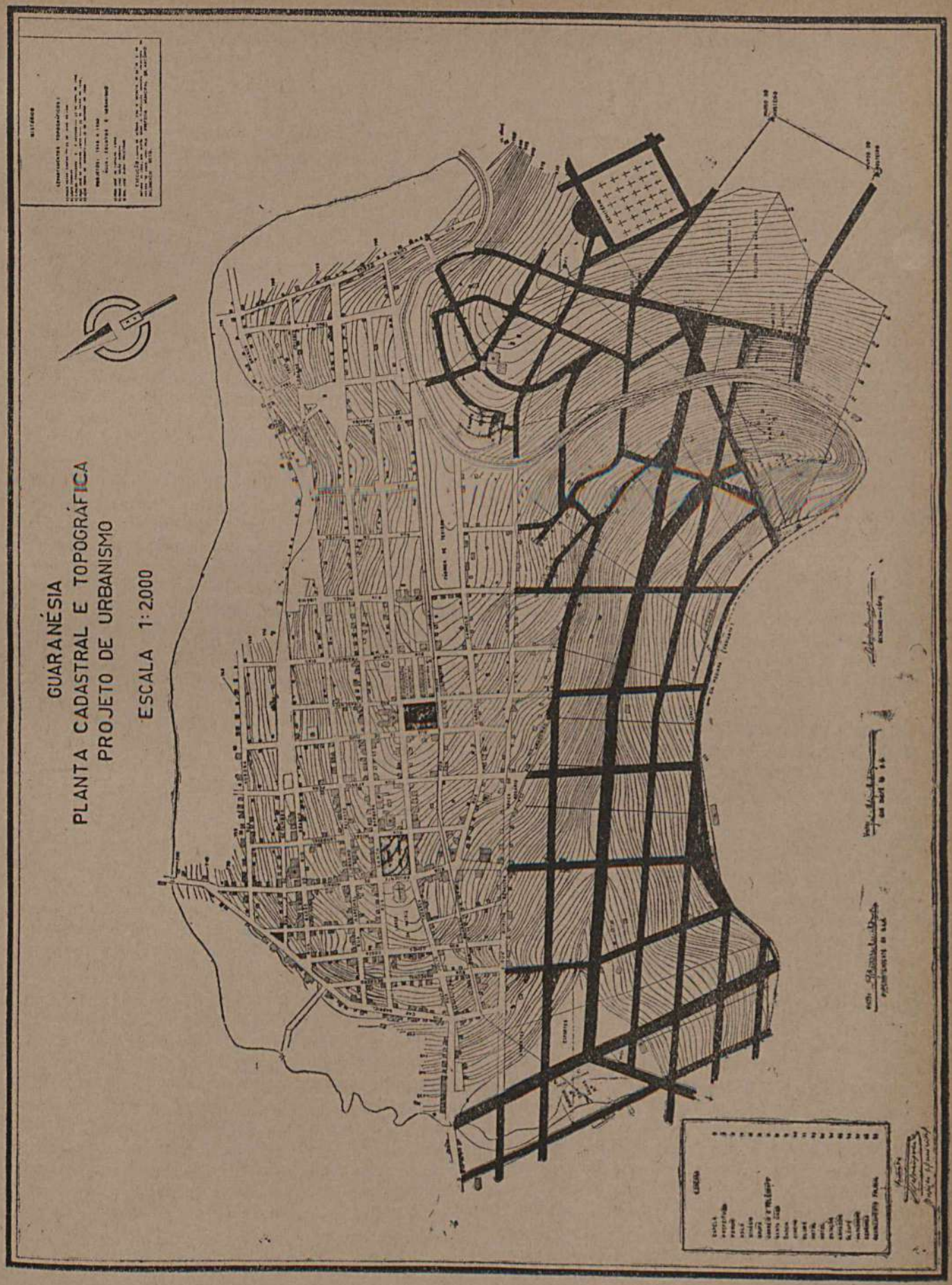
B — PLANO DE URBANISMO DE GUARANÉSIA

A cidade de Guaranésia, no Estado de Minas Gerais, possui aproximadamente 5.000 habitantes. Em regime de planificação se elaboraram todos os estudos indispensáveis ao reerguimento da cidade, elevada a município em 16 de setembro de 1901. Já se concluiu o primeiro qüinqüênio do plano com a execução dos serviços fundamentais de Água, Esgotos, Calçamento, Assistência Social e Educacional e elaboração do Plano de Urbanismo.

O custeio do planejamento, inclusive a execução das obras, atingia um total de Cr$ Cr$ 3.896.466,22.

Em 1948 a renda municipal apresentava o total de Cr$ 680.920,00, e depois da reforma da legislação tributária evoluiu, no orçamento de 1953, para Cr$ 1.549.700,00.

Em 1953 prossegue a 2.ª etapa da planificação com a construção de jardins públicos e praça de esportes e parque infantil previstos no Plano de Urbanismo.


GUARANÉSIA
PLANTA CADASTRAL E TOPOGRÁFICA
PROJETO DE URBANISMO
ESCALA 1:2000

INSTITUTO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

O Ensino do Direito Administrativo

J. GASCON Y MARIN
(Trad. de *Gerda Mathilde Schwätzer*)

DENTRE os trabalhos que precederam os modernos tratados de autores espanhóis sôbre Direito Administrativo, são dignos de menção especial os seguintes: tradução da obra de Justi por Antônio Francisco Puig Gelabert, publicada em Barcelona em 1784 sob o título *Elementos Generales de Policia*, volume de 149 páginas; oito Cadernos sôbre *Idea General de la Policia* ou *Tratado de la Policia según los mejores autores*, publicados de 1798 a 1802 por Tomas Valeriola Riambau; e *Cartas sôbre la Policia* por Valentin de Foronda editadas em 1801. Em *Centenário de los iniciadores de la Ciência Juridico-Administrativa española*, (*publicação do Instituto dos estudos de Administração Local*) encontra-se um interessantíssimo estudo do Professor Jordana de Pozas sôbre os cultores da Ciência da Polícia na Espanha.

A mesma publicação destacou os importantes trabalhos dos administrativistas espanhóis no século XIX, tais como: estudos dos professôres Mesa-Moles Segura, sôbre Javier de Burgos; de Alvarez Gendin, a respeito do regime administrativo segundo Posada Herrera; de Pérez Botija sôbre Laserna; de S. Royo Villanova sôbre Colmeiro e a ciência administrativa; de Garcia Oviedo sôbre o Intervencionismo do Estado nos administrativistas clássicos; de Pi y Suñer sôbre Ortiz de Zuñiga; de Pereda sôbre Problemas comunais em 1843 e 1943; finalmente meu estudo sôbre Olivan e a ciência da administração. Os nomes de Olivan com sua *Ciência de la Administracion Pública* (1843), em que são encontrados os elementos básicos da doutrina geral jurídica administrativa; de Pedro Gómes de la Serna com a obra *Instituciones de Derecho Administrativo Español* (1843); de Javier de Burgos autor da célebre *Instruccion a los Subdelegados de Fomento* (Prefeitos) (1833) e *Ideas de Administracion* (1841), de Ortiz de Zuñiga, autor de *Elementos de Derecho Administrativo* que estuda a administração como poder e como elemento do govêrno, como ciência e como direito; de Posada Herrera com suas *Lecciones de Administracion*, abrem o novo ciclo de Colmeiro e Santamaria, professôres da Universidade de Madrid que se notabilizaram com seus Tratados de *Derecho Administrativo Español* sistematizado e com suas dissertações nos cursos da Faculdade de Direito. Sente-se o domínio da influência francesa até os trabalhos do professor Posada que antes da publicação, em 1897, do *Tratado de Derecho Administrativo* em dois volumes, traduzira as monografias de Mayer sôbre "Administracion y Organizacion Administrativa" e "La Administracion Política y la Administracion social". Percebe-se em Posada a influência das doutrinas filosóficas e políticas dos autores alemães, ao passo que os *"Elementos de Derechc Administrativo"* de Royo Villanova trazem o sinête dos autores italianos, especialmente de Orlando no comêço do século XIX, época em que as publicações e o ensino do Direito Administrativo se orientam para a sistematização científica e jurídica da matéria administrativa.

A Lei de 9 de setembro de 1867 sôbre a instrução pública, que vigorou até 1945, faz menção, nos programas da Faculdade de Direito, dos estudos relativos às Instituições de Direito Político e Administrativo. Até então a Faculdade de Direito se dividia em três seções: a das Leis, a dos Cânones e a da Administração. O Direito Administrativo aparecia unido ao Direito Político (constitucional) e seu estudo se prolongava por dois anos; o Direito Político e Noções do Contencioso, título que em 1884 foi substituído pelo de Direito Político e Administrativo, estudava-se dois anos; na reforma de 1900 êste curso foi desmembrado criando-se então o de Direito Político comparado e o de Direito Administrativo. Posteriormente, no Curso de Doutorado, incluiu-se o Direito Municipal Comparado. Em vez de dois professôres de Direito Político e Administrativo, desde 1900, havia um professor que regia a cadeira de Direito Administrativo no curso de licença, e um outro que Lecionava Direito Municipal no curso de doutorado. A reforma de 1944 ampliou o período de estudos do Direito Administrativo, de um ano para ano e meio, ou seja, três quadrimestres, no primeiro dos quais se estuda a parte geral, e nos dois outros as partes especializadas — organização e serviços públicos.

Criou-se, outrossim, o Curso de Finanças e Direito Financeiro.

A nova Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, criada na Universidade de Madrid,

destina-se ao ensino das Ciências Políticas Administrativas e Econômicas. Segundo o decreto de 7 de julho de 1944 a Seção de Ciências Políticas comporta os cursos seguintes: Direito Administrativo (parte geral), quatro horas semanais; Direito Administrativo Espanhol, parte orgânica, quatro horas, e serviços públicos, três horas; Administrações Locais, três horas; Processo Administrativo e Contencioso Administrativo, duas horas; Ciência e Técnica da Administração, três horas. Existem ainda cursos de Política Social (particularmente da Espanha); Direito Sindical e do Trabalho, três horas semanais; Política Colonial e Administração de Marrocos. Na seção de Economia há cursos de Direito e Ciência da Administração ministrados em três horas semanais.

O Instituto de Estudios Políticos criado pela lei de 9 de setembro de 1939, gozando de personalidade jurídica e autonomia para investigar, com critério político e rigor científico, a vida administrativa, econômica, social e internacional da Pátria, escola para formação política superior das novas gerações, possui uma Seção para a Administração do Estado, compostá de professôres, funcionários e peritos, cujas funções consistem em promover estudos, informações, exames de projetos enviados pelo Govêrno, organização de cursos e seminários, e publicação de obras e revistas.

Pediu a colaboração de professôres, funcionários e especialistas estranhos a seu pessoal fixo, para desenvolver suas intensas atividades, entre as quais figura a elaboração de anteprojetos de leis sôbre "Côrtes", Foro dos Espanhóis, reforma agrária, sociedades anônimas e planos de estudos das Faculdades de Direito e de Ciências Políticas e Econômicas. Sua Seção de Administração organizou cursos e seminários sôbre funcionários públicos, processo administrativo, regime local etc., criando ao mesmo tempo bôlsas para certo número de alunos. O programa de estudos para êste ano foi: Reforma administrativa e preparação do estudo do Estado de Direito.

O Instituto edita numerosas publicações, obras e revistas, entre outras, desde 1940, a Revista de Estudos Políticos, trimestral, que publica interessantes artigos sôbre temas de administração, e, desde 1950, a Revista de Administração Pública, quadrimestral, em volumes de 350 páginas ou mais, uma das melhores no gênero.

O Instituto de Estudios de Administracion Local, criado pela lei de 6 de setembro de 1940, destina-se à investigação, estudo, informação, ensino e propaganda das matérias de administração local, formação e aperfeiçoamento de dirigentes e empregados. E' uma entidade autônoma com personalidade jurídica e patrimonial. Entre seus órgãos figura a *Escuela Nacional de Administracion y estudios urbanos,* que confere diplomas de habilitação para o ingresso nos Corpos de Secretários, Interventores e Depositários da Administração local. Para a conquista dêstes diplomas é necessário seguir com êxito os cursos de cada especialidade. Os aspirantes a êsses cursos passam pelo crivo de um concurso, em que se leva em consideração o número limitado de vagas. Suas disciplinas fundamentais são: Direito das Corporações Locais; Técnica do Orçamento e Contabilidade Administrativa; Documentação e Organização de Escritórios; Finanças Locais; A Seção especial de Urbanismo comporta cursos e seminários sôbre Generalidades a respeito do Urbanismo, Serviços Urbanos, Legislação e Administração Urbanísticas; Planos e Projetos Urbanos. Há também cursos de aperfeiçoamento para funcionários e cursos de Doutrina Política e Social, Deontologia Profissional e Estatística Aplicada. A finalidade do ensino não é simplesmente informativa: visa também à formação de futuros funcionários das administrações locais.

As Escolas Sociais reorganizadas por ordem ministerial de 29 de setembro de 1941, destinam-se ao desenvolvimento da consciência, cultura e técnica social dos que se orientam para o exercício das funções administrativas jurídicas, econômicas e sociais em órgãos subordinados ao Ministério do Trabalho. No terceiro ano dessas Escolas figura como matéria de livre escolha, a Ciência e Técnica da Administração.

A evolução verificada no ensino do Direito Administrativo aparece nos trabalhos científicos destinados pelos professôres à preparação dos alunos nas Faculdades de Direito e Ciências Políticas.

Para melhor apreciá-la, basta comparar o Manual do Professor Cuesta (1914) e o Curso de Direito Administrativo do Professor Santamaria de Paredes, de Madrid, publicado nos últimos anos do século XIX, com as publicações posteriores, especialmente as que vieram à luz a partir da segunda década do século atual. Esta comparação porá em evidência a nova orientação dos tratados científicos e do ensino cuja finalidade bem definida de formular a doutrina jurídica geral da administração, analisando ao mesmo tempo sua finalidade, os assuntos de relação jurídico-administrativa, a noção e natureza dos atos administrativos e dos serviços públicos, a singularidade dos contratos e concessões de trabalhos e serviços públicos, as relações jurídicas da Administração com os administrados, os meios que pode utilizar a Administração, bens materiais (coisas, dinheiro) ou pessoais e jurídicos (polícia, ação direta, expropriação), as bases essenciais da organização administrativa e o regime jurídico-administrativo, objeto de grande atenção em nossa época.

O estudo da organização administrativa, segue a doutrina geral, exame das disposições legais sôbre administração geral, local e corporativa, internacional, colonial, à luz dos princípios básicos da organização.

Finalmente, o exame da atividade administrativa se faz pelo estudo da ação dos órgãos administrativos, dos diversos serviços, não porém limitando êsse estudo ao direito positivo, cujo conhe-

cimento é necessário, mas dedicando-lhe a atenção que permitirá deduzir do exame da realidade da vida administrativa uma doutrina jurídica social sôbre a atividade da administração e sua interferência na realização dos fins de caráter social.

Além da obra destinada por Jordana de Pozas à preparação dos funcionários municipais, são dignas de menção, entre outras, as seguintes que os alunos das universidades espanholas habitualmente utilizam: *Resumen de Derecho Administrativo y Ciencia de la Administracion,* Murcia, 1921, por Fernandez de Velasco; *Derecho Administrativo,* 1948, por Carlos Garcia Oviedo, professor da Universidade de Sevilha; *Ensayo de Derecho Administrativo,* Bilbao, 1915, por Guenechea; *Tratado de Derecho Administrativo,* por A. Posada, professor em Madrid, 1924; *Elementos de Derecho Administrativo,* Royo Villanova, última edição, 1950 em colaboração com seu filho, professor da Faculdade de Ciências Políticas de Madrid; *Manual de Derecho Administrativo,* 1941, por A. Gendin, professor em Oviedo; *Tratado de Derecho Administrativo,* última edição, 1950, por Gascon Marin, professor em Madrid.

Durante os trinta anos em que fui titular do Curso de Direito Administrativo da Universidade de Madrid, utilizei não apenas o método de explicações orais, mas também o debate de casos práticos, e vez por outra, os trabalhos de seminários com alunos selecionados. Êstes diversos métodos produziram ótimos resultados. A dissertação é necessária, mas o exame de casos práticos, aliado à consulta de textos legais e crítica pelo professor das soluções encontradas pelos alunos, é muito conveniente nos cursos de licença, destinados especialmente à preparação profissional.

Durante muito tempo as publicações e o ensino administrativo tinham por finalidade facilitar o conhecimento do direito positivo, mas a partir dos primeiros anos do século XX e da separação como disciplinas de ensino do Direito Constitucional e do Direito Administrativo, os professôres evoluíram e recolheram os princípios encontrados nas obras de Olivan, J. de Burgos, Ortiz de Zuñiga, Posada Herrera, Colmeiro, Santamaria, Mellado, e deram maior importância e extensão à doutrina geral jurídica da Administração. Não abandonaram o método exegético nem o comparado, não incidiram porém no exagêro do jurídico normativo, nem o fator sociológico foi pôsto de lado. Sem incidir no positivismo jurídico, nem no excesso da jurisprudência de interêsses, nem da conceitual, sua tarefa consiste em estudar todos os elementos reais da relação jurídica e em facilitar o conhecimento da Administração, de seus órgãos, e de sua atividades.

A amplitude dada aos estudos administrativos no plano das Faculdades de Direito permite aos professôres dar maior extensão ao exame da doutrina geral jurídica da Administração, examinar a organização das diversas esferas administrativas, e construir uma doutrina sôbre serviços públicos, recentemente iniciada.

Esta amplitude dada pelo novo plano de estudos à matéria administrativa permitiu ao professor Jordana abandonar na exposição das atividades administrativas o critério teológico ou finalista, substituindo-o pela exposição das teorias gerais sôbre fomento, polícia e serviços públicos, em um curso magistral, trabalhos práticos, conferências de repetição e seminário; o primeiro a cargo do professor titular; os trabalhos práticos e as conferências confiados a professôres adjuntos sob a supervisão do titular; êste dirige também o seminário cujos estudos nos três últimos anos podem ser resumidos como segue: Manifestações do Fomento na Adminstração Pública; meios de polícia, e, nascimento, conteúdo e extinção da personalidade administrativa.

Atualmente para qualificar os alunos fazem-se exercícios escritos, resolvem-se casos práticos, e exige-se uma breve monografia original.

Consideradas as disposições do Regulamento da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, cuja missão consiste no ensino das Ciências Político-administrativas, fomento da investigação científica, e formação dos alunos para o futuro exercício profissional, consideradas aquelas disposições, repito, compete à Faculdade não sòmente formar chefes de emprêsas ou funcionários, mas tornar-se um foco de ciência e de plena formação jurídica. Esta tarefa exige, segundo o professor Royo Villanova (Segismundo), uma formação teórica, conhecimento do direito positivo e sua aplicação a casos práticos da vida; meu colega pensa que se deve emprestar a maior importância à formação científica teórica, tarefa que cabe à Universidade, sem, entretanto, desdenhar as outras. A seu ver, obter-se-á a formação teórica através do ensino da teoria ou doutrina geral do Direito Administrativo, utilizando a explicação oral, o conhecimento dos diversos serviços administrativos, parte especial, pondo em relêvo as idéias que inspiraram o material legislativo, expondo o método de aplicação dos princípios gerais, nos diversos ramos do direito positivo, mostrando a aplicação do direito em casos vivos cuidadosamente escolhidos entre os que foram examinados pelos Tribunais Administrativos. As explicações orais serão completadas pelos exercícios práticos orais ou escritos. O professor dará esclarecimentos e dissipará erros de apreciação dos alunos. Os casos práticos são escolhidos livremente e têm por fim estimular a livre iniciativa dos alunos; têm a vantagem de facilitar o conhecimento da administração pública, educar na prática da vida jurídico-administrativa e proporcionam ao aluno a oportunidade de aprender o direito positivo.

(Knocke Round-Table — june, 1952).

O Ensino do Direito Administrativo e das Ciências Administrativas na Suíça

E. STEINER

(Tradução de *Gerda Mathilde Schwätzer*)

I — ESTADO ATUAL DO DIREITO ADMINISTRATIVO NA SUÍÇA

A SUÍÇA é um Estado Federativo. A Confederação possui sua legislação administrativa e cada um dos vinte e cinco Cantões tem a sua. A legislação sôbre Correios, Telégrafos, Telefones, Estradas de Ferro Federais, Alfândega e Defesa Nacional é da alçada da Confederação. Tudo o que diz respeito a instrução pública, culto, estradas etc., obedece à legislação cantonal. Outros setores como caça, pesca, regime de águas, em parte são regidos pela legislação federal, e em parte pela dos Cantões. Acrescente-se que as comunas, especialmente as grandes cidades, criaram no quadro de sua autonomia local um direito administrativo particular, freqüentemente importantíssimo, por exemplo, em assuntos de construções, higiene etc.

As decisões de princípio das autoridades superiores encontram-se, habitualmente, apenas nos relatórios adminstrativos. Êstes por sua vez não estão ao alcance do grande público e sua consulta é difícil para aquêle que não foi iniciado na prática administrativa. Compreender-se-á pois fàcilmente que num país em que reina tão grande diversidade, o estudo do Direito Administrativo encontre dificuldades consideráveis.

II — ESTUDO SISTEMÁTICO DO DIREITO ADMINISTRATIVO

Durante muito tempo o estudo do Direito Público em geral, e do Direito Administrativo em particular foi negligenciado na Suíça. Na formação dos juristas, o Direito Civil, o Direito Romano em particular, desempenhava papel dominante. A doutrina bem como o ensino demonstravam pouco interêsse por tudo o que não se encontrava na codificação do imperador Justiniano. Inúmeros juristas faziam então seus estudos nas universidades alemãs; aparentemente o Direito Constitucional e Administrativo das monarquias alemãs era demasiado diferente para que fôsse aplicado na democracia suíça.

O mérito de ter sido o primeiro a se aplicar a um estudo aprofundado do Direito Administrativo Suíço, cabe ao professor Schollenberger que editou entre 1898 e 1900 um compêndio de Direito Público e Administrativo dos Cantões Suíços. Tratava-se, é verdade, mais de uma compilação que de uma obra científica no sentido restrito da palavra. Schollenberger entregara-se, entretanto, ao trabalho de recolher uma abundante documentação e de estabelecer assim uma base sólida para estudos futuros.

A extensão das atribuições do Estado, que se tornara necessária principalmente como decorrência da primeira guerra mundial, muito contribuiu para convencer os juristas da necessidade imperiosa de um estudo sistemático do Direito Administrativo. A êste respeito, a atividade desenvolvida pelo falecido professor Fritz Fleiner foi particularmente fértil. Êle ensinara o Direito Público em Tubingue e Heidelberg, e, em 1915, foi convidado a reger a cadeira de Direito Público na Universidade de Zurich. Notabilizara-se com a publicação de suas "Instituições do Direito Administrativo Alemão" em que levara em consideração a legislação e a prática de seu país de origem. Após a morte de Fleiner, em 1939, seu discípulo e sucessor, o professor Giacometti, publicou uma reimpressão da oitava edição da obra do professor Fleiner, vinda a lume em 1928.

Em 1934 e 1938, o professor Erwin Ruck publicou em Basiléia um manual do Direito Administrativo suíço em dois volumes; o primeiro tomo continha os princípios gerais dessa ciência, ao passo que o segundo encerrava a parte especial. A primeira parte já alcançou a terceira edição.

Os periódicos suíços também dedicaram interêsse crescente ao Direito Administrativo. Criou-se mesmo um que se destinava ao estudo do Direito Administrativo dos Cantões e das comunas, chamado "Zentralblatt für Staats-und Gemeindeverwaltung". De alguns anos a esta parte a Suíça romanda tem seu órgão próprio, intitulado "Revista do Direito Administrativo e Fiscal". Em Berna, o professor Blumenstein criou um periódico mensal que se ocupa ùnicamente com questões de Direito Administrativo bernense assim como do notariado dêste Cantão.

Outra revista importante "Wirtschaft und Recht" (Economia e Direito), que aparece há dois anos dedica-se ao estudo de numerosos e delicados problemas suscitados pela ingerência cada

vez maior do Estado na vida econômica. Para finalizar mencionemos algumas revistas dedicadas especialmente ao Direito Fiscal, particularmente os "Archives de droit fiscal suisse" (Arquivos de Direito Fiscal Suíço), a "Revue Fiscale" (Revista Fiscal) etc.

III — O ENSINO DO DIREITO ADMINISTRATIVO E DAS CIÊNCAS ADMINISTRATIVAS NAS UNIVERSIDADES SUÍÇAS

O ensino do Direito Administrativo nas Universidades suíças se intensificou proporcionalmente ao desenvolvimento científico do mesmo. A alta importância desta disciplina é geralmente reconhecida em nossos dias. Nos programas dos cursos de nossas universidades, Zurich, Berna, Friburgo, Basiléia, Lausane, Neuchâtel e Genebra, assim como nos da Escola de Altos Estudos Comerciais de St-Gall, encontramos um curso de Direito Administrativo Geral de duas a quatro horas semanais. Evidentemente, êste curso não é dado em cada semestre. Os intervalos variam conforme as necessidades das universidades. Encontramos ainda cursos de Direito Administrativo Federal e de Direito Administrativo de alguns Cantões que têm o privilégio de possuir uma universidade. A de Friburgo, por exemplo, oferece aos estudantes vindos do Cantão de Lucerne um curso de Direito Administrativo dêsse Cantão.

Entre os ramos do Direito Administrativo ensinados em nossas universidades, mencionamos especialmente o Direito Fiscal, cuja importância cresce de ano para ano. De outro lado, dedica-se grande atenção aos seguros sociais, ao Direito do Trabalho, aos problemas suscitados pelo novo Direito Econômico e pela extensão crescente dos diversos serviços públicos. A utilização das fôrças hidráulicas — neste país de hulha branca — cria também uma série de questões delicadas.

Inútil dizer que o estudo dos princípios da organização administrativa, o funcionamento da jurisdição e principalmente dos tribunais administrativos não são negligenciados.

A fim de familiarizar os estudantes com as dificuldades da prática, as universidades organizaram seminários, em que os professôres demonstram a aplicação do Direito Administrativo a casos determinados.

Finalmente, encontramos em certos programas cursos de ciências administrativas, especialmente de ciência financeira e estatística. O Direito Administrativo constitui em nossos dias, quase em tôda parte, um dos ramos obrigatórios dos exames de licença e de doutorado. Os Cantões que organizam exames para a conquista do diploma de advogado e de tabelião seguiram êsse exemplo.

IV — RESULTADOS OBTIDOS

O ensino do Direito Administrativo nas nossas universidades determinou a feliz conseqüência de despertar o interêsse dos juristas para esta disciplina longamente negligenciada. O Estado e a comuna estendem, com efeito, cada dia sua atividade a novos domínios e o Direito Administrativo se torna cada vez mais complexo. Novas noções de Direito são assim criadas e precisam ser definidas e explicadas por uma doutrina que siga de perto o desenvolvimento da vida jurídica. Numerosos juristas que seguiram os cursos dos grandes mestres da ciência do Direito Administrativo, hoje ocupam lugares na administração pública e nos tribunais administrativos, e, especialmente, na administração fiscal. Souberam tirar largo proveito do ensino que lhes fôra ministrado nas universidades; o nível da jurisdição administrativa e principalmente o teor das decisões administrativas melhoraram consideràvelmente, por êsse motivo. Os advogados, por sua vez, muito melhor que no passado conseguem aconselhar seus clientes e defender seus direitos contra a administração pública.

Finalmente, o interêsse crescente pelo Direito Administrativo se manifesta ainda na publicação de numerosas teses de doutorado que tratam de questões referentes a êste domínio. Alegra-nos também verificar que os Cantões que não possuem sua própria universidade conseguem desta maneira tirar proveito do grande trabalho científico realizado pelas dos outros Cantões.

Organização de Serviços Centrais e Métodos de Coordenação Necessários à Execução de Programas de Desenvolvimento Econômico e de Assistência Técnica

ARÍZIO DE VIANA

A "Revista do Serviço Público" divulga neste número o discurso pronunciado pelo Diretor-Geral do D.A.S.P., Dr. Arízio de Viana, como Delegado do Brasil à Mesa-Redonda promovida pelo Instituto Internacional de Ciências Administrativas em Knocke, Bélgica, em junho de 1952.

Especialmente convidado pelo "chairman" Donald C. Stone, em nome dos membros do Comitê de Práticas Administrativas dessa entidade internacional — que reúne, em cada país, os valores exponenciais da Administração Pública, — o discurso do Delegado brasileiro versou sôbre os Problemas da Organização de Serviços Centrais e Métodos de Coordenação Necessários à Execução de Programas de Desenvolvimento Econômico e de Assistência Técnica *— o item mais importante da agenda das discussões levadas a efeito em Knocke, na Bélgica.*

Trata-se de uma contribuição de real valor pela objetividade dos conceitos, clareza de expressão e interêsse intrínseco da matéria.

Não obstante já ter circulado em publicações do Instituto Internacional de Ciências Administrativas em francês e inglês, só agora pôde a "Revista do Serviço Público" mandar traduzir para o português o discurso do Diretor-Geral do D.A.S.P. o qual, diga-se de passagem, foi ouvido com a máxima atenção, constantemente aplaudido pelas personalidades presentes ao conclave de Knocke.

Publicando mais esta contribuição do Diretor-Geral do D.A.S.P., Dr. Arízio de Viana, prossegue a "Revista do Serviço Público" no seu programa de intercâmbio com o Instituto Internacional de Ciências Administrativas, registrando, em seção especial, as ocorrências mais importantes, iniciativas e trabalhos levados a efeito pelas equipes dos dedicados especialistas e estudiosos do referido Instituto. (N. da R.).

* * *

Senhores Delegados.

Senhores Membros do Institut International des Sciences Administratives.

DESEJO, preliminarmente, consignar os meus agradecimentos ao distinto e consagrado "chairman" do "Committee on Administrative Practices", Mr. Donald C. Stone, pela nímia gentileza de convidar-me para formular um dos pronunciamentos iniciais desta mesa-redonda internacional dedicada ao exame e debate de assuntos de transcendental importância para os países aqui representados.

A Delegação do Brasil sente-se grandemente honrada com esta demonstração de confiança e aprêço.

Apraz-me, contudo, acentuar, que sòmente aceitei a honrosa incumbência em virtude da generosidade e larga compreensão das insignes personalidades aqui reunidas pelo Instituto.

Senti-me, além disso, estimulado pela responsabilidade de expor em seus delineamentos gerais e esquemáticos um ponto de vista brasileiro que vem constituindo uma das preocupações essenciais do Govêrno de meu país. Assim, aguardo com o maior interêsse a preciosa contribuição dos Srs. Delegados em têrmos de ensinamentos, experiências e informações que reputo da maior utilidade.

Os problemas consubstanciados na Organização de Serviços Centrais e Métodos de Coordenação necessários à execução dos Programas de Desenvolvimento Econômico e Assistência Técnica merecem, realmente, a atenção que lhes é dispensada, no momento, pelos governos e povos de tôdas as nações.

As soluções para êles encontradas são naturalmente típicas e variáveis, consoante a conjuntura peculiar de cada país.

Isto, porém, não reduz o valor das investigações e debates em andamento. Pelo contrário, as situações concretas realçam a conveniência de apoiar quaisquer observações ou comentários em função dos dados objetivos das experiências nacionais.

Cumpro, assim, o dever de advertir que as minhas modestas considerações são formuladas à luz das determinantes especiais da situação brasileira.

Não tenho, naturalmente, a veleidade de corresponder à justa curiosidade dos distintos Delegados que acorreram de países tão longínquos a esta encantadora localidade belga, a fim de prestigiar, mais uma vez, o Instituto Internacional de Ciências Administrativas em plena execução de seus beneméritos programas de cooperação técnico-cultural.

O assunto, como se vê, é daqueles que poderíamos chamar de proporções amazônicas, abrangendo em sua amplitude e nas suas repercussões, vastos setores da administração pública, principalmente os situados no âmbito da ordem econômica.

Ressalta, desde logo, a impossibilidade material de esgotar nos poucos minutos de que disponho, tema dessa ordem de complexidade.

Nestas condições, afigura-se indispensável um grande esfôrço de concentração de interêsse e condensação de matéria apenas em alguns pontos julgados essenciais.

Longe de mim a pretensão de apresentar uma contribuição definitiva.

Sentir-me-ei, porém, satisfeito, se tiver conseguido sugerir aos ilustres Delegados aqui presentes as indicações gerais de um roteiro para discussão, chamando-lhes, ao mesmo tempo, a atenção para o caso brasileiro.

E' certo que a discussão dos problemas contidos no desenvolvimento econômico de um país como o Brasil ultrapassaria, evidentemente, os limites preestabelecidos pelo Instituto.

Mas, as observações, críticas ou sugestões dos Delegados ou Membros do Instituto, sôbre constituírem honra desvanecedora virão, certamente, enriquecer nossa modesta intervenção neste magnífico conclave de Knocke.

No sistema geral das atividades levadas a efeito pelos órgãos intergrantes da Administração Pública Brasileira apresentam relêvo especial os problemas básicos ora discutidos nesta mesa-redonda, a saber: os programas nacionais de desenvolvimento econômico e assistência técnica.

A maior dificuldade consiste, justamente, na apreciação dêsses programas do ponto de vista da organização de serviços centrais e dos métodos específicos de coordenação necessários à sua execução.

Encontramo-nos, portanto, diante de uma questão típica de planejamento estrutural e funcional das atividades normativas e realizadoras do Estado.

Logo de início verifica-se a impossibilidade de estabelecer com precisão os limites definitivos da ação do Estado na ordem econômica, até onde deve ir a iniciativa governamental, quais as fronteiras exatas entre a ação estatal e a iniciativa privada.

Repete-se a velha e conhecida antinomia Política-Administração, complicada pelo entrosamento com atividades correlatas e simultâneas dos indivíduos e grupos organizados.

A norma geral é o entrelaçamento inevitável entre as atividades ou operações do Estado, principalmente no setor da ação econômica, efetuada através de uma constelação de órgãos atuantes.

O estabelecimento de linhas demarcatórias nítidas pressupõe difíceis soluções de coordenação do planejamento das atividades administrativas sem o que faltará ao Chefe do Executivo a indispensável visão harmônica do conjunto a fim de que possa decidir entre as alternativas que lhe são encaminhadas pelos órgãos técnicos. E' o imperativo da unidade de orientação e de comando como antídoto contra o caos e o tumulto da desorganização.

O Orçamento é o instrumento técnico em que se consubstanciam as soluções propostas e decisões formuladas; e, como dizia um grande Ministro de Estado brasileiro, já falecido, Pandiá Calógeras, "sempre traduz uma política".

Basta examinar com certo cuidado dois documentos anualmente elaborados pelo D.A.S.P. — e que tenho a honra de submeter alguns exemplares à apreciação dos Srs. Delegados — para que se tenha uma idéia da significação e complexidades especiais do assunto no caso brasileiro. Refiro-me ao Orçamento e ao Indicador da Organização Administrativa da União. Nesses dois documentos, — apesar das notórias imperfeições, omissões ou deficiências que uma análise aprofundada certamente descobrirá, — encontram-se exemplos elucidativos da experiência brasileira de planificação do desenvolvimento econômico e execução de programas de assistência técnica. Nêles se encontram traduzidos em têrmos monetários e organizacionais, esforços dignos de atento exame em um país resolvido a superar quaisquer obstáculos que entravem a sua expansão pacífica e realizadora, no roteiro da melhoria dos padrões de vida e bem-estar social de sua população laboriosa.

Podem ser identificados nos Ministérios e nos Órgãos diretamente subordinados à Presidência da República uma grande variedade de iniciativas e programas concretos de desenvolvimento econômico espalhados na superfície de um espaço geográfico contínuo de proporções continentais, apenas inferior ao da Rússia e Canadá ..... (8.512.000 km2).

BIBLIOTECA

Quer por intermédio dos órgãos de administração direta, quer por intermédio do numeroso grupo de entidades autárquicas, emprêsas de economia mista e demais serviços descentralizados do Estado, a verdade é que estão em andamento empreendimentos de grande vulto tendo como objetivo fundamental acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico do país como um todo, na variedade e diversidade das 5 regiões geoeconômicas que o integram (Amazônia, Nordeste, Leste, Centro-Oeste e Sul).

A êsse acervo de iniciativas e realizações devem-se, ainda, acrescentar os programas proprios de 20 Estados, 5 Territórios e cerca de 2.000 Municípios em que se divide o Brasil do ponto de vista da sua organização político-administrativa, aspecto que, todavia, nao nos interessa apreciar neste momento, de vez que as nossas considerações dizem respeito, exclusivamente, às atividades governamentais contidas no plano federal.

A expressão monetária do orçamento para 1952 — apesar dos 30,5 bilhões de cruzeiros em que se resume — não está, porém, à altura das necessidades, programas e projetos especificos de desenvolvimento economico de uma populaçao de 53 milhões de habitantes, cuja taxa de crescimento anual calculada pelos especialistas da demografia em cêrca de 2%, é singularmente elevada.

Caberia talvez mencionar os Orçamentos estaduais, municipais e das autarquias que, reunidos, multiplicam o potencial monetario disponivel.

No imenso território brasileiro pesquisas e sondagens vêm revelando, dia a dia, a ocorrência de vastos recursos naturais amplamente diversificados, florestais, agropecuários ou minerais.

Essa disponibilidade de recursos naturais acentua, de maneira impressionante, potencialidades econômicas que assemelham o Brasil, neste particular, aos Estados Unidos, à Rússia, ao Canadá e à China.

Conseqüência direta da expansão demográfica brasileira é o gradual aparecimento de um mercado interno capaz de assegurar à capacidade produtora e às iniciativas domésticas amplas possibilidades de absorção da produção manufatora local.

O mercado interno brasileiro já constitui, aliás, um poderoso fator de industrialização como podem atestá-lo os crescentes índices da produção e consumo interno, de ferro, aço, laminados diversos, cimento, produtos químicos, tecidos e alimentos. De alguns anos a esta parte deixou o Brasil de ser apenas um grande exportador de matérias-primas tropicais.

Os programas de desenvolvimento econômico contidos nos Orçamentos são expressivos pelo que significam como massa de investimentos destinados à valorização de grandes áreas do território e, de um modo geral, da população, em têrmos de melhoria das suas condições de vida e elevação da capacidade aquisitiva.

E' a política do bem-estar social generalizado, característica dos governos modernos e de que a nossa Legislação Social constitui um dos aspectos mais interessantes.

À multiplicidade de programas de desenvolvimento economico integrados nos Orçamentos e executados pela rêde de órgãos governamentais não correspondeu, na experiência brasileira, o estabelecimento de um mecanismo central de coordenação.

Pode-se afirmar que as condições geográficas, o caráter federativo da organização administrativa, o vulto dos problemas e a propria tradição histórica não permitiram a criação de um orgao central de planejamento e execução dos planos elaborados.

As tendências brasileiras se têm manifestado no sentido da pluralidade de órgãos executivos independentes uns dos outros, submetidos a uma coordenação demasiado tênue, no nível superior da Presidência da República.

Por sua vez, o Congresso quase se eclipsa no exercício de suas atividades fiscalizadoras. Compete ao Presidente da República tomar as decisões básicas e, via de regra, todos os grandes problemas nacionais são submetidos à sua apreciação consoante os hábitos historicos do regime presidencial.

Uma das particularidades da experiência brasileira é que a propria Constituição contem dispositivos em que se estabelecem alguns dos maiores projetos de desenvolvimento economico, principalmente os que se enquadram no vasto setor do planejamento regional absorvendo apreciável percentagem das rendas tributárias.

E' o caso dos arts. 198, 199 e 29 (êste último do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) em que se vinculam dotações especiais aos planos de Valorização Econômica da Amazônia, Recuperação do Polígono das Secas e Desenvolvimento do Vale do São Francisco. Esses dispositivos são os seguintes:

"Art. 198. Na execução do plano de defesa contra os efeitos da denominada seca do Nordeste, a União despenderá anualmente, — com as obras e os serviços de assistência econômica e social quantia nunca inferior a três por cento de sua renda tributária".

"Art. 199. Na execução do plano de valorização econômica da Amazônia, a União aplicará, durante pelo menos vinte anos consecutivos, quantia não inferior a três por cento de sua renda tributária".

"Art. 29. (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) deverá o Govêrno Federal "traçar e executar um plano de aproveitamento total das possibilidades econômicas do Rio São Francisco e seus afluentes, no qual aplicará, anualmente, quantia não inferior a um por cento de suas rendas tributárias".

Até agora não foi possível a elaboração de um Plano Geral de Economia Brasileira, abrangendo todos os seus problemas.

Não só pelas dificuldades naturais de enquadramento de um continente ainda pouco conhecido nos limites de um planejamento compreensivo

como pelas vantagens julgadas mais compensadoras decorrentes da existência de vários planos simultâneos e correlatos a serem executados em determinadas áreas de extensão mais reduzida.

Exigências da descentralização administrativa e diversidade de aspectos das economias regionais levam o Brasil a soluções ecléticas adaptadas às peculiaridades de suas condições.

O Plano SALTE não é um planejamento total de estilo clássico, mas, de acôrdo com a tradição brasileira, uma coordenação de programas e investimentos em apenas 4 grandes setores — saúde, alimentação, transportes e energia.

O programa anual, através de que se efetivam os diferentes projetos integrantes do Plano SALTE, é incorporado ao Orçamento da União e cumprido pelos órgãos ministeriais e extraministeriais, mediante a coordenação de uma pequena equipe, ou seja, um Administrador-Geral, delegado de confiança do Presidente da República, auxiliado por seis Assessôres, cada um dos quais encarregado de um dos setores ou subsetores do Plano e das atribuições de ordem administrativa e financeira relacionadas com a execução dos projetos.

O regime financeiro peculiar do Plano SALTE, tornando mais flexível a gestão do seu programa anual sem sacrifício do necessário contrôle, facilita a aceitação, por parte dos órgãos executivos, das recomendações e medidas adotadas pelo Administrador-Geral.

Êsse regime especial consiste na eliminação de várias formalidades burocráticas, quanto ao processamento da despesa, e na utilização de um mecanismo de contas residuais, que proporciona aos créditos autorizados vigência desbordante do ano financeiro de sua origem, sabido que no Brasil o regime contábil é o de exercício, sem período adicional.

Deve-se, contudo, salientar que o Plano SALTE representa uma legítima tentativa de superação dos obstáculos contrários à elaboração, no Brasil, de um Planejamento Geral da Economia no estilo, por exemplo, dos grandes modelos socialistas.

As diversas regiões fisiográficas brasileiras se apresentam em estágios diferentes de desenvolvimento; os grandes centros irradiadores de iniciativa e progresso (Manaus, Belém, São Luís, Fortaleza, Campina Grande, Natal, Recife, São Salvador, Rio, Santos, São Paulo, Pôrto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, para citar os mais importantes) só há pouco começaram a romper o insulamento que os ilhava pela deficiência crônica das ligações internas rodoviárias, ferroviárias e fluviais. Havíamos chegado a um ponto em que os vários Estados integrantes das 5 regiões geoeconômicas já mencionadas pareciam países independentes dotados de fisionomia, características e destinos próprios inteiramente à margem da Federação.

Não obstante o impressionante crescimento da população as disponibilidades de mão-de-obra especializada continuam aquém das necessidades reais. Ao mesmo tempo, a baixa densidade demográfica de 0,75 a menos de 4 habs. por quilômetro quadrado em 3/4 do território, continua dificultando a ação governamental.

As diversas Missões Técnicas que periòdicamente examinaram o quadro geral da realidade econômica brasileira — Taub, Cooke, Abbink — para mencionar apenas as mais conhecidas e recentes, foram unânimes em acentuar que o Brasil ainda continua na fase do autodescobrimento.

Ignorando, ao certo, os recursos naturais de que dispõem não podem os brasileiros cuidar, no momento, de planos totais; êstes dependem de sondagens, prospecções, levantamentos e elaborações estatísticas extremamente delicadas e completas.

Acentuaram, no entanto, todos os observadores autorizados, que o desenvolvimento até agora irregular e desordenado do país exige esforços consideráveis de planejamento, embora rudimentares, capazes de proporcionar à terra e às populações locais melhores índices de estabilidade econômico-financeira bem como melhores perspectivas de prosperidade.

Os obstáculos iniciais a superar, conforme acentuaram os mencionados relatórios e, posteriormente, os outros documentos relativos ao desenvolvimento econômico do Brasil podem ser resumidos em poucos itens: transportes inadequados à extensão territorial e às necessidades decorrentes da expansão demográfica e econômica do país; dificuldades no suprimento de combustíveis que ainda têm de ser importados em volume considerável; aplicação dos fundos disponíveis em investimentos de preferência imobiliários, em detrimento das aplicações maciças que se fazem mister na agricultura e na indústria; deficiência dos programas de assistência técnica, formação e aperfeiçoamento de mão-de-obra especializada; insuficiência dos programas de eletrificação rural e aproveitamentos hidrelétricos; baixos níveis de produção a custos elevados pelas dificuldades de escoamento da produção; carência de uma política de irrigação de crédito contribuindo para elevar os preços e restringir a capacidade do mercado interno.

A êsses fatôres negativos poder-se-ia acrescentar ainda a escassez de equipes técnicas bem qualificadas, suficientemente experimentadas; a ausência de critérios seletivos rigorosos para as importações; grande parte da renda nacional concentrada em poder de grupos minoritários da população.

De qualquer forma, a partir de 1939 enveredou o Brasil definitivamente pelo roteiro do planejamento cujas manifestações mais importantes consistiram nas tentativas feitas pelo D.A.S.P. de organizar e disciplinar os investimentos públi-

cos constantes do Orçamento Geral e dos Planos Qüinqüenais de Obras e Aparelhamento da Defesa Nacional.

Surgiram, destarte, tipos rudimentares de planejamento econômico incipiente, como as providências administrativas contidas no "Plano de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional" (1939-1943) e no "Plano de Obras e Equipamentos" (1944-1948, abandonado, porém, em 1946).

Estava, portanto, preparado o advento do Plano SALTE, o mais conhecido esfôrço brasileiro de planejamento econômico geral transformado em lei em 18 de maio de 1950 (Lei n.º 1.102).

Quanto ao conteúdo de seus aspectos técnicos a elaboração dos programas de desenvolvimento econômico obedece, no Brasil, como não podia deixar de acontecer, aos padrões metodológicos de aplicação universal: formulação política dos objetivos a atingir, pelos órgãos existentes; análise da conjuntura, (fact finding), pelas entidades competentes e técnicos indicados; obtenção dos dados, mensurações estatísticas, correlações e exame das repercussões possíveis — isto é, o conhecimento integral dos problemas na multiplicidade de seus aspectos; elaboração dos levantamentos analíticos e gráficos necessários, tais como aerofotogrametrias, mapas, análises de solo e quaisquer "Surveys" especiais. São executadas, em resumo, tôdas as operações inerentes às técnicas de levantamento e inventário dos recursos disponíveis — desde as matérias-primas, equipamentos, mão-de-obra, estimativas de custos de produção às análises de mercado; finalmente, determinam-se prioridades, selecionam-se projetos e orçamentos específicos, executam-se as providências recomendadas. A fiscalização e a prestação de contas se efetuam consoante os dispositivos legais vigentes.

Alguns setores estão recebendo, no momento, redobrada atenção como, por exemplo, os relativos às pesquisas científicas, sondagens, prospecções e levantamentos de tôda a ordem; transportes e telecomunicações; energia elétrica, petróleo e combustíveis; mineração e metalurgia; as indústrias de cimentos, fertilizantes, equipamentos elétricos, papel, construção civil; e as indústrias químicas de base.

Ainda recentemente a Comissão de Desenvolvimento Industrial, tendo em vista as necessidades mais importantes de cada setor considerou, em Relatório já divulgado, merecedoras de alta prioridade algumas recomendações que resumem, de modo geral, os objetivos governamentais no âmbito dos programas mais imediatos de desenvolvimento econômico e assistência técnica.

Essa Comissão resolveu aprovar o seguinte programa preferencial:

"*a*) incentivar imediatamente uma indústria de produção de cobre, aproveitando minérios nacionais e importando matérias-primas necessárias;

b) apoiar, em seu desenvolvimento, a indústria de produção de alumínio e suas ligas;

c) ampliar a indústria siderúrgica existente, no sentido de ser aumentada a produção de aços comuns e de ações especiais, destinados à indústria mecânica;

d) levar avante o aproveitamento das piritas nacionais para a produção de ácido sulfúrico;

e) estimular a produção de amoníaco sintético;

f) resolver, ràpidamente, o problema da produção da barrilha e soda cáustica;

g) incrementar a produção de adubos de origem mineral, vegetal e animal;

h) criar a indústria de material elétrico pesado;

i) auxiliar a ampliação das fábricas nacionais de material ferroviário e assegurar-lhe mercado substancial;

j) coordenar a indústria mecânica existente no sentido de incrementar a produção de peças de veículos motorizados;

k) coordenar a indústria de produção de máquinas agrícolas já existente e auxiliar sua ampliação;

l) concorrer para a instalação no país de fábricas de construção de automóveis e tratores, adequados às condições brasileiras".

Aprovou, ainda, a Comissão de Desenvolvimento Industrial as seguintes providências:

"*a*) ampliação das Escolas de Engenharia, de Química e de Agronomia; *b*) o mesmo com relação aos Institutos Técnicos; *c*) intensificar a obra do SENAI e das demais escolas de formação de operários; *d*) facilitar cursos no estrangeiro; e) promover a imigração de técnicos".

No enquadramento geral dos programas de desenvolvimento econômico já esquematizados para o Brasil os projetos específicos de industrialização intensiva e descentralizada têm relêvo primordial.

Essa orientação decorre, aliás, da necessidade de aparelhar convenientemente a estrutura industrial e agropecuária do país proporcionando-lhe os meios de uma expansão sem precedentes.

Êsses meios têm sido amplamente contemplados nos Orçamentos. A Proposta Orçamentária da União para o ano vindouro constitui, por exemplo, uma demonstração do empenho governamental nesse sentido: nela foram previstos investimentos de vulto para todos os setores direta ou indiretamente ligados ao desenvolvimento econômico. Assim, quase 2 bilhões de cruzeiros foram consignados no Orçamento e no Plano SALTE para impulsionar os projetos referentes à lavra, pesquisa, sondagens, exploração, industrialização e transporte do petróleo nacional, aparelhamento das novas refinarias de Cubatão (São Paulo) e Mataripe (Bahia), e administração da frota nacional de petroleiros, recém-adquirida. Encontra-se, aliás, em discussão no Parlamento, o projeto de uma emprêsa poderosa capaz de solucionar, em definitivo, os problemas ligados ao petróleo, — a "Petrobras, S.A.".

Recursos substanciais foram destinados à expansão e melhoria do sistema nacional dos transportes rodoviários, ferroviários, fluviais, marítimos e aéreos: cêrca de 4 bilhões de cruzeiros (Fundo Rodoviário Nacional, Plano SALTE).

O Plano Rodoviário Nacional está sendo executado por intermédio de uma entidade autárquica. Os recursos do Fundo Rodoviário Nacional

são alimentados pelo impôsto único sôbre combustíveis minerais líquidos. Com relação ao Plano Rodoviário Nacional, verifica-se complexo e vultoso esfôrço de coordenação, cujas dificuldades se acumulam, quer pela extensão territorial do país, exigindo um número cada vez maior de estradas em boas condições técnicas; quer pela estrutura federal do Estado, implicando em autonomia das unidade federativas; quer pelo fato de uma parte considerável dos recursos do Fundo Rodoviário Nacional pertencer, por fôrça de estipulação constitucional, aos Estados e Municípios. Apesar das circunstâncias adversas a uma boa coordenação, esta se processa em têrmos satisfatórios, muito contribuindo para isto o valor da assistência técnica prestada pelo órgão rodoviário federal aos órgãos sob a jurisdição dos governos de segundo e terceiro nível, cada qual procurando levar a têrmo seu próprio plano de estradas de rodagem.

Dentro em breve novos investimentos serão efetuados, além dos previstos, em volume apreciável, de acôrdo com as recomendações formuladas pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e consoante os programas examinados por essa Comissão.

Encontra-se além disso em organização o Banco de Desenvolvimento Econômico cujas operações apressarão, oportunamente, o ritmo de execução dos variados programas de desenvolvimento econômico.

Dentre os projetos também examinados pela citada Comissão Mista ao qual se vincularam grandes dotações está o programa de modernização e reaparelhamento dos inúmeros portos ao longo do litoral brasileiro.

Refiro-me, de preferência, a êsses setores especiais do Orçamento porque êles se ligam diretamente ao tema que ora discutimos; lamento apenas não ser possível resumir, neste ensejo, tantos outros aspectos igualmente relevantes porque interdependentes e correlacionados com o desenvolvimento econômico do país.

Algumas das tendências e características mais interessantes da experiência brasileira — no que se refere à execução de programas concretos de desenvolvimento econômico — podem ser melhor apreciadas nos planejamentos e realizações das emprêsas mistas.

Trata-se de um complexo de vastos empreendimentos geralmente vinculados às indústrias de base que o Estado estimula e realiza suprindo algumas vêzes, a insuficiência ou precariedade das iniciativas particulares.

Mencionarei, apenas, as mais conhecidas sem, contudo, descer a minúcias que ultrapassariam os limites desta ligeira intervenção: Petróleo Brasileiro S.A., Companhia Siderúrgica Nacional, Fábrica Nacional de Motores, Companhia Vale do Rio Doce, Companhia Nacional de Álcalis, Companhia Hidrelétrica do São Francisco, o Banco de Crédito da Amazônia, a Refinaria Nacional de Petróleo, Banco do Nordeste, entre outras. Poderiam ser incluídas nessa lista as entidades autárquicas de natureza econômica.

E' o campo das indústrias pesadas em que se fazem mister investimentos maciços a longo prazo; são as grandes emprêsas siderúrgicas, mecânicas, elétricas e químicas, a que se aliam outras destinadas à exploração eficiente dos recursos naturais da terra, mediante sua utilização racional e conseqüente valorização econômica das regiões em que estão situadas.

O Planejamento Regional impôs-se na experiência brasileira como um imperativo das suas próprias condições geográficas, econômicas, demográficas e sociais. O espaço, as distâncias, a imensa base física de um território ocupado por populações ainda rarefeitas e heterogêneas, teriam, forçosamente, de preestabelecer — a par de outras influências igualmente perturbadoras, — normas peculiares aos programas de desenvolvimento econômico e assistência técnica.

A própria Carta Magna da Federação incorporou ao seu conteúdo dispositivos específicos sôbre o assunto e enumerou as principais áreas-problemas que constituem objeto de planos regionais: a Amazônia, o Polígono das Sêcas e o Vale do São Francisco.

Embora não explìcitamente mencionadas pela Constituição as atividades levadas a efeito pela Fundação Brasil-Central e pela Administração dos 5 Território Federais, poderiam ser alinhadas nessa categoria.

Deve-se reconhecer que os programas brasileiros de planejamento regional dia a dia adquirem fisionomia própria; encontram-se, mesmo, no limiar de uma grande expansão e aprimoramento técnico. A base dos planos regionais repousa na investigação dos recursos e potencialidades das áreas selecionadas para aplicação dos investimentos. Seus principais objetivos consistem no aproveitamento das possibilidades das áreas eleitas, em função de uma política objetiva de valorização da terra e do homem. Não há dúvida que êles concretizam, de fato, aspirações locais, regionais e nacionais.

Um dos traços mais característicos dos programas brasileiros de desenvolvimento regional é a articulação intergovernamental imposta pela própria magnitude dos empreendimentos.

O Plano de Valorização Econômica da Amazônia aplica-se a uma área que cobre mais de metade da superfície nacional, ou seja, 4.900.000 km2. Estão previstos investimentos de aproximadamente 4,5 bilhões para o próximo qüinqüênio nos setores de transportes, petróleo e minerarais, saúde, colonização e imigração, produção agropecuária e florestal, produção extrativa e pesquisas.

Presume-se que os projetos integrantes do Plano de Valorização Econômica da Amazônia adquiram, dentro de breve espaço de tempo, significação mundial. Trata-se, efetivamente, do maior

esfôrço jamais tentado no sentido do aproveitamento racional das riquezas potenciais da Hiléia amazônica equatorial.

As atividades e realizações governamentais na área denominada Polígono das Sêcas compreendem vasto conjunto de obras hidráulicas, açudes, poços artesianos, canais de irrigação, barragens, estradas de rodagem, ensaios de reflorestamento e obras de assistência social destinadas à proteção de quase 9 milhões de brasileiros contra os surtos episódicos das sêcas.

São obras de vulto espalhadas em uma superfície de 825.000 km2 abrangendo os Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Essas obras estão transformando num ritmo impressionante a fisionomia de uma região de grandes perspectivas no quadro geral do desenvolvimento econômico do nordeste brasileiro.

No que se refere ao Aproveitamento do Vale do São Francisco estão sendo executados projetos inter-relacionados e simultâneos de grande expressão, em uma área de aproximadamente 650.000 km2 — superfície, portanto, maior do que a da Inglaterra, França ou Itália. E' um sistema na verdade grandioso de investimentos maciços de quase 2 bilhões de cruzeiros para o qüinqüênio 1952-56.

No vale e subvales principais dessa importante bacia hidrográfica — desde Pirapora até o Oceano — a Comissão do Vale do São Francisco planeja e executa trabalhos destinados a provocar uma profunda transformação estrutural na economia brasileira.

São levantamentos, projetos e obras de regularização do regime fluvial do rio, melhoria de suas condições de navegabilidade, centrais hidrelétricas, eletrificação rural, saneamento, irrigação e reflorestamento, saúde e assistência, fomento da produção agropecuária e mineral, transportes, portos fluviais e campos de aviação, imigração, colonização e contrôle das migrações internas, exploração, conservação e desenvolvimento racional dos recursos naturais da região e muitos outros empreendimentos que seria longo enumerar. Nesse conjunto merece destaque o projeto autônomo da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, em vias de conclusão. E' a grande usina de Paulo Afonso que irá proporcionar energia elétrica a baixo preço aos grandes centros urbanos e industriais do nordeste e será, quando concluída, uma das maiores do mundo.

Inúmeras outras iniciativas governamentais de planejamento regional, tais como as referentes às bacias do Paraíba e do Rio Paraná e aos esforços planificados de desbravamento, ocupação efetiva, povoamento, colonização e desenvolvimento do Brasil Central e dos Territórios Federais mereceriam, talvez, exame mais atento.

Creio, todavia, Senhores Delegados, que os exemplos citados bastam para ilustrar a experiência brasileira. Temos uma grande variedade de órgãos e serviços de planejamento e execução de programas de desenvolvimento econômico e assistência técnica.

Os processos de coordenação em vigor, embora difusos e pouco articulados entre si, têm funcionado com relativa eficiência, graças aos métodos brasileiros de elaboração orçamentária adotados pelo D.A.S.P.

O Orçamento tem-se revelado um valiosíssimo instrumento à disposição do Presidente, para coordenação do funcionamento e dos movimentos dessa constelação de entidades, organizações e programas peculiares.

Prevalece, entre nós, a convicção de que a chave do êxito está no meio têrmo, no bom senso, no ajustamento ao mutabilismo das situações concretas.

Acreditamos nas vantagens da uniformidade e centralização das diretrizes gerais quando empregadas com a descentralização administrativa integral e simultânea. A execução descentralizada dos programas é uma garantia suficiente contra os males oriundos dos possíveis excessos de centralização e congestionamento nos níveis superiores da decisão político-administrativa. Daí a grande variedade de órgãos que se adaptam, com maior ou menor flexibilidade, às condições típicas da realidade brasileira.

Paralelamente aos planejamentos no âmbito da política econômica, populacional e administrativa, cuida o Brasil de ampliar e intensificar os seus programas de assistência técnica por intermédio de órgãos específicos. Está nesse caso a Comissão de Assistência Técnica recentemente instalada no Ministério das Relações Exteriores, onde se estudam, inclusive, os aspectos da participação internacional nos programas domésticos.

Coube, aliás, ao Brasil, a iniciativa de apresentar uma proposta durante a VI Sessão do Conselho Econômico e Social da ONU, em fevereiro de 1948, no sentido de criar um Centro Internacional de Administração Pública. O Brasil compreende o alcance e faz questão de tirar o máximo proveito dos programas internacionais de assistência técnica, intercâmbio de conhecimentos e experiências, cooperação internacional.

A êsse respeito o Ponto IV do Presidente Truman adquiriu para nós brasileiros especial significação. Creio, mesmo, que a cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos, efetuada, entre nós, sob a orientação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos de Desenvolvimento Econômico, pode ser considerada como um padrão exemplar de cooperação internacional. E' certo, porém, que a migração internacional de capitais, mão-de-obra e ajuda técnica para o Brasil ainda não atingiu níveis excepcionais, como seria desejável. A capacidade assimiladora dos brasileiros tem sido surpreendente como podem atestá-lo as indústrias básicas já instaladas no país.

Papel importante tem sido desempenhado pela Fundação Getúlio Vargas e pelos Serviços nacionais de aprendizagem técnica a cargo de poderosas organizações mantidas pelas classes produtoras.

Os exemplos que tenho a honra de expor à vossa atenção, Srs. Delegados, bem refletem o interêsse que despertam no Brasil os programas e esquemas modernos de desenvolvimento e assistência técnica, quando adaptados às nossas condições peculiares. Seria impossível enumerar nesta oportunidade tôdas as iniciativas e realizações em andamento nos diversos níveis governamentais. A experiência tem demonstrado a imperiosa necessidade de uma melhor conjugação de esforços e recursos, uma coordenação mais eficiente dos investimentos programados. Estamos atentos e esclarecidos quanto à conveniência de disciplinar a aplicação do nosso potencial de recursos, segundo rigorosos critérios seletivos. O Brasil que marcha a passos acelerados para uma população de 100 milhões de habitantes dentro dos próximos 30 anos, encontra-se profundamente empenhado na descoberta, aproveitamento, conservação e desenvolvimento dos recursos naturais existentes no seu vasto território. Nesse esfôrço gigantesco o Brasil apela para a colaboração de todos os países amigos, aos quais está ligado pela identidade dos ideais democráticos, interêsses recíprocos, concepção humana e cristã da vida. Acelera-se o ritmo de seu progresso em progressão magnífica obediente aos princípios de uma Constituição democrática e sábia que estabeleceu, em seus delineamentos básicos, o primado da justiça e da liberdade.

Muito obrigado, Srs. Delegados, pela generosidade de vossa honrosa atenção.

ANEXO N.º 1

Principais órgãos de Planejamento, Execução, Colaboração, Coordenação ou Supervisão dos Programas de Desenvolvimento Econômico e Assistência Técnica.

(Fonte: *Indicador da Organização Administrativa Federal — D.A.S.P.*)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Conselho Nacional de Economia — Estuda e opina sôbre todos os aspectos da vida econômica do país.

Administração-Geral do Plano SALTE — Controla o sistema de iniciativas governamentais abrangendo os setores de Saúde, Alimentos, Transporte e Energia.

Comissão do Vale do São Francisco — Executa o plano geral de aproveitamento do Vale do São Francisco.

Conselho de Imigração e Colonização — Procede a estudos de colonização geral, orientando a política imigratória do país.

Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica — Examina as questões relativas ao racional aproveitamento hidrelétrico no país.

Conselho Nacional do Petróleo — Controla o abastecimento nacional do petróleo, orientando suas pesquisas e sua industrialização.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Comissão de Desenvolvimento Industrial — Estuda e propõe o estabelecimento de novas indústrias ou ampliação das existentes no país.

Comissão Executiva de Defesa da Borracha — Assiste e ampara a indústria extrativa e manufatureira da borracha.

Comissão de Financiamento da Produção — Planeja financiamento à produção que interessa à defesa econômica e militar do país.

Conselho Técnico de Economia e Finanças — Estuda os assuntos relacionados com a economia e finanças do país.

Órgãos Fiscais — Exação e fiscalização de tributos.

Divisão de Economia Cafeeira — Dirige a política do café em todo o país.

Superintendência da Moeda e do Crédito — Exerce o contrôle do mercado monetário.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Comissão Nacional de Política Agrária — Estuda e propõe providência relativas à organização e desenvolvimento da economia agrícola e ao bem-estar rural.

Conselho Florestal Federal — Promove a criação, fomento, proteção e aproveitamento das florestas do país.

Departamento Nacional da Produção Animal — Fomenta a produção animal e a sua industrialização, prestando assistência técnica e sanitária.

Departamento Nacional da Produção Mineral — Fomenta a produção do país e o aproveitamento das águas subterrâneas.

Departamento Nacional da Produção Vegetal — Fomenta a produção agrícola em todo o país, prestando assistência técnica e sanitária.

Serviço de Economia Rural — Padroniza a produção, estimula o cooperativismo, classifica e fiscaliza a exportação agropecuária.

Serviço de Expansão do Trigo — Fomenta, orienta e controla o comércio e a indústria do trigo e seus derivados.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Comissão Consultiva de Acôrdos Comerciais — Estuda os problemas relativos à política de acôrdos comerciais.

Comissão Consultiva do Trigo — Examina a política brasileira em relação ao trigo.

Comissão de Assistência Técnica — Estuda os problemas relativos à participação do Brasil em programas internacionais de Assistência Técnica.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Comissão Federal de Abastecimento e Preços — Sugere ou toma providências no sentido de evitar a elevação do custo de vida, reduzir ou fixar preços.

Comissão Nacional do Bem-Estar Social — Promove estudos e providências visando a melhoria das condições de vida da coletividade brasileira.

Delegacias Regionais do Trabalho — Fiscalizam a execução de tôdas as leis de assistência social e proteção do trabalho.

Delegacias do Trabalho Marítimo — Inspecionam, disciplinam e policiam o trabalho nos portos, na pesca e na navegação.

Comissão Técnica de Orientação Sindical — Promove o desenvolvimento de sindicalização.

Conselho Superior da Previdência Social — Julga em última instância os recursos dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões.

Departamento Nacional de Imigração — Localiza trabalhadores no Vale do Amazonas, fiscaliza a imigração e encaminha trabalhadores nacionais para o interior do país.

Departamento Nacional de Indústria e Comércio — Incrementa o desenvolvimento industrial e comercial do país.

Departamento Nacional da Previdência Social — Orienta e fiscaliza a administração da previdência social através dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões.

Departamento Nacional da Propriedade Industrial — Promove e executa os tratados e convenções de propriedade industrial, mantendo a lealdade de concorrência no Comércio e na Indústria.

Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização — Fiscaliza as operações de seguros privados e capitalização.

Departamento Nacional do Trabalho — Promove e executa a proteção ao trabalho e à organização sindical.

Instituto Nacional de Tecnologia — Auxilia por todos os meios a técnica e a indústria nacionais, estudando os produtos nacionais e as matérias-primas visando seu melhor aproveitamento.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Conselho Nacional de Minas e Metalurgia — Estuda os problemas relativos às indústrias de mineração e metalurgia.

Departamento Nacional de Estradas de Ferro — Superintende a administração de tôdas as estradas de ferro a cargo da União.

Departamento Nacional de Iluminação e Gás — Promove, orienta e instrui tôdas as questões relativas a produção e distribuição do gás combustível.

Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais — Orienta tôdas as questões relativas a construção, manutenção e aparelhamento dos portos e vias dágua do país.

ENTIDADES AUTÁRQUICAS, EMPRÊSAS DE ECONOMIA MISTA E OUTROS ÓRGÃOS COLABORADORES DA UNIÃO NA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Entidas Autárquicas

Administração do Pôrto do Rio de Janeiro
Caixa de Crédito da Pesca
Caixa de Mobilização Bancária
Caixas Econômicas Federais
Comissão Executiva dos Produtos da Mandioca
Comissão de Marinha Mercante
Conselho Nacional de Pesquisas
Contadoria Central de Transportes
Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
Estrada de Ferro Central do Brasil
Estrada de Ferro Noroeste do Brasil
Instituto do Açúcar e do Álcool
Instituto Nacional do Mate
Instituto Nacional do Pinho
Instituto Nacional do Sal
Lóide Brasileiro
Rêde de Viação Paraná — Santa Catarina
Serviços de Navegação da Amazônia e Administração do Pôrto do Pará
Serviço de Navegação da Bacia do Prata

Sociedades de Economia Mista

Banco do Brasil S. A.
Banco do Crédito da Amazônia
Banco Nacional de Crédito Cooperativo
Companhia Hidrelétrica do São Francisco
Companhia Nacional de Álcalis
Companhia Siderúrgica Nacional
Companhia Usinas Nacionais
Companhia do Vale do Rio Doce
Fábrica Nacional de Motores
Instituto de Resseguros do Brasil
Refinaria Nacional de Petróleo

Fundações e outros Órgãos Assistenciais

Fundação Getúlio Vargas
Fundação Brasil Central
Fundação da Casa Popular
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Comissão Mista Brasil-Estados Unidos de Desenvolvimento Econômico
Cooperativa Central de Produtores de Leite
Superintendência das Emprêsas Incorporadas ao Patrimônio Nacional.

A Carta Municipalista de São Vicente

Nós, os representantes dos Municípios brasileiros, reunidos na Cidade de São Vicente, de 12 a 19 de outubro de 1952

considerando, com especial interêsse, as recomendações e conclusões consubstanciadas na Carta de Declaração de Princípios, Direitos e Reivindicações aprovada pelo I Congresso Nacional dos Municípios, realizado em abril de 1950, em Petrópolis;

considerando os ensinamentos e exigências da realidade brasileira, a experiência haurida nestes dois últimos anos, bem como as novas perspectivas para o futuro da vida municipal;
considerando a urgente necessidade de ampliar e fortalecer a capacidade política, econômica, financeira e administrativa dos Municípios Brasileiros;

considerando a conveniência de serem examinadas novas teses e recomendações objetivas com o propósito de solucionar, através de reivindicações concretas, os problemas estruturais e funcionais básicos das comunas de todo o país;
considerando a necessidade de sistematizar os pontos fundamentais de uma política municipalista de âmbito nacional mediante soluções adequadas e racionais;

considerando, principalmente, a necessidade de estimular o desenvolvimento econômico e social das Municipalidades e resolver, consoante os impositivos da economia e da eficiência, os problemas essenciais de organização, administração e govêrno dos Municípios;

Resolvemos promulgar a seguinte Carta de São Vicente que dispõe sôbre princípios, direitos e reivindicações nos têrmos aprovados pelo II Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros.

PRINCÍPIOS

I — Considerando que qualquer tentativa de mudança violenta da ordem jurídica instituída atenta fundamentalmente contra a autonomia municipal, os Governos Municipais, pelos seus poderes constituídos, e como representantes do povo brasileiro, obrigam-se a consolidar, pelo respeito à Constituição e às Leis, o regime representativo democrático da Federação e da República, mantido pelos Estados Unidos do Brasil.

II — 1) O Município é um grupo natural da sociedade constituído por um conjunto de famílias e organizado como unidade política primária.

2) Todos os Municípios Brasileiros são jurídica e politicamente iguais, constituindo a Nação e os Estados, integrados na sua função de defender as tradições e os ideais que vêm presidindo a formação histórica do país e a evolução política da nacionalidade.

III — A participação da administração municipal nas atividades econômicas, sociais e culturais da comunidade deve visar, precìpuamente, à elevação da capacidade econômica do Município, através de elementos capazes de fixar e estabilizar a população em seu próprio ambiente.

IV — Os tributos municipais arrecadados nos Distritos devem ser nos mesmos aplicados, tanto quanto possível, depois de deduzidas as parcelas destinadas a atender às despesas de administração geral.

V — O conceito da autonomia deve prevalecer na organização de todos os Municípios do Brasil, inclusive as Capitais de Estado e as sedes ou portos militares de excepcional importância para defesa externa do país, bem assim onde houver estâncias hidrominerais naturais.

VI — Prestigiar, de tôdas as formas a seu alcance, as entidades que efetuam assistência técnica ou inscrevam nos respectivos programas o planejamento das atividades municipais.

VII — À Associação Brasileira dos Municípios, órgão oficial das municipalidades do país, fica delegada expressamente a competência necessária para promover, junto aos Poderes Públicos e instituições particulares, a efetivação das providências indispensáveis à concretização da presente Carta.

DIREITOS (*)

São Direitos dos Municípios:

I — A autonomia política, compreendendo a autonomia administrativa e financeira, assegurada pelas normas inscritas na Constituição e nas Leis.

II — A eleição direta dos Prefeitos e Vereadores.

III — A administração própria, no que concerne ao seu peculiar interêsse.

IV — A decretação e arrecadação dos tributos de sua competência e a aplicação de suas rendas.

V — A renda oriunda de seus bens patrimoniais e serviços, bem como de outras fontes determinadas na Constituição e na legislação em vigor.

VI — A organização dos serviços públicos locais.

(*) Artigos 7, 15, 21, 23, 28, 29, 30, 63; 141; 194 e 195 da Constituição Federal e artigo 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

VII — Além dos tributos que, no todo ou em parte, lhes forem transferidos pelo Estado, pertencem aos Municípios os impostos: predial e territorial urbano; de licença, de indústrias e profissões; sôbre diversões públicas; sôbre atos de sua economia ou assuntos de sua competência.

VIII — Competência para cobrar contribuição de melhoria, quando se verificar valorização do imóvel, em conseqüência de obras públicas; taxas, quaisquer outras rendas que possam provir do exercício de suas atribuições e da utilização de seus serviços.

IX — O recebimento da porcentagem de dez por cento da arrecadação total do impôsto sôbre a renda e proventos de qualquer natureza, exclusive os Municípios das capitais, feita a distribuição em partes iguais.

X — Participação na porcentagem de sessenta por cento no mínimo da renda resultante do impôsto único sôbre lubrificantes e combustíveis líquidos ou gasosos, entregue aos Estados, Distrito Federal e aos Municípios.

XI — Participação na porcentagem de sessenta por cento, reservada aos Estados, Distrito Federal e aos Municípios, da renda do impôsto único sôbre minerais e do impôsto único sôbre energia elétrica.

XII — Recebimento anual de trinta por cento do excesso da arrecadação estadual de impostos, salvo a do impôsto de exportação, quando esta superar, em Município que não seja o da capital, o total das rendas locais de qualquer natureza.

XIII — Recebimento de quarenta por cento do produto dos impostos criados pelos Estados, além dos que lhe são atribuídos pela Constituição Federal, fazendo-se a entrega daquela porcentagem aos Municípios onde se tiver realizado a cobrança à medida que os Estados efetuarem a arrecadação.

XIV — Contrair empréstimos externos, com prévia autorização do Senado.

XV — A administração dos Cemitérios.

XVI — Promover ação regressiva contra os funcionários causadores de dano ao seu patrimônio, quando tiver havido culpa dêstes.

XVII — O cumprimento a partir de 1.º de janeiro de 1948 da discriminação de rendas estabelecidas pela Constituição nos artigos 20 a 21 e 29; na parte em que modifica o regime anterior.

XVIII — O cumprimento gradativo, a partir de 1948, no curso de dois anos, do disposto no artigo 15, § 4.º, assim como, no curso de dez anos, do estabelecido no artigo 20 da Constituição Federal.

XIX — O uso de símbolos próprios, bandeira, hino, sêlo e armas.

REIVINDICAÇÕES

São Reivindicações do Município:

I — O cumprimento integral, por parte da União e dos Estados, dos dispositivos constitucionais que visam consolidar a autonomia política do Município com a autonomia administrativa e a autonomia financeira.

II — Limitação da esfera estadual e definição da área administrativa do Município, dando-lhe maior âmbito de ação.

III — Melhor distribuição de encargos entre a União, os Estados e os Municípios.

IV — Integral acatamento dos princípios jurídico-administrativos consagrados pela Constituição Federal em relação ao Município e resguardo das liberdades públicas, dado que o desenvolvimento político do país depende essencialmente do progresso da democracia municipal.

V — Maior autonomia para o Município, a fim de que todos os cidadãos integrantes da comuna adquiram a convicção de que o exercício de seus direitos e deveres é o processo eficaz para resolver os problemas do meio onde vivem.

VI — Conjunção dos esforços e recursos da União, Estados e Municípios, mediante acôrdos, convênios ou contratos multilaterais, para a solução de problemas de interêsse geral, principalmente os relacionados com a educação, saúde, agricultura e transporte.

VII — Destinação de recursos especiais, por parte dos poderes públicos, para valorização dos centros de atração turística, de cura ou repouso.

VIII — Cooperação dos Municípios na fiscalização de leis federais de interêsse local, como, por exemplo, os Códigos Florestal e de Caça e Pesca, bem assim o acompanhamento dos trabalhos de repartições federais ou estaduais, nêles sediados, para fins de verificação do cumprimento dos respectivos encargos.

IX — Modificação das bases da assistência e previdência sociais no país, a fim de que se igualem os benefícios, direitos, garantias e obrigações dos segurados, seja qual fôr a entidade a que estejam vinculados.

X — Extensão, dentro de curto prazo, dos benefícios da assistência e previdência sociais às populações do interior.

XI — Descentralização administrativa dos serviços de assistência e previdência, de molde a facilitar o contato entre a instituição e o segurado, garantindo maior rapidez na concessão dos benefícios.

XII — Aplicação no Município em que se originou, ou em grupos de Municípios vizinhos, de pelo menos cinqüenta por cento da arrecadação de cada entidade de assistência e previdência sociais.

XIII — Cessação das atividades extralegais dos órgãos criados sob o regime da Constituição de 1937, e que não se harmonizam com o direito

assegurado, pela Constituição Federal, ao Município, de deliberar, com autonomia, sôbre aquilo que concerne ao seu peculiar interêsse.

XIV — Competência às Câmaras de Vereadores dos Municípios congregados, para a ratificação dos consórcios intermunicipais, sòmente cabendo fazê-lo à Assembléia Legislativa quando o Estado dêles participar e na parte que diz respeito aos compromissos, encargos e benefícios da administração estadual.

XV — Participação efetiva do Município em todos os serviços públicos que correspondem a atividades concomitantemente de interêsse da Nação, do Estado e do Município, como os de educação, assistência social, polícia, justiça, viação, saúde pública, produção e crédito.

XVI — A responsabilidade de novos encargos, que seriam transferidos aos Municípios juntamente com as rendas ora destinadas à manutenção dos respectivos serviços, na União e nos Estados.

XVII — Recebimento de pelo menos da metade da cota porcentual (sessenta por cento) do Fundo Rodoviário Nacional, que cabe aos Estados, Territórios e Municípios.

XVIII — Percepção de quarenta por cento no mínimo do total das rendas públicas arrecadadas no país, dentro de prazo razoável e progressivamente, quer mediante outorga de novos tributos, quer pela maior participação das rendas federais e estaduais.

XIX — Elaboração de um plano de interligações rodoviárias municipais, com execução a cargo dos Municípios e aplicando a renda conseqüente ao aumento da participação no Fundo Rodoviário Nacional.

XX — Instituição do Município como arrecadador único.

XXI — Facilidades para generalização do planejamento, como ponderável fator de bem-estar, segurança e progresso geral, modernizando e aperfeiçoando a administração local, tornando possível melhor utilização dos recursos humanos, naturais e institucionais da comunidade.

XXII — Concessão de maior amparo financeiro ao pequeno agricultor pelos estabelecimentos de crédito de que participem os poderes públicos e pelas entidades autárquicas.

XXIII — Unificação e simplificação dos serviços de imigração e colonização, bem como sua regionalização e zoneamento, de modo a atender às peculiaridades locais e regionais.

XXIV — Criação de cursos intensivos e práticos de Direito e Ciência de Administração Municipal, junto às Faculdades de Direito, de Administração, de Economia e de Engenharia, assim como no Departamento Administrativo do Serviço Público (D. A. S. P.).

XXV — Reivindicam os Municípios brasileiros: maiores rendas, novos encargos, mais acesso ao crédito.

XXVI — Recebimento mensal, diretamente das Exatorias Federais, de cinqüenta por cento da arrecadação local feita sob a rubrica do sêlo de "Educação e Saúde", cujo montante será aplicado na solução de problemas de assistência social.

XXVII — Inversão das reservas de previdência não só no mercado de imóveis dos grandes centros, mas também no dos pequenos centros municipais, como contribuição à solução do problema da moradia.

XXVIII — Propugnar pela manutenção do atual sistema de discriminação de rendas estabelecido na Constituição da República, lutando contra qualquer reforma constitucional em contrário, salvo se visar, expressamente, a ampliação das rendas tributárias do Município.

DECLARAÇÃO ADICIONAL À CARTA DE PRINCÍPIOS, DIREITOS E REIVINDICAÇÕES DOS MUNICÍPIOS

1. São consideradas indispensáveis as seguintes providências para fixar e estabilizar as populações em seu próprio meio, cumprindo às Municipalidades promovê-las:

I — a conjugação de esforços no sentido de serem concedidas facilidades para o desenvolvimento de indústrias, divulgando-se as condições próprias do Município, de maneira a atrair capitais, e incentivando-se as explorações agropecuárias já existentes ou que venham a organizar-se;

II — o estabelecimento de postos agropecuários ou de outros serviços de fomento e assistência à população rural, e a cooperação na manutenção dos já existentes, criados pelo Ministério da Agricultura ou governos estaduais;

III — a criação de escolas regionais, ou patronatos para menores, de tipo variável de acôrdo com as atividades econômicas da região;

IV — a exploração rural como meio de desenvolvimento econômico, e não como fonte de rendas públicas, facilitando-se a aquisição, pelo preço de custo, não só de materiais de exploração agrícola, sementes selecionadas e máquinas agrícolas, como também da pequena propriedade;

V — o aproveitamento das terras do patrimônio nacional, estadual ou municipal, dando-se preferência aos habitantes das zonas empobrecidas e aos desempregados, na forma prevista no artigo 156 da Constituição Federal;

VI — o estímulo à criação de cooperativas de produção, consumo e crédito, que visem a possibilitar aos lavradores meios de financiamento de seus produtos e facilidades de armazenamento, bem assim a instituição de associações rurais, com finalidades econômicas e de atuação social;

VII — a criação e manutenção de serviços nas vilas e nas sedes dos subdistritos, quando os houver, ou dos povoados, incumbindo a êsses serviços quer a fiscalização da arrecadação municipal e auxílio à fiscalização estadual, quer a execução de atividades sociais e culturais benéficas à população local;

VIII — a colaboração com os órgãos federais, estaduais ou particulares na instituição de Colônias Escolas, Colônias Agrícolas ou Núcleos Coloniais, principalmente nas áreas mais prejudicadas pela existência de latifúndios e na vedação do aliciamento, por elementos estranhos, de trabalhadores rurais;

IX — o incentivo aos festejos populares, promovidos por grupos organizados ou que venham a organizar-se, para a realização em público e gratuitamente dos folguedos tradicionais do folclore regional, inclusive com a concessão de facilidades e a dispensa do pagamento de tributos;

X — a instalação, com a cooperação dos particulares, de pequenos museus de mineralogia, com o objetivo de incrementar o conhecimento das riquezas do país e o intercâmbio de exemplares entre o público e o Departamento Nacional da Produção Mineral;

XI — o levantamento da população em idade escolar, em colaboração com as autoridades estaduais, com o objetivo de possibilitar melhor administração do ensino a cargo das Municipalidades e mais profícua aplicação dos recursos destinados a tais fins;

XII — a organização e manutenção, mediante destaque de recursos da cota destinada ao ensino e à educação pública, de parques infantis, onde as crianças, especialmente as das classes menos favorecidas, recebam a necessária educação e assistência;

XIII — a promoção, sobretudo pelos Municípios mais atingidos pelas conseqüências do êxodo rural, das medidas indispensáveis à colonização das áreas de terras devolutas dos seus territórios, sob sua exclusiva responsabilidade ou com o auxílio dos órgãos especializados do Govêrno Federal;

XIV — a importação direta da maquinaria necessária à execução dos serviços, pleiteando-se a efetivação dos dispositivos constitucionais relativos à imunidade tributária e à extensão destas às próprias taxas que incidem sôbre a entrada de mercadorias;

XV — a criação de cursos de educação municipal, nos quais, de par com a instrução fundamental comum, sejam ministradas noções de higiene e de geografia e história do Município;

XVI — a admissão para as escolas municipais preferentemente de professôres formados e que possam não só difundir conhecimentos de higiene como ainda promover divertimentos educativos nos núcleos onde trabalharem;

XVII — a incorporação, pelos Municípios de cada região, de estabelecimentos de crédito especial para atender às respectivas necessidades financeiras e constituir a base para implantação e desenvolvimento do crédito pessoal;

XVIII — a racionalização da administração municipal, mediante reforma dos processos de trabalho e criação de órgãos técnicos necessários.

2. São igualmente necessárias as medidas abaixo:

I — Estudo dos problemas turísticos em conjunto, pelos Municípios ou Estados interessados ou, quando menos, por parte das estâncias hidroterápicas e climáticas, estações balneárias e cidades históricas.

II — Realização de agrupamentos de Municípios de uma mesma região geoeconômica, de modo a tornar possível, mediante a cooperação intergovernamental, a solução de problemas comuns às respectivas administrações, sobretudo energia elétrica, telefones, abastecimento dágua, esgotos e saneamento, fomento da produção e encaminhamento de gêneros alimentícios aos mercados de consumo locais, vias de transporte, desenvolvimento cultural, saúde pública, crédito e financiamento.

III — Criação, sob a forma cooperativa, de modo a utilizar recursos, não só dos Municípios, mas também de particulares, de bancos regionais, destinados, possìvelmente, a servir de base a um futuro instituto de crédito municipal.

IV — Cooperação entre os Municípios para a criação de organizações de fins econômicos, quando a execução dos acôrdos intermunicipais o tornar necessário, podendo participar, nesse caso, do empreendimento pessoas físicas ou jurídicas.

V — Entrega das cotas porcentuais do Fundo Rodoviário Nacional aos Municípios, diretamente pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, por intermédio das coletorias federais e agências do Banco do Brasil.

VI — Regulamentação do artigo 20 da Constituição Federal, sem prejuízo da legislação supletiva, a ser baixada pelos Estados.

VII — Estabelecimento, na lei complementar, sugerida no item anterior de:

a) normas relativas à determinação do total da renda estadual atribuída a cada Município no caso do impôsto de vendas e consignações e de outros tributos cuja arrecadação apresente dúvidas na sua distribuição geográfica;

b) fixação de um conceito restrito da expressão "rendas locais de qualquer natureza";

c) estabelecimento de sanções contra os Estados que neguem cumprimento a essa lei.

VIII — Regulamentação do artigo 15, número III, § 20 da Constituição Federal, na parte relativa aos minérios e à energia elétrica, a fim de que os Municípios interessados possam usufruir as vantagens tributárias correspondentes.

IX — Recebimento de pelo menos 50% da arrecadação do impôsto sôbre minerais ou energia elétrica, respectivamente, por parte dos Municípios nos quais se realizar a extração ou fôr consumida a energia elétrica, devendo a arrecadação do tributo ou da porcentagem municipal ser levada a efeito diretamente pelas Prefeituras interessadas.

X — Pagamento da cota-parte do impôsto sôbre a renda aos Municípios integralmente, de uma só vez, durante o terceiro trimestre de cada ano.

XI — Levantamento das restrições desnecessárias ao pagamento dos auxílios e subvenções, concedidos pela União e pelos Estados, aos Municípios e entidades privadas nestes sediadas.

XII — Entrega direta aos Municípios das verbas consignadas no orçamento federal para emprêgo nos Municípios.

XIII — Competência exclusiva ao Município para cobrança da taxa ou impôsto de turismo, nas localidades de reconhecida significação histórica ou classificadas como estâncias hidroterápicas ou climáticas.

XIV — Elaboração de planos diretores tendo em vista a conveniência de atender-se às necessidades comuns dos Municípios vizinhos, bem assim o estabelecimento de providências que assegurem:

a) a regulamentação dos loteamentos urbanos, de modo a garantir-lhes condições mínimas quanto a facilidades de acesso, existência de melhoramentos públicos e reserva de áreas destinadas a parques e escolas;

b) o reflorestamento, como fator essencial à proteção do solo e dos mananciais;

c) a instituição de regime fiscal que evite a atrofia das iniciativas econômicas;

d) a participação obrigatória da administração nos empreendimentos de defesa da saúde pública, de combate às pragas e moléstias dos vegetais e animais, com especial interêsse para a manutenção de serviço permanente de combate à saúva e a outras formigas cortadeiras, e das práticas recreativas, mesmo quando de iniciativa privada; na construção de campos esportivos e parques infantis e em assuntos urbanísticos, com a cooperação dos departamentos especializados do Estado;

e) a difusão cultural, em cooperação com os particulares e depois de preparado corpo especializado de servidores, por meio, principalmente, de conselhos escolares, bibliotecas, teatros, rádio, imprensa, e mediante facilidades tributárias à indústria e ao comércio de livros.

XV — Reexame da divisão das regiões administrativas das unidades federadas, com o objetivo de torná-las mais condizentes com a realidade.

3. O Congresso, considerando vital aos interêsses dos Municípios a entrega das cotas que lhes são devidas por fôrça do dispositivo constitucional, recomenda aos governos locais o recurso ao Poder Judiciário para obtenção do recebimento das aludidas cotas. Reconhece, no mesmo passo, os mais altos propósitos municipalistas dos governos que vêm cumprindo aquêles preceitos constitucionais, o que os torna merecedores de confiança e apoio moral.

4. As verbas consignadas no orçamento da União para emprêgo nos Municípios, deveriam ser entregues, no que diz respeito às atribuições dos governos municipais, diretamente a êstes, mediante acôrdos, quando fôr o caso, entre os Poderes interessados.

5. Faz-se necessária a entrega imediata, por parte dos Governos Estaduais, das cotas do Fundo Rodoviário Nacional, ainda retidas em poder dos Departamentos e Comissões Estaduais de Estradas de Rodagem.

6. Entendam-se como características de benefício de ordem rural, para fins do estabelecido no § 4.º do artigo 15 da Constituição Federal, as despesas realizadas com a execução de obras ou a prestação de serviços que atendam às necessidades de natureza coletiva da zona rural, sem obrigar, contudo, os Municípios ao pagamento de qualquer impôsto, taxa ou contribuição especial pelo gozo de tais benefícios.

7. Recomendam os Municípios Brasileiros a elaboração de uma lei complementar federal, na qual se regulamentem, atendidos os princípios desta Declaração, os dispositivos gerais da Constituição e da legislação ordinária da União concernentes ao Município.

8. Os Prefeitos e Vereadores reunidos no I e no II Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros se comprometem a pleitear a inscrição das conclusões a que chegaram nos programas de seus partidos políticos e a reivindicar, por intermédio dos representantes locais que vierem a ser eleitos, a sua efetivação posterior.

PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES APROVADAS PELAS COMISSÕES TÉCNICAS DO CONGRESSO DE SÃO VICENTE.

Assuntos de competência do Govêrno Federal (Poder Executivo).

1. Integral cumprimento do disposto na Constituição, relativamente à discriminação constitucional de rendas.

2. Transferência imediata para os Municípios do Impôsto Territorial Rural e 10% do Impôsto de Consumo.

3. Entrega aos Municípios pelo menos da metade da cota de 60% do Fundo Rodoviário Nacional, que cabe aos Estados.

4. Execução pelos Municípios dos planos de ligações rodoviárias intermunicipais, atribuindo-se cotas maiores aos Municípios cujos territórios não sejam servidos por estradas federais ou estaduais.

5. Aplicação integral do disposto no artigo 20 da Constituição Federal.

6. Elaboração do Código Tributário Nacional, que deverá conter normas gerais a serem observadas e complementadas pelos 3 níveis de Govêrno, através da nítida delimitação dos campos de competência, nos moldes preconizados pelos trabalhos preparatórios da II Conferência Nacional de Legislação Tributária, cuja convocação imediata é recomendada.

7. Instituição de cursos intensivos e práticos de Administração Municipal, os quais devem também incluir noções de economia, geografia e história do Município.

8. Inclusão, entre as finalidades das Caixas Econômicas, do auxílio aos Municípios, estabelecendo-se, para aplicação em cada Município, o mínimo de 40% dos depósitos ali feitos, e fixando-se juros máximos de 6% para os empréstimos às Prefeituras.

9. Pleitear que as instituições de previdência cumpram, integralmente, suas finalidades em tôdas as partes do país.

10. Transferir para os Municípios o direito aos bens oriundos de heranças jacentes.

11. Conferir aos Municípios jurisdição exclusiva sôbre linhas de ônibus intermunicipais.

12. Revogação do Decreto-lei n.º 5.764, de 19-8-43, que dispõe sôbre fornecimento de energia elétrica.

13. Apoiar a Reforma Agrária, que deverá realizar-se através da cooperação e do esfôrço conjugado dos 3 níveis de govêrno.

14. Entendimentos com indústrias estrangeiras para que instalem no país fábricas de tratores e demais instrumentos agrícolas.

15. Isenção de direitos e tributos, bem como concessão de facilidades de divisas para a importação de maquinaria, inseticidas e adubos.

16. Solicitar elaboração de um plano de reflorestamento obrigatório, à base de 10% da área de cada propriedade rural, cuja execução e fiscalização ficarão afetas aos municípios.

17. Fornecimento de tratores e demais máquinas agrícolas às Prefeituras.

18. Estabelecimento, nas diversas zonas geoeconômicas do país, de escolas de tratoristas e de oficinas mecânicas especializadas na conservação de máquinas agrícolas.

19. Fixação em cada ano, antes do início da plantação de cada gênero, de um preço mínimo para todos os produtos da lavoura.

20. Contrôle de industrialização e exportação de carne bovina, bem como ampliação dos plantéis, mediante a instalação de monta.

21. Recomendar a urgente necessidade de drenagem dos rios.

22. Solicitar a intalação de armazéns frigoríficos, bem como concessão de crédito aos Governos estaduais e municipais para a execução dessas obras.

23. Solicitar a rápida concessão de cartas-patentes destinadas a Bancos Municipais.

24. Concessão às cooperativas de crédito de benefícios de redesconto para financiamento da lavoura.

25. Obrigatoriedade de instalação de conjuntos termelétricos para, nas épocas de estiagem, suplementarem as atividades das usinas hidrelétricas.

26. Constituição de sociedades de economia mista, com o fim de obter capitais para a exploração de energia elétrica.

27. Reexame do critério do custo histórico como base para fixação de tarifas, adotando-se o processo realista.

28. Facilidades para importação de equipamentos necessários à melhoria das instalações hidro ou termelétricas de todo o país.

29. Nos seus contratos com emprêsas redistribuidoras a Hidrelétrica do São Francisco deverá incluir cláusula que garanta a uniformidade de preços, tanto para as Capitais, como para o interior.

30. Distribuição de terras da faixa de fronteira em lotes coloniais a serem entregues a brasileiros.

31. Distribuição em caráter definitivo, a lavradores da região, das terras que marginam os açudes públicos no Polígono das Sêcas.

32. Adoção, no plano nacional de imigração e colonização, do critério de igualdade de tratamento para o imigrante nacional.

33. Aplicação de pelo menos 1/3 da quantia prevista no artigo 198 da Constituição Federal na instalação de colônias agrícolas no nordeste.

34. Funcionamento imediato do Banco do Nordeste, como meio subsidiário, capaz de facilitar a fixação do camponês no Polígono das Sêcas.

35. Concessão de financiamentos agrícolas e fornecimento de máquinas e instrumentos necessários às populações agrícolas do Polígono das Sêcas.

36. Criação de escolas rurais, com ensino especializado (agrotécnico), nos moldes das escolas já mantidas pelo Ministério da Agricultura.

37. Criação de escolas de capatazes rurais e de patronatos agrícolas para a formação de administradores de fazendas, agrícolas e de pecuária, bem como escolas rurais femininas para aprendizagem de letras, trabalhos manuais, pequenas indústrias caseiras, arte culinária, etc.

38. Criação de tiros de guerra nos municípios essencialmente agrícolas.

39. Estruturação de escolas primárias para as zonas rurais à base e regime de escolas de trabalho.

40. Proibição do uso, no transporte coletivo, de veículos inadequados, ou que não ofereçam segurança e confôrto.

41. Conclusão tão rápida quanto possível das obras da Cia. Hidrelétrica do São Francisco, bem como a extensão de suas linhas de transmissão à região de Cariri, no Estado do Ceará.

42. Classificação dos trabalhos rurais, a fim de que sejam remunerados aquêles que exijam maiores esforços.

43. Construção do ramal da Rêde Ferroviária do Nordeste entre Arcoverde e Paulo Afonso através do Município de Buíque por ser êste último Município zona de intensa produção agropecuária capaz de abastecer os demais Municípios do Polígono das Sêcas.

44. Construção, em maior escala, de obras contra as sêcas.

45. Transformação, em serviço permanente, da atual Comissão de Abastecimento do Nordeste, com âmbito de ação sôbre todos os Estados abrangidos pelo Polígono das Sêcas.

46. Expedição imediata de novo regulamento para a Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, com o fim de atender às necessidades mínimas dos agricultores.

47. Concessão aos Municípios de 50% da importância proveniente do sêlo de Educação e Saúde, para aplicação em obras assistenciais.

48. Criação de cursos médios em cidades com mais de 2.000 habitantes, e concessão de bôlsas de estudo a jovens capazes, residentes em cidades com menor número de habitantes.

49. Adoção de medidas destinadas a evitar as freqüentes mudanças de livros didáticos, de modo a fixar-se o prazo mínimo de 3 anos para o seu uso, mantendo-se, em cada escola, os mesmos livros para cada grau de ensino.

50. Criação do Instituto de Ensino Emendativo para Surdos-Mudos e Cegos, nas regiões do país onde houver maior número de pessoas portadoras de tais defeitos físicos.

51. Determinar ao I.P.A.S.E. que celebre convênio com os Municípios que o desejarem.

52. Descentralização dos serviços das instituições de previdência, ficando as mesmas proibidas de conceder empréstimos a pessoas estranhas aos seus quadros de contribuintes.

53. As instituições de previdência devem criar cooperativas de consumo para atenderem às necessidades de seus associados.

54. Cumprimento do dispositivo legal que manda aplicar 50% da arrecadação das instituições de previdência nos locais em que a mesma se realizar.

55. Aplicação de parte do impôsto sindical no local de arrecadação, em serviços de assistência médico-social aos trabalhadores.

56. Prestação de assistência técnica e orientação aos Municípios no combate à tuberculose.

57. Emprêgo de parte dos recursos destinados à educação na aquisição de livros e material didáticos, pelo menos nos cursos primários e secundários, distribuindo-se os mesmos gratuitamente a estudantes pobres.

58. Criação de uma rêde de estações rodoviárias em grandes cidades servidas por estradas federais ou estaduais.

59. Apoio financeiro à realização de planos urbanísticos nas zonas de fronteira, transformando-as em centros de turismo, a exemplo do que ocorre com o Município de Foz do Iguaçu.

60. Criação, conjuntamente com os Estados e Municípios, de aeroportos no maior número possível de cidades brasileiras.

61. Intensificar ainda mais a fiscalização das florestas, a fim de evitar-se sua devastação.

62. Início imediato das obras de transferência da Capital da República para o planalto central goiano.

Assuntos de competência do Congresso Nacional

(Câmara dos Deputados e Senado Federal)

1. Regulamentação do artigo 20 da Constituição Federal, com o fim de evitar diversidade de critérios discriminatórios, injustiças fiscais e protelações nos pagamentos devidos, compreendendo principalmente o seguinte:

a) fixação de um conceito restritivo da expressão "rendas locais de qualquer natureza";

b) determinação do total de renda estadual atribuída a cada Município, por meio de normas que definam os locais de arrecadação dos tributos indiretos;

c) estabelecimento de rigorosas sanções contra os Estados que se negarem a cumprir tal regulamentação.

2. Regulamentação do artigo 15, n.º III, parágrafo 2.º, da Constituição Federal, na parte referente a minérios e energia elétrica, com o fim de assegurar aos Municípios, nos quais se realizar a extração de minérios ou consumo de energia elétrica, a participação mínima de 50% na arrecadação daqueles tributos.

3. Manifestar apoio ao projeto de lei ora em curso no Congresso Nacional, instituindo, nas universidades do país, uma cátedra de Direito e Ciência da Administração Municipal.

4. Elaboração de lei que assegure imunidades aos vereadores.

5. Apoio ao projeto de lei n.º 656-51, da Câmara dos Deputados, que dispõe sôbre o pagamento, aos Municípios do interior, do produto da arrecadação dos impostos de consumo e importação.

6. Sugestões para a lei de reforma agrária:

a) constituição de pequenas propriedades agrícolas, em terras férteis, nas proximidades de centros consumidores e vias de transporte;

b) constituição de colônias agrícolas para a exploração coletiva de áreas cultivadas por processos técnicos;

c) simplificação do processo expropriatório.

7. Definição dos "benefícios de ordem rural", a que se refere o parágrafo 4.º do artigo 15 da Constituição Federal, dando-se, para tanto, andamento ao projeto de lei ora em curso na Câmara dos Deputados, no qual deverão ser devidamente considerados os têrmos do item VI da Carta de Princípios, Direitos e Reivindicações Municipais.

8. Regulamentação do artigo 151 da Constituição Federal, com o fim de ficar assegurado aos poderes públicos estadual e municipal o direito de intervir nas emprêsas concessionárias de serviços públicos, sempre que houver descaso ou abandono, autorizando-se o poder concedente a suspender, temporàriamente, a concessão, independentemente dos prazos e cláusulas contratuais.

9. Reforma do artigo 20 da Constituição Federal, de modo a permitir a participação das Capitais dos Estados nas porcentagens nêle previstas.

10. Reforma do artigo 19, item III da Constituição Federal, a fim de permitir-se ao Município a cobrança do impôsto de transmissão de propriedades imobiliárias *inter-vivos* e sua incorporação ao capital das sociedades.

11. Exame da possibilidade de adoção de Estados Regionais, como base para a reorganização dos Municípios brasileiros.

12. Extensão a vereadores das prerrogativas de imunidade.

13. Adoção da seguinte emenda para o artigo 15, parágrafo IV, da Constituição Federal: "a União entregará aos Municípios, excluídos os das Capitais de renda superior a Cr$ 200.000.000,00, 10% do total que arrecadar do impôsto de que trata o item IV, feita a distribuição em partes iguais e aplicando-se pelo menos a metade da importância em benefícios de ordem rural".

14. Rejeição de quaisquer medidas tendentes a subtrair aos Municípios as vantagens até agora obtidas.

15. Reforma da Constituição, com o fim de obter-se uma discriminação mais justa das rendas públicas, de modo que possibilite ao Município prover por si mesmo as suas necessidades imediatas.

16. Reforma do artigo 15, item IV, da Constituição Federal, elevando-se para 20% a cota do Impôsto de Renda atribuída aos Municípios.

17. Promulgação rápida do projeto de lei que regulamenta o artigo 15, item VI, parágrafo 2.º, da Constituição Federal.

18. Instituição de órgãos legislativos nos Municípios pertencentes aos Territórios Federais.

Assuntos de competência dos Governos Estaduais

(*Poder Executivo*)

1. Execução, pelos Municípios, dos planos de ligações rodoviárias, intermunicipais, atribuindo-se maiores cotas do Fundo Rodoviário Nacional aos Municípios que não dispuserem de estradas federais ou estaduais.

2. Aplicação integral do disposto no artigo 20 da Constituição Federal.

3. Designação de uma comissão de constitucionalistas, com o fim de elaborar o plano de criação dos governos rurais autônomos.

4. Assegurar aos Prefeitos o direito de indicar os delegados que devam servir nos seus Municípios.

5. Criação de Comarcas em todos os Municípios em que a arrecadação estadual atinja pelo menos 5 milhões de cruzeiros por ano.

6. Recomenda-se o exercício pelos Estados das atribuições prescritas no artigo 153 da Constituição Federal, para o que devem estar técnica e administrativamente aparelhados.

7. A legislação sôbre produção, transporte e comércio de gêneros alimentícios, especialmente do leite e seus derivados, deve ser da competência dos poderes públicos municipais.

8. Constituição de sociedades de economia mista para obtenção do capital necessário à exploração de energia elétrica.

9. Distribuição de terras devolutas estaduais dentro de um plano de cujo estudo participem os Municípios interessados.

10. As comissões de terras devem obedecer a um plano elaborado e aprovado pelo Estado, no qual fique estabelecida a obrigatoriedade da colonização, bem como garantidos os direitos dos posseiros porventura existentes.

11. Decretação de novos e progressivos impostos sôbre terras rurais não cultivadas, com exceção das áreas ocupadas por matas.

12. Proibição do emprêgo, nos transportes coletivos, de veículos inadequados, ou que não ofereçam segurança e confôrto aos passageiros.

13. Instalação de postos sanitários nos pontos de partida, chegada e trânsito das correntes migratórias internas, a fim de prestar assistência aos emigrantes e imigrantes.

14. Organização, com auxílio da União e dos Municípios, de serviços volantes de cinema educativo e recreativo para a zona rural, bem como a criação de postos volantes de saúde, os quais visitarão as sedes distritais e os núcleos de regular densidade demográfica.

15. Estruturação de escolas primárias para as zonas rurais à base e regime de escolas de trabalho.

16. Adoção de medidas destinadas a evitar freqüentes mudanças de livros didáticos de modo a fixar-se o prazo mínimo de 3 anos para seu uso, mantendo-se, em cada escola, os mesmos livros para cada grau de ensino.

17. As escolas primárias, sempre que possível, devem ser providas de professôres primários selecionados através de concursos de provas e títulos.

18. Construção na medida do possível de grupos escolares dotados de instalação e equipamento adequados.

19. Observância das seguintes normas na organização do ensino primário:

a) curso com duração de 5 anos;

b) efetivo máximo de 30 alunos por classe;

c) evitar desdobramento de classes;

d) período diário de 5 horas de trabalho.

20. Expedir nova regulamentação nas escolas de modo que atenda aos professôres nas suas licenças e remoções, sem prejuízo dos alunos e do ensino.

21. Manutenção, junto aos grupos escolares, de um serviço de assistência médico-dentária.

22. Reforma do Ensino Normal, para melhor atender à formação de professôres, obedecidas as seguintes bases:

a) exigência de exame de suficiência;

b) criação de escolas normais regionais, com programas específicos, baseados na técnica, costume, produção e organização de trabalho da região;

c) manutenção de cursos de extensão para professôres primários;

d) realização de exames vocacionais com o fim de preparar especialistas para as diversas funções de educar a criança;

e) os períodos de férias das escolas isoladas deve atender às conveniências locais;

f) criação do departamento de ensino normal rural, bem como de escolas rurais, que formem professôres especializados;

g) remuneração condigna ao professorado primário municipal;

h) criação de serviços de assistência técnica educacional, com o fim de elevar o nível pedagógico do magistério primário municipal.

23. Instituição de um tipo de escola flexível (escolas móveis), destinada à alfabetização dos habitantes das zonas rurais.

24. Criação, em cada Estado, de um órgão que se dedique ao problema da habitação popular.

25. Manutenção, nas zonas rurais, de uma rêde de centros sociais, postos de saúde e higiene, dotando-se os mesmos dos meios de transportes necessários à perfeita execução de suas finalidades.

26. Manutenção, em condições satisfatórias, de serviços regionais de combate à esquistossomíase.

27. Criação de órgãos que se incumbam da recuperação de menores abandonados.

28. Parte dos recursos destinados à educação deverá ser empregada na aquisição de livros e material didáticos, pelo menos nos cursos primário e secundário, distribuindo-se os mesmos gratuitamente aos alunos pobres.

29. Organização, em cada Estado, de um núcleo de formação de Técnicos de Administração, que se encarregue, também, de realizar estudos sôbre medidas peculiares à Administração Municipal.

30. Criação de uma rêde de estações rodoviárias nas grandes cidades servidas por estradas federais e estaduais.

31. Criação, em cada Estado, de um Departamento de Assistência Técnica aos Municípios, respeitado o princípio de autonomia municipal.

32. Criação, conjuntamente com a União e os Municípios, de aeroportos no maior número possível de cidades brasileiras.

33. Organização de planos quadrienais de assistência aos Municípios.

34. Elaboração de planos de desenvolvimento racional de nossas estâncias hidrominerais.

35. Entrosamento dos planos rodoviários dos Estados com os dos Municípios.

36. Extensão direta aos Municípios dos acôrdos celebrados com a União.

37. Cumprimento do disposto no artigo 20 da Constituição Federal.

Assuntos de competência das Assembléias Legislativas dos Estados

1. Adotar, na divisão administrativa dos Estados, critérios condizentes com a realidade nacional e regional, evitando-se a criação de novos Municípios sem capacidade econômica para tal.

2. Revogação das Leis Orgânicas, por serem desnecessárias e ferirem o princípio da autonomia municipal.

3. Revogação dos dispositivos das Constituições Estaduais, que permitem a nomeação de prefeitos para os Municípios das Capitais e para as estâncias hidrominerais naturais.

Assuntos de competência dos Governos Municipais

(Prefeitos e Câmaras de Vereadores)

1. Criação de Departamentos de Defesa Vegetal e Animal, bem como a instalação de colônias típicas, granjas ou fazendas-modêlo municipais.

2. Realização de Congressos Regionais de Agricultores.

3. Aplicação da cota do Impôsto de Renda, de acôrdo com o dispositivo constitucional, em empreendimentos de ordem rural, especialmente em rodovias.

4. Fomentar a criação de Bancos de Municípios, com o fim de se reterem no interior as fortunas ali geradas.

5. Instalação de cooperativas de crédito, consumo e distribuição, facilitando, por todos os meios disponíveis, o seu funcionamento.

6. Constituição de sociedades de economia mista para obtenção do capital necessário à exploração da energia elétrica.

7. Organização, com o auxílio da União e dos Estados, de serviços volantes de cinema educativo e recreativo para a zona rural, bem como criação de postos volantes de saúde, os quais visitarão as sedes distritais e núcleos de regular densidade demográfica.

8. Recuperação social do Colono, através de rêdes de hospitais regionais e postos agropecuários.

9. Organização de serviços de fiscalização de contratos de trabalho, de orientação e colocação de imigrantes nacionais.

10. Organização de serviços de assistência médica à família rurícola.

11. Delimitação, em cada Município, da zona destinada à criação, a fim de evitar-se a transformação de zona de lavoura em zona de pastagem, o que vem constituindo forte fator de êxodo rural.

12. Instalação, em cada Município, de um moinho de trigo com o fim de incentivar a cultura doméstica, industrialização e consumo *in-loco* dêsse cereal.

13. Instituição de um tipo de escola mais flexível (escolas móveis), para alfabetização dos habitantes das zonas rurais.

14. Criação de escolas típicas rurais, com sentido profissional, para adolescentes alfabetizados, destinadas a preparar o homem do campo para os encargos da mecanização da lavoura e da agricultura racional, aconselhando-se a celebração de convênios com os Estados para a disseminação dessas escolas e o planejamento de seus programas.

15. Os Municípios instalarão, sempre que possível, parques infantis em suas sedes, mantendo obrigatòriamente nos mesmos biblioteca infantil especializada.

16. Parte dos recursos destinados à educação deverá ser empregada na aquisição de livros e material didáticos, pelo menos nos cursos primário e secundário, distribuindo-se os mesmos gratuitamente a estudantes pobres.

17. Instalação de salões de arte, onde os artistas locais possam expor e vender suas produções.

18. Entrosamento com órgãos federais, estaduais e entidades autárquicas, objetivando resolver o problema da assistência social.

19. Extinção de favelas, mocambos e cortiços, como meio de combate à mortalidade infantil, à delinqüência e ao analfabetismo.

20. Manutenção de estreita ligação com a Comissão Nacional do Bem-Estar Social, visando a solução de problemas comuns, principalmente:

a) criação de centros de estudo de habitação;

b) criação de Serviços Sociais urbanos e rurais;

c) fomento de cooperativas de crédito, de produção, de consumo, de habitação, etc.;

d) constituição de um fundo para fins de financiamento dos serviços sociais;

e) auxílio para construção de habitações urbanas e rurais próprias;

f) elaboração de planos urbanísticos;

g) estudo das condições socio-econômicas do Município, para fins de planejamento.

21. Criação de Conselhos Municipais de Assistência Social, bem como convocação da Associação Brasileira de Municípios, Associações congêneres estaduais e o Instituto Brasileiro de Administração Municipal para colaborarem na execução dos planos de assistência social aos Municípios.

22. Concessão de bôlsas de estudo para formação de enfermeiros especializados, os quais ficarão incumbidos de organizar e dirigir, onde não exista assistência médica, enfermarias-modêlo, com salas destinadas a serviços de pronto socorro.

23. Criação do "sêlo de maternidade", que deverá incidir sôbre entradas para divertimentos públicos, revertendo-se o seu produto em benefício da maternidade.

24. Manutenção de leitos-dias em sanatórios para internamento de tuberculosos pobres.

25. Colaborar na moralização dos costumes, na profilaxa das doenças venéreas, bem como na recuperação da mulher prostituída.

26. Estudar a possibilidade de intensificar, mediante a adoção de meios adequados, o uso de calçados pelo trabalhador rural, solicitando, para êsse fim, a cooperação dos Governos Federal e estaduais.

27. Criação de uma rêde de estações rodoviárias em grandes cidades servidas por estradas federais ou estaduais.

28. Realização periódica de Congressos, conferências ou reuniões regionais de Municípios, para o estudo e debate de problemas de interêsse comum.

29. Reorganização geral e racional dos serviços públicos municipais, com o fim de aumentar-lhes a eficiência e rendimento.

30. Criação de serviços municipais de assistência rural.

31. Organização de cursos intensivos de administração municipal.

32. Criação de um órgão técnico, em cada Município, subordinado às Câmaras Municipais, com o fim de auxiliá-las a fiscalizar a execução orçamentária.

33. Criação de Conselhos Municipais de urbanismo.

34. Criação de laboratórios de saneamento nas cidades servidas por rêdes de água e esgôto.

35. Elaboração de plano-diretor para as cidades sede de Municípios.

36. Evitar-se a colocação de nomes de pessoas vivas em ruas, praças e estabelecimentos públicos.

37. Elaboração de planos racionais de aproveitamento das estâncias hidrominerais.

38. Ampla cooperação dos Municípios nos planos de assistência ao menor abandonado.

39. Entrosamento do plano rodoviário municipal com o estadual.

40. Recomenda-se aos Prefeitos e Vereadores que telegrafem ao Presidente da República e ao Congresso Nacional, solicitando o imediato início das obras de transferência da Capital da República para o Planalto Central Goiano.

Banco dos Municípios

Comunicação Apresentada ao II Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros

MÁRIO EUGÊNIO e NELSON OMEGNA

SÔBRE o Banco dos Municípios se têm apresentado teses em todos os Congressos de Prefeitos e Vereadores realizados no país.

Instituição reclamada tantas vêzes, está afinal em fase de concretização graças ao vivo interêsse que pelo assunto vem manifestando a unanimidade dos prefeitos e vereadores do Estado de São Paulo. A esta hora já se acha na Superintendência da Moeda e do Crédito o requerimento da carta patente, cuja outorga deverá ser feita em breves dias. Assim, em 1953 teremos em funcionamento o órgão financeiro e econômico dos Municípios com um grande capital — 200 milhões de cruzeiros — e um grande programa.

POR QUE O BANCO DOS MUNICÍPIOS?

A criação de um instituto de crédito a serviço do Município se justifica:

Primeiro — para fixar no Interior, nas zonas de produção, a fortuna interiorana que, neste instante, é carreada para as grandes Capitais, a serviço da especulação.

A experiência que temos em São Paulo é a mais melancólica e esmorecente: a riqueza que nasce da terra, não retorna à terra, mas emigra para o Rio e para a Capital do Estado, para incremento dos investimentos imobiliários, o que dana e sacrifica, de verdade, a nossa produção agrícola, e conseqüentemente a própria Economia Nacional.

Segundo — o Banco dos Municípios porá à disposição das classes agrícolas todo um serviço de importação que lhes permitirá o recebimento a preço de custo das utilidades necessárias aos trabalhos da lavoura. E' sabido que o drama da Economia Nacional é hoje oriundo do alto preço com que os nossos produtos chegam aos mercados. São preços sempre acima da paridade internacional, por isso que se dizem gravosos. Diversos fatôres, naturalmente, concorrem para a alta do custo da nossa produção. Entre êles há a destacar o alto preço dos instrumentos e utilidades necessárias ao trabalho agrícola, decorrente de excesso de intermediários e abandono do lavrador à mão dos especuladores.

O Banco dos Municípios poderá atender a tal situação uma vez que, fixando a fortuna no Interior, terá elementos para desenvolver uma larga política de assistência às classes produtoras.

Terceiro — o Banco dos Municípios permitirá às Prefeituras as antecipações de recursos para o desenvolvimento de sua gestão administrativa. Tendo as Prefeituras que receber cotas da União e do Estado, ficam muitas vêzes em embaraço pela demora daqueles recebimentos. Com isso há trabalhos que se interrompem, há despesas encarecidas pelo ágio com que os fornecedores se cobram dos possíveis atrasos de pagamento. E a obra pública com isso se encarece demais ou não se faz.

Quarto — o Banco dos Municípios será a oportunidade para as Prefeituras se forrarem de recursos para participar de empreendimentos econômicos úteis ao povo e proveitosos à administração. Há uma série de obras de caráter econômico que devem ser feitas e que delas as Prefeituras se ausentam exclusivamente por falta de um organismo econômico que lhes permita a realização. Tais empreendimentos são sempre altamente retributivos e constituem até altos e garantidos negócios, capazes de enriquecer a economia particular e a pública e é pena que não se empreendam. Aliás, o Govêrno Nacional está sentindo êsse aspecto da nossa economia, por isso que criou o Banco de Desenvolvimento Econômico. E já estão entabulados acôrdos para que o Banco dos Municípios complemente junto de cada Prefeitura a obra daquela organização nacional de crédito.

Veja-se que excelente administração municipal não será a que puder colaborar com a instalação de serviços de motomecanização da lavoura, ou com a instalação de geradores elétricos, ou com a planificação da venda imobiliária, fazendo a Prefeitura a abertura de áreas urbanas, as obras de arruamentos, o espaçamento das áreas de granjas, serviços que até aqui o particular empreende desordenadamente, deixando à administração pública apenas os ônus.

Quinto — o Banco dos Municípios será instituto de crédito difundido por tôdas as comunas do Estado, e de futuro de todo o país. Dizem as Estatísticas que no Estado de São Paulo há 136 municípios que não possuem uma só agência bancária, e no país o número de municípios nessa situação é de 1.125. Tal ausência constitui estôrvo

à Economia. Por outro lado, o banco é ainda no país uma instituição que não se popularizou. O número de pessoas que em nossas cidades do Interior freqüentam a agência bancária é ainda muito reduzido.

Criado como órgão oficial da Prefeitura, prestigiado pelos Prefeitos e Vereadores invertendo no Interior os depósitos do Interior, fugindo aos processos de especulação, antes funcionando para estimular a produção, o Banco dos Municípios terá ensejo de se popularizar e ser instrumento a serviço do maior número de pessoas.

BANCO MUNICIPAL OU BANCO DOS MUNICÍPIOS?

Os municipalistas, nos Congressos anteriores, não precisaram bem a feição que deveria ter o Banco reclamado em suas teses e recomendado nas conclusões daqueles conclaves de Prefeitos e Vereadores.

Quando se pensou, porém, em dar corpo àquela idéia, foi preciso decidir pela unidade ou pela pluralidade de institutos.

Um Banco Municipal de cada município nos pareceu alvo difícil demais para se atingir, de vez que o empreendimento iria reclamar, em cada comuna, não só cabedais que são sempre escassos, como também uma plêiade de entendidos em cada cidade, para lançar a campanha tão árdua e fazer a obra que é por si muito difícil.

Algumas razões laboram contra a idéia do banco local.

Vejamos algumas delas:

Primeira — Um banco municipal seria uma instituição fraca e pequena, e dificilmente poderia concorrer com as emprêsas particulares poderosas que operam no setor do crédito.

Segunda — O banco local seria fácil prêsa das competições políticas locais.

Terceira — Os critérios da administração local sofreriam desvios e injunções das relações pessoais dos seus administradores.

Quarta — O banco pequeno não poderia conquistar o direito para operar em certos setores, como: de câmbio, de crédito real, etc., anulando-se dessa sorte a sua eficiência.

Quinta — O fator confiança dos depositantes para com o banco pequeno não seria de vulto e fôrça a garantir-lhe o êxito.

Sexta — A despesa para manter num Estado, vamos dizer no Estado de São Paulo, duzentos bancos municipais, seria, só com a administração, com o estafe de técnicos, incalculàvelmente superior às despesas para manutenção de um grande banco.

Por outro lado, um só Banco criado pela conjunção de recursos e apoio de todos os Municípios, sendo uma poderosa organização, oferecerá uma série de vantagens:

Primeira — será antes de tudo uma oportunidade para somar as pequenas comunas do país num empreendimento de solidariedade econômica, para ajudá-las a resolver problemas locais e gerais.

Segunda — permitirá o encadeamento de organizações outras, como armazéns-gerais, silos, bôlsas de mercadorias, que, sob o patrocínio do Banco, poderão, com vantagens para a produção e para o consumo, promover a melhor distribuição dos gêneros no país.

Terceira — dará aos prefeitos uma cobertura de fôrça econômica às suas reivindicações e aos seus planejamentos.

Quarta — oferecerá aos Bancos de Investimento e de Financiamento um sistema radicular de avizinhamento com os Municípios.

BANCO OFICIAL OU PARTICULAR?

O Banco dos Municípios deve ser só das Prefeituras ou deve contar com a participação do capital particular?

Foi êste outro problema cuja solução as teses debatidas nos Congressos anteriores não fixaram.

Na realização do Banco dos Municípios em São Paulo tivemos que nos definir. E a fórmula preferida foi a da colaboração do capital particular com o público.

Primeiro, para não onerar o erário municipal;

Segundo, porque um banco só das Prefeituras iria fatalmente cair nas mãos de um partido político, o que seria nocivo à instituição e espantalho à adesão de inúmeras Câmaras e Prefeituras;

Terceiro, porque o capital particular, sempre mais cauteloso, emprestará maior segurança às transações do Banco;

Quarto, porque os particulares, especialmente do Interior, tomando ações são clientes certos do Banco.

COMO SERÁ O BANCO DOS MUNICÍPIOS?

Solucionados os problemas acima expostos, foi fácil a definição da forma que se daria ao Banco.

1.º) Deverá ser uma sociedade constituída por capital tomado em partes iguais pelas Prefeituras e pelos particulares.

2.º) A Diretoria do Banco será eleita sempre, sem que nenhum dos seus componentes venha a ser designado por qualquer Poder Público.

3.º) Contando os municípios 50% das ações, elegerão dois diretores. O capital particular elegerá outros dois. E os quatro eleitos escolherão um quinto Diretor, que será o Presidente do Banco.

4.º) Os Municípios subscreverão uma cota correspondente aproximadamente a 10% do seu orçamento no corrente exercício.

5.º) As ações de particulares e de Prefeituras se classificarão em dois tipos distintos, tendo curso para venda entre tomadores das categorias correspondentes.

6.º) Para assistir aos Municípios, o Banco fará funcionar departamentos especializados em investimentos, planejamentos, contabilidade, em questões jurídicas, estatística e economia agromercantil.

O BANCO DOS MUNICÍPIOS EM SÃO PAULO

O Banco dos Municípios pretende estender seu campo sôbre todo o território nacional. A sua primeira campanha circunscreveu-se ao Estado de São Paulo.

Para levar a cabo a realização do plano aliaram-se deputados de todos os partidos e promoveram, através de longas excursões, consultas a 262 municípios do Estado.

Os municípios acolheram com aplauso a idéia. E até êste momento já foram votadas e sancionadas 112 leis reconhecendo o Banco como o órgão oficial de crédito dos respectivos municípios e autorizando os Prefeitos a incorporarem aquela instituição e subscreverem ações.

Em 121 municípios o projeto está em andamento.

Dentro de breves dias, após a autorização da Superintendência da Moeda e do Crédito, será publicado o manifesto de lançamento do Banco, assinado, até agora, por 1.320 prefeitos e vereadores.

A presente comunicação ao II Congresso Nacional dos Municípios vale como um apêlo aos Srs. Prefeitos e Vereadores do Brasil, a se empenharem na criação, em seus Estados, de movimento de igual teor.

CONCLUSÕES

1.ª Que êste Congresso recomende aos municípios paulistas que ainda não aderiram ao Banco dos Municípios a que o façam, para que a grande obra do municipalismo nacional comece a dar desde logo os seus melhores frutos;

2.ª Que os Municípios Brasileiros divulguem a idéia do Banco, de sorte a se tornar tarefa fácil a expansão do movimento por todo o território nacional;

3.ª Que a Mesa do Congresso apele ao Presidente da República e à Superintendência da Moeda e do Crédito para que sejam apressadas as providências de ordem burocrática, a fim de que no menor prazo esteja funcionando o Banco dos Municípios.

Convênios e Acôrdos Interadministrativos

Sugestão Apresentada à Comissão Organizadora do II Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros

JOÃO MONTEIRO

O MUNICÍPIO de Guarani, uma das menores unidades do Estado de Minas Gerais, vem, por seu Prefeito, aplaudir com entusiasmo e prestigiar com o seu modesto apoio a feliz iniciativa da realização de mais uma Convenção Municipalista a ter lugar em São Vicente, no Estado de São Paulo, no próximo mês de outubro do corrente ano.

E ao enviar esta sua singela mensagem de apoio e plauso ao importante Conclave Nacional, êste Município o faz na certeza de que, a exemplo do ocorrido após os Congressos Regionais já realizados e dos quais resultou o êxito da primeira Convenção de abril de 1950, em Quitandinha, surja para os Municípios Brasileiros uma nova era de progresso e fortalecimento, pois sòmente assim estas células do organismo político-administrativo do país ficarão habilitadas a promover, em todos os sentidos, o bem-estar e os superiores interêsses dos munícipes.

Esta edilidade, neste ensejo, atendendo ao convite da Comissão Organizadora, expresso na circular que vem de ser dirigida aos Prefeitos Municipais, escolheu o tema acima, por julgá-lo muito interessante, para, sôbre o mesmo, alinhar algumas sugestões, as quais, a seu ver, postas em prática, enormes resultados trariam para os Municípios. Como se sabe, e é coisa pública e notória, o Estado dispõe de um aparelhamento fiscal muito mais eficiente do que os Municípios, seja pelos seus vastos recursos, seja pela extensão e ascendência de seus poderes mais ilimitados. Sendo assim, o estabelecimento de um Convênio entre o Estado e o Município, na base de uma mútua cooperação no que diz respeito à arrecadação e à fiscalização de suas rendas, seria medida de muita importância para a sua economia. E não seria difícil a fixação de bases para um acôrdo desta natureza entre o Estado e o Município. A legislação federal, por exemplo, impõe esta cooperação aos Estados e Municípios, levando assim as maiores vantagens na arrecadação de seus tributos, com especialidade no tocante ao impôsto sôbre a renda, evitando contribuintes em atraso. Ora, o Estado que tem os Municípios sob o seu patrocínio, poderia perfeitamente legislar sôbre a matéria e, quando não o fizesse, adotar então o Convênio, o acôrdo hoje muito comum entre as diversas órbitas do poder público.

Assim como é vedado ao contribuinte, depois de determinado prazo da lei, transigir com as repartições estaduais, se a estas não exibir o recibo de entrega da declaração de seus rendimentos ao órgão federal competente, também deveria aplicar-se a mesma exigência àquele que não provasse estar em dia com os seus deveres para com os fiscos Estadual e Municipal, respectivamente, com a certidão fornecida pela Prefeitura.

Êste cerceamento à atividade do contribuinte faltoso o compeliria a regularizar imediatamente a sua situação perante os órgãos da administração pública signatários do Convênio.

Medida prática, simples e de efeito rápido, seria mais proveitosa aos interêsses mútuos do Estado e do Município, pois ficariam assim dispensados da promoção de quaisquer outras providências previstas em lei, acauteladoras de seus direitos, é certo, mas de solução demorada e onerosas ao seu patrimônio, além de incômoda e antipática para o executivo.

Eis, senhores membros da Comissão Organizadora, o que o Município de Guarani, em Minas Gerais, nesta oportunidade, por seu Prefeito, submete ao estudo e à apreciação dessa douta Comissão, o que faz despretensiosamente, atendendo apenas ao desejo de não faltar com a sua humilde cooperação ao II Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros, de cujos trabalhos, está certo, advirá para as Comunas nacionais a mais apreciável soma de benefícios.

Redução do Custo da Vida -- Mecanização Agrícola

Tese Apresentada pela Câmara Municipal de Santa Rosa de Viterbo ao II Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros em S. Vicente

MUITO se tem dito sôbre o alto custo da vida; muita tinta e papel se tem gasto, porém, até hoje, nada foi feito de prático para combatê-la. Que somos um país "essencialmente agrícola" é a tecla batida há muitos anos, mas o que é certo é que de agricultura nada temos se considerarmos que o alto custo da vida deve ser atribuído exclusivamente à decadência da produção, decadência esta de que é responsável a falta de braços. Portanto, para que nos seja possível manter uma agricultura ao nível dos países mais adiantados, devemos antes de mais nada possuir maquinaria suficiente ou indústrias capacitadas para a produção de tratores e implementos agrícolas (arados, sulcadores, grades, semeadeiras, adubadeiras, colhedeiras mecânicas etc.).

Enfim, para que possamos dizer que somos um país "essencialmente" agrícola é preciso antes de tudo possuirmos um parque industrial adiantado, apto a nos fornecer em quantidade e qualidade suficientes: Tratores e implementos agrícolas.

A manter uma agricultura empírica como a atual estaremos fadados a tornarmo-nos um povo de mais baixo nível aquisitivo e, conseqüentemente, estaremos sujeitos à fatal desagregação social, pois, no andar em que vamos, de produção cada vez menos auto-suficiente, chegaremos a ponto de nada produzirmos para a nossa própria subsistência.

Torna-se imprescindível, pois, que medidas urgentes e prèviamente planejadas sejam postas em prática.

Atualmente o Brasil é um país que menos tratores possui no mundo a despeito do seu imenso território. A Itália, (para não citarmos a Grã-Bretanha com mais de 300.000 tratores!!!) cuja reduzida superfície todos nós conhecemos, possui mais de 50.000 tratores, contra apenas 7.000 do Brasil.

Se levássemos em conta a extensão territorial, sòmente o Estado de São Paulo deveria ter aquêles 50.000 tratores. Como se vê, a nossa situação, nesse terreno (e também em outros) é simplesmente calamitosa.

Urge, pois, que os poderes governamentais (Federal e Estaduais) iniciem desde logo tratativas para se implantar no Brasil fábricas especializadas de tratores e implementos agrícolas, para que no futuro possamos dizer, com razão, que somos um país "essencialmente agrícola", e mesmo porque sem agricultura não há sobrevivência e sem indústrias adequadas não pode haver agricultura.

Muitos dirão (como preconizou uma celebérrima Comissão) que nós "devemos continuar essencialmente agrícola"; jamais se viu afirmação mais cínica. De fato, para aquêle ilustre capitão da indústria alienígena, nada melhor porque até hoje os nossos milhões de dólares têm ficado por lá em troca de bugigangas e máquinas. E a prova temos agora: As divisas que conseguimos com a exportação do café foram-se tôdas e ficamos com a mão abanando: *Sem Café e Sem Dinheiro*.

Temos apenas o café para suprir tôdas as nossas necessidades, que são inúmeras: desde o material e matérias-primas para as nossas indústrias básicas até meias nylon e etc., e, futuramente: feijão, arroz, banha, cebolas, batatas e, quem sabe? Verduras e legumes. — Sim, porque se continuarmos a importar tratores, máquinas agrícolas e outras infinidades de artigos (já não dizemos de "luxo") dentro de alguns anos não teremos divisas nem para importar trigo.

Com a mecanização agrícola o Brasil muito terá a ganhar: produção decuplicada e custo reduzidíssimo. Aumento da exportação e redução da importação. Com a supressão de animais (burros e bois) atualmente empregados na aração e outros serviços agrícolas, teríamos a recuperação de grandes áreas de boas terras para culturas, terras estas que servem para pastos dos animais de trabalho.

Todavia, é imprescindível, como dissemos, que se implante, no Brasil, a indústria de máquinas agrícolas.

Considerando quanto ao exposto, sugerimos que sejam apresentadas aos governos dos Estados e da União, as seguintes recomendações:

1. Tratativas imediatas com as indústrias Européias ou Norte-americanas, para a instalação, no Brasil, de fábricas completas para a produção, em larga escala, de tratores, máquinas agrícolas e implementos;

2. Para se obter êsse desiderato, os governos poderão conceder facilidades (terrenos para construção das fábricas, isenção de impostos por determinado tempo, isenção de direitos para a importação dos maquinismos e, se necessário, garantir às indústrias um lucro mínimo de 8%;

3. As fábricas deverão produzir, além de tratores, máquinas agrícolas e arados; mais: geradores, silos de aço, carrêtas e todo o material utilizado nos serviços agrícolas.

Tendo em vista tudo quanto está supra dito, se acolhido, levará alguns anos para a sua completa execução, recomendamos que de imediato se tomem as seguintes providências:

1. Criação, junto a tôdas as "Casas de Lavoura" existentes ou quando não existam, junto às respectivas Prefeituras Municipais, de uma Seção de Mecanização Agrícola, com tratores, arados, grades, plantadeiras etc., para o preparo de terras dos pequenos sitiantes ou fazendeiros que não possuam máquinas próprias, cobrando-se uma taxa por alqueire. A taxa não poderá ultrapassar o custo do serviço, acrescida apenas com uma pequena percentagem para a amortização e para o fundo de compras de novas máquinas.

2. Para isso tornam-se necessários os bons ofícios do Govêrno da União, no sentido de ser concedida isenção de direitos e necessárias divisas para importação dos tratores e implementos, que podem ser importados diretamente pelos Governos dos Estados.

3. Tendo em conta a grande soma que naturalmente deverá ser invertida para a aquisição das máquinas de que trata o item 2, os governos estaduais, com assistência do Govêrno Federal, poderão negociar a aquisição de tratores e máquinas a longo prazo ou utilizando o regime de "compensação".

Julgamos que, com as providências aqui recomendadas, poderemos, dentro de alguns anos, ter dado um grande passo, *apenas um grande passo* para ter jugulada a crise que atualmente atravessamos.

Serviço Social Rural

Tese Apresentada ao II Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros

RUBENS ASSUNÇÃO MIRANDA

COMO modesta contribuição dos representantes do Estado do Paraná a êsse magno conclave, tomamos a liberdade de apontar sugestões visando soluções de base para o importante problema da recuperação moral e econômica das populações rurais.

O trabalho em referência fundamenta-se sôbre experiências concretas que vêm sendo realizadas em nosso Estado.

A pedra angular de nossa tese é o reconhecimento de que qualquer forma de assistência rural é ineficaz se não se fizer acompanhar do competente financiamento. Por outro lado, o financiamento simplista, nos moldes em que geralmente é feito, não se revela eficaz. E' mister que a concessão do crédito seja supervisionada em cada fase de sua aplicação.

O nosso objetivo principal, ao elaborarmos esta despretensiosa contribuição, é que uma pequena parcela possa somar-se construtivamente às demais teses das eruditas delegações neste Congresso, a fim de que venha fase mais feliz, para as populações rurais brasileiras.

II — Características do Problema Social do Paraná

Numa tentativa para encontrar a feição real dos problemas sociais do nosso Estado, realizamos elaboração estatística, visando determinar a importância relativa dos diversos grupos de assistidos pelo Departamento Social do Estado do Paraná.

Êsse trabalho revelou as seguintes peculiaridades:

a) 88,4% dos casos de assistência são constituídos por elementos oriundos de zonas rurais do Estado;

b) 62% dêsse contingente apresentam como causa evidente de desajustamento a incapacidade financeira, conseqüência da sua inadaptação ao meio urbano, já que não possuem o mínimo de condições — seja o domínio de profissão urbana, a alfabetização, os hábitos normais de vida e mesmo a apresentação moral — indispensáveis para a integração efetiva do elemento ao novo meio social;

c) 31% dos casos da alínea "a" apresentam como razão do desajustamento, as doenças, embora, pela grande incidência de tuberculose e sífilis, possamos ser conduzidos novamente ao problema econômico, causa da subnutrição, da falta de agasalho, de horário para refeições e repouso etc.;

d) Finalmente, 7% dos casos são produzidos por razões especìficamente morais, isto é, pelo abandono do lar.

Dessa forma, verificamos que apenas 11,6% dos 4.000 casos fichados no D.A.S. são constituídos por pessoas integradas no meio urbano.

Isso evidencia, acima de qualquer dúvida, que o clímax de nossa Questão Social reside no interior do Estado.

Assim, apesar do maravilhoso movimento de populações, em direção ao Norte do Paraná, podemos constatar que o problema do êxodo para os centros urbanos, notadamente a Capital do Estado, existe, e com intensidade alarmante.

A hipertrofia demográfica do Norte do Estado, se desejável do ponto de vista econômico, traz consigo o grave inconveniente de iniciar a avalancha do êxodo — pois as massas rurais que não encontram oportunidade de fixação no Norte do Paraná, permanecem em estado flutuante, deslocando-se contìnuamente, até atingirem os centros urbanos, onde, não podendo ser assimiladas, caem na dependência do Estado ou de particulares, e, sobretudo, concorrem para aumentar consideràvelmente os índices de delinqüência.

III — A Orientação do Departamento de Assistência Social

Apesar de o problema não ser novo, a solução adotada até agora pelo D.A.S. vinha sendo ineficaz e obsoleta.

Com efeito, adotando-se o critério de amenizar os efeitos do desajustamento, sem lhes cogitar das causas, elegeu-se o verdadeiro princípio normativo de serviço a manutenção, aliás, precaríssima, dos assistidos, seja pela concessão de irrisórias quantias mensais, seja fornecendo alimentos e fazendas.

Os resultados dessa orientação não se fizeram esperar. Essa nova categoria de dependentes, incentivada no hábito da inatividade por anos

seguidos, passou a considerar-se como categoria de verdadeiros "aposentados" com direitos adquiridos. Compreende-se as dificuldades que êsse estado de coisas veio trazer, quando foi iniciado com firmeza o trabalho penoso de repor o processo terapêutico em seus verdadeiros têrmos.

A primeira providência adotada, quando constatada a sistemática dos assistidos, por categoria e por natureza, foi criar o Serviço de Assistência Psicotécnica, aliás o único no país; analisando o assistido do ponto de vista médico, de conhecimentos específicos e gerais e sobretudo de sua capacidade e aptidões, é o mesmo indiluído em determinada categoria profissional.

O ponto seguinte tem sido o contato com as firmas empregadoras, revelando os resultados, o acêrto da providência, pois consegue-se reajustar a média de 60 a 80 casos mensalmente.

IV

O processo mencionado em o item anterior é passível de crítica. Com efeito, se tal sistema é indispensável nos centros urbanos, como órgão cooperador do mercado do trabalho e, sobretudo, como trabalho de profilaxia de desajustamentos sociais, pela colocação ou readaptação profissional — no caso presente, em que, como vimos, a grande maioria dos assistidos é formada por elementos do interior, não é o melhor, pois o desajustamento pelo menos afetivo permanece e, acima dêle, o problema social econômico da diminuição da produção rural por falta de braços.

Sentindo a gravidade dêsse aspecto, foi adotada, paralelamente, a providência de estimular os assistidos a retornarem às lidas rurais.

Para isso, na ordem de complexidade, enquadramos os seguintes casos:

a) Fornecimento de homens ou famílias a fazendeiros, asseguradas por parte dêstes condições razoáveis de habitação e salário;

b) Recolocação de indivíduos proprietários de pequenas áreas, com o auxílio da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil;

c) Recolocação de arrendatários.

Esta última categoria, constituída por pessoas que não possuem propriedade alguma é a que exige trabalho mais complexo.

Com efeito, por não apresentarem o mínimo de garantias para transacionar com o Banco do Brasil, o financiamento pela respectiva Carteira só pode ser feito pela modalidade de safra pendente, isto é, depois de devidamente localizado, contrato de arrendamento em perfeita ordem, e a safra em curso, o Banco do Brasil financia na base de 1/3 do valor da produção provável, estimada por funcionário técnico daquela entidade bancária. Compreende-se, entretanto, as dificuldades para levar o assistido até essa fase, compatível com o financiamento.

Entretanto, existem já 21 casos dêsses em pleno trabalho rural.

A técnica tem sido a seguinte:

a) Despertar a cooperação moral e o entusiasmo do assistido pela nova orientação;

b) Estudar qual a região do Estado em que maiores possibilidades de adaptação e sucesso podem oferecer-lhe, já por condições climáticas, já pelo conhecimento maior que êle possa ter das culturas que nessa região se implantem;

c) Localizar terras em condições de arrendamento, o que não tem sido difícil graças à proverbial solidariedade dos proprietários brasileiros;

d) Elaborar, face à área e condições de mercado, o plano de produção;

e) Firmar com o assistido, compromisso legal, em que o mesmo se compromete a reembolsar o Serviço de Assistência Social Psicotécnica no que lhe fôr dado, por ocasião da colheita e, mais, a uma privada com fossa negra, de organizar pequena horta e seguir outras recomendações que lhe forem sugeridas pela orientadora doméstica, visando a higiene e estética do lar;

f) Assistir o cidadão com alimentos, regularmente, algumas ferramentas indispensáveis e o pagamento dos emolumentos contratuais quando existirem;

g) Germinadas as sementes, entra a produção na fase de "safra pendente" e transfere-se, com tôda assistência jurídica necessária, o caso para a alçada do Banco do Brasil.

Acreditamos que os resultados, quer como recuperação social, quer como providência visando o reequilíbrio de nossa produção rural, sejam plenamente satisfatórios.

Entretanto, o simples estudo das nossas dotacões orçamentárias indica limitação irremovível.

Se é possível operar, como se faz, com número reduzido de assistidos, a generalizacão do processo, necessária por todos os títulos, torna-se impossível, por falta de recursos.

V — Sugestões para a Organizacão do Servico de Crédito Supervisionado na Fundacão de Assistência ao Trabalhador Rural

Apesar de nossa larga experiência, como homem do interior, procuramos estudar como o problema é tratado em São Paulo e em Minas Gerais.

Foi-nos dado a conhecer o trabalho que representa, comprovadamente, o ponto mais alto da experiência internacional no setor da recuperação do homem rural.

Com base nesse estudo tomamos a liberdade de elaborar um esbôço de Plano.

Antes, porém, convirá considerar-se alguns pontos que nos parecem fundamentais:

a) Nenhum trabalho técnico poderá ser levado a efeito prescindindo-se do elemento humano especializado e experiente;

b) A formação dêsse elemento técnico demanda tempo e gastos, devendo constituir mesmo, tal trabalho, fase preliminar de ação, sendo todo inconveniente iniciar-se a execução com elementos não especializados ou imaturos;

c) Por outro lado, essa formação não pode ser feita em cursos e locais que apenas exibam, na denominação, palavras que façam supor correlação direta ou remota com a atividade em cogitação. E' indispensável que essa operação cumpra-se através da orientação de técnicos cuja vida profissional seja o atestado de eficiência de seu trabalho;

d) O ideal, dadas as condições de urgência do problema, seria dispor a Fundação de uma equipe experimentada, que, paralelamente ao próprio trabalho de instalação e execução de serviços, fôsse formando novos contingentes de especialistas;

e) O contrato, porém, de equipe nessas condições seria por demais eneroso, bem como o mercenarismo de sua condição faria supor a inexistência daquele interêsse vital que deve caracterizar trabalhos sociais.

Como resolver, pois, da melhor forma, o problema em discussão?

Pensando prestar real serviço ao Brasil e em particular ao Paraná, tomamos a liberdade de estudar diversas soluções possíveis, dentro daquelas premissas, cujo esquema é o seguinte :

1. Por razões de ordem sociológica e sobretudo como medida de preservação racional de nossa filosofia de vida, os E.U.A. conceberam um programa de ação, dentro do qual destaca-se o que todos conhecemos por *Ponto IV*.

2. Dentro dêle, e com a cooperação, na América Latina, do Senhor Nelson Rockfeller, está o Govêrno Americano invertendo grande soma, aplicada em pagamento de técnicos e em equipamento especializado.

3. A experiência de quase quatro anos, em São Paulo e em Minas Gerais, demonstra à saciedade o acêrto e a conveniência, para nós, dos planos adotados.

4. Os trabalhos, em referência, são feitos em colaboração com os Governos ou entidades particulares nacionais, contribuindo a American International Association For Economic And Social Development (A.I.A.) com técnicos largamente experimentados em trabalhos, congêneres neste e em muitos outros continentes, e também com equipamentos, pràticamente gratuitos, pois são pagos com seu numerário próprio, bastando, para tanto, que a entidade nacional contratante contribua com certa quantia para a complementação dos serviços.

5. Em Minas Gerais, por exemplo, para a constituição da ACAR, a contribuição do Govêrno Mineiro foi, inicialmente, menor do que a da A.I.A. para ir crescendo, visando autarquia completa, com o crescimento de suas possibilidades próprias, principalmente de ordem técnica.

6. Apesar dos insistentes pedidos de diversas partes do Brasil, e de outros países da América, a A.I.A. só concordou em atuar, até agora, nos dois Estados citados, no Paraguai e em Cuba.

7. Entretanto, os responsáveis americanos aquiesceram em estudar com a Fundação Paranaense de Assistência ao Trabalhador Rural um Plano de Prestação de Serviços, que, sem nenhum compromisso, sugerimos nós que obedecesse às seguintes linhas mestras :

VI — Plano

I — A F.A.T.R. e a A.I.A. efetuarão acôrdo, com duração inicial de dois anos, visando, independente das demais atribuições da Fundação, criar a *Associação de Crédito Rural Educativo Supervisionado* (ACRES).

II — A ACRES será órgão exclusivamente técnico, integrado por profissionais americanos e brasileiros mantidos por verba constituída pelas participações da A.I.A. e da F.A.T.R.

III — A participação da A.I.A. será em cada período menor, ao passo que crescerá a da F.A.T.R., tendendo para forma em que a entidade (ACRES) seja exclusivamente paranaense, podendo, dêsse modo, empregar a A.I.A. os seus recursos financeiros e os seus técnicos em outros locais que o necessitem.

IV — A ACRES terá objetivos preponderantemente educativos, operando sôbre indivíduos ou sôbre grupos, de duas formas distintas :

a) Prestando assistência e dando crédito;

b) Prestando exclusivamente assistência.

V — Em qualquer caso, os trabalhos da ACRES visarão sempre o assistido em seu múltiplo aspecto moral, financeiro, técnico, rural e higiênico.

VI — A ACRES será administrada, dentro do seu regulamento próprio, da seguinte maneira :

a) Junta Administrativa, composta de 4 membros, sendo dois americanos e dois paranaenses. O presidente da Junta será brasileiro;

b) Diretoria técnica, constituída por um Diretor americano e um subdiretor paranaense;

c) Subordinados diretamente à Diretoria técnica existirão dois serviços :

1. Serviço de Contabilidade.

2. Serviço de formação do pessoal técnico, funcionando, sob orientação da ACRES, em acôrdo com Estabelecimentos de Ensino Superior Técnicos.

d) A ACRES funcionará em um escritório central, situado em Curitiba, comandando Escritórios Regionais de instalação progressiva, em acôrdo com o estudo da Região e que, por sua vez, coordenam o trabalho dos Escritórios locais, permanentes, situados nas zonas de operação direta;

e) No Escritório Central existirão, além da Diretoria Técnica, 3 divisões:

1. Divisão de Higiene e Educação Doméstica.

2. Divisão de Crédito Supervisionado.

3. Divisão de organização da comunidade.

Nota — Cada divisão será dirigida por técnico americano, assessorado por paranaense, tendo, além do pessoal técnico respectivo e necessário, uma escriturária.

f) Nos Escritórios Regionais existirão um Técnico em Crédito, Extensão e fomento, uma Orientadora Doméstica e uma Escriturária;

g) Nos Escritórios locais existirão um Agrônomo, supervisionador, uma Orientadora Doméstica e uma Escriturária;

h) O processo de financiamento ou de assistência iniciado por petição do interessado, ao Escritório Local, mediante formulário próprio acompanhado de procuração se o peticionário fôr analfabeto;

i) A concessão do financiamento (já que a assistência será prestada em qualquer caso) dependerá da aprovação do Conselho Local. Êste é integrado, via de regra, pelo Padre, o Médico, o Farmacêutico, o Tabelião, etc., os quais não fazem jus a qualquer gratificação. A função principal do Conselho é reforçar os liames morais que gravam o compromisso assumido pelo mutuário, já que nêle estão representadas a autoridade moral e outras consideradas sempre como moralmente preponderantes, pelo cidadão rural;

j) Aprovado pelo supervisor local, após estudo minucioso das condições de propriedade e da melhor orientação do trabalho, visando não apenas aumentar a renda do mutuário, mas sobretudo elevar o seu padrão moral, higiênico e material de vida, desloca-se o Supervisor Regional até o Escritório Local, para evitar o entrave burocrático e ao mesmo tempo para confirmar "de visu" a interpretação do Supervisor Local, apondo a sua aprovação. Em seguida, é o processo de financiamento integrado por todos os formulários necessários encaminhado ao Escritório Central, onde é preparado o contrato com a Entidade de crédito;

k) Aprovado nessa última instância, abre-se ao mutuário uma conta corrente, podendo as retiradas, até o limite previsto, ser feitas livremente, por meio de cheques, que, entretanto, devem levar, obrigatòriamente, o visto do supervisor local.

O estudo que efetuamos no funcionamento da ACAR, em Minas Gerais, revelou fatos surpreendentes: Por exemplo, enquanto os atrasos e falta de pagamento dos mutuários da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, atinge, às vêzes, 41%, recorrendo os mesmos a leis especiais e moratórias, como é do conhecimento geral, a "delinqüência", na terminologia americana, foi em Minas Gerais, sôbre um total de 11.684.395,00 em três anos, apenas de 1,49% sôbre os vencidos até maio de 1952.

Acrescente-se, outrossim, que, pelo conhecimento pessoal do Supervisor local, acredita a ACAR que nem um dos mesmos deixará de ser pago, embora em alguns casos seja necessário recorrer-se à reforma e suplementação do empréstimo.

Igualmente, são singulares os dados estatísticos elaborados com as fichas destinadas ao registro do Progresso do mutuário.

CONCLUSÕES

Finalizando, tomamos a liberdade de submeter à discussão dêste egrégio Congresso as seguintes proposições:

1) Que seja complementado o regulamento da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, no sentido da transformação do atual crédito financeiro, em crédito sobretudo educativo, nos têrmos da justificação desta tese.

2) Que os governos federal, estaduais e municipais, incentivem a criação, por entidades particulares, de Associações de Crédito Educativo Supervisionado.

Problemas do Ensino Primário Municipal

Tese Apresentada ao II Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros

NICOLAU BALÁZS BARROS

PROBLEMA de relevante significação, que, se descurado, assumirá proporções alarmantes, é o problema do ensino primário municipal. Como êste magno conclave reúne chefes dos executivos da quase totalidade dos municípios brasileiros ou os responsáveis pelas principais atividades da célula-máter da nação que são êstes municípios, achamos excelente a ocasião para abordar o problema do ensino primário municipal.

Disse o grande professor Miguel Couto: "No Brasil só há um problema nacional: a educação do povo." Sendo preocupação de todo administrador a eliminação do analfabetismo da sua comuna dentro da máxima agora enunciada, evidentemente os ilustres congressistas compreenderão a franqueza com a qual pretendemos abordar êste magno problema. Não queremos ferir melindres, nem situar a questão neste ou naquele município, mas sim apreciar a situação em geral.

Resulta disso nosso interêsse, como professôres que somos, em abordarmos êsse expressivo tema, procurando, no debate, luzes para clarear a confusão que reina nesse setor educacional, possìvelmente em todo o país, dada a falta de orientação que deveria ser feita por técnicos especializados no assunto.

O ensino primário municipal, em caráter supletivo, até agora regendo-se por normas próprias à unidade municipal a que pertence, a despeito das falhas de que está crivado, presta significativa colaboração ao Estado, com sua difusão e incremento, tentando debelar o complexo problema da alfabetização das populações rurais.

Entretanto, a despeito da grandiosidade do ideal dos executores de tão expressivo plano, e da sublimidade da função dos docentes, verdadeiros heróis anônimos que concorrem com o que lhes facultam as suas possibilidades culturais, quase sempre rudimentares para o bem-estar coletivo, é o ensino primário municipal deficiente, porque são os professôres das escolas municipais recrutados entre os elementos que concluem o curso primário; e às vêzes na falta de tal curso, por elementos apenas alfabetizados, os quais submetidos a provas intelectuais de baixo nível são aproveitados na função dignificante de professor. Embora dêem muitos dêles, através de grande esfôrço, dedicação e amor à causa, o máximo de si próprios para a realização plena de suas atribuições, o desconhecimento total da pedagogia fá-los caminhar através de surpreendentes curvas, para atingir aquilo que, em linha reta, teriam atingido com facilidade surpreendente. Há os mestres inatos, aquêles que são mestres por vocação, que já nasceram professôres; e mesmo êstes, se orientados metòdicamente, produziriam muitíssimo mais do que produzem, a despeito do idealismo que os sustenta, da necessidade que têm de ensinar.

Outro problema a encarar é o problema financeiro, pois que o professor primário municipal é quase sempre mal remunerado, decorrendo êsse fato, já da pequena cultura que possui, já da escassez das rendas do Município em que trabalha.

Utópico seria pretender a uniformização dos vencimentos do magistério primário municipal dada a diversidade das rendas dos vários Municípios, levando-se, porém, em conta que o professor necessita de vida econômica estável, para poder dedicar-se de corpo e alma à missão de ensinar, não se desviando dela para outras atividades que lhe permitem novos recursos financeiros, a fim de obter equilíbrio entre receita e despesa. E' o fator econômico um dos quais rouba os melhores elementos do magistério, pois que, dada a remuneração mesquinha, que percebem os professôres, aquêles elementos buscam trabalho em setor onde melhor aproveitem a sua capacidade e onde percebam melhores ordenados.

O professor assim desviado de sua natural profissão, é substituído por um leigo, que incapaz, a maior parte das vêzes, de exercer outra profissão, transforma-se em mestre da noite para o dia, indo desenvolver atividades pedagógicas que desconhece por completo. Seus alunos, por fôrça das circunstâncias, são as cobaias da experimentação pedagógica. Levados, como dissemos anteriormente, a caminhos por linhas curvas, levam o dôbro e às vêzes o triplo do tempo que levariam perfeitamente guiados, para alcançar um mínimo de conhecimentos intelectuais. E nesse desdobramento desnecessário de tempo, o professor, mal pago, ganha todavia o que ganharia um excelente professor, produzindo mais em uma fração de tempo por aquêle despendida. A economia que poderia resultar para os cofres municipais de um menor ordenado pago aos professôres é problemática; e o tempo dos alunos, despendido inùtilmente, é impressionante, dada a urgência que têm

os mesmos de ràpidamente serem alfabetizados, pois nas zonas rurais a necessidade de braços para os trabalhos agrícolas é problema vital.

Em procurando sentir mais de perto, outro problema do ensino primário municipal, constata-se que o da edificação escolar deve merecer acurada atenção dos poderes competentes. Na grande maioria dos casos, as escolas municipais exatamente pelo seu caráter supletivo, localizam-se em zonas essencialmente agrícolas, pois que as sedes dos municípios se acham esplêndidamente servidas por estabelecimentos de ensino público estadual. Advém daí a deficiência dos prédios onde funcionam as aulas, que, aliás, quase sempre nem podem ser classificados como escolas; construídos sem prévio estudo, à beira de estradas movimentadíssimas, desobedecendo por completo aos mais rudimentares princípios pedagógicos, visam ùnicamente à justificação de que ali funciona uma escola municipal. À incapacidade do professor junta-se um novo problema — deficiência da instalação.

Aquilo que poderia despertar o interêsse do aluno, desperta, ao contrário, a repulsa, o fastio, o desejo de não aprender, senão em raros casos. Além do mais, o prédio é de duração duvidosa, quase sempre efêmera.

Necessário seria, para que o objetivo educacional fôsse amplamente alcançado, que prédios adequados, prèviamente planejados, obedecendo aos preceitos pedagógicos, fôssem construídos.

Não basta, todavia, isso. Construir um prédio escolar faustoso, dentro das normas técnicas, não é tudo. Necessário se torna que uma fiscalização constante seja exercida sôbre êle, que haja abundância de material didático, que a escola seja um centro de interêsse constantemente renovado, a fim de que alcance seus verdadeiros objetivos.

As escolas, como os templos, devem ser eternas. Se ali se prega o Evangelho, acolá também se o prega, porém um Evangelho mais positivo, aquêle que prepara as gerações para o futuro, para as grandes caminhadas das luzes sôbre as trevas, da inteligência burilada sôbre a inteligência bruta, revigorando assim os alicerces da nacionalidade.

Que haja ao lado do amor, da compreensão e da clarividência do mestre, a claridade sadia da vida, a luz brilhante do sol através de largos espaços, a tranqüilidade sonora dos campos pelos seus pássaros, pelas suas árvores, pela sua majestade.

Que os pardieiros transformem-se em templos, onde presida, sob a serenidade do professor, o confôrto que a vida não oferece lá fora, ao futuro agricultor, dando-lhe ainda que efêmeramente a visão do belo, do perfeito, do harmônico.

Perguntamos agora. Como remover êsses dois graves problemas que afligem o ensino primário municipal?

Como conseguir professôres de real capacidade, para que sejam ministradas aulas de real valor, nessas escolas?

A solução é complexa, todavia não impossível.

Concluímos das observações expostas, em conclusão pessoal, que para eliminar essas faltas mister seria que uma dotação orçamentária efetiva, maior, fôsse reservada para o problema educacional. Se o Município reserva uma grande parte de sua arrecadação para o funcionalismo administrativo, assegurando-lhe assim uma vida condigna, necessário se torna que o mesmo estabeleça uma renda própria para a manutenção de seu pessoal docente, procurando dar-lhe pelo menos equilíbrio com o magistério estadual. Se impossível êsse equilíbrio, firme-se então o princípio de que nunca deverá o professor perceber salário inferior ao do pessoal administrativo do Município.

Voltemos os olhos agora para a verba de conservação. Para que essa conservação não se transforme em utopia, é necessário também verba própria para essa finalidade. Tomamos a liberdade de sugerir que 20% da receita sejam destinados para êsse fim, divididos da maneira seguinte: 15% para edificações e aparelhamentos escolares, e 5% para manutenção.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Considerando que a diversidade das condições locais cria problemas diferentes em cada um dos Municípios, e que a falta de orientação técnica pela ausência de pessoal especializado leva a soluções as mais disparatadas, seria de interêsse que se oferecesse uma orientação a qual se aproxime o mais possível da uniformidade, se não em todo o território nacional, pelo menos em cada Estado. Nossa sugestão repousa na criação de um organismo central, estadual, que preste a necessária assistência técnica no setor educacional dos Municípios.

Êsse organismo, provido de elementos capacitados, estaria apto a resolver os problemas pedagógicos de urgência, tomando a seu encargo a tarefa nobilitante de elevar o nível cultural dos professôres municipais. Para conseguir tal desiderato, os elementos componentes dêsse organismo chamariam a si a responsabilidade da orientação pedagógica a ser implantada, organizando, para tanto, missões culturais com professôres primários especializados — as quais deverão organizar cursos de férias nas sedes dos Municípios. Estabelecer um sistema volante de orientação local, visitando escolas, ministrando aulas, acordando na consciência do professor municipal a grandeza de sua missão e o valor do seu trabalho.

Devendo os cursos de aperfeiçoamento ser realizados em cidades de localização central para permitir a participação do maior número possível de professôres, é mister que as Prefeituras custeiem a viagem e a estada dos mesmos, durante a realização do curso.

CONCLUSÕES

Baseando-nos no exposto, chegamos às conclusões seguintes:

1.°) Há deficiência de professôres;

2.°) Os que existem, em sua grande maioria, não são perfeitamente capazes de exercer suas funções, com êxito absoluto;

3.°) Os professôres são mal remunerados em quase sua totalidade;

4.°) Há deficiência das instalações escolares;

5.°) Não há serviço de conservação escolar.

Apresentamos, ao discorrer dêste trabalho, sugestões nossas. Entretanto, mister seria um debate amplo, para uma solução satisfatória.

Ousamos mais uma vez recomendar e pedir a êste magno conclave a discussão e adoção no setor educacional dos seguintes tópicos:

1.° Criação do serviço de assistência técnica educacional, nos moldes apontados, como medida segura para elevação do nível pedagógico do magistério primário municipal.

2.° Planejamento das edificações escolares, dentro de plano único para cada Estado.

3.° Remuneração condigna ao magistério primário municipal.

4.° Dotação orçamentária efetiva por parte de cada Município para a execução dos itens 1, 2 e 3.

Da Reforma da Lei Orgânica dos Municípios

Sugestão Apresentada ao II Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros

BRUNO MARTINS

DIZ a Lei Orgânica dos Municípios :

"Art. 1.º São condições necessárias para qualquer território constituir-se em Município:

1.º População mínima de 4.000 habitantes;

2.º Renda mínima de Cr$ 200.000,00 anuais;

3.º O limite da renda estabelecido no n.º 2 será reduzido à metade, quando a sede do Município distar, por via férrea ou de rodagem, 25 quilômetros pelo menos da sede do distrito a ser elevado a Município."

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Tomemos como base o Estado de São Paulo com os seus 368 Municípios, alguns dos quais com arrecadação limitada, deficitária mesmo, decorrência exclusiva das sucessivas divisões administrativas do Estado. Por conseguinte, as possibilidades de um desenvolvimento maior são restritas pelas dificuldades de se aumentar uma renda já explorada ao máximo.

Qualquer distrito de melhores probabilidades econômicas pensa logo numa emancipação política, dando como resultado a criação de novos pequenos Municípios fadados ao fracasso, sem meios para atingir a um nível de prosperidade e de cultura.

Sabemos que, com as atuais condições de vida, um município para sobreviver, lutando com tôdas as suas fôrças, deve ter uma arrecadação mínima de Cr$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), vivendo, assim mesmo, num regime de economias, de lutas, de sacrifícios, sem poder pensar na aquisição de uma motoniveladora, de um caminhão, na construção de prédios municipais e no próprio embelezamento da cidade.

A Lei Orgânica dos Municípios, falha nesse ponto, faculta a elevação a Município de um distrito com apenas duzentos mil cruzeiros de rendas anuais, e em condições excepcionais, de apenas cem mil cruzeiros. Isso no Estado de São Paulo, que nós tomamos como exemplo, onde o nível de vida é mais elevado, o trabalhador com melhor remuneração, pois que em vários Estados do Brasil há Municípios cuja arrecadação não atinge a mais de cem mil cruzeiros por ano. A cota federal, relativamente razoável, fêz com que muitos distritos, sem nenhuma possibilidade de desenvolvimento, iniciassem a luta para a próxima divisão administrativa, contando para a sua manutenção com a receita extra-orçamentária. E' um êrro gravíssimo que precisa ser sanado em tempo, antes que venha causar um abalo profundo na vida política e econômica do país, com a formação de pequenos municípios deficitários, criando quistos políticos que contribuem para o atraso do arcabouço do municipalismo brasileiro.

Que todos os Estados brasileiros reformem a sua Lei Orgânica de acôrdo com o desenvolvimento de cada qual, contando-se, como base de elevação, a receita tributária apenas.

Propomos que o Congresso dos Municípios ora reunido, e que zela pelo bom nome do Brasil, envie a tôdas as Assembléias Legislativas dos Estados uma moção de confiança, no sentido de se reformar a Lei Orgânica dos Municípios, pondo de lado as emancipações de natureza política, pensando-se tão-só e exclusivamente no interêsse da coletividade, criando-se um ambiente econômico-financeiro sólido, evitando-se uma catástrofe nacional, visto como núcleos pouco desenvolvidos incluirão como receita para fins de emancipação política a cota da União.

Sugerimos que seja enviada à Comissão de Reforma da Lei Orgânica da Assembléia Legislativa uma moção de confiança, na esperança de que na próxima divisão administrativa do Estado de São Paulo seja condição primordial para elevação de um distrito à categoria de município, uma receita tributária, pròpriamente dita, de quinhentos mil cruzeiros.

Aspectos Sanitários e de Assistência Médica Itinerante aos Municípios Amazônicos

Tese Apresentada ao II Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros

ODER POGGI DE FIGUEIREDO

NO vasto panorama geográfico e sociológico desta amazônia ciclópica, fatìdicamente incompreendida e virginalmente inexplorada, com suas fabulosas riquezas naturais ainda adormidas nos ressaibos da pré-história que lhe serviu de berço, numa cenografia de aspectos bíblicos que inspirou a imaginativa genial de Euclides da Cunha a senti-la e concebê-la ontem como nós ainda a interpretamos hoje, como a "última página ainda a escrever-se do gênese", tôda multiplicidade de problemas por demais complexos que ocupam o tão discutido temário dos que procuram conjugar esforços, fórmulas e meios para livrar os destinos do Amazonas do fatalismo malsão de uma natureza de agressividade quase invencível, e de uma raça que, a continuar no abandono dos poderes públicos, marchará lenta e inexoràvelmente para o aniquilamento total, tem seu verdadeiro derivativo para um único ponto inicial de partida, sem a completa solução do qual, o homem e o meio viverão sempre nos extremos do mais chocante paradoxo e na incógnita indecifrável de um futuro incerto. Quero referir-me a um eficiente saneamento das populações rurais da amazônia por uma assistência médica, farmacêutica e dentária constante e planificada de conformidade com a nossa "sui-generis" conformação geomórfica, ponto chave e alicerce básico em que será possível então se concretizarem os altos ideais contidos e prefixados nas diretrizes visionadas no grandioso e patriótico programa traçado pela atual organização municipalista brasileira. Assistência médica às populações hinterlandinas — é o problema ruralista de ontem, de hoje e de amanhã, n.º I da amazônia. Sanear para povoar e depois produzir. Na diminuição ou ausência dos fatôres energéticos decorrentes de um organismo totalmente minado pelas mais diversas e depauperantes endemias tropicais, num regime alimentar de subnutrição e carência vitamínica, as populações dos interiores em nossos municípios são legiões contristadoras de rebutalhos humanos, completamente desassistidos, vegetando uma existência de párias, reprodução fiel com ligeiras adaptações ao nosso meio, da ridicularizada figura-símbolo da degradação do trabalhador rural brasileiro — o Jeca Tatu, imortalizado como um grito de alerta a despertar os brios e as consciências adormidas da nossa nacionalidade, pela pena candente do imortal Monteiro Lobato. De há muito já ruíram por terra as falsas concepções climáticas e telúricas que malsinavam a região, para darem lugar ùnicamente à falta irreparável e completa de assistência médico-social ao homem planiciário, tese tão bem aceita e defendida pelo insigne médico, escritor e sociólogo Araújo Lima em sua decantada "Amazônia — A terra e o homem", com uma introdução à antropogeografia do vale, estudando evidentemente um dos problemas mais graves e cruciantes da nossa Pátria que é por sem dúvida o do Amazonas, traçando novos horizontes a sociologia e geografia humanas pròpriamente ditas amazônicas, descrevendo o fenômeno amazônico não como uma decorrência de um determinismo geográfico ou étnico, coadjuvados pela influência hostil dos inúmeros fatôres mesológicos, e sim como bem já o disse em concepção magistral Tristão de Ataíde, "ùnicamente à falta de uma civilização técnica, educativa, higiênica, e sobretudo moral, que pode vir e que há de vir" a que eu acrescento antes de tudo, de uma assistência médica eficiente, permanente e vigilante.

O não prevalecimento do fator saúde implica tàcitamente na inatividade do elemento humano para o trabalho rural, diminuindo catastròficamente a fonte de receita dos municípios que, pouco ou nada produzem, estagnando e involuindo na senda do progresso, gerando a incapacidade vital comandada pela fome que propele ao êxodo tão prejudicial, dos interiores para o centro da capital como válvula escapatória para uma última tentativa de sobrevivência. Daí lobrigarmos a cada passo, na beira carcomida dos barrancos vermelhos de tabatinga que margeiam os nossos rios, esta figura tão característica e patética do caboclo amazônico em sua atitude costumeira, bem descrita pela pena vigorosa de Herculano Marcus Inglez de Souza em seus "Contos amazônicos", do tapuia acocorado à beira do rio, pito de tauari pendente do canto da bôca, longo chapéu de car-

naúba protegendo-lhe a cabeça, vestes sujas, remendadas quase maltrapilhas cobrindo-lhe a nudez, apático, emudecido, silencioso, extático e contemplativo, de olhar perdido no horizonte distante ou à flor da correnteza marulhante, figura impotente e vencida ante a grandeza asfixiante do mundo desmesurado que o rodeia. Como atestado fiel da sua reconhecida improdutividade na senda universal do trabalho humano, se deparam as provas a poucos passos apenas da sua primitiva barraquinha de palha semidesmoranada pelo efeito erosivo das cheias — o roçado de brinquedo que a precede, cuja produção ínfima não dá nem para o sustento da sua parca subsistência. O caboclo amazônico é bem a encarnação personificada da derrocada total de um elemento humano, trazendo como conseqüência fatal a retrogradação involutiva, da terra máter. Sem a menor assistência médica hospitalar quanto mais agrária ou outra qualquer, à míngua dos mais rudimentares preceitos de higiene preventiva profilática, no estado de semi ou analfabetização completa em que vivem imersos pelo descaso ainda maior dos poderes públicos competentes, o estado de primitivismo em que vegetam as populações rurais do Amazonas, não se distancia muito da dos silvícolas que imperam no mais ínvio dos rincões inacessíveis dos nossos sertões abruptos. Os organismos minados pelas enfermidades com as suas capacidades energéticas diminuídas ou nulificadas tornam pois o braço impotente para o trabalho ruralista nas lavouras, no pastoreio e nas indústrias extrativas, diminuindo ao máximo o nível da produção, conduzindo-os à penúria da miséria extrema. Ou pela falta de recursos para aquisição de alimentos ou pela falta dêles decorrente da falha da produção, os caboclos e nordestinos que povoam os nossos municípios — alimentam-se mal em quantidade e em quantidade de fatôres nutritivos, vivendo em contínuo estado de carência vitamínica e abusando de alimentos regionais nocivos à integridade das células hepáticas que cedo se ressentem e se degeneram em cirroses e outras hepatites, crônicas, de marcha letal. E é ainda Araújo Lima que nos afirma: "O alimento é a energia, é o calor animal, é o trabalho mecânico, é o movimento muscular; mas é também o substrato da idéia, da vontade, da ação. Se o caboclo é indolente, é inerte, é apático; se não tem atividade, nem iniciativa nem aptidão para o trabalho, é porque se nutre mal, assimila insuficientemente, realiza um regime alimentar deficitário, do qual resulta um comprometimento do metabolismo que inabilita o seu organismo para os insuperáveis recursos reclamados pelo exercício pleno das mais amplas funções da economia humana". O alcoolismo generalizado e o uso constante de alimentos gordurosos e dos condimentos picantes tão do gosto dos regionais, coadjuvam e avivam êste quadro nosológico que reduz ali o limite máximo da vida humana nos interiores a u'a média de 45 anos via de regra, enquanto que o índice de mortalidade infantil se eleva ano após ano a uma cifra cada vez maior.

À falta de socorros médicos as levas imigratórias se dizimam em poucos meses mantendo sempre baixo o nível do povoamento da gleba, sendo de acrescentar que destas, as estrangeiras, notadamente a joponêsa, são as que apresentam maiores qualidades de resistência e adaptação ao meio, com maior predileção para o amanho e cultivo da terra do que para a exploração extrativista. A vastidão descomunal e a topografia desordenada do meio, retalhado pela clepsidra potamográfica desdobrada em mil aspectos, com os elementos humanos sempre dispersivos e cada vez menos congregados é de se prever as dificuldades que se antepõem as visitas constantes do médico sanitarista àquelas inóspitas paragens num meandro tumultuário de vastidão inconcebível, todo êle recortado num verdadeiro aranhol aquático — o socorro médico das populações rurais hinterlandinas tem por certo que obedecer às normas impostas por uma natureza onde, segundo a concepção feliz de Leandro Tocantins "o rio comanda a vida". Daí a necessidade imprescindível dos socorros médicos volantes ou itinerantes, que de longa data vem utilizando o Departamento de Saúde Pública do Estado do Amazonas, mantendo turmas de médicos itinerantes que, transportados em lanchas rápidas, devidamente equipadas com enfermeiros, ambulância, logram atingir os mais inacessíveis agrupamentos humanos dispersos em áreas imensas pelas beiradas dos rios, paranás, lagos, igarapés e demais acidentes potamográficos da planície, beneficiando-os em memoráveis campanhas de saneamento, notadamente antimalárico.

Tornar-se-ia mais prática e proveitosa esta empreitada, se todos os municípios amazônicos possuíssem pelo menos dois médicos sediados em cada cidade, um do SESP e outro do DSPEA, encarregados da inspeção vigilante e socorro médico sanitário da sede e de todos os demais territórios do município, de onde partiriam periòdicamente ou de conformidade com as necessidades exigidas, para campanhas itinerantes, que deixariam assim de ser feitas diretamente do Departamento de Saúde, que não dispõe de meios para atender a um só tempo as necessidades de todos, notadamente pela falta de médicos itinerantes pois a maioria pleiteia sempre um cargo na Capital.

Quero denunciar aqui a existência de um convênio do Govêrno Federal através do SESP com o nosso Estado, pelo qual aquêle se propunha a sediar um médico e a construir um hospital devidamente aparelhado na sede de cada município, o que infelizmente não foi cumprido até hoje devidamente e se nos afigura uma incógnita quando o será. Dentre os graves embaraços que se antepõem as dificuldades em sediar médicos nos municípios amazônicos, como tão minuciosamente argumentei no último capítulo do meu livro "A Campanha da Malária no Amazonas" — "Impressões de um sanitarista", vindo a luz da publicidade em Manaus em 1942, avultam logo ao lado de muitos outros mais, a falta irreparável e completa de

BIBLIOTE

confôrto e segurança à vida do profissional e a má é injusta remuneração em incompatibilidades chocantes com as suas necessidades de subsistência, em face de uma enormidade díspar de sacrifícios exigidos. Tem que haver, pois, uma conjugação de esforços de ambos os Governos — o Federal e o Estadual e mantido e ampliado o critério das assistências médicas itinerantes a partir de cada sede dos municípios, pois está mais do que provado pela evidência dos fatos e a experiência o confirma, que êste sistema de assistência médica volante é o que melhor se adapta às condições topográficas e de transporte em nosso meio, pois as estradas que ligam os nossos municípios entre si e com a Capital são tôdas constituídas pelos veios líquidos do sem número de linfas moles barrentas.

Prèviamente avisados os moradores de uma determinada região, de que o médico sanitarista para lá se dirige e os atenderá no dia tal ou qual em local prefixado, para lá acorrem pressurosos em suas igaritês, facilitando muitíssimo a tarefa do médico, que sòmente terá para visitar em suas residências os poucos doentes impossibilitados de se locomoverem, sendo concluída assim com rápido e completo êxito a sua missão.

Ninguém ignora que o Amazonas tem sido desde os tempos coevos de prosperidade máxima do decantado ouro negro até os nossos dias, o mais insaciável Moloch de vidas dos heróicos desbravadores de nossas selvas, que aqui aportaram em numerosas levas imigratórias, na missão sagrada de implantarem os primeiros marcos colonizadores e levarem avante o esperado ressurgimento econômico do grande vale. Os seringueiros pagaram bem caro sua desmedida audácia, vencidos ou semi-aniquilados pela malária, endemia devastadora que campeou largamente em nosso meio por muitos anos, quase impunemente, ceifando vidas a granel, deixando pelas beiradas carcomidas dos barrancos de terra caída, como marcos fatídicos da sua nefasta passagem — cemitérios de cruzes tôscas simbolizando a morte! Djalma Batista, intelectual de nomeada e uma das palavras mais autorizadas em questões médico-sociais da amazônia, conclui o seu palpitante livro "O paludismo na Amazônia", dentre outras com as seguintes considerações: que "o paludismo é a maior endemia da Amazônia, dessangrando-lhe o homem e a economia", que o "saneamento da Amazônia deve ser considerado no que diz respeito à malária, u'a melhoria das condições sanitárias, para fixação, em melhor situação, dos contingentes imigratórios", devendo "êsse saneamento ser encarado desde logo com tôda a energia, para um verdadeiro aproveitamento da região, que não pode e não deve continuar olvidada e enjeitada, pelo Brasil". Cada dormente em que se assentam os trilhos onde correm numa exaltação gloriosa da civilização e progressos os rápidos trens da estrada de ferro Madeira-Mamoré, representa centenas de vidas dos heróicos pioneiros que o beribéri ceifou. Todavia, os tempos felizmente já mudaram, e o pouco que se tem feito sem não menos sacrifício em prol do soerguimento do nível sanitário do Amazonas, já representa muita coisa, para alguns passos a mais definitivos que nos separam apenas da resolução total dêste problema. Médico que fui por alguns anos, do Departamento de Saúde do Estado, havendo participado desde 1939 de memoráveis campanhas antimaláricas por quase todos os interiores do Amazonas, comparando a situação presente com o passado, estou habilitado a reafirmar de cátedra que o problema do paludismo já não se reveste mais do aspecto tão calamitoso da forma epidêmica e sim ao aparecimento de casos esporádicos, fàcilmente debeláveis. E isto se deve à persistência, presteza e vigilância em que se mantiveram sempre os nossos Governos através do DSPEA, enviando para todos os quadrantes da gleba, turmas volantes de profilaxia e combate à malária, constituídas de médicos, enfermeiros e fartas ambulâncias para extermínio dos focos perigosos, cujos efeitos promissores ora estamos sentindo. Por outro lado, a terapêutica antimalárica muito se aperfeiçou e evoluiu nestes últimos tempos, com a descoberta de outras drogas de efeitos mais rápidos, e mais baixo custo, seguros e eficientes do que o velho e arcaico quinino, tais como as plasmoquinas, as metoquinas, o aralém, o camoquim, as clorguanidas e tantas outras, que distribuídas, pelos médicos, enfermeiros e sanitaristas do DSPEA e do SESP, deram pràticamente uma rigorosa baixa nos plasmódios.

Todavia, o problema sanitário do Amazonas não se restringe apenas ao caso da malária — é por demais completa a nosologia do vale, que nos deixa antever mil outros aspectos, a exigirem providências enérgicas para extingui-los, da parte das nossas autoridades competentes. Temos que continuar sempre alerta e vigilantes, sem retrocedermos um passo sob pena de lamentàvelmente perdemos a vasta extensão de terreno conquistado palmo a palmo, através de tantas lutas e sacrifícios, por tantos anos, em que empregamos vultosos estipêndios. O nível sanitário das populações rurais do Amazonas, ainda continua relativamente baixo, mercê a existência de outras muitas endemias que grassam pelos interiores, onde não há o necessário socorro médico permanente, através de postos, hospitais ou centros de saúde. Assim, as diferentes verminoses com predominância ancilostomótica, a lheismaniose, a bouba, as disenterias amebianas e bacilares, a sífilis, o puru-puru, as úlceras fagedêmicas, a lepra, a tuberculose, para não falar em outras doenças como as hepatites cirróticas com ascite e icterícias, as nefrites e nefroses, as micoses, as carências vitamínicas e tantas outras que deprimem e devastam a saúde dos nossos indefesos e esquecidos trabalhadores dos campos, das matas e dos rios. Temos que prosseguir sempre avante, a mais e mais, com esta nobre missão saneadora, pois dela dependem inteiramente os futuros destinos dos municípios amazônicos. Sanear, educar e cultivar é a trilogia que deverá ser doravante o nosso lema de progresso. Não é crível

que municípios inteiros, situados em regiões longínquas, com uma população densa, vejam o seu povo morrer à míngua de recursos, por não possuírem nem na sede dos municípios um médico sequer, nem enfermeiro, nem farmacêutico, nem farmácias e muito menos medicamentos, tão indispensáveis em tais casos. Ora, srs. convencionais, o art. 120 da nossa Constituição em suas alíneas *m* e *n* recomenda: "elevar o nível sanitário das populações e dar combate às endemias que grassam no interior". E mais adiante em seu artigo 121, ainda prescreve: "O Estado promoverá a instalação de um pôsto sanitário e a fixação de um médico, pelo menos, em cada município"; § único — "Além das exigências previstas em lei ordinária, nenhum médico poderá integrar o quadro sanitarista da Capital, sem ter, no mínimo, dois anos de domicílio e residência no interior".

Todavia, lamentável e triste é a verdade, que êstes altos preceitos constitucionais em favor da coletividade nunca foram observados e postos em prática pelas diretorias sucessivas daquele citado Departamento, existindo em nossa Constituição apenas como uma citação demagógica e nada mais. Assim vejamos: possuindo os 24 municípios do Estado fora a Capital, uma população densa de cêrca de 381.670 habitantes, segundo as últimas estatísticas não existe atualmente nem um médico do Departamento de Saúde do Estado sediado em alguns dêstes municípios, segundo informações fidedignas que pessoalmente colhi naquela referida repartição. E postos médicos em funcionamento com enfermeiros do DSPEA dotados no orçamento, apenas existem 3 — um em Humaitá, um em Manacapuru e outro em Coari. Fui informado devidamente que há um certo convênio entre o Departamento de Saúde do Estado e o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) no sentido de que, na sede de município onde houvesse centro médico ou hospitalar do SESP, devidamente dotado de médicos e enfermeiros daquela repartição federal, que o DSPEA ficaria desobrigado de intervir no mesmo sentido. Seguramente informado, posso afirmar que dos 24 municípios, sòmente possuem médico do SESP nêles sediados os seguintes, em número de 8: Itacoatiara, Parintins, Maués, Eirunepé, Tefé, Lábrea, Benjamin Constant e Manicoré, sendo que em Parintins já existe um hospital por concluir e em Humaitá um ainda em construção, e nos restantes existem apenas centros modelares de saúde. Pergunto onde está pois o cumprimento exato do acôrdo ou convênio estipulados entre êstes dois departamentos de saúde Pública, o estadual e o federal, se nos 16 municípios restantes não agraciados pelo SESP, não existe nem um médico sequer do DSPEA, e na maioria, nem um pôsto sequer de medicamentos, com enfermeiros credenciados e competentes, ficando uma população de 193.750 pessoas (número total de habitantes dêstes 16 municípios restantes) sem a presença de um médico para assisti-las, e zelar pela manutenção da sua saúde; vivem, notem bem, srs. convencionais, êstes 193.750 habitantes da nossa hinterlândia com as suas preciosas vidas inteiramente entregues à merce das leis da natureza, assistidos apenas pela misericórdia de Deus e pela mezinha dos pajés e curandeiros que por lá charlataneiam impunemente a prática ilegal e criminosa da medicina!

Ou voltamos as nossas vistas e empregamos todo o nosso sentido de esfôrço, para a resolução definitiva do magno problema do soerguimento do nível sanitário das populações rurais do Amazonas, pelo saneamento da gleba — ou todos os esforços, planos e empreendimentos ardorosamente defendidos em prol do reajustamento econômico do vale, inspirados pelas mais sadias diretrizes municipalistas, não passarão jamais de meros arroubos demagógicos, sem nenhuma finalidade prática plausível — porque nunca teremos braços nem capacidade energética vital capazes para garantir u'a maior produção no corte da seringa, no amanho da terra ou no pastoreio do gado. E francamente, na amazônia, de tanta demagogia barata chegando mesmo às raias do histerismo melodramático, sem nenhum resultado de ação concreta — já estamos fartos e de paciência esgotada. Se há algum fundamento no conhecido aforismo popular de que o maior mal do brasileiro é falar muito e realizar pouco não sei, srs. convencionais, para onde caminham os destinos dos municípios amazônicos.

Srs. convencionais, o município de Manacapuru que tenho a honra de representar neste congresso municipalista, sob o ponto de vista sanitário está perfeitamente enquadrado nas normas e princípios gerais descritos e defendidos neste trabalho com relação a todos os demais municípios amazônicos. Assim vejamos: segundo a última sinopse estatística recém-publicada pelo I.B.G.E., ocupando uma área de 40.834 km², distante em linha reta da Capital do Estado 69 km; Latitude: S. 3.º 18", 14", Longitude: WGr. 60º 37' 02", com uma população de .... 25.952 habitantes, não possui nenhum médico quer da Saúde quer do SESP fixado na sede do município, onde existe apenas um simulacro de pôsto médico com uma enfermeira prática do DSPEA quase sempre desprovido de medicamentos, funcionando numa sala tôsca de um prédio velho, inadaptável, por ser anti-higiênico; não possui uma farmácia e apenas um cirurgião dentista com um modestíssimo e antiquado gabinete de trabalho. Na própria cidade e nos interiores, é comum encontrar-se leprosos e tuberculosos declarados vivendo a sôlta em franca promiscuidade nociva com as demais pessoas sãs. Sendo uma região 95% agrícola e extrativista é de se prever os incalculáveis prejuízos advindos anualmente com os surtos maláricos que assolam certas regiões doentias, como vulgarmente acontece no alto rio Manacapuru, notadamente nas localidades de Campinas, Sacambu e Capiranga onde os organismos combalidos recuam da mata e da la-

voura para uma inatividade forçada, baixando sensìvelmente a receita do município, e aumentando ao máximo o índice de obituário concorrendo anualmente para o despovoamento notório da gleba. Sòmente as campanhas sanitárias por assistência médica itinerante enviadas às zonas mais atacadas de malária pelo DSPEA têm evitado as calamidades epidêmicas e logrado manter em relativo equilíbrio o nível sanitário já de si tão baixo das desassistidas populações hinterlandinas de Manacapuru. Isto a poucos passos apenas por assim dizer da Capital Amazonense. Daí mais uma vez a confirmação do meu ponto de vista prefixado nesta tese, do realçado valor indispensável dos socorros médicos volantes aos municípios amazônicos como fator preponderante dentro de qualquer plano de saneamento para esta região.

CONCLUSÕES

1.º) O aspecto sanitário das populações hinterlandinas do Amazonas é precaríssimo sob todos os pontos de vista que se lhe encare.

2.º) Quase completamente desassistidas de socorros médicos pelos poderes públicos, as populações do interior do Estado se dizimam dia a dia concorrendo para o despovoamento crescente da gleba.

3.º) Enfraquecidos pelas endemias constantes que assolam aquelas regiões — mínguam as energias necessárias que propelem os braços à faina dos trabalhos rurais.

4.º) Daí assumir o problema sanitário o aspecto primordial de maior importância municipalista no Amazonas, pois da sua imediata resolução dependem diretamente outros magnos problemas municipalistas como sejam o do povoamento e o agrário.

5.º) Para o saneamento dos municípios Amazônicos torna-se necessária entre outras medidas uma ação conjunta do Departamento de Saúde Pública do Estado, do Serviço Especial de Saúde Federal e do Serviço Nacional de Malária — cumprindo rigorosamente com os seus convênios.

6.º) Sejam quais forem os planos adotados, em face da ação dispersiva do elemento humano e da multiplicidade potamográfica do meio serão sempre indispensáveis o concurso e a ação dos médicos itinerantes em campanhas volantes aos focos assolados pelas endemias tropicais, entre as quais avultam o impaludismo.

7.º) Se multiplicadas, intensificadas e condensadas estas visitas médicas itinerantes para todos os municípios, advirão meses incalculáveis de benefícios que reabilitarão de muito a situação nosológica da região.

Uma Arma contra o Êxodo Rural

Tese Apresentada ao II Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros pelo Departamento de Assistência Técnica aos Municípios do Paraná

COMO é do conhecimento de muitos, o índice de crescimento das capitais e outras grandes cidades brasileiras revelado pelo VI Recenseamento de 1950 não exprime tão-sòmente o desenvolvimento natural dos nossos centros urbanos, mas é conseqüência, em larga escala, do abandono do campo pelas populações rurais desamparadas. De tal vulto é o fenômeno do êxodo rural que de alguns anos a esta parte se constituiu êle num dos problemas básicos do Brasil. E nem poderia ser de outro modo. País essencialmente agrícola, é no homem do campo que residem as fôrças econômicas mais vivas da nação. A tôda hora se clama contra a escassez da produção agrícola, que é apontada como principal responsável pelo alto custo de vida. Penetrando as causas determinantes dessa escassez de produtos alimentícios, descobre-se, no seu âmago, o êxodo rural e contra êste se juntam os clamores dos que lamentam a alta assustadora do custo de vida entre nós.

O grave problema tem sido equacionado por vários estudiosos e denunciado por muitos responsáveis pela alta administração do país. Soluções são apontadas, sob vários aspectos, visando deter no campo as populações que nêle sempre mourejaram mas que, premidas por tôda sorte de abandono e de necessidades, buscam na ilusão das cidades e das capitais uma oportunidade para viver melhor.

A falta de crédito rural, as altas taxas de juros, os métodos primitivos de agricultura, as sêcas, a falta de transportes, a ausência de assistência social rural, a manifesta desigualdade do trabalhador do campo em relação ao da cidade no que se refere à legislação trabalhista, são as causas apontadas como determinantes do crescente desânimo do homem do campo, pequeno ou grande agricultor, assalariado ou meeiro e do seu desinterêsse em enfrentar a batalha inglória da produção agrícola.

Se complexas se mostram as causas do mal não menos complexos são os processos apontados para a sua cura. E se há divergências fundamentais sôbre a eficácia e a oportunidade dêsses processos, há, porém, unanimidade em se reconhecer que o êxodo rural é, antes de tudo, nem problema no município e do município, um problema que afeta imediatamente a vida local. Assim sendo, é evidente que ao município deveria tocar grande parte da tarefa de debelar o mal que tanto corrói a sua vitalidade. Mas para isso seria mister dispusessem êles de elementos suficientes e que ora lhes carecem quase que totalmente.

A grave questão, porém, não pode rejeitar qualquer arma que possa ser usada para minorar ou atenuar o mal.

A campanha municipalista tem olhado para os problemas rurais com a atenção que o assunto merece. Um dos frutos dessa atenção é o projeto de lei ora em trânsito no Congresso Nacional mandando distribuir pelos Municípios dez por cento do total da arrecadação do impôsto do consumo, para fomento da lavoura.

E' de extraordinário alcance a proposição. O retôrno justo ao constituinte municipal de parte dêsse impôsto injusto que, apesar disso ou por isso mesmo, é a maior fonte de receita da União, atende aos mais legítimos anseios dos municípios por novas fontes de rendas.

Parece-nos, entretanto, que essa nova receita dos municípios poderia ser aplicada de modo específico no combate ao êxodo rural. E' certo que, destinada ao fomento da lavoura, atenderia aos diversos problemas que afligem a esta, inclusive o abandono dos campos. Todavia, o projeto em questão oferece oportunidade para se atacar, de frente, uma das causas mais agudas da troca do campo pela cidade, que é a falta do crédito rural. O pequeno lavrador ou criador são os mais afetados pela carência de crédito para financiar as suas safras e os seus empreendimentos e êles constituem parte considerável das populações que se transferem para a cidade arrastando atrás de si, quase sempre, os assalariados ou rendeiros tomados do mesmo desânimo pelo campo e cheios das mesmas ilusões sôbre a cidade.

Parte da cota que couber a cada município por aquêle retôrno do impôsto do consumo pode,

pois, ser utilizada para financiar o pequeno agricultor ou criador, pondo-lhes às mãos os recursos necessários à continuação de seu trabalho no campo.

Assim, propomos a êste nobre plenário sejam promovidos, junto às comissões competentes, o estudo, a elaboração e o encaminhamento de uma emenda ao projeto de lei ora em trânsito no Congresso Nacional sôbre a distribuição de dez por cento do impôsto de consumo aos municípios, nas seguintes bases :

a) obrigatoriedade da destinação de cinqüenta por cento daquela cota ao combate direto ao êxodo rural, seja através da criação de um Instituto de Crédito Rural Municipal, seja por outros meios que facilitem ao pequeno agricultor ou criador a obtenção de crédito fácil para o financiamento de sua produção;

b) limitação a um máximo, em qualquer caso, dos empréstimos ou financiamento, de modo a permitir a êsse programa a realização de suas finalidades que é facilitar a obtenção de crédito ao maior número de agricultores e criadores.

PESSOAL

O Problema da Movimentação do Pessoal no Serviço Público

ALUÍSIO MOREIRA

SUMÁRIO — 1. Conceituação — 2. Significação e conseqüências das taxas elevadas de movimentação do pessoal — 3. Causas das taxas elevadas de movimentação do pessoal — 4. Métodos empregados para se calcularem as taxas de movimentação — 5. Variabilidade das taxas de movimentação — 6. Utilidade das taxas de movimentação — 7. Contrôle da movimentação do pessoal — 8. Custo da movimentação do pessoal — 9. Bibliografia.

1. *Conceituação* — Não existe ainda perfeita concordância quanto à conceituação de movimentação de pessoal. Enquanto alguns autores adotam a designação *mobilidade no trabalho* (labor turnover) alegando que o trabalho é que sofre a influência da mobilidade do pessoal, outros dão preferência à expressão *movimentação do pessoal* (personnel turnover), por considerá-la mais ampla, abrangendo todos os empregados da organização.

Na opinião de Kimbal, quer se adote esta ou aquela expressão, o que não sofre dúvida é o fato de constituir o "turnover" uma "medida da estabilidade do elemento humano no trabalho", uma vez que leva em conta não só a movimentação de pessoal, mas também a flutuação do trabalho decorrente dessa movimentação.

A expressão movimentação de pessoal pode ser tomada em sentido amplo e em sentido restrito.

Em sentido amplo, consiste no movimento de pessoal de fora para dentro da repartição: nomeações, readmissões, reintegrações e reversões; ou no movimento de dentro para fora, incluindo exonerações, demissões, disponibilidade e aposentadorias; bem como outras formas de vacância que não implicam no afastamento de indivíduo dos quadros da organização, como sejam: transferências, remoções, readptações e promoções. Em sentido restrito, movimentação do pessoal consiste apenas na movimentação de indivíduos que ingressam e que deixam a organização, excluindo-se, dessa forma, os casos de transferências, remoções e permutas.

Outros autores entendem que a movimentação pode ser estudada tendo em vista a organização como um todo ou tomando-se em consideração apenas um determinado setor. Exemplificando-se com a administração pública teríamos, no primeiro caso, o serviço público federal e no segundo, um Ministério ou Departamento.

2. *Significação e conseqüências das taxas elevadas de movimentação do pessoal* — A velhice, a doença e a morte determinam, inevitàvelmente, o afastamento de empregados, cuja substituição nos quadros da organização se torna imprescindível para a boa marcha dos serviços. Dêsse modo, uma razoável movimentação de pessoal deve ser encarada como um fenômeno perfeitamente normal numa grande organização. Normal e, até mesmo necessário, tanto para a emprêsa como para os empregados, de vez que, além de permitir àquela a renovação do seu contingente humano, evitando, dessarte, a estagnação, cria ainda, para os empregados, maiores possibilidades de acesso, uma das condições fundamentais que caracterizam um bom emprêgo.

O que não constitui fato normal, e deve por isso ser combatido, é a ocorrência de determinados fatôres que contribuem para elevar a mobilidade do pessoal muito além daquele mínimo desejável, pois refletem insatisfação ou desinterêsse do pessoal pelas condições de emprêgo oferecidas pela organização, decorrentes, quase sempre, de falhas e deficiências da política de administração de pessoal.

Quando se verifica uma elevação demasiada da taxa de movimentação de pessoal, a primeira providência a ser tomada é a do estudo das causas que, voluntária ou involuntàriamente, determinaram o afastamento do trabalhador dos quadros do pessoal da emprêsa. A medida é de suma importância, não só do ponto de vista técnico-admi-

nistrativo, uma vez que visa a corrigir aquelas falhas e deficiências, mas também sob o aspecto econômico, sabido que a substituição do elemento humano, em larga escala, numa organização qualquer, acarreta vultosas despesas com os processos de recrutamento, seleção e treinamento, as quais — convém acentuar — não serão de imediato recompensadas com os novos elementos admitidos, que não poderão, desde logo, oferecer uma produção qualitativa e quantitativamente igual à dos empregados que deixaram a organização.

Do que acima ficou exposto, conclui-se que a movimentação de pessoal oferece dois aspectos distintos: um, *positivo*, pelo qual, injetando "sangue novo" nos quadros de pessoal, evita a estagnação e cria maiores possibilidades de acesso; outro *negativo*, quando a taxa de movimentação é demasiadamente alta e provoca:

a) diminuição de rendimento do trabalho (working force);

b) despesas com recrutamento, seleção e treinamento de novo pessoal.

3. *Causas das taxas elevadas de movimentação do pessoal* — Vimos que uma razoável movimentação de pessoal constitui fato perfeitamente normal numa grande organização, pois os indivíduos que trabalham numa emprêsa podem muitas vêzes deixar de prestar-lhe serviços por várias razões independentes da vontade do empregador e da do próprio empregado. Dentre os fatôres inevitáveis do "turnover", podem ser citadas a velhice, a doença e a morte. Além dêsses fatôres, existem muitos outros mais — quase sempre ignorados pelos dirigentes — que influem consideràvelmente para uma elevação demasiada das taxas de movimentação de pessoal.

Muitas vêzes há dificuldade em diagnosticar os fatôres que concorrem para uma excessiva movimentação de pessoal nos quadros de uma organização, seja esta pública ou privada, devido permanecerem ocultos os verdadeiros motivos; de um modo geral, todavia, pode-se afirmar que uma taxa elevada de "turnover" é conseqüência:

1) da falta de adaptação do indivíduo ao trabalho, quase sempre resultante de um processamento defeituoso do recrutamento, seleção, "placement" ou treinamento;

2) de condições inconvenientes ou indesejáveis de trabalho ou do próprio cargo, como sejam: plano de remuneração inaceitável, diminutas possibilidades de acesso oferecidas pelo emprêgo, etc.

4. *Métodos empregados para se calcularem as taxas de movimentação* — As taxas de movimentação são calculadas por meio de fórmulas matemáticas diversas, tomando-se por base, em cada uma delas, determinado fator ou ocorrência. E' interessante o estudo de algumas dessas fórmulas, de vez que sua aplicação a um mesmo grupo de cifras pode acusar uma variação de 173,7 a 352,8%, conforme experiência realizada nos Estados Unidos da América, por J. E. Walters.

Os métodos mais comumente empregados são:

1.º) *Método dos afastamentos* — Sugerido pelo "Committee of National Employment Managers Conference". Consiste em dividir o número de indivíduos que se afastam da emprêsa pelo número dos que nela permanecem. Para isso lança-se mão de três elementos: — período de tempo (semana, mês ou ano), número total de afastamentos e número médio dos empregados em fôlha de pagamento durante o mesmo período. A fórmula é a seguinte:

$$T = \frac{A}{M} \times 100, \text{ sendo:}$$

T = taxa de movimentação;

A = número total de afastamentos (vacâncias);

M = média dos indivíduos constantes da lista de pagamento.

2.º) *Método das substituições* — Sugerido pelo Prof. Paul Douglas. Segundo êste método divide-se o número total de substituições num determinado período pelo número médio de empregados no mesmo período. A fórmula empregada é a seguinte:

$$T = \frac{S}{M} \times 100, \text{ sendo:}$$

T = taxa de movimentação;

S = número de substituições;

M = média dos empregados.

3.º) *Método dos afastamentos inevitáveis* — Segundo êste método, do número total de afastamentos, são deduzidos os afastamentos *inevitáveis*, isto é, os que não são motivados pelo empregador ou pelo regime de trabalho, dividindo-se, em seguida, pelo número médio de empregados existentes na emprêsa. Temos, assim, a seguinte fórmula:

$$T = \frac{A - I}{M} \times 100, \text{ sendo:}$$

T = taxa de movimentação;

A = número total de afastamentos;

I = afastamentos inevitáveis;

M = média dos empregados.

Dentre os métodos acima mencionados, o primeiro é o mais fácil e o mais usualmente adotado, apesar do inconveniente de incluir no total dos afastamentos os empregados apenas ausentes. O segundo é, teòricamente, o melhor, se bem que sua apuração seja um pouco mais trabalhosa. O terceiro baseia-se em elementos de difícil verificação e dos três é o menos empregado.

5. *Variabilidade das taxas de movimentação* — Já vimos que uma razoável movimentação de pessoal é um fenômeno normal e até mesmo necessário a uma organização de vulto, resta saber agora qual deve ser a taxa ideal, ou seja, a que reflete condições de perfeito funcionamento da emprêsa.

Divergem muito os autores sôbre êste ponto. Sharp é de opinião que uma percentagem de 10 a 12% seria a desejável para os fins de atrair sangue novo e de evitar a estagnação dos quadros de pessoal. Êste mesmo autor declara que a taxa de movimentação ao alcançar 20 ou 30% reflete más

condições de trabalho. Paul Brissenden, no entanto, estabelece limites muito mais amplos ao considerar grave uma taxa de menos de 4% ou de mais de 50%. Na verdade, apenas o estudo de cada caso, isoladamente, poderá revelar quais as taxas mínima e máxima normais, pois devem-se ter em conta os fatôres ou condições próprias da emprêsa ou do meio social e econômico, responsáveis, em determinada época, pela elevação ou queda desusada da taxa líquida de movimentação de pessoal. De fato, a taxa ideal de mobilidade pode variar de organização para organização, conforme o tipo de atividade que exercem, a situação dos cargos e carreiras e as condições pessoais de seus ocupantes. Impõe-se, portanto, a decomposição das taxas por departamento, tipo de emprêgo, grupos de idade, estado civil, sexo, profissão anterior, classe ou pôsto, tempo de serviço, etc., fatôres êsses capazes de afetarem as taxas de movimentação do pessoal. Existe, neste sentido, notável pesquisa levada a efeito pela Guarda Civil da cidade de São Paulo, cuja leitura recomendamos aos estudiosos do assunto, visto tratar-se de um trabalho sério e profundo, executado numa repartição pública, onde, via de regra, pesquisas dêsse gênero são de difícil realização.

Em síntese, pode-se afirmar que não existe taxa única de movimentação, aplicável a todos os casos e circunstâncias, mas que, de modo geral, ela deve ser:

1. Suficientemente elevada para impedir a estagnação; e

2. Suficientemente baixa para refletir boas condições de trabalho.

6. *Utilidade das taxas de movimentação* — O problema da movimentação de pessoal não tem, em geral, merecido a devida atenção das autoridades responsáveis pela gerência dos serviços públicos. Muito raramente os dirigentes públicos se dispõem a analisar os fatôres determinantes das taxas elevadas do afastamento do pessoal que trabalha nas repartições do govêrno. Entre nós, ao que parece, o único estudo sério a êsse respeito foi o efetuado na Guarda Civil da cidade de São Paulo, a que já nos referimos linhas atrás. As emprêsas particulares, no entanto, de há muito tempo reconheceram a importância do "turnover" como problema de direção, mantendo uma fiscalização contínua sôbre a movimentação do pessoal, através da qual procuram conhecer as causas da oscilação exagerada das taxas de movimentação de pessoal. Nos Estados Unidos, por exemplo, o Departamento de Trabalho publica mensalmente as taxas de movimentação relativas a várias indústrias em diferentes regiões do país.

Na opinião de MOSHER e KINGSLEY, a análise das taxas de movimentação é de grande utilidade para:

1. Indicar os setores da organização em que existem falhas;

2. Indicar as relações existentes entre os vários tipos de afastamentos, e:

   a) os tipos de emprêgo;

   b) as classes de salários;

   c) o tempo de serviço; e

   d) a eficiência.

3. Comparar as condições de emprêgo nos vários departamentos da organização, ou, se fôr o caso, entre os órgãos centrais e os regionais;

4. Apontar as falhas existentes em todo o processo de emprêgo, especialmente: recrutamento, seleção, "placement" e salários.

7. *Contrôle da movimentação do pessoal* — Conforme salientamos linhas atrás, quando se verifica uma elevação incomum da taxa de movimentação de pessoal que trabalha numa grande organização, a primeira medida que se impõe é a verificação dos verdadeiros motivos dos afastamentos, com especialidade os afastamentos voluntários que são os que mais interessam, porque, via de regra, resultam de insatisfações existentes entre o pessoal. Vários métodos podem ser utilizados nesta investigação. Um dos mais eficientes é o de submeter a entrevistas, os elementos que voluntàriamente se afastaram da organização. Essas entrevistas, caso sejam bem conduzidas poderão revelar as razões que levaram o indivíduo a abandonar o emprêgo. As informações dessa forma obtidas serão índices de valor inestimável para que os dirigentes avaliem o que pensam e sentem os empregados a respeito da organização e como reagem aos sistemas em vigor e às medidas adotadas por lei, regulamentos ou resoluções. A ocasião é oportuna. Justamente quando o empregado toma a resolução de se afastar da emprêsa e não teme, por isso, represálias, é que se dispõe a dizer muita coisa que noutras circunstâncias calaria. E' claro que o êxito da entrevista está condicionado à habilidade e competência do entrevistador devendo, portanto, ficar a cargo de pessoa afeita a essa espécie de trabalho.

As entrevistas são de grande utilidade não só para que os dirigentes tomem conhecimento de falhas ou deficiências da administração, por êles jamais suspeitadas, mas até mesmo para que muitos afastamentos sejam evitados. Em síntese, a entrevista servirá para:

— obter-se informações sôbre os fatos relativos ao afastamento de empregado e as razões determinantes de sua atitude;

— prestar esclarecimentos, quando fôr preciso, sôbre as boas oportunidades que a organização oferece ao empregado e como êste pode aproveitar-se dêles;

— criar e desenvolver um clima de boa vontade entre dirigentes e dirigidos, sòmente conseguido quando os problemas comuns a ambas as partes são direta e francamente debatidos entre os próprios interessados.

Resta saber a quem deve ser confiado o contrôle da movimentação de pessoal. Neste ponto divergem as opiniões, entendendo alguns que deva ser exercido pelo Departamento de Pessoal, achan-

do outros que é da competênca do órgão central, havendo ainda quem atribua êsse contrôle à Divisão ou Serviço de Pessoal, sob a supervisão do Órgão Central.

8. *Custo da movimentação do pessoal* — A movimentação do pessoal acarreta considerável despesa. Maior ainda nos serviços públicos do que nas emprêsas privadas, em virtude dos dispendiosos métodos e processos adotados na seleção e do intenso treinamento reqüerido, visto quase sempre não se aproveitar no serviço público a experiência por ventura adquirida pelo candidato que haja trabalhado em emprêsas privadas.

E' muito difícil calcular o custo da movimentação de pessoal, pois além das despesas acima referidas, o "turnover" ocasiona:

— baixa de produção de trabalho, devido ao fato de não apresentarem os novatos, de início, uma produção ideal;

— depreciação do equipamento pela inabilidade dos elementos novos;

— desperdício de material, pelo mesmo motivo acima referido;

— perda de tempo para os antigos empregados da organização, devido a constantes perguntas dos elementos recém-admitidos sôbre a execução do trabalho.

Como se vê, trata-se de fatôres de difícil, quase impossível verificação, na prática. Divergem, por isso, os autores ao procurarem determinar o exato custo da movimentação do pessoal que trabalha numa organização pública ou privada. Viteles fixou em 300 dólares a despesa com o recrutamento, a seleção e o treinamento de cada indivíduo admitido pela organização. Para Fisher e Hanna a despesa média com a preparação de um novato é de 45 dólares. Watkins e Dodd, por sua vez, dão-nos notícias de curiosa estatística, realizada por uma fábrica, em que é calculado em 95,47 dólares o prejuízo causado tôda vez que alguém deixa a emprêsa.

BIBLIOGRAFIA

1. GORDON D. WATKINS — *Introduction to the Study of Labor Problems*.

2. MOSHER and KINGSLEY — *Public Personnel Administration* — Cap. XVI.

3. TEAD and METCALF — *Personnel Administration* — Cap. XIX.

4. WATKINS and DODD — *The Management of Labor Relations* — Cap. XIII.

5. PINTO PESSOA SOBRINHO e J. NAZARÉ TEIXEIRA DIAS — *Princípios de Administração de Pessoal*, pág. 257.

6. J. GUILHERME DE ARAGÃO — *Administração e Cultura* — pág. 161.

7. RAUL DE MORAIS e outros — *Alguns Aspectos da Administração de Pessoal na Guarda Civil de São Paulo* — Revista de Administração, setembro de 1948, n.º 7.

8. LUÍS GUILHERME RAMOS RIBEIRO — *Do "Turnover" e sua influência na Administração* — "Revista do Serviço Público", setembro de 1943 — pág. 31.

Apreciações sôbre Classificação de Cargos, Plano de Remuneração e Administração de Salários

GEORGE C. STEVENS

Continuando a divulgação das monografias apresentadas no curso de Classificação de Cargos, do ano letivo de 1952, dos Cursos do D.A.S.P., publicamos hoje o trabalho do Dr. George C. Stevens, intitulado "Apreciações sôbre Classificação de Cargos, Plano de Remuneração e Administração de Salários".

O autor, que é portador de curso superior, e dirigente do setor de pessoal de importante companhia nacional de navegação aérea, freqüentou com notável assiduidade o curso em aprêço, o que revela o interêsse que os problemas de administração de pessoal vêm despertando entre nós, não apenas no âmbito do serviço público, mas também nas organizações privadas.

Na monografia que vai a seguir ser examinada pelos leitores, o autor faz um histórico do problema, examina a classificação de cargos, estuda o plano de pagamento e apresenta as conclusões a que chegou em face das preliminares que elaborou.

Como salienta o autor, "a determinação do valor do salário constitui problema de difícil solução", não existindo "realmente método para determinar o valor absoluto de um cargo".

Dentro dessa relatividade, honestamente salientada, é apreciável a habilidade do autor na elaboração de uma tabela de valores que possa determinar o enquadramento do cargo na escala de salário.

Nota-se que o trabalho do autor é vivamente influenciado pelas condições de trabalho em emprêsas particulares, o que, porém, absolutamente, não lhe tira nem diminui o valor.

I — JUSTIFICAÇÃO

NÃO constitui problema novo a necessidade que os empregadores têm de remunerar os seus servidores de um modo eqüitativo para que haja equilíbrio, harmonia e satisfação nas relações de trabalho, não só entre os próprios empregados como entre êstes e seus empregadores.

Essa necessidade é real quer se trate de servidores do Estado quer de empregados em atividades privadas. A determinação da remuneração de modo individual e empírico pelo patrão, sem referência segura à natureza ou responsabilidade dos serviços prestados e dos requisitos exigidos para exercício das funções, além de dar margem a injustiças e descontentamentos não encontra apoio defensável para a diferenciação estabelecida entre os empregados e concorre para influenciar de modo prejudicial o moral da organização.

De um modo geral, o servidor que recebe menor ordenado do que um colega prestando igual serviço, se preocupa mais com o valor relativo dos seus vencimentos do que com o valor absoluto dos mesmos. E' que está em foco o prestígio de um e de outro. Daí decorre a necessidade de um plano de pagamento e de administração de salários que padronize os salários na organização, tomando em a devida conta êsses fatôres, geralmente as causas principais de mal-estar. Tal plano depende para sua boa execução de um sistema adequado de classificação de cargos, tendo por base os deveres e responsabilidade dos mesmos.

II — HISTÓRICO

Depois dos estudos e observações de Frederick Winslow Taylor, cêrca do ano de 1900, tidos como os precursores, as primeiras tentativas sérias de organização racional do contrôle e administração de pessoal com a conseqüente disciplina de cargos, tiveram início no período que precedeu a primeira guerra mundial em 1914 e contam-se entre estas as experiências feitas pela Philadelphia Rapid Transit Co. sob a orientação de Merrill R. Lott que desenvolveu um sistema de avaliação do valor relativo por meio de pontos. Nessa mesma época, 1918, o govêrno do Canadá também dava início à classificação de cargos no Serviço Público e o govêrno dos Estados Unidos em 1920 nomeou uma comissão mista no Congresso para estudar os métodos existentes de fixação de vencimentos no Serviço Público, de que resultou a Lei

de Classificação de 1923, destinada a estabelecer padrões e diretrizes para a fixação de vencimentos, centralizando em um só órgão a responsabilidade de aplicação geral dessa padronização e de acôrdo com os seus objetivos e limites, estabeleceu um amplo programa de classificação de cargos segundo as semelhanças e diferenças materiais dos deveres e responsabilidades no intuito de remunerar as atribuições dos vários cargos de maneira eqüitativa e uniforme segundo as escalas de vencimentos estudadas. Estabeleceu, pois, um plano de classificação de cargos e plano de remuneração e administração de salários.

No Brasil, a primeira tentativa de organização de cargos foi feita pelo Decreto n.º 872, de 1 de junho de 1936, que criou um esquema geral de classificação dos servidores denominados contratados e que correspondem aos atuais extranumerários. Em 28 de outubro de 1936, pela Lei n.º 284, foi operada uma transformação radical na organização dos quadros do funcionalismo público federal e instituído o sistema de formação de carreiras com introdução de um plano geral de classificação de cargos. Os cargos foram classificados, os vencimentos foram padronizados e a posição relativa de cada carreira foi estabelecida na escala de vencimentos. Foi o primeiro passo no sentido de basear a remuneração do funcionalismo nos princípios sadios que devem nortear a solução do problema da remuneração. A classificação dos cargos não é, entretanto, um processo instantâneo. Ao contrário, é permanente, acompanhando a própria evolução dos cargos não só para corrigir os defeitos, como também para atender a novas situações que surgem, criando, fundindo ou desdobrando cargos, modificando os níveis de remuneração, procurando enfim manter atualizada a relação criada.

III — CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

Verificada a necessidade e conveniência da organização dos cargos em classes, justificada pela importância e pelo crescente interêsse e atenção que o assunto vem merecendo, passamos ao estudo do mesmo.

Inicialmente esclarecemos que, sob o ponto de vista administrativo, cargo é o agrupamento de todos os deveres e responsabilidades correntes atribuídos ou delegados a um indivíduo, pela autoridade competente, exigindo para o seu desempenho, tempo integral ou parcial de trabalho. Cargo é a pedra angular de tôda organização e, na opinião dos tratadistas, a classificação tendo por base os deveres e responsabilidades dos cargos é a que melhores resultados oferece, pois estabelece relação entre cargos segundo a dificuldade e responsabilidade, ficando os cargos correspondentes a trabalho igual sujeitos à mesma escala de vencimentos sem levar em conta a identidade do indivíduo que ocupa o mesmo, com quem não se confunde. A classificação de cargos e a dos indivíduos que os ocupam, ou seja, os empregados, são dois problemas distintos, sendo que o cargo é um imperativo da organização, podendo ser criado ou extinto de acôrdo com as necessidades eventuais do desenvolvimento ou retraimento das atividades da mesma, enquanto que o empregado é o executante das obrigações enfeixadas nos cargos, havendo a possibilidade de um empregado suceder ou substituir a outro no desempenho de um mesmo cargo. Efetivamente, pode ser prevista em uma organização a necessidade do exercício de certas funções, sem que, no entretanto, seja encontrado candidato para preencher o cargo e esta circunstância não invalida a existência do cargo.

Um grupo de cargos, suficientemente semelhantes no que respeita as funções e responsabilidades, forma uma classe, o que permite que seja adotada uma denominação designativa única e tratamento análogo no processo de seleção. O grupo profissional representa a maior subdivisão de um serviço e cada grupo abrange em geral todos os cargos correlatos, profissões ou atividades afins dentro do mesmo serviço e, assim, o núcleo maior "serviço" é o agrupamento mais amplo de um plano de classificação.

Sendo como ficou dito acima, o cargo a pedra angular de todo sistema de classificação, é imperativo que o estudo de qualquer plano de classificação de cargos deve ter por base a análise dos cargos existentes ou imprescindíveis para a boa execução dos objetivos da organização seja agrícola, industrial, comercial ou estatal. Da análise minuciosa dos deveres e responsabilidades dos cargos mediante a decomposição das diferentes tarefas exigidas dos seus ocupantes depende a boa ou má classificação. Essa análise pode ser feita de várias maneiras de acôrdo com as finalidades que se têm em vista. Para um plano de classificação interessa examinar sobremodo a totalidade das funções e atribuições que, de um modo geral, são afetos àqueles que ocupam os cargos, ficando os elementos necessários na seguinte ordem:

1. Denominação ou título do cargo. Nome pelo qual a classe passa a ser conhecida.

2. Descrição detalhada das funções e responsabilidades de maneira a identificar a natureza do trabalho, as dificuldades peculiares e a posição da classe na estrutura funcional com o objetivo de tornar explícito o que está implícito no título. Para êsse fim é aconselhável desdobrar o cargo em o maior número de tarefas diferentes encontradas e aprecia cada uma das funções elementares que constituem o conjunto, de modo a permitir, com segurança, uma concepção geral do conteúdo funcional do cargo.

3. Exemplos dos trabalhos compreendidos na classe, a fim de, não sòmente caracterizar com mais precisão a definição do cargo, como também para facilitar o trabalho de designação dos cargos para as diferentes classes. Dada a crescente tendência da divisão do trabalho existente numa mesma profissão, há uma variedade de funções, umas

fáceis e rotineiras e outras complexas e difíceis que requerem conhecimentos, experiência e iniciativa de diferentes graus, razão por que o simples enunciado da profissão nem sempre é suficiente para caracterizar o trabalho desempenhado pelo ocupante do cargo.

Êsses elementos devem ser considerados em conjunto e não separadamente para que possam ser bem compreendidos e utilizados, sendo conveniente que os mesmos sejam apresentados em forma de especificação de funções o que virá apresentar uma série de vantagens para a administração do pessoal.

A importância da análise do trabalho não pode ser exagerada devendo a mesma ser procedida em todos os detalhes com o possível rigor e minúcia, pois é inestimável a orientação que pode ser deduzida da mesma pelos chefes ou diretores que, por outros meios, em geral, não terão oportunidade de conhecer, tão completamente, as rotinas de trabalho e métodos de serviço usados pelos seus subordinados. Dada a importância que pode ter é aconselhado que a análise seja conduzida por especialistas, de preferência por meio de entrevistas pessoais e diretas com o empregado, salvo onde isso não fôr de todo possível por servir o empregado em local diferente e distante ou quando se tratar de empregados de elevado índice intelectual, a coleta das informações poderá ser feita por meio de questionários respondidos pelos empregados com a assistência e confirmação do chefe.

O analista, na entrevista, deverá ser franco. colocar-se na posição de quem nada conhece do trabalho e procurar obter o máximo de cooperação do entrevistado, tendo a necessária paciência, não dando impressão de pressa ou desagrado, conversar livre e naturalmente fazendo perguntas adrede preparadas sôbre o assunto e anotar os elementos que o entrevistado lhe fornecer.

Quando o empregado utilizar formulários deve ser anexado um exemplar de cada à análise, com todos os detalhes inerentes quanto ao seu objetivo, utilização e processamento juntamente com exemplos de cálculos feitos (quando fôr o caso), indicando o destino dado. Outros elementos valiosos para melhor apreciação dos cargos, o grau de instrução e a maior ou menor soma de conhecimentos de ordem cultural ou técnica exigidos para o bom desempenho das funções bem como as possibilidades de acesso que o cargo pode oferecer aos ocupantes devem ser coligidos para fins de enquadramento do cargo no plano geral.

A instrução representa capital empregado e deve ter oportunidade para dar dividendos pois reflete a soma de tempo, esfôrço e dinheiro dedicados a aperfeiçoamento a ser recompensado. E' pois, natural, que os cargos que requeiram cultura ou conhecimentos técnicos tenham classificação superior em relação a outros para os quais não haja necessidade dos mesmos requisitos. Quando o cargo pela sua natureza não possibilita acesso, determinando em conseqüência ao seu ocupante a permanência definitiva no mesmo plano, essa circunstância deve ser pesada ao enquadrar o cargo no grau que lhe fixará a escala de vencimentos. Os cargos que exigem supervisão direta e imediata devem ficar em plano inferior àqueles nos quais há autonomia de trabalho, podendo sob êste aspecto haver três graus, a saber:

1. Cargos cujos ocupantes estão sujeitos a supervisão direta e não têm autonomia ou liberdade na escolha das tarefas a serem executadas sofrendo em geral o serviço, posterior revisão e conferência.

2. Cargos cujos ocupantes têm autonomia na realização das tarefas, podendo até alguma fiscalização exercer sôbre trabalho de colegas.

3. Cargos que conferem aos seus ocupantes poderes de mando ou de fiscalização e supervisão sôbre outros empregados.

Terminadas as entrevistas e feito o recolhimento de tôdas as análises dos cargos se procederá ao relacionamento completo e detalhado de tôdas as funções correspondentes com a indicação em referência a cada uma delas dos funcionários que desempenham os cargos.

Em seguida com assistência de especialistas da profissão as classes serão estruturadas, com graduação de responsabilidades, sendo conveniente amplo debate sôbre as classes assim constituídas.

Deve haver bastante cuidado nas relações entre as diferentes classes sendo feitas comparações e confrontos com o objetivo de colocar dentro do mesmo grau aquelas que se apresentarem idênticas quanto às características de responsabilidade evitando assim cometer injutiças. E' natural e inevitável que entre duas classes de graus consecutivos da mesma série de classes, exista um campo de afinidade com algumas tarefas comuns a ambos os grupos. Pequeno reajustamento eliminará êstes inconvenientes.

Constituídas as classes, procede-se ao enquadramento dos cargos nas classes o que deve ser feito em base de correspondência com o vencimento, pois é princípio geralmente admitido que o pagamento não deve ser feito em relação às habilitações do funcionário, mas de acôrdo com as tarefas que executa, ou seja, do cargo a que pertence. Antes de ser dada como concluída a classificação, deve ser feita a revisão final dos títulos, das classes, das funções e do enquadramento não só pelo confronto da correspondência entre as diferentes classes como tendo em vista o conjunto do plano elaborado, sendo então dada divulgação entre os interessados e quaisquer reclama-

ções apreciadas com isenção de ânimo, corrigindo-se as falhas verificadas e reparando as injustiças por acaso reveladas, de maneira a inspirar confiança e seriedade o trabalho elaborado.

IV — PLANO DE PAGAMENTO

O plano de pagamento pode ser independente do plano de classificação de cargos, podendo mesmo os salários pagos ser fixados independentemente do plano de classificação pois decorrem em grande parte de fatôres que não interferem no processo de classificação, porém é inegável que a classificação de cargos constitui base essencial para que seja organizado um *bom* plano de pagamento, pois êste tem por finalidade tornar possível o pagamento de salário igual para trabalho igual, princípio salutar nas relações entre empregado e empregador.

O plano de classificação de cargos visa agrupar os diferentes cargos em classes, de acôrdo com a natureza das funções e o grau de responsabilidade das mesmas. O plano de pagamento serve para estabelecer a remuneração de cada classe e conseqüentemente o salário de cada cargo e empregado.

A determinação do valor do salário constitui problema de difícil solução. Não existe realmente método para determinar o valor absoluto de um cargo. Estudos cronométricos podem determinar o trabalho que um operário exerce em unidade de tempo e em seguida é necessário decidir qual a remuneração a que êle fêz jus.

Com êsse objetivo foram criados vários sistemas para avaliar os cargos e assim permitir com base razoável o escalonamento dos mesmos determinando o seu valor relativo para fins de remuneração. Dentre êsses o sistema de avaliação dos cargos por pontos e por conseguinte o valor relativo de tôdas as categorias e especialidades dentro da organização tem sido utilizado mais largamente em vista de ser o que mais se aproxima da perfeição desejada.

O valor relativo é obtido atribuindo pontos a vários característicos encontrados ou exigidos para o desempenho de cada cargo. Conquanto a avaliação de cada característico varia de cargo para cargo a soma total dos pontos avaliados para o cargo levado em confronto com os pontos de todos os cargos redunda em relação que permite escalonar os mesmos para obter um plano de pagamento satisfatório sem incorrer em falhas apreciáveis.

Os fatôres escolhidos para determinação do valor relativo de cada cargo ou função são os seguintes:

1. *Instrução.*
   - *a*) Preparo Básico.
   - *b*) Preparo Técnico.
2. *Habilidade Prática.*
   - *a*) Precisão.
   - *b*) Versatilidade.
3. *Habilidade Mental.*
   - *a*) Precisão.
   - *b*) Iniciativa e decisão.
4. *Condições de Trabalho.*
   - *a*) Esfôrço Físico.
   - *b*) Esfôrço Mental.
   - *c*) Ambiente.
   - *d*) Riscos.
5. *Responsabilidade.*
   - *a*) Equipamento e material.
   - *b*) Serviço.
   - *c*) Organização.
6. *Liderança.*
   - *a*) Capacidade de Direção.
   - *b*) Capacidade de Organização.
7. Experiência.

Para avaliação toma-se por base um cargo que represente o meio têrmo entre os serviços mais simples e as mais elevadas funções de direção na organização e estabelece-se o pêso proporcional dos vários fatôres que entrem na avaliação considerando cuidadosamente os requisitos, normas e condições que regulam o exercício da função, tomando em consideração valores médios de cada categoria. Procede-se à avaliação de todos os outros cargos. Utilizando um valor médio para o salário atribuído à função escolhida como base, determina-se em seguida o salário médio de cada um dos outros cargos.

O plano de administração de salários na base do valor relativo deve ser um processo positivo de atingir a mais perfeita relatividade entre os cargos e os respectivos salários. A simples determinação de uma tabela não satisfaz os objetivos do plano. A tabela de valor relativo é determinada com base em requisitos e condições próprias ao exercício das funções normais de cada classificação e por isso só terá aplicação adequada enquanto êsses requisitos e condições forem mantidos. Torna-se assim necessário que o emprêgo da tabela de valor relativo para o cômputo de salário seja acompanhado de aplicação correta da regulamentação de classificação de pessoal se de fato houver desejo de manter a justa relação entre o salário e o trabalho.

Para que possa haver um sistema criterioso de administração de salários é indispensável sejam observadas as seguintes recomendações:

1. A tabela de salários deve ser baseada na tabela do valor relativo, de maneira que cada função seja remunerada de acôrdo com o valor proporcional entre tôdas as funções exercidas na organização.

2. Sejam avaliadas as funções e não os homens; desta maneira os salários determinados para cada classificação, de acôrdo com os índices de valor relativo, deverão ser concedidos sòmente quando forem preenchidas as condições determinadas na regulamentação de classificação de pessoal.

3. O plano de administração de salários deve ter flexibilidade suficiente para permitir reajustamento em casos de variação das condições de exercício das funções pertinentes a cada classificação.

4. Coeficientes de correção deverão ser estabelecidos caso as condições de remuneração do mercado geral do trabalho assim o exijam.

5. A administração de salários (tabela de valor relativo, escalas de salários e condições de aplicação das mesmas) deve ser sistemática, justa e uniforme.

V — CONCLUSÃO

Estabelecido um adequado sistema de classificação de cargos é possível entrosar com o mesmo um bom plano de pagamento e administração de salário baseado em tabela de valor relativo. A eficiente e criteriosa aplicação e prática dêsse conjunto muito concorrerá para:

1. *Redução do coeficiente de instabilidade do pessoal.*

Em todos os estudos feitos sôbre a movimentação de pessoal foi verificado que uma das razões que mais causa instabilidade no trabalho é a existência de tabelas de salários inadequadas e relativamente desproporcionais. O emprêgo de uma tabela de valor relativo contribuirá para eliminar essas desporporcionalidades.

2. *Determinação de bases de salários para novas especialidades ou funções especiais.*

Determinadas as bases da tabela de valor relativo, novas avaliações podem ser rigorosamente calculadas dentro da proporcionalidade básica da tabela.

3. *Variações da tabela de salário.*

Uma tabela de valor relativo permitirá que alterações das bases de salários sejam calculadas rigorosamente de acôrdo com coeficientes de valor relativo determinados para cada categoria das várias especialidades, mantendo a proporcionalidade de remuneração entre as várias categorias. Sempre que a legislação determinar novos valores para os salários mínimos ou quando exigências do mercado de trabalho ou decisões em dissídio coletivo forçar alterações de vencimentos, será possível reajustar os salários dentro da estrutura geral do plano de pagamento.

4. *Melhoria nas condições de trabalho.*

Nada mais estimulante para o pessoal de uma organização do que a convicção de que a administração de salários da mesma é baseada numa justa proporcionalidade de remuneração para as várias funções. O estabelecimento da tabela de valor relativo e o critério justo de classificação de pessoal, dentro das condições básicas determinadas para cada classificação serão uma garantia para a organização e razões de estímulo contínuo para o pessoal.

Além de concorrer do modo acima descrito para uma melhor compreensão nas relações entre o trabalhador e o patrão a influência de um plano de classificação de cargos entrosado com bom plano de pagamento e de administração de salários reflete de modo benéfico em outros setores de administração. Assim, do ponto de vista contábil e financeiro favorece de modo eficaz os problemas de planejamento e sobrevivência da organização.

E' êsse o seu objetivo.

MODÊLO — ANEXO I

FICHA DE VALOR RELATIVO

SERVIÇO ADMINISTRATIVO

Escritório

FATÔRES	CATEGORIA				
	Dat.	Aux.	Escr.	Of.	Ass.
Instrução					
Preparo básico	30	30	40	50	60
Preparo técnico	10	20	30	50	60
Habilidade prática:					
Precisão	40	40	40	40	20
Versatilidade	10	15	25	35	40
Habilidade mental:					
Precisão	10	20	30	45	85
Iniciativa e decisão	10	20	35	50	75
Condição de trabalho					
Esfôrço físico	30	20	20	20	20
Esfôrço mental	25	25	40	50	60
Ambiente	15	15	15	15	15
Riscos	10	10	10	10	10
Responsabilidade:					
Equip. e material	5	5	15	20	25
Serviço	5	5	20	40	60
Organização	—	5	25	40	65
Liderança:					
Capacidade de direção	—	5	25	40	80
Capacidade de organização	10	10	30	50	100
Experiências	15	15	30	60	80
TOTAL	225	260	430	615	855

MODÊLO ANEXO II

PLANEJAMENTO DE ESCALA DE SALÁRIOS

SERVIÇO ADMINISTRATIVO

AVALIAÇÃO		SALÁRIO-CRUZEIROS		
CLASSIFICAÇÃO	V.R.	1	2	3
	Cr$	Cr$	Cr$	Cr$
Datilógrafo	225	1.900	2.000	2.250
Aux. Escriturário	260	2.000	2.250	2.500
Escriturário	430	2.750	3.100	3.400
Oficial Administrativo	615	3.700	4.100	4.500
Assessor	855	4.800	5.200	5.600

OBS.:
BASE: Salário Mínimo — Cr$1.200,00
1. Salário Inicial
2. Após 2 anos na classificação
3. Após 4 anos na classificação
AUMENTOS BIANUAIS

BIBLIOGRAFIA

SMYTH & MURPHY — Richard C. Smyth and Matthew J. Murphy — Job Evaluation & Employes Rating — McGraw Hill Book Co. Inc. New York 1946.

BENGE, BURK & HAY — Eugene J. Benge, Samuel L.H. Burk and — Edward N. Hay — Manual of Job Evaluation — Harper & Brothers, New York 1941.

EDUARDO PINTO PESSOA SOB. e JOSÉ NAZARÉ TEIXEIRA — Princípios de Administração de Pessoal — Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1949.

PAULO POPPE DE FIGUEIREDO — *Administração de Pessoal e Classificação de Cargos* — "Revista do Serviço Público", março 1952.

ASTÉRIO DARDEAU VIEIRA — *Administração de Pessoal* — "Revista do Serviço Público", maio e junho 1938.

TOMÁS DE VILLANOVA MONTEIRO LOPES E PEDRO AUGUSTO CISNEIROS — *Notas sôbre Legislação de Pessoal* — "Revista do Serviço Público", março 1951.

LEIS 920 e 921 *do Estado do Rio Grande do Sul* — 27-12-1949 — "Revista do Serviço Público", janeiro 1950.

EDUARDO PINTO PESSOA SOBRINHO — *Aspectos Legais de um Plano de Classificação de Pessoal* — "Revista do Serviço Público", nov. e dez. 1948.

BELMIRO SIQUEIRA — *Sistema do Mérito — Seus Característicos* — "Revista do Serviço Público", nov. e dez. 1938.

PEDRO AUGUSTO CISNEIROS — *Órgãos e Funções da Administração de Pessoal* — "Revista do Serviço Público", março 1952.

REAJUSTAMENTO DOS VENCIMENTOS E SALÁRIOS DO PESSOAL CIVIL E DO PESSOAL MILITAR — Decreto-lei n.º 5976 de 10 nov. de 1943 — Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1943.

DESCRIÇÃO *Sumária do Plano de Classificação de cargos federais nos Estados Unidos da América* — (Tradução) — Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1945.

OCELIO DE MEDEIROS — *Tailorismo, Faiolismo e Fordismo — Imprensa Nacional,* Rio de Janeiro, 1952.

O PESSOAL *Extranumerário e sua legislação* — Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1952.

A SELEÇÃO *de Chefes de Departamento* — Tradução de Célia Neves — Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1945.

APERFEIÇOAMENTO

Curso de Administração de Pessoal

Bem-Estar do Pessoal e Higiene do Trabalho

ALUÍSIO MOREIRA

SUMÁRIO: I — Conceito e extensão de bem-estar. II — Riscos a que está sujeita a atividade dos funcionários. III — Bem-estar econômico. IV — Bem-estar físico. V — Bem-estar espiritual. VI — Órgãos encarregados das atividades de assistência e previdência social no Brasil. Bibliografia.

I — CONCEITO E EXTENSÃO DE BEM-ESTAR — Não resta a menor dúvida de que a atitude do Estado para com aquêles que lhes prestam serviços tem sofrido considerável mutação nestes últimos tempos, e nem podia ser de outra forma, tendo em vista os inúmeros fatôres que para isso concorreram.

Dentre êsses fatôres surge em primeiro plano a enorme expansão das atividades governamentais, decorrente em parte da industrialização intensiva, fazendo com que nestes últimos 30 anos o papel do Estado tenha sofrido completa metamorfose, passando da atitude contemplativa caracterizadora da era liberalista para a atitude dinâmica, ativa, orientada no sentido da economia dirigida, que distingue o Estado Moderno.

A transformação ocorrida no panorama estatal teria, inevitàvelmente, que refletir no funcionalismo público, nas suas atribuições e nas qualificações requeridas para o pleno exercício das funções — não raro complexas e especializadas — que hoje lhe são atribuídas. Fischlowitz dá-nos uma perfeita idéia dessa transformação ao salientar que os funcionários públicos tornaram-se uma camada da sociedade que não mais fica à margem da vida econômica, tendo, ao contrário, uma participação ativa na organização dos processos econômicos; por outro lado, as funções desempenhadas pelos servidores do Estado passaram a ser bem diversas e sua responsabilidade bem maior do que aquelas que lhes competiam na época do liberalismo. Hoje em dia, a maioria dos autores reconhece a importância do papel desempenhado pelo elemento humano na administração pública. Mosher e Kingsley, por exemplo, afirmam que "um mundo reformado pela técnica exige servidores públicos tècnicamente competentes"; Laski, por sua vez, sustenta que, modernamente, ou confiamos o serviço público a técnicos e peritos ou ocorrerá um colapso na máquina governamental (Laski apud Lúcio Bittencourt, in "Do Estágio Probatório e sua efetiva utilização" — (Tese — págs. 12-13).

Com efeito, o êxito dos grandes empreendimentos a cargo do Estado Moderno depende essencialmente da eficiência do fator humano no trabalho. Daí os cuidados que atualmente lhes são reservados e que determinaram a existência de inúmeros novos problemas, relativos à seleção de pessoal, orientação profissional e adaptação funcional, tendo sempre em vista a espécie de serviço a ser executado, dando margem ao surgimento da psicotécnica. Não basta, porém, a qualidade do pessoal, é preciso atentar para a situação e a conduta do indivíduo em face do trabalho e fora dêle. Surge então a necessidade de amparar o pessoal, criar-lhe condições favoráveis de trabalho e de vida, promovendo a proteção social dos funcionários públicos através da adaptação e reeducação profissionais, do cooperativismo, da prevenção aos acidentes, do amparo à saúde do servidor e sua família, do seu confôrto material, da higienização dos locais de trabalho e da proteção contra a invalidez e a velhice. Promovendo e efetivando as medidas acima mencionadas o Estado visa, sobretudo, o bem-estar do servidor e, conseqüentemente, obter maior eficiência dos serviços.

O bem-estar dos funcionários públicos pode assumir três aspectos distintos: econômico, físico e espiritual. Além dessas três modalidades, o conceito de bem-estar inclui ainda a defesa contra os riscos a que está sujeito o funcionário público no desempenho de suas atribuições.

II — RISCOS A QUE ESTÁ SUJEITA A ATIVIDADE DOS FUNCIONÁRIOS — Todo indivíduo que executa um trabalho (conseqüentemente também os funcionários públicos) está sujeito a uma série de riscos. Antes de iniciarmos o estudo de cada uma das modalidades de bem-estar, faremos uma ligeira apreciação sôbre êsses diversos riscos que

ameaçam a capacidade de trabalho dos servidores públicos e dos trabalhadores, em geral, os quais podem ser divididos em três grandes grupos: riscos profissionais, econômicos e físicos.

1. *Riscos profissionais* — Dentre os riscos profissionais contam-se os acidentes do trabalho e as doenças profissionais (tecnopatia).

Segundo Ciampolini, acidente do trabalho pode ser definido como

"um estado mórbido que modifica, temporária ou permanentemente, a capacidade do indivíduo para o trabalho, chegando mesmo a suprimi-la, ou provocando-lhe a morte, estado êste decorrente de causa imprevista, repentina e violenta."

Salienta Aladar Metall que a distinção entre um acidente de trabalho e uma doença profissional, torna-se, às vêzes, um tanto difícil, em virtude da evolução industrial (particularmente da química) e dos processos de mineração. Isto porque, certas moléstias passaram a ser consideradas como doenças profissionais, equiparadas, sob a legenda de "riscos profissionais", aos acidentes do trabalho.

As doenças podem ser direta ou indiretamente profissionais. Como exemplo de doença diretamente profissional cite-se o caso do saturnismo profissional; como exemplo de doença indiretamente profissional temos a tuberculose.

Os acidentes do trabalho e as doenças profissionais, como não podia deixar de ser, refletem profundamente sôbre os serviços, provocando o licenciamento do funcionário com direito aos vencimentos integrais ou não, conforme o prazo da licença, ou então a aposentadoria para cuja concessão o servidor público, segundo o sistema brasileiro, não está obrigado a qualquer contribuição, enquanto estiver em exercício.

Com respeito à questão dos direitos aos vencimentos em caso de doença profissional ou acidente, é preciso que se diga que, em confronto com vários outros países, o Brasil adota uma política bem mais favorável aos funcionários. Senão vejamos: na França, durante os três primeiros meses os servidores públicos têm direito aos vencimentos integrais; após êsse prazo recebem nos 3 meses seguintes 1/3 ou 1/2 dos vencimentos. Na Áustria, os funcionários efetivos percebem vencimentos integrais durante um ano; os contratados, durante um prazo variável de 1 a 2 meses (três meses em casos excepcionais). Na Itália, o direito aos vencimentos em caso de doença varia de acôrdo com o tempo de serviço do funcionário: os que têm 10 anos de serviço recebem de 1/3 a 1/2 dos vencimentos; os que possuem tempo de serviço inferior a 10 anos recebem de 1/4 a 1/3. Na Polônia, os servidores públicos recebem vencimentos integrais nos 6 primeiros meses de doença. Na Inglaterra, aos funcionários estáveis são pagos vencimentos integrais nos 6 primeiros meses de doença, podendo tal direito ser extensivo aos seis meses seguintes mediante parecer favorável da autoridade competente. Os funcionários provisórios, cujos vencimentos não ultrapassem 250 libras, por ano, após um certo estágio, têm direito aos vencimentos durante um período de 6 semanas a 3 meses. Enquanto isso, no Brasil, de acôrdo com o novo Estatuto os funcionários públicos têm direito aos vencimentos integrais até 24 meses, quando licenciados para tratamento de saúde, acidentados em serviço ou atacados de doença profissional ou comum.

De acôrdo com o sistema brasileiro, a agressão em serviço, caso não haja sido provocada, é considerada como acidente de serviço e se dela resultar o falecimento do servidor, sua família receberá uma pensão especial, correspondente à metade do vencimento, remuneração ou salário que percebia em exercício.

2. *Riscos econômicos* — Exemplo característico do risco econômico é o desemprêgo que pode ser atendido mediante o seguro-desemprêgo, usado já em vários países e do qual existem vários tipos. O montante do seguro é, geralmente, calculado tendo em consideração o número de anos de serviço prestado pelo desempregado e as condições financeiras de seu emprêgo anterior.

Em comparação com qualquer das demais categorias de empregados, existe para a classe dos funcionários públicos maior proteção do próprio emprêgo e garantia de estabilidade em menor prazo de tempo. Seria, por isso, de certo modo descabida a existência do seguro contra o desemprêgo relativamente aos servidores do Estado. Não obstante, para prevenir os casos de extinção de carreiras, cargos ou funções existe para os funcionários o instituto da disponibilidade, que é uma espécie de seguro-desemprêgo.

Na Suécia, o seguro-desemprêgo é voluntário, recorrendo os assalariados às instituições do gênero. O segurado recebe diàriamente um auxílio e mais um abono extra por marido, mulher ou filho. Há ainda um abono especial para auxiliar a manutenção da casa. As condições para o pagamento são:

a) que o candidato tenha em vão solicitado colocação na agência oficial de empregos;

b) que pagou uma certa quantia, sob a forma de contribuições, durante o tempo em que estêve trabalhando.

3. *Riscos físicos* — Dentre os diversos riscos que ameaçam os servidores públicos no trabalho ou fora dêle, requerem especial cuidado os riscos físicos, isto é, os relacionados com a própria existência humana: as moléstias comuns, a maternidade, a invalidez e a morte.

No primeiro caso — tratamento da própria saúde em virtude de doença comum — existe, entre nós, conforme já foi salientado, o recurso do licenciamento do servidor, com percepção integral dos vencimentos até o prazo máximo de 24 meses. Segundo o antigo Estatuto dos Funcionários o prazo da licença com percepção integral dos

vencimentos era de 12 meses; após o transcurso dêsse prazo, o servidor sofria o desconto de 1/3 dos vencimentos, do 13º ao 18º mês, e de 2/3 nos meses seguintes até completar 24 meses de licença, providenciando-se então sua aposentadoria, caso não estivesse em condições de reiniciar o exercício.

À servidora pública gestante é concedida uma licença pelo prazo fixo de quatro meses com vencimentos integrais e um auxílio-natalidade, cuja concessão pode revestir-se de duas formas: determinada importância em dinheiro ou benefícios em natureza, como sejam remédios, leite em pó, agasalhos, etc.

A invalidez e a velhice costumam ser protegidas mediante a concessão da aposentadoria ao funcionário, o qual é afastado inteiramente do exercício do cargo, com a percepção integral ou não dos vencimentos. Com a morte do servidor público, seus dependentes são amparados, mediante a concessão de uma pensão, cujo montante é proporcional ao tempo de serviço prestado e ao valor da contribuição que, para êsse fim, vinha o funcionário pagando em vida.

III — BEM-ESTAR ECONÔMICO — O bem-estar econômico é obtido através da concretização de várias medidas que visam proporcionar ao indivíduo que trabalha — no nosso caso o servidor público — condições tais que lhe permitem satisfazer as suas necessidades normais de vida.

Essas medidas podem variar de atividade para atividade, mas de um modo geral são as seguintes:

— adoção de um bom plano de remuneração;

— adoção do salário-família ou abono familiar, por meio do qual o indivíduo possa melhor atender aos encargos de família;

— concessão de aposentadoria, nas suas diversas modalidades: por motivo de invalidez; de idade (compulsória); como prêmio, etc.

— concessão de pensão à viúva e herdeiros menores do servidor falecido.

A primeira etapa de um programa que vise proporcionar o maior bem-estar econômico ao pessoal de uma organização consiste na adoção de um plano de remuneração capaz de proporcionar aos elementos que nela trabalham, uma justa compensação pelo serviço prestado.

Outra medida em prol do desenvolvimento do bem-estar do pessoal é a adoção do salário-família ou abono familiar visando suplementar os vencimentos dos servidores que possuem família numerosa e que lutam com dificuldades para atender aos encargos dela decorrentes, bem como as despesas impostas pela educação dos filhos.

Já a aposentadoria segundo o sistema brasileiro constitui um direito assegurado ao funcionário independentemente de qualquer contraprestação, podendo, portanto, ser considerada como uma verdadeira medida de assistência social, que visa a garantia de subsistência do servidor público em sua inatividade. A aposentadoria determina o afastamento definitivo do funcionário do serviço ativo, por motivo de invalidez (comprovada ou presumida), de idade (compulsória), ou, por fim, como prêmio aos serviços prestados por longo espaço de tempo. Com a concessão da aposentadoria o servidor público receberá os vencimentos integrais ou parte dêles, conforme o caso.

A pensão é uma importância paga mensalmente à viúva e aos herdeiros menores do servidor falecido, com o objetivo de proporcionar-lhes o bem-estar econômico, enquanto os beneficiários não possam dispor de meios próprios de subsistência.

Além das medidas acima referidas o bem-estar econômico inclui ainda um plano de auxílio à aquisição de utilidades, compreendendo:

a) incremento do cooperativismo entre os servidores públicos, a fim de possibilitar-lhes a aquisição de utilidades em bases mais econômicas;

b) instalação de restaurantes a baixo preço junto às repartições, gênero S.A.P.S., visando não só o fornecimento de refeições a preços módicos, mas também alimentação mais nutritiva, controlada cientìficamente; são exemplos os restaurantes do I.P.A.S.E. e do Departamento de Imprensa Nacional;

c) aquisição de casa própria, mediante pagamento facilitado por prestações módicas e a longo prazo, através de organizações criadas para êsse fim (I.P.A.S.E. e demais Institutos congêneres);

d) os empréstimos a juros módicos constituem outra forma de assistência social visando o bem-estar econômico dos funcionários, achando-se a cargo das organizações de previdência e assistência, sendo custeados através dos fundos resultantes das próprias contribuições dos servidores públicos e descontados em fôlhas de pagamento.

IV — BEM-ESTAR FÍSICO — Tem por fim a manutenção da saúde do funcionário e sua proteção contra acidentes. Compreende a higiene do trabalho, a prevenção de acidentes e a assistência médico-hospitalar.

1. *Higiene do trabalho — Evolução histórica* — O problema da higiene do trabalho passou por uma evolução histórica que a maioria dos autores divide em cinco fases bem definidas: empírica, ramazziniana, industrial, estatutal e moderna.

Na primeira fase — empírica — predominava a medicina popular. O problema da higiene do trabalho não era ainda objeto de estudo, não obstante reconhecer-se que certos tipos de trabalho provocavam enfermidades, as quais eram tratadas de qualquer modo, não se adotando, por outro lado, quaisquer medidas preventivas.

As medidas preventivas contra doenças profissionais sòmente começaram a ser adotadas no período ramazziano, assim chamado em homenagem a Ramazzini, o qual, em obra notável para seu tempo, para cada natureza de trabalho por êle estudada indicou várias normas que visavam a defesa sanitária do empregado.

A terceira fase teve início com a descoberta da máquina a vapor e o desenvolvimento das grandes indústrias, que forçaram os homens a agrupar-se em determinados gêneros de trabalho. Esta fase se caracterizou pela expansão das medidas

preventivas nas fábricas, leis de proteção às mulheres e menores operários e de limitação das horas de trabalho.

O acontecimento marcante da quarta fase foi a instituição do seguro social e do Estatuto que o regulamentava, em 1881, por Bismarck. Com o evento do seguro social houve grande expansão das medidas de higiene: o assalariado recebeu maior amparo e a higiene do trabalho surgiu como uma necessidade, não sòmente para o empregado, mas também para o patrão e para o próprio Estado, todos econômicamente interessados em proteger a capacidade produtiva do trabalhador.

O quinto período — chamado Moderno — iniciou-se em 1919, após a 1.ª Grande Guerra, com o Tratado de Versalhes e a criação da Repartição Internacional do Trabalho. Ùltimamente, a higiene do trabalho tem-se desenvolvido notàvelmente em todos os países, acompanhando o progresso social e científico da medicina industrial.

Conceituação — Distinção entre Medicina do Trabalho e Higiene do Trabalho — Não há como confundir Medicina do Trabalho com Higiene do Trabalho. Ambas têm campo de ação perfeitamente delimitado. A primeira compreende a diagnose e a terapêutica das doenças profissionais e dos acidentes do trabalho; ao passo que a segunda abrange a psicotécnica, a organização científica do trabalho, a técnica de segurança do trabalho e a prevenção das doenças profissionais. Num sentido prático, a distinção existente entre êsses ramos da Medicina seria a mesma que existe entre um médico clínico e um médico sanitarista, ou seja, entre o que diagnostica e trata das doenças transmissíveis e o que aponta as regras ou medidas especiais que têm por fim evitar ou combater as causas daquelas doenças.

Como vemos, a higiene do trabalho procura evitar os infortúnios do trabalho, agindo no setor da higiene pessoal, no da geral, ou ainda na proteção individual coletiva, contra os métodos nocivos de trabalho. Afastando as causas de perigo e de insalubridade através do estudo do próprio ambiente de trabalho, dos agentes de intoxicações, das causas mais comuns de acidentes, pela observação do elemento humano por meio da psicotécnica, a Higiene do Trabalho aponta as providências e as normas que devem ser adotadas em cada caso.

A higiene do trabalho compreende dois aspectos perfeitamente distintos: a higiene dos locais de trabalho e a higiene do trabalhador.

Sempre houve de parte dos empregadores grande relutância em promover a higiene dos ambientes de trabalho. Foi mesmo necessário que a ciência médica provasse que certas medidas nesse sentido concorreriam para aumentar a produtividade do trabalho para que os capitalistas resolvessem inverter dinheiro na instalação higiênica dos locais de trabalho.

Um bom programa de higienização do trabalho, com respeito a locais e ambientes, compreenderia:

— temperatura adequada;

— ventilação suficiente;

— iluminação bem dosada.

A higiene do trabalhador também comporta duas situações distintas: higiene física e higiene mental. Como se trata de problema de aplicação genérica a todos os indivíduos, limitamo-nos a esta referência.

2. *Prevenção de acidentes* — A prevenção de acidentes constitui problema social dos mais relevantes, devido sua repercussão na vida social de um país. Há que salientar, ainda, o fato de que, atualmente, a atenção dos higienistas está-se voltando, em especial para o elemento humano, para a valorização da sua saúde física e mental, com o fim de aproveitar ao máximo suas energias produtivas.

O desenvolvimento da maquinaria industrial, nos fins do último século, determinou um aumento de tal forma considerável de acidentes ocasionados pelo trabalho que despertou a atenção geral para o estudo do problema.

Na prevenção dos acidentes, a primeira providência que se impõe é a verificação de suas causas, as quais geralmente são classificadas em: causas endógenas ou internas e causas exógenas ou externas.

As causas endógenas são as mais importantes, devido às constantes repetições de acidentes por parte dos trabalhadores. São provocadas pela ignorância no emprêgo ou uso dos materiais, pela fadiga, e ainda em virtude de propensão ou de educação profissional deficiente ou falha.

As causas exógenas quase sempre derivam da má higiene do local do trabalho, da falta de boa iluminação e da má qualidade dos materiais empregados.

Meios de serem evitados os acidentes — Existem meios de ordem técnica, de ordem educacional e de ordem legal.

Entre os meios de ordem técnica, avulta a necessidade de uma organização racional do trabalho e o emprêgo de instrumentos de defesa, tais como: grades, chaves, higiene do local, postos de socorro urgente, etc.

Dentre os meios de ordem educacional, estão a educação e o treinamento do indivíduo para a prevenção de acidentes, concitando-o ao uso de aparelhos próprios para a prevenção.

Uma das maiores causas de acidentes reside na ignorância do trabalhador, o qual deve, por isso, ser treinado contra a ocorrência de acidentes, apontando-se-lhe o perigo existente e aconselhando-o a não arrostá-lo.

Os meios de ordem legal são os constantes de dispositivos legais destinados a evitar os acidentes.

3. *Assistência médico-hospitalar* — A previdência social só se completa com a cobertura total dos riscos de doença e natalidade, incluindo a assistência médico-hospitalar ao servidor público e sua família. A extensão da assistência médico-hospitalar às pessoas da família do servidor se justifica pela tranqüilidade que a êste seria proporcionada, lucrando com isso a própria Administração Pública.

O tratamento eficaz da doença é de grande influência no sentido de prevenir a invalidez prematura, decorrente de doença não tratada a tempo e sistemàticamente.

No serviço público federal brasileiro a assistência médico-hospitalar está a cargo do I.P.A.S.E. e do Hospital dos Servidores do Estado, que se acha devidamente equipado para desenvolver suas atividades.

V — BEM-ESTAR ESPIRITUAL — Seu objetivo é proporcionar boa disposição de espírito do indivíduo para com o trabalho que executa. De um certo modo pode-se dizer que o bem-estar espiritual depende do bem-estar econômico e do bem-estar físico. Vale dizer, sem que esteja economicamente assegurado e sem que esteja na plenitude de sua saúde, o trabalhador não pode usufruir o bem-estar espiritual necessário à perfeita execução de suas atribuições.

O elemento humano é a própria alma da organização, por isso devemos cuidar, com zêlo, do bem-estar espiritual do funcionário, a fim de que se obtenha maior eficiência dos serviços. Um dos pontos básicos da política orientada no sentido de assegurar o necessário bem-estar espiritual ao funcionário, está na existência de um regime de cooperação efetiva entre chefes e subordinados, funcionando de tal modo que permita aos servidores expressarem suas queixas e apresentarem suas sugestões. De um modo geral, todavia, um bem elaborado programa de assistência ao bem-estar espiritual do funcionalismo público, deverá:

— incrementar as atividades recreativas, mediante criação de associações de classes, clubes, colônias de férias, etc.;

— criar e desenvolver o *espírito de equipe* entre os funcionários;

— promover a adaptação do funcionário ao trabalho, mediante orientação profissional adequada, seleção científica do pessoal, "placement" satisfatório, treinamento que facilite a execução normal dos serviços e bom ambiente de trabalho.

VI — ÓRGÃOS ENCARREGADOS DAS ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL. *Nos serviços públicos* — As atividades de assistência e previdência social relativas aos servidores públicos acham-se a cargo de dois órgãos principais: as Seções de Assistência Social e o I.P.A.S.E.

As Seções de Assistência Social (S.S.), criadas junto ao órgão de pessoal de cada um dos Ministérios civis, têm por fim promover o bem-estar e o aperfeiçoamento físico, intelectual e social dos servidores públicos. Competem-lhes as seguintes atribuições regimentais:

a) estudar as medidas preventivas contra os acidentes que possam atingir os servidores públicos no exercício de suas funções;

b) determinar medidas de socorros urgentes;

c) determinar providências no sentido da higienização dos locais de trabalho e do confôrto do pessoal;

d) colaborar na incentivação do cooperativismo;

e) colaborar nos estudos de tipologia, antropometria e psicotécnica, referentes aos servidores públicos;

f) estudar e propor a organização de cursos de adaptação e aperfeiçoamento;

g) fornecer atestados de sanidade e capacidade física às pessoas propostas para funções de extranumerários;

h) fornecer laudos médicos, nos casos de licença para tratamento de saúde, verificação de doença em pessoa da família e de ausências ao serviço por motivo de doença;

i) participar, através de um representante médico, das Juntas Médicas designadas para os casos de aposentadoria;

j) colaborar com os órgãos próprios no estudo das causas determinantes da diminuição do rendimento no serviço, bem como dos estudos de medidas tendentes a racionalizar os métodos e normas de trabalho.

Na realidade, porém, as S.S. têm-se limitado apenas a exercer atividades de ordem fiscalizadora, como por exemplo a de contrôle das visitas médicas a domicílio.

O Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (I.P.A.S.E.) é a entidade oficial à qual compete "realizar o seguro social do servidor do Estado, e ainda cooperar na solução de problemas de assistência que lhe sejam referentes". As atividades assistenciais êle as vem realizando através do Hospital dos Servidores do Estado, de vários ambulatórios, sanatórios e de um restaurante, tipo S.A.P.S., instalado no Distrito Federal. Além disso, o I.P.A.S.E. se encarrega da concessão de pecúlios e pensões à família dos seus contribuintes, sendo os servidores públicos descontados, para êsse fim, em 5% dos seus vencimentos. Finalmente, serve ainda o I.P.A.S.E. de intermediário do Govêrno para o pagamento da aposentadoria dos extranumerários.

Nas emprêsas privadas — No tocante aos trabalhadores das emprêsas privadas, as atividades de bem-estar são coordenadas administrativamente pelo Departamento Nacional de Previdência Social, executadas por vários órgãos que mais adiante enumeraremos e julgadas em última instância, contenciosa e administrativa, pelo Conselho Superior de Previdência Social, assistido pelo Ministério Público do Trabalho, através dos Procuradores de Previdência. Êsse Tribunal se completa com representantes dos empregados e dos empregadores, indicados pelos respectivos sindicatos de classe, que nêle atuam como juízes.

Os órgãos que executam a Previdência Social são de caráter autárquico e administrados por um Presidente e um Conselho Deliberativo ou

Fiscal, de que participam empregados e empregadores. A seguir, enumeraremos os diversos órgãos encarregados da execução da assistência e previdência no Brasil e o caráter das atividades que respectivamente exercem. Temos as seguintes entidades:

1. ASSISTÊNCIA SOCIAL

a) *Legião Brasileira de Assistência (L.B.A.)* — Presta assistência de um modo geral no território nacional a todos os brasileiros, independentemente da que é prestada pelos diversos Institutos de Previdência aos seus respectivos contribuintes;

b) *Serviço Social da Indústria e Serviço Social do Comércio* — Exercem atividades idênticas às da L.B.A., mas têm seu campo de ação limitado aos Industriários e Comerciários.

2. ASSISTÊNCIA ALIMENTAR

— *Serviço de Alimentação da Previdência Social* (S.A.P.S.) — Tem por finalidade o fornecimento de alimentação racionalizada aos trabalhadores em geral, a preços abaixo do custo.

3. ASSISTÊNCIA TÉCNICO-PROFISSIONAL

— *Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial* e *Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial* — Mantêm escolas profissionais para os filhos dos empregados do comércio e da indústria nos grandes centros comerciais e industriais.

4. ASSISTÊNCIA MÉDICA

— *Serviço de Assistência Médica Domiciliária de Urgência* — Encarrega-se dos socorros urgentes e dos transportes dos segurados de quaisquer Instituições para os hospitais das respectivas Instituições de Previdência Social.

5. ASSISTÊNCIA DE HABITAÇÃO

— *Fundação da Casa Popular* — Cuja finalidade consiste em construir casas populares ao preço de custo, indiferentemente a todos os brasileiros. O custeio da construção é feito com a receita alcançada por um impôsto sôbre tôdas as transações imobiliárias.

6. ASSISTÊNCIA RECREATIVA E CULTURAL

— *Serviço de Recreação Operária* — Mantém para os trabalhadores colônias de férias, bibliotecas, diversões de tôda natureza, inclusive competições esportivas.

7. CAIXAS E INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

— São os órgãos técnicos responsáveis pela execução das atividades de previdência social em todo o país.

BIBLIOGRAFIA

MOSHER and KINGSLEY — *Public Personnel Administration* — Caps. XVII e XXVI.

TEAD and METCALF — *Personnel Administration* — Cap. XXIV.

PINTO PESSOA e NAZARÉ TEIXEIRA DIAS — *Princípios de Administração de Pessoal*, pág. 215.

ARI DE CASTRO FERNANDES — *O Rendimento no Trabalho e o Serviço de Assistência Social* (Tese) — Pub. avulsa n.º 54-43 — D.A.S.P.

DURVAL ROSA BORGES — *Seguro Social no Brasil.*

JOÃO DE ALBUQUERQUE — *Seguro e Assistência Social* (Artigo) — "Revista do Serviço Público", jan.-fev. e março-abril de 1947.

ANTÔNIO BARSANTE — *Origem da Previdência Social no Brasil* (Artigo) "Revista do Serviço Público", março de 1945, pág. 26.

STANISLAU FISCHLOWITZ — *Assistência Médico-Social aos Servidores do Estado no Brasil* (Artigo) — "Revista do Serviço Público", jan. de 1942, pág. 39.

STANISLAU FISCHLOWITZ — *Os problemas básicos da Previdência Social (Artigo)* — "Revista do Serviço Público", jun. de 1942, pág. 20.

STANISLAU FISCHLOWITZ — *Os Sistemas de Organização da Previdência Social (artigo)* — "Revista do Serviço Público", julho de 1951, pág. 17.

HELVÉCIO XAVIER LOPES — *Evolução Histórica do Seguro Social* (Artigo) — "Revista do Serviço Público", julho de 1943, pág. 5.

RUBENS DA ROCHA PARANHOS — *Assistência Social aos Servidores do Estado* — Pub. avulsa do D.A.S.P.

RUDOLF ALADAR METALL — *A Segurança Social sob o Prisma Internacional* (Artigo) — "Revista do Serviço Público", nov. de 1944, pág. 18.

Curso de Português

Formação de Escriturários para Ministérios Militares

JOÃO LUIZ NEY

SINTAXE DE CONCORDÂNCIA — VERBOS HAVER E FAZER — INFINITO IMPESSOAL — PLURAL DOS NOMES COMPOSTOS

Concordância do verbo com o sujeito :

1. Sendo o sujeito um substantivo único, o verbo concorda com o sujeito.

Ex.: "Ricardo *chegou*. Os candidatos *chegaram*".

2. Sendo o sujeito múltiplo, precedente ao verbo, e um dêles da primeira pessoa, o verbo vai para o plural da primeira pessoa (porque o sujeito real é nós).

Ex.: "Eu, Ricardo e Suindara *saímos* a passeio".

3. Sendo o sujeito múltiplo, precedente ao verbo, sem nenhum da primeira, mas um da segunda, o verbo vai para a segunda do plural (porque o sujeito real é *vós*).

Ex.: "Tu, Zulmira e aquêle estrangeiro *sois* três patetas".

NOTA : Os exemplos em que prevalece o critério da proximidade são raríssimos.

4. Sujeitos múltiplos de 3.ª pessoa, precedentes ao verbo, exigem o verbo na terceira do plural.

Ex.: "Rômulo, a professôra e o marquês *passaram* três semanas na fazenda".

NOTA : Pode prevalecer o critério da proximidade e a concordância fazer-se só com o último; todavia não é o usual: "Sua beleza, sua elegância, mas sobretudo sua afabilidade me *encanta* (ou *encantam*)".

"A liberdade, o bem-estar, a segurança pública *está* em perigo (ou *estão*)".

5. Se os sujeitos múltiplos precedentes ao verbo são nomes referentes a uma só pessoa o verbo irá para o singular. Ex.: "Êsse poderoso *cérebro*, êsse *coração* de ouro, êsse *herói nacional merece* tôdas as honras públicas".

— Neste caso, os três substantivos são verdadeiros apostos do substantivo próprio não mencionado.

6. Sendo o sujeito constituído por substantivo coletivo indeterminado seguido de complemento específico, pode o verbo concordar com o nome coletivo ou com o complemento em plural. Exs.: "Um grande número de velas *branquejavam* sôbre as águas". "A maior parte dos recrutas *desertou*".

7. Sendo o sujeito constituído por pronome indefinido no plural seguido de complemento específico formado por *nós* ou *vós*, o *verbo* concorda com o complemento específico.

Exs.: "Alguns de nós já *recebemos* o folheto".

"Quais de vós *quereis* acompanhar-me?

"Poucos de vós *sabeis* o que é ritmo".

"Quantos de vós *pretendeis* seguir-me?

NOTA : Se o indefinido está no singular é mais freqüente com êle concordar o verbo.

Ex.: "Algum de *nós* \deve *ter* o bilhete premiado".

8. Sujeito formado pelo pronome indefinido *quem* tem preferentemente o verbo concordando com *quem;* todavia a concordância com o pronome pessoal a que se refere não é errônea.

Ex.: "Quem de vós me *ajudará*?"

9. Pronome relativo *que* (sujeito) referente a um predicado nominal da oração principal, tem o verbo concordando com o predicado nominal ou com o sujeito da principal.

Ex.: "Nós éramos os únicos clientes que ali *estávamos* (ou *estavam*).

10. Pronome *quem* predicado nominal de oração principal leva o verbo da oração adjetiva à 3.ª pessoa do singular.

Ex.: "Não somos nós quem *administra* o trabalho".

11. Sujeitos múltiplos correlatos por *tanto como* equivalente a *um e outro* têm o verbo concordando no plural.

Ex.: "Tanto o bispo como o pároco *podem cair* em tentação".

12. O pronome relativo *que* prêso a *o, a, os, as,* predicado nominal quer o verbo concordando com o sujeito da oração principal.

Ex.: "Somos nós os que nos *achamos* em dificuldade".

13. As expressões *mais de, menos de, cêrca de, obra de, coisa de, perto de, passante de,* têm o verbo concordando com o têrmo regido que vem após o *de.*

Ex.: "Cêrca de vinte pára-quedistas *acabam de saltar*".

"Por mês, mais de uma *tem ficado inutilizada*".

14. Com a expressão *um dos que,* o verbo deve ir para o plural.

Ex.: Eras um dos que *estavam* do lado dêle.

15. Alguns substantivos próprios no plural têm o verbo também no plural.

Ex.: "*Os Lusíadas representam* a mais importante obra épica da língua portuguêsa".

"*Os Estados Unidos exportam* inúmeros produtos químicos".

"*Os Sertões* têm sido traduzidos em várias línguas".

16. Nas expressões verbais com o verbo *parecer,* dá-se curioso caso de sincretismo sintático: ora varia o auxiliar *parecer* ora o verbo principal.

Exs.: "As formigas parece trabalharem dia e noite".

"As formigas parecem trabalhar dia e noite".

— Caso curioso de sincretismo é ainda:

"Aqui pode-se construírem duas casas" (duas orações).

"Aqui podem-se construir duas casas". (uma oração).

17. O infinito impessoal é de rigor nas expressões verbais, para evitar pleonasmo flexional, e nas orações que servem de objeto direto aos verbos *causativos* e *sensitivos*.

Expressão verbal:

"*Costumam* meus auxiliares *discutir* questões inúteis".

"*Podiam* os datilógrafos *bater* o relatório depois da hora ?"

Verbos *causativos* e *sensitivos*:

"*Faremos* as crianças *cantar* o hino".

"*Deixa*-nos *ver* o que houve".

"*Ouvi* as crianças *cantar*.

NOTA — O infinito pessoal emprega se por clareza ou eufonia. Seu emprêgo é de regra sempre que sem êle fique o sentido obscuro.

HAVER é impessoal, isto é, não tem sujeito e se mantém na 3.ª pessoa do singular quando:

a) pode substituir-se por *existir*: "Não *havia* os sinais que eu deixara".

b) indica tempo decorrido: "*Haverá* talvez três dias que êle embarcou".

c) pode substituir-se por *acontecer* ou *realizar-se*.

"*Houve* vários incidentes".

"*Houve* duas sessões".

Nas expressões verbais e nos tempos compostos com o verbo Haver impessoal, os auxiliares se mantêm invariáveis: *Devia haver protestos — Poderá haver descontentes — Está havendo muitas reclamações*.

FAZER é impessoal em orações que determinam o tempo decorrido e nas que exprimem fenômeno meteorológico.

Exs.: a) *Faz* dois meses que o concurso foi homologado.

b) Nestes meses *faz* mais calor.

Plural dos nomes compostos: (1)

I — Variam ambos os elementos se é composto de:

a) *Substantivo* com *Substantivo*: couves-flores, cirurgiões-dentistas, tenentes-coronéis, abelhas-mestras, ervas-cidreiras, vigas-mestras, etc.

b) *Substantivo* com *Adjetivo*: amores-perfeitos, fogos-fátuos, obras-primas, peles-vermelhas, ervas-doces, barbas-azuis, águas-vivas, altares-mores, caixeiros-viajantes, etc.

c) *Adjetivo* com *Substantivo*: puros-sangues, gentis-homens, baixos-relevos, extremas-unções, francos-atiradores, segundas-feiras, públicas-formas, meios-fios, etc.

d) *Verbo Repetido*: corres-corres, luzes-luzes, ruges-ruges, gemes-gemes, tremes-tremes, boles-boles, puxas-puxas, piscas-piscas, safas-safas.

II — Varia só o segundo elemento se é composto de:

a) *Adjetivo Reduzido com Substantivo*: bel-prazeres, grão-mestres, grão-vizires, grã-duquesas;

b) *Adjetivo com Adjetivo*: anglo-americanos, greco-latinos, anglo-saxões, luso-brasileiros, médico-cirúrgicos, línguo-dentais, etc.;

c) *Verbo com substantivo*: caça-níqueis, arranha-céus, bate-bôcas, porta-bandeiras, beija-flores, busca-pés, quebra-mares, guarda-roupas, pára-quedas, beira-mares, etc.;

d) *Palavra Invariável* com *Adjetivo*:

abaixo-assinados, sempre-vivas, sôbre-humanos, vice-presidentes, super-homens, sub-bibliotecários, contra-regras, contra-sensos.

e) *Onomatopéias*: tique-taques, reco-recos, tico-ticos, roque-roques, quero-queros, vem-vens, baco-bacos;

f) *Palavras Repetidas*: lufa-lufas, sina-sinas, lero-leros.

III — Varia só o primeiro elemento se é composto de:

a) *Substantivo* com *Preposição* com *Substantivo*: pães-de-ló, beijos-de-moça, pés-de-vento, pés-de-meia, capitães-de-mar-e-guerra, bananas-d'água;

b) *Substantivo* com *Substantivo com idéia de fim ou semelhança*: escolas-modêlo, cafés-concêrto, canetas-tinteiro, livros-caixa, navios-escola, saias-balão, crianças-prodígio, bombas-relógio, licenças-prêmio etc.

IV — São invariáveis:

a) *Verbos Diferentes*: perde-ganha, leva-e-traz, ganha-perde.

b) *Verbo com Palavra Invariável*: os bota-fora, os pisa-mansinho, os bota-abaixo, os cola-tudo.

c) *Certos adjetivos de côr*: verde-mar, azul-ferrete, azul-celeste, azul-turquesa, azul-marinho, azul-fino, verde-garrafa, verde-gaio, verde-montanha, etc.

NOTA — Quando êsses adjetivos indicativos de côr passam a substantivo deixam de ser invariáveis. Exs.: *Verde-gaio* (nome de uma música popular) faz *Verdes-gaios*.

NOTA — Quando à palavra *guarda* se segue um substantivo a regra é flexionar apenas o substantivo: *guarda-braço* (pl: guarda-braços); *guarda-chuva* (pl: guarda-chuvas); *guarda-comida* (guarda-comidas); *guarda-fio* (guarda-fios); *guarda-freio* (guarda-freios); *guarda-lama* (guarda-lamas); *guarda-linha* (guarda-linhas) etc. 2) quando à palavra *guarda* se segue um adjetivo, a regra é flexionar os dois elementos: *guarda-florestal* (guardas-florestais); *guarda-mor* (guardas-mores); *guarda-noturno* (guardas-noturnos); etc.

Guarda-marinha pelo Peq. Vocabulário faz *guardas-marinhas*.

Furta-côr é invariável como adjetivo, como substantivo faz *furta-côres*.

Bem-te-vi passa ao plural *bem-te-vis*.

Bem-me-quer passa ao plural *bem-me-queres*.

Morte-côr, morte-luz, segundo Mário Lopes fazem *morte-côres, morte-luzes*.

Surdo-mudo passa ao plural *surdos-mudos*.

Fruta-pão pelo Peq. Dicionário da Ling. Port. faz *frutas-pão, fruta-pães*.

Padre-nosso pelo Peq. Dicionário da Ling. Port. faz *padres-nossos, padre-nossos*.

Lugar-tenente passa ao plural *Lugar-tenentes*.

Sem-luz
Sem-partido
Sem-vergonha
Corta-frio

como substantivos, são ***invariáveis***.

Questões objetivas:

I — Complete as orações abaixo empregando o Infinito Pessoal ou o Impessoal dos verbos que as precedem.

1. *Acabar* — "Os prédios ficaram por .....".

2. *Explicar* — "Devemos, no entanto, ... o que houve".

3. *Saber* — "Quando viemos a ..... já era muito tarde".

4. *Chorar* — "À noite, ouvi ..... duas crianças".

(1) Sistematizamos em quadros mnemônicos as vinte regras pontificadas por nosso insigne colega, prof. Mário Lopes, em "*Como Pluralizar os Nomes Compostos*" 1944.

5. *Proferir* — "Afastaram-se todos sem ..... sequer uma palavra".

6. *Tomar* — "Despediram-se de mim antes de .... o trem que os levaria a São Paulo".

7. *Pensar* — "Em teu benefício, julgamos que é melhor ..... no teu próprio futuro".

8. *Pagar* — "Fizemos os infratores ..... a multa".

9. *Ouvir* — "Se continuásseis a ....., saberíeis a verdade".

II — Preencha os claros usando o plural dos nomes compostos que se acham entre parênteses.

1. Os costumes ——— (greco-romano) foram estudados nas obras ——— (lingüístico-literário) dos ——— (capitão-mor).

2. Os ——— (bem-te-vi) cantavam ao verem os ——— (tico-tico) nos ramos das ——— (sempre-viva).

3. Aquêles ——— (tenente-coronel) levaram as duas ——— (bomba-relógio) que estavam com os ——— (guarda-freio).

4. Os ——— (mapa-múndi) ficavam abertos sôbre duas toalhas ——— (azul-claro).

Respostas certas:

I — 1. "Os prédios ficaram por *acabar*".

2. "Devemos, no entanto, *explicar* o que houve".

3. "Quando viemos a *saber*, já era muito tarde".

4. "À noite, ouvi *chorar* duas crianças".

5. "Afastaram-se todos sem *proferirem* sequer uma palavra". (1)

6 "Despediram-se de mim antes de *tomarem* o trem que os levaria a São Paulo" (1)

7. "Em teu benefício julgamos que é melhor *pensares* no teu próprio futuro". (2)

8. "Fizemos os infratores *pagar* a multa".

9. "Se continuásseis a *ouvir*, saberíeis a verdade".

II — 1. Os costumes *greco-romanos* foram estudados nas obras *lingüístico-literárias* dos *capitães-mores*.

2. Os *bem-te-vis* cantavam ao verem os *tico-ticos* nos ramos das *sempre-vivas*.

3. Aquêles *tenentes-coronéis* levaram as duas *bombas-relógio* que estavam com os *guarda-freios*.

4. Os *mapas-múndi* ficavam abertos sôbre duas toalhas *azul-claras*.

(1) A clareza aqui exige o infinito pessoal em 3.ª pessoa do plural.

(2) A clareza aqui exige o infinito pessoal em 2.ª pessoa do singular.

Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos

Sua Vida e sua Obra

Reportagem de JOSÉ ALIPIO GOULART

A PREVIDÊNCIA Social, tal como a concebemos hoje, "no sentido de atribuir à população ou a parte dela direitos em face de certos acontecimentos previsíveis da vida individual", é obra do Estado Moderno.

Foi a revolução industrial processada em fins do século XIX, que, acarretando mudança radical nas condições sociais, em virtude do progresso da ciência e da técnica, o que determinou a produção em massa, as concentrações urbanas e os grandes movimentos sociais correspondentes, quem provocou, da parte dos governos, maior atenção para a solução do problema do amparo às classes trabalhadoras.

O Estado Liberal, fiel à sua política meramente fiscalizadora, nunca interveio em tais questões de forma decisiva, mesmo porque, até meados do século acima citado, as condições sócio-econômicas das populações não apresentavam o mesmo panorama da fase que se seguiu, bastando a todos as medidas de ordem assistencial decorrentes do princípio da solidariedade coletiva, através das organizações patronais ou profissionais, de sociedades de auxílios mútuos, de beneficência, de ordens religiosas, etc.

Todavia, apesar do impulso dado às atividades no terreno industrial e comercial, o processo da previdência social subordinou-se a uma evolução lenta. De início, a intervenção deu-se apenas nos casos em que o infortúnio decorria do trabalho, e assim mesmo limitada às atividades particularmente perigosas. Essa intervenção, que consistia no pagamento de indenizações, chocou-se com as disposições do direito comum, originando-se, daí, a proteção geral. As leis que posteriormente instituíram essa proteção geral, tornando obrigatório o seguro social, tiveram como ponto inicial, a que foi promulgada em 1889, na Alemanha. Países como a França, a Bélgica e a Itália, tinham suas leis de proteção; porém estas só atendiam a determinadas classes sociais, notando-se entre estas, com maior particularidade, os marítimos.

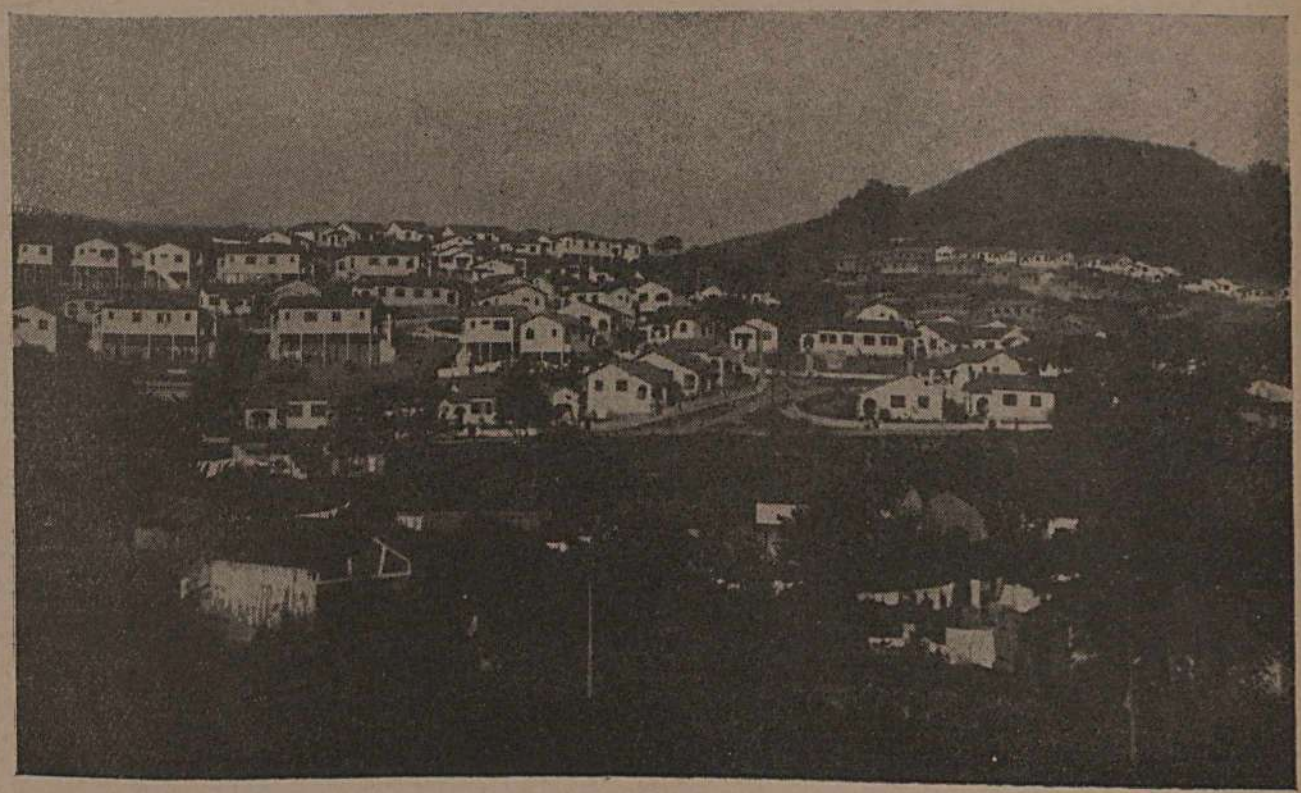
No Brasil, muito embora funcionassem desde longa data instituições de proteção social, tais como as irmandades das Santas Casas de Misericórdia, as Ordens Terceiras e outras, só em 1919 foi promulgada a primeira lei sôbre acidentes do trabalho seguida, em 1923, da que implantou o seguro social obrigatório, para a classe dos ferroviários. Começou, pois, em 1923, a marcha da previdência social sob aspecto científico. A partir dessa época foram criadas várias Caixas de Pensões e Aposentadoria, beneficiando determinados grupos. Assim é que pela Lei n.º 4.682, de 24 de janeiro de 1923, foi criada a CAP dos Ferroviários; a Lei n.º 5.485, de junho de 1928, criou Caixas de previdência social para o pessoal que trabalhava em serviços telegráficos e radiotelegráficos, e assim por diante. Não se pode em espaço tão exíguo fazer um retrospecto completo da história da previdência social no Brasil.

Com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, pelo Decreto n.º 19.667, de 4 de fevereiro de 1931, iniciou-se uma fase mais promissora para a segurança do trabalhador, pois, da competência e atribuições do MTIC constava a organização do trabalho e da previdência social. Até então, funcionava o sistema de pequenas Caixas, fundadas pelo agrupamento de empregados de uma só emprêsa. Tornava-se imperioso, porém, que essa obra restrita a pequenos grupos fôsse ampliada, tomando caráter nacional; e, nesse sentido foram iniciados estudos, que duraram até o ano de 1933.

A 29 de junho de 1933, dia de São Pedro, patrono dos marítimos, o então presidente Getúlio



Aspecto geral da reunião da Comissão de Segurança "Buarque de Macedo", instalada na Ilha de Mocanguê. No centro o Sr. Almirante Lemos Bastos, Diretor do Lóide Brasileiro, ladeado pelos Srs. Drs. Amâncio Palmeiro e Francisco Karam, respectivamente, Presidente do IAPM e Diretor do DAT



Vista do conjunto de Irajá

Vargas assinou o Decreto n.º 22.872, surgindo, assim, a grande instituição de previdência social, de âmbito nacional: o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos. Note-se que até então, sendo a profissão de marítimo considerada de trabalho perigoso, não havia sido amparada, no Brasil, por nenhuma das leis anteriores. O primeiro presidente do IAPM foi o então Capitão Napoleão de Alencastro Guimarães, hoje Senador da República.

Tendo sido a primeira instituição do gênero a ser criada em território brasileiro, portanto, sem espelhos onde mirar-se, vem o IAPM cumprindo garbosamente sua missão, em que pesem os abrolhos (para usar linguagem marítima) que tem encontrado em sua rota. E' o decano dos IAP e tem sabido erguer bem alto, no seio das classes que ampara, sua bandeira de segurança e proteção.

De início funcionou num casarão velho, na rua da Candelária n.º 92, onde uma clarabóia de vidro filtrava o sol sôbre as cabeças dos funcionários e, durante o verão, os papéis se dobravam sôbre as mesas, tamanho o calor que invadia o ambiente. Mesmo assim, porém, mau grado as péssimas condições ambientais de trabalho, é justo que se reconheça o valor e a capacidade da plêiade de homens que ali começaram a construir o IAPM, porque souberam executar obra firme e duradoura.

Apoiados em dados colhidos na instituição em tela, graças à boa vontade do seu atual presidente, Engenheiro Amâncio de Souza Palmeiro, que aliás é antigo servidor da casa, podemos fornecer, em seguida, vários elementos informativos que servem para demonstrar o quanto a referida autarquia tem progredido.

RECEITA E DESPESA

A receita total do IAPM, em 1952, atingiu a importância de Cr$ 403.576.765,40, para uma despesa de Cr$ 277.707.793,30, o que redundou num saldo de Cr$ 125.868.972,10, saldo êsse que ultrapassou o do exercício de 1951 em Cr$..... 11.299.587,10.

A receita do exercício de 1952 excedeu à previsão orçamentária em Cr$ 98.627.265,40, superando a do exercício de 1951 em Cr$ ..... 55.259.174,70.

Por êsses dados verifica-se não só que o setor de arrecadação executou trabalho de alta eficiên-



O professor Camille Simonin, da Universidade de Estrasburgo (à direita) em companhia do Engenheiro Amâncio Palmeiro, presidente do IAPM

cia, como a administração central soube coibir excessos mantendo em equilíbrio a situação financeira da instituição.

DISTRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS

Em 1952, o IAPM concedeu benefícios que somaram o dôbro das concessões havidas em 1950, graças a medidas de ordem descentralizadora e burocracia menos rígida. Uma dessas medidas consistiu na delegação de competência a 27 de suas principais Delegacias, de conceder benefícios, integralmente, "ad referendum" da Administração Central, eliminando, com isso, o lapso de tempo que decorria da remessa da documentação para a sede e uma série de outras providências que, de modo geral, implicavam num interregno de meses entre o pedido e a concessão.

Graças a essas iniciativas, pagou o IAMP em 1952 mais de Cr$ 22.145.612,50 de benefícios do que em 1951, e mais de Cr$ 58.778.477,00 do que no exercício de 1950.

Quanto ao número de concessões no triênio acima citado, pode-se ter uma visão mais ampla apreciando o quadro abaixo:

Referências	1950	1951	1952
Aposentadorias	835	1.431	1.839
Pensões	1.426	2.183	2.236
Manutenção de salário	187	224	241
Pecúlio e funeral	17	102	537



Inauguração do Curso de Medicina do Trabalho, ministrado pelo Prof. Camille Simonin



Tipo de cartazes explicativos distribuídos pelo Departamento de Acidentes do Trabalho do IAPM

INVERSÕES DE CAPITAL

O investimento de capital do Instituto dos Marítimos em 1952 elevou-se a Cr$ ..... 31.640.331,50, assim distribuídos: para os empréstimos simples, em dinheiro, Cr$ ..... 12.580.360,00; para os financiamentos individuais de aquisição de casas, a importância de Cr$..... 5.588.000,00; e Cr$ 13.471.871,20, só para os conjuntos residenciais.

No que concerne a empréstimos simples, as concessões no Distrito Federal somaram um total de 1.105 atingindo a importância de Cr$..... 7.457.394,60 e, nos Estados, a 853, representando Cr$ 5.800.800,00.

A Carteira Imobiliária financiou a aquisição de 48 casas por iniciativa de segurados, num total de Cr$ 5.588.000,00. Ao mesmo tempo, foram concluídas 147 casas, que compõem o grupo "Y" do Conjunto de Irajá. Aliás, nesse conjunto, que ao término das obras contará com 385 residências, já foram investidos Cr$ 56.658.416,70. O total de imóveis residenciais, construídos, comprados e financiados pelo IAPM, até dezembro de 1952 elevava-se a 1.356, assim distribuídos:

Distrito Federal:

Tomaz Coelho	217
Irajá	147
Jacaré	20
Diversos bairros	380



Outro tipo de cartazes explicativos com acidentes do trabalho

Estados:

Estado do Rio	260
Ceará	153
Paraíba	81
Bahia	47
Pernambuco	43
São Paulo	8

Tais investimentos atingiram a soma global de Cr$ 144.294.074,80.

Também está o IAPM construindo sua sede própria, onde instalará seus serviços administrativos, e um hôspital-modêlo para atender aos seus associados; nessas duas obras foram aplicadas, até fins de 1952, respectivamente, as importâncias de Cr$ 35.923.012,50 e Cr$ 33.105.471,00, somando um total de Cr$ 69.028.483,50. Êsses dois edifícios permanecem com suas obras em andamento, esperando-se o término das mesmas até meados de 1954.

No exercício corrente, deverá a instituição em foco inverter as importâncias de Cr$..... 15.000.000,00 em empréstimos simples, Cr$... 16.000.000,00 em financiamentos isolados, e iniciar a construção dos conjuntos residenciais de São Gonçalo, com perto de 200 unidades, e o de Realengo com 400 unidades, orçados, respectivamente, em Cr$ 25.000.000,00 e Cr$ ..... 60.000.000,00.

ASSISTÊNCIA MÉDICA

O Instituto dos Marítimos despendeu com assistência médica, cirúrgica e hospitalar, no decorrer do exercício passado, a importância de Cr$ 48.852.150,40, tendo-se verificado um acréscimo em relação ao exercício de 1951, de Cr$..... 10.053.485,30.

Excetuando o estabelecimento hospitalar em construção, a instituição de previdência dos marítimos possui 3 hospitais assim distribuídos: Distrito Federal, com 110 leitos; Niterói, com 80 leitos e na cidade de Belém, Estado do Pará, com 65 leitos. Mantém, ainda, contratos com o Sanatório de Curicica, para tuberculosos, com a Pró-Mater, para parturientes, com o Sanatório de Psicopatas, além de inúmeros ambulatórios, não só na sede central como em suas Delegacias espalhadas por todo o território nacional.

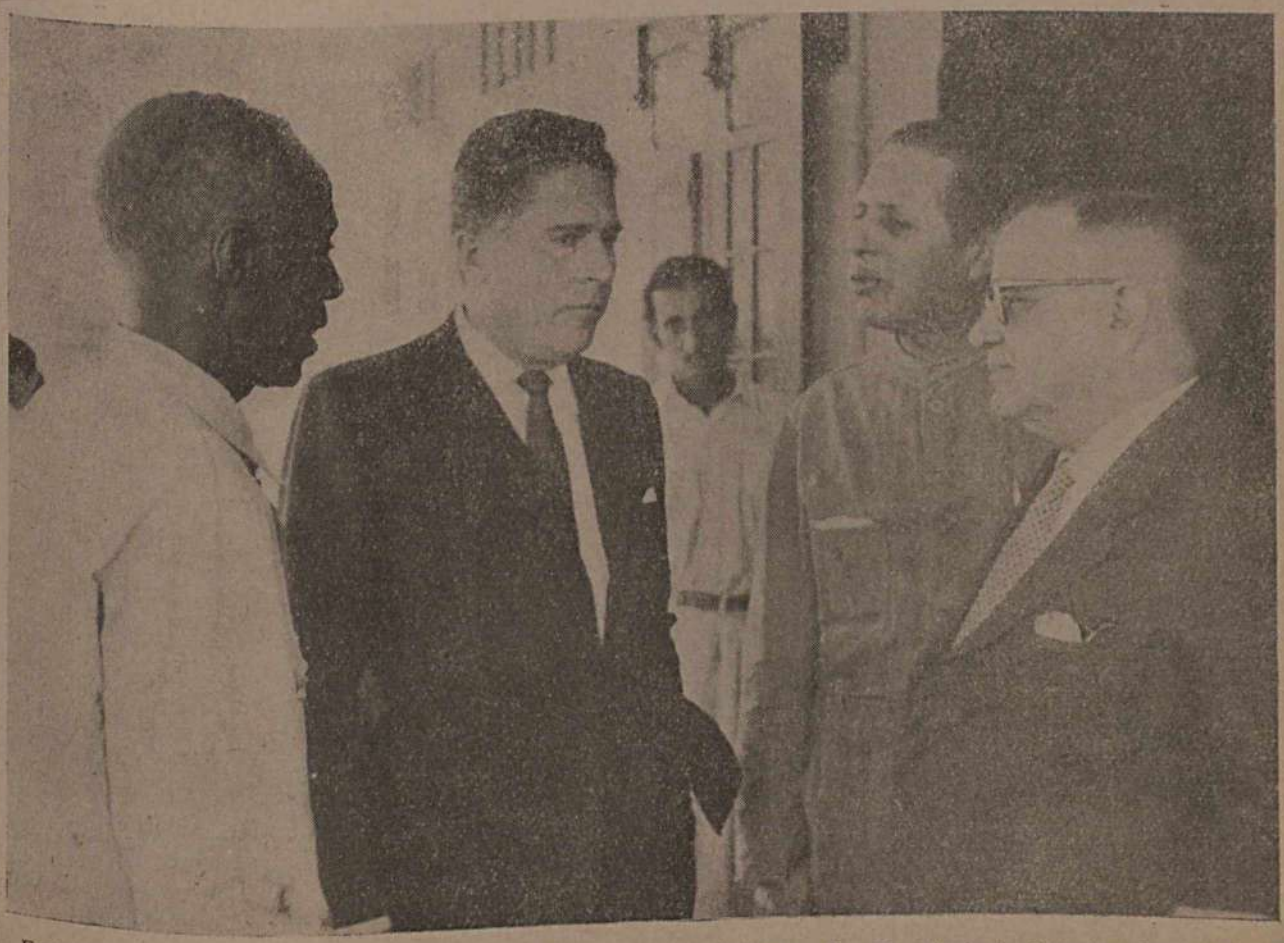
Com serviços de laboratórios, de análises clínicas e histopatológico, despendeu a soma de Cr$ 870.389,00; e as despesas com os serviços de Raios X montaram a Cr$ 861.129,00. Êstes serviços atenderam às várias clínicas mantidas pela



Alegoria com uma frase de Ramazzini sôbre prevenção e higiene do trabalho



Aspecto da solenidade da entrega dos diplomas aos alunos do curso de higiene e segurança do trabalho no Gabinete do Presidente do IAPM. Momento em que o Sr. Presidente do IAPM entregava o diploma à aluna Graciema Alves do Nascimento



Engenheiro chefe da Ilha do Mocanguê, Mário Pereira, quando falava ao Sr. Dr. Amâncio Palmeiro, Presidente do Instituto dos Marítimos, a respeito da Prevenção acompanhado do Sr. Almirante

instituição, como sejam: cardiológica, psiquiátrica, gastrenterológica, médica, oftalmológica, odontológica, ginecológica, urológica, traumatológica, ortopédica, pediatra, neuropsiquiátrica, dermatossifiligráfica e otorrinolaringológica.

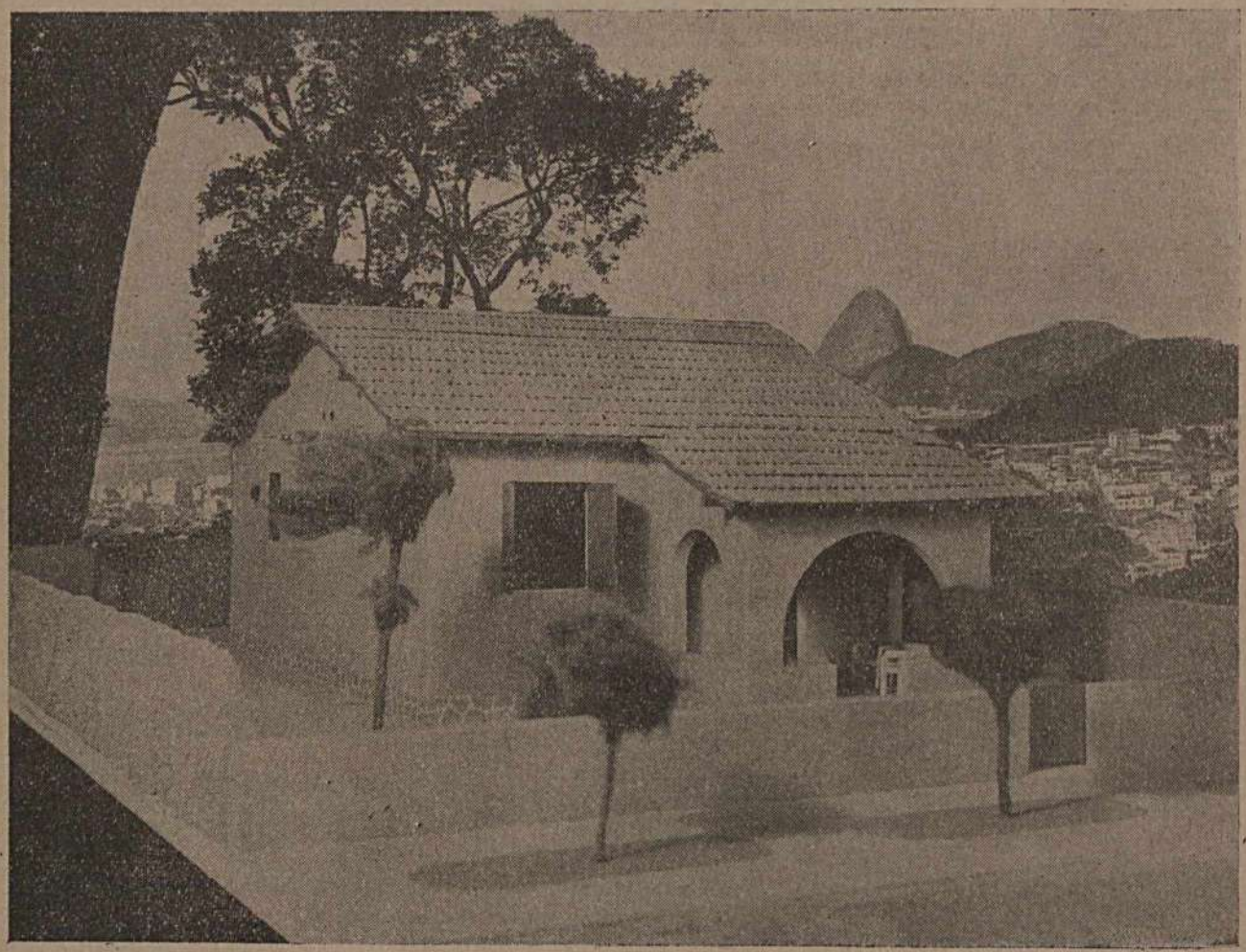
ACIDENTES DO TRABALHO

Nesse particular, pode-se classificar os serviços do IAPM como dos melhores existentes no Brasil. O Departamento de Acidentes do Trabalho tem autonomia financeira, montando sua receita em Cr$ 51.582.515,60, no exercício de 1952, para uma despesa de Cr$ 45.035.897,90. O número de associados segurados é de 74.555, tendo o DAT socorrido, durante o ano passado, a 12.575 acidentados.

Pelo Departamento a que ora nos referimos, foram distribuídas em 1952 as seguintes importâncias: diárias — Cr$ 12.801.267,30; manutenção de salários — Cr$ 9.152.000,00; indenizações parciais permanentes — Cr$ 549.560,40; e socorros médicos — Cr$ 2.202.588,40.

Mantém o IAPM, através do DAT, serviços técnicos de Prevenção de Acidentes, constituídos pelos setores de Higiene e de Segurança do Trabalho, que vêm funcionando desde 1944 com real utilidade e eficiência. Basta ver que em 1943, para 53.992 associados segurados, houve 26.396 acidentados; em 1944, para 62.084 segurados, verificaram-se 28.326 acidentes. A partir, porém, dêsse último ano, quando os serviços começaram a funcionar, a queda do número de acidentados foi brusca ao mesmo tempo que se elevava o número de segurados. Assim, em 1952, como foi dito acima, para 74.555 segurados, houve apenas 12.575 acidentes, ou seja, uma diminuição de 14.000 acidentados para um acréscimo de mais de 12.000 segurados em relação ao ano de 1944.

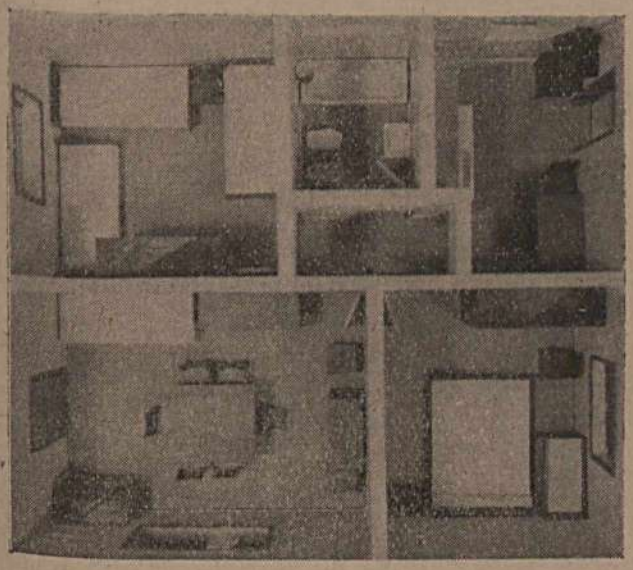
O Serviço de Prevenção criou 53 Comissões de Segurança, que estão em pleno funcionamento, cuja finalidade é não só prevenir contra acidentes como também melhorar as condições ambientais de trabalho. O mesmo Serviço fêz distribuir mais de 13 publicações educativas, num total de .... 170.000 exemplares e mantém um jornal — Se-



Tipo de residência construída pelo IAPM

gurança do Trabalho — cuja tiragem se eleva a 15.000 exemplares.

Outra medida de indiscutível valor cultural e técnico, foi o Curso de Legislação Social, Higiene e Segurança do Trabalho, iniciado em 11 de março de 1951 e terminado em 24 de março de 1952, instalado pelo DAT, que contou com 244 alunos oriundos de instituições oficiais e emprêsas privadas, sendo que alguns vindos do exterior — Bolívia e Venezuela — contando-se entre os freqüentadores com engenheiros civis, médicos, advogados, professôres, industriais e comerciantes. Realizou, ainda, o IAPM um Curso de Medicina do Trabalho, ministrado pelo Prof. Camille Simonin, reconhecido como a mais alta autoridade no assunto. Suas aulas foram taquigrafadas e gravadas e em breve constituirão um volume.



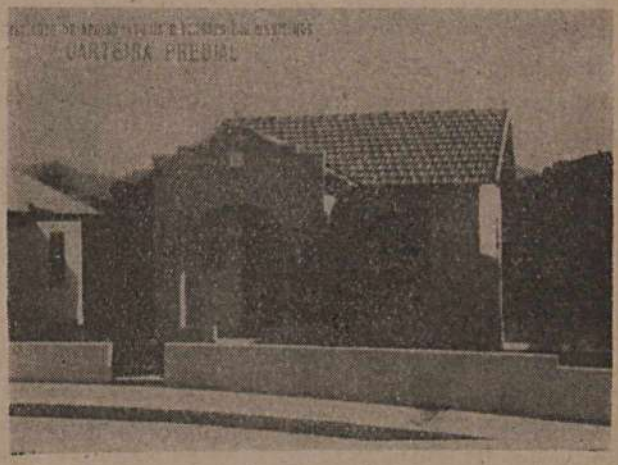
Interior das casas do Conjunto Residencial Getúlio Vargas, em Tomaz Coelho

SERVIÇO SOCIAL

Essa nova técnica que começa a despontar no Brasil, pode encontrar no Instituto dos Marítimos um núcleo bem avançado de sua execução. O Serviço Social do IAPM vem dando rendimento efetivo e bastante satisfatório em suas atividades. O S.S. faz funcionar cursos de alfabetização, corte e costura, religião, trabalhos manuais e outros, além de prestar assistência aos marítimos e suas famílias, nos lares, nos hospitais, nos ambulatórios, enfim, em tôda parte onde se fizer necessária a presença de seus assistentes sociais.

O IAPM NOS ESTADOS

O Instituto dos Marítimos conta com 61 Delegacias, Agências e Representações, espalhadas por todo o território nacional, cobrindo, pois, com sua rêde de órgãos locais, tôdas as classes — marítima e anexas a êle filiadas, havendo Estados em que, dado a dispersividade de núcleos de associados, há várias Delegacias. A administração central mantém constante e perfeito contrôle dêsses órgãos locais através de uma plêiade de inspetores que, em freqüentes viagens, transitam por êsses

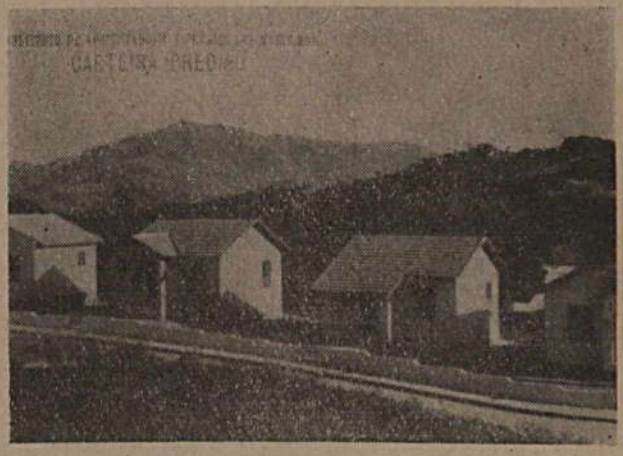


Tipo de casa do Conjunto Residencial de Irajá

órgãos, inspecionando-os, trabalho que penetra na organização dos serviços, questões de pessoal e material, instalações e vai até a tomada de contas, com a verificação de todo movimento financeiro executado pelo representante desde a última inspeção.

RECÍPROCA ASSISTÊNCIA

Contam os servidores do IAPM com uma instituição "sui-generes", organizada por êles próprios, com o beneplácito da administração da casa. Essa instituição tem o nome de "Recíproca Assistência" e sua finalidade filantrópico-social é das mais úteis e belas que se conhece. O mecanismo é simples: a maioria dos servidores fazem parte do seu quadro social e, os que são admitidos,



Vista parcial do Conjunto Residencial de Irajá

têm o prazo de 15 dias para resolver fazer ou não parte da sociedade. Quando morre um sócio, todos os demais contribuem com o equivalente a um dia de serviço para quem o "de cujus" tiver

inscrito como beneficiário. A beleza da instituição está em que morrendo um diretor ou um servente, a contribuição é sempre idêntica não havendo, portanto, distinção de classe nem de categoria.

INAPEMA CLUBE

Para coroar o esfôrço e a dedicação dos servidores do Instituto, há um clube recreativo-esportivo que se encarrega de proporcionar um ambiente social bastante agradável para os que militam naquela instituição. Na nova sede o clube terá instalações condignas, tendo o Sr. Presidente do IAPM já determinado a cessão de um andar à agremiação dos funcionários. A existência de clubes recreativos-esportivos conjugando servidores de uma mesma instituição, é hoje em dia imperativo de ordem psicológica, dados os elementos que oferece no sentido de estreitar relações e sanear mentalidades, proporcionando maior compreensão entre todos.

CONCLUSÃO

A direção atual do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos está assim constituída :

Presidente — Dr. Amâncio de Souza Palmeiro.

Diretores:

Departamento de Benefícios — Francisco Ferraz.

Departamento de Inversões — Engenheiro Hélio Teixeira.

Departamento de Arrecadação — Claudionor Cruz.

Departamento de Assistência Médica — Dr. Otávio Reis.

Departamento de Acidentes do Trabalho — Dr. Francisco Karam.

Departamento de Serviços-Gerais — Pércio Gomes de Melo.

Contador-Geral — Dídimo Secundo de Melo.

Tesoureiro-Geral — Alberto Pestana Filho.

Procurador-Geral — Dr. Paulino Inácio Jacques.

Chefe do Gabinete da Presidência — Dr. João Batista de Queiroz Guimarães.

Princípios e Problemas de Govêrno

CHARLES G. HAINES
e
BERTA M. HAINES
(Trad. de *Espírito Santo Mesquita*)

CAPÍTULO XIV

REVISÃO E EMENDA DAS CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS

Princípios das Primeiras Constituições Estaduais

AS primeiras constituições estaduais, votadas em 1776, caracterizavam-se pela síntese. De algumas páginas, apenas, os documentos tinham a natureza de "cartas temporárias", elaboradas para atender a uma situação de emergência. Uma estrutura de govêrno sumária, incluindo os poderes legislativo, executivo e judiciário e, em alguns casos, uma resumida declaração de direitos, constituíam as primeiras leis básicas dos Estados. Estas conferiram importantes poderes ao legislativo que tinha autoridade sôbre o judiciário na nomeação dos juízes e, às vêzes, funcionava como côrte suprema de apelação. Segundo algumas dessas constituições, a assembléia elegia e, de certo modo, controlava o governador. Não é motivo de surprêsa encontrar certos homens que são contrários ao sistema de enfeixar o legislativo em suas mãos todos os poderes de govêrno. Estabelecem, em certos sentidos, limites definidos à ação do legislativo, declarando-se, então, que êsses limites não podem ser ultrapassados. Só em alguns Estados, porém, é que se criaram instrumentos como o *conselho de censores* para defender a constituição contra a ingerência do legislativo.

A constituição não foi, via de regra, baseada na sanção popular. Algumas delas foram projetadas pelas convenções revolucionárias ou por assembléias legislativas e foram postas em vigor sem a aprovação expressa do povo. O melhor processo foi o adotado em Massachusetts, quando, em 1779, seu legislativo pediu ao povo que decidisse se devia planejar uma nova forma de govêrno ou se o próprio legislativo devia convocar uma constituinte para êsse fim. De acôrdo com o resultado da votação, convocou-se uma assembléia que elaborou a nova carta constitucional, submetendo-a à aprovação dos habitantes do sexo masculino de cada vila ou fazenda do Estado. Êsse processo passou, mais tarde, a vigorar sempre que se tratasse de uma revisão total das constituições estaduais. Foi pela primeira vez estabelecida então a diferença entre constituição e lei estatutária com base no processo de elaboração da lei constitucional e das leis ordinárias. Essa distinção passou a ser conhecida como princípio fundamental do processo evolutivo constitucional americano.

O princípio de separação de poderes, expressamente formulado na constituição de Massachusetts, é um dos mais importantes dogmas do govêrno estadual. Aquela constituição diz que "no govêrno desta comunidade o poder legislativo jamais deve exercer o executivo, o judiciário ou ambos. O judiciário jamais deve exercer poderes legislativo, executivo ou ambos, a fim de que êste seja um govêrno de leis e não de homens".

Outras constituições incluíram também dispositivos pelos quais os poderes legislativo, executivo e judiciário devem ser separados e independentes. A idéia geral da época foi bem expressa por MALISON : "o acúmulo de todos os poderes, legislativo, executivo e judiciário, nas mesmas mãos, quer de um indivíduo, de um pequeno grupo ou de muitos, quer seja hereditário, eletivo ou nomeado, pode ser denunciado como uma verdadeira definição de tirania". Assim, a doutrina de separação de poderes, definida em teoria por Montesquieu, foi posta em prática nos Estados americanos, do que resultou um ajustamento de relações entre as várias divisões do govêrno nas comunidades do país, ajustamento êsse que é, pràticamente, único no gênero. Muito embora fôsse, às vêzes, necessário introduzir numerosas modificações e alterações nessa regra de separação, o princípio geral foi mantido em tôda a evolução do direito constitucional americano. Acompanhando a teoria da separação de poderes, surgiu a doutrina de freios e contrapesos, pela qual se determinou que êsses poderes deviam ser divididos e equilibrados de modo que a possibilidade de ultrapassar-se os limites legais seria, realmente, restringida e controlada.

A teoria de separação de poderes, com o seu acompanhante, o sistema de freios e contrapesos (antigamente tão a gôsto dos estadistas americanos) estão agora sujeitos a críticas generalizadas. Há muitos anos o Professor Goodnow disse que ao nosso sistema de freios e contrapesos deve-se atribuir a razão do extraordinário desenvolvimento e poder das máquinas partidárias dos Estados Unidos. Estas e os chefes políticos americanos foram, conforme sustenta êsse professor, o resul-

tado direto da divisão de poderes entre muitas pessoas e das múltiplas disposições legais de contrôle das autoridades públicas. Direção e concentração, elementos necessários em administração pública, foram, assim, asseguradas de uma maneira indireta e bastante independente da estrutura do govêrno estabelecida nas constituições e nas leis ordinárias. (1)

Para um outro observador dos processos políticos americanos, a teoria de freios e contrapesos é uma das principais causas da corrupção política. O ataque a esta teoria — que fôra tão popular — foi definido da seguinte maneira por um outro crítico.

"As instituições políticas da América foram planejadas de acôrdo com o princípio da desconfiança. O mêdo do povo, do legislativo e do executivo, inspiraram os nossos primeiros constituintes e legisladores. Foi o mêdo que modelou nossa máquina política nas cidades, nos Estados e na União. Esta desconfiança do povo, de um lado, e das autoridades públicas, de outro, acarretou a criação de uma porção de meios de restrição à liberdade e de grande número de obstáculos à ação. Em vez de simplicidade verificou-se a confusão! Em vez de ação direta, preferiu-se o rodeio! Em lugar de responsabilidade, há irresponsabilidade". (2) Entre os resultados do que se denominou "filosofia da desconfiança", está a regidez das constituições estaduais e da federal que são, às vêzes, difíceis de emendar! Duas câmaras legislativas, uma destinada a controlar a outra e ambas sujeitas a um veto do executivo; o poder dos tribunais para rever a legislação, tribunais êsses que em muitos casos pronunciam a última palavra a respeito do espírito e objetivo das constituições escritas. Diz Howe que nos Estados Unidos, em nenhuma ocasião, "pôde a firme convicção do povo comunicar-se ao govêrno, como é possível acontecer na Inglaterra sob o regime parlamentar."

O princípio de separação de poderes, com seus correspondentes elementos de freios e contrapesos, envolvendo a divisão do poder público, a falta de concentração na administração e a ausência de uma definição precisa da responsabilidade, foi, em grande parte, eliminado no govêrno municipal com a adoção das cartas de postura que criam governos do tipo "comissão" ou "administrador municipal". Recentemente, numerosas comissões e comités recomendaram a concentração da autoridade e a definição da responsabilidade. Reconhece-se, agora, nos governos federal, estaduais ou locais, que a divisão de autoridade e o sistema de freios e contrapesos são verdadeiros empecilhos para uma administração eficiente. O desenvolvimento de uma verdadeira lei reguladora da administração, isto é, uma lei que crie uma multiplicidade de conselhos, bureaus, e comissões empenhados no processo de elaborar e executar a lei e de proferir decisões quase-judiciais sôbre assuntos controversos, abriu lacunas na tradicional teoria de separação de poderes, a cujo respeito faremos referências mais adiante. A divisão do poder entre o executivo, o legislativo e o judiciário mantém sua validade fundamental, isto é, a da exigência de separação e divisão de funções na elaboração e execução das leis. Concorda-se, agora, porém, de uma maneira geral, que a elaboração e execução da lei deve ser feita, tendo em vista a unidade de propósitos e de processo e que a sua execução deve, dentro de determinada medida, subordinar-se aos fins precípuos definidos pelo poder que representa a vontade popular.

Um segundo princípio que se observa na elaboração das constituições estaduais nasceu do conceito de direito e da lei natural do século dezoito. A doutrina dos direitos naturais foi definida claramente na Declaração de Independência, em que se afirmou que "sustentamos que essas verdades provam por si mesmas que todos os homens foram criados iguais, que êles foram aquinhoados pelo criador com certos direitos inaliáveis, que entre êstes estão os de liberdade, de vida e de busca da felicidade." Trava-se muita discussão em tôrno do significado dêste pronunciamento, insistindo muitos na tese de que não existem direitos naturais e que a doutrina não se fundamenta nos fatos, enquanto outros sustentam que todos os governos, nos Estados Unidos, se baseiam no conceito geral de liberdade, definido de acôrdo com essa disposição! A despeito dessas diferenças de opinião, esta noção tem exercido grande fôrça de contrôle, no sentido de inculcar no povo a idéia de que o govêrno não é um mecanismo arbitrário, mas, sim, uma instituição destinada a oferecer, conforme disse Jefferson, "iguais oportunidades a todos e privilégios especiais a ninguém." A teoria de direitos naturais tem sido muito freqüentemente invocada pelas côrtes para defender os direitos e liberdades dos cidadãos, recebendo a aprovação da Suprema Côrte dos Estados Unidos em algumas

(1) Vide *Politics and Administration*, de F.J. Goodnow (The Macmillan Company, 1900).

(2) Vide o artigo de F.C. How *"The Constitution and Public Opinion" — Proceedings of the Academy of Political Science* (outubro de 1914, pág. 7).

decisões de caráter fundamental. (3) Apoiando a doutrina de lei natural, o Ministro Miller declarou: "deve-se concordar que existem direitos em todos os governos livres, direitos êsses que estão longe do alcance do contrôle do Estado; um govêrno que não reconhece tais direitos, mas que defende a vida, a liberdade e a propriedade dos seus governados sempre sujeitos, porém, ao contrôle absoluto e ilimitado, ainda mesmo que seja do mais democrático depositário do poder é, afinal, um govêrno em que há o despotismo de uma maioria mas não um despotismo verdadeiro. A teoria de govêrno, estadual e nacional, não permite que se concentre aqui ou ali um poder ilimitado". (4)

Acompanhando a crença na doutrina de direitos naturais como base da autoridade política, surgia a idéia dominante no último quartel do século dezoito de que as liberdades individuais devem ser preservadas.

Entre as liberdades que deviam ser mantidas estão a de defesa contra ofensas físicas, a de palavra e a de imprensa. Tôdas estas foram previstas nas primeiras declarações de direito e nas primeiras constituições. Previu-se, além disso, a liberdade de consciência, o direito de ter o indivíduo sua fé religiosa e de praticar o seu culto conforme o deseje. Êste direito acarretou o desenvolvimento da tolerância religiosa e a separação entre a Igreja e o Estado, que é um dos principais característicos da comunidade americana. A reserva dêsses direitos e sua formulação em declarações que servem de carta ou guia para o judiciário, constitui a base de um conceito de liberdade civil em que os direitos individuais estão, em proporção considerável, livres de qualquer regulamentação ou contrôle governamental. Aliada à teoria de direitos naturais está a de revolução cóntra governos arbitrários e opressivos.

Suplementando o princípio dos direitos naturais e de proteção à liberdade individual, sustentou-se que o govêrno deve basear-se na supremacia da lei. Esta deve representar a vontade do povo, conforme fôr expressa nas constituições, estatutos e regulamentações perfeitamente definidas, pelas quais todos os representantes do povo e autoridades do govêrno serão orientados e dirigidos. De acôrdo com a máxima: "nosso govêrno é do povo, para o povo e pelo povo" êste governa mantendo a supremacia das leis sancionadas pela opinião pública. Argumentou-se, além disso, que os direitos essenciais e fundamentais são reservados ao povo e não lhe podem ser negados sem o seu próprio consentimento. Pensava-se, de fato, que existiam certos direitos e princípios em que o govêrno de modo algum poderia interferir. Instituí-se, assim, uma esfera de proteção ao indivíduo, esfera essa que forma o princípio americano de liberdade civil, isto é, de proteção ao indivíduo contra a interferência do govêrno.

A teoria dos direitos naturais do século décimo oitavo e de que resultou essa nova declaração constitucional de direitos, está, também, sujeita a críticas e modificações que afetam a sua validade. Os tão falados direitos naturais têm sofrido ataques do ponto de vista de que um direito só pode, em qualquer sentido, ser o que a lei confere ao seu detentor, mandando que os outros o respeitem e que se abstenham de violá-lo. Os direitos são produtos das leis; elas nascem de restrições legais. Os direitos naturais só têm, pois, valor e só são sancionados quando se tornam direitos legais, passando o têrmo do terreno do direito para o da ética. Tem-se tentado refutar a teoria dos direitos inalienáveis e naturais como foram definidos na Declaração de Independência e noutros documentos públicos. Muito embora grande parte dos argumentos favoráveis à doutrina dos direitos inalienáveis não resistam a uma análise moderna de lei e direitos, o fato significativo é que a doutrina é, ainda, muito invocada nas decisões dos tribunais estaduais e federais como base para a defesa do indivíduo contra o que se considera uma ação arbitrária do govêrno. (5)

Crítica mais séria é a de que nossas declarações de direitos, insertas nas constituições e interpretadas de acôrdo com o espírito do século dezoito, transformaram-se em obstáculos ao progresso na reforma do direito processual e ao desenvolvimento de padrões satisfatórios na legislação social e de trabalho. Os dispositivos que visavam, a princípio, a proteger o indivíduo, e poderiam ser bastante úteis há cem anos atrás (como, presentemente, o grande júri, o julgamento por pequenos delitos e as medidas de impedimento de testemunhas em processos por crime) têm sido de tal modo interpretados e aplicados que criam obstá-

(3) Para um exame sumário da influência exercida pela teoria dos direitos naturais sôbre a legislação americana vide o artigo de C.G. Haines, *The Law of Nature in State and Federal Judicial Decisions* (*Yale Law Journal* — junho de 1917, vol. XXV, pág. 617) e *The Revival of Natural Law Concepts* (Harvard University Press, 1930, partes I e III).

(4) Loan Association X Topeka, 20 Wallace 655 (1875).

(5) Vide especialmente as referências feitas anteriormente.

culos no caminho de uma execução eficiente da lei. Alguns dêsses obstáculos foram removidos nas últimas constituições elaboradas. Outros ainda estão sendo objeto de críticas de que pode resultar sua eliminação da lei básica ou sua modificação, de maneira a dar maior liberdade de ação às côrtes e à promotoria pública para a execução da lei, muito embora a objeção ao que se denomina de "execução ilegal da lei" chame novamente a atenção para a necessidade de preservar as antigas salvaguardas a fim de proteger o indivíduo.

MODIFICAÇÕES DE PROPÓSITOS DAS CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS

O propósito e a função das constituições estaduais têm mudado muito. As primeiras constituições eram sumárias, estabelecendo, apenas, os três poderes e traçando as linhas gerais do plano de govêrno, cujos detalhes seriam, posteriormente, estabelecidos pelo legislativo em cujas mãos foram colocados os poderes de contrôle. Entre as modificações sofridas pelas constituições estaduais, modificações essas que foram introduzidas nas primeiras décadas do século dezenove, estão: I) as constituições devem ser ratificadas pelo eleitorado. Essa prática tornou-se comum, muito embora em alguns casos as primeiras constituições entrassem em vigor sem a sanção popular. II) O poder do governador foi reforçado com o direito de veto; tornando mais eficiente o princípio de separação de poderes. III) A idéia de freios e contrapesos estendeu-se de maneira a reforçar a posição do governador em face do legislativo e a estabelecer as côrtes como um elemento adicional de contrôle tanto sôbre o legislativo como sôbre o executivo. IV) A ampliação do processo de revisão das leis pelo judiciário — princípio que foi enunciado no período revolucionário e pelo qual as côrtes de justiça deviam ser as guardiãs especiais da constituição — evoluiu gradualmente nos Estados e foi eventualmente aceito como princípio geral da prática e do processo estadual. O judiciário do Estado tornou-se, por êsse meio, o defensor da constituição, com autoridade para impedir as violações da lei básica. V) A flexibilidade na constituição foi introduzida com o emprêgo freqüente de emendas e de revisões mais gerais. A constituição também se ampliou em tamanho, particularmente com a inclusão de novos dispositivos, como o que se refere à remuneração e regulamentação dos cargos públicos, ao processo legislativo, à regulamentação de bancos e à educação.

(*continua*)

DOUTRINA

O Juiz, a Lei e a Jurisprudência

OLIVEIRA E SILVA

NEM sempre o legislador pode antever ou adivinhar a complexidade do caso concreto. Daí a função do juiz de completá-lo ou de substituí-lo na sua decisão, sob pena de não encontrar norma para a sentença.

Não raro, irrompe um conflito entre o texto gelado da lei e o destino de um acusado, no fôro criminal. O verdadeiro juiz, para salvá-lo, no bom sentido, e não destruí-lo, é obrigado a contornar a lei e, com liberalidade, examinar a prova colhida, aceitando a mais favorável para reintegrar, por exemplo, o reincidente, em pequeno furto, na sociedade que o abandonara à sua sorte.

Em contato com a velha Europa, compreende-se que o tempo, aí, imprima o seu sinal conservador, mantendo, nas ruas e nos edifícios, um tom inalterável. Nenhuma semelhança com o arrôjo efervescente da América jovem, que prefere destruir, para criar, nas cidades, o gigantesco e o inédito.

Se assim acontece com a paisagem física, outro não é o panorama da lei. Enquanto o europeu, ciosamente, lhe preserva a estabilidade, como reflexo da própria imagem, os povos adolescentes, na sua insatisfação, querem-na mutável, inquieta e caprichosa como a sua alma.

Quem examina a jurisprudência, que se forma, num sentido e, de repente, como é comum, adquire novo rumo, verifica, fàcilmente, como o direito é, sobretudo, uma ciência baseada na mentalidade de cada intérprete.

O juiz, por mais que o dissimule, nas linhas da sua sentença, está-se definindo ao basear-se nos textos legais. Deixa, aí, sem o pretender, o seu retrato moral, tôdas as aquisições de educação e cultura, tudo o que estruturara a sua personalidade humana. Quando leio certas decisões, encontro mais fàcilmente o homem do que o julgador.

A fôrça, a importância da lei, a sombra protetora que nos oferece, sòmente as sentimos, quando as destroem os regimes de violência, as ditaduras que falam nos direitos do povo, porém cuja indumentária é o sobretudo à prova de bala.

A lei incomoda, irrita os tiranos, porque lhes manietaria os pulsos. Mas a lei reage, através de todos os que não se submetem ao despotismo, armando os espíritos de uma bravura irresistível, que não tarda a jugulá-lo, restaurando as liberdades públicas.

O curioso é que a jurisprudência, não raro, caminha tão à frente da lei, modificando-a, humanizando-a, adaptando-a à realidade social, que nova lei vai cristalizar o sentido da jurisprudência.

Se não se verificasse tal fenômeno, a lei tornar-se-ia artificial, fora do seu tempo, exprimindo o passado, incapaz de atender às necessidades do presente, como fórmula vazia de sentido.

Só os povos em que requintam a civilização e a cultura poderão dirigir-se e orientar-se sem a lei escrita, apenas com as normas dos costumes. Observa-se que, nos países, ainda em formação, como os sul-americanos, os interêsses e os fatos momentâneos, à sombra da tolerância oficial, desvirtuam, quando não deixam de aplicar a lei.

Costuma-se dizer que o juiz é a lei viva, a lei com olhos, mãos e consciência, impondo a regra jurídica, em sua sentença fundamentada, explicando a lei, a todos, mesmo aos que não são partes no processo. Cabe, ao juiz, entretanto, uma tarefa muito difícil, no manejo da prova e da lei: a de ser lógico para convencer.

No Brasil, os penitenciaristas ainda não se lembraram de recuperar o criminoso que cumpre uma pena de prisão. Não me parece que, para essa recuperação, baste um comportamento magnífico, sem qualquer nota desabonadora, durante

um período de tempo em que a própria disciplina carcerária, artificialmente, consegue um máximo dos que serão, futuramente, readaptáveis.

E' perigoso abandonar o ex-sentenciado à porta de sua prisão, apenas com advertências ou conselhos para não tornar a delinqüir. Importa, sobretudo, em encaminhá-lo a um pôsto de recuperação, que a lei deve criar, urgentemente, junto às varas criminais, a fim de lhe dar, com uma profissão, condições de vida, sob pena de sua volta ao presídio.

Como juiz criminal, interroguei centenas de réus, em grandes e pequenos delitos. Raros aquêles que se declararam culpados. Verifiquei que cada um ou trazia a lição decorada, ou fazia um esfôrço prodigioso para se inocentar. E' que a natureza humana tem sempre a tendência de se absorver, invocando, não raro, para justificar-se, o procedimento dos poderosos do mundo.

O mais cruel, no juiz, ao proferir a sentença, é o conflito entre a lei e sua consciência. Às vêzes, não lhe é possível levantar a ponte que possa unilas e fica perplexo, atormentado, à procura da solução que não sacrifique nem uma, nem outra. Por incongruência ou omissão, nem sempre a lei se ajusta aos imperativos de uma consciência formada, embebida na luta pelo direito.

Muitas vêzes, notei, quando juiz criminal, a melancolia do olhar desarmado de um réu, à hora da inquirição das testemunhas, uma espécie de conformação com tôdas as coisas que lhe viessem a suceder. Um olhar de quem via, no presídio, uma forma diferente e, por isso, superior de liberdade.

Entre a lei que pode ser invocada, em qualquer época, por mais antiga, e o juiz que procurou aplicá-la, com acêrto, humanizando-a, ao distribuir justiça, acontece que a lei não morre, enquanto o juiz se apaga no irremediável do esquecimento.

Ainda hoje lembramos uma lei da Roma antiga, porém, quem saberá o nome dos seus aplicadores, perdidos no turbilhão do tempo?

O grande esfôrço do juiz é o de não se mecanizar, pelo excesso de sentenças a proferir, mantendo uma espécie de comoção especial em cada processo. Renovar-se, vivendo e exprimindo a verdade de cada um.

Imagem terrível do silêncio encontrei, um dia, na mão crispada de um prisioneiro que, inùtilmente, tentava torcer o gradil de ferro do seu cárcere. Silêncio a exprimir uma porção de coisas que nunca teriam voz.

Parecer sôbre Concurso para Livre Docente

Consulta: *Dr. Yves de Oliveira* — Salvador — (Bahia).

Versa sôbre dois pontos:

I — O regimento interno da Faculdade de Ciências Econômicas da Bahia, no seu artigo 50, dispõe que o concurso para docente-livre funciona com a presença da maioria dos membros da Congregação.

Pergunta: — Não se cumprindo esta formalidade está nulo o concurso de pleno direito?

II — A Congregação que, pela maioria dos seus membros, não assistir as provas do concurso poderá aprovar ou recusar parecer da comissão julgadora? A nulidade que daí decorre é essencial, insuprível e insanável?

RESPOSTA:

I

Tôdas as dúvidas que pudessem surgir em matéria estatutária, relativas à Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade da Bahia — teriam de ser resolvidas à luz do art. 16, letra *n*, do Decreto-lei n.º 9.155, de 8 de abril de 1946, (que cria a Universidade da Bahia), cujos têrmos são êstes:

> "Ao Conselho Universitário compete:
> *n*) deliberar sôbre questões omissas do Estatuto e dos regimentos internos."

Mas, o regimento interno daquela Faculdade não é omisso. Sendo expresso no art. 50, ao estabelecer uma providência de caráter restritivo qual seja a de que *o concurso para docente-livre funciona com a presença da maioria dos membros da Congregação* — nos leva a concluir pela sua nulidade de pleno direito, não se cumprindo a formalidade que lhe é essencial, porquanto sem a maioria dos membros presentes, a Congregação, em concurso para Docente-livre não poderá funcionar. Nestas condições, funcionando, contraria um dispositivo regulamentar expresso, e comete um ato nulo. Se a questão suscitada fôsse omissa, poder-se-ia invocar a competência do Conselho Universitário. Porém, não é o caso, dada a clareza do texto. Aliás, a espécie se enquadra dentro dos princípios tradicionais de hermenêutica, sobretudo tendo em vista a disposição do art. 130 do Código Civil, que declara: "Não vale o ato, que deixar de revestir a forma especial, determinada em lei, salvo quando esta comine sanção diferente contra a preterição da forma exigida". Por aí se vê que a nulidade que decorre da preterição daquela formalidade é insuprível e insanável, atingindo como atinge a essência do ato — o funcionamento do concurso — não havendo sanção diferente especificada no regimento da Faculdade.

Ainda podemos invocar um recurso de analogia para chegarmos com mais vigor à igual conclusão. E' o que faremos, analisando os Estatutos da Universidade de Minas Gerais e o Regulamento da Faculdade de Direito de São Paulo.

Os Estatutos da Universidade de Minas Gerais, regulados pelo Decreto-lei n.º 167, de 16 de maio de 1935, no seu artigo 31, dispõe:

> "A Congregação funcionará e deliberará com a presença da maioria de seus membros."

Estabelecem ainda, pelo art. 76, parágrafo único, que

> "O processo do concurso de docentes-livres será o mesmo do concurso de professôres catedráticos."

No mesmo sentido preceitua o Regulamento da Faculdade de Direito de São Paulo, aprovado pelo Decreto Estadual n.º 7.068, de 6 de abril de 1935. Assim reza o artigo 72, do Regulamento da velha escola jurídica, referindo-se a concursos para catedrático ou docente-livre:

> "Todos os atos do concurso, excetuada a feitura da prova escrita, serão públicos, e sob a presidência do Diretor, com a presença da Congregação."

Por "Presença da Congregação" se deve entender, nos têrmos do art. 28, combinado com o art. 73 dêsse decreto — conforme se verá a seguir — a congregação presente aos atos ou pela maioria ou por dois terços de seus membros efetivos em exercício.

II

Parece lógico que, face ao art. 50 do Regimento Interno da Faculdade de Ciências Econômicas, a Congregação que não assistir as provas do concurso, pela maioria dos seus membros, não poderá julgar o parecer da Comissão Examinadora. Ora, pensar-se no contrário, será acolher conseqüência absurda. Como seria concebível que membros de uma Congregação votassem parecer de uma comissão julgadora, se dêle não conhecem porque os atos do concurso não acompanharam?! Por isso mesmo no Regulamento da Faculdade de Direito de São Paulo se poderá ler esta norma expressa:

> "Art. 28. A Congregação funcionará e deliberará normalmente com a presença mínima de mais de metade de seus membros, embora alguns deixem de votar, por impedimento ou outra causa."

E, no que toca mais particularmente ao parecer da Comissão Julgadora, duas hipóteses poderão ocorrer, previstas pelo art. 73, letras *J* e *K*, daquele notável Regulamento:

> "Art. 73 (letra *J*). Se o parecer tiver, no mínimo, quatro assinaturas concordes, a Congregação só poderá rejeitá-lo por dois terços de todos os seus membros efetivos em exercício.
>
> (*K*). Se o parecer tiver apenas três assinaturas concordes, poderá a Congregação rejeitá-lo por maioria de seus membros efetivos em exercício."

Porém a letra *m*, do mesmo artigo, não deixa dúvida alguma sôbre a questão ao declarar expressamente: "Só poderão votar os membros da Congregação que tiverem assistido integralmente as provas do concurso". Da inobservância do disposto no art. 50, do Regimento Interno da Faculdade de Ciências Econômicas da Bahia, decorre nulidade e nulidade essencial, insuprível e insanável.

As conclusões a que chegamos, representam ponto pacífico na inteligência das disposições estatutárias vigentes no ensino universitário brasileiro.

Êste é o nosso parecer, s.m.j.

Guaranésia, 18 de dezembro de 1950. — *Dr. Antônio Delorenzo Neto*, Curso de Direito Público — doutorado da Faculdade de Direito de Paris.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Recurso Extraordinário n.º 20.517

Funcionários Públicos: não tendo a irredutibilidade de vencimentos e vantagens, podia uma lei nova alterar ou revogar a legislação anterior. — Por faltar direito certo e incontestável aos postulantes, dá-se provimento ao apêlo extraordinário, para cassar a segurança concedida.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro Barros Barreto — Pelo aresto junto a fls. 22, o ilustre Tribunal de Justiça do Pará, sem unanimidade, deferiu o mandado de segurança impetrado por José Waldemar de Oliveira e outros, contra o ato do Governador do Estado que, sancionando a Lei n.º 353, de 25 de agôsto de 1950, teria ferido direito líquido e certo dos suplicantes:

"Vistos, relatados e discutidos êstes autos de Mandado de Segurança, desta Capital, em que são impetrantes: — José Waldemar de Oliveira, José Maria Baena Camisão, Aquiles Gama Malcher, Alfredo Cordovil Pinto, Aldenor de Souza Franco, Armando de Almeida Morais, Adamor do Rio Mar Vergolino, Bianor Gomes Carneiro, Francisco de Barros Canindé Coutinho, João Gualberto de Barros, José Olympio Nobre, João Nalato Ribeiro, Mario Nazaré Mota Costa, Manoel Thaumaturgo das Neves, Manoel de Matos Costa, Paulo Matos Ferreira Costa, Poty Fernandes, Raimundo Silveira Pauxis, Raimundo Lopes da Silveira, Miguel Fonteles Filho, Joaquim Ovídio da Mota Araújo, Lourival Coelho da Silva e Pedro Barros Marçal; e requerido — O Govêrno do Estado, etc.

Os impetrantes da presente segurança exercem as funções de fiscais do impôsto de vendas e consignações.

Alegam que, em virtude da Lei n.º 353 — de 25 de agôsto de 1950, emanada da Assembléia Legislativa do Estado, e sancionada pelo Governador, sofreram considerável prejuízo nos seus vencimentos — em cêrca de 65 % — pois que êstes se compõem de duas partes: uma fixa, no valor de Cr$ 1.100,00 mensais, e outra variável, que lhes proporciona, em média, Cr$ 1.700,00, também mensais, a outra variável foi reduzida pela referida Lei a Cr$ 800,00, mais ou menos, por mês. Assim, continuam os impetrantes, enquanto pelo regime legal anterior, seus vencimentos eram de Cr$ 2.700,00, mais ou menos, por mês, passam, agora, a ser apenas de Cr$ 1.900,00.

Alegam ainda os requerentes que a ofensa a seus direitos — líquidos e certos — é evidente e indiscutível, porque a Lei anterior (Decreto-lei n.º 3.631 — de 30 de dezembro de 1940) lhes "assegurava" a percentagem de 1 % da renda global do dito impôsto na Capital dividida por todos os fiscais em partes iguais, enquanto que a citada Lei n.º 353 divide essa percentagem em duas partes: quando incide na cobrança daquele impôsto por sêlo de estampilha, é dividida pelos requerentes, que são os fiscais dêsse impôsto; e quando paga por sêlo de verba, é dividida pelos funcionários encarregados da cobrança do dito impôsto. Assim sendo, aquela garantia estabelecida pelo Decreto-lei n.º 3.631, de 1940, artigo 1.º, ficou anulada sem nenhuma razão de ser, pois o artigo 4.º dêsse decreto-lei apenas facultava ao Govêrno suspender o pagamento dessa percentagem quando fôsse ineficiente o trabalho dos fiscais, o que não ocorreu até então.

II — O Governador — o Exmo. Sr. Alberto Engelhard — na sua informação e o Dr. Procurador-Geral, na contestação, limitam-se a argumentar com o citado artigo 4.º do mencionado decreto-lei, isto é, com a faculdade dada por êste ao Govêrno para suspender dita percentagem quando a arrecadação fôsse pequena, isto é, diminuísse. Reconhecem, entretanto, a atividade dos impetrantes, dos funcionários encarregados da cobrança do mesmo impôsto, e diz que a intenção do Govêrno foi premiar essa atividade.

III — Apreciando detidamente a espécie da presente segurança, verifica-se que o citado artigo 4.º do Decreto-lei n.º 3.631 — de 1940, facultando ao Govêrno "suspender" as vantagens concedidas pelo artigo 1.º do mesmo decreto-lei aos funcionários a que se refere, o fêz sem conferir qualquer arbítrio ao Poder Público e sim, ao contrário, subordinando essa suspensão a uma condição.

Realmente, suspender não é reduzir, nem tão pouco dividir, nem ainda revogar a aludida vantagem, que passou a constituir um direito adquirido pelos impetrantes, assegurado pelo artigo 1.º do mesmo Decreto-lei n.º 3.631, pois a suspensão dessa vantagem permitida é uma providência destinada à punição duma dissídia, ou ao estímulo para melhor cumprimento dos deveres funcionais.

No caso concreto não houve jamais dissídio, como se poderá ver da própria informação governamental, além de que êsse impôsto sempre produziu um *superavit* na sua arrecadação, como francamente disse o mesmo Governador na informação ao mandado de segurança impetrado por João Mota de Oliveira e outros funcionários da Recebedoria de Rendas do Estado, e se pode verificar do relatório do Senhor Antônio de Morais Castro, que foi Diretor daquela Repartição arrecadadora no segundo semestre de 1950.

IV — Assim sendo, as vantagens asseguradas pelo citado decreto-lei aos impetrantes não podiam ser suspensas, nem tão pouco reduzidas não só porque não houve diminuição na arrecadação do aludido impôsto por culpa dos impetrantes, nem mesmo por quaisquer outros motivos, como também, porque, uma vez que tais vantagens foram asseguradas por lei aos ditos impetrantes, se incorporaram aos vencimentos dêstes, fato reconhecido pelo próprio Govêrno quando aposentou os fiscais Antônio Silva, Antônio Cunha Coimbra e Henrique Bandeira de Lima Coutinho.

V — Por êsses motivos, o direito dos impetrantes à percentagem tal qual lhes é assegurado pelo mencionado decreto-lei é um direito líquido e certo, devendo por isso continuar sem redução alguma, como lhes garante a Constituição Federal, art. 141, § 3.º, por se tratar de direito adquirido.

VI — Assim sendo, pois,

Acordam os Juízes do Tribunal de Justiça, por maioria de votos, deferir o presente mandado de segurança, e mandam que se faça, na forma da lei, a devida comunicação ao govêrno do Estado.

Belém, 21 de fevereiro de 1951. — *Cursino Silva*, Presidente *ad-hoc*. — *Augusto R. Borba*, Relator *ad-hoc*. — *Jorge Hurley*. — *Nogueira de Faria*, vencido. Neguei a segurança pedida porque não posso julgar líquido e certo qualquer direito suscetível de ser suspenso (art. 4.º do Decreto-lei n.º 3.631, de 30 de dezembro de 1940). Além disso o Decreto-lei n.º 6.631 foi revogado pela Lei n.º 353, de 8 de outubro de 1950. — *Raul Braga*. — *Ignacio Gui-*

lhon. — Silvio Pélico — Antonino Melo, vencido, pois denegávamos a segurança impetrada, assim por não se tratar de resguardar direito liquido e certo, como por não ser o mandado de segurança meio idôneo de anular uma lei que está em pleno vigor e regular execução. A concessão do mandado de segurança impetrado importa — *data venia* — em verdadeira subversão da ordem jurídica, qual a decorrente de fazer prevalecer sôbre uma lei vigente outra já por ela expressamente revogada, como passamos a demonstrar.

O Decreto-lei n.º 3.631 — de 30 de dezembro de 1940 foi claro, expresso, inequìvocamente revogado pela Lei n.º 353 — de 25 de agôsto de 1950, cujo art. 5.º assim estatuiu:

> "Fica revogado, em todos os seus têrmos e efeitos, o Decreto-lei n.º 3.631 — de 30 de dezembro de 1940."

Como, pois, admitir o pedido dos impetrantes de garantir um direito extinto, fundado numa lei que não mais existe, para deixar de cumprir uma nova ordem instituída por uma nova lei que se acha em pleno vigor ?

O argumento do direito adquirido é pueril, e nenhum jurista consciente de sua responsabilidade o defenderá. Não há direito adquirido na mera hipótese de receber remunerações de serviço deixadas de entrar para o patrimônio dos pretensos titulares, por efeito da revogação da lei que as concedia.

Se se tratasse de receber remuneração já auferida nos têrmos de determinada lei e relativa ao período em que esta estava em vigor, muito bem; aplicável ao caso seria a segurança demandada. Assim, porém, não acontece no caso em análise. As vantagens pleiteadas são relativas ao período da nova lei que as aboliu, logo, deixaram de entrar para o patrimônio dos pleiteantes, não se caracterizando, assim, o caso do direito adquirido, magistralmente exposto pelo profundo Fernando Lassalle, na sua admirável obra Teoria Sistemática dos Direitos Adquiridos, em cuja tradução francesa encontraremos esta sentença que nenhum cultor do direito deverá desprezar:

> "Au contraire, les droits que la loi comme telle, confère à l'individu, ceux à l'aquisition desquela sa volonté n'a aucuns part, ne sont que des qualités générales et des facultés générales qui n'existent que par les lois qui les concèdent, et, par consèquent, doivent disparaitre avec elles" (*Théorie Systématique des Droits Acquis* — Paris, 1904, § 1.º, p. 73).

Eis porque, fiel, como somos, aos verdadeiros postulados jurídicos, deixamos de conceder o mandado de segurança impetrado."

Opôs o Govêrno do Estado embargos de nulidade e infringentes que não tiveram provimento, nos têrmos do seguinte acórdão:

"Vistos, relatados e discutidos êstes autos de Embargos Cíveis da Capital em que é embargante o Govêrno do Estado e embargados José Waldemar de Oliveira e outros.

Ao venerando acórdão 20.792, de 21 de fevereiro de 1951 em que José Waldemar de Oliveira e todos aquêles no mesmo acórdão nomeados, obtiveram ganho de causa no mandado de segurança como fiscais do impôsto estadual sôbre vendas e consignações, contra o ato do Governador do Estado que reduziu em cêrca de sessenta e cinco por cento seus vencimentos causando-lhes considerável prejuízo, o citado Govêrno ofereceu embargos de nulidade e infringentes, de vez que o julgado apresentou-se com um voto vencido.

Os argumentos embargantes não lograram, sequer, estremecer a juridicidade do acórdão embargado que focou a falta de motivo legal ao ato reclamado pela medida impetrada.

Não foi da sanção da Lei n.º 353 de 25 de agôsto de 1950 que adveio o prejuízo de que se queixaram os vinte e três fiscais signatários do mandado de segurança.

Foi o ato do Govêrno errôneamente baseado na citada Lei n.º 353 de 1950.

Foi ato de autoridade em base legal mal-enquadrada.

Ademais, nem a sanção de uma lei como ato de soberania, ou ato político do executivo pode escapar da órbita do mandado de segurança. Do poder executivo ou do poder legislativo, o poder de soberania não se faz de modo absoluto, intocável, irreprimível;

A fixar os limites de um e outro, aí está o poder judiciário em sua função de órgão controlador e reparador dos excessos, árbitros, ilegalidades, dos mandos de cada um dêles. O reconhecimento da legalidade de um ato de poder pertence, em última instância, ao judiciário. E' isso de nosso regime republicano, constitucional. E' o judiciário o poder que reconhece e decreta o não cumprimento de um ato do executivo ou disposição do legislativo.

O ato do govêrno impugnado pelos impetrantes alterou a distribuição das percentagens legalmente sucedidas já em velho gôzo pelos fiscais reclamantes e alterou para rebaixar-lhes os produtos.

Diminuir proventos é diminuir remuneração, é rebaixar vencimentos, patrimônio econômico já reconhecido.

O ato governamental jamais poderia alterar, sobretudo para menos, as vantagens auferidas pelos fiscais do impôsto sôbre vendas e consignações, tais quais as concedidas pelo art. 4.º da Lei n.º 3.631, de 30 de dezembro de 1940.

E' sôbre o dispositivo dêsse art. 4.º que estadeia tôda a questão.

Êsse dispositivo está assim redigido: "As vantagens concedidas por êste decreto-lei poderão ser suspensas em qualquer tempo se o govêrno verificar ineficiência do serviço no aumento da renda do impôsto em comparação com o resultado do último exercício".

Pode-se, de antemão, dizer que o govêrno não suspendeu as vantagens face à ineficiência do serviço, mas alterou para rebaixá-las, sem se dar ao cumprimento da verificação dessa ineficiência.

Alterar, rebaixando, é fato completamente diverso daquele inscrito no art. 4.º de referência. Fêz ato diverso que a lei não outorgou e o fêz, causando evidente prejuízo àqueles que não mais poderiam ser atingidos.

A vida administrativa do executivo não se constitui do expediente de uma lei nova que possa acabar, sem conseqüências, ou acervos de direito consentidos na lei velha, como simples nuvem de verão a passar pelos raios solares do equador. Tudo que foi em legalidade, deixa vestígios inapagáveis.

A Lei n.º 353 ao apagar a anterior, Lei n.º 3.631, devia-lhe respeito a tudo aquilo do tempo em que justificou e deixou raízes.

De outra forma, seria o domínio do absolutismo e da irresponsabilidade.

O poder do Estado tem também deveres para com os seus concidadãos O cidadão brasileiro não é máquina estatal por ser um indivíduo que tem direitos em cujo gôzo não é dado aos governos desrespeitá-los e destruí-los.

E' indubitável que o art. 4.º estabeleceu em benefício dos embargados uma condição resolutória, cuja vigência subsiste enquanto não se realiza a condição.

No caso em aprêço a resolutória restou em pé, uma vez que o govêrno não verificou a "ineficiência do serviço", única modalidade capaz de suspender as vantagens concedidas e de longa data em percepção pelos embargados.

Assim não verificando, baixou ato arbitrário que o judiciário ora acaba de invalidar.

Isto pôsto,

Acordam os membros do Tribunal de Justiça, conhecendo dos embargos opostos às fls. negar-lhe provimento para que fique em sua integral eficiência o judicioso acórdão embargado.

Belém, 9 de fevereiro de 1952. — *Augusto R. Boreboreema*, Presidente. — *Raul Braga*, Relator. — *Cursino Silva*. — *Nogueira de Faria*. — *Arnaldo Lôbo*. — *Antônio Melo*, vencido. Recebia os embargos de acôrdo com o voto constante do Acórdão, n.º 20.792, a fls. 22v. a 23. — *Silvio Pélico*. — Fui presente. — *E. Souza Filho*."

Daí, o presente recurso extraordinário, com fundamento nas letras *A* e *D* do art. 101, inciso 3.º da Constituição Federal, eis que contrariados os arts. 141, § 24, da Carta Maior, e 1.º da Lei n.º 1.533, de 31 de dezembro de 1951, colidindo a decisão sub-censura com a inserta na "Revista Forense", vol. CXXII, p. 194, proferida pelo Tribunal de Minas Gerais.

Razoaram as partes.

A fls. 60, exarou êste parecer o Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral da República:

"O recurso foi manifestado com fundamento nas letras *A* e *D* do art. 101, III, da Constituição Federal e visa a reforma do Acórdão de fls. 38v./40, que confirmando o de fls. 22/23, concedeu o mandado de segurança impetrado pelos recorridos contra o ato do Senhor Governador do Estado, que sancionou a Lei n.º 353, de 25-8-1950, que deu nova distribuição à percentagem de 1% da renda global do impôsto sôbre vendas e consignação na capital do Estado, que pela Lei n.º 3.631, era dividida entre êles em partes iguais.

Nenhum vício apontou o Acórdão recorrido, no ato do Senhor Governador ao sancionar a Lei n.º 353, de 1950, nem era defeso ao poder legislativo elaborar uma lei alterando dispositivo de lei anterior, que não tinha a fôrça da Constituição do mesmo Estado.

Ademais os recorrentes não têm direito à irredutibilidade de vencimentos e vantagens estabelecidas em lei, podendo, assim, ser reduzidos, por lei, como foram, em vantagens que a lei anterior lhes atribuía, lei essa, aliás, que permitia até que tais vantagens fôssem suspensas.

A nosso ver devem prevalecer os votos vencidos lançados no Acórdão de fls. 22/23, que deixaram certo não terem os recorridos direito líquido e certo ao que pretendem.

O Acórdão recorrido concedeu a segurança impetrada pelos recorridos contra uma lei em plena execução, cuja inconstitucionalidade não foi sequer alegada. Não deve, pois, prevalecer.

Somos, por isso, pelo conhecimento e provimento do recurso.

Distrito Federal, 30 de junho de 1952. — *Plínio de Freitas Travassos*, Procurador-Geral da República."

E' o relatório.

VOTO

Salientou, no seu parecer incorporado ao relatório, o eminente Dr. Procurador-Geral da República, que a segurança em aprêço fôra concedida pelo colendo Tribunal *a quo* contra uma lei em plena execução, cuja inconstitucionalidade não tinha sido, sequer, alegada. E, votando vencido, deixou assinalada o douto Desembargador Antonino Melo a inidoneidade do mandado de segurança para anular uma lei, em pleno vigor e regular execução, que, inequìvocamente, revogara, em todos os seus têrmos e efeitos, outros diplomas.

Sem que lhes assistisse direito à irredutibilidade de vencimentos e vantagens conferidos por legislação anterior, os recorridos, fiscais de impostos de vendas e consignações, insurgiram-se contra o ato do Governador do Estado que, no uso de prerrogativa constitucional, sancionara a Lei n.º 353, de 25 de agôsto de 1950, revogatória do Decreto-lei número 3.631, de 30 de dezembro de 1940. Aquela fôra elaborada pela Assembléia Legislativa que, não lhe sendo defeso alterar dispositivo de lei anterior, houve por bem dar nova distribuição à percentagem de 1% da renda global do impôsto sôbre vendas e consignações na capital do Estado, a qual era dividida em partes iguais, entre os referidos fiscais.

Buscando beneficiar a todos os que contribuíam na arrecadação do impôsto em questão, o legislador estabeleceu modalidades distintas: mandou dividir aquela percentagem em duas partes: uma, referente ao impôsto pago por estampilha, atribuiu aos impetrantes, e outra, cobrada por verba, aos demais funcionários da Recebedoria.

De resto, por fôrça do que dispunha o citado decreto de 30 de dezembro de 1940, no art. 4.º, a mencionada percentagem constituía vantagem aleatória, concedida a título precário, uma vez facultado ao Govêrno suspendê-la, em qualquer tempo.

Não enxergo, pois, o suposto direito certo e incontestável que tivesse ficado ferido pelo malsinado ato do Govêrno do Estado do Pará. E, conhecendo do extraordinário, dou-lhe provimento, a fim de reformar as decisões recorridas e cassar o mandado de segurança.

DECISÃO

Como consta da ata, a decisão foi a seguinte:

Conheceram e deram provimento, por acôrdo de votos.

Deixou de comparecer, por motivo justificado, o Senhor Ministro Mário Guimarães.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos êstes autos de recurso extraordinário n.º 20.517, do Pará, sendo recorrente o Govêrno do Estado e recorrido José Waldemar de Oliveira e outros:

Acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em 1.ª Turma, conhecer do recurso e dar-lhe provimento, por votação unânime.

O relatório do feito e as razões de decidir constam das notas dactilográficas que precedem.

Custas na forma da lei.

Rio de Janeiro, 4 de agôsto de 1952. — *Barros Barreto*, Presidente e Relator.

Recurso Extraordinário n.º 15.530

A situação do funcionário perante o Estado não é contratual mas estatutária.

Se a mesma Constituição, que não permite à lei prejudicar o direito adquirido, só não faculta a redução de vencimentos no tocante aos magistrados (art. 95, n.º III) para resguardo da independência de suas funções e conseqüente proteção dos seus jurisdicionados, deixou claro que, em regra, são redutíveis por lei os proventos dos demais funcionários, e que na garantia do direito adquirido, não se compreende a irredutibilidade de tais proventos.

Relator — O Sr. Ministro Luiz Gallotti.

Recorrente — Valtércio Cantolino Viana.

Recorrida — Prefeitura Municipal de Salvador.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos êstes autos de Recurso Extraordinário n.º 15.530, da Bahia, em que é recorrente Valtércio Cantolino Viana e recorrida a Prefeitura Municipal de Salvador, decide o Supremo Tribunal Federal, em 1.ª Turma, conhecer do recurso e negar-lhe provimento, unânimemente, de acôrdo com as notas juntas.

Distrito Federal, 6 de agôsto de 1951. — *Luiz Gallotti*, Presidente e Relator.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro Luiz Gallotti — O bacharel Valtércio Cantolino Viana, auxiliar da Procuradoria Municipal de Salvador, moveu ação contra a Prefeitura, impugnando o ato que lhe retirou a percentagem de 1 % sôbre a arrecadação, sob o fundamento de que aquêles auxiliares não intervinham na cobrança da dívida ativa.

O juiz julgou a ação procedente, em parte, para reconhecer ao autor a percepção da percentagem de 1 % desde quando lhe foi tirada até o ato n.º 154, e, daí em diante, de 1/2 %, conforme fixou êsse ato.

Fundou-se em que a supressão da percentagem se baseara em que não intervinham os auxiliares de qualquer modo na cobrança, mas essa intervenção está provada nos autos e reconhecida pela defesa da ré. Esta, aliás, posteriormente emendou a mão, concedendo aos referidos auxiliares a percentagem de 1/2% sôbre a cobrança da dívida ajuizada. Quanto à diminuição de percentagem, considera legítima, pois só os magistrados gozam da garantia de irredutibilidade de vencimentos. O autor, por decreto, já conseguiu o restabelecimento da percentagem de 1 %, mas o mesmo não lhe pode reconhecer o Judiciário, com base em direito adquirido. A sentença negou honorários advocatícios (fls. 114).

Dessa sentença, houve recurso *ex-officio* e apelaram ambas as partes.

O acórdão de fls. 150 negou provimento à apelação do autor e deu provimento ao recurso *ex-officio* e à apelação da ré, para julgar improcedente a ação.

Considerou que a lei podia suprimir a percentagem que era uma retribuição *pro labore* além dos vencimentos e podia ser, ou não, conservada. Acresce que, ao suprimir a percentagem, a lei elevou os vencimentos, para não agravar a situação dos auxiliares de Procurador. E agora o autor pretende a integralidade das percentagens sôbre a integralidade dos vencimentos que foram majorados em virtude da supressão daquelas, o que é absurdo.

Recorreu extraordinàriamente o autor, sob invocação das alíneas *a* e *c* do preceito constitucional (fls. 155).

Alega que o impugnado ato da Prefeitura se fundou em que os auxiliares da Procuradoria não intervinham na cobrança. Entretanto, a certidão de fls. 12 e o parecer do advogado do município (fls. 70 v., 71) mostram o contrário. A lei estabelece que os atos jurídicos são anuláveis por dolo, êrro, etc.; que só vicia o ato a falsa causa quando expressa como razão determinante ou sob forma de condição; e manda respeitar sempre o direito adquirido.

As partes arrazoaram.

E a douta Procuradoria-Geral da República opinou (fls. 176):

"Pretendeu o recorrente anular o ato n.º 105, de 5 de maio de 1938, da Prefeitura Municipal de Salvador, sob o fundamento de que a recorrida procedera dolosamente ao suprimir-lhe o direito à percepção da percentagem de 1 % sôbre a dívida ativa cobrada judicialmente.

"O venerando acórdão de fôlhas 150-54, reformando, *nomine discrepante*, a sentença de primeira instância (fôlhas 109-14), na parte em que acolhera o pedido inicial, julgou improcedente *in totum* a ação ajuizada, tendo por não provada a intenção do autor e reconhecendo a validade do ato impugnado.

"O recurso foi interposto com fundamento nas alíneas *a* e *c* do preceito constitucional, alegando o recorrente que, sôbre haver contrariado o disposto nos arts. 3.º da Lei de Introdução, 90, 92 e 157, n.º II do Código Civil, teria o venerando acórdão recorrido reconhecido validade a um ato praticado com dolo e fundamentado em falsa causa (fls. 155-6).

Não tem razão o recorrente. E' incabível o apêlo extraordinário, na hipótese dos autos, pela inexistência dos pressupostos legais que o autorizam.

"Opino, pois, *preliminarmente*, pelo não conhecimento do recurso.

Rio de Janeiro, 13 de julho de 1951. — *Oscar Corrêa Pina*, Procurador da República.

E' o relatório.

VOTO

O recurso tem cabimento, com base na invocada alínea *c*, do artigo 101, n.º III, da Constituição.

Cumpre notar que, enquanto a alínea *a* daquele artigo 101, n.º III reclama, para o cabimento do recurso

extraordinário, que a *letra da lei tenha sido contrariada*, na alínea c apenas se exige que tenha sido *contestada a validade* de lei ou ato de govêrno local em face da Constituição ou de lei federal, e que a decisão recorrida haja *julgado válida a lei ou ato*.

Quer dizer: Na hipótese da alínea *a*, para se conhecer do recurso extraordinário, há que apurar prèviamente a procedência da alegação de ofensa à letra da lei, pois, *data venia*, o entendimento contrário, dos que consideram bastar ao conhecimento do recurso a existência de qualquer dissídio sôbre a interpretação da lei, tornaria inteiramente inútil a alínea *d*, que só admite o mesmo recurso quando aquêle dissídio ocorre *entre Tribunais*. De que serviria dar a alínea *d* recurso extraordinário nesta única modalidade de divergência sôbre interpretação da lei, se em tôda e qualquer hipótese de tal divergência já coubesse igual recurso pela alínea *a*? No caso da alínea *c*, porém, a situação é diversa, pois o que se tem de verificar, para ter como cabível o recurso é apenas: 1.º) se foi contestada a validade de lei ou ato de govêrno local em face da Constituição ou de lei federal; 2.º) se foi julgado válido aquêle ato ou lei. A resposta afirmativa a êsses dois itens bastará a assegurar o conhecimento do apêlo. O mais, saber se procede, ou não, a impugnação feita ao ato ou lei local, já diz com o mérito do recurso. Por mais improcedente que seja a impugnação, o recurso terá de ser conhecido, se satisfeitas aquelas duas condições, embora não mereça provimento.

Ora, na espécie, o recorrente, logo na petição inicial da ação (fls. 6 e 7), impugnou ato de govêrno local (a Prefeitura de Salvador) em face de lei federal (o art. 3.º da antiga Lei de Introdução e os arts. 92 e 147 do Código Civil). E o ato foi julgado válido pelo acórdão recorrido.

Logo, tem cabimento o recurso pela invocada alínea c e dêle conheço.

Nego-lhe, porém, provimento.

Segundo a doutrina hoje pacìficamente dominante, a situação do funcionário perante o Estado não é *contratual* mas *estatutária*, não sendo possível assim considerá-la com a só atenção a preceitos do Código Civil.

Também o preceito do art. 3.º da antiga Lei de Introdução, correspondente ao art. 6.º da atual e reproduzido no art. 141, § 3.º da Constituição de 1946, não ampara a pretensão da recorrente.

Se a mesma Constituição, que não permite à lei prejudicar o direito adquirido, só não faculta a redução de vencimentos no tocante aos *magistrados*, conforme o expressamente declarado no artigo 95, n.º III e para resguardo da independência de suas funções e conseqüente proteção dos seus jurisdicionados, deixou claro, a meu ver, que, em regra, são redutíveis, por lei, a partir de sua vigência, os proventos dos demais funcionários públicos e que, na garantia do direito adquirido, não se compreende a irredutibilidade de tais proventos. Porque as normas da Constituição hão de ser entendidas de modo que se harmonizem e não de forma que se contradigam.

Assim sempre entendi, tendo emitido reiterados pareceres nesse sentido.

Por isso, embora conhecendo do recurso, nego-lhe provimento.

DECISÃO

Como consta da ata, a decisão foi a seguinte: Conheceram do recurso e lhe negaram provimento, unânimemente

Ausente por motivo de fôrça maior, o Exm.º Senhor Ministro Barros Barreto, presidindo o julgamento o Excelentíssimo Sr. Ministro Luiz Gallotti.

Deixou de comparecer o Exm.º Sr. Ministro Ribeiro da Costa que se acha em gôzo de férias, sendo substituído pelo Exm.º Sr. Ministro Abner de Vasconcelos.

PÁGINAS CLÁSSICAS DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Natureza Jurídica das Relações entre o Estado e seus Empregados

O acórdão e o comentário de Viveiros de Castro, que a seguir publicamos, iniciam um novo setor, no qual a "Revista do Serviço Público" divulgará, em cada número, um trabalho clássico da bibliografia brasileira na especialidade.

O trabalho do ilustre tratadista e magistrado representa, em relação à sua época, notável antecipação doutrinária, consagrando a tese estatutária na disciplina da relação de emprêgo público.

A acolhida do Supremo Tribunal Federal às razões do eminente relator do acórdão evidencia também que, desde 1918, o mais alto colégio judiciário já repelia, pela unanimidade de seus Ministros, a noção contratual da função pública e admitia, em conseqüência, a redutibilidade de vencimentos.

* * *

IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS

APELAÇÃO CÍVEL

A função pública não decorre de uma "situação contratual" e sim de um "estatuto legal", criado sempre "por um ato unilateral da autoridade pública".

O impôsto proporcional não viola de forma alguma o art. 72, § 2.º, da Constituição Federal.

A "irredutibilidade de vencimentos" é uma garantia concedida exclusivamente aos magistrados federais.

O impôsto sôbre subsídios e vencimentos, é uma verdadeira modalidade do impôsto de indústrias e profissões, constituindo, portanto, uma "cédula" do impôsto sôbre a renda.

N. 2.847. Vistos, relatados e discutidos êstes autos de apelação cível em que são apelantes o Almirante José Ramos da Fonseca e mais 128 oficiais reformados do Exército e da Armada, e é apelada a União Federal:

Consta dos autos ter sido proposta a presente ação a fim de serem declarados inconstitucionais o artigo 1.º, IV, n.º 31 da Lei n.º 2.919, de 31 de dezembro de 1914, e o artigo 1.º e seguintes do Regulamento que baixou com o Decreto n.º 11.458, de 27 de janeiro de 1915, na parte que sujeitou ao impôsto sôbre vencimentos, os que os A.A. e assistentes percebem como reformados.

Os fundamentos do pedido foram os seguintes: 1.º, esta taxação fere direitos adquiridos — *a*) porque, na escolha da sua carreira, todos os servidores do Estado fazem entrar a eventualidade da pensão de aposentadoria ou reforma nos cálculos que a determinam; e, *sendo contratuais as relações entre o Estado e os seus empregados*, uma vez aceitas por êstes as ofertas do primeiro, não podem mais ser alteradas as respectivas situações; *b*) porque, preenchendo o funcionário as condições estabelecidas pela Lei para obter a pensão de inatividade, tem com isso adquirido um direito subjetivo, desde então imodificável em seu detrimento e do qual não há como poder privá-lo, nem por uma medida legislativa, e, muito menos, por um ato executivo; 2.º, o impôsto é ainda inconstitucional porque, estabelecendo uma taxa progressiva, fere o princípio da igualdade de todos perante a Lei, consagrada no artigo 72, § 2.º, da Constituição Federal; 3.º, que ainda é inconstitucional porque também fere o artigo 74 da Constituição Federal que garante, *em tôda a sua plenitude*, as patentes, postos e cargos inamovíveis; 4.º, finalmente, que o impôsto não pode recair sôbre o sôldo da reforma, porquanto êsse sôldo não pode ser considerado *vencimento*, e sim apenas uma *tença*, uma *pensão alimentar*.

Em sua defesa, alegou a União Federal: 1.º, que a doutrina contratual das relações entre o Estado e os seus empregados não é ainda dogma do Direito Administrativo, sendo, ao contrário, repelida por escritores de valor; 2.º, que a taxação impugnada não ofende o artigo 72, § 2.º da Constituição Federal, porque a plenitude da garantia das patentes não inclui a isenção fiscal; também a propriedade é garantida, *em tôda a sua plenitude*, no artigo 72 § 17 da Constituição, e, entretanto, ninguém se lembrou de recusar o pagamento dos impostos que gravam a propriedade; garantidos também, *em tôda a sua plenitude*, são os cargos civis vitalícios e inamovíveis, e, não obstante, nenhum dos respectivos funcionários, a não ser os magistrados federais (artigo 57, § 1.º da Constituição Federal), sustentou até hoje que estavam os seus vencimentos isentos da taxação legal; 4.º, e, finalmente, que, nos têrmos amplos das disposições legais, estavam também compreendidos os soldos de reforma, embora denominados tenças.

A fls. 542 v., o Juiz Federal da 1.ª Vara proferiu a sua sentença, examinando minuciosamente as alegações das partes e julgando improcedente a ação proposta.

A apelação foi regularmente interposta, e os autos subiram no prazo legal, estando devidamente preparados.

O que tudo devidamente examinado e:

Considerando que, para sustentar que a taxação impugnada ofende os seus direitos adquiridos, os A.A. tiveram necessidade de arvorar em dogma do direito administrativo moderno a *doutrina contratual* das relações entre o Estado e os seus empregados; mas

Considerando que semelhante doutrina, se bem que tivesse tido certa voga, principalmente na Itália, devido ao alto prestígio de Chironi, é formalmente repelida por mestres da mais indiscutível autoridade.

Doutrina GIORGIO GIORGI — *La Dottrina delle persone giuridiche e corpi morali*:

"Súdito em face do Soberano, depositário de um poder ou de um encargo público, no interêsse de tôda a sociedade e não do próprio indivíduo; ligado à hierarquia pela disciplina, o empregado do Govêrno não é um mandatário de direito civil; é apenas um cidadão que, por *concessão unilateral* do Estado ou dos seus ministros, tem título, grau e atribuições de interêsse geral; a aceitação do funcionário não é exigida para tornar perfeito o ato da nomeação, que é válido e íntegro logo que é expedido de acôrdo com as formas constitucionais.

O direito privado não entra substancialmente e necessàriamente na natureza da relação jurídica entre o Estado e os seus empregados e sim apenas, acidentalmente, no que diz respeito às vantagens concedidas aos funcionários.

Mas êste lado patrimonial é apenas um enxêrto da forma contratual privada em um tronco nascido no campo do direito público.

O sujeito principal, isto é, o interêsse público, modifica e desnatura o elemento privado, que, absolutamente, não pode ser julgado segundo as regras da locação ou do mandato.

E' preciso considerar êsse elemento privado, não segundo o critério da rigorosa justiça comutativa, mas segundo os critérios das Leis que, "ex necessitate regiminis", fixam os ordenados, indenizações e pensões."

MEUCCI — *Instituzioni di Diritto Amministrativo* — admite a existência de um mandato, tomado na sua mais ampla acepção, no sentido de representação ou personificação da pessoa jurídica no seu funcionamento (*institutoria, commissione, preposizione*), nas relações entre o Estado e os seus empregados; mas acrescenta que se não trata de um mandato civil e sim de um mandato de natureza especial, *dependendo, exclusivamente, da lei e das necessidades da ordem pública.*

O indivíduo fica legalmente nomeado, ainda que não tenha solicitado o emprêgo, nem tenha manifestado ainda a sua intenção de aceitar a nomeação.

CAMMEO, refutando a doutrina contratual (em um trecho citado na excelente monografia de Gilberti Messina — "Responsabilità civile dello Stato e delle altre persone giuridiche", diz que o seu único fundamento consiste em se exigir a manifestação da vontade do nomeado, para que êste se repute legalmente investido do emprêgo; mas, em seguida, passa a demonstrar exaustivamente que essa manifestação de vontade *não é um elemento jurídico da validade do ato da nomeação.*

O indivíduo fica legalmente nomeado, ainda que não tenha solicitado o emprêgo, nem tenha manifestado ainda a sua intenção de aceitar a nomeação.

ROMANO — *I Poteri disciplinari delle pubbliche amministrazioni* — sustentando que os direitos e deveres dos empregados públicos nascem "ex lege" e não "ex-pacto", alega justamente que, se assim não fôsse, não seria possível admitir a eficácia retroativa das Leis e até mesmo dos regulamentos, que aumentam ou diminuem ordenados, pensões e outras vantagens, retroatividade que êle considera insuscetível de dúvida.

E CAGNETTA, no artigo "Stipendio", publicado no "Digesto Italiano", afirma que o "decreto, o ato da nomeação não tem nem a forma nem a essência de um contrato; se, em alguns pontos, a êle se assemelha, se está "ad instar contractus", se mistura nesse ato um elemento de ordem pública, que, na realidade, o converte em uma coisa de natureza especial, e que exige uma definição também especial.

Nomeação, funções, hierarquia, vantagens, tudo isto é determinado por decretos da autoridade, promulgados "ex-necessitate regiminis"; o empregado aceita as condições impostas pelo Estado, se subordina, mas, de forma alguma estipula ou contrata."

Em França, BERTHÉLEMY — *Traité Élémentaire de Droit Administratif* — diz que sòmente os velhos tratadistas, como PERRIQUET, DARESTE, LAFERRIÈRE, consideram a função pública sob o ponto de vista da "situação contratual", assimilável à "locação de serviço" ou "mandato", ou ainda a um "contrato do poder público", ato *sui-generis*".

Os tratadistas modernos, ao contrário, citando, entre outros, Esmein, Hauriou, Duguit e Jèze, encaram a função pública como um "estatuto legal" criado sempre por um ato unilateral da autoridade pública.

Mantendo-se fiel à clássica distinção entre atos de autoridade e atos de gestão, BERTHÉLEMY repele a doutrina contratual quando se trata do "exercício da autoridade", que não pode ser objeto de uma locação de serviços; e cita, como exemplos de funções de autoridade, justamente as que são exercidas pelos Juízes e pelos generais.

Idêntica à lição de Berthélemy é a de Jèze, exposta nas monografias que enriquecem a "Revue du Droit Public et de Science Politique".

HAURIOU — *Prècis de Droit Administratif* (huitieme ed.) — afirma ser a tese contratual absolutamente falsa; porquanto, a operação de recrutamento para as funções públicas não apresenta nem os elementos de "forma", nem os de "fundo" de um contrato.

A situação do emprêgo, na época da nomeação, não fica imutável em proveito do empregado; continua regido pelas Leis e pelos regulamentos, que podem ser modificados legalmente e regularmente, sendo o funcionário obrigado a se sujeitar a essas modificações, salvo se preferir solicitar a sua demissão.

DUGUIT — *Traité de Droit Constitutionnel* — ensina que o Estado moderno, na sua evolução geral, chegou a um estádio em que êle institui "por atos unilaterais" todos os seus funcionários pròpriamente ditos, isto é, todos os agentes que estão empenhados, de uma maneira normal e permanente no funcionamento dos serviços públicos.

O consentimento do funcionário não é necessário para a perfeição do ato da nomeação.

Na Bélgica, ORBAN — *Le Droit Constitutionnel de la Belgique* — diz que "tôda nomeação de funcionário é um ato de autoridade, um ato unilateral do poder público; mas, se fôsse contrato, seria em todo o caso um contrato "sui-generis", de Direito Público, submetido a regras jurídicas especiais".

Na Alemanha, OTTO MAYER — *Le Droit Administratif Allemand* (ed. franc. par l'auteur) — assim doutrina: "Para nós, o direito público dá as idéias dominantes para todos os detalhes das instituições que lhe pertencem; essas instituições necessàriamente se ressentem da circunstância de serem constituídas sôbre a base da desigualdade jurídica das pessoas em causa.

Assim sendo, o que, no ato jurídico da colocação de alguém no serviço do Estado, produz efeito, deve ser a *vontade do Estado, o ato administrativo da nomeação;* o consentimento do nomeado tem apenas o valor de uma condição a observar, condição, aliás, indispensável para a eficácia do ato.

Êste efeito existe, como em todos os atos administrativos, desde o momento da *notificação,* da declaração feita na devida forma à pessoa nomeada.

Quem recebe uma nomeação, não pode recusar dizendo simplesmente: não dei o meu consentimento, não aceito; é indispensável recorrer contra o ato, promover a sua revogação, ou a decretação da sua nulidade.

Mas, enquanto a nomeação não é considerada sem efeito, ou não é anulada, continua a produzir os seus efeitos, os quais provêm da sua fôrça intrínseca."

Nos Estados Unidos, é doutrina corrente que as relações entre o Estado e os seus empregados não são absolutamente contratuais.

"Office is not a contract relation, dizem FINLEY and SANDERSON — *The American Executive and Executive methods; the officer does not hold by contract but by the will of the sovereign power.*

"The right possessed by the official, diz GOODNOW — *Principles of the Administrative law of the United States* — is not, however, a contractual right since the official relation is not a contractual relation."

Entre nós, repelem resolutamente a doutrina contratual dois escritores que profundamente estudaram o assunto, publicando obras especiais sôbre a matéria — VIVEIROS DE CASTRO, *Tratado de Ciência da Administração e Direito Administrativo;* e ARAÚJO CASTRO — *Estabilidade de Funcionários Públicos.*

Considerando que a taxação impugnada não viola absolutamente o art. 72, § 2.º da Constituição Federal, porquanto o princípio de ser a *lei igual para todos* não tem forma alguma por corolário que *devam pagar a mesma cota de impôsto*, mesmo porque seria uma *desigualdade tratar igualmente sêres desiguais.*

A doutrina moderna, defendida exaustivamente, entre outros, por Wagner, Schaffle e Neumann, reconhece, como critério da taxação — *a capacidade contributiva dos cidadãos.*

Êsse critério pressupõe, observa NITTI, que cada indivíduo paga o impôsto proporcionalmente à sua renda e às suas riquezas; e daí se segue que a taxação deve ser graduada de forma a seguir as variações da renda dos cidadãos que fazem parte da associação política e concorrem para o seu bem-estar.

Mas também pressupõe outra coisa: uma renda igual nem sempre representa uma capacidade contributiva igual.

Na existência dos países modernos, e, sobretudo, entre os povos civilizados, não é possível deixar de tomar em consideração, relativamente aos sistemas de impostos, *as condições individuais dos cidadãos.*

Os fatôres qualificativos e subjetivos da capacidade econômica são tais que determinam entre êles enormes diferenças, e isto com a própria renda, a qual, por si só, não pode ser o critério da capacidade contributiva.

E', portanto, evidente que um sistema de impostos que reclamasse pura e simplesmente impostos iguais para todos, ocasionaria sacrifícios desiguais.

E assim, não é lógico se considerar a aplicação da progressão como uma violação da capacidade contributiva. — VIVEIROS DE CASTRO — *Tratado dos Impostos* (2.ª ed.).

Seria uma clamorosa injustiça estabelecer uma *taxa única* para todos os vencimentos, sem levar em conta as respectivas importâncias e as condições pessoais dos tributados; essa taxa única não poderia deixar de ser estabelecida se tomando a média dos vencimentos, e assim seria insignificante para os grandes vencimentos e esmagadora para os funcionários parcamente retribuídos:

Considerando que o impôsto a cujo pagamento os autores e assistentes pretendem se subtrair não viola, de forma alguma, o art. 74 da Constituição Federal; porquanto, na *plenitude* dos direitos assegurados pelo mesmo artigo, não está compreendida a *irredutibilidade dos vencimentos*, que não é uma condição indispensável para o exercício de todos os postos, patentes e cargos inamovíveis.

Tanto não é, que a Constituição Federal estabeleceu essa garantia exclusivamente para os magistrados federais, atendendo à natureza das suas funções, e especialmente à decretação de nulidade das leis e dos atos do Poder Executivo, manifestamente inconstitucionais;

Considerando que o impôsto sôbre os subsídios e vencimentos é uma verdadeira modalidade do impôsto de indústrias e profissões, constituindo, portanto, uma *cédula* do impôsto sôbre a renda (VIVEIROS DE CASTRO — *Tratado dos Impostos*, 2.ª edição), e, nestas condições não tem a menor importância o fato de não estar o tributado em atividade, desde que a sua situação não afeta de forma alguma à percepção dos rendimentos;

Considerando que, mesmo que se estabelecesse distinção entre militares em serviço e reformados, essa distinção não aproveitaria aos autores e assistentes porquanto as legislações estrangeiras sôbre a matéria isentam da taxação ùnicamente os soldos dos militares, *quando em serviço ativo* (leis italianas de 14 de julho de 1864, 24 de agôsto de 1877, 10 de julho de 1880, 11 de abril de 1889 e 22 de julho de 1894 — *imposta sui redditi della richezza mobile;* lei austríaca de 1 de janeiro de 1898; lei da Sérvia, de 30 de março de 1891, etc.);

Considerando que, embora a legislação do Império tenha denominado *tença* a remuneração concedida aos militares inativos, não pode haver a menor dúvida de que o legislador, em 1914, quis positivamente taxar essa remuneração, dizendo, em têrmos claros, positivos e insofismáveis, que o impôsto sôbre vencimentos seria cobrado "sôbre as quantias que forem efetivamente recebidas em cada mês por quaisquer pessoas (*civis* ou *militares*) que percebem vencimentos, ordenados, *soldos*, diárias, representação, gratificação de qualquer natureza, percentagens, cotas, pensões graciosas *ou de inatividade proveniente de reforma, jubilação*, etc.";

Considerando, finalmente, que é tanto mais insustentável a distinção que os autores e assistentes pretendem fazer entre as suas *tenças* e os *vencimentos* dos outros funcionários públicos, quando a maioria dêles estão numa situação privilegiada, talvez única no mundo, percebendo na inatividade maiores vencimentos do que percebiam, quando prestavam ou estavam em condições de prestar, os seus serviços à Pátria:

Acordam negar provimento à apelação, e confirmar a sentença apelada que julgou improcedente a ação: julgando também carecedores de ação os assistentes de fls. 598 que intervieram na causa depois de proferida a aludida sentença. Custas pelos apelantes e assistentes.

Supremo Tribunal Federal, 24 de julho de 1918. — *H. do Espírito Santo*, P. — *Viveiros de Castro*, Relator. *Sebastião de Lacerda*. — *G. Natal*. — *Godofredo Cunha*. — *André Cavalcanti*. — *Canuto Saraiva*. — *Pedro Lessa*. — *Pedro Bibielli*. — *Leoni Ramos*. — *A. Pires e Albuquerque*. — *J. L. Coelho e Campos*. — *João Mendes*. — *E. Lins*. — Fui presente, *Muniz Barreto*.

COMENTÁRIOS

A pretensão dos oficiais reformados do Exército e da Armada de estarem os respectivos soldos isentos do impôsto sôbre vencimentos, se baseava principalmente nas duas seguintes alegações:

1.ª Sendo contratuais as relações entre o Estado e os seus empregados, é indiscutível que, uma vez fixados os vencimentos da inatividade, o Estado, que é uma das partes contratantes, não pode diminuir êsses vencimentos, ainda que pela forma indireta da taxação.

2.ª Garantindo a Constituição Federal, no artigo 74, as patentes, os postos e os cargos inamovíveis, *em tôda a sua plenitude*, não é possível repelir o corolário dessa garantia — *a irredutibilidade dos vencimentos.*

O Acórdão mostrou exuberantemente a improcedência dessas alegações.

Mas, como a doutrina das relações contratuais entre o Estado e os seus empregados ainda continua a ser defendida entre nós, havendo até quem se lembrasse de me incluir entre os escritores que a defendem, sou forçado a insistir no assunto.

Sòmente uma leitura muito apressada do meu *Tratado de Ciência da Administração e Direito Administrativo* — pode explicar o equívoco de se me atribuir adesão à doutrina contratual.

Neste livro eu disse o seguinte: *"De todos os escritores, porém, é Laband o que melhor conceitua a natureza das relações entre os funcionários e o Estado".*

Ora, LABAND — *Le Droit Public de l'Empire Allemand*, — depois de ter estabelecido que o Estado pode celebrar contratos de locação de serviços, como com empreiteiros de estradas de ferro, fortificações, etc., assim como pode também impor a obrigação de executar serviços, tendo como fundamento uma relação de poder (Gewaltoerhaeltniss) que não provém duma decisão livre dos interessados, mas existe sem isto, assim continua a expor a sua doutrina:

"Mas, existe uma terceira classe de — relações de serviços — que reúne os traços característicos das duas já estudadas, isto é, por um lado, tem por base uma convenção livre e voluntária, e, por outro lado, tem no seu conteúdo uma relação de poder.

A história do direito privado nos oferece um exemplo clássico duma relação dêsse gênero na *vassalagem.*

A comendação do direito na idade média era um contrato, mas não o contrato de direito de obrigações; entre o senhor e o vassalo, suserano e feudatário, havia uma relação de poder que era de natureza moral, repousando sôbre um dever de fidelidade e de dedicação particular, e criava um dever de serviço também particular.

A comendação não fundava uma relação contratual, e sim uma relação de autoridade e de subordinação, uma potestas.

Violar o seu dever de serviço não era para o vassalo deixar de cumprir uma obrigação, era um delito, uma felonia; os direitos do suserano não eram direitos de credor, e sim direitos soberanos.

O que êle devia em retribuição era essencialmente a proteção.

O dom dum — benefício — não era, originàriamente, indispensável, se bem que sempre fôsse êsse o costume.

A relação entre o vassalo e o suserano não era formada por um — *dare, facere, præ estare, opartere* — recíproco mas pelo — *mundeburnium* — (defensivo) e pela *fides.*

A relação de serviço que une o funcionário ao Estado é da mesma natureza, sendo, porém, de direito público.

Esta relação supõe um contrato que a estabelece, isto é, um consentimento especial para cada caso.

E' necessário que o Estado declare a sua vontade de tomar alguém, individualmente, determinado, para o seu serviço, e que êsse indivíduo consinta em entrar para o mesmo serviço.

Mas êste contrato não é de direito obrigatório; êle funda uma relação de poder do Estado, um dever particular de serviço, de obediência, de fidelidade do funcionário, impõe ao Estado o dever de protegê-lo e pagar a remuneração estabelecida para os seus serviços.

Aqui também o que é essencial é o dever do Estado de proteger o funcionário no exercício de suas funções; a remuneração é a regra, mas não é o essencial.

O funcionário que falta ao seu dever de serviço não viola um contrato, comete um delito disciplinar, (vergehen) correspondente à felonia do vassalo.

Cumprir os deveres de funcionário não é se conformar com as cláusulas dum contrato, é desempenhar o dever de obediência e de fidelidade, que êle aceitou.

Assim, pois, o serviço do funcionário se distingue do do súdito; porque êste não se obriga a executá-lo por uma decisão da sua vontade livre; e se distingue do serviço de um homem alugado pelo Estado, por que êsse homem é um contratante, com os mesmos direitos que o Estado.

A relação de serviço assim limitada por esta dupla oposição, constitui o critério decisivo e essencial da noção jurídica do funcionário."

Basta ler com atenção os trechos sublinhados, para se verificar que o conceito de Laband, que adotei, absolutamente não sufraga a doutrina das relações contratuais entre o Estado e os seus empregados.

E' exato que o notável publicista tedesco fala em *contrato;* mas teve o cuidado de explicar que se não referia a um *contrato de direito de obrigações,* e sim à necessidade de consentimentos especiais para cada caso, manifestando o Estado a vontade de tomar um indivíduo a seu serviço, e consentindo êsse indivíduo em servi-lo.

E positivamente afirmou que a relação de serviço que une o funcionário ao Estado, não é uma relação contratual, e sim uma relação de autoridade e de subordinação, uma *potestas.*

A doutrina contratual é uma velharia, já sem cotação entre os Mestres.

Na França, de onde importamos a nossa organização administrativa, os publicistas de maior autoridade a repelem.

GASTON JÈZE — *Les Principes généraux du Droit Administratif* — assim resume a moderna doutrina jurídica:

"En France, les agents au service public proprement dits sont dans une situation juridique légale et réglementaire. Cela signifie que le procédé du contrat n'intervient à aucun moment. Ce n'est pas un contrat qui fait entre les agents au service public. Ce n'est pas un contrat qui règle les droits et obligations des individus en service public. Ce n'est pas un contrat qui fixe la durée des fonctions et les conditions de la sortie du service public. La sanction des droits et obligations des agents au service public n'est pas celle des droits et obrigations résultant d'un contrat. Tout ceci est réglé par les lois et réglements.

Dés lors: 1.º *l'acte juridique par lequel un individu entre au service public est un acte — condition, c'est-à-dire, qu'il a pour effet juridique non pas de créer pour un individu une situation juridique individuelle, mais d'investir un individu d'une situation juridique légale et réglementaire.*

2.º *L'acte juridique par lequel un service public est organisé, par lequel sont determinés les pouvoirs et devoirs des agents affectés à ce service, est une loi ou un réglement; c'est-à-dire un acte créant une situation juridique générale et impersonnelle.*

3.º *L'acte juridique par lequel un individu sort du service public est un acte — condition: c'est-à-dire une manifestation de volonté plaçant un individu dans une situation juridique générale et impersonnelle (situation d'agent démissionnaire, d'agent retraité,* etc.).

4.º *La sanction des pouvoirs et des devoirs des agents au service public est la sanction des situations juridiques générales et impersonnelles et non celle des situations juridiques individuelles. L'action en justice pour faire condamner à l'execution du devoir n'est pas le procédé de sanction des obligations contractuelles."*

Um estudo superficial da matéria pode levar à convicção de que a doutrina francesa não repele a doutrina contratual, porquanto na jurisprudência do Conselho de Estado, que tem colaborado tão eficientemente na formação do Direito Administrativo, nós encontramos freqüentemente, para caracterizar as relações do Estado e dos seus empregados, as expressões — *contrat du droit public* e *contrat de fonction public.*

Mas TARDIEU, citado em nota por JÈZE, e que à sua qualidade de Comissário do Govêrno reúne uma indiscutida competência em assuntos administrativos, assim explicou, no *affaire Winkel,* o sentido das referidas expressões:

"Assurément ce n'est pas lá purement et simplement le contrat de travail du Code Civil. A la difference de ce qui se passe en droit privé, les parties ne traitent pas sur un pied d'égalité.

L'Etat fixe à son gré, et en vue de meilleur fonctionnement possible du service public, les diverses clauses du contrat.

Il détermine seul, sans discussion et sans entente préalable avec les candidats fonctionnaires, les devoirs et obligations qu'il impose à chaque agent.

Il fixe également les avantages qu'il leur accorde, le taux de leur traitments, les conditions et la quotité de leurs pensions, les régles suivant lesquelles ils recevron de l'avancement, les conditions suivant lesquelles leurs écarts seront réprimés, les peines disciplinaires qu'ils peuvent encourrir et la procédure suivant laquelle ces peines seront prononcées, enfin les garanties qui les protégeront contre l'arbitraire. Non seulement l'Etat fixe seul ces conditions, mais encore il se réserve le droit de les modifier en cours d'exécution. Enfin, il reste toujours libre de supprimer le service et, par suite, l'emploi... C'est cet accord de volontés qui se produit lors de la nomination acceptée par le fonctionnaire, accord générateur d'obligations réciproques, qui constitue ce que l'on appelle le contrat de fonction publique."

Dêste trecho resulta claramente que as aludidas expressões foram empregadas pelo Conselho de Estado em sentido impróprio, levado exclusivamente pela idéia de que no *acto de nomeação* há um acôrdo de vontades, entre o Estado que nomeia e o empregado que aceita o emprêgo.

Mas, na realidade, não existe êsse acôrdo — o *ato da nomeação é unilateral,* fica completo com a sua publicação, nêle não intervém a vontade do empregado.

E tanto é assim que, se o nomeado não aceitar o emprêgo, o *ato da nomeação* não fica *ipso facto* nulo, é indispensável um novo ato do Govêrno declarando sem efeito a nomeação.

"Il n'y a pas échange des consentements, diz HAURIOU — *"Précis de Droit Administratif et de Droit Public"* — *c'est-à-dire, conclusion de l'operation reportée jusqu'au moment de l'acceptation par le fonctionnaire de sa nomination.*

On sait comment s'opere le recrutement des fonctionnaires, en fait, par une nomination que est une decision exécutoire unilatérale prise par une autorité administrative. Sans doute, dans le cours ordinaire des choses, le fonctionnaire nominé accepte sa nomination, sans quoi il serait difficile de lui faire executer son service; mais on a vu, dans des temps malheureux, de fonctionnaires nommés que n'acceptaient point leurs fonctions et que l'on y attachait de force, par exemple les curriales du Bas-Empire, et il ne faudrait peut-être point si longtemps pour qu'on vit reparaitre chez nous ces fonctions peu envieés que l'on serait obrigé d'imposer.

Mais, même quand le fonctionnaire nommé accepte sa nomination, cela s'analyse en un acte d'adhésion à un fait, et non pas en un échange de consentements contractuels. Et le resultat, c'est que les effets juridiques de la nomination se produisent immédiatement, sans qu'on attende l'acceptation du fonctionnaire."

O próprio BERTHÉLEMY que, no *"Traité Elémentaire de Droit Administratif,* ainda defende a doutrina contratual quando se trata de *empregados de gestão,* reconhece, contudo, *"qu'il y a fonctions qui sont la participation au pouvoir de commander: elles sont conférées dans les conditions legales; elles n'ont aucune base contractuelle".*

São dêsse gênero as *funções militares;* ninguém dirá certamente que os oficiais do Exército e da Armada sejam *empregados de gestão.*

Na Espanha, segundo afirma o mais notável dos seus tratadistas das ciências administrativas, ADOLFO POSADA — *"Tratado de Derecho Administrativo"* — *"la relacion de empleo no tiene carácter contractual".*

E nos Estados Unidos, GOODNOW, o eminente professor da *Columbia University,* assim doutrina na sua obra clássica — *"The principals of the Administrative Law of the United States":*

"The official relation not being a contractual relation, and the existence of the right to compensation being dependent upon the law, we must go to the law to find if there is a compensation attached to any given office. The compensation, however it may be fixed, may be changed by the authority fixing it, provided no higher law, such as the constitution when it is fixed by statute, or a statute when it is fixed by the administration prevents. The compensation may be altered, diminished, or altogether terminated during the term of office or the incumbent, and such change will not be regarded as impairing the obligation of a contract, since the official relation is not a contractual relation; but the act changing the compensation must be clear and specific."

A jurisprudência americana também repele a doutrina contratual.

NICOLAS CALVO — *Decisiones Constitucionales,* número 1.045, assim consubstancia os julgados da Suprema Côrte sôbre a matéria:

"Um empregado público é uma criatura da Lei promulgada pelo poder soberano do Estado para objetos públicos, como o agente do corpo político que há de efetuar a sua soberania e realizar a sua vontade. O seu emprêgo é *uma mera instituição civil,* estabelecida para objetos políticos e públicos, e pode ser regulamentada ou alterada pela sociedade.

Sendo uma simples criatura da Lei, *êle não detém o seu emprêgo por contrato,* os seus deveres mudam com a mudança da lei, e, por conseguintemente, o salário pode ser diminuído ou mesmo suprimido durante o exercício do cargo (*State v. Dews, R. M. Charlt,* 397; *People v. Auditor,* 2, III, 537; *Barker v. Pittsburg,* 4 *Penn,* 49; *Connet v. New York,* 2 *Sandf,* 355; *Benford v. Gibson,* 15 *Ala,* 521; *Butter v. Pensylvania,* 10 *How,* 402; *Sat v. Smedes,* 26, *Miss,* 47; *Conffin v. State,* 7 *Ind.* 157; *Hall v. State,* 39 *Wiss* 79; *Hyde v. State,* 52 *Miss* 665; *Gilbert v. Commissioners,* 8 *Blackf,* 81; *Turpen v. Commissioners,* 7 *Ind,* 172; *Commissioners v. Bacon,* 6 *S. & R.,* 322; *Haynes v. State,* 3 *Humph,* 480; *People v. Burrows,* 27 *Barb.* 89; *Farwell v. Rockland,* 62; *Me,* 296; *Denver v. Hobart.* 10; *Nev,* 28; *Phillips v. Mayor,* 1; *Hilt,* 483; *Iowa City v. Foster,* 10, *Iowa,* 189; *Gilbert v. Commissioners,* 8, *Blackf,* 81; *People v. Devlin,* 37, *N.Y.* 269; *Swam v. Burk,* 40, *Miss,* 268; *People v. Lippincot,* 67, *Hill,* 333; *Walker v. Dunham,* 17, *Ind,* 483; *Wlaker v. Peele,* 18, *Ind,* 264; *Territory v. Pyle,* 1, *Oregon,* 149; e *Bryan v. Cattell,* 15, *Iowa,* 538).

Fulminando a doutrina contratual, o Acórdão, de que fui relator, se inspirou nos ensinamentos dos mais notáveis Mestres e seguiu a jurisprudência das nações que mais se têm avantajado no estudo das ciências administrativas.

A situação jurídica do empregado público é exclusivamente *legal;* os seus direitos e deveres resultam das leis e regulamentos pelos quais se rege o respectivo serviço.

* * *

O segundo fundamento da pretensão dos Oficiais do Exército e da Armada, ainda é mais improcedente, porquanto a *irredutibilidade* dos vencimentos não é uma vantagem inerente aos postos e patentes; é uma garantia concedida exclusivamente ao Poder Judiciário, o qual, tendo competência para impedir os efeitos dos atos ilegais do Poder Executivo, e das leis inconstitucionais, que causarem danos patrimoniais aos indivíduos, não pode prescindir dessa garantia, para não ser *castigado,* quando cumprir o seu dever, assegurando o direito individual contra os atos arbitrários dos outros dois Poderes.

A Constituição Federal, no artigo 57, cogitou apenas dos *magistrados federais;* mas a jurisprudência do Supremo Tribunal, atendendo ao supracitado fundamento da garantia da irredutibilidade dos vencimentos, firmou a doutrina no sentido de estar essa garantia incluída entre os *princípios constitucionais* que os Estados são obrigados a respeitar nas suas organizações, *ex-vi* do artigo 63 da Constituição Federal.

A aludida jurisprudência sanou entre nós uma lacuna de que se ressente a União Americana, onde, em regra, as magistraturas locais estão inteiramente à mercê dos caprichos da politicagem.

E' mansa e pacífica a jurisprudência, que fulmina de inconstitucional a taxação dos vencimentos dos magistrados, estando compreendido na isenção até mesmo o sêlo de nomeação.

Essa jurisprudência, além de se apoiar em precedentes americanos, é perfeitamente defensável no terreno doutrinário, porquanto uma das objeções que os adversários do impôsto sôbre subsídios e vencimentos alegam contra o seu estabelecimento, é justamente a de *"ser equivalente a uma verdadeira redução dos vencimentos, muito prejudicial ao serviço público, em conseqüência da tentação a que ficam expostos os empregados, quando não são suficientemente retribuídos.* (VIVEIROS DE CASTRO — *Tratado dos Impostos,* página 390).

CONSULTORIA JURÍDICA DO D.A.S.P.

PARECERES

Processo N.º 1.728/53

ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS — NÃO É POSSÍVEL FORA DAS EXCEÇÕES PREVISTAS NO ART. 185 DA CONSTITUIÇÃO — INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 265 DO ESTATUTO.

PARECER N.º 27/53

Consulta a D.P. do Ministério da Aeronáutica se, à vista do art. 265 do atual Estatuto, é permitido a redator do serviço público federal exercer outro cargo ou função pública.

2. A matéria está regulada no art. 185 da Constituição, que, estabelecendo, como regra, a proibição de acumular cargos públicos, admitiu exceções expressamente enunciadas que se encontram, igualmente, definidas nos arts. 188 e seguintes do Estatuto vigente.

3. Fora das hipóteses constitucionais, nenhuma outra situação de dualidade de funções públicas poderá ser tolerada, salvo, excepcionalmente, as decorrentes do art. 24 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

4. A norma do art. 265 do Estatuto não pode ter o alcance de possibilitar, contra texto constitucional expresso, o exercício de dois cargos públicos. Se entendesse fazê-lo seria manifestamente inconstitucional e, portanto, destituída de efeitos jurídicos. Ao legislador ordinário não é lícito, por qualquer forma, mesmo indireta, permitir o que a Constituição vedou, sob pena de incidir em excesso de poder.

5. O mencionado art. 265 apenas qualifica determinada função pública — a de redator do serviço público federal, como as da Agência Nacional — considerando-a como de jornalista.

6 Não tem, nem poderia ter, no entanto, a latitude, que, aliás, não manifestou, de estipular nova hipótese de acumulação de cargos públicos além daqueles de exceção constitucional.

7. A consulta deve, pois, ser respondida no sentido de que são aplicáveis aos servidores públicos aludidos no art. 265 do Estatuto as mesmas proibições gerais de acumulação cogitadas nos arts. 188 e 189 da mesma lei.

Rio de Janeiro, em 25 de março de 1953. — *Caio Tácito*, Consultor Jurídico.

Processo N.º 2.233/53

EXTRANUMERÁRIOS — APLICAÇÃO DO REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES EFETIVOS. DIREITO À PROMOÇÃO. APLICAÇÃO DOS ARTS. 40, § 1.º, 42 e 252 DO ESTATUTO.

PARECER N.º 28/53

Consultam o S.A. e a D.P. sôbre o critério a ser observado nas melhorias de salário do pessoal extranumerário, recentemente liberadas pelo Decreto n.º 32.258, de 12 de fevereiro de 1953, que revogou a proibição estipulada no Decreto n.º 29.321, de 2 de março de 1951.

2. As dúvidas suscitadas versam, inicialmente, a aplicação, ao pessoal extranumerário, das normas estatutárias concernentes ao regime de promoção, à vista do art. 252 do Estatuto, segundo o qual o regime jurídico da função pública permanente é extensivo:

> "*a*) aos extranumerários amparados pelo artigo 23 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
>
> *b*) aos demais extranumerários, no que couber."

3. Indaga-se, em decorrência dessa premissa, se as melhorias de salário a serem agora efetuadas devem obedecer ao interstício fixado no art. 42 do Estatuto, mesmo no caso em que, segundo a legislação peculiar aos extranumerários, era dispensado êsse requisito, ou seja, se inexistir na referência, qualquer outro servidor que tenha vencido aquêle período de carência (art. 44, § 1.º do Decreto-lei n.º 5.175, de 7 de janeiro de 1943).

4. Pergunta-se, ainda, se os efeitos dos acessos sòmente autorizados a partir de *13 de fevereiro de 1953* — quando passou a vigorar o decreto liberatório — devem retroagir a 31 de dezembro de 1952, em conseqüência do princípio traçado no art. 40, § 1.º, do Estatuto.

5. Preliminarmente, é necessário apreciar o problema de extensão ao pessoal extranumerário do regime jurídico do Estatuto. A norma ampliativa do campo de incidência dêsse código distingue entre extranumerários estáveis (artigo 23 do A.D.C.T.) e extranumerários instáveis. Aos primeiros manda aplicar, sem ressalva, o sistema legal do Estatuto, ao passo que subordina a disciplina dos últimos ao cabimento da assemelhação.

6. Não se trata, em relação aos "demais extranumerários", de simples ação supletiva do Estatuto, tal como se determina, em outro dispositivo, para os diplomatas, os serventuários da justiça e aos membros do magistério (art. 253). A disposição estatutária constitui "no que couber", norma primária, e não apenas secundária, com respeito ao tratamento jurídico do extranumerário. Não é sòmente nas lacunas, nos interstícios, nas omissões da legislação própria dessa modalidade de servidor público que se observará a lei nova.

7. Verificado o cabimento do dispositivo mais recente, a sua observância obrigatória cancelará a validade das normas anteriores que o contraditem. A tese é, em suma, a de mensurar se é ou não compatível com a natureza característica de função extranumerária êsse ou aquêle preceito do Estatuto. Reconhecida a propriedade da aplicação, a regra mais nova revogará a mais antiga, segundo o princípio geral de direito de sucessão das leis no tempo (art. 2.º, § 1.º da Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro).

8. A identificação de direitos entre o funcionário e o extranumerário vem-se acentuando, progressivamente, em nosso direito positivo. Desde a lei básica do pessoal extranumerário (Decreto-lei n.º 240, de 4 de fevereiro de 1938), a copiosa legislação relativa a êsses servidores precários se norteia pela igualdade, embora parcial, com o pessoal permanente. O art. 252, n.º II do Estatuto representa, nessa evolução legislativa, um episódio mais amplo de uma política já esboçada em leis anteriores.

9. Não é, aliás, circunscrita ao Brasil essa tendência igualitária. No direito francês, em que a noção de funcionário público é ainda mais rígida do que entre nós, limitando-se aos titulares permanentes de cargo também permanente (com a exclusão tanto de interinos, como de estagiários), a lei vem organizando, em moldes congêneres, o tratamento jurídico dos "auxiliares", que se assemelham à nossa figura de extranumerário.

10. Informa, em livro recente, ANDRÉ DE LAUBADÈRE, professor da Faculdade de Direito de Paris:

> "Les auxiliaires ont été ainsi dotés d'un statut comprenant de véritables *cadres* (Décr. du 19 avril 1946 organisant des garanties d'avancement, de discipline, congé de maladie, etc); de ce point de vue ils ne se distinguent donc plus des fonctionnaires que par le fait qu'ils ont des cadres propres, différents de ceux des fonctionnaires proprement dits; quant à la permanence de leur emploi on peut seulement dire qu'elle est moindre que pour les fonctionnaires (Le décret de 1946 distingue du reste les auxiliaires permanents et provisoires). En realité, il n'est pas interdit de considérer les auxiliaires comme constituant une *catégorie particuliére de fonctionnaires*" (grifos do autor). ("Traité élémentaire de Droit Administratif" — 1953 — p. 660).

11. *Promoção* e *melhoria* são, em nosso direito administrativo, institutos afins. Correspondem, ambos, ao acesso do servidor em sua carreira ou série funcional e se aproximam na sistemática, inclusive quanto aos critérios de antiguidade e merecimento. Na vigência do Estatuto anterior, que não dilatava o próprio regime às funções de extranumerário, as normas de promoção já serviam, supletivamente, para regular o processamento das melhorias de salário.

12. Aliás, o diagnóstico de que é cabível aplicar ao extranumerário o regime de promoção fixado no atual Estatuto já foi feito pelo próprio legislador. O mesmo Decreto n.º 32.258, que restaurou as melhorias de salário, determina, no art. 7.º, que elas "obedecerão ao disposto no Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 32.015, de 29 de dezembro de 1952", ou seja, ao Regulamento de Promoções do pessoal efetivo.

13. Parece-me, assim, que as melhorias de salário a serem realizadas devem observar o sistema constante do Capítulo III, do Título II, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, *ex-vi* do n.º II de seu art. 252.

14. Em conseqüência, é indispensável que nelas prevaleça a exigência do interstício de 365 dias de efetivo exercício na referência (art. 42), tendo-se como revogada, por incompatível com a generalidade do requisito, a exceção do art. 44, § 1.º do Decreto-lei n.º 5.175, de 7 de janeiro de 1943.

15. A segunda parte da consulta se refere à possível retroatividade dos atos de melhoria de salário, em virtude do § 1.º do art. 40 do Estatuto.

16. E' princípio consagrado na doutrina, como na jurisprudência, que os requisitos legais de promoção não constituem direito subjetivo do funcionário, mas apenas expectativa de direito. A natureza estatutária da função pública tem, como conseqüência, a faculdade de alteração unilateral, pelo Estado, do direito objetivo que a regula (MARCEL WALINE — *Traité élémentaire de Droit Administratif* — 5.ª edição, p. 341).

17. "O poder de promover é, em princípio, discricionário" ensina GASTON JÈZE (*Principios generales de Derecho Administrativo* — vol. II — 2.ª parte — p. 102), enquanto DUEZ e DEBEYRE assinalaram que sòmente a lei pode restringir, nessa matéria, a liberdade de decisão do administrador, devendo, de qualquer forma, ser interpretada restritivamente (PAUL DUEZ et GUY DEBEYRE — *Traité de Droit Administratif* — 1952, p. 720). *La promoción en la escala jerarquica no es un derecho subjetivo del agente público, es solamente un interés legitimo*, esclarece VILLEGAS BASAVILBASO (*Derecho Administrativo* — vol. III — 1.ª parte, p. 478).

18. Na doutrina italiana, desde PETROZIELLO, que descreveu a promoção como "un diritto pontenziale nella sua esistenza, incerto nel suo contenuto" (*Il rapporto di publico impiego*, 1935, p. 291) até autores mais recentes como GINO VITTA (*Diritto Amministrativo* — 1950 — vol. II, p. 293), LENTINI (*Istituzioni di Diritto Amministrativo* — 1939 — vol. I, p. 1951), D'ALESSIO (*Diritto Amministrativo* — 1943 — vol. I, p. 506) ou SANDULLI (*Manuale di Diritto Amministrativo* — 1952, p. 122), todos são unânimes em afirmar a inexistência de direito adquirido ao acesso na carreira.

19. Não diferem os pronunciamentos dos juristas nacionais. Anota FRANCISCO CAMPOS, em estudo excelente:

> "o que comumente se denomina "direito à carreira" não é um direito pròpriamente dito: é apenas uma esperança ou possibilidade de direito".

20. Em seguida, formula o quesito:

> "E' a administração obrigada a fazer as promoções ? Não poderá adiá-las por motivo de interêsse público ?"

ao qual oferece resposta:

> "... embora reunidos os requisitos para a promoção, a Administração não é obrigada a promover. Ela não poderá promover contra a lei; mas não é obrigada a realizar as promoções, se o interêsse público lhe indica a conveniência de se abster das promoções ou de adiá-las". ("Revista Forense" — vol. C — págs. 31/32).

21. Também GUIMARÃES MENEGALE especifica:

> "condição material, normal, para a promoção, é a existência de vaga. Contudo, a existência de vaga *não obriga à promoção*. O preenchimento de vaga é objeto de interêsse do serviço público, como a criação ou extinção dos cargos, tanto que não é lícito ao funcionário renunciar a êsse direito. Assim, a autoridade administrativa expedirá o ato de promoção quando se lhe afigurar oportuno, sem prazo prefixado, quando, em outros têrmos, o serviço público o reclamar". ("Revista Forense" — vol. 95, p. 63).

22. Por igual forma opinam, entre muitos, TITO PRATES DA FONSECA (*Lições de Direito Administrativo* — p. 219), OSVALDO ARANHA BANDEIRA DE MELO (*Promoções por sentença* — IV, págs. 28/5), ANTÃO DE MORAES (*Problemas e negócios jurídicos* — vol. III p. 163), LUIZ GALLOTTI (*Pareceres do Procurador-Geral da República* — vol. I, p. 102), ALAIM DE ALMEIDA CARNEIRO — (*Revista de Direito Administrativo* — vol. III, p. 194), OROZIMBO NONATO (*Revista de Direito Administrativo* — vol. 19 — p. 133), CARLOS MEDEIROS SILVA (Pareceres ns. 213-T e 236-T, "Diário Oficial" — 16-12-52, p. 19.104 e 3-3-53 — p. 3.523 e *Pareceres do Consultor-Geral da República*, vol. I, p. 404 e vol. II, p. 86) e MÁRIO MAZAGÃO (*Revista de Direito Administrativo* — vol. I, p. 693).

23. Dentro dessa compreensão dominante de que a garantia legal de promoção apenas consubstancia uma expectativa de direito, a jurisprudência, tanto administrativa, como judicial, firmou o entendimento de que a administração não está obrigada a realizar a promoção, uma vez verificada a existência de vaga. Não é lícito ao administrador preterir um funcionário em benefício de outro, ficando, porém, a seu critério decidir sôbre a oportunidade da promoção, segundo o imperativo do interêsse público.

24. Na instância administrativa são expressivos êsses exemplos:

> "Em o nosso direito administrativo, o funcionário ocupante de cargo de carreira não adquire direito de ser promovido à classe

imediatamente superior, pela simples abertura de vaga" (Parecer do D.A.S.P. — Processo n.º 6.916/44 — cit. Pinto Pessoa Sobrinho — *Manual dos Servidores do Estado* — volume I, p. 119).

"Nada mais desamparado pelas decisões nas esferas administrativa e judiciária do que êste, o de que há um direito à promoção" (Parecer do D.A.S.P. — Proc. 2.277/49 — *Revista de Direito Administrativo* — volume 20, p. 248).

25. Também o Supremo Tribunal Federal traçou a hermenêutica do instituto, estabelecendo a discricionariedade do Poder Executivo, no tocante à efetivação das promoções. No recurso extraordinário n.º 8.575, de São Paulo, deliberou o Pretório Excelso que "o direito à promoção está condicionado à conveniência administrativa" (*Revista do Direito Administrativo* — vol. III — p. 194).

26. Nessa decisão, que se destaca com um "leading case" em nossa jurisprudência de Direito Administrativo, pronunciou-se, eruditamente, o respectivo relator, Ministro FILADELFO AZEVEDO, pela tese oposta. A maioria do Tribunal repeliu, contudo, as suas conclusões, entendendo inexistir a promoção obrigatória aos cargos vagos.

27. Mais recentemente, o mesmo Supremo Tribunal Federal, acompanhando voto do Ministro LAUDO CAMARGO, admitiu no recurso extraordinário n.º 8.575, que

"Direito assistiria aos autores se preteridos fôssem nas promoções a que teriam feito jus. De ver, porém, que preterição não houve, porque promoções se não fizeram" (cit. parecer Proc. Geral da República — "D.J." — 4-11-49, p. 3.714),

enquanto o Ministro OROZIMBO NONATO declarou, nos embargos à apelação cível n.º 7.387, que

"a demora no provimento do cargo não constitui mora, pois não tem a administração, em princípio, dever de efetivá-lo em prazo certo" (ibidem).

28. No mandado de segurança n.º 880, o Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária, resolveu que

"o chamado direito à promoção não vincula a administração a preencher as vagas *in sictu oculi* e nem ainda em prazo determinado, salvo se êste dever constar de lei expressa". (*Revista de Direito Administrativo* — vol. 19, p. 125).

29. O eminente Relator, Ministro OROZIMBO NONATO, depois de vistoriar a doutrina, escreve:

E, ainda que, contra a melhor doutrina, se houvesse por adquirido e perfeito com a verificação de vaga, o direito à promoção, a ofensa se desvelaria com o provimento de cargo vago por outrem que não o funcionário benemérito da promoção.

. . . . . .

Não tem sido outra, pelo menos em sua fase recente, a orientação dêste Supremo Tribunal Federal e a que já paguei tributo em voto invocado no parecer da Procuradoria-Geral da República. Estaria vulnerado o direito do impetrante se a promoção beneficiasse a outro funcionário, na conformidade de douto pronunciamento manifestado neste Tribunal pelo eminente Sr. Ministro Laudo Camargo." (*ibidem* — p. 133).

30. E' importante notar que essa jurisprudência se consolidou à luz do Estatuto de 1939, não obstante a norma do seu artigo 55, segundo o qual

"as promoções serão processadas e *realizadas* em épocas fixadas em regulamento",

permitindo, assim, ao Poder Executivo fixar o princípio das promoções trimestrais, ou seja, em março, junho, setembro e dezembro de cada ano (art. 40 do Dec. n.º 24.646, de 10-3-48; art. 35 do Dec. n.º 2.290, na redação dada pelo Decreto n.º 9.137, de 30-3-42).

31. O preceito atual do artigo 40 do Estatuto de 1952 não representa, assim, novidade no regime jurídico de função pública federal. Êle apenas transpõe a norma do plano regulamentar para o legal; coloca, diretamente, na lei a especificação das épocas de promoção que, anteriormente, estava delegada ao regulamento.

32. O § 1.º do art. 40 condensa, porém, um princípio que vem alterar, substancialmente, a latitude discricionária da ação do Estado. Completando a vinculação do ato administrativo da promoção a prazos determinados, obriga à sua retroação, se efetuada extemporâneamente, porque

"quando não decretada no prazo legal, a promoção produzirá seus efeitos a partir do último dia do respectivo trimestre".

33. Mesmo admitindo-se, portanto, que a administração continue com a faculdade de retardar as promoções quando assim o recomendar o interêsse público, o acesso, quando consumado, terá, obrigatòriamente, de retroceder ao término do quadrimestre próprio, na forma da disposição transcrita.

34. A suspensão temporária das melhorias de salário não caducou com a superveniência do novo Estatuto, extensivo, *ex vi legis*, aos extranumerários, desde que a medida de ordem geral objetivava permitir, sob a inspiração da conveniência administrativa, a revisão de atos reputados ilegais.

35. Ultimada, porém, a providência e estabelecidas as melhorias de salário, devem elas retroagir ao último dia do trimestre imediatamente seguinte à lei nova, que estipulou essa forma de vinculação da competência administrativa.

36. Entendo, pois, que os efeitos das melhorias de salário em referências que se vagarem até o último dia de outubro (art. 41 do Dec. n.º 32.015, de 29-12-52), devem se iniciar em *31 de dezembro de 1952*, ou seja, no último dia do trimestre posterior à vigência do novo Estatuto.

E' o meu parecer,

sub censura.

Rio de Janeiro, em 1.º de abril de 1953. — *Caio Tácito*, Consultor Jurídico.

Processo N.º 11.292/52

PROMOÇÃO NA RESERVA POR SERVIÇOS EM ZONA EQUIPARADA À DE GUERRA — A LEI N.º 1.156, DE 1950, NÃO SE APLICA AOS CIVIS QUE TENHAM PRESTADO SERVIÇO NAS REGIÕES DEFINIDAS NO DECRETO N.º 10.490-A, DE 1942.

PARECER N.º 29/53

Tendo sido reformado, compulsòriamente, como 1.º Tenente-médico da Polícia Militar do Distrito Federal, pleiteia o Dr. Hilário Locques da Costa a sua promoção, na reserva, ao pôsto de Capitão-médico, invocando, para isso, a Lei n.º 1.156, de 12 de julho de 1950.

2. O suplicante foi admitido no corpo médico militar em 2 de dezembro de 1946, tendo, porém, exercido, desde novembro de 1940, a função de médico extranumerário-mensalista, do Ministério da Justiça, com exercício no Serviço de Saúde da Polícia Militar.

3. Nessa função civil, que exerceu de 1940 a 1946, o suplicante teve exercício no Hospital da Polícia Militar, no Distrito Federal, parecendo-lhe que êsses serviços mé-

dicos devem ser considerados como atividade em zona de operações de guerra, para efeito da vantagem de reforma em pôsto superior.

4. O requerente sòmente foi investido em pôsto militar em época de paz, quando já terminara o último conflito mundial armado, de que participaram fôrças militares nacionais, das quais não participou, seja em zona de operações efetivas de guerra, seja em outras a essas legalmente assemelhadas.

5. A Lei n.º 1.156, de 12 de julho de 1950, mandou estender os favores da Lei n.º 288, alterada pela de n.º 616, a

> "todos os *militares* que prestaram serviço na zona de guerra referida e delimitada pelo art. 1.º do Decreto n.º 10.490-A, de 25 de setembro de 1942".

6. Não sendo *militar* durante a guerra, mas, apenas, médico *civil* do Ministério da Justiça, com exercício em hospital da Polícia Militar, que é fôrça auxiliar do Exército, não está o requerente abrangido na hipótese legal.

7. Faltou-lhe, durante a fase bélica, o elemento essencial de qualificação aos benefícios da Lei n.º 1.156, que, como já evidenciou o atual Sr. Consultor-Geral da República, não são extensivos aos servidores públicos civis (CARLOS MEDEIROS SILVA — *Pareceres do Consultor-Geral da República* — vol. I, págs. 3, 55 e 430).

8. Concordo, em conseqüência, com o parecer da D.P., opinando pelo indeferimento do pedido.

Rio de Janeiro, em 1.º de abril de 1953. — *Caio Tácito*, Consultor Jurídico.

Processo N.º 10.980/52

PROMOÇÃO A PÔSTO INEXISTENTE — INTERPRETAÇÃO DAS LEIS N.º 288, DE 1948, N.º 616, DE 1949 E N.º 1.156, DE 1950 — PÔSTO FINAL DA HIERARQUIA NAS POLÍCIAS MILITARES — APLICAÇÃO DA LEI N.º 192, DE 1936.

PARECER N.º 31/53

Propõe o Ministério da Justiça um parágrafo único ao artigo 10 do Decreto n.º 3.273, de 16 de novembro de 1938, de modo a permitir a promoção a coronel, na Polícia Militar do Distrito Federal, os oficiais que passaram ou venham a passar à inatividade, com as vantagens de acesso a pôsto superior.

2. A medida visa a beneficiar os oficiais da citada corporação que, por se encontrarem no último pôsto da carreira, não se podem beneficiar das regalias estabelecidas na Lei n.º 288, de 8 de junho de 1948, modificada pela de n.º 616, de 2 de fevereiro de 1949 e ampliada pela de n.º 1.156, de 12 de julho de 1950.

3. A aplicação dessas leis especiais tem sido objeto de longa controvérsia, que versa, entre outros pontos, sôbre a possibilidade de promoção de militar ou civil, que tenha prestado serviços em zona de guerra ou a ela legalmente assemelhada, a pôsto ou cargo inexistente no respectivo quadro ou carreira.

4. A matéria foi excelentemente tratada em pareceres do atual Consultor-Geral da República, um dos quais exarado no presente processo (fls. 117 a 124), nêles se tendo firmado, com aprovação do Sr. Presidente da República, o entendimento de que não poderia o militar ascender a pôsto inexistente (CARLOS MEDEIROS SILVA — *Pareceres do Consultor-Geral da República* — vol. I — págs. 1, 265 e 427; vol. II — págs. 211, 219, 259 e 267).

5. Embora essas decisões administrativas, inclusive do Sr. Presidente da República, não tenham sido revogadas formalmente, é sabido, entretanto, que se têm verificado acessos na reserva militar, a postos excedentes do teto da carreira, em tempo de paz.

6. O Poder Judiciário, que já admitiu, em exegese liberal, a acumulação de promoções na passagem à inatividade, ainda não se pronunciou, expressamente, sôbre a possibilidade de ser ultrapassado o pôsto final da carreira.

7. E', contudo, expressivo que, em sessão plenária de 12 de junho de 1952, o Supremo Tribunal Federal, tenha rejeitado, unânimemente, os embargos de declaração no mandado de segurança n.º 1.698, do Distrito Federal.

8. Nesses embargos, argüira, precisamente, o Doutor Procurador-Geral da República, que o mandado concedido ao General de Divisão Heitor Abrantes não poderia ser executado a não ser mediante a sua promoção a pôsto inexistente ("Diário da Justiça" — 6 de janeiro de 1953, página 131).

9. Acompanhando o eminente Relator, Ministro Lafayette de Andrade, decidiu a Colenda Côrte rejeitar os embargos, entendendo inexistir omissão, obscuridade ou contradição no acórdão.

10. Concluindo o seu voto, assim se exprimiu o ilustre magistrado:

> "Não se discutiu se os intendentes podem ou não atingir ao pôsto de general do exército, quando na reserva. Cuidou a decisão, sòmente, de examinar se o impetrante estava nas condições protegidas nas leis, e leis que nenhuma restrição fazem à promoção pleiteada, *não sujeitando-a aos limites dos quadros da ativa*" (o grifo é nosso).

11. A tendência, portanto, tanto na esfera administrativa, como na instância judiciária, parece inclinar-se para a admissão de acesso do militar a pôsto superior à última escala de sua carreira.

12. No caso presente, há, ainda, a considerar que a Lei n.º 192, de 17 de janeiro de 1936, faculta, na organização dos polícias militares, que a carreira se eleve ao pôsto de coronel, embora, no Distrito Federal, ela se encerre no pôsto de tenente-coronel, em virtude de decreto executivo.

13. A sua elevação a mais um pôsto, seja na ativa, como na reserva, é matéria de "mera conveniência administrativa", como já assinalou o Sr. Consultor-Geral da República (fls. 124).

14. Desde que, no entender do Govêrno, exista conveniência no emprêgo da faculdade legal para estabelecer, na reserva, pôsto que propicie o acesso concedido em atenção aos sacrifícios especiais dos combatentes, não há razões de ordem jurídica que invalidem êsse propósito da administração, podendo, para o efeito preconizado, ser assinado decreto, nos moldes da minuta em anexo.

E' o meu parecer, S.M.J.

Rio de Janeiro, em 10 de abril de 1953. — *Caio Tácito*, Consultor Jurídico.

Processo N.º 157/53

ABANDONO DE CARGO — A ÊLE SE EQUIPARA A INÉRCIA DO FUNCIONÁRIO EM ENTRAR EM EXERCÍCIO.

PARECER N.º 30/53

O atual Estatuto dos Funcionários Públicos Civis não mais reproduz o art. 38 da lei anterior que determinava a demissão do funcionário que não entrasse em exercício no prazo legal.

2. A omissão não significa, porém, que a inércia do funcionário em assumir o exercício do cargo esteja imune àquela pena administrativa.

3. A posse é a investidura no cargo público (artigo 21) e com ela surge para o funcionário o dever do exercício assíduo da função pública (art. 194, n.º I).

4. Excedido, portanto, o prazo legal de início do exercício (art. 31, n.º II), inclusive o de sua prorrogação, se concedida (art. 31, § 3.º), caracteriza-se o abandono do cargo, passível de demissão (art. 207, n.º II), e, mesmo, de procedimento criminal, se evidenciado o dolo (art. 15, parágrafo único e art. 323 do Código Penal).

5. Parecem-me, pois, exatas as conclusões do parecer da D.P.

Rio de Janeiro, em 1 de abril de 1953. — *Caio Tácito*, Consultor Jurídico.

Processo N.º 11.523/52

ADICIONAIS POR TEMPO DE SERVIÇO NO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO — APLICAÇÃO DA LEI N.º 499, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1948, DA LEI N.º 1.711, DE 28 DE OUTUBRO DE 1952 E DO DECRETO N.º 31.922, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1952.

PARECER N.º 32/53

Pedro Vergara, Procurador da República de 2.ª categoria, recorre ao Senhor Presidente da República do despacho do Sr. Ministro da Justiça que lhe indeferiu o pedido de adicionais por tempo de serviço, na forma do art. 16 da Lei n.º 499, de 30 de novembro de 1948, combinado com o art. 13, § 2.º, da Lei n.º 116, de 15 de outubro de 1947.

2. O ponto essencial da questão reside na possibilidade ou não de ser computado, para êsse fim, o tempo de mandato legislativo exercido pelo requerente, em diversos períodos.

3. A decisão recorrida, baseada em pareceres do Senhor Consultor-Geral da República e do Sr. Consultor Jurídico, dêste Departamento, recusou validade àqueles prazos de exercício ficto, para efeito de percepção de adicionais, por entender limitada a sua eficácia aos casos de aposentadoria e antiguidade, segundo a regra do art. 50 da Constituição.

4. Cabe, inicialmente, ressaltar que a lei aplicável à contagem de tempo de serviço é sempre a vigente à época em que se concretizem as vantagens decorrentes da sua apuração. A lei nova que regula diversamente a forma de avaliação do tempo de serviço vigora, a partir de sua vigência, para tôdas as situações ainda não consumadas, inclusive com referência aos períodos anteriores. Salvo norma legal expressa, não há, em suma, direito adquirido a determinada forma de contagem de tempo de serviço, mas apenas uma expectativa de direito, possível de ser alterada pelo legislador.

5. O caso em exame deve, portanto, ser resolvido segundo a lei atual, não obstante o exercício dos mandatos eletivos se tenha desdobrado durante a vigência de leis e Constituições sucessivas.

6. A invalidade do tempo de mandato legislativo, para efeito de percepção de adicionais, foi argüida com apoio na exegese administrativa de que o art. 50 da Constituição de 1946 permitiu-lhe a contagem "apenas para promoção por antiguidade e aposentadoria".

7. Ocorre, porém, que, posteriormente aos pareceres citados, o Poder Legislativo editou preceito expresso que, repetindo lei ordinária anterior, manda considerar "de efetivo exercício o afastamento em virtude de desempenho de função legislativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios" (art. 79, n.º VIII, da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952).

8. A seu turno, o Poder Executivo, em decreto regulamentar, estabeleceu o cômputo do prazo de mandato legislativo para o cálculo do tempo de serviço necessário à concessão de adicionais (art. 7.º, n.º II, alínea *h*, do Decreto n.º 31.922, de 15 de dezembro de 1952), convindo observar o caráter supletivo do dispositivo, no tocante ao Ministério Público (Lei n.º 1.711, art. 253).

9. À vista de solução legal, que tem a seu favor a presunção de legitimidade e a fôrça de normatividade obrigatória, parece-me que deve ceder a interpretação atribuída ao texto constitucional na esfera administrativa.

10. Cabe, portanto, a meu ver, a acolhida do recurso, para efeito de ser autorizado o cômputo do tempo de exercício de mandato legislativo, como se fôsse de efetivo exercício do cargo.

E' o meu parecer, S.M.J.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 1953. — *Caio Tácito*, Consultor Jurídico.

Processo N.º 6.646/52

DISPONIBILIDADE POR CONVENIÊNCIA DO SERVIÇO — SUA EXCLUSÃO, COMO MEDIDA DISCIPLINAR, NO ATUAL ESTATUTO, NÃO FAZ CESSAR, DE IMEDIATO, A QUE FOI DECRETADA DE ACÔRDO COM LEI ANTERIOR.

PARECER N.º 34/53

Consulta o Serviço do Pessoal da Fazenda se, à vista do art. 65 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, é obrigatório o imediato aproveitamento de funcionário pôsto em disponibilidade, na forma do art. 193, n.º I, do Estatuto anterior.

2. A forma de disponibilidade por conveniência do serviço não foi criação do regime político estabelecido em 10 de novembro de 1937, com a outorga de nova Carta Magna, em substituição ao Estatuto básico de 1934. Mostrou ALAIM DE ALMEIDA CARNEIRO, em excelente estudo, que as suas origens remontam à Lei n.º 614, de 22 de agôsto de 1851, sòmente se modificando, naquela transformação política, para ascender ao plano constitucional (*Revista de Direito Administrativo* — vol. 19, p. 54).

3. Omitida na Constituição de 1946, nem por isso desapareceu a disponibilidade como pena disciplinar, visto que perdurou na lei ordinária. Assim o entenderam em sua maioria, a doutrina e a jurisprudência, não obstante ponderáveis opiniões em contrário (ver: ALAIM DE ALMEIDA CARNEIRO — *A disponibilidade como pena disciplinar* — "Revista de Direito Administrativo" — vol. 19, p. 54; BARBOSA LIMA SOBRINHO — *A Constituição de 1946 e as disponibilidades dos funcionários públicos* — "Revista de Direito Administrativo" — vol. 24, p. 11; acórdãos do Tribunal de Justiça de São Paulo, Tribunal de Justiça da Paraíba — "Revista de Direito Administrativo" — vol. 19 — págs. 54 e 61; Exposição de Motivos n.º 972 — do D.A.S.P. — Revista, cit., vol. 19, p. 290; parecer do Dr. ALCIDES MENDONÇA LIMA — Revista cit., vol. 19, p. 391; parecer do Dr. CARLOS MEDEIROS SILVA — Revista cit., vol. 19, p. 55 — nota 1 e *Diário Oficial* — 14 de julho de 1949, p. 10.087; despacho do Sr. Ministro das Relações Exteriores — *Diário Oficial* — 7 de maio de 1952, p. 7.635).

4. Vigente, porém, o novo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, não mais se inclui a disponibilidade no elenco das penas disciplinares (art. 201). A sua invocação se limita estritamente à hipótese constitucional de garantia dos direitos subjetivos do funcionário estável, se extinto o respectivo cargo (Estatuto, art. 174; Constituição, art. 189, parágrafo único).

5. A exclusão da disponibilidade como medida punitiva não anula, porém, os atos legìtimamente praticados ao agasalho da lei antiga. A pena administrativa legalmente imposta não se arruína se lei posterior não mais a consagra entre os remédios disciplinares.

6. O cancelamento de ato punitivo lícito sòmente se pode operar mediante revisão (Estatuto, art. 233), ou anistia. Não se configurando qualquer dessas hipóteses, sobrevive a pena administrativa cuja aplicação se consumou no regime de lei repudiada.

7. O aproveitamento obrigatório do disponível, a que alude o art. 65 do Estatuto (reproduzindo, nesse passo, o parágrafo único, *in fine*, do art. 189, da Constituição) relaciona-se com a forma estatutária atual de disponibilidade por extinção do cargo. Nem poderia, como norma permanente, cogitar de figura já proscrita da lei nova.

8. A extinção da disponibilidade punitiva, aplicada na vigência do Estatuto anterior, sòmente se verificará quando, na forma de seu artigo 84, cessarem "os motivos determinantes da medida". Silente a respeito a lei nova, ocorre a sobrevivência tácita da lei antiga, conforme a lição de PAUL ROUBIER (*Les conflits de lois dans le temps* — vol. I, p. 630). E' o fenômeno de ultratividade de lei extinta, produzindo efeitos póstumos, de modo a evitar o vácuo na ordem jurídica.

9. Por êsses fundamentos e tendo em vista que o Sr. Presidente da República, em ato recente, considerou subsistentes os motivos determinantes da medida (fôlha 178), deve, a meu ver, ser mantida a disponibilidade decretada.

Rio de Janeiro, 9 de abril de 1953. — *Caio Tácito*, Consultor Jurídico.

CONSULTORIA - GERAL DA REPÚBLICA

PARECER

N.º de referência — 251 T.

I

1. O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, acolhendo sugestão do Departamento Administrativo do Serviço Público, remeteu a esta Consultoria-Geral, para receber parecer, o processo em que se discute a situação do Professor Mário Casassanta em face da proibição legal de acumular cargos e funções públicas.

2. Do expediente se verifica que a Lei n.º 971, de 16 de dezembro de 1949, que federalizou a Universidade de Minas Gerais, encontrou o Professor Mário Casassanta no exercício dos seguintes encargos:

I — professor catedrático de Direito Constitucional, da Faculdade de Direito;

II — professor catedrático de Língua Portuguêsa, da Faculdade de Filosofia;

III — professor de Português do Colégio Estadual (Ginásio Mineiro);

IV — membro do Conselho Administrativo da Caixa Econômica de Minas Gerais.

3. O Ministério da Educação e Saúde expediu, em seu favor, títulos de nomeação para os cargos de professor das matérias referidas, nas Faculdades de Direito e de Filosofia. Renunciou êle o cargo de professor do Colégio Estadual e, quanto à função na Caixa Econômica preferiu consultar à direção desta autarquia sôbre a proibição de acumular. Como a resposta fôsse pela possibilidade do exercício simultâneo dos cargos no magistério federal e na Caixa, nêles permaneceu.

4. Acontece, porém, que em representação dirigida ao Chefe do Govêrno, o Diretório Estadual de Minas Gerais do Partido Trabalhista Brasileiro denunciou a existência de acumulação proibida no exercício dos aludidos cargos pelo Professor Mário Casassanta. Com despacho de S. Ex.ª, de 20-7-51 (P.R. 52.949-51), foi a representação remetida ao Ministério da Educação e Saúde para informar.

5. Reiterada a denúncia (P.R. 94.622-51) foram os respectivos papéis enviados ao Departamento Administrativo do Serviço Público que, em exposição de motivos, aprovada pelo Chefe do Govêrno em despacho de 24-4-52, propôs que o assunto tivesse andamento no Ministério da Educação e Saúde.

6. Em minuciosa informação o D.A. do Ministério apreciou os trâmites do caso. Disse que ao serem expedidos, em 1950, os decretos de nomeação para os cargos de professor catedrático das duas Faculdades, em favor do mesmo titular, não se cuidava de verificar da "correlação de matérias", conforme a jurisprudência então assentada no Ministério, com base no Parecer de seu Consultor Jurídico, publicado no *Diário Oficial* de 19-6-47 (idem, "Revista de Direito Administrativo", vol. 10, página 312).

7. Posteriormente, atendendo ao Parecer '36 T, de 24 de janeiro de 1951, desta Consultoria-Geral, aprovado pelo Exmo. Senhor Presidente da República (*Diário Oficial* de 31-7-51, pág. 11.347); idem, "Pareceres do Consultor-Geral da República", vol. I, março a dezembro de 1951, página 177) e à exposição de motivos n.º 298, de 27-2-52, do D.A.S.P., também aprovada pela autoridade superior e publicada no *Diário Oficial* de 7-3-52, a questão passou a ser encarada de outra maneira, isto é, passou-se a exigir a "correlação de matérias" em todos os casos de acumulação, inclusive nas hipóteses de duas cátedras.

8. No caso concreto *inexiste* correlação, observa a repartição informante *in verbis*:

> "A matéria lecionada numa cátedra de Direito Constitucional de uma Faculdade de Direito, em nada tem de comum com a matéria lecionada na cátedra de Língua Portuguêsa, de uma Faculdade de Filosofia, a não ser acidentalmente."

9. Examina, em seguida, o mesmo órgão a acumulação dos cargos de magistério com a função na Caixa Econômica e observa, reportando-se à exposição de motivos do D.A.S.P., de n.º 298, já referida, a qual foi aprovada pelo Chefe do Poder Executivo:

> "Face a êsse entendimento é impossível o exercício cumulativo da função de membro do Conselho Administrativo da Caixa Econômica Federal com um dos cargos de Professor Catedrático, ainda que fique afastado de um dêles, porque as atribuições da mesma são de natureza técnico-administrativa, sem correlação mútua quer com a cadeira de Direito Constitucional, quer com a cadeira de Língua Portuguêsa."

10. O Sr. Ministro da Educação e Saúde, tomando conhecimento do assunto, sugeriu ao Exmo. Sr. Presidente da República a audiência desta Consultoria-Geral. S. Excelência, entretanto, houve por bem ouvir, antes, o Departamento Administrativo do Serviço Público, que depois de recordar os antecedentes do caso, assim se manifestou:

> "Quanto ao primeiro aspecto da questão, cumpre acentuar que a correlação de matérias exigida pelo preceito constitucional é rígida, de ordem objetiva, e não é possível acolher uma correlação acidental que estaria em choque com a natureza proibitiva das disposições da Carta Magna quanto à acumulação de cargos.
>
> Assim, inexistindo uma relação natural, espontânea e recíproca entre as matérias lecionadas pelo referido professor, como bem ressaltou o Ministério da Educação e Saúde (fôlhas 83-84), ocorre acumulação vedada pelo artigo 185 da Constituição.
>
> No que tange ao segundo aspecto do caso, mesmo que seja acolhida a interpretação que conceitua a função de Membro do Conselho Administrativo da Caixa Econômica como de caráter técnico (contábil e atuarial), a acumulação seria vedada, em virtude da inexistência de correlação de matéria."

11. Finalmente o D.A.S.P. aconselhou que o processo fôsse enviado a esta Consultoria-Geral, e o Excelentíssimo Senhor Presidente da República assim o determinou.

II

12. As questões de ordem legal, suscitadas neste processo, não oferecem maior dificuldade, em face da orientação jurisprudencial mais recente e que foi acolhida pelo novo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União (Lei n.º 1.711 de 28-10-52).

13. A "correlação de matérias" é indispensável *em qualquer dos casos* de acumulação, seja de dois cargos de magistério ou de um dêste com outro técnico ou científico, diz o art. 188, n.º II, do novo Estatuto. O assunto saiu da órbita administrativa e passou ao plano legal. De minha parte, aliás, sempre sustentei êste ponto de vista, quando Consultor Jurídico do D.A.S.P. (Parecer de 14-2-51, emitido no processo 6.058-50, reproduzido no Parecer 36 T, de 24-7-51, desta Consultoria-Geral, *in* "Revista Forense", vol. 137, pág. 370; idem ALAIM DE ALMEIDA CARNEIRO, "A acumulação de cargos públicos", *in* "Revista de Direito Administrativo", vol. 1.º, pág. 351).

14. A "correlação de matérias" deve ser essencial ou necessária e não meramente acidental, sustentei também em Pareceres emitidos nos Processos 6.054-50; 79.764 do M.E.S. *in Diário Oficial* de 21-12-50, páginas 18.264-5; Proc. 3.527-50; Proc. 262-51; Proc. 2.367-51, *in Diário Oficial* de 16-3-51, pág. 3.840; idem, "Revista de Direito Administrativo", vol. 23, pág. 332; volume 24, pág. 262 idem, parecer do D.A.S.P., na Revista cit., vol. 29, página 401; todos do D.A.S.P., quando ali exerci o cargo de Consultor Jurídico. Nesta Consultoria-Geral tive oportunidade de afirmar o mesmo princípio nos Pareceres número 36 T (*Diário Oficial* de 31-7-51, pág. 11.347) e n.º 193 T (*Diário Oficial* de 4-11-52, pág. 16.967).

15. No caso da existência de acumulação, sem correlação de matérias, após o advento do Estatuto indiquei o caminho a seguir, no parecer n.º 235 T, aprovado pelo Exmo. Sr. Presidente da República (*Diário Oficial* de 21 de fevereiro de 1953, pág. 2.965) isto é, a observância do art. 193 do mesmo Estatuto.

16. Sôbre a inexistência de "direito adquirido" à acumulação, no caso de federalização das Faculdades de ensino superior, abordei o assunto em vários Pareceres, 77 T e 193 T, e especialmente no de n.º 236 T, de 18 de fevereiro de 1952, aprovado pelo Exmo. Sr. Presidente da República e publicado no *Diário Oficial* de 3-3-53, páginas 3.523-27.

17. Com relação à acumulação de cargo público com função em Caixa Econômica, no Parecer n.º 116 T item 9, concluí pela sua impossibilidade (*Diário Oficial* de 24-4-52, pág. 6.723 e "Pareceres do Cons. Ger. da República", vol. II, janeiro-agôsto de 1952, pág. 173; idem Parecer n.º 123 T, *in* vol. cit., pág. 205; idem Parecer n.º 160 T, *in Diário Oficial* de 11-8-52, pág. 12.548). A jurisprudência sempre foi pacífica, aliás, neste particular (Acórdão do Tribunal Fed. de Recursos, *in* "Revista de Direito Administrativo", vol. 24, pág. 172).

O novo Estatuto, no art. 189, incluiu expressamente as autarquias entre os órgãos, cujos servidores não podem acumular.

18. Em face do exposto penso que o Professor Mário Casassanta não pode acumular as duas cátedras porque não há, entre elas, correlação necessária; pelo mesmo motivo não pode, outrossim, exercer, simultâneamente, uma delas e a função de Membro do Conselho Administrativo da Caixa Econômica, o qual, aliás, não é técnico ou científ segundo a conceituação corrente ("Revista de Direito Administrativo, vol. 29, página 401; vol. 25, pág. 379; volume 24, pág. 262; vol. 21, página 378; Circular da S.P.R. n.º 6-47, *in Diário Oficial* de 30-6-47, pág. 8.752 e Decreto n.º 19.949, de 8-5-31, art. 9.º).

Deve, pois, o interessado optar por um só dos aludidos cargos, sob pena de se proceder administrativamente, na forma do art. 193 do Estatuto.

E' o que me parece.

S.M.J.

Rio de Janeiro, 17 de março de 1953. — *Carlos Medeiros Silva*, Consultor-Geral da República.

ca

uintes senho-
icar projeto de
1947, que estabe-

RESENHA PARLAMENTAR

Resumo das atividades do Congresso Nacional, de 23 de março a 18 de abril, elaborado pela Seção de Documentação do D.A.S.P.

AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Na Câmara dos Deputados

Publicado o parecer do relator às emendas do Senado Federal oferecidas ao projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a conceder facilidades aos que instalarem fábricas de cimento no país (*D.C.* 27-3, pág. 2229).

De iniciativa do Poder Executivo, chega à Câmara o projeto de lei que dispõe sôbre a denominação de estabelecimentos bancários (*D.C.* 28-3, pág. 2270).

AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES

Na Câmara dos Deputados

O deputado Henrique Pagnoncelli apresentou projeto de lei que autoriza a concessão de um auxílio de quinhentos mil cruzeiros à Associação Rural de Lagoa Vermelha, RS, para realização de Exposição Agropecuária Industrial (*D.C.* 24-3, pág. 2068). O projeto foi encaminhado à C. Finanças.

Apresentado projeto de lei que concede auxílio à Associação Hospitalar São José, com sede em Teresópolis, RJ (*D.C.* 27-3, pág. 2232). Encaminhado à Comissão de Finanças.

Aprovada urgência para o projeto de lei que concede auxílio para o custeio da Terceira Conferência Nortista de Tisiologia, a reunir-se em Manaus (*D.C.* 27-3, página 2239).

Rejeitados os projetos de lei de auxílio financeiro à Sociedade dos Amigos das Crianças, de Santa Cruz, Bahia, e ao Ginásio "Judith Paiva", do Rio Largo, Alagoas (*D.C.* 27-3, págs. 2240 e 2241, respectivamente).

No Senado Federal

Aprovado e vai à sanção o projeto de lei que concede auxílio de vinte milhões de cruzeiros para os festejos comemorativos do III Centenário da Restauração de Pernambuco (*D.C.* 28-3, pág. 2293).

Em discussão única, foram aprovados e sobem à sanção os projetos de lei que concedem auxílios de três milhões de cruzeiros à Universidade Católica do Rio e cem mil cruzeiros para realização da I Exposição Regional de Pecuária de Soure, Pará (*D.C.* 26-3, pág. 2220).

Sobe à sanção presidencial o projeto de lei que concede auxílio de duzentos e cinqüenta mil cruzeiros para realização do VI Congresso Brasileiro de Contabilidade (*D.C.* 28-3, pág. 2295).

CONTRATOS PÚBLICOS

p.
Dire

No Senado Federal

7 Aprovados em discussão única os projetos de decretos
de janeiro legislativos que: determina registro, pelo Tribunal de Con-
Exmo. Sen. tas, do têrmo aditivo ao acôrdo celebrado entre o M.E.S.
31-7-51, pág. para intensificação da assistência psiquiátrica
ral da Repúbli ado; aprova o têrmo do contrato celebrado
gina 177) e à ex e a firma Paulo Augusto Goyana, para
do D.A.S.P., tamb subterrânea de dutos e uma linha de
posteações em Fortaleza; aprova o contrato celebrado entre a D.R.C.T. do Estado do Rio e Artur Monteiro Guedes, para arrendamento de imóvel; aprova o contrato celebrado entre o D.C.T. e a firma Campos Brudes Ltda. para construção da Estação Terminal de Guarulhos, SP (*D.C.* 24-3, pág. 2090).

Aprovada a redação final, indo à promulgação, do projeto de decreto legislativo que mantém decisão do Tribunal de Contas que negou registro ao contrato entre a União Federal e a emprêsa de Engenharia CEIP Ltda. (*D.C.* 26-3, pág. 2220).

Foram aprovados em discussão única e encaminhados à C. de Redação os projetos de decretos legislativos que mantêm decisão do Tribunal de Contas denegatória do registro aos contratos celebrados entre a Divisão de Obras do D.A. do M.E.S. e a firma Emprêsa Brasileira de Construções S.A. (*D.C.* 26-3, pág. 2221).

Rejeitado o projeto de decreto legislativo que aprova a renovação do contrato celebrado entre o M.E.S. e Alfred Zuberbuhler (*D.C.* 26-3, pág. 2221).

Publicados os pareceres das C. Justiça e C. Finanças ao projeto de decreto legislativo que autoriza registro do têrmo de acôrdo entre a União Federal e o Paraná, para instalação de Escola de Iniciação Agrícola (*D.C.* 28-3, pág. 2288).

Publicados diversos pareceres da Comissão de Justiça e Comissão de Finanças sôbre projetos de decretos legislativos relativos a contratos (*D.C.* 28-3, pág. 2289).

DIPLOMACIA

No Senado Federal

Aprovado em discussão única o projeto de decreto legislativo que aprova a convenção relativa ao reconhecimento internacional dos direitos sôbre aeronaves (*D.C.* 23-3, pág. 2090).

Em virtude de requerimento, o projeto de decreto legislativo que aprova a Convenção Internacional assinada em Sevres em 6 de outubro de 1921, que modificou a Convenção do Metro firmada em Paris, vai à C. de Economia (*D.C.* 24-3, pág. 2090).

Lida na hora do Expediente de 25 de março cópia autêntica do Acôrdo de Assistência Militar Brasil-Estados Unidos da América (*D.C.* 26-3, pág. 2218).

O senador Bernardes Filho e outros solicitam ao M.R.E. cópia autêntica do recente Acôrdo Comercial entre o Brasil e a Argentina (*D.C.* 26-3, pág. 2.219).

EDUCAÇÃO E CULTURA

Na Câmara dos Deputados

Cunha Bueno apresentou projeto de lei que estende aos portadores de diplomas e certificados de conclusão de curso em Escola Técnica de Química Industrial não oficializada, há mais de dez anos, os favores concedidos pelo Decreto-lei n.º 2.298, de 10-6-1940, que dispõe sôbre o registro dos químicos licenciados (*D.C.* 26-3, página 2200). O projeto foi encaminhado à Comissão de Educação e Cultura.

No Senado Federal

Foram publicados os pareceres das Comissões de Justiça, de Educação e Cultura, e de Finanças, todos favoráveis ao projeto de lei que institui Prêmios Nacionais de Literatura, de Ciência e de Arte (*D.C.* 28-3, pág. 2289).

FINANÇAS E ORÇAMENTO

Na Câmara dos Deputados

Foi publicado no "Diário do Congresso" de 25 de março extenso trabalho do deputado Alde Sampaio sôbre a nova política cambial do Brasil, subordinado ao título "Determinação Numérica da Taxa Cambial".

Para corrigir equívoco na elaboração do Orçamento de 1953, foi apresentado projeto de lei que retifica dotação destinada à construção do pôrto de Tramandaí (*D.C.* 27-3, pág. 2232).

Aprovado em primeira discussão o projeto de lei que abre crédito especial para ressarcir prejuízos sofridos por oficiais e praças, reformados, pensionistas e asilados, em conseqüência de furto na 27.ª C.R., em São Luiz, Maranhão (*D.C.* 27-3, pág. 2240).

Em primeira discussão, foi aprovado com emendas o projeto de lei que reestrutura o Serviço da Dívida Interna Fundada Federal (*D.C.* 27-3, pág. 2244).

No Senado Federal

Lida, na hora do expediente, a mensagem presidencial comunicando a oposição de veto ao projeto de lei que altera a lei do impôsto de consumo na parte que obriga o negociante varejista a emitir notas de venda (*D.C.* 24-3, pág. 2086). O Congresso foi convocado para apreciar êsse veto no dia 15 de abril.

Chegam ao Senado os projetos de lei que autorizam o Poder Executivo a abrir crédito especial de vinte e nove milhões e quinhentos mil cruzeiros para as despesas com a desapropriação de bens pertencentes à Companhia Brasileira de Petróleo S.A.; a abrir crédito suplementar de Cr$ 1.756.974,31 para pagamento de gratificação de representação a Diplomatas; a abrir crédito especial de três milhões de cruzeiros a fim de atender ao pagamento de contribuições devidas pelo D.C.T. no Exterior (*D.C.* 25-3, pág. 2146).

Aprovado em discussão única o projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de quatrocentos e cinqüenta mil cruzeiros para erigir em Salvador um monumento a Maria Quitéria de Jesus. O projeto sobe à sanção (*D.C.* 25-3, pág. 2180).

Publicados os pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e de Finanças favoráveis ao cancelamento de débito da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro pela aquisição de prédio e domínio útil do respectivo terreno (*D.C.* 28-3, pág. 2288).

Da Comissão de Finanças, foram publicados pareceres a projetos de lei que abrem créditos para diversos pagamentos de rotina (*D.C.* 28-3, pág. 2289).

FÔRÇAS ARMADAS

Na Câmara dos Deputados

O deputado Brochado da Rocha apresentou projeto de lei que estende a subtenentes, suboficiais e sargentos da ativa do Exército e da Aeronáutica o direito de promoção a 2ºs tenentes, garantido pela Lei n.º 1.782, de 24-12-52 (*D.C.* 27-3, pág. 2232). Encaminhado às Comissões de Segurança Nacional e de Finanças.

Com o objetivo de assegurar acesso para os sargentos das Fôrças Armadas à graduação imediata, após completar cinco anos de serviço, foi apresentado projeto de lei pelo deputado Muniz Falcão (*D.C.* 28-3, pág. 2273).

No Senado Federal

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que fixa normas para remessa de tropas brasileiras para o Exterior (*D.C.* 25-3, pág. 2175).

E' aprovado em discussão única e sobe à sanção o projeto de lei que torna extensivas a Capitães Médicos e Oficiais Subalternos Médicos da Reserva de 2.ª classe do Exército, bem como aos do Exército de 2.ª linha, convocados no decorrer da última guerra, as disposições constantes do artigo 6.º da Lei n.º 1.125, de 1950 (*D.C.* 25-3, pág. 2183).

Aprovado em discussão única e sobe à sanção o projeto de lei que aplica as disposições do Decreto-lei número 8.442, de 26-12-45, aos músicos do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do D.F. (*D.C.* 26-3, pág. 2220).

O projeto de lei que fixa normas para a prestação do serviço militar pelos médicos, farmacêuticos e dentistas e pelos estudantes de medicina, farmácia e odontologia foi aprovado e vai à sanção (*D.C.* 28-3, pág. 2294).

Vai à sanção o projeto de lei que estende vantagens previstas em lei ao tenente Emiliano Amaral de Souza (*D.C.* 28-3, pág. 2295).

ISENÇÕES DE DIREITOS

Na Câmara dos Deputados

O Poder Executivo encaminhou ao Congresso projeto de lei que isenta de direitos de importação e taxas aduaneiras materiais destinados à Associação Maternidade de São Paulo (*D.C.* 26-3, pág. 2199). O projeto vai às Comissões de Economia e de Finanças.

Em primeira discussão, foi aprovado o projeto de lei que concede isenção de direito de importação para máquinas importadas pela Cia. Luz e Fôrça S.A., de Marco, Ceará (*D.C.* 27-3, pág. 2245).

LEGISLAÇÃO DO TRABALHO

Na Câmara dos Deputados

Apresentado projeto de lei que fixa em seis o número de horas de trabalho diário dos cabineiros de elevador e dá outras providências (*D.C.* 26-3, pág. 2200). Encaminhado à C. de Legislação Social.

Aprovado o substitutivo da Comissão Especial ao projeto de lei que dispõe sôbre a duração e condições do trabalho da categoria profissional dos aeronautas (*D.C.* 27-3, pág. 2243).

O deputado Hildebrando Bisaglia apresentou projeto de lei que estende aos estivadores o regime de férias previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (*D.C.* 28-3, pág. 2272).

PESSOAL

No Congresso Nacional

Publicado o parecer da Comissão Especial para conhecer do veto oposto pelo Presidente da República ao projeto de lei que cria cargos no quadro do pessoal do Instituto Joaquim Nabuco (*D.C.* 24-3, pág. 2063).

Na Câmara dos Deputados

Dispondo sôbre o aproveitamento dos candidatos habilitados em concurso de títulos e provas para ingresso na carreira do Ministério Público Federal, mesmo após expirar-se o prazo de validade, apresentou o deputado Benjamin Farah projeto de lei (*D.C.* 25-3, pág. 2108). Encaminhado às Comissões de Justiça e de Serviço Público Civil.

Aprovada a designação de comissões especiais para relatar os projetos de lei: que aplica aos Corretores. maras Sindicais, Juntas, Bôlsas de Mercadorias e Ca Liquidação de todo o país a legislação vigente par trito Federal; e que regula a situação do pessoal Êste último requerimento foi justificado pe Fernando Ferrari, que fêz referências ao seguintes senho- 27-3, pág. 2241). ...ificar projeto de ... 1947, que estabe-

No Senado Federal

Publicado o parecer da Comissão de Justiça sôbre o veto parcial do Prefeito do Distrito Federal ao projeto de lei que concede abono de emergência aos servidores da Prefeitura (*D.C.* 24-3, pág. 2086). Em discussão única, foi aprovado o veto, com exclusão apenas de um dispositivo. Discutiram a matéria os senadores Ferreira de Souza, Anisio Jobim e outros (*D.C.* 25-3, pág. 2180).

Aprovada a redação final do projeto de lei que: atualiza a contribuição dos ministros do Supremo Tribunal Federal para o Montepio Civil; aprova a extensão da faculdade de inscrição a membros de outros tribunais federais; estabelece novo cálculo para as pensões na base da nova contribuição; concede reversão, em favor da viúva, das pensões que prescreverem em virtude de maioridade ou morte dos filhos do contribuinte; estabelece novas bases para a determinação dos proventos de aposentadoria e contribuição para o IPASE, dos serventuários titulares de Ofícios de Justiça não remunerados pelos cofres públicos. O projeto vai à Câmara dos Deputados (*D.C.* 24-3, pág. 2090).

Vai à sanção o projeto de lei que concede um prêmio de cem mil cruzeiros ao agrônomo Gregório Bondar, pelos seus estudos experimentais de plantas nativas, especialmente gomíferas (*D.C.* 26-3, pág. 2220).

PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Na Câmara dos Deputados

Chega à Câmara a mensagem presidencial que propõe a concessão de uma pensão especial ao pescador José Maurilho mutilado em conseqüência de acidente em serviço (*D.C.* 25-3, pág. 2102). Encaminhado à C. de Finanças.

Pela Mensagem n.º 105, de 1953, propõe o Presidente da República nova redação para dispositivos da legislação de acidentes do trabalho, com o fim de dirimir dúvidas surgidas por parte do Juízo Privativo de Acidentes do Trabalho e do IAPI (*D.C.* 25-3, pág. 2102). Encaminhada à C. de Legislação Social.

O deputado Euzébio Rocha apresentou projeto de lei que cria a Comissão Nacional de Levantamento para Construção da Casa Própria do Trabalhador (*D.C.* 25-3, página 2108). Encaminhado às Comissões de Justiça, Legislação Social, Serviço Público Civil e Finanças.

Aprovado e enviado à Comissão de Redação o projeto de lei que concede pensão especial a Maria de Lourdes Teixeira Brandão, viúva do professor João Carlos Teixeira Brandão. Êste projeto suscitou debates de que participaram os Srs. Fernando Ferrari, para discordar do critério seguido nesses casos e fazer um apêlo ao Plenário e a Comissão de Finanças, no sentido de pôr um fim a êsse regime de exceção; Celso Peçanha, para defender o projeto e outros oradores aparteando (*D.C.* 26-3, pág. 2203).

Aprovado em 1.ª discussão o substitutivo da C.F. ao projeto de lei que concede a Angelina Mures Bolivar, Tereza Cristina Bolivar e Maria Tereza Bolivar, viúva e filhas solteiras do professor Arduino Bolivar, a pensão especial de quatro mil cruzeiros. Falaram Wanderley Júnior e Artur Santos (*D.C.* 26-3, pág. 2206).

Aprovado e enviado à Comissão de Redação o projeto de lei que dispõe sôbre o pagamento de auxílio-enfermidade nas Instituições de Previdência Social, com o objetivo de impedir retenção por mais de 15 dias (*D.C.* 27-3, pág. 2242).

Apresentado o projeto de lei que concede abono de emergência aos beneficiários das Caixas e Institutos de Aposentadoria e Pensões (*C.C.* 28-3, pág. 2.271).

SAÚDE PÚBLICA

Na Câmara dos Deputados

em 1.ª discussão o substitutivo da C.S.P. que cria o Serviço Nacional de Endemias 2241).

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

Na Câmara dos Deputados

O deputado Jaime Ferreira apresentou à Mesa projeto que determina a construção de aterros-barragens nas estradas de ferro e de rodagem em construção e a serem construídas, assim como a transformação dos atuais aterros das estradas em tráfego, em barragens, nas regiões do Nordeste assoladas pela sêca (*D.C.* 24-3, pág. 2068). Encaminhado às C.P.S., C.T.C.O.P. e C.F.

Para conclusão das obras de construção do aeroporto de Reserva, Estado do Paraná, o deputado Ostoja Roguski apresentou projeto de lei que autoriza a abertura do crédito de quinhentos mil cruzeiros (*D.C.* 28-3, página 2272).

A fim de corrigir êrro na citação de decreto, o deputado Adroaldo Costa apresentou projeto de lei que retifica a Lei n.º 1815, de 1953, que beneficia emprêsas nacionais de navegação aérea (*D.C.* 28-3, pág. 2273).

No Senado Federal

O senador Olavo de Oliveira apresentou projeto de lei que assegura prioridade de embarque, na navegação de cabotagem, às madeiras destinadas à construção de jangadas (*D.C.* 25-3, pág. 2180).

OUTROS ASSUNTOS

Na Câmara dos Deputados

Em reunião realizada no dia 24 de março, foi instalada a Comissão de Economia.

Publicados no Diário do Congresso de 24-3, os projetos de resolução que concedem licenças aos deputados Gama Filho, Pessoa Guerra e Alcides Carneiro. Êsses projetos foram aprovados na sessão de 24-3 (*D.C.* 25-3, pág. 2114).

Publicada no Diário do Congresso de 25-3 a relação dos deputados em exercício do mandato, por ordem alfabética e por Estados, com indicação da legenda.

Instalaram-se a 25 do corrente as Comissões de Constituição e Justiça, de Saúde Pública, do Serviço Público Civil e de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, a 26, a de Diplomacia, Educação e Cultura e Legislação Social.

Publicado no D.C. de 26-3 o projeto de resolução que concede licença ao deputado Lício Borralho. Aprovado em 26-3 (*D.C.* 27, pág. 2239).

Rejeitado o requerimento de convocação do Ministro da Fazenda para prestar esclarecimentos sôbre fatos argüidos pelo cel. Severino Sombra (*D.C.* 27-3, pág. 2241).

Aprovadas parte das emendas do Senado ao projeto de lei que fixa a divisão administrativa e judiciária do Acre (*D.C.* 27-3, pág. 2245).

Publicados no *D.C.* de 28-3 os projetos de resolução que concedem licenças aos deputados Walter Athaide, Philadelpho Garcia e Euvaldo Lodi.

O deputado Herbert Levy e outros requerem a convocação do Ministro da Aeronáutica para esclarecimentos sôbre a troca de algodão por aviões a jato (*D.C.* 28-3, pág. 2271).

Aprovado requerimento de suspensão dos trabalhos durante a Semana Santa. Debateram o requerimento Ari Pitombo, Arruda Câmara, Nestor Duarte e Arnaldo Cerdeira.

No Senado Federal

Instalaram-se no dia 24 as Comissões de Constituição e Justiça, do Serviço Público Civil e de Transporte, Comunicações e Obras Públicas.

Publicado o artigo de Renato Travassos sôbre a vida de Gustavo de Lacerda (*D.C.* 25-3, pág. 2184).

Instaladas as Comissões de Economia, Educação e Cultura, de Segurança Nacional no dia 21; no dia 20, Saúde Pública, 23 C.R.

Aprovado e encaminhado à C.R. o projeto de lei que modifica o artigo 140 do Código de Processo Civil (*D.C.* 28-3, pág. 2294).

DISCURSOS

Na Câmara dos Deputados

Na sessão de 23 de março falaram os seguintes oradores: Jorge Lacerda sôbre ato da Superintendência da Moeda e do Crédito, julgado pelo orador prejudicial à imprensa do país; Ostoja Roguski, sôbre o presença, no Rio, do governador Munhoz da Rocha, durante a qual foi assinado convênio para aproveitamento, pelo CNP, do xisto betuminoso de Irati, e convênio com o FCP para construção de quinhentas casas operárias, além da aquisição no estrangeiro de 10.000 toneladas de asfalto; Vieira Lins no mesmo sentido; Pereira da Silva para congratular-se com o Govêrno pela autorização dada para compra de nove navios destinados à navegação na Amazônia; Ribeiro dos Santos para um apêlo ao Govêrno no sentido de resolver a situação de câmbio para a indústria do fumo; Dilermando Cruz sôbre distribuição de forragem ao Estado de Minas; Félix Valois, sôbre as atividades do SAMDU; Arruda Câmara sôbre política de seu Estado e eleições em São Paulo; Raimundo Padilha para discorrer sôbre a mensagem presidencial ao Congresso, especialmente o capítulo "Da política Econômico-Financeira"; Gurgel do Amaral sôbre a situação do pôrto do Rio, especialmente a greve parcial dos portuários; Amando Fontes sôbre o falecimento de Graciliano Ramos; Medeiros Neto para ler carta do brigadeiro Guedes Muniz sôbre assuntos da Fábrica Nacional de Motores e tratar das sêcas do Nordeste; Artur Santos para dar conhecimento da situação da rodovia Ponta Grossa a Foz do Iguaçu.

Falaram, na sessão de 24 de março, os seguintes oradores: Dilermando Cruz sôbre a anunciada transferência de local da futura cidade atômica de Minas para São Paulo; Chagas Rodrigues para protestar contra a demora no início do financiamento do agave, algodão e carnaúba, Celso Peçanha para protestar contra a retenção de mercadorias nas fontes de produção, fato que atribui à COFAP; Muniz Falcão para tecer elogios a funcionários da Mesa, a propósito de críticas publicadas na imprensa; Pessoa Guerra, para um apêlo ao Diretor-Geral do DASP no sentido de solucionar expediente do M.A. que trata do pagamento de abono de emergência a empregados de Postos Agropecuários; Herbert Levi para apresentar novo Código de Propriedade Industrial, elaborado pelo professor João da Gama Cerqueira; Ari Pitombo para ler telegrama que comunica agressão a autoridade administrativa em Alagoas; Joel Presídio, para solicitar inscrição a fim de defender-se de acusações à sua pessoa; Bilac Pinto, para criticar a mensagem presidencial ao Congresso, parte econômico-financeira; Flores da Cunha, sôbre compra de café pela C.F.P., assunto objeto de requerimento apresentado; Tristão da Cunha, sôbre regime presidencialista e parlamentarista; Nelson Omegna sôbre a estiagem em São Paulo e conseqüente queda na produção de energia elétrica; fechamento de fábricas em virtude de política cambial adotada pela CEXIM; motins de trabalhadores agrícolas na zona rural de São Paulo e outros assuntos relacionados com a economia bandeirante; Muniz Falcão, a propósito de violências que teriam ocorrido em Alagoas; Euzébio Rocha sôbre o discurso de Euvaldo Lodi nos E.U.A.; Tenório Cavalcanti, sôbre inquérito e demissões no D.N.E.R.; e, finalmente, Nestor Duarte, Moura Andrade e Artur Santos, para questões de ordem.

O deputado Orlando Dantas proferiu discurso que, entretanto, não foi publicado.

Na sessão de 25 de março, usaram da palavra: Muniz Falcão, para reclamar pagamento de abono de emergência aos servidores do IBGE; Vieira Lins, para um apêlo ao P.R. no sentido da melhoria das condições de transporte pela estrada Guarapuava a Ponta Grossa; Getúlio Moura sôbre não pagamento de gratificação adicional na E.F.C.B.; Dilermando Cruz, para ler ofício de apoio a projeto de sua autoria; Negreiros Falcão para um apêlo ao D.C.T., no sentido de obter reabertura de agências postais na Bahia; Freitas Cavalcanti, para inclusão na ordem do dia de projeto de lei que classifica no padrão "O" cargos de Professor das Faculdades de Direito de Alagoas e de Medicina e Cirurgia do Ceará; Celso Peçanha, para solicitar pronunciamento rápido da Casa sôbre projeto de lei; Euzébio Rocha, sôbre exportação de areia monazítica; Magalhães Pinto, sôbre pagamento de abono a funcionários do IBGE; e Pessoa Guerra, que leu telegramas de apoio a projeto de sua autoria.

Nelson Omegna e Roberto Moura e Aloísio Alves, proferiram discursos que serão publicados depois.

Publicados os discursos proferidos pelos deputados Orlando Dantas, Nestor Jost e Lima Figueiredo, o primeiro tratando de fatos ligados ao inquérito para apurar atividades subversivas nas Fôrças Armadas; o segundo sôbre produção e comércio de arroz e o último para criticar a administração do atual diretor da Noroeste do Brasil (*D.C.* 26-3).

Falaram na sessão de 27 de março: Vieira Lima, sôbre perseguições sofridas por empregados da Rêde Viação Paraná-Santa Catarina; Ari Pitombo, para desautorar publicação na imprensa sôbre política de seu Estado; Mendonça Júnior sôbre não cumprimento de determinações do Presidente da República a respeito de obras no Estado de Alagoas; André Araújo, para ler artigo de Carlos Lacerda sôbre as eleições em São Paulo; Muniz Falcão para ler requerimento em que pede informações a respeito de isenção de direitos de importação à Nitroquímica Brasileira; Carmelo D'Agostini sôbre demissões na Noroeste do Brasil; Adahil Barreto para ler telegrama da Associação Comercial de Sobral, contrário a projeto de moratória, do deputado Muniz Falcão; Herbert Levi, para apresentar requerimento de informações sôbre a compra de aviões a jato e debater as eleições de São Paulo, o que foi feito também por Osvaldo Orico, Arnaldo Cerdeira, Arruda Câmara, Frota Aguiar e Nelson Carneiro; Adolfo Gentil, sôbre problemas da economia nacional, referindo-se à importação de capitais, petróleo brasileiro, excesso de funcionalismo público, café, mamona e outros.

Publicados os discursos dos deputados Nestor Jost, Nelson Omegna, Dilermando Cruz, pronunciados na sessão de 25 de março os dois primeiros e 18 de março o último. (*D.C.* 27-3, pág. 2251).

Falaram, na sessão de 27 de março: Mendonça Júnior, para pedir a construção de cais de proteção, em Pedras, Alagoas; Armando Falcão, para ler memorial de funcionários da C.E.F. Ceará que reclamam andamento de projeto que cria o Instituto dos Economiários; Dantas Júnior para criticar a ação da FIBAN; Antônio Correia, sôbre reclamações de funcionários do IBGE que não recebem abono de emergência; Benjamin Farah, quanto ao pessoal da U.B.; Muniz Falcão, para rebater pronunciamentos contrários a projeto de sua autoria com a leitura de outros favoráveis; Armando Falcão, para discorrer sôbre a situação econômica e a política nacional; Moura
sôbre o regimento especialmente quanto ao uso
Celso Peçanha sôbre problemas do ensino pelo senador Brasil.

Publicados os discursos proferidos pelo dr João Vilasdeiros Neto, nas sessões de 25 e 26 de m[illegible]da unificação dos pág. 2.286). de Processo Civil

No Senado Federa

ojeto de lei do Sena-
m monumento que perpetue
Na sessão de 23 de março rmes Rodrigues da Fonseca
res: Marcondes Filho, para ag
a vice-presidência da Casa e
ções para o Senado; Kergina
blema da sêca, especialmente URSOS
discorreu sôbre a importânc
e sôbre as medidas aconselhárço falaram os seguintes senho-
ma, para justificar projeto de
a Lei n.º 86, de 1947, que estabe-

Gomes de Oliveira, sôbre a Convenção Nacional do P.T.B. aproveitando para ler tópicos do discurso do Presidente daquela agremiação; Ferreira de Souza para ler carta de seu colega João Vilasboas a propósito de notícia publicada na T. Imprensa.

Falaram na sessão de 24 de março os seguintes oradores: Mozart Lago, sôbre mensagem presidencial relacionada com o espólio Henrique Lage; Olavo Oliveira para falar sôbre reivindicações de pescadores do Nordeste, agravante da sêca e atividades desenvolvidas pela C.A.N.; Onofre Gomes para ler telegrama do governador Raul Barbosa sôbre as sêcas, ocasião em que externou a sua opinião sôbre o problema da estiagem; Ismar de Góis sôbre o não pagamento de abono de emergência a funcionários da Inspetoria Regional de Estatística de Alagoas; e Vitorino Freire, a propósito do incidente João Mangabeira-Augusto Frederico Schmidt, para ler artigo dêste último.

Publicado o discurso proferido por Assis Chateaubriand na sessão de 24 de março (*D.C.* 26-3, pág. 2221).

Falaram na sessão de 26 de março: Apolônio Sales, para discorrer sôbre o aproveitamento do caroá e outros assuntos; Ivo d'Aquino para comunicar a escolha do Senador Álvaro Adolfo para líder do P.S.D.; Álvaro Adolfo, Hamilton Nogueira, Atílio Viváqua, Euclides Vieira, Kerginaldo Cavalcanti, Domingos Velasco, Gomes de Oliveira e Novais Filho para enaltecer a atuação do Senador Ivo d'Aquino como líder do P.S.D. O Senador Assis Chateaubriand proferiu discurso que será publicado depois.

Falaram na sessão de 27 de março: Hamilton Nogueira, sôbre o justicialismo na Argentina; Onofre Gomes para focalizar o drama dos nordestinos e ler páginas de Rachel Queiroz; Alfredo Neves para um apêlo em favor da reestruturação da carreira dos médicos e Othon Mader sôbre pagamento de abono ao pessoal da Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina.

REQUERIMENTOS E INFORMAÇÕES

Na Câmara dos Deputados

O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem presta informações sôbre relatório de suas atividades referente ao exercício de 1951 (*D.C.* 24-3, pág. 2066).

Recebidas as informações do Departamento dos Correios e Telégrafos sôbre entrega de valores declarados e criação de agência postal na localidade de Ribeirão dos Índios (*D.C.* 24-3, pág. 2067).

Em ofício à Secretaria da Câmara o Ministério da Educação e Saúde declara que nada tem a opor ao projeto de lei que autoriza doação de imóveis à Sociedade Beneficente de Palmeira dos Índios (*D.C.* 24-3, pág. 2067).

Foram apresentados requerimentos de informação solicitando: qual o montante da importância entregue à Prefeitura Municipal de Belém para construção da Rodovia Belém-Vila de Mosqueiro; qual a aplicação dada aos recursos provenientes da "Caixa Especial" criada para soc...ras populações atingidas pelas sêcas; importação de de quatro ...agamento pelo Departamento de Estradas de Artur Santo... Pará da cota do fundo rodoviário nacional ...os municípios (*D.C.* 24-3, pág. 2068).

Aprova... jeto de lei q... midade nas ... o ao 1.º Secretário, o Ministro da Fazenda objetivo de impe...nte à doação de imóvel a uma associa- 27-3, pág. 2242). pertencer êste à E.F.C.B., atualmente

Apresentado ...ria (*D.C.* 25-3, pág. 2102).

emergência aos bene... nda transmite à Câmara o pare- p. Aposentadoria e Pens... à abertura do crédito de cinco Dire... strução da estação da R.F.N.

7.ª SAÚDE !

de janei...

Exmo. Sen... *Na Câmara do* ...y apresentou projeto de lei 31-7-51, pág. ...lativos à propriedade indus- ral da Repúbli... em 1.ª discussão. Encaminhado às C.C.J. gina 177) e à ex... que cria o Se... do D.A.S.P., tamt... 2241).

Apresentado projeto de lei que reconhece a utilidade pública da Câmara Brasileira do Livro (*D.C.* 25-3, página 2108). Encaminhado às C.C.J. e C.E.C.

A Secretaria da Presidência da República encaminha informações sôbre concessão das jazidas de manganês de Urucun, Mato Grosso (*D.C.* 26-3, pág. 2198).

A COFAP presta informações sôbre compra de gado bovino na Argentina e no Uruguai (*D.C.* 26-3, pág. 2198).

Recebidas as informações do M.F. sôbre irregularidades na concessão de licença para importação de máquinas de terraplanagem (*D.C.* 26-3, pág. 2198).

O Ministério da Fazenda para atender a requerimento do deputado Pascoal Barroso, prestou informações sôbre a aplicação do "Fundo de Socorro" contra as Sêcas do Nordeste" (*D.C.* 26-3, pág. 2198).

O Conselho Nacional de Economia encaminhou à Câmara informações sôbre projetos de lei que dispõe sôbre isenção de direitos em favor de Serraria Americana Salim M. Maliu S.A. e Vidrosa Fabricação Brasileira de Vidro S.A. (*D.C.* 26-3, pág. 2199).

Em informações encaminhadas pelo M.F., o Serviço do Pessoal pronuncia-se contrário a fins do projeto de lei que restabelece antigos limites para consignações em fôlha de pagamento (*D.C.* 27-3, pág. 2231).

No Senado Federal

O Ministério da Agricultura apresenta informações a respeito de embarque de monazita, pelo pôrto de Vitória, esclarecendo que a exportação dêsse minério está sob a fiscalização militar e contrôle do C.N.P. (*D.C.* 24-3, pág. 2086).

Recebidos os esclarecimentos da CEXIM sôbre importação de medicamentos em geral e matérias-primas para a indústria farmacêutica (*D.C.* 27-3, pág. 2254).

O Senador Alencastro Guimarães requer informações ao Poder Executivo sôbre o número de vítimas de acidentes na E.F.C.B. e sôbre a compra de material para aquela estrada. (*D.C.* 28-3, pág. 2293).

No Senado Federal

AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Apresentado pelo senador Vivaldo Lima, e encaminhado às Comissões de Constituição e Justiça, de Economia e de Finanças, é lido na hora do expediente da sessão de 30 de março o projeto de lei que dá nova redação a dispositivo da Lei n.º 86, de 1947, que estabelece medidas adequadas para a assistência econômica da borracha natural brasileira (*D.C.* 31-3, pág. 2302).

AMPARO AOS NORDESTINOS

O senador João Vilasboas apresentou projeto de lei, que foi encaminhado às Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social, de Saúde Pública e de Finanças, regulando o amparo às famílias que fogem aos efeitos da sêca do Nordeste, facilitando-lhes transporte; hospedagem nesta capital e nas localidades para onde se destinem; assistência médica, farmacêutica e hospitalar; localização nos núcleos coloniais e nas propriedades agrícolas e industriais de particulares; e fiscalização e proteção nos núcleos e propriedades em que foram localizadas (*D.C.* 31-3, pág. 2307).

CONTRATOS PÚBLICOS

Promulgado o decreto legislativo que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do têrmo de contrato celebrado entre a União Federal e a Emprêsa de Engenharia Ceip Ltda., para execução do levantamento topográfico e elaboração da planta cadas-

tral da orla marítima da Ilha de Paquetá, na Baía de Guanabara, Distrito Federal (*D.C.* 31-3, pág. 2297).

Publicada a redação final do projeto de decreto legislativo que aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Bavag S.A. de Comércio Internacional, para fornecimento de material destinado à impressão de selos (*D.C.* 31-3, pág. 2301).

Lidos na hora do expediente da sessão de 30 de março os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, ao projeto de decreto legislativo que aprova o contrato celebrado entre a União Federal e Giovanni Grassi para desempenhar, na Fábrica de Artilharia da Marinha, as funções de Técnico em Ótica. (*D.C.* 31-3, pág. 2301).

Da Comissão de Redação, foi publicado o texto do decreto legislativo que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do contrato celebrado entre o Serviço do Patrimônio da União e José Pedro de Oliveira, para arrendamento de próprio nacional (*D.C.* 31-3, pág. 2302).

Em discussão única, foram aprovados na sessão de 30 de março os seguintes projetos de decretos legislativos: determina o registro, pelo Tribunal de Contas, do contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Saúde e o Govêrno do Estado da Bahia para intensificação da assistência psiquiátrica naquele Estado; mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do têrmo de contrato celebrado entre o Serviço Regional de Obras da 5.ª Região Militar do Exército e a firma Th. Marinho de Andrade, Construtora Paraná S.A., para construção de um reservatório de água; aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório ao registro do contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais e a firma Sociedade Brasileira de Máquinas e Motores Ltda., para o fornecimento de duas locomotivas de manobras; aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Byington & Cia. para construção da segunda etapa da Linha Tronco Sul entre as capitais de São Paulo e Paraná; e aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma José Brito para a construção de um pavilhão destinado ao pôsto de Lubrificação dos carros do D.C.T. (*D.C.* 31-3, pág. 2309).

Na mesma sessão foram rejeitados os seguintes projetos de decretos legislativos: autoriza o Tribunal de Contas a registrar o contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Guilherme Gomes Carneiro, para desempenhar a função de Professor de Química do Curso Fundamental, na Escola de Especialização da Aeronáutica; e determina que o Tribunal de Contas registrará o contrato celebrado entre a Diretoria de Recrutamento do Exército e Aerozita Wood Bravo, para desempenhar a funcão de operadora de serviços mecanográficos, na Divisão de Cadastro e Estatística Mecanizada (*D.C.* 31-3, pág. 2309).

Aprovada a redação final dos projetos de decretos legislativos que: aprova o contrato e o têrmo aditivo celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma A. Martins Mendes & Cia. Ltda., para construção de dutos em Santos; e aprova o contrato e o têrmo aditivo celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Paulo Augusto Goiana, para construção da sede da Estação Rádio Receptora e residência nos terrenos de Alencarina e Maraponga, no Estado do Ceará. Os projetos vão ser promulgados (*D.C.* 1-4, pág. 2322).

DIPLOMACIA E TRATADOS

Lidos na hora do expediente da sessão de 30 de março os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura, de Relações Exteriores, e de Finanças aos projetos de decretos legislativos que: aprova o texto do Convênio Cultural celebrado entre o Brasil e o Egito, assinado em Alexandria em 8-9-51; e aprova o texto do Convênio Cultural celebrado entre o Brasil e os Estados Unidos da América, firmado em Washington a 17-10-1950 (*D.C.* 31-3, pág. 2302).

FINANÇAS E ORÇAMENTO

Publicado o parecer da Comissão Especial designada para conhecer do veto apôsto pelo Presidente da República ao projeto de lei que altera a lei do impôsto de consumo na parte que obriga o negociante varejista a emitir notas de venda (*D.C.* 31-3, pág. 2297).

A Comissão de Finanças emitiu parecer favorável aos projetos de lei que: autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial para atender ao pagamento de proventos de aposentadoria a cargo da Administração do Território do Rio Branco; e autoriza a abertura pelo Ministério da Justiça, de crédito suplementar ao orçamento de 1952, para pagamento de despesas com iluminação, fôrça motriz e gás (*D.C.* 31-3, pág. 2301).

FÔRÇAS ARMADAS

Rejeitado em discussão única o projeto de lei que reabre, por 60 dias, a vigência do artigo 12, da Lei n.º 231, de 6 de fevereiro de 1948. O referido artigo 12 estabelece que os oficiais do quadro A (oficiais que combateram a revolução de 1930) que houverem ingressado no quadro ordinário, em virtude de promoção por merecimento, poderão voltar ao primeiro, desde que o requeiram dentro de sessenta dias, a partir da publicação da lei. No encaminhamento da votação, falaram os senadores: Ivo d'Aquino, pela rejeição; Ismar de Goes, pela aprovação, embora concordando, em parte, com as ponderações de Ivo d'Aquino; Atílio Vivacqua, pela aprovação; (*D.C.* 31-3, página 2308).

Vai a imprimir o parecer da Comissão de Finanças, contrário a emendas da Comissão de Justiça, ao projeto de lei que faculta ao Ministro da Guerra promover o estágio, em corpos de tropa e estabelecimentos militares, de oficiais subalternos médicos da reserva de 2.ª classe. O pronunciamento da Comissão de Finanças é no sentido de abreviar a aprovação do projeto, entregando à Comissão de Redação a correção dos nomes de repartições do Exército que figuram no avulso com incorreções (*D.C.* 1-4, página 2318).

Em conseqüência de requerimento de audiência dos Ministérios da Guerra, Marinha e Aeronáutica, foi retirado da ordem do dia o projeto de lei que melhora a inatividade remunerada dos terceiros e segundos sargentos das Fôrças Armadas, com mais de 25 anos de serviço (*D.C.* 1-4, pág. 2321).

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

Aprovado em primeira discussão na sessão de 31 de março o projeto de lei do Senado que modifica disposição do Decreto-lei n.º 8.311, de 6 de dezembro de 1945, que cria uma receita especial destinada ao melhoramento e ampliação do aparelhamento dos portos organizados (*D.C.* 1-4, pág. 2321).

OUTROS ASSUNTOS

Aprovado o pedido de licença solicitado pelo senador Sílvio Curvo (*D.C.* 31-3, pág. 2307).

Em virtude de requerimento do senador João Vilasboas, foi eleita a comissão encarregada da unificação dos projetos de lei que alteram o Código de Processo Civil (*D.C.* 1-4, pág. 2321).

Com emenda, foi aprovado o projeto de lei do Senado que autoriza a ereção de um monumento que perpetue a memória do Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca (*D.C.* 1-4, pág. 2321).

DISCURSOS

Na sessão de 30 de março falaram os seguintes senhores senadores: Vivaldo Lima, para justificar projeto de sua autoria que altera a Lei n.º 86, de 1947, que estabe-

lece medidas adequadas para a assistência econômica da borracha natural brasileira; Bernardes Filho, para, em resposta ao discurso do senador Assis Chateaubriand, discorrer sôbre o caso da Itabira Iron Co. Limited; Domingos Velasco, para comentar a decisão da Superintendência da Moeda e do Crédito que, segundo o noticiário da imprensa, havia tomado a decisão de revogar as instruções nºs. 34 e 36, destinadas a tabelar os juros de depósitos em bancos, ocasião em que o orador aludiu ao chamado "mercado negro de depósitos" e às operações bancárias com finalidades de sonegação do impôsto de renda; e Onofre Gomes, para ler correspondência do Nordeste sôbre a situação dos flagelados pelas sêcas.

Publicado no Diário do Congresso de 31 de janeiro o discurso pronunciado pelo senador Assis Chateaubriand na sessão de 25 do mesmo mês, no qual analisou o discurso do Sr. Euvaldo Lodi.

Como primeiro orador inscrito para falar na sessão de 31 de março, o senador Ivo d'Aquino ocupou a tribuna para discorrer sôbre o recente Acôrdo Comercial entre o Brasil e a Argentina e a compra de milho, no exterior, pela COFAP, ocasião em que o orador apresentou restrições a essas duas transações. Falaram ainda nessa sessão os senadores: Domingos Velasco, para dizer sôbre a prisão do major Júlio César Machado de Oliveira e protestar contra a incomunicabilidade em que permanece êsse oficial, já levantada pelo Superior Tribunal Militar; e Mozart Lago, sôbre a instituição de "creches" e berçários nas repartições públicas federais.

REQUERIMENTOS E INFORMAÇÕES

Para atender a requerimento do senador Alberto Pasqualini, a Companhia Siderúrgica Nacional presta informações sôbre dispensa de alguns empregados dessa emprêsa industrial (*D.C.* 31-3, pág. 2300).

ABONO DE EMERGÊNCIA NO PODER JUDICIÁRIO

Na Câmara dos Deputados

Lido na hora do expediente da sessão de 10 de abril o projeto elaborado pela Comissão de Finanças que estende os dispositivos da Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952, aos servidores das Secretarias do Tribunal de Contas da União, Superior Tribunal Militar, Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais Eleitorais, Tribunais Regionais do Trabalho, Tribunal de Justiça do Distrito Federal, aos das Varas dos Juízes de Menores e de Acidentes do Trabalho e Júri dos Crimes Contra a Economia Popular, no Distrito Federal, e aos serventuários da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios Federais, com pareceres da Comissão de Constituição e Justiça pela constitucionalidade e da Comissão de Serviço Público Civil favorável. O substitutivo referido estabelece em seu artigo 2.º que a modificação do quadro de pessoal, a alteração dos valores dos símbolos, classes ou padrões de vencimentos ou a reestruturação de funcionários, nas Secretarias e serviços auxiliares dos órgãos do Poder Judiciário, será sempre feita em lei mediante proposta do Tribunal (*D.C.* 11-4, págs. 2575-2598).

AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Na Câmara dos Deputados

O projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de quarenta milhões de cruzeiros destinado a atender às despesas de financiamento de uma rêde nacional de matadouros industriais nas zonas produtoras, de acôrdo com o estabelecido na Lei n.º 1.168, de 2-8-50, foi distribuído ao deputado José Bonifácio (*D.C.* 7-4, pág. 2329).

O deputado Osvaldo Fonseca apresentou projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial até o limite de sessenta milhões de cruzeiros para pagamento de indenização aos produtores de leite consumido no Distrito Federal (*D.C.* 8-4, pág. 2461).

O deputado Herbert Levy apresentou projeto de lei que estabelece normas reguladoras do comércio exterior, cria a Taxa de Defesa Econômica e os Fundos de Melhoria de Produção Rural e de Recuperação da Lavoura Cafeeira e dá outras providências (*D.C.* 11-4, pág. 2630).

AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES

Na Câmara dos Deputados

O projeto de lei que concede para os adubos em geral, sementes, inseticidas e fungicidas, o subsídio total dos fretes ferroviários, marítimos e fluviais, nas emprêsas nacionais de transportes no País, através do Ministério da Agricultura, para a reestruturação e conservação do solo, foi distribuído ao deputado José Bonifácio (*D.C.* 7-4, pág. 2329).

Com emenda do Senado, foi lido o projeto de lei que concede um auxílio de quinhentos mil cruzeiros ao Instituto Baiano do Fumo, pela realização do I Congresso Nacional do Fumo (*D.C.* 7-4, pág. 2330).

Com substitutivo da Comissão de Finanças, foi lido na hora do expediente o projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial de duzentos e cinqüenta mil cruzeiros para atender às despesas com a realização da III Conferência Nortista de Tisiologia (*D.C.* 7-4, pág. 2332).

O projeto de lei que autoriza a concessão de um auxílio de cem mil cruzeiros para a Associação Rural de Dom Pedrito concluir a construção de um parque de exposição mereceu parecer contrário da Comissão de Finanças (*D.C.* 8-4, pág. 2380).

O deputado Campos Vergal apresentou projeto de lei que abre um crédito especial de novecentos mil cruzeiros para distribuição, a título de auxílio, a diversas instituições de assistência social, sediadas nos Estados de São Paulo e Pernambuco (*D.C.* 8-4, pág. 2460).

Aprovado em primeira discussão o substitutivo da Comissão de Finanças ao projeto de lei que concede um auxílio de duzentos e cinqüenta mil cruzeiros para atender às despesas com o custeio da III Conferência Nortista de Tisiologia, a se reunir na cidade de Manaus (*D.C.* 9-4, pág. 2517).

Com parecer da Comissão de Finanças à emenda de discussão, foi a imprimir o projeto de lei que inclui a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul na categoria dos estabelecimentos subvencionados pelo Govêrno Federal (*D.C.* 11-4, pág. 2608).

O projeto que autoriza o Poder Executivo a conceder um auxílio de dois e meio milhões de cruzeiros ao II Congresso Latino-Americano de Ortopedia e Traumatologia e o X Congresso Brasileiro de Ortopedia e Traumatologia foi a imprimir com parecer favorável, reduzindo a importância, da Comissão de Finanças (*D.C.* 11-4, página 2608).

Mereceu parecer favorável da Comissão de Finanças o projeto de lei que concede o auxílio de trezentos mil cruzeiros para a realização de um Congreso Eucarístico em Cuiabá (*D.C.* 11-4, pág. 2610).

O deputado Novelli Júnior apresentou projeto de lei que concede à Associação Paulista de Combate ao Câncer a subvenção anual de dois milhões de cruzeiros destinado à formação de técnicos cancerologistas (*D.C.* 11-4, página 2619).

Para atender às despesas com o V Congresso Nacional dos Jornalistas, na cidade de Curitiba, no corrente ano, o deputado Manoel Ribas apresentou projeto de lei que concede o auxílio de seiscentos mil cruzeiros (*D.C.* 11-4, pág. 2620).

No Senado Federal

Rejeitado em discussão única o projeto de lei da Câmara que concede subvenção anual à Escola Apostólica do Colégio do Caraça, Minas Gerais. O fundamento da rejeição é o de que tais subvenções devem figurar no orçamento geral da União (*D.C.* 8-4, pág. 2493).

Aprovado em discussão única o projeto de lei da Câmara que dispõe sôbre o cancelamento da dívida decorrente da aquisição do imóvel da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (*D.C.* 8-4, pág. 2494).

CONTRATOS PÚBLICOS

Na Câmara dos Deputados

Lida a redação final do projeto de lei que aprova o têrmo do contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas e a Companhia Brasileira de Material Elétrico, para fornecimento de um alternador e um transformador (*D.C.* 11-4, pág. 2574).

No Senado Federal

Aprovadas as redações finais dos seguintes projetos de decretos legislativos: aprova o contrato e o têrmo aditivo celebrado entre o DCT e o engenheiro Hamilton Nolasco, para execução de serviços de empreitada; aprova o contrato celebrado entre o M.Ae. e a Prefeitura de Cachoeiro do Itapemirim, para obras no Aeroporto daquela cidade; aprova o contrato e o têrmo aditivo celebrado entre o DCT e a firma A. Martins Mendes & Cia. Ltda., para construção de um linha de dutos subterrâneos em Campinas, São Paulo; e aprova o contrato celebrado entre o DCT e a firma Bawag S.A. de Comércio Internacional para fornecimento de equipamento para impressão de selos (*D.C.* 8-4, págs. 2495-96).

Foi aprovado em discussão única o projeto de decreto legislativo que mantém a decisão denegatória do Tribunal de Contas ao registro do têrmo de contrato celebrado entre a D.O. do D.A. do Ministério da Educação e Saúde e a firma Malheiros & Cia. (*D.C.* 8-4, pág. 2495).

Vão a imprimir as redações finais dos seguintes projetos de decretos legislativos: determina o registro pelo T.C. do contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Saúde e o Govêrno da Bahia, para intensificação da assistência psiquiátrica; mantém a decisão do T.C. que denegou registro ao têrmo do contrato celebrado entre o Serviço Regional de Obras da 5.ª R.M. e a firma Th. Marinho de Andrade, Construtora Paraná S.A. para construção de um reservatório de água; mantém a decisão do T.C. que denegou registro ao têrmo do contrato celebrado entre o D.N.P.R.C. e a firma Sociedade Brasileira de Máquinas e Motores Ltda.; mantém a decisão do T.C. que denegou registro ao têrmo do contrato celebrado entre a D.O. do D.A. do Ministério da Educação e Saúde e a firma Construtora Mantiqueira S.A. para obras no Pavilhão de Cursos do Instituto Osvaldo Cruz; aprova o contrato celebrado entre o DCT e a firma Byington & Cia. para construção da segunda etapa da Linha Tronco Sul entre São Paulo e Curitiba; aprova o contrato celebrado entre o DCT e Artur Guedes para aluguel de imóvel; aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma José Brito para a construção de um pavilhão destinado ao pôsto de lubrificação de carros; aprova o contrato celebrado entre o DCT e a firma Campos Bruder Ltda. para a construção da estação terminal de Guarulhos, São Paulo; e aprova o contrato celebrado entre o DCT e a firma Paulo Augusto Coyana para construção de uma linha de dutos (*D.C.* 11-4, página 2656).

Aprovados em discussão única os seguintes projetos de decretos legislativos: mantém a decisão do T.C. que negou registro ao acôrdo celebrado entre a União Federal e o Govêrno do Paraná para instalação de uma escola de iniciação agrícola em Irati; mantém a decisão do T.C. denegatória ao registro do contrato celebrado entre a D.O. do Ministério da Educação e a firma Construtora J. Patrício Ltda. para obras no Conservatório de Canto Orfeônico; autoriza o T.C. a registrar o contrato de empreitada celebrado entre a D.O. do D.A. do Ministério da Educação e a firma Construtora Mantiqueira S.A. para execução de obras de pequeno vulto no Pavilhão dos Cursos do Instituto Osvaldo Cruz (*D.C.* 11-3, pág. 2665).

Encerrada a discussão dos seguintes projetos de decretos legislativos: mantém a decisão do T.C. denegatória de registro ao têrmo aditivo de retificação e ratificação do contrato entre o D.I.N. e a I.B.M. World Trade Corporation para locação dos serviços de máquinas elétricas de contabilidade; aprova o contrato celebrado entre a D.O. do D.A. do Ministério da Educação e Saúde e a firma Emprêsa Brasileira de Construções S.A. para execução de obras na Colônia Juliano Moreira; e da redação final do projeto de decreto legislativo que mantém a decisão do T.C. denegatória ao registro do têrmo de contrato celebrado entre o Serviço do Patrimônio da União e José Pedro de Oliveira para arrendamento de próprio nacional (*D.C.* 11-4, pág. 2666).

DESAPROPRIAÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Com pareceres contrários das Comissões de Constituição e Justiça, de Economia e de Finanças, foi a imprimir o projeto de lei que desapropria as jazidas de manganês existentes no Município de Lafaiete, Minas Gerais (*D.C.* 8-4, pág. 2378).

DIPLOMACIA

No Senado Federal

Discutido o parecer da Comissão de Relações Exteriores à mensagem presidencial que propõe a designação do diplomata Fernando Lôbo para o cargo de delegado do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos (*D.C.* 7-4, pág. 2355).

Discutido na sessão de 6 de abril o projeto de decreto legislativo que aprova o Acôrdo sôbre Privilégios e Imunidades da Organização dos Estados Americanos, firmado pelo Brasil em 22 de setembro de 1949. A matéria suscitou amplos debates, não chegando a encerrar-se a discussão (D.C. 7-4, pág. 2355). Em virtude de emenda lida na sessão de 7 de abril, o projeto, após encerrar-se a discussão, voltou às Comissões de Constituição e Justiça, de Relações Exteriores e de Finanças (*D.C.* 8-4, pág. 2494).

Chega ao Senado o texto do Acôrdo Comercial entre o Brasil e a Argentina (*D.C.* 11-4, pág. 2652).

Publicada a redação final do projeto de decreto legislativo que aprova a Convenção relativa ao reconhecimento internacional dos direitos sôbre aeronaves (*D.C.* 11-4 pág. 2656).

EDUCAÇÃO E CULTURA

No Senado Federal

Encerrada a discussão única do projeto de lei da Câmara que institui no Ministério da Educação e Saúde o Prêmio Nacional de Literatura, o Prêmio Nacional de Ciência e o Prêmio Nacional de Cultura (*D.C.* 11-4, página 2666).

FINANÇAS E ORÇAMENTO

Na Câmara dos Deputados

Distribuído, na Comissão de Finanças, ao deputado Carlos Luz, o projeto de lei que reestrutura o serviço da Dívida Interna Fundada Federal (*D.C.* 7-4, pág. 2329).

Encaminhado às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças o projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo que dispõe sôbre a denominação dos estabelecimentos bancários (*D.C.* 7-4, pág. 2342).

Com parecer favorável da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto de lei que autoriza a abertura do crédito especial de três milhões e meio de cruzeiros para despesas com a manutenção da Hospedaria de Corinto e dos Postos de Pouso e Recuperação em Pirapora e Monte Azul. (*D.C.* 8-4, pág. 2380).

Em virtude de requerimento da Comissão de Finanças, foi retirado da ordem do dia o projeto de lei que dispõe sôbre os créditos orçamentários destinados à defesa contra as sêcas do Nordeste, eleva os limites dos prêmios de açudagem por cooperação e dá outras providências (*D.C.* 9-4, pág. 2517).

Com pareceres das Comissões técnicas, vão a imprimir diversos projetos de lei de iniciativa do Poder Executivo, que autorizam a abertura de créditos suplementares. Também vai a imprimir projeto de lei de abertura de crédito especial ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, para pagamento de gratificação adicional (*D.C.* 11-4, pág. 2611).

Lido na hora do expediente o projeto de lei do Poder Executivo que retifica a Lei n.º 1.757, de 1952, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício de 1953, no Anexo do Ministério da Justiça (*D.C.* 11-4, pág. 2615).

O projeto de lei do Poder Executivo que abre crédito especial para atender a despesas devidas pelo Loide Brasileiro foi lido na hora do expediente da sessão de 10 de abril (*D.C.* 11-4, pág. 2616).

Publicado o projeto de lei do deputado Tarso Dutra que dispõe sôbre o pagamento de dotações consignadas no orçamento a instituições de assistência social ou educacional. (*D.C.* 11-4, pág. 2630).

No Senado Federal

O presidente da Comissão de Finanças, em uma das últimas reuniões dêsse órgão técnico, designou os seguintes relatores para os diversos anexos do Orçamento da União: Receita — Plínio Pompeu; Congresso Nacional — Domingos Velasco; Tribunal de Contas — Durval Cruz; Presidência da República e órgãos subordinados — Ismar de Góes; Ministério da Aeronáutica — César Vergueiro; Ministério da Agricultura — Apolônio Sales; Ministério da Educação e Saúde — Matias Olímpio; Ministério da Fazenda — Durval Cruz; Ministério da Guerra — Pinto Aleixo; Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Vitorino Freire; Ministério da Marinha — Carlos Lindemberg; Ministério das Relações Exteriores — Valter Franco; Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — Alberto Pasqualini; Ministério da Viação e Obras Públicas — Álvaro Adolfo; Poder Judiciário — Veloso Borges; Plano SALTE — Álvaro Adolfo (*D.C.* 7-4, pág. 2349).

FÔRÇAS ARMADAS

Na Câmara dos Deputados

Foi encaminhado às Comissões de Segurança Nacional e de Finanças o projeto de lei que assegura promoção periódica aos sargentos das Fôrças Armadas (*D.C.* 7-4, pág. 2342).

Com pareceres contrários das Comissões de Educação e Cultura, de Segurança Nacional e de Finanças, é lido na hora do expediente o projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para a construção de um *stadium* e um tiro de guerra, em Alagoinhas, Bahia (*D.C.* 8-4, pág. 2375).

O deputado Ranieri Mazzilli apresentou projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a restabelecer os Tiros ns. 11, 598 e Tiro Naval de Santos, Estado de São Paulo (*D.C.* 11-4, pág. 2632).

No Senado Federal

Aprovado sem emendas e encaminhado à sanção o projeto de lei que faculta ao Ministro da Guerra promover o estágio em Corpos de Tropa e Estabelecimentos do Exército de Oficiais Subalternos, médicos da reserva de 2.ª classe (*D.C.* 7-4, pág. 2354).

ISENÇÕES DE DIREITOS

Na Câmara dos Deputados

Vai a imprimir o projeto de lei que isenta do impôsto do sêlo os contratos de compra e venda ou de fornecimento de mercadorias para fins mercantis, tendo pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e de Economia e contrário da de Finanças (*D.C.* 8-4, pág. 2375).

Emendado pelo Senado, volta à Câmara o projeto de lei que concede isenção de impostos e taxas aduaneiras para um altar de mármore e três imagens, destinados, respectivamente, à Igreja do Seminário Cristo-Rei, de Camaragibe, e ao Colégio São José do Recife (*D.C.* 8-4, pág. 2377).

Com emendas do Senado, é lido na hora do expediente o projeto de lei da Câmara que concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras às tortas e farinhas de carne destinadas à alimentação de pequenos animais. A Comissão de Finanças manifesta-se favoràvelmente às emendas (*D.C.* 8-4, pág. 2378).

O deputado Arnaldo Cerdeira apresentou projeto de lei que isenta de quaisquer impostos as importações de sacaria de juta, usada ou de retôrno ao estrangeiro, feitas durante os anos de 1947 e 1948, destinada à embalagem dos produtos de exportação e dá outras providências (*D.C.* 11-4, pág. 2626).

O deputado Lopo Coelho apresentou projeto de lei que concede isenção de direitos aduaneiros, taxas e contribuição de previdência para três caldeiras importadas da França pela Companhia Usina do Outeiro (*D.C.* 11-4, pág. 2629).

LEGISLAÇÃO DO TRABALHO

Na Câmara dos Deputados

O projeto de lei que estende aos estivadores o regime de férias constante da Consolidação das Leis do Trabalho foi encaminhado às Comissões de Legislação Social e de Finanças (*D.C.* 7-4, pág. 2342).

ORGANIZAÇÃO

Na Câmara dos Deputados

O projeto de lei que restabelece o contrôle no Serviço de Navegação da Bacia do Prata e cria um Conselho Consultivo nessa autarquia, foi distribuído, na Comissão de Finanças, ao deputado Ponce de Arruda (*D.C.* 7-4, página 2329).

Com parecer favorável às emendas de segunda discussão, foi lido o projeto de lei que cria Coletorias Federais em diversos municípios do Estado de São Paulo (*D.C.* 7-4, pág. 2331). Encaminhado à Comissão de Serviço Público Civil.

O deputado Dilermando Cruz apresentou projeto de lei que cria o Centro Nacional de Pesquisas Atômicas, localiza o Centro no Estado de Minas Gerais e abre o crédito de cinco milhões de cruzeiros para a sua instalação (*D.C.* 7-4, pág. 2334). Encaminhado às Comissões de Educação e Cultura e de Finanças.

Lido na hora do expediente projeto de lei de autoria do deputado Aluízio Alves que cria a Comissão Nacional de Recuperação do Nordeste, com o fim de executar o "Plano de Recuperação do Nordeste" a ser executado em 10 anos (*D.C.* 9-4, pág. 2510).

Com emenda aditiva, foi aprovado na Comissão de Economia o projeto de lei que extingue a Câmara de Reajustamento Econômico (*D.C.* 11-4, pág. 2569).

Vai a imprimir a redação final do projeto de lei que fixa a divisão administrativa e jurídica do Território do Acre no qüinqüênio 1952-56. (*D.C.* 11-4, pág. 2574).

Lidos na hora do expediente da sessão de 10 de abril os projetos de lei do Poder Executivo que: cria Coletorias Federais nos Estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul; e cria duas Contadorias Secionais, uma na Estrada de Ferro Mossoró-Souza, no Rio Grande do Norte e outra na Diretoria dos Correios e Telégrafos em Bauru, São Paulo (*D.C.* 11-4, págs. 2616 e 2618).

O deputado Ranieri Mazzilli apresentou projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a transformar em Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos a Agência Postal Telegráfica de Santos, São Paulo (*D.C.* 11-4, página 2630).

No Senado Federal

Distribuído, na Comissão de Educação e Cultura, ao senador Hamilton Nogueira, o projeto de lei da Câmara que cria o Ministério da Saúde e dá outras providências (*D.C.* 9-4, pág. 2531).

PESSOAL

No Congresso Nacional

Aprovado o veto do Presidente da República a dispositivos do projeto de lei que altera dispositivos da Lei que criou o Instituto Joaquim Nabuco, com o objetivo de criar cargos em comissão e funções gratificadas e elevar vencimentos de cargo em comissão (*D.C.* 10-4, página 2543).

Na Câmara dos Deputados

Foi distribuído ao deputado Leite Neto, na Comissão de Finanças, o projeto de lei que altera os valores dos símbolos referentes ao padrão de vencimentos de cargos isolados de provimento em comissão e funções gratificadas do Poder Executivo da União e dos Territórios (*D.C.* 7-4, pág. 2329).

Na mesma Comissão verificaram-se, entre outras, as seguintes distribuições: projeto de lei que estende ao pessoal de obras da União, Estados, Municípios e Autarquias de qualquer natureza e categoria, os direitos e obrigações da legislação trabalhista — ao deputado Dolor de Andrade; projeto de lei que altera as carreiras de Almoxarife do Serviço Público Federal e dá outras providências — ao deputado Lameira Bitencourt; projeto de lei que estende aos funcionários civis e militares aposentados com o título de inválidos as vantagens da Lei n.º 1.050, de 3-1-50, que reajusta os proventos da inatividade dos servidores públicos civis e militares atacados de moléstia grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei — ao deputado Paulo Ramos (*D.C.* 7-4, pág. 2329).

Publicado, com parecer favorável da Comissão de Finanças, o projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo que abre crédito especial destinado ao pagamento do aumento de salários dos servidores dos Serviços de Navegação da Amazônia e da Administração do Pôrto do Pará (*D.C.* 7-4, pág. 2332).

O deputado José Romero apresentou projeto de lei que assegura aos agentes fiscais efetivos, nomeados anteriormente à vigência da Lei n.º 3.089, de 8 de janeiro de 1916, que não descontaram a contribuição de montepio estabelecida no Decreto n.º 942-A, de 31-10-1890, o direito de indenizar a Fazenda Nacional da dívida que fôr apurada de contribuições atrasadas. Esse direito é extensivo aos herdeiros de servidores falecidos (*D.C.* 7-4, pág. 2333). O projeto foi encaminhado às Comissões de Serviço Público Civil e de Finanças.

São aprovados na Comissão de Finanças os seguintes pareceres: do deputado Leite Neto, favorável às emendas oferecidas ao projeto de lei que classifica como Professor Padrão O os cargos de Professor padrão M criados pela Lei n.º 1.049, de 3-1-50, e de Professor padrão M, criados pelas Leis ns. 924 e 1.014, respectivamente de 12-11-49 e 24-12-49; do deputado Ponce de Arruda, favorável ao substitutivo da C.F. ao projeto de lei que dá nova redação à Lei n.º 969-A, de 15-6-49, que dispõe sôbre o pessoal da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana; João Agripino contrário ao projeto de lei que dispõe sôbre contagem de tempo de serviço, para efeito de aposentadoria, prestado por juízes com exercício na Justiça Eleitoral (*D.C.* 9-4, pág. 2505).

Aprovada a urgência requerida para o projeto de lei do Poder Executivo que reajusta os vencimentos dos cabos, soldados e bombeiros da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal (*D.O.* 9-4, pág. 2523).

Com pareceres contrários das Comissões de Constituição e Justiça, de Serviço Público Civil e de Finanças, vai a imprimir o projeto de lei que dispõe sôbre contagem de tempo de serviço, para efeito de aposentadoria, prestado por Juízes em exercício na Justiça Eleitoral (*D.C.* 11-4, pág. 2602).

O projeto de lei que classifica como Professor Catedrático padrão O, cargos de Professor padrão M, criados pela Lei n.º 1.409, de 1950, e de Professor Catedrático, padrão M, criados pelas Leis ns. 924 e 1.014, respectivamente, de 21 de novembro e 24 de dezembro de 1949, foi a imprimir com pareceres favoráveis (*D.C.* 11-4, pág. 2605).

Com parecer favorável da Comissão de Finanças, vai a imprimir o projeto de lei que abre crédito especial para pagamento de proventos de servidor em disponibilidade (*D.C.* 11-4, pág. 2606).

Lido na hora do expediente da sessão de 10 de abril o projeto de lei que transfere do Q.S. para o Q.P. do Ministério da Guerra o atual cargo isolado, padrão K, de Chefe das Oficinas da Imprensa Militar (*D.C.* 11-4, pág. 2615).

No Senado Federal

Lido na hora do expediente o projeto de lei que abre crédito especial para pagamento de gratificações ao pessoal das duas Casas do Congresso e ao pessoal do Poder Executivo que presta serviços na Câmara dos Deputados, por serviços prestados durante a convocação extraordinária (*D.C.* 7-4, pág. 2354). A Comissão de Finanças emitiu parecer favorável ao projeto (*D.C.* 11-4, pág. 2658). Aprovada também a dispensa de interstícios para o projeto (mesmo diário, pág. 2664).

PLANO DE DEFESA CONTRA AS SÊCAS

Na Câmara dos Deputados

O deputado Paulo Sarasate apresentou projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr$ 1.025.492.537,00, destinado a integralizar a importância que a União deveria ter despendido na execução do plano de defesa contra os efeitos da sêca do Nordeste, de 1947 a 1952 (*D.C.* 9-4, pág. 2509).

PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Na Câmara dos Deputados

Encaminhado às Comissões de Legislação Social, de Serviço Público Civil e de Finanças o projeto de lei que concede abono de emergência aos beneficiários das Caixas e Institutos de Aposentadoria e Pensões (*D.C.* 7-4, página 2342).

Com pareceres favoráveis, em parte, da Comissão de Finanças, são lidos os projetos de lei que concedem pensões especiais às viúvas de Cornélio Brantes Filho, Mário Pinto Serva e Francisco Gonçalves Campos (*D.C.* 8-4, págs. 2378, 2379 e 2461).

Chega à Câmara dos Deputados o projeto de lei do Senado que atualiza a contribuição mensal dos Ministros

do Supremo Tribunal Federal para o montepio civil e as pensões aos seus herdeiros (*D.C.* 8-4, pág. 2381).

Apresentado à Mesa pelo deputado Lauro Cruz projeto de lei que institui o Fundo de Assistência à Maternidade, constituído de pelo menos 3% da receita tributária da União, com distribuição automática ao Tesouro Nacional (*D.C.* 9-4, pág. 2510).

O deputado Osvaldo Trigueiro apresentou projeto de lei que concede a pensão de mil cruzeiros mensais à viúva do tenente reformado do Exército Juvenal Espínola França (*D.C.* 9-4, pág. 2511).

Lida a redação final do projeto de lei que dispõe sôbre o pagamento de auxílio-enfermidade nas instituições de previdência social (*D.C.* 11-4, pág. 2574).

Em redação final, foi publicado o projeto de lei que concede a pensão especial de três mil cruzeiros à viúva e à filha do professor Carlos Teixeira Brandão (*D.C.* 11-4, pág. 2574).

Com pareceres contrários, vão a imprimir os projetos de lei que concedem pensão especial à Dona Guilhermina Gerlach e Valdomiro Pedro Marmith (*D.C.* 11-4, página 2607).

No Senado Federal

Aprovado o substitutivo da Comissão de Trabalho e Previdência Social ao projeto de lei do Senado Federal que permite, ao segurado obrigatório do IPASE, que por qualquer motivo deixar o serviço público federal, continuar pagando sua contribuição e beneficiar-se de todos os direitos e regalias atribuídos aos segurados obrigatórios do referido Instituto. O substitutivo exclui do favor os que deixarem o serviço público em virtude de falta funcional e dos benefícios de aumentos de pensão porventura indenizados pelo Govêrno Federal (*D.C.* 7-4, pág. 2355).

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

Na Câmara dos Deputados

O deputado Rui Palmeira apresentou projeto de lei que inclui no plano rodoviário de primeira urgência a estrada AL BR-11, no trecho entre Pôrto Real do Colégio e Maceió e fixa o prazo para a conclusão da construção do trecho Maceió-Jacuipe, também na estrada AL BR-11 (*D.C.* 7-4, pág. 2334). Encaminhado às Comissões de Transportes, Comunicações e Obras Públicas e de Finanças.

Dispondo sôbre a amarração e a desamarração de navios nos portos organizados e sôbre tabela de serviço por amarração, movimento ao longo do cais e mudança de cais, apresentou o deputado Filadelfo Garcia projeto de lei (*D.C.* 7-4, pág. 2334). Encaminhado às Comissões de Legislação Social, de Transportes, Comunicações e Obras Públicas e de Finanças.

Foi encaminhado à Comissão de Finanças o projeto de lei que autoriza a abertura do crédito especial de quinhentos mil cruzeiros para a conclusão do aeroporto de reserva no Estado do Paraná (*D.C.* 7-4, pág. 2342).

O projeto de lei que retifica o art. 7.º da Lei n.º 1.815, de 25-2-53, que beneficia as emprêsas nacionais concessionárias de linhas regulares de navegação aérea, foi encaminhado à Comissão de Justiça (*D.C.* 7-4, página 2342).

Publicado para estudo o relatório do deputado Parsifal Barroso ao projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a mandar proceder, no Ceará, aos estudos, projetos e construção de um conjunto de obras contra os efeitos das sêcas (*D.C.* 11-4, pág. 2569).

Com pareceres dos órgãos técnicos respectivos, foi a imprimir o projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a ampliar a concessão dada a The Western Telegraph Company Ltd. no sentido de instalar e explorar o seu serviço telegráfico em João Pessoa, Paraíba (*D.C.* 11-4, pág. 2609).

O deputado Coutinho Cavalcanti apresentou projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de cinco milhões de cruzeiros para a reconstrução do edifício dos Correios e Telégrafos de São José do Rio Prêto, São Paulo (*D.C.* 11-4, pág. 2621).

O deputado Ubirajara Keutenedjian apresentou projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a contratar os estudos de um plano para a elevação das águas do rio São Francisco e seu lançamento pela Serra do Araripe até os vales dos rios Jaguaribe e Piranhas (*D.C.* 11-4, página 2628).

Apresentado projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr$ 339.347,00 destinado à conclusão das obras da Agência Postal Telegráfica de Limeira, São Paulo (*D.C.* 11-4, pág. 2629).

O deputado Ranieri Mazzilli apresentou projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de dez milhões de cruzeiros destinado à construção de um aeroporto internacional na Praia Grande, Município de São Vicente, São Paulo (*D.C.* 11-4, pág. 2630).

No Senado Federal

Rejeitado o projeto de lei de iniciativa do Senado Federal que autoriza o Poder Executivo a construir, na cidade de Sabará, um prédio para o Departamento dos Correios e Telégrafos (*D.C.* 7-4, pág. 2355).

O senador Mozart Lago apresentou projeto de lei que estabelece o uso de lanternas fosforescentes nos veículos de carga e outros (*D.C.* 9-4, pág. 2531).

OUTROS PROJETOS

Na Câmara dos Deputados

O projeto de lei de autoria do deputado Brochado da Rocha que autoriza a abertura do crédito especial de dois bilhões de cruzeiros para atender a despesas com a mudança da Capital para o Planalto Central foi distribuído, na Comissão de Finanças, ao deputado Rui Ramos (*D.C.* 7-4, pág. 2329).

O deputado Dilermando Cruz apresentou projeto de lei que determina a construção, pela Fundação da Casa Popular, de casas para os destacamentos da Polícia Militar de Minas Gerais no interior do Estado (*D.C.* 7-4, página 2333). O projeto foi encaminhado às Comissões de Constituição e Justiça, Segurança Nacional e de Finanças.

Publicado, para estudo, o parecer do deputado Lúcio Bitencourt ao projeto de lei que dispõe sôbre a eleição de presidente e vice-presidente da República pelo critério da maioria absoluta de votos (*D.C.* 8-4, pág. 2369).

Lida e vai a imprimir a emenda constitucional que institui o regime parlamentarista, tendo: parecer contrário da Comissão Especial, de 29-3-49, com voto em separado do Sr. Raul Pilla; parecer da nova Comissão Especial, com subemendas e votos dos Srs. Raul Pilla, Castilho Cabral e Fernando Ferrari; novo parecer da referida Comissão reafirmando o seu parecer anterior, no que diz respeito à subemenda Fernando Ferrari e parecer da Comissão Especial favorável à subemenda de primeira discussão com voto vencido do Sr. Afonso Arinos (*D.C.* 8-4, págs. 2381-2460).

Publicadas as emendas apresentadas ao projeto de resolução que reforma o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (*D.C.* 8-4, pág. 2465).

Com pareceres dos órgãos técnicos, foram a imprimir os projetos de lei que: provê sôbre franquia postal e telecomunicação e a gratuidade dos serviços de imprensa oficial para os partidos políticos; e institui o fundo partidário, regula a sua distribuição e dá outras providências (*D.C.* 11-4, págs. 2599 e 2603).

Lido na hora do expediente da sessão de 10 de abril o projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo que autoriza abertura de crédito especial para pagamento de indenizações a Urbano Teixeira de Menezes, por danos causados em bens de sua propriedade (*D.C.* 11-4, página 2614).

Assinado por Francisco Macedo e outros deputados, foi apresentado na sessão de 10 de abril projeto de lei que dispõe sôbre o recolhimento aos cofres da União pelos Estados e no Distrito Federal da importância de 2% calculados sôbre a respectiva arrecadação do exercício anterior, para ocorrer às despesas com a manutenção da justiça (*D.C.* 11-4, pág. 2620).

O deputado Ari Pitombo apresentou projeto de lei que regula a expulsão de estrangeiros nocivos à sociedade brasileira (*D.C.* 11-4, pág. 2626).

Lido na hora do expediente o projeto de lei do deputado Paulo Lauro que estende ao Jockey Club de São Paulo as disposições do Decreto-lei n.º 338, de 1938, que dispõe sôbre a extração de "Sweepstake" pelo Jockey Club Brasileiro (*D.C.* 11-4, pág. 2628).

Modificando o mínimo sôbre o arrolamento de bens previsto nos arts. 517, 520 e 523 do Código do Processo Civil, apresentou o deputado Augusto Meira projeto de lei a respeito (*D.C.* 11-4, pág. 2628).

Aprovado o pedido de urgência para o projeto de lei que regula as comemorações do I Centenário do nascimento de Capistrano de Abreu (*D.C.* 11-4, pág. 2643).

No Senado Federal

Rejeitados os projetos de lei da Câmara que declaram de utilidade pública a Academia Paraense de Letras e o Centro Espírita Alan Kardec, de Campinas (*D.C.* 8-4, pág. 495).

Aprovado o projeto de lei da Câmara que dá nova redação à Lei n.º 1.673, de 1952, que abre crédito para ocorrer a despesas com funerais realizados em 1951, pelo Corpo de Bombeiros do Distrito Federal (*D.C.* 8-4, pág. 2495).

Para 2.ª discussão

Vai a imprimir a redação do projeto de lei que autoriza a ereção de um monumento que perpetue a memória do Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca (*D.C.* 11-4, pág. 2657).

Também vai a imprimir a redação para 2.ª discussão do projeto de lei do Senado que modifica os artigos 373, 379, 842, XVII do Código do Processo Civil (*D.C.* 11-4, pág. 2657).

VÁRIOS ASSUNTOS

Na Câmara dos Deputados

Publicados os projetos de resolução que concedem aos deputados Bilac Pinto, Lúcio Bitencourt e Carvalho Neto permissão para participarem de conclaves internacionais e nacional (*D.C.* 7-4, pág. 2333). Êsses projetos foram aprovados na sessão de 7 de abril e vão à promulgação.

Aprovados e vão à promulgação os projetos de resolução que concedem licenças para tratamento de saúde aos deputados Valter Athayde e Philadelpho Garcia. Aprovado também o projeto de resolução que concede licença ao deputado Euvaldo Lodi para integrar a delegação brasileira à Conferência da Comissão Econômica para a América Latina (*D.C.* 7-4, pág. 2340).

Publicados os projetos de resolução que concedem licenças aos deputados Wolfram Metzler, Romeu Fiori e Getúlio Moura (*D.C.* 8-4, pág. 2381). Êsses projetos de resolução foram aprovados na sessão de 8 de abril (*D.C.* 9-4, pág. 2516).

O deputado Fernando Ferrari apresentou projeto de resolução que dá nova redação ao art. 63 do Regimento Interno, que dispõe sôbre a duração da sessão diária (*D.C.* 11-4, pág. 2632).

Lida uma indicação do deputado Arnaldo Cerdeira no sentido de ser criada, através de pronunciamento da Comissão de Legislação Social, uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar acusações feitas à CAP de Serviços Públicos de Santos, São Paulo (*D.C.* 11-4, página 2632).

A Comissão Parlamentar de Inquérito sôbre as atividades da C.C.P. requereu prorrogação de prazo, até 30 do corrente, para a conclusão dos seus trabalhos (*D.C.* 11-4, pág. 2643).

DISCURSOS

Na Câmara dos Deputados

Na sessão de 6 de abril falaram os seguintes oradores: Vieira Lins, para um apêlo ao Ministro da Guerra no sentido de sustar a retirada do Esquadrão de Cavalaria sediado no Município de Palma, Paraná; Manuel Ribas, sôbre a realização, no mesmo município, da VIII Exposição Regional de Animais e Produtos Derivados; Muniz Falcão, para ler telegrama do jornalista alagoano Jorge Assunção, sôbre inquérito a respeito de agressão sofrida por êste; Sá Cavalcanti, para um apêlo ao Govêrno no sentido de serem realizadas diversas obras no Ceará, como uma forma de auxílio ao nordestino vitimado pela sêca; Benjamin Farah, Demerval Lôbo e Chagas Rodrigues, para diversas comunicações; Ostoja Roguski, sôbre fechamento de agência do Loide Brasileiro em Paranaguá; Pereira da Silva, sôbre venda de gado do Território do Rio Branco à Guiana Inglesa e à Venezuela, em prejuízo do Estado do Amazonas; Leite Neto, para um protesto contra o DNOCS por não realizar qualquer empreendimento proveitoso em benefício dos flagelados de Sergipe; Freitas Cavalcanti, sôbre aposentadoria dos viajantes comerciais, ocasião em que leu memorial dos interessados; Frota Aguiar para protestar contra a falta de peixe na Semana Santa; Mota Neto, para falar sôbre reivindicações e irregularidades existentes na Companhia Estrada de Ferro Mossoró; Euzébio Rocha, Armando Falcão, Deodoro Mendonça e Castilho Cabral, sôbre questões de ordem; Deodoro Mendonça, para discorrer sôbre os resultados das eleições de São Paulo, a administração do governador Lucas Garcez, a situação econômica do país, o surto grevista e a ação das autoridades policiais, com muitos apartes; Moura Andrade para uma questão de ordem; Artur Audrá, para analisar a mensagem presidencial e fazer um apêlo, no sentido do congelamento dos preços; Armando Falcão, para uma questão de ordem; Aliomar Baleeiro, para uma questão de ordem em tôrno da anunciada presença do ministro da Fazenda na Câmara; Artur Bernardes, para uma questão de ordem; Celso Peçanha, em explicação pessoal, para falar sôbre a situação dos ferroviários da Leopoldina, que ameaçam entrar em greve por falta de pagamento do abono.

Os deputados Rui Ramos e Nelson Omegna proferiram discursos que serão publicados depois.

Falaram os seguintes oradores na sessão de 7 de abril: Waldemar Rupp, para criticar resolução da COFAP que proibiu a saída de gêneros alimentícios, industrializados ou não, do Estado de Santa Catarina; Armando Falcão para comunicar à Casa que a população faminta invadiu os armazéns da Prefeitura de Camocim; Osvaldo Fonseca, justificando projeto de lei de sua autoria que abre crédito especial para indenizar os produtores de leite consumido no Distrito Federal; Parsifal Barroso, para comentar entrevista do ministro Negrão de Lima sôbre a ação do govêrno do Ceará no sentido de reduzir ao mínimo os jogos de azar naquele Estado; Ari Pitombo para criticar a ação do delegado regional do Trabalho em Alagoas; Brígido Tinoco para apresentar requerimento de informações sôbre estimativa da despesa com o pagamento do abono na Central do Brasil e na Leopoldina; Breno da Silveira para ler manifesto da classe médica, documento êsse que apresenta referências à atuação do DASP no caso; Heitor Beltrão sôbre a personalidade do embaixador

Ouro Prêto; Lacerda Werneck para tecer considerações de política regional e administração do Paraná; Fernando Ferrari e Armando Falcão para questões de ordem.

O discurso proferido pelo ministro Horácio Lafer na sessão de 7 de abril foi entregue ao orador para revisão e publicação posterior.

Vasconcelos Costa, Roberto Morena, Armando Falcão proferiram discursos que serão publicados depois.

Publicados os seguintes discursos: do deputado Artur Santos, sôbre interpretação do Regimento Interno; Lacerda Werneck sôbre construção de estradas de rodagem no Paraná; e Aluízio Alves sôbre a ação do Govêrno no combate às sêcas do Nordeste (*D.C.* 8-4, pág. 2480).

Ocuparam a tribuna na sessão de 8 de abril os seguintes senhores deputados: Vieira Lins para um apêlo ao Diretor-Geral do DCT no sentido de serem instaladas agências postais telegráficas em União da Vitória; Celso Peçanha para um apêlo aos presidentes de Institutos de Aposentadoria no sentido de encontrarem uma solução para pagarem abono de emergência aos seus aposentados e pensionistas; Mota Neto para falar sôbre a demora por parte do govêrno federal na adoção de medidas de combate às sêcas e auxílio aos flagelados; Pereira da Silva para discorrer sôbre a cultura da seringueira na Amazônia; Ari Pitombo para falar de política do seu Estado; Parailio Borba para ler carta de esclarecimentos da direção do Loide Brasileiro sôbre fechamento da agência de Paranaguá; Miguel Couto sôbre a decisão do Conselho Nacional de Pesquisas que resolveu instalar em Niterói o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas; Armando Falcão, sôbre aspectos da política nacional em face da atual conjuntura econômica, com referências ao Conselho de Seguarnça Nacional, ao Diretor-Geral do DASP, ao Presidente da COFAP, ao Diretor da Leopoldina, ao Chefe do Departamento de Adminstração do Itamarati e outros; Joaquim Viegas, Nestor Jost, Coelho de Souza, Raimundo Padilha, Herbert Levi e Muniz Falcão, para discutir o requerimento de convocação do Ministro da Justiça para prestar esclarecimentos sôbre sua recente palestra proferida na Televisão Tupi; Magalhães Melo para descrever a situação da indústria açucareira; Lucílio Medeiros sôbre financiamento do algodão; Alberto Botino para falar sôbre o movimento grevista de São Paulo; Ari Pitombo para denunciar a descoberta de vultoso contrabando em São Paulo.

Os deputados Tenório Cavalcanti e Campos Vergal proferiram discursos na sessão de 8 de abril, que serão publicados depois.

Publicado o discurso do deputado Vasconcelos Costa em que justifica requerimento de informações sôbre construção de estradas de rodagem em Minas Gerais (*D.C.* 9-4, pág. 2527).

Publicados os seguintes discursos: do deputado Vasconcelos Costa, proferido na sessão de 7 de abril, sôbre construção de estradas de rodagem em Minas Gerais; do deputado Rui Ramos, proferido na sessão de 6 de abril sôbre a compra de aviões a jato; do deputado Campos Vergal, proferido na sessão de 18 de março, sôbre representação de bancários internados em Sanatório de tuberculosos; do deputado Fernando Ferrari, proferido na sessão de 20 de março, sôbre tópicos da mensagem presidencial; do mesmo deputado proferido na sessão de 27 de março, sôbre o mesmo assunto; e Nelson Omegna, proferido na sessão de 6 de abril, sôbre aumento de tarifas de fôrça, luz e calefação em São Paulo, que teria sido autorizado pela COFAP.

Na sessão de 10 de abril falaram os seguintes deputados: Vieira Lins para renovar apêlo ao govêrno no sentido da permanência do Segundo Esquadrão de Cavalaria na cidade de Palmas; Manoel Ribas, para justificar projeto de sua autoria que concede auxílio para a realização do V Congresso de Jornalistas; Celso Peçanha para um apêlo ao Ministério da Educação no sentido de ser efetuado o pagamento dos salários em atraso do pessoal da Campanha Nacional de Tuberculose; Dix-Huit Rosado para ler telegramas do governador Sílvio Pedrosa sôbre a situação do Nordeste e fazer um apêlo ao Presidente da República no sentido de, caso se confirme a notícia de que seja nomeado um coordenador com poderes extraordinários para o Nordeste, seja escolhido um técnico e não um político; Vasconcelos Costa justificando requerimento sôbre remessa de dólares ao câmbio oficial; Pereira da Silva sôbre a propalada rebaixa do preço teto estabelecido para o financiamento da juta; Mota Neto para protestar contra tópico do "Diário de Natal" que critica os representantes federais do Nordeste; João Agripino, sôbre atuação do Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas na Paraíba; Marrey Júnior para debater o momento político de São Paulo, e comunicar que resolvera aceitar cargo em comissão na Prefeitura Municipal de São Paulo; Frota Aguiar para debater o momento político nacional, especialmente a ação da COFAP; Brochado da Rocha como líder de partido, pronunciar amplo discurso sôbre o momento político nacional; Flores da Cunha sôbre o mesmo assunto; Muniz Falcão sôbre reportagens publicadas na revista "O Cruzeiro" e atribuídas a funcionário da Secretaria da Câmara; Jales Machado sôbre apêlo da Associação Comercial de Goiás no sentido de serem ministradas instruções aos fiscais da Divisão do Impôsto de Renda, cuja atuação está produzindo alarme no comércio e indústria do Estado; Euzébio Rocha sôbre a situação que está vivendo São Paulo e a classe trabalhadora do Estado; Paulo Sarasate para ler telegramas procedentes do Ceará sôbre a situação climática do Estado.

No Senado Federal

Falaram na sessão de 6 de abril os seguintes senadores: Mozart Lago, João Vilas Boas, Alfredo Neves e Novais Filho, para, em nome de seus partidos, expressarem pesar pela morte do embaixador Ouro Prêto; Landulfo Alves para prosseguir em suas considerações em tôrno do problema da Petrobras, ocasião em que teceu crítica violenta aos partidários da emenda Othon Mader; Pinto Aleixo, Ismar de Goes, João Vilas Boas, Alfredo Neves e Ferreira de Souza para encaminhar a votação de projetos constantes da ordem do dia.

Publicado o discurso pronunciado pelo senador Rui Carneiro na sessão de 31 de março, sôbre a sêca do Nordeste, e o Plano de Obras Públicas; idem do senador Assis Chateaubriand pronunciado na sessão de 26 de março, em que discorreu sôbre a situação nacional, a propósito da aplicação de capitais no Brasil (*D.C.* 7-4, página 2359).

Na sessão de 7 de abril falaram os seguintes senadores: Domingos Velasco, sôbre representação de funcionários da taquigrafia; Landulfo Alves, ainda sôbre o petróleo e outros assuntos de interêsse da economia nacional; Bernardes Filho, sôbre o requerimento de sua autoria pedindo a remessa ao Senado do Acôrdo comercial Brasil-Argentina; Vivaldo Lima sôbre decisão do Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito que proibiu as operações vinculadas, mercado livre de câmbio e outros assuntos de interêsse da economia amazonense; e Melo Viana para retificar o D.C. quanto ao seu voto dado a projeto.

O senador Domingos Velasco, a propósito de uma representação dos funcionários da taquigrafia do Senado, publicada no "Diário do Congresso" de 9 de abril, ocupou a tribuna para rebater as alegações contidas nesse documento. Falaram ainda na sessão de 8 de abril: Alfredo Neves para criticar o comportamento dos funcionários da Secretaria do Senado no caso do projeto de resolução que reestrutura carreiras da Câmara Alta; Gomes de Oliveira sôbre problemas de extração de carvão e aproveitamento de matérias-primas no Estado de Santa Catarina; Valdemar Pedrosa sôbre enchente no Amazonas, financiamento da juta e outros assuntos; Onofre Gomes sôbre o agravamento do problema dos Nordestinos assolados pelas sêcas; Othon Mader para ler telegrama da Confederação Nacional do Comércio de protesto contra discurso do senador Landulfo Alves; Landulfo Alves para replicar; Mozart Lago para justificar projeto de sua auto-

ria que obriga ao uso de lanternas fosforescentes nos autos de carga.

O senador Assis Chateaubriand proferiu discurso que será publicado depois.

Falaram na sessão de 10 de abril os seguintes senadores: Bernardes Filho sôbre discurso do ministro Horácio Lafer na Câmara e carta do embaixador Pimentel Brandão remetendo texto do Acôrdo Comercial entre o Brasil e a Argentina; Onofre Gomes para ler telegramas recebidos do Ceará a respeito da sêca; Othon Mader para ler manifestações de apoio a sua emenda ao projeto que cria a "Petrobras", ocasião em que se estabeleceu grande debate em tôrno do problema da exploração do petróleo; Kerginaldo Cavalcanti para congratular-se com a passagem de mais um aniversário do "Jornal do Brasil"; Melo Viana sôbre representação de funcionários da Casa; Anisio Jobim sôbre a crise madeireira em seu Estado; Vivaldo Lima para levar ao conhecimento da Casa entrevista concedida pelo deputado João Goulart.

REQUERIMENTOS E INFORMAÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Lidos na hora do expediente ofícios do Ministério da Educação prestando as seguintes informações: sôbre projeto de lei que assegura isenção fiscal ao Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas; ao requerimento do deputado Tarso Dutra sôbre a aplicação da verba orçamentária consignada em 1952 ao Departamento Nacional de Educação, para construção e equipamento de escolas; e sôbre requerimento do mesmo deputado que indagou se a aplicação das verbas orçamentárias de quarenta milhões de cruzeiros e treze milhões de cruzeiros, consignadas em 1952 ao INEP, para a construção, reconstrução e equipamento de escolas primárias rurais obedecem a algum plano preestabelecido (*D.C.* 7-4, pág. 2330).

Lidas na hora do expediente da sessão de 7 de abril as seguintes respostas a pedidos de informações: ao requerimento do deputado Paulo Couto sôbre proventos pertinentes aos servidores do Loide Brasileiro; ao requerimento do deputado Alencar Araripe sôbre construção de açudes no Estado do Ceará pelo sistema de cooperação da União com entidades públicas ou particulares; ao projeto de lei que dispõe sôbre a vigência de uma pensão especial; ao requerimento do deputado Lúcio Bitencourt solicitando informações sôbre se o D.N.E.R. está cumprindo em relação ao pessoal de obras a Lei n.º 1.765, de 1952; ao requerimento do deputado Herbert Levi sôbre instalação de novas agências postais telegráficas no município de São Paulo; ao requerimento do deputado Herbert Levi sôbre ampliação da zona de distribuição domiciliar de correspondência no município de São Paulo.

Chegam à Câmara e são lidas na hora do expediente da sessão de 8 de abril as seguintes informações: da Presidência da República, o projeto de lei que autoriza a construção de ponte internacional na foz do Iguaçu; do Ministério da Justiça a requerimento de informações sôbre a greve dos tecelões; do mesmo sôbre a repressão aos jogos de azar no Estado do Rio; ainda do mesmo sôbre a prática de jogos de azar no Distrito Federal; do Ministério da Fazenda, transmitindo informações do governador do Território do Amapá sôbre construção de estrada de ferro para aproveitamento do manganês daquele Território (*D.C.* 9-4, pág. 2508).

Apresentados os seguintes requerimentos solicitando as seguintes informações: do deputado Muniz Falcão sôbre contrato registrado pelo Tribunal de Contas, concedendo isenção de direitos de importação à Companhia Nitroquímica Brasileira; do mesmo deputado sôbre a Fábrica Nacional de Motores S.A.; de Ostoja Roguski sôbre aplicação de verbas orçamentárias e do Plano SALTE na construção do ramal ferroviário Ventania-Cornélio Procópio, Paraná; do mesmo, sôbre motivos que determinaram o fechamento da Agência do Loide Brasileiro em Paranaguá; de Aluízio Alves sôbre atividades e a situação jurídica da chamada Cooperativa dos Funcionários do DNEF; e de Lima Figueiredo sôbre o parecer emitido pelo professor Richard Klar ao MRE sôbre o problema carbonífero brasileiro (*D.C.* 9-4, 2508).

Lidos os ofícios em que são solicitadas as seguintes informações: ao Ministério da Fazenda, sôbre pensão de montepio percebida por Ambrosina Viana da Silva; ao Ministério da Viação, sôbre a oportunidade de projeto de lei que abre crédito especial para liquidação de dívidas por exercícios findos; ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal, para que informe sôbre crédito suplementar pedido; ao Ministério da Viação, a respeito de projeto de lei que concede auxílio para construção de ponte sôbre o rio Una, em Pernambuco; ao mesmo Ministério, para esclarecimentos sôbre pedido de crédito suplementar para reforço de dotação orçamentária do exercício de 1952; ao Ministério das Relações Exteriores para que informe se houve dispensa de concorrência para construção de monumento a ser oferecido à cidade de Nova Iorque; ao mesmo Ministério sôbre representação do Brasil em diversos conclaves internacionais (*D.C.* 11-4, pág. 2573).

Deferidos os seguintes requerimentos: ao Ministério da Fazenda para que informe qual a arrecadação de Santa Gertrudes, município de São Paulo e outros dados, ao Ministério do Trabalho, sôbre os débitos da União aos Institutos de Previdência e CAP; ao mesmo Ministério sôbre inquérito no IAPB; ao Departamento Nacional de Estradas de Ferro sôbre não pagamento de dívidas da E.F. Goiás; e ao Ministério da Viação, sôbre a situação da Cooperativa dos Rodoviários, fornecedora de gêneros ao pessoal do DNER (*D.C.* 11-4, pág. 2574).

No Senado Federal

O senador Mozart Lago requer informações ao Ministério do Trabalho sôbre anunciado aumento de preço do corte de cabelo e feitura da barba e aumento de salários do pessoal empregado nas barbearias (*D.C.* 7-4, página 2351).

Apresentados à Mesa na sessão de 7 de abril os seguintes requerimentos: do senador Mozart Lago sôbre contrato entre o IAPETC e emprêsa particular para elaboração de um plano de reorganização dos serviços daquele Instituto; do mesmo senador sôbre aumento de impôsto de licença das tinturarias e lavanderias (*D.C.* 8-4, página 2490).

ACUMULAÇÃO

Na Câmara dos Deputados

Sob o fundamento da inconstitucionalidade, foi rejeitado na Comissão de Constituição e Justiça o projeto de lei que regulamenta o art. 182, § 5.º, da Constituição Federal, que proíbe o militar de receber os proventos de seu pôsto, enquanto perceber remuneração de cargo permanente ou temporário (*D.C.* 15-4, pág. 2720). O projeto e o parecer foram publicados no *D.C.* 17-4, pág. 2793.

AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Na Câmara dos Deputados

Aprovado com emenda na Comissão de Valorização Econômica da Amazônia o projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a criar em todos os municípios do interior do Amazonas núcleos destinados ao fomento da agricultura e da pecuária (*D.C.* 15-4, pág. 2723).

Também foi aprovado na mesma comissão o projeto de lei que destaca a importância de cinqüenta milhões de cruzeiros a fim de constituir um fundo especial para ser aplicado na assistência à pecuária e pesca da Amazônia, das dotações orçamentárias que figuram nos exercícios de 1953-54 e destinadas à Valorização Econômica da Amazônia (*D.C.* 15-4, pág. 2723).

Prosseguiram na Comissão de Economia os estudos relativos ao projeto de reforma agrária, decidindo-se a remessa, a tôdas as Associações Rurais e ao Conselho Nacional de Economia, do projeto já elaborado (*D.C.* 17-4, pág. 2785).

Debatida na mesma comissão, a propósito da discussão do projeto de lei que regula a cobrança de tributos e sua aplicação, a situação do açúcar na ordem econômica brasileira (*D.C.* 17-4, pág. 2785).

Aprovado na Comissão de Justiça o parecer do relator contrário ao projeto de lei que dispõe sôbre o perdão das dívidas dos pecuaristas (*D.C.* 18-4, pág. 2857).

O deputado Coutinho Cavalcanti apresentou projeto de lei que dispõe sôbre a constituição da Sociedade por Ações Agropecuária Brasileira S.A. e dá outras providências (*D.C.* 18-4, pág. 2883).

No Senado Federal

Aprovado na Comissão de Trabalho e Previdência Social o projeto de lei da Câmara que autoriza a organização de seringais escolares nos Estados do Amazonas, Pará e Mato Grosso e nos Territórios Federais do Acre e do Guaporé (*D.C.* 18-4, pág. 2914).

AUTONOMIA MUNICIPAL

Na Câmara dos Deputados

Com pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Nacional, foi a imprimir o projeto de lei que concede autonomia ao Município de Salvador, Bahia (*D.C.* 18-4, pág. 2864).

AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES

Na Câmara dos Deputados

O deputado Ostoja Roguski apresentou projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a conceder um auxílio de cinco milhões de cruzeiros para o Município de Ponta Grossa, Paraná, destinado à colonização do distrito de Itaiacoca (*D.C.* 14-4, pág. 2683).

Por outro projeto, o deputado Pereira da Silva apresenta uma concessão de auxílio de quatrocentos mil cruzeiros para atender às despesas com a construção de um pavilhão destinado à instalação do Abrigo Redentor, de Manaus, Amazonas, do Plano de Obras Sociais do Arcebispado do Amazonas (*D.C.* 14-4, pág. 2684).

Publicada a redação para segunda discussão do projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial de quinhentos mil cruzeiros para auxílio ao Congresso de Ensino Jurídico em Fortaleza (*D.C.* 15-4, página 2726).

Foi a imprimir a redação para segunda discussão do projeto de lei que concede o auxílio de cinco milhões de cruzeiros para a construcção da futura sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e cede ao referido Instituto o terreno onde atualmente funciona a sua sede (*D.C.* 15-4, pág. 2728).

O projeto de lei que retifica o orçamento em vigor na parte referente a auxílios e subvenções a várias instituições foi a imprimir em redação para segunda discussão (*D.C.* 15-4, pág. 2731).

O deputado Fernando Ferrari apresentou projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a emitir selos postais, com sobretaxa, para auxílio aos nordestinos e determina a entrega do produto da arrecadação à Legião Brasileira de Assistência (*D.C.* 15-4, pág. 2735).

Aprovado e enviado à Comissão de Redação o projeto de lei que concede o auxílio de duzentos e cinqüenta mil cruzeiros para custear as despesas com a realização da Terceira Conferência Nortista de Tisiologia (*D.C.* 15-4, pág. 2.741).

Apresentado pelo deputado César Santos projeto de lei que concede auxílio de quinhentos mil cruzeiros para as despesas com a realização da IV Jornada Brasileira de Radiologia (*D.C.* 15-4, pág. 2806).

Aprovadas as emendas do Senado ao projeto de lei que concede o auxílio de quinhentos mil cruzeiros para a realização do I Congresso Nacional do Fumo (*D.C.* 17-4, pág. 2830).

Em virtude de emenda, e após encerrar-se a discussão, volta às comissões o projeto de lei que concede um auxílio de cinco milhões de cruzeiros a municípios catarinenses para obras públicas danificadas por enchentes (*D.C.* 17-4, pág. 2830).

Aprovado em segunda discussão o projeto de lei que concede o auxílio de seiscentos mil cruzeiros para atender a despesas decorrentes da realização no Brasil de um Seminário Internacional de Serviço Social Rural (*D.C.* 17-4, pág. 2831).

Em virtude de requerimento, vai à Comissão de Educação e Cultura o projeto de lei que concede o auxílio de cinco milhões de cruzeiros para custear, em parte, as despesas de organização do VI Congresso Eucarístico Nacional (*D.C.* 17-4, pág. 2834).

Foi rejeitado o projeto de lei que concedia um auxílio de treze milhões de cruzeiros para conclusão do Hotel de Turismo de Paulo Afonso (*D.C.* 17-4, pág. 2835).

Foi a imprimir o parecer da Comissão de Educação e Cultura que opina pelo arquivamento de Aviso do M.E.S. que encaminha pedidos de subvenções para várias instituições assistenciais e culturais (*D.C.* 18-4, página 2880).

Apresentado pelo deputado Dilermando Cruz, foi a imprimir o projeto de lei que concede ao Estado de Minas Gerais o auxílio de trezentos e setenta e cinco milhões de cruzeiros para mais rápido andamento de seu plano de eletrificação (*D.C.* 18-4, 2885).

O mesmo deputado apresentou projeto de lei que concede à Granja-Escola João Pinheiro, com sede na Fazenda da Gameleira, município de Belo Horizonte, o auxílio de seiscentos mil cruzeiros para ampliação de suas instalações (*D.C.* 18-4, pág. 2885).

Aprovado com emendas o projeto de lei que inclui a Universidade Católica do Rio Grande do Sul na categoria de estabelecimentos subvencionados pelo Govêrno Federal (*D.C.* 18-4, pág. 2895).

CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

Na Câmara dos Deputados

Com parecer favorável da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de seis milhões de cruzeiros, para atender às despesas com a elaboração do plano de classificação dos cargos do Serviço Público Federal, previsto no artigo 259 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952 (*D.C.* 15-4, pág. 2732).

CONTRATOS PÚBLICOS

Na Câmara dos Deputados

Aprovada a redação final do projeto de lei que aprova o têrmo do contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas e a Companhia Brasileira de Material Elétrico. O projeto vai ao Senado (*D.C.* 14-4, pág. 2687).

Vai a imprimir o projeto de lei que aprova o contrato celebrado entre o M.Ae. e o Sr. Luiz Valente Boffi, para desempenhar a função de Professor Associado de Eletrônica Aplicada, no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (*D.C.* 17-4, pág. 2795).

Debatido em primeira discussão o projeto de lei que reforma a decisão do T.C. que recusou registro à escritura pública de compra e venda de bens outorgada à Sociedade de Indústrias Brasileiras de Papel Limitada pela Superintendência das Emprêsas Incorporadas ao Patrimônio da União (*D.C.* 17-4, pág. 2835).

No Senado Federal

Vão a imprimir os pareceres da Comissão de Constituição e Justiça a projetos de decretos legislativos que: aprova contrato celebrado entre o M.Ae. e Joseph Kovasa, para a função de desenhista; e aprova o contrato celebrado entre o M.Ae. e Stefan von Bathory para técnico em motores (*D.C.* 14-4, pág. 2704).

Aprovados em discussão única os seguintes projetos de decretos legislativos: mantém a decisão do T.C. denegatória ao registro do têrmo aditivo de retificação e ratificação do contrato celebrado entre o D.I.N. e a I.B.M. World Trade Corporation; e aprova o contrato celebrado entre a D.O. do D.A. do M.E. e a firma Emprêsa Brasileira de Construções S.A. (*D.C.* 14-4, págs. 2707 e 2708).

Aprovada a redação final do projeto de decreto legislativo que mantém a decisão do T.C. que denegou registro ao têrmo do contrato celebrado entre o Serviço do Patrimônio da União e José Pedro de Oliveira (*D.C.* 14-4, pág. 2708).

Aprovado o projeto de decreto legislativo que mantém o ato do T.C. de registro sob reserva da despesa relativa ao pagamento de Cr$ 124.280,00 à firma ASCA — Aparelhos Científicos Ltda. (*D.C.* 15-4, pág. 2759).

Foram a imprimir as seguintes redações finais de projetos de decretos legislativos: mantém a decisão do T.C. que denegou registro ao têrmo do contrato celebrado entre a D.O. do M.E.S. e a firma construtora J. Patrício Ltda., para execução de obras de pequeno vulto no Conservatório Nacional de Canto Orfeônico; e mantém a decisão do T.C. que denegou registro ao têrmo do contrato celebrado entre a D.O. do D.A. do Ministério da Educação e Saúde e a firma Malheiros & Cia. (*D.C.* 18-4, pág. 2917).

DIPLOMACIA

Na Câmara dos Deputados

Com parecer favorável da Comissão de Finanças, vai a imprimir o projeto de lei oriundo de mensagem do Presidente da República que estende, mediante acôrdo, as prerrogativas de isenção aduaneira aos funcionários consulares estrangeiros (*D.C.* 15-4, pág. 2734).

De iniciativa do Poder Executivo, chega à Câmara o projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para atender a despesas feitas pela delegação representativa do Brasil na VII Reunião das Partes Contratantes do Acôrdo Geral sôbre Tarifas Aduaneiras e Comércio (*D.C.* 18-4, pág. 2879).

No Senado Federal

Publicado para estudo o relatório do senador Gomes de Oliveira, da Comissão de Constituição e Justiça, ao projeto de decreto legislativo que aprova o Acôrdo de Assistência Militar assinado no Rio de Janeiro entre o Brasil e os Estados Unidos da América (*D.C.* 14-4, pág. 2702). A Comissão de Justiça aprovou várias diligências de interêsse para o estudo do projeto (*D.C.* 17-4, pág. 2844).

Retirado da ordem do dia na sessão de 13 de abril o projeto de decreto legislativo que aprova o texto do Convênio Cultural entre o Brasil e o Egito (*D.C.* 14-4, página 2708).

EDUCAÇÃO E CULTURA

Na Câmara dos Deputados

Debatido na Comissão de Educação e Cultura o projeto de lei que autoriza o registro na Divisão do Ensino Superior e no Serviço Nacional da Fiscalização da Medicina dos diplomas expedidos por estabelecimentos de ensino de farmácia e odontologia que funcionaram sob jurisdição estadual (*D.C.* 15-4, pág. 2722).

O deputado Paulo Neri apresentou projeto de lei que institui o Intercâmbio Universitário Interestadual, com a finalidade de, através de viagens, excursões, congressos e jogos universitários, estimular a mentalidade universitária (*D.C.* 15-4, pág. 2734).

Dispondo sôbre a criação da Universidade de Santa Catarina com sede em Florianópolis, foi apresentado projeto de lei nesse sentido pelo deputado Saulo Ramos (*D.C.* 15-4, pág. 2735).

O deputado Novelli Júnior apresentou projeto de lei que modifica o artigo 5.º da Lei n.º 775, de 6-8-49, que dispõe sôbre o ensino de enfermagem no País e dá outras providências (*D.C.* 17-4, pág. 2806).

Retirado da ordem do dia por dez sessões, o projeto de lei que dispõe sôbre as finalidades do ensino do Serviço Social, sua estrutura e sôbre as prerrogativas dos portadores de diplomas de Assistente Social (*D.C.* 17-4, pág. 2832).

Rejeitado na Comissão de Constituição e Justiça o projeto de lei que dispõe sôbre o ensino de sociologia nos cursos jurídicos (*D.C.* 18-4, pág. 2857).

Rejeitados na Comissão de Educação e Cultura os projetos de lei que: concede aos diplomados pelo curso técnico de contabilidade para os efeitos do exercício profissional as prerrogativas asseguradas por lei aos contadores; e atribui prerrogativas de contadores aos diplomados em 1948-49, de acôrdo com o disposto no Decreto n.º (ilegível) de 1945 (*D.C.* 18-4, pág. 2857).

Com pareceres das Comissões de Educação e Cultura e de Finanças, foi a imprimir o projeto de lei que dispõe sôbre a realização dos exames de suficiência no país (*D.C.* 18-4, pág. 2873).

O deputado Benedito Vaz apresentou projeto de lei que torna obrigatória a construção de parques infantis nos edifícios de apartamentos (*D.C.* 18-4, pág. 3883).

No Senado Federal

Aprovado em discussão única o projeto de lei da Câmara que institui no M.E.S. os prêmios nacionais de Literatura, de Ciência e de Arte (*D.C.* 14-4, pág. 2708).

FINANÇAS E ORÇAMENTO

No Congresso Nacional

Aprovado o veto apôsto pelo Presidente da República ao projeto de lei que modifica o artigo 3.º da Lei 494, de 26 de novembro de 1948. O referido projeto objetivava excluir o negociante varejista da obrigação de emitir notas com a indicação do preço de venda das mercadorias isentas de tributo. Na discussão dêsse veto falaram os seguintes oradores: Tristão da Cunha e Maurício Joppert para combatê-lo e Lauro Lopes e Euzébio da Rocha para defendê-lo (*D.C.* 16-4, pág. 2767).

Na Câmara dos Deputados

Lido na hora do expediente da sessão de 13 de abril o projeto de resolução que aprova o balancete da Receita e Despesa da Secretaria da Câmara dos Deputados relativo ao mês de janeiro de 1953 (*D.C.* 14-4, pág. 2681).

Foi a imprimir a redação para segunda discussão do projeto de lei que reestrutura o Serviço da Dívida Interna Fundada Federal (*D.C.* 15-4, pág. 2726).

Com parecer favorável da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto de lei que dispõe sôbre os direitos a serem atribuídos ao papel celofane e às caixas de papelão que servem de envoltórios ou continentes ao pescado industrializado (*D.C.* 15-4, pág. 2728).

Lida a redação para segunda discussão do projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário os créditos adicionais que especifica (*D.C.* 15-4, pág. 2728).

Com parecer e emenda da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto de lei que autoriza o Poder Exe-

cutivo a abrir o crédito especial de Cr$ 34.958.458,20, para pagamento aos municípios da cota devida do impôsto de renda (*D.C.* 15-4, pág. 2730).

Publicado o projeto de resolução que autoriza a Câmara dos Deputados a realizar pela verba de saldo de subsídio o pagamento na importância que especifica, por despesa realizada no mês de fevereiro de 1953 (*D.C.* 17-4, pág. 2800).

O deputado Manhães Barreto apresentou projeto de lei que isenta de contribuição para o impôsto de renda as pessoas físicas com renda líquida anual inferior a Cr$... 48.000,00 (D.O. 17-4, pág. 2805). O mesmo deputado apresentou também projeto de lei que revoga o Decreto-lei n.º 9.524, de 26-7-46, que dispõe sôbre a aplicação, em letras do Tesouro Nacional, cuja emissão autoriza, de parte do valor das vendas de cambiais de exportação (*D.C.* 17-4, pág. 2813).

Aprovados em segunda discussão projetos de resolução que autorizam a Mesa da Câmara a efetuar, por conta de saldos, pagamentos de diversas despesas (*D.C.* 17-4, página 2826).

Em virtude de emenda, volta às Comissões o projeto de lei que autoriza a abertura ao M.V.O.P., do crédito suplementar de vinte e sete milhões de cruzeiros relacionados com despesas de transporte de malas aéreas (*D.C.* 17-4, pág. 2831).

Tendo parecer com substituto da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto de lei que autoriza abertura de crédito suplementar ao M.V.O.P. para atender a despesas com pagamento de salário-família em duas estradas de ferro (*D.C.* 18-4, pág. 2877).

Ainda com parecer e substitutivo, foi a imprimir o projeto de lei que autoriza abertura de crédito suplementar ao M.V.O.P. para solver compromissos relativamente ao fornecimento de luz e fôrça à Estrada de Ferro Central do Piauí (*D.C.* 18-4, pág. 2878).

O deputado Adroaldo Costa apresentou projeto de lei que permite o pagamento de parte do impôsto de renda em Obrigações de Guerra (*D.C.* 18-4, pág. 2885).

No Senado Federal

Chega ao Senado e é lido na hora do expediente o projeto de lei da Câmara que isenta de registro prévio, pelo Tribunal de Contas, as despesas relativas a obras públicas em andamento (*D.C.* 14-4, pág. 2703).

Aprovado com emenda o projeto de lei da Câmara que autoriza abertura de crédito suplementar ao orçamento de 1952 para pagamento de despesas com iluminação, fôrça motriz e gás, relativas ao exercício de 1952 (*D.C.* 14-4, pág. 2708).

Na reunião de 8 de abril, cuja ata foi publicada no Diário do Congresso de 15 de abril, a Comissão Diretora debateu a proposta orçamentária do Senado Federal para o exercício de 1954.

Aprovado com emenda o projeto de lei que autoriza a abertura de crédito suplementar de Cr$ 116.200,00 para pagamento de inativos do Território do Rio Branco (*D.C.* 15-4, pág. 2.759).

Vão a imprimir as redações finais dos projetos de leis que: autoriza a abertura ao Ministério da Justiça de crédito suplementar para atender ao pagamento de despesas com iluminação, fôrça motriz e gás, relativa a 1952; e autoriza a abertura de crédito especial ao M.J.N.I. para ocorrer a despesas com o pagamento de auxílio funeral (*D.C.* 18-4, pág. 2917).

FÔRÇAS ARMADAS

Na Câmara dos Deputados

A Comissão de Constituição e Justiça rejeitou, sob o fundamento da inconstitucionalidade, o projeto de lei que cria no Ministério da Aeronáutica o Quadro de Instrutores de Aeroclubes (*D.C.* 15-4, pág. 2721). O projeto e o parecer foram publicados no *D.C.* 17-4, pág. 2792.

Publicada a redação final do projeto de lei que regula a inatividade dos militares (*D.C.* 17-4, pág. 2802).

Com parecer favorável da Comissão de Segurança Nacional, foi a imprimir o projeto de lei que altera o parágrafo único do art. 4.º do Decreto-lei n.º 2.066, de 7 de março de 1940, que dispõe sôbre promoção de Aspirante a Oficial do Corpo de Bombeiros do D.F. (*D.C.* 18-4, pág. 2.878).

O deputado Rui Almeida apresentou projeto de lei que transfere para a inatividade os Oficiais da Polícia Militar do D.F. que atingirem o último pôsto do quadro (*D.C.* 18-4, pág. 2882).

Foi a imprimir o projeto de lei apresentado pelo deputado Lima Figueiredo que promove ao pôsto imediato, de 8 em 8 anos de serviço prestado sem interrupção, o oficial da reserva quando convocado para o serviço ativo (*D.C.* 18-4, pág. 2882).

O Deputado Benjamin Farah apresentou projeto de lei que releva da prescrição em que incorreram sargentos excluídos ilegalmente das Fôrças Armadas (*D.C.* 18-4, página 2.885).

INDENIZAÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Publicado para estudo o relatório do deputado Paulo Neri ao projeto de lei que dispõe sôbre o pagamento de indenização ao Estado do Amazonas pelo desmembramento do seu território, em conseqüência da criação dos Territórios do Guaporé e do Rio Branco e o cancelamento do empréstimo que lhe foi feito para pagamento de dívida interna (*D.C.* 15-4, pág. 2721).

Com parecer contrário da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto de lei que autoriza abertura de crédito extraordinário para indenização da população pobre de bairro de Vitória, em virtude de explosão verificada no depósito do D.E.R. (*D.C.* 18-4, pág. 2876).

ISENÇÕES DE DIREITOS

Na Câmara dos Deputados

Publicada a redação para segunda discussão do projeto de lei que dispõe sôbre isenção de impôsto para a importação de dois conjugados destinados ao serviço de fôrça e luz da Prefeitura Municipal de Cametá, Pará (*D.C.* 15-4, pág. 2726).

Vai a imprimir o projeto de lei que concede isenção de direitos aduaneiros e do impôsto de consumo para a importação de máquinas com suas peças e acessórios destinados à irrigação de lavoura, dragagem, construção de açudes e de estradas (*D.C.* 17-4, pág. 2794).

Aprovada em discussão única a emenda do Senado ao projeto de lei que concede isenção de impostos e taxas aduaneiras para um altar de mármore e três imagens destinados ao Seminário Cristo-Rei de Camaragipe e ao Colégio São José do Recife, Pernambuco (*D.C.* 17-4, página 2828).

Aprovadas as emendas do Senado ao projeto de lei que concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras às tortas e farinhas de carne destinadas à alimentação de pequenos animais (*D.C.* 17-4, pág. 2330).

Em segunda discussão, foi aprovado o projeto de lei que isenta a Companhia Luz e Fôrça S.A. do Município de Marco, Ceará, dos pagamentos de diretos de importação, exclusive taxa de previdência social e do impôsto de consumo, relativo às máquinas importadas para a usina elétrica de sua propriedade (*D.C.* 17-4, pág. 2832).

Aprovado com emenda o projeto de lei que concede isenção de todos os tributos que incidam sôbre materiais importados pela Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás, para a construção da usina hidrelétrica do Rochedo (*D.C.* 17-4, pág. 2834).

Aprovado o substitutivo da Comissão de Finanças ao projeto de lei que concede isenção de direitos e taxas adua-

neiras à Prefeitura Municipal de Unai, MG, para aquisição de material destinado à montagem de usina elétrica (*D.C.* 17-4, pág. 2834).

LEGISLAÇÃO DO TRABALHO

Na Câmara dos Deputados

Rejeitado na sessão de 14 de abril o projeto de lei que dá nova redação ao artigo 654, § 5.º, da Lei n.º 1.530, de 1951, que alterou dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho (*D.C.* 15-4, pág. 2742).

O deputado Muniz Falcão apresentou projeto de lei que dispõe sôbre a profissão dos trabalhadores na movimentação de mercadorias (*D.C.* 17-4, pág. 2805).

Apresentado pelo deputado Novelli Júnior, foi lido na hora do expediente projeto de lei que estende os benefícios da Lei n.º 1.234, de 1950, aos que operam com raios X e substâncias radiativas, em emprêsas e serviços particulares (*D.C.* 17-4, pág. 2807).

Aprovado em segunda discussão o projeto de lei que dispõe sôbre a duração e condições do trabalho da categoria profissional dos aeronautas (*D.C.* 17-4, pág. 2832).

Foi aprovado, na Comissão de Constituição e Justiça, o parecer contrário ao projeto de lei que dispõe sôbre o trabalho de menores de 12 anos (*D.C.* 18-4, pág. 2857).

No Senado Federal

Aprovado na Comissão de Legislação Social o parecer do senador Cícero Vasconcelos, favorável ao projeto de lei da Câmara que institui nas Comarcas do interior recurso "ex-officio" das decisões proferidas contra os empregados (*D.C.* 14-4, pág. 2702). Êste parecer, bem como o da Comissão de Constituição e Justiça, foram publicados no Diário do Congresso de 15 de abril, pág. 2753.

Aprovados na Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas os pareceres aos projetos de lei que: determina que a vigilância dos navios seja feita por profissionais matriculados nas Delegacias do Trabalho Marítimo; e dispõe que o consêrto de carga e descarga, nos portos organizados, seja feito exclusivamente por profissionais matriculados nas mesmas Delegacias (*D.C.* 18-4, pág. 2915).

ORGANIZAÇÃO

Na Câmara dos Deputados

Aprovada a redação final do projeto de lei que fixa a divisão administrativa e jurídica do Território do Acre, no qüinqüênio de 1952-56. O projeto vai à sanção (*D.C.* 14-4, pág. 2689).

Foi a imprimir o requerimento que solicita a designação de uma Comissão Especial para opinar sôbre o projeto de lei que dispõe sôbre a Rêde Ferroviária Federal S.A. (*D.C.* 15-4, pág. 2734).

Publicada a redação para segunda discussão do projeto de lei que cria no D.N.S. do M.E.S. o Serviço Nacional de Endemias Rurais (*D.C.* 17-4, pág. 2794).

Aprovada na sessão de 16 de abril a audiência da Comissão de Serviço Público Civil para o projeto de lei que modifica a Lei Orgânica do Distrito Federal na parte que trata de acumulação permitida aos ocupantes de cargos de Ministro do Tribunal de Contas do D.F. (*D.C.* 17-4, pág. 2827).

Com pareceres das Comissões técnicas, foi a imprimir o projeto de lei que retifica disposição da Lei n.º 976, de 1949, que federalizou a Faculdade de Medicina do Recife e a Escola de Engenharia do Recife (*D.C.* 18-4, página 2862).

PARTICIPAÇÃO NAS MULTAS

Na Câmara dos Deputados

O deputado Adroaldo Costa apresentou projeto de lei que regula a participação nas multas fiscais (*D.C.* 18-4, pág. 2885).

PESSOAL

Na Câmara dos Deputados

Aprovado na Comissão de Finanças o parecer do deputado João Agripino favorável ao projeto de lei que fixa a gratificação de representação do Presidente do Supremo Tribunal Federal (*D.C.* 14-4, pág. 2676).

Do mesmo relator foi aprovado parecer favorável ao projeto de lei que estende aos auditores da 1.ª entrância e aos advogados da Justiça Militar as vantagens constantes dos artigos 1.º e 2.º da Lei n.º 21, de 15 de revereiro de 1947, e do artigo 13 da Lei n.º 116, de 15 de outubro de 1947 que dispõem, respectivamente, sôbre os vencimentos dos magistrados do Distrito Federal e dos Territórios e sôbre a organização do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios (*D.C.* 14-4, pág. 2677).

Rejeitado, quanto ao mérito, na Comissão de Constituição e Justiça, o projeto de lei que releva da prescrição direitos de funcionários do Ministério da Guerra (*D.C.* 15-4, pág. 2721).

A Comissão de Finanças aprovou a audiência do Ministério da Fazenda para o projeto de lei que dá nova redação ao artigo 18, da Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952. A nova redação objetiva conceder o abono de emergência ao pessoal de obras e ao pessoal dos acordos (*D.C.* 15-4, pág. 2723).

Com parecer favorável da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto de lei que abre crédito especial para pagamento de gratificação pela elaboração de trabalho técnico ao desenhista Renato de Oliveira Greenhalg (*D.C.* 15-4, pág. 2725).

Foi a imprimir, com parecer favorável da Comissão de Finanças, o projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para pagamento de gratificação de representação ao Dr. Assad Mameri Abdenur, do Q.P. do Ministério da Educação e Saúde (*D.C.* 15-4, pág. 2731).

Lido na hora do expediente, com parecer favorável da Comissão de Finanças, o projeto de lei que fixa a gratificação de representação do Presidente do Supremo Tribunal Federal (*D.C.* 15-4, pág. 2731).

Também foi a imprimir, com parecer favorável da Comissão de Finanças, o projeto de lei que abre crédito especial para atender ao pagamento de gratificações de magistério (*D.C.* 15-4, pág. 2.733).

Aprovado o requerimento que solicita a designação de uma comissão especial para relatar o projeto de lei que altera carreiras dos Quadros Permanente e Especial do Ministério da Educação e Saúde. Trata-se do projeto de iniciativa do Poder Executivo ao qual foram apresentadas emendas concedendo novos níveis de remuneração para os profissionais liberais do Serviço Público Federal (*D.C.* 15-4, pág. 2743).

Com pareceres das Comissões técnicas, foi a imprimir o projeto de lei que reestrutura o Quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (*D.C.* 17-4, pág. 2797).

O deputado Herbert Levi apresentou projeto de lei que agrupa num Quadro Geral os cargos e funções dos diversos ministérios e órgãos diretamente subordinados ao Presidente da República (*D.C.* 17-4, pág. 2811).

Em virtude de emendas, e após encerrada a discussão única, volta às Comissões o projeto de lei que aplica dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho aos mensalistas e diaristas da União, Estados e Distrito Federal (*D.C.* 17-4, pág. 2828). Também em virtude de emenda, volta às Comissões o projeto de lei que autoriza a doa-

ção de terrenos do Patrimônio da União e das Autarquias Federais, a seus servidores, ativos e inativos, mediante as condições que estabelece (*D.C.* 17-4, pág. 2830).

Aprovado em segunda discussão o projeto de lei que abre crédito especial para pagamento de gratificação a que se refere a Lei n.º 1.234, de 1950 a dentistas do M.J.M.J. (*D.C.* 17-4, pág. 2831). Também foi aprovado projeto no mesmo sentido relativo a pessoal do M.T.I.C. (*D.C.* 17-4, pág. 2832).

Na Comissão de Constituição e Justiça foi aprovado parecer pela inconstitucionalidade do projeto de lei que dispõe sôbre concursos para a carreira de Agente Fiscal do Impôsto de Consumo (*D.C.* 18-4, pág. 2857). O mesmo ocorreu com relação ao projeto de lei que dispõe sôbre vencimentos de professôres do curso médio particular.

Com parecer e substitutivo da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto de lei que abre ao Congresso Nacional crédito especial para pagamento de abono de emergência e salário-família aos servidores da sua Secretaria (*D.C.* 18-4, pág. 2859).

O projeto de lei que estende aos Auditores de 1.ª entrância e aos advogados da Justiça Militar as vantagens constantes dos arts. 1.º e 2.º da Lei n.º 21, de 15-2-47, e do art. 13, da Lei n.º 116, de 15-10-47, que dispõem, respectivamente, sôbre os vencimentos dos magistrados do D.F. e dos Territórios e sôbre a organização do Ministério Público do D.F. e dos Territórios (*D.C.* 18-4, pág. 2866).

Lido na hora do expediente da sessão de 17 de abril o projeto de lei do Poder Executivo que cria e suprime cargos nas classes superiores da carreira de Diplomata do Q.P. do Ministério das Relações Exteriores (*D.C.* 18-4, pág. 2879).

Com parecer pelo arquivamento, vai a imprimir a mensagem do T.F.R. com anteprojeto de lei que solicita abertura de crédito especial para pagamento de salários de dezembro do pessoal extranumerário-diarista do referido Tribunal (*D.C.* 18-4, pág. 2880).

Aprovado em discussão única e sobe à sanção presidencial o projeto de lei que aplica dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aos mensalistas e diaristas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, dos Municípios e das entidades autárquicas (*D.C.* 18-4, pág. 2893).

Aprovado em primeira discussão, com subemenda, o projeto de lei que classifica como Professor catedrático padrão O, cargos de Professor padrão M criados pelas Leis nºs. 924 e 1.014, respectivamente de 21 de novembro e 24 de dezembro de 1949 (*D.C.* 18-4, pág. 2894).

No Senado Federal

Aprovado em discussão única e sobe à sanção o projeto de lei da Câmara que abre o crédito especial ao Congresso Nacional para pagamento de um mês de vencimentos ao pessoal das Secretarias das duas Casas e ao pessoal do Executivo em exercício na Câmara dos Deputados (*D.C.* 14-4, pág. 2708).

Aprovado também em discussão única o projeto de lei que autoriza a abertura de crédito especial para pagamento de substituição no Ministério da Justiça e Negócios Interiores (*D.C.* 14-4, pág. 2708).

A Comissão de Legislação Social aprovou o parecer do senador Kerginaldo Cavalcanti ao projeto de lei que dispõe sôbre a situação jurídica dos Procuradores das autarquias federais (*D.C.* 17-4, pág. 2844).

Publicado o parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao projeto de lei que dispõe sôbre a estabilidade do pessoal extranumerário da União (*D.C.* 18-4, pág. 2916).

PETROBRÁS S.A.

No Senado Federal

Em suplemento ao Diário do Congresso de 14 de abril foram publicados os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, de Agricultura, Indústria e Comércio, de Fôrças Armadas, de Viação e Obras Públicas e de Finanças ao projeto de lei da Câmara que dispõe sôbre a política nacional do petróleo, institui a sociedade por ações Petróleo Brasileiro S.A. e dá outras providências.

PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Na Câmara dos Deputados

Aprovada a redação final do projeto de lei que dispõe sôbre o pagamento do auxílio enfermidade nas instituições de previdência social. O projeto vai ao Senado (*D.C.* 14-4, pág. 2687).

Em redação final, foi aprovado o projeto de lei que concede uma pensão especial à viúva e filha do professor Carlos Teixeira Brandão. O projeto vai ao Senado (*D.C.* 14-4, pág. 2687).

Com pareceres favoráveis das Comissões de Legislação Social e de Finanças foi a imprimir o projeto de lei que altera o limite máximo do valor do imóvel para financiamento de moradia dos associados dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões (*D.C.* 15-4, pág. 2726).

Publicada a redação para segunda discussão do projeto de lei que concede pensão especial às viúvas e filhos menores de Alaim de Almeida Carneiro e Murilo Braga de Carvalho, ex-funcionários da União (*D.C.* 15-4, página 2727).

Foi retirado da ordem do dia, por dez sessões, o projeto de lei que determina a reserva de 3% sôbre o valor das contribuições de previdência para prestação de assistência alimentar aos associados das instituições de previdência social (*D.C.* 15-4, pág. 2742).

Com parecer favorável da Comissão de Justiça, foi a imprimir o projeto de lei que assegura pensão especial aos servidores da polícia civil (*D.C.* 17-4, pág. 2792).

O deputado Euzébio Rocha apresentou projeto de lei que aumenta os proventos dos contribuintes dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões (*D.C.* 17-4, página 2805).

Apresentado pelo deputado João Agripino projeto de lei que concede pensão especial a Maria Mayer da Silveira, viúva de ex-agente fiscal do impôsto de consumo (*D.C.* 17-4, pág. 2811).

Aprovados na sessão de 16 de abril os seguintes projetos de lei: concede pensão especial à viúva e filhas solteiras do professor Arduino Bolivar; concede pensão especial à viúva do ex-parlamentar José de Barros Fernandes Lima; concede pensão especial à viúva e filha menor do agente fiscal do impôsto de consumo Lúcio Borges de Sá; concede pensão especial aos herdeiros de Joaquim Barbosa de Oliveira, artífice diarista do D.F.S.P.; autoriza abertura de crédito especial para pagamento de indenização devida a ex-maquinista da E.F.R.D., Adriano Rodrigues Pinto; concede pensão especial à viúva e filho menor de Augusto César Araújo de Oliveira, Guarda Civil do D.F.S.P.; concede pensão especial à viúva do ex-contramestre do Arsenal de Guerra do Rio, Francisco Leite (*D.C.* 17-4, págs. 2832 e 2834).

Deferida a audiência da Comissão de Educação e Cultura para os seguintes projetos de lei: concede pensão especial à viúva do Dr. Acilino de Leão Rodrigues; e assegura reversão de pensão concedida às filhas de Clotilde do Vale Ferreira (*D.C.* 17-4, pág. 2834).

No Senado Federal

Publicada a redação final do projeto de lei que dispõe sôbre a situação de segurados obrigatórios do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado. O projeto permite ao ex-funcionário continuar a contribuir para o IPASE após deixar o Serviço Público (*D.C.* 18-4, pág. 2917).

PROCESSO ADMINISTRATIVO

Na Câmara dos Deputados

Aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, quanto à constitucionalidade, o projeto de lei que dispõe sôbre a abertura de inquérito administrativo para apurar responsabilidade quando de decisões judiciárias contrárias à Fazenda Nacional (*D.C.* 18-4, pág. 2857).

SAÚDE PÚBLICA

Na Câmara dos Deputados

Retirado, por dez sessões, da ordem do dia, o projeto de lei que dispõe sôbre a Lei Orgânica da Saúde (*D.C.* 17-4, pág. 2832).

SISTEMA BANCÁRIO NACIONAL

Na Câmara dos Deputados

Iniciada a primeira discussão do projeto de lei que reforma o sistema bancário nacional (*D.C.* 15-4, página 2743). A discussão do projeto prosseguiu na sessão de 17 de abril (*D.C.* 18-4, pág. 2895).

O deputado Manhães Barreto apresentou projeto de lei que altera a redação do art. 1.º do Decreto-lei número 9.140, de 5-4-46, que dispõe sôbre as atribuições do Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito (*D.C.* 18-4, pág. 2881).

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

Na Câmara dos Deputados

Foi a imprimir o projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a construir um novo edifício para o Quartel General da 2.ª Região Militar, sediada em São Paulo, e a vender o terreno onde atualmente se encontra o edifício sede dos serviços dessa unidade, com pareceres sôbre emendas de primeira discussão: da Comissão de Segurança Nacional considerando-se incompetente para opinar e da Comissão de Finanças favorável à de n.º 1 e contrário à de n.º 2 (*D.C.* 14-4, pág. 2679).

Aprovada a emenda do Senado ao projeto de lei que altera o art. 63 do Título II — Serviço Telegráfico Exterior, da Lei n.º 489, de 28-11-48 (*D.C.* 17-4, pág. 2827). Aprovada também a emenda do Senado ao projeto de lei que altera o art. 109, do Decreto-lei n.º 3.651, de 25-9-41, que dá nova redação ao Código Nacional do Trânsito (mesmo diário e página).

Em primeira discussão, foi aprovado o projeto de lei que assegura o livre trânsito em todo o território nacional aos automóveis devidamente legalizados nas prefeituras de origem (*D.C.* 17-4, pág. 2835).

Foi a imprimir, com pareceres, o projeto de lei que autoriza a instalação de estações radiotelegráficas em várias localidades de Mato Grosso (*D.C.* 18-4, página 2860). No mesmo sentido com relação ao projeto de lei que estabelece uma agência postal telegráfica em Aquidabã, Sergipe (mesmo diário, pág. 2861).

Com pareceres favoráveis, foi a imprimir o projeto de lei que autoriza doação à Prefeitura de Formiga, Minas Gerais, de imóvel para instalação de agência postal e telegráfica (mesmo diário, pág. 2862). Também com pareceres favoráveis, foi a imprimir o projeto de lei que autoriza construção ou aquisição de prédio para instalação de agência postal e telegráfica no município de Gravata, Pernambuco (mesmo diário, pág. 2865).

O projeto de lei que autoriza a abertura, ao D.C.T., do crédito especial de cem milhões de cruzeiros para construção ou aquisição de edifício destinado à sua sede foi a imprimir com parecer contrário da Comissão de Finanças (*D.C.* 18-4, pág. 2875). Também com parecer contrário foi a imprimir o projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para construção da linha telegráfica entre São José do Rio Prêto e Ibirá (*D.C.* 18-4, pág. 2877).

Com parecer favorável da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto de lei que altera o limite de que trata o art. 1.º do Decreto-lei n.º 2.987, de 1941, que dispõe sôbre a comissão a ser paga aos particulares pela venda de selos e outras fórmulas de franquiamento postal (*D.C.* 18-4, pág. 2878).

No Senado Federal

Lido, aprovado e enviado às Comissões de Constituição e Justiça, de Economia e de Finanças, o projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a instalar em Santa Catarina, uma usina termelétrica, destinada principalmente ao abastecimento de energia elétrica ao Estado de São Paulo (*D.C.* 17-4, pág. 2849).

Aprovado requerimento para que fôsse adiada a discussão única do projeto de lei que assegura o financiamento a longo prazo de serviços públicos municipais (*D.C.* 17-4, pág. 2849).

OUTROS PROJETOS

Na Câmara dos Deputados

Com pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças à emenda do Senado Federal, foi a imprimir o projeto de lei que modifica a redação do art. 1.º do Decreto-lei n.º 3.077, de 26-2-41, que estabelece a obrigatoriedade de recolhimento ao Banco do Brasil das consignações em pagamento (*D.C.* 15-4, página 2725).

Com parecer favorável da Comissão de Educação e Cultura e parecer com substituivo da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto de lei que dispõe sôbre as comemorações do Primeiro Centenário de Nascimento de Capistrano de Abreu (*D.C.* 15-4, pág. 2728).

Foi a imprimir, com parecer e substitutivo da Comissão de Finanças, o projeto de lei que abre à Câmara dos Deputados o crédito especial de setecentos mil cruzeiros para renovação dos móveis do Palácio Tiradentes (*D.C.* 15-4, pág. 2733).

Com pareceres contrários das Comissões de Segurança Nacional e de Finanças, vai a imprimir o projeto de lei que cria a medalha de mérito anticomunista (*D.C.* 17-4, pág. 2791).

O deputado Muniz Falcão apresentou projeto de lei que proíbe a extração de loterias em todo o território nacional (*D.C.* 17-4, pág. 2806).

Aprovado em primeira discussão o projeto de lei que autoriza a construção de um mausoléu em homenagem ao deputado José Monteiro Soares Filho (*D.C.* 17-4, página 2827).

Em discussão única, foi aprovado o projeto de lei que dá nova redação ao art. 221 do Dec.-lei n.º 3.689, de 1941 (Cód. do Proc. Penal) (*D.C.* 17-4, pág. 2827).

Aprovado em segunda discussão o projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para ressarcir prejuízos sofridos em virtude de roubo pelas pessoas que especifica (*D.C.* 17-4, pág. 2832).

Aprovada a audiência para o projeto de lei que autoriza a emissão de selos postais comemorativos do centenário da emancipação política do Paraná (*D.C.* 17-4, pág. 2834).

Em virtude de emenda, volta à Comissão de Justiça o projeto de lei que modifica a data do início da contagem do prazo para apresentação de documentos e entrada de requerimentos de terras pertencentes ao Patrimônio da União (*D.C.* 17-4, pág. 2835).

Em primeira discussão, foi aprovado o substitutivo da Comissão de Finanças ao projeto de lei que dispõe sôbre as comemorações do 1.º centenário de nascimento de João Capistrano de Abreu (*D.C.* 18-4, pág. 2893).

Aprovado o projeto de resolução que acrescenta mais um artigo ao Regimento Interno estabelecendo, para votação dos projetos de lei, apenas o processo simbólico ou nominal (*D.C.* 18-4, pág. 2893).

Aprovado o substitutivo da Comissão Especial ao projeto de lei que prevê sôbre a franquia postal e telecomunicação e a gratuidade de serviços de imprensa oficial para os partidos políticos legalmente registrados (*D.C.* 18-4, pág. 2894).

No Senado Federal

Aprovado na Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas o projeto de resolução que dispõe sôbre a construção do edifício para o Senado Federal (*D.C.* 18-4, pág. 2915).

Vão a imprimir os pareceres das Comissões Técnicas ao projeto de lei da Câmara que dá nova denominação ao Sanatório construído em Manaus pela Campanha Nacional contra a Tuberculose (*D.C.* 18-4, pág. 2916).

Publicada a redação final do projeto de lei que dispõe sôbre o cancelamento da dívida decorrente da aquisição do imóvel da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (*D.C.* 18-4, pág. 2918).

DIVERSOS ASSUNTOS

Na Câmara dos Deputados

Publicado o projeto de resolução, com parecer contrário da Mesa às emendas de segunda discussão, que acrescenta um artigo ao Regimento Interno estabelecendo para votação dos projetos de lei apenas o processo simbólico ou nominal (*D.C.* 14-4, pág. 2681).

Publicado o projeto de resolução que concede licença para tratamento de saúde ao deputado Wanderley Júnior (*D.C.* 14-4, pág. 2683). O projeto foi aprovado na sessão de 14 de abril.

Publicado o projeto de resolução que concede licença para tratamento de saúde ao deputado Ferreira Martins (*D.C.* 15-4, pág. 2734). Êsse projeto de resolução foi aprovado na sessão de 16 de abril (*D.C.* 17-4, página 2820).

Rejeitado o requerimento de convocação do Ministro da Justiça e Negócios Interiores (*D.C.* 15-4, pág. 2714).

Publicados os projetos de resolução que concedem licença para tratamento de saúde aos deputados Manoel Peixoto e Francisco Monte (*D.C.* 18-4, pág. 2880).

DISCURSOS

Na Câmara dos Deputados

Na sessão de 13 de abril falaram os seguintes senhores deputados: Ari Pitombo, a propósito de nota oficial da CEXIM sôbre liberação de transação da CIREI, para um apêlo à imprensa e aos colegas do Parlamento no sentido de não darem guarida a informações infundadas; Coutinho Cavalcanti, sôbre a repercussão, no mundo financeiro norte-americano, do esperado armistício na Coréia, ocasião em que apresentou requerimento no sentido de que o Parlamento Nacional se dirija a todos os Parlamentos manifestando a esperança pela consecução de um próximo armistício, seguido de uma paz duradoura; Valdemar Rupp, sôbre proposição aprovada pela Comissão Técnica do Trigo no sentido de levantar-se o preço mínimo do cereal, na base de cento e oitenta cruzeiros o saco de sessenta quilos; Adahil Barreto para criticar atitude do governador do Ceará, ligada ao problema da sêca; Ulisses Lins, para o necrológio do professor Jerônimo Gueiros; Benjamin Farah, para um apêlo ao Govêrno no sentido de não serem punidos os médicos que realizaram a jornada de protesto; Vieira Lins, sôbre atraso no pagamento de abono ao pessoal da R.V.P.S.C.; José Augusto, para o necrológio do coronel Ezequiel Souza, chefe político potiguar; Flores da Cunha, para o necrológio do ministro Armando de Alencar; Willy Frohlich no mesmo sentido; Frota Aguiar, para nova crítica às atividades desenvolvidas pela COFAP; Tristão da Cunha em defesa do liberalismo econômico e condenação do intervencionismo estatal; Antônio Correia para falar sôbre a situação do abandono do seu Estado, o Piauí, no que diz respeito aos auxílios federais para o combate às sêcas; Aliomar Baleeiro, para novo discurso sôbre a transação de troca de algodão brasileiro por aviões a jato inglêses, ocasião em que foi muito aparteado pelo deputado Rui Ramos; Pereira da Silva para uma questão de ordem em tôrno de projeto de lei em discussão; Ostoja Roguski e Coelho de Souza para questões de ordem; e Gurgel do Amaral para rebater as acusações que lhe têm sido feitas pela imprensa sôbre a sua atuação no caso dos portuários. Os deputados Armando Falcão e Ari Pitombo proferiram discursos que serão publicados depois.

Publicado o discurso proferido pelo deputado Carlos Luz na sessão do Congresso Nacional de 10 de fevereiro, em que foi discutido o veto ao projeto de lei que regula as operações cambiais. (Mercado Livre do Câmbio).

Falaram na sessão de 14 de abril os seguintes oradores: Fernando Ferrari para protestar contra a demora na elaboração do plano de financiamento de automóveis e caminhões para os motoristas profissionais associados do IAPETC; Dilermando Cruz para relatar sua visita às obras de barragem de Carmo do Capuri, em Minas; Saulo Ramos para justificar projeto de sua autoria; Paulo Neri no mesmo sentido; Sá Cavalcanti sôbre política de seu Estado, o Ceará. Leão Sampaio sôbre a situação nos municípios cearenses de Icó e Assaré, assolados pelas sêcas; Adahil Barreto para um apêlo no sentido da intensificação do combate à esquistossomose; Pereira da Silva para protestar contra a apresentação de projeto de lei que concede isenção de direitos a sacaria de juta; Muniz Falcão para justificar pedido de urgência para o projeto que estende o abono de emergência ao pessoal do Poder Judiciário; Tristão da Cunha para prosseguir nas suas considerações em tôrno da política econômica seguida pelo Govêrno; Artur Santos para encaminhar a votação de requerimento de congratulações pelo transcurso do Dia Pan-Americano; Dilermando Cruz para debater projeto de auxílio à conferência de Tisiologia do Nordeste; Pereira da Silva no mesmo sentido; Lopo Coelho para encaminhar votação de projeto que altera redação de dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho; Daniel Faraco na discussão do projeto de lei que reforma o sistema bancário nacional; Joel Presídio para defender-se de acusações; Wilson Cunha para denunciar arbitrariedades que teriam sido cometidas pelo major Djalma Borges, comandante da Fôrça Pública do Espírito Santo, Dilermando Cruz para questões de ordem, e Muniz Falcão no mesmo sentido. O mesmo deputado proferiu discurso que será publicado depois.

Publicados os discursos proferidos: pelo deputado Campos Vergal, na sessão de 8 de abril, para comentar a duração das férias escolares no Brasil, Benjamin Farah, proferido na sessão de 4 de abril, sôbre os exames de admissão ao Instituto de Educação (*D.C.* 16-4, pág. 2775).

Na sessão de 16 de abril falaram os seguintes oradores: Vieira Lins, para congratular-se com a população de Londrina pela cobertura do empréstimo municipal destinado a obras públicas; Arruda Câmara sôbre pagamento de abono de emergência nas agências municipais de estatística; Osvaldo Orico para justificar requerimento de sua autoria sôbre a representação diplomática do Brasil em Portugal, atualmente vaga; Vasconcelos Costa sôbre as conclusões da conferência das classes produtoras realizada em Ubá; Euzébio Rocha para justificar projeto de sua autoria sôbre aumento de proventos pagos pelos Institutos e Caixas; Roberto Morena sôbre greve em São Paulo; Breno da Silveira sôbre pagamento de abono de emergência ao pessoal de obras; Mota Neto para ler telegrama do prefeito de Jardim de Piranhas sôbre a situação do município assolado pelas sêcas; Muniz Falcão sôbre matéria fiscal; Dilermando Cruz para ler telegrama de jornalista mineiro a respeito da demora de maquinário destinado ao tratamento de minerais atômicos; Paulo Neri sôbre publicação na imprensa diária de assunto relacionado com o deputado Euvaldo Lodi; Frota Aguiar sôbre violências da Polícia Municipal

contra moradores da favela do Arará; Muniz Falcão para uma reclamação sôbre aplicação do regimento da Casa; José Bonifácio sôbre a troca de algodão brasileiro por aviões a jato inglêses; Armando Falcão para ler telegrama do Ceará sôbre a situação cada vez mais grave provocada pelas sêcas; José Guimarães sôbre política regional; Artur Audrá sôbre a crise que atravessa São Paulo no tocante às greves; Flores da Cunha para ler carta do ministro Orlando Leite Ribeiro; Herbert Levi para debater o projeto de reforma do sistema bancário nacional; Nelson Omegna sôbre construção de casas a cargo dos Institutos; Muniz Falcão para um apêlo ao Ministro da Agricultura para apressar as melhorias do pessoal extranumerário mensalista daquele Ministério; Nereu Ramos, na presidência, para esclarecimentos em tôrno do abono de emergência ao pessoal da Casa; Ulisses Guimarães para discutir projeto sôbre acumulação no Tribunal de Contas do D.F.; Ponciano dos Santos para debater projeto de lei que concede isenção de direitos para a importação de obras de arte sacra; Dilermando Cruz para justificar preferência em favor de determinado projeto, que foi rejeitada; Parcifal Barroso para debater projeto de concessão de pensão especial; Medeiros Neto no mesmo sentido; Ostoja Roguski para falar sôbre projeto que teve discussão adiada por dez dias e referente a registro pelo T.C. de escritura de venda de bens do Patrimônio Nacional; Fernando Ferrari e Firman Neto no mesmo sentido; e ainda sôbre o mesmo assunto Flores da Cunha; Moura Andrade e Galeno Paranhos, em questões de ordem. Os deputados Rui Ramos, Campos Vergal e Alberto Deodato proferiram discursos que serão publicados depois.

Publicados os seguintes discursos: do deputado Armando Falcão, sôbre relações comerciais da CEXIM com a CIREI; do deputado Ari Pitombo, sôbre o mesmo assunto; e do deputado Muniz Falcão por motivo de eleições suplementares para prefeito de Maceió (*D.C.* 17-4, página 2839).

Falaram na sessão de 17 de abril os seguintes senhores deputados: Artur Santos sôbre a situação dos produtos chamados gravosos; Benedito Vaz para justificar projeto de sua autoria sôbre construção de parques infantis; Brígido Tinoco sôbre pagamento de abono na Leopoldina; Vasconcelos Costa sôbre decisão da CEXIM; Dilermando Cruz sôbre a situação de Minas Gerais, privada de pôrto de mar; Frota Aguiar sôbre imagem de Nossa Senhora apreendida pelas autoridades navais e pertencente à localidade de Vilar dos Teles; Benjamin Farah para ler carta do almirante Pena Boto; Carmelo d'Agostinho para falar sôbre a festa do caqui, em Mogi das Cruzes; Antônio Horácio para ler pronunciamento do Conselho Nacional do SESI a respeito das contas do deputado Euvaldo Lodi; Breno da Silveira para ler apêlo da Irmandade de Nossa Senhora da Penha sôbre o 36º Congresso Eucarístico Nacional; Galeno Paranhos para dar resposta a pedido de informações sôbre a mudança da Capital para o planalto central; Pereira Diniz para ler informações procedentes da Paraíba sôbre a situação da população de diversos municípios e a ação da Legião Brasileira de Assistência; Rui Araújo sôbre a enchente do rio Amazonas e as conseqüências que já se fazem sentir; Jarbas Maranhão a respeito de cotas do impôsto de renda devidas aos municípios; Joel Presídio para ler carta do presidente do IAPETC sôbre assuntos de sua administração à frente daquela autarquia; Dolor de Andrade para ler telegrama do diretor da E.F. Noroeste do Brasil; Fernando Ferrari para debater projeto de lei em discussão; Daniel Faraco e Carmelo d'Agostinho para discutir o projeto de lei de reforma do sistema bancário nacional; Vieira Lins para assunto político de interêsse da direção do P.T.B.; Armando Falcão sôbre o mesmo assunto; Breno da Silveira para ler correspondência trocada dor motivo do seu desligamento da UDN; Artur Santos sôbre o não pagamento do abono de emergência em algumas emprêsas; Dilermando Cruz a respeito das Indústrias Manesmann; Frota Aguiar sôbre administração municipal do D. F. O deputado Fernando Ferrari pronunciou discurso que será publicado depois.

No Senado Federal

Falaram na sessão de 13 de abril os seguintes senhores senadores: Landulpho Alves para prosseguir nas suas considerações em defesa da tese da exploração do petróleo pelo Estado, com apartes dos senadores Othon Mader e Kerginaldo Cavalcanti; Kerginaldo Cavlacanti para o necrológico do coronel Ezequiel de Souza, pai do senador Ferreira de Souza; Onofre Gomes, para tratar da situação do Nordeste, assolado pela sêca; Athon Mader para leitura de telegramas de associações comerciais sôbre debates travados no Senado em tôrno do problema do petróleo; e Plínio Pompeu para leitura de telegramas procedentes do Nordeste sôbre a sêca.

Falaram ainda, na discussão do requerimento que solicita inserção nos do discurso proferido pelo Vice-Presidente da República na Associação Comercial do Rio de Janeiro, os Srs. Othon Mader, Mozart Lago, Aloísio de Carvalho, João Vilasboas, Kerginaldo Cavalcanti e Hamilton Nogueira. O requerimento foi aprovado.

Publicado no Diário do Congresso de 14 de abril o discurso de que trata a nota acima, o artigo do jornalista Macedo Soares sôbre o mesmo assunto e o discurso proferido pelo senador Mozart Lago na sessão de 31 de março em que relatou ao Senado como decorreu a audiência concedida pelo Presidente da República às funcionárias que solicitaram a instituição de cheches e berçários nas repartições federais.

Ocuparam a tribuna na sessão de 14 de abril os seguintes senhores senadores: Onofre Gomes para congratular-se pelo transcurso do Dia Pan-Americano e ler correspondência procedente do Nordeste sôbre a sêca; Plínio Pompeu para discorrer sôbre o projeto que dispõe sôbre a política nacional do petróleo, ocasião em que foi muito aparteado; Hamilton Nogueira, para saudar o senador Longchampbon, em visita ao Senado; o senador Longchampbon em agradecimento; Vitorino Freire para ler telegrama do governador Lucas Garcez; Othon Mader para comunicar a decisão dos ferroviários da R.V.P.S.C. que resolveram adiar a greve que tinham programado; Alfredo Neves para um apelo à CEXIM sôbre a importação de produtos julgados essenciais.

Publicado o discurso proferido pelo senador Assis Chateaubriand na sessão de 8 de abril, a respeito da política nacional de petróleo (*D.C.* 15-4, pág. 2760).

Publicado o discurso proferido pelo senador Rui Carneiro na sessão de 31 de março sôbre o problema das sêcas no Nordeste (*D.C.* 16-4, pág. 2777).

Falaram, na sessão de 16 de abril, os seguintes senhores senadores: Hamilton Nogueira sôbre audiência do Congresso para tratados celebrados entre o Govêrno brasileiro e países estrangeiros; Ivo d'Aquino, sôbre o mesmo assunto e em resposta ao anterior; Alencastro Guimarães sôbre a política nacional do petróleo brasileiro e Apolônio Sales, sôbre problemas ligados ao aumento da produção.

O senador Alencastro Guimarães, na sessão de 17 de abril, nas suas considerações sôbre o problema do petróleo nacional.

REQUERIMENTOS E INFORMAÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Recebidas as informações sôbre a Comissão de Abastecimento do Nordeste, solicitadas pelo deputado Aluízio Alves (*D.C.* 14-4, pág. 2679).

São deferidos os seguintes requerimentos: do deputado Vasconcelos Costa, solicitando informações sôbre construção de estradas no Estado de Minas Gerais, pelo D.N.E.R., do deputado Fernando Ferrari, solicitando informações sôbre atividades do Serviço Médico Social do M.T.I.C.; do deputado Ponciano dos Santos, solicitando informações sôbre dispensa de Dona Adelaide Thurler da função de enfermeira-adjunto pelo Presidente do IPASE; do deputado Fernando Ferrari solicitando informações sôbre o andamento de processos no Conselho Superior da Previdência Social; do deputado Herbert Levi, sôbre apli-

cação dada às cambiais adquiridas pelo Govêrno à taxa oficial de câmbio, nas diferentes moedas, no ano de 1952 e no período janeiro-março dêste ano; do deputado Vasconcelos Costa, sôbre construção de estradas, pelo D.N.E.R., em território mineiro e importância paga anualmente, por conta do Fundo Rodoviário Nacional, ao Govêrno de Minas Gerais; do deputado Ranieri Mazzilli, sôbre a solução dada pelo C.N.A.E.E. aos pedidos da Prefeitura de Natividade da Serra, São Paulo; do deputado Muniz Falcão, sôbre pagamento de adicionais por tempo de serviço do aposentado Oliveiros José Maranhão, residente em Maceió; do deputado Ranieri Mazzilli, sôbre não pagamento de contas devidas pelo D.C.T., referente à construção do prédio da Agência Postal-Telegráfica em Limeira, São Paulo; do deputado Arnaldo Cerdeira, sôbre exportação de bananas licenciada pela CEXIM; do deputado Israel Pinheiro, em nome da Comissão de Finanças, sôbre ofício do T.R.T. da 1.ª Região em que solicita abertura de crédito especial para pagamento de gratificação de representação, sôbre abertura de crédito suplementar de reforço à verba 3, no Ministério da Agricultura, sôbre vencimentos percebidos por servidor do Ministério da Viação, pensão de montepio civil deixada e valor da pensão paga pelo IPASE aos herdeiros dêsse servidor e sôbre matéria idêntica relacionada com professor da Faculdade de Direito de São Paulo (*D.C.* 14-4, págs. 2682-83).

Lidos na hora do expediente os esclarecimentos prestados pela Legião Brasileira de Assistência sôbre aplicações de dinheiro para os flagelados (*D.C.* 15-4, página 2740).

Recebidas as seguintes informações: ao requerimento do deputado Armando Falcão, sôbre aplicação de dois bilhões de cruzeiros no combate à sêca do Nordeste, nos anos de 1951 e 1952; ao requerimento do deputado Muniz Falcão, sôbre aplicação de recursos provenientes da "Caixa Especial" a que alude o § 1.º do art. 198 da Constituição; ao requerimento do deputado Tarso Dutra sôbre arrecadação federal nos municípios de Cacequi, Arai e Canela; ao requerimento do deputado Fernando Ferrari sôbre revisão dos proventos de inatividade dos ex-servidores do D.C.T.; ao ofício da Secretaria, que pede esclarecimentos a respeito do projeto de lei que dispõe sôbre a criação da carreira de Agente Fiscal do Impôsto de Renda; ao requerimento do deputado Aluízio Alves, sôbre distribuição de verbas para o combate às sêcas; ao requerimento do deputado Ribeiro dos Santos, sôbre a exclusão de máquinas para a indústria têxtil da lista de produtos de importação pelo câmbio oficial.

Deferidos os seguintes requerimentos na sessão de 16 de abril: do deputado Fernando Ferrari, sôbre instalação de ambulatórios para pescadores, nas cidades de Pôrto Alegre, Rio Grande e Trumandai; do deputado Gurgel do Amaral, sôbre revogação da Circular D.M.M. n.º 41, de 29-6-47, que instituía o regime da "gramagem" na Marinha Mercante; do deputado Paulo Sarasate sôbre perfuração de poços no Ceará e nos Estados do Polígono das Sêcas; do deputado João Agripino sôbre recebimento, pelos municípios da Paraíba, da cota da renda resultante do impôsto sôbre lubrificantes e combustíveis, desde 1951; do mesmo deputado, sôbre as parcelas entregues aos Governadores de Estados situados no Polígono das Sêcas, por conta do Fundo de Socorros Contra as Sêcas do Nordeste e sôbre a sua aplicação; do deputado Lopo Coelho, sôbre a integração em quadros especiais das funções de extranumerários amparados pelo artigo 23 do A.D.C.T.; do deputado Fernando Ferrari, sôbre a existência de legislação de natureza militar que ampare entre outros os veteranos da FEB especificados; do mesmo deputado, sôbre o recurso interposto ao C.F. do IAPC pelo associado Bomfilho Costa — (vide nota abaixo) —; ainda do mesmo deputado, sôbre o débito do Tesouro aos Municípios brasileiros, referente à cota do impôsto de renda; do deputado Vasconcelos Costa sôbre autorização de remessas cambiais para o exterior; do deputado Novelli Júnior, sôbre a situação dos servidores das autarquias federais, sediadas em São Paulo e subordinadas ao M.T.I.C. que operam direta e habitualmente com raios X. O deputado Fernando Ferrari falou sôbre a indenização devida à Sociedade Agrícola Pastoril de Santa Maria, RS. (nota)

Recebidas as seguintes informações: do DASP, a respeito dos biologistas do D.N.S. que não foram incluídos na classificação da Lei n.º 488-48; e do M.F. sôbre licenças de importação concedidas pela CEXIM (*D.C.* 18-4, pág. 2859).

Deferidos os seguintes pedidos de informações: do deputado Arruda Câmara sôbre loteamento e venda de terreno de bairro do Recife, Pernambuco; do deputado Lopo Coelho, sôbre a administração e a vida funcional do Sr. Carlos Pinheiro como diarista de E.S.G.; do deputado Paulo Couto sôbre inquérito no IAPM; e do deputado Osvaldo Orico sôbre a Embaixada do Brasil em Lisboa.

No Senado Federal

Deferidos os seguintes requerimentos: do senador Mozart Lago, sôbre despejo de lavradores do Realengo; e do senador Luiz Tinoco sôbre suspensão do pagamento de gratificação a médicos do IPASE (*D.C.* 18-4, pág. 2918).

REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO

VOLUMES EDITADOS

ANO I — 1937-1938

Vol. I — novembro-37 (esg.), janeiro fevereiro (esgotados), março.
Vol. II — abril (esg.), maio, junho.
Vol. III — julho, agôsto, setembro.
Vol. IV — outubro, novembro, dezembro (esg.)

ANO II — 1939

Vol. I — janeiro, fevereiro-março.
Vol. II — abril-maio, junho.
Vol III — julho-agôsto, setembro.
Vol IV — outubro-novembro, dezembro (esg.)

ANO III — 1940

Vol I — janeiro, fevereiro, março (esgotados).
Vol. II — abril, maio, junho (esgotados).
Vol. III — julho (esg.), agôsto (esg.), setembro
Vol. IV — outubro (esg.), novembro (esg.), dezembro.

ANO IV — 1941

Vol. I — janeiro (esg.), fevereiro (esg.), março.
Vol. II — abril, maio, junho (esgotados).
Vol. III — julho, agôsto, setembro (esgotados).
Vol IV — outubro (esg.) novembro (esg.), dezembro.

ANO V — 1942

Vol. I — janeiro, fevereiro, março (esgotados).
Vol. II — abril, maio, junho (esgotados).
Vol III — julho (esg.), agôsto, setembro (esg.)
Vol IV — outubro (esg.), novembro, dezembro.

ANO VI — 1943

Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
Vol II — abril, maio, junho.
Vol III — julho, agôsto, setembro.
Vol IV — outubro, novembro, dezembro (esgotados).

ANO VII — 1944

Vol. I — janeiro, fevereiro, março (esgotados)
Vol. II — abril, maio, junho.
Vol III — julho (esg.), agôsto, setembro.
Vol IV — outubro, novembro, dezembro.

ANO VIII — 1945

Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
Vol. II — abril, maio, junho.
Vol. III — julho, agôsto, setembro.
Vol. IV — outubro, novembro, dezembro

ANO IX — 1946

Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
Vol. II — abril, maio, junho.
Vol. III — julho, agôsto-setembro.
Vol. IV — outubro-novembro, dezembro.

ANO X — 1947

Vol. I — janeiro-fevereiro, março-abril.
Vol. II — maio-junho, julho-agôsto.
Vol. III — setembro-outubro, novembro-dezembro

ANO XI — 1948

Vol. I — janeiro-fevereiro, março-abril.
Vol. II — maio-junho, julho-agôsto.
Vol. III — setembro-outubro, novembro-dezembro

ANO XII — 1949

Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
Vol. II — abril, maio, junho.
Vol. III — julho, agôsto, setembro.
Vol. IV — outubro, novembro, dezembro

ANO XIII — 1950

Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
Vol. II — abril, maio, junho.
Vol. III — julho, agôsto, setembro.
Vol. IV — outubro, novembro, dezembro

ANO XIV — 1951

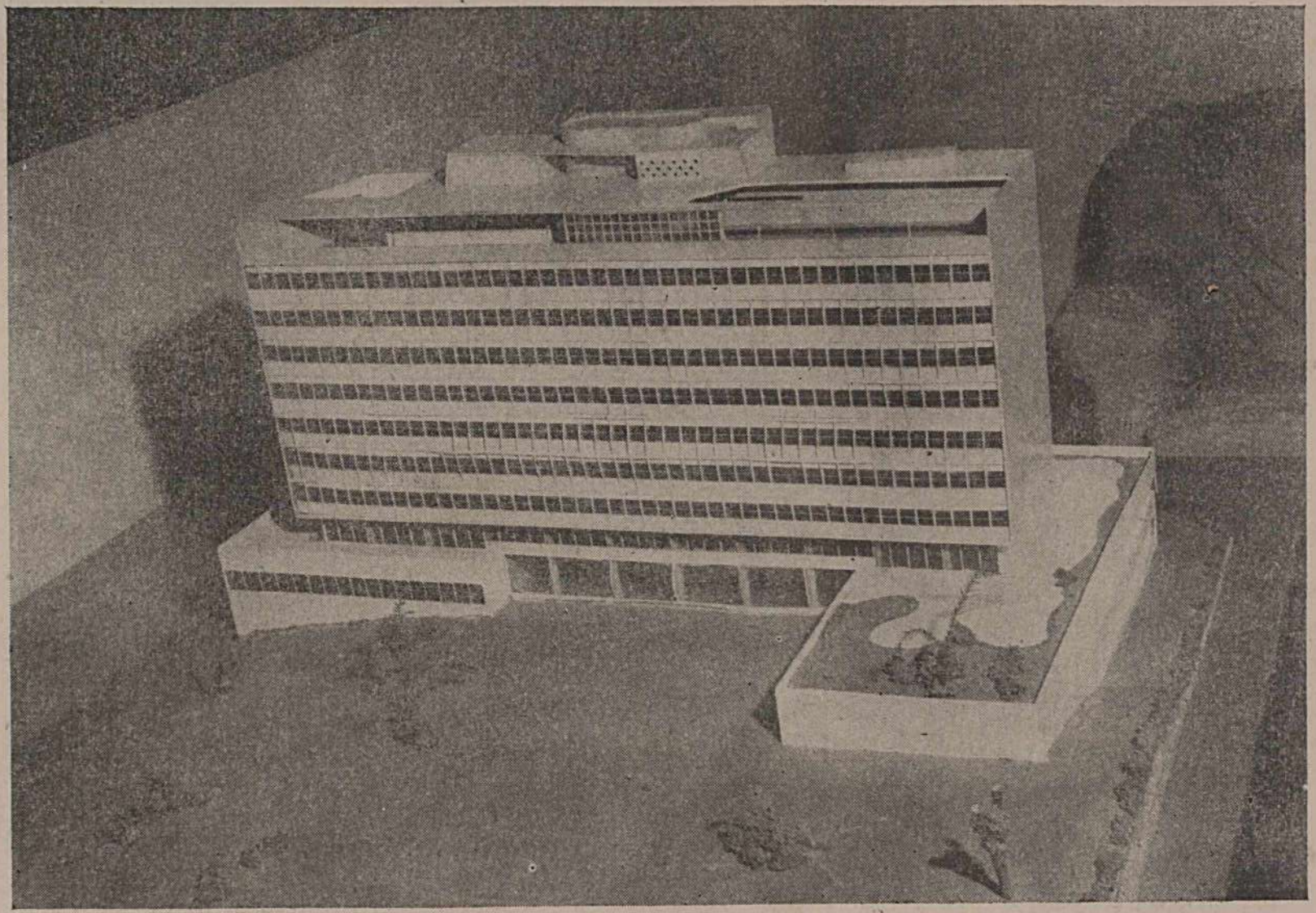
Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
Vol. II — abril, maio, junho.
Vol. III — julho, agôsto, setembro.
Vol. IV — outubro, novembro, dezembro

ANO XV — 1952

Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
Vol. II — abril, maio, junho.
Vol. III — julho, agôsto, setembro.
Vol. IV — outubro, novembro, dezembro.

ANO XVI — 1953

Vol. I — janeiro, fevereiro, março.
Vol. II — abril.



Maqueta do Hospital dos Marítimos, situado na rua Leopoldo, Bairro do Andaraí, nesta capital